GOVERNOS E CONGRESSOS

DA

Republica dos Estados Unidos do Brazil

POR

DUNSHEE DE ABRANCHES

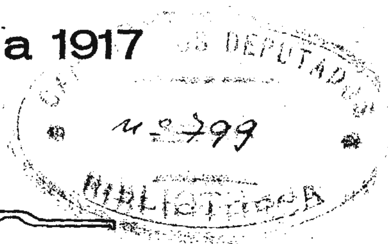
DEPUTADO FEDERAL PELO MARANHÃO



Apontamentos biographicos sobre todos os Prezidentes e Vice-Prezidentes da Republica, Ministros de Estado, e Senadores e Deputados ao Congresso Nacional



1889 a 1917



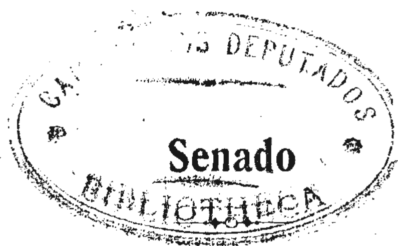
SEGUNDO VOLUME

SÃO PAULO

1918

Quarta legislatura

1900 a 1902



AMAZONAS

Nove annos. — Sylverio José Nery. Eleito em 31 de Dezembro de 1899 por haver terminado o mandato o sr. Manoel Francisco Machado. Reconhecido a 28 de Abril de 1900, renunciou a 25 de Julho do mesmo anno para assumir o governo do Amazonas.

Antonio Constantino Nery. Eleito a 14 de Novembro de 1900; reconhecido a 8 de Maio de 1901.

Nascido em 8 de Dezembro de 1859, foi praça de 6 de Novembro de 1873. 2.º tenente em 17 de Setembro de 1879, foi promovido a 1.º em 17 de Janeiro de 1882; a capitão em 15 de Dezembro de 1888; a major graduado em 7 de Julho de 1891; e effectivo em 31 do mesmo mez e anno; a tenente-coronel em 5 de Abril de 1900; a coronel em 5 de Agosto de 1908. Foi do extincto corpo do estado maior; tem o curso de engenharia pelo regulamento de 1874; e é bacharel em mathematica e sciencias physicas. Possue a medalha de ouro de serviços militares.

Eleito senador federal na vaga aberta por ter assumido o governo do Amazonas o sr. Sylverio Nery, renunciou em 1904 para tambem assumir o governo do seu Estado por haver terminado o mandato aquelle seu irmão.

Não mais voltou ao Congresso Nacional, findo o seu periodo governamental. Passou de novo ao serviço do exercito, seguindo em commissão á Matto Grosso. Reformou-se em general de brigada a 29 de Março de 1911.

Seis annos. — JONATHAS DE FREITAS PEDROZA.

Tres annos. — JOAQUIM JOSÉ PAES DA SILVA SARMENTO.

PARÁ

Nove annos. — JUSTO LEITE CHERMONT. Reeleito em 31 de Dezembro de 1899; reconhecido em 21 de Abril de 1900.

Seis annos. — MANOEL CARDOZO DE MELLO BARATA.

Tres annos. — LAURO SODRÉ.

MARANHÃO

Nove annos. — MANOEL IGNACIO BELFORT VIEIRA. Reeleito em 31 de Dezembro de 1899; reconhecido em 21 de Abril de 1900.

Seis annos. — BENEDICTO PEREIRA LEITE.

Tres annos. — AUGUSTO OLYMPIO GOMES DE CASTRO.

PIAUHY

Nove annos. — Alvaro de Assis Ozorio Mendes. Eleito em 31 de Dezembro de 1899 por terminação do mandato do dr. Joaquim Cruz. Reconhecido em 28 de Abril de 1900.

Nasceu em 31 de Maio de 1853 em Oeiras. Em Therezina, concluio o tirocinio de primeiras letras e começou a estudar os preparatorios. Seguindo para o Recife em 1871, matriculou-se em 1874 no curso de direito, formando-se em 1878. Depois de ter visitado o Piauhy, foi nomeado promotor publico de Barreirinhas, no Estado do Maranhão, cargo que exerceu até Setembro de 1879, sendo removido para a comarca de S. José dos Mattões, cuja séde era S. Francisco. Exonerado em 1885, foi advogar em Amarante; e, logo depois, nomeado promotor desta comarca, deixou em seguida este lugar para aceitar a promotoria de S. José dos Mattões, sendo em 1887 nomeado juiz de direito de S. João do Piauhy. Antes de entrar no exercicio deste cargo, foi nomeado chefe de policia para ir em commissão a Humildes, hoje Alto-Longá. De volta, seguiu para S. João do Piauhy, onde exerceu a judicatura até 1890, quando, chamado á capital, foi removido para as comarcas da Parnahyba e União, não chegando a ir para ellas por ter sido nomeado chefe de policia, exercendo este cargo até 1.º de Outubro de 1891, quando assumiu o lugar de desembargador, na primeira organização do Tribunal de Justiça. Renunciou este cargo em 1895, sendo, logo depois, nomeado chefe de policia, lugar que deixou em 1896, pàra desincompatibilizar-se e pleitear uma cadeira no Senado. Deputado no reconhecimento de poderes em 1897, aceitou a promotoria de Rezende em 1898, sendo em Abril nomeado thezoureiro da Imprensa Nacional, lugar que exerceu até o fim de 1899. Eleito senador em 1900, renunciou o lugar em 1904 para exercer o cargo de governador do Estado. Cazou-se em 1905 com d. Maria dos Anjos Mendes.

Falleceu em 5 de Dezembro de 1907, no exercicio do cargo de governador do Estado, depois de tres annos de laboriosa administração.

Seis annos. — Joaquim Nogueira Paranaguá.

Tres annos. — Firmino Pires Ferreira.

CEARÁ

Nove annos. — Joaquim de Oliveira Katunda. Reeleito em 31 de Dezembro de 1899; reconhecido a 28 de Abril de 1900.

Seis annos. — João Cordeiro.

Tres annos. — José Freire Bezerril Fontenelle.

RIO GRANDE DO NORTE

Nove annos. — José Bernardo de Medeiros. Reeleito em 31 de Dezembro de 1900; reconhecido em 21 de Abril de 1901.

Seis annos. — Pedro Velho de Albuquerque Maranhão.

Tres annos. — Francisco Gomes da Rocha Fagundes. Renunciou logo depois de tomar assento em 20 de Abril de 1900.

Ferreira Chaves (Francisco Ferreira Chaves). -- Eleito em 26 de Agosto de 1900 para a vaga aberta pela renuncia do sr. Fagundes; reconhecido em 4 de Outubro seguinte.

Nascido em 15 de Outubro de 1853, no Recife, Estado de Pernambuco, depois de brilhante curso de humanidades, bacharelou-se em sciencias juridicas e sociaes. Dedicou-se então á magistratura, carreira digna do seu caracter energico e justiceiro. Começou por adjuncto de Promotor Publico de Palmares, na sua terra natal, cargo que exerceu de 3 de Março a 7 de Junho de 1874. Nomeado no mez seguinte promotor da comarca de Maioridade, ahi se demorou até 18 de Janeiro de 1878. Cinco dias depois era nomeado juiz municipal de Pau dos Ferros, ahi ficando até 10 de Maio de 1887. Em 7 de Julho desse anno, era promovido a Juiz de Direito, indo servir em Trahiry, no Estado do Rio Grande do Norte. Nesse posto, permaneceu até 18 de Maio de 1890, quando foi nomeado juiz de casamentos, em Natal, cargo que desempenhou até 12 de Dezembro desse anno. Escolhido então para procurador geral do Estado, não tardava a ser nomeado dezembargador da Relação em 1.º de Janeiro de 1893, exercendo essas altas funcções até 24 de Março de 1896, quando foi chamado a governar o Estado. Si, como magistrado, o dr. Ferreira Chaves se salientou sempre pela sua illustração e virtudes severas de julgador emerito, como governador do Rio Grande do Norte, fez uma administração brilhante, abrindo novos horizontes á vida economica do Estado. Terminado o seu periodo governamental, foi eleito senador federal, mandato que honrou desde 4 de Outubro de 1900 a 31 de Dezembro de 1913, quando o renunciou para voltar a administrar o Estado. Durante a sua passagem pelo parlamento nacional, deixou traços indeleveis da sua cultura solida e sã e da sua integridade e independencia de caracter. Foi longos annos 1.º Secretario do Senado Federal; e os seus subordinados, ao deixar elle esse posto, fizeram-lhe as mais sinceras e justas manifestações de apreço. Achava-se assim o Dr. Chaves á frente do governo do Rio Grande do Norte, quando

irrompeu a conflagração europêa. Vendo logo bem claro o momento politico internacional, não se deteve um instante e tomou logo a posição que convinha aos interesses do Estado e da União, executando medidas prudentes e sábias no sentido de acautelar a economia local das surprezas da longa guerra que se acabava de travar. Foi um dos poucos governadores que revelaram orientação segura em face do tremendo conflicto.

PARAHYBA

Nove annos. — José de Almeida Barreto. Reeleito em 30 de Dezembro de 1899; reconhecido em 23 de Maio de 1900.

Seis annos. — Alvaro Lopes Machado.

Tres annos. — Abdon Felintho Milanez.

PERNAMBUCO

Nove annos. — Joaquim Correia de Araujo. Eleito por terminação do mandato do sr. Almeida Pernambuco, em 30 de Dezembro de 1899. Reconhecido em 21 de Abril de 1900. Renunciou o mandato em 9 de Janeiro de 1901.

Herculano Bandeira de Mello. Eleito pela renuncia do dr. Correia de Araujo, em 25 de Março de 1901, foi reconhecido em 10 de Maio seguinte.

Seis annos. — Segismundo Antonio Gonçalves. Eleito em 9 de Julho de 1900 por haver renunciado o mandato o sr. Gonçalves Ferreira em 6 de Abril anterior. Foi reconhecido em 21 de Agosto do mesmo anno.

Nascido em 29 de Setembro de 1845 na fazenda de Maracujá, villa das Barras, Estado do Piauhy, e formado em direito, occupou no paiz os mais altos cargos, quer de nomeação, quer de eleição popular.

Foi Promotor Publico, de Julho de 1867 a Março de 1868 e Juiz Municipal, de 1868 a 1871, na cidade de Alcantara, Estado do Maranhão. Deputado Provincial pelo Maranhão de 1868 a 1869; Juiz Substituto de Alcantara, de 1871 a 1872; Juiz de Direito de Bragança, Estado do Pará, de 1873 a 1877; Chefe de Policia de Pernambuco, em 1878; Deputado Geral por Goyaz, de 1879 a 1881; Juiz de Direito de Bonjardim, Estado de Pernambuco, de 1882 a 1883 e, da cidade de S. José dos Campos, Estado de S. Paulo, de 1884 a 1885; Deputado Geral por Pernambuco em 1885; Juiz de Direito da cidade de Pernambuco de 1889 a 1901; e Prezidente da Provincia de Pernambuco, de 14 a 16 de Novembro de 1889, data em que convidou o General Commandante das Armas á assumir o governo, por ser elle o unico que o poderia exercer em virtude da Proclamação da Republica.

Si tal foi a synthese de sua brilhante fé de officio durante o Imperio, na Republica, de certo, os seus serviços e talentos fóra do vulgar não poderiam ser desprezados.

Alem de jurisconsulto e politico adestrado na arte administrativa, era Segismundo Gonçalves fino homem de lettras e jornalista experimentado em largas contendas partidarias, quer na monarchia como um dos chefes mais em evidencia no partido liberal pernambucano, quer mesmo depois da Republica, como director e proprietario do *Jornal do Recife.*

Era assim que, de 1898 a 1900, voltava á actividade politica, sendo eleito senador estadoal, cargo em que se manteve até 1900. Nesse periodo, como prezidente do Senado, governou o Estado de 4 Abril de 1899 a 7 de Abril de 1900. Nomeado dezembargador da Relação de Pernambuco em 1901, exercia essas funcções quando, no quatrienio de 1904 a 1908, teve de voltar a governar o Estado. Já antes, de 1900 a 1903, occupara uma cadeira no Senado

Federal como reprezentante de Pernambuco, mandato que voltou a desempenhar de 27 de Setembro de 1908 a 25 de Janeiro de 1915, data em que veio a fallecer no Rio de Janeiro.

Tres annos. — José Marcelino da Roza e Silva.

ALAGOAS

Nove annos. — Manoel José Duarte. Eleito em 30 de Dezembro de 1899 por terminação do mandato do sr. Leite e Oiticica. Reconhecido em 28 de Abril de 1900.

Nascido em Maceió em 6 de Abril de 1858, foram seus paes o negociante Antonio José Duarte e D. Maria Margarida de Souza Braga. Estudou humanidades no Collegio Pinheiro do Rio de Janeiro e formou-se em medicina pela Faculdade da mesma cidade. Foi interno por concurso da Santa Casa de Mizericordia nas clinicas officiaes a cargo dos professores Torres Homem e Visconde de Saboya. Diplomado aos vinte e dois annos, foi rezidir em Maceió, onde começou a clinicar e exerceu diversos cargos. Foi professor de Physica e Sciencias Naturaes do Lyceu de Alagoas e director da enfermaria de partos e do serviço de clinica cirurgica da S. Casa de Mizericordia de Maceió, e, mais tarde, seu Provedor durante cinco annos, cabendo-lhe a direcção da construcção do bello Asylo de Mendicidade. Não militou na politica durante a monarchia, embora não fosse republicano historico. Na Republica, por solicitações de amigos pessoaes, foi senador ao Congresso Constituinte de Alagoas e membro da Commissão Organizadora do Projecto da Constituição do Estado. Depois, elegeram-no prezidente do Senado local e prezidente do Directorio do Partido Republicano Federal do Estado. Eleito senador federal em 1900 por nove annos, fez parte da commissão de Saúde Publica, interinamente da de Finanças e da de Pe-

tições e Poderes. Terminado o mandato, não pleiteou a reeleição.

Falleceu no Rio de Janeiro em 11 de Junho de 1914.

Seis annos. — BERNARDO ANTONIO DE MENDONÇA SOBRINHO.

Tres annos. — MANOEL GOMES RIBEIRO (Barão de Traipú). Eleito em 29 de Abril de 1900 na vaga aberta pela morte do sr. Rego Mello, occorrida em 9 de Fevereiro anterior. Reconhecido em 26 de Junho desse mesmo anno de 1900, só tomou assento em 11 de Maio de 1901.

Nascido em Alagoas, a 20 de Junho de 1849, filiou-se muito joven ao partido conservador, do qual se tornou mais tarde um dos chefes no sul do Estado. Occupou por mais de duas vezes durante a monarchia o governo da Provincia como seu 1.º vice-prezidente. Foi agraciado então com o titulo de Barão de Traipú. Proclamada a Republica, adherio ao novo regimen, sendo eleito senador á Constituinte Estadual e, depois, prezidente do Senado local. Apoiou vivamente o governo do Marechal Floriano, que o fez coronel honorario do exercito. Em virtude da deposição do dr. Gabino Bezouro, occupou a administração do Estado em 1894. Durante a prezidencia do dr. Prudente de Moraes, foi tambem destituido do poder, sendo reposto dois dias depois por ordem daquelle illustre estadista. Terminou depois em paz o seu periodo de governo, harmonizando os elementos do seu partido e sendo delle nomeado chefe supremo. Em 1900, foi eleito senador por tres annos, afim de completar o periodo do sr. Rego Mello. Só tomou todavia posse da sua cadeira senatorial em Maio de 1901, renunciando por esse tempo a chefia do partido, por se achar em franca divergencia com o seu genro, dr. Euclydes Malta, que o succedera no governo do Estado. Rompeu mesmo publicamente com este por occasião de ser eleito o seu successor,

escolha essa que recahio em um irmão do mesmo dr. Euclydes Malta, o dr. Paulo Malta. Recolhêu-se por esse motivo á vida privada, só voltando á actividade politica em 1909, quando foi novamente eleito senador federal. O seu periodo terminará em 1917.

SERGIPE

Nove annos. — MARTINHO CEZAR DA SILVA GARCEZ. Eleito em 30 de Dezembro de 1899 por terminação do mandato do sr. Roza Junior; reconhecido em 14 de Junho de 1900.

Nascido em 30 de Novembro de 1850, no municipio de Laranjeiras, Estado de Sergipe, é bacharel em sciencias juridicas e sociaes pela Faculdade de Direito do Recife, formando-se em 4 de Novembro de 1872. Possuidor de bello talento e vasta erudição, foi advogado nas cidades de Juiz de Fóra e Parahyba do Sul, de 1878 a 1888, e na cidade do Rio de Janeiro exerce a sua profissão desde 1889. Na magistratura, occupou os cargos de Promotor Publico da cidade de Laranjeiras, no Estado de Sergipe, em 1874; Juiz Municipal e de Orphãos do termo do Lagarto, no Estado de Sergipe em 1875 e, na cidade de Juiz de Fóra, em Minas-Geraes, de 1875 a 1878. Governou Sergipe, de 1896 a 1899. Foi Director e Redactor da *Cidade do Rio*, em 1891; do *Correio da Tarde*, em 1895, e do *Dia*. Exerceu o mandato de Senador Federal de 1900 a 1908.

Seis annos. — JOSÉ LUIZ COELHO E CAMPOS.

Tres annos. — LEANDRO RIBEIRO DE SIQUEIRA MACIEL.

BAHIA

Nove annos. — Virgilio Climaco Damasio. Reeleito em 30 de Dezembro de 1899; reconhecido a 28 de Abril seginte.

Seis annos. — Ruy Barboza.

Tres annos. — Arthur Cezar Rios.

ESPIRITO SANTO

Nove annos. — Luiz Siqueira da Silva Lima. Eleito pela terminação do mandato do sr. Domingos Vicente. Reconhecido a 28 de Abril de 1900.

Nasceu a 10 de Abril de 1844, na freguezia de N. S. do Amparo de Itapemirim, Estado do Espirito Santo.

Bacharel em siencias juridicas e sociaes pela Faculdade de Direito de S. Paulo, em 1868, foi fazendeiro no municipio de Cachoeira de Itapemirim, Espirito Santo. Advogado desde 1895, exerceu, na sua terra natal, os seguintes cargos: juiz de paz da freguezia de Alegre; supplente do juiz municipal; delegado litterario; deputado provincial; juiz de direito de S. Matheus, em 1891; prezidente do governo municipal e juiz de direito da Cachoeira do Itapemirim. Em Setembro de 1895, exonerou-se da magistratura, sendo eleito senador federal de 1900 a 1908. Falleceu no Rio de Janeiro a 9 de Novembro de 1916.

Seis annos. — Henrique da Silva Coutinho.

Tres annos. — Cleto Nunes Pereira.

RIO DE JANEIRO

Nove annos. — QUINTINO BOCAYUVA. Reeleito em 30 de Dezembro de 1899; reconhecido em 21 de Abril seguinte. Renunciou pouco depois por haver sido eleito prezidente do Estado do Rio.

MANUEL MARTINS TORRES. Eleito em 31 de Março de 1901; reconhecido em 20 de Junho.

Nasceu em 22 de Março de 1843, no Rio de Janeiro. Bacharel em direito, em 1864, pela Faculdade de S. Paulo, occupou os seguintes cargos: promotor e inspector de Instrucção Publica de Cabo Frio, Rio de Janeiro, de 1866 a 1871; juiz de direito da comarca de Lages, Estado de Santa Catharina, de 1870 a 1872; da de Itajahy, no mesmo Estado, de 1872 a 1876; de Cuyabá, Estado de Matto Grosso, de 1876 a 1877; de Abrantes, Estado da Bahia, de 1877 a 1878. Foi chefe de policia da Parahyba do Norte, de 1879 a 1880, e, interino, da cidade do Rio de Janeiro, durante a revolta da fortaleza de Santa Cruz, de 1893 a 1894. Politico ardoroso na sua terra natal, foi ali no antigo regimen deputado provincial, e, no actual, deputado estadoal e senador federal. Falleceu em 16 de Dezembro de 1905. Era pae do Dr. Alberto Torres e, como seu filho, possuidor de larga cultura juridica e litteraria.

Seis annos. — JOSÉ THOMAZ DA PORCIUNCULA. Falleceu em 28 de Setembro de 1901.

FRANCISCO RANGEL PESTANA. Eleito em 6 de Abril de 1902; reconhecido em 26 de Maio seguinte.

Tres annos. — MANOEL DE QUEIROZ MATTOSO RIBEIRO.

DISTRICTO FEDERAL

Nove annos. — Candido Barata Ribeiro. Eleito em 30 de Dezembro de 1899 por terminação do mandato do sr. Wandenkolk. Reconhecido em 25 de Maio de 1900.

Nascido na capital da Bahia, em 11 de Março de 1843, era filho de Cypriano José Barata de Almeida, que foi um dos deputados brazileiros que, mandados ás Côrtes de Lisboa, recusaram assignar a Constituição Portugueza, tornando-se notavel nos debates pela sua coragem, audacia e eloquencia.

Formado em medicina, foi, quando estudante, interno de clinica medica e cirurgica e, depois, preparador do gabinete anatomico da Faculdade do Rio de Janeiro. Clinicou durante algum tempo em Campinas, sendo alli director do serviço medico do Hospital de Caridade.

Abolicionista e republicano, reprezentou papel saliente nas campanhas pela libertação dos escravos e pela implantação do actual regimen, fazendo parte daquelles que subscreveram o manifesto de 1870.

Fixando residencia nesta capital, conquistou a cadeira de clinica de molestias de crianças da Faculdade de Medicina.

Proclamada a Republica, foi a principio prezidente da Intendencia Municipal do Districto Federal, e, mais tarde, prefeito, cabendo-lhe a iniciativa dos melhoramentos para embellezar e sanear a cidade. Eleito senador federal em 1900, exerceu o mandato até a sua terminação em 1909.

Falleceu nesta capital em Abril de 1910.

Escreveu muitos livros e monographias, entre os quaes destacamos:

— *Das causas e tratamento da retenção de urinas* (1867).

— *Quaes as medidas sanitarias para impedir o desenvolvimento e propagação da febre amarella no Rio de Janeiro?* (These de concurso — 1877).

— *Relatorio sobre a questão medico-legal Castro-Malta.* (Rio — 1885).

— *Discursos na Faculdade de Medicina* (1867 e 1887).

— *O segredo do lar* (drama em 4 actos — (1881).

— *Officio dirigido ao Ministro do Interior sobre o projecto da concorrencia para levantamento da planta cadastral do Districto Federal* (1892 — Rio).

— *Exposição de motivos sobre ă suspensão do acto do Conselho Municipal acerca do concurso para escolas municipaes.*

— *Discursos no Senado Federal* (1900 a 1908).

Seis annos. — THOMAZ DELPHINO DOS SANTOS.

Tres annos. — JOSÉ LOPES DA SILVA TROVÃO.

MINAS-GERAES

Nove annos. — JULIO BUENO BRANDÃO. Reeleito em 30 de Dezembro de 1899; reconhecido em 21 de Abril de 1900.

Seis annos. — FELICIANO AUGUSTO DE OLIVEIRA PENNA.

Tres annos. — ANTONIO GONÇAVES CHAVES.

S. PAULO

Nove annos. — MANUEL DE MORAES E BARROS. Reeleito em 30 de Dezembro de 1899; reconhecido em 21 de Abril de 1900. Falleceu em 22 de Dezembro de 1902.

Seis annos. — BERNARDINO DE CAMPOS. Eleito em 16 de Abril de 1900 por haver renunciado em 2 de Março o mandato o dr. Rodrigues Alves escolhido para o governo de S. Paulo. Reconhecido em 1.º de Junho, tomou assento a 10 de Julho seguinte. Em 4 de Julho de 1902, renunciou o mandato para ir occupar o governo do Estado.

FRANCISCO GLYCERIO. Eleito em 29 de Setembro de 1902, foi reconhecido em 6 de Novembro do mesmo anno.

Tres annos. — JOÃO FRANCISCO DE PAULA E SOUZA.

PARANÁ

Nove annos. — BRAZILIO FERREIRA DA LUZ. Eleito em 30 de Dezembro de 1899 por haver terminado o mandato o sr. Joaquim de Lacerda. Reconhecido em 21 de Abril de 1900.

Seis annos. — ALBERTO JOSÉ GONÇALVES.

Tres annos. — VICENTE MACHADO DA SILVA LIMA.

S. CATHARINA

Nove annos. — LAURO SEVERIANO MÜLLER. Eleito em 30 de Dezembro de 1899 por haver terminado o mandato o sr. Raulino Adolpho Horn. Reconhecido em 21 de Abril seguinte. Renunciou a 14 de Novembro de 1902 por ter sido nomeado Ministro da Viação e Obras Publicas.

Seis annos. — Hercilio Pedro da Luz. Eleito em 10 de Junho de 1900 por haver fallecido em 9 de Março o sr. Esteves Junior. Reconhecido em 13 de Julho, tomou assento em 31 de Agosto.

Nascido em 29 de Maio de 1860, na cidade do Desterro, Estado de S. Catharina. Formado em engenharia, tem exercido importantes cargos. Foi Director de Obras Publicas da cidade de Florianopolis; Engenheiro Chefe da Commissão de Terras e Colonias da cidade de Blumenau, em S. Catharina, e do Districto Telegraphico Morretes á Torres no Estado do Paraná. Eleito deputado a esta legislatura, resignou o mandato para tomar posse da cadeira de senador, vaga pela morte de Esteves Junior. Reeleito senador federal a 30 de Dezembro de 1905, teve ainda o mandato renovado por mais nove annos em 30 de Janeiro de 1915. Possuindo real prestigio em S. Catharina, governou tambem o Estado. Achava-se no poder quando se deu a scisão do Partido Republicano Federal. Rompeu então com o Prezidente Prudente de Moraes, acompanhando Glycerio e Pinheiro Machado. Affastou-se algum tempo do partido local, chefiado pelo dr. Lauro Müller, adherindo ao conselheiro Ruy Barboza.

Tres annos. — Gustavo Richard.

RIO GRANDE DO SUL

Nove annos. — Ramiro Fortes de Barcellos. Reeleito em 30 de Dezembro de 1899; reconhecido em 21 de Abril de 1900, tomou assento em 28.

Seis annos. — José Gomes Pinheiro Machado.

Tres annos. — Julio Anacleto Falcão da Frota.

GOYAZ

Nove annos. — José Joaquim de Souza. Reeleito em 30 de Dezembro de 1899; reconhecido a 19 de Maio.

Seis annos. — Francisco Rodrigues Jardim. Eleito em 30 de Dezembro de 1899 por haver fallecido em 9 de Agosto o sr. Caiado. Foi reconhecido em 10 de Maio de 1900, tomando assento a 11.

Tres annos. — José Leopoldo de Bulhões Jardim. Renunciou a 15 de Novembro de 1902 por haver sido nomeado Ministro da Fazenda.

MATTO GROSSO

Nove annos. — José Maria Metello. Eleito por haver terminado o mandato o sr. Aquilino do Amaral. Procedida a eleição em 30 de Dezembro de 1899, foi reconhecido em 15 de Maio de 1900, tomando assento a 23.

Nascido em 10 de Julho de 1853, na Capital do Estado de Matto Grosso. Formado em Direito, talentoso e erudito, tem occupado os seguintes cargos: Juiz Municipal de Corumbá, Estado de Matto Grosso, de 16 de Julho de 1877 a 16 de Março de 1880; Juiz Substituto da cidade do Rio de Janeiro, de 8 de Junho de 1881 a 13 de Maio de 1885; Deputado Geral por Matto Grosso em 1885. Proclamada a Republica, foi eleito Deputado á Constituinte de Matto Grosso, da qual foi o Prezidente. De 10 de Outubro de 1891 a 10 de Agosto de 1893, foi Dezembargador e Prezi-

dente da Relação de Matto Grosso, e, de 10 de Agosto de 1893 a 25 de Fevereiro de 1899, Juiz Federal da cidade de Cuyabá. E' senador por Matto Grosso desde 1900.

Seis annos. — ANTONIO FRANCISCO DE AZEREDO.

Tres annos. — GENEROSO PAES LEME DE SOUZA PONCE.

Camara dos Deputados



AMAZONAS

(quatro reprezentantes)

1.º — Carlos Marcelino da Silva.

2.º — Joaquim de Albuquerque Serejo.

3.º — Gabriel Salgado dos Santos.

4.º — Antonio Gonçalves Pereira de Sá Peixoto.

PARÁ

(sete reprezentantes)

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — Augusto Montenegro. Renunciou em 1900 por haver sido eleito governador do Pará.

João Hosanah de Oliveira. Eleito em 8 de Abril de 1901; reconhecido em 27 de Setembro do mesmo anno.

Nascido em 15 de Abril de 1854, na capital do Estado, do Pará. Bacharel em Direito, é advogado na cidade do Rio de Janeiro. Exerceo no Estado do Amazonas os seguintes cargos: Chefe de Policia; Director da Instrucção; Deputado Provincial e Procurador do Thezouro. No Estado do Pará, foi Procurador Geral do Estado, de 4 de Fevereiro de 1891 a 31 de Dezembro de 1907, e Deputado Federal desde essa data.

Jornalista e homem de lettras, tribuno eloquente e notavel polemista, tem publicado numerosos trabalhos e escripto em muitos jornaes. Catholico militante, foi director da *União*, orgão defensor da religião de Christo. E, quer na tribuna parlamentar, quer em multiplas conferencias, ha fórtemente combatido pelas suas ideias.

2.º — Arthur de Souza Lemos.

Nascido em 1.º de Abril de 1871, na villa do Riachão, no Estado do Maranhão, era filho do antigo chefe liberal e, mais tarde ainda no Imperio, chefe do partido republicano daquella localidade, Manoel Caetano de Lemos, e d. Perpetua de Salles Lemos.

Formado em Direito pela Faculdade do Recife, revelou bem cedo grande talento e foi nomeado em 1890 promotor publico da villa do seu nascimento, pouco alli se demorando. Em 1893, seguindo para a capital do Pará, exerceu o cargo de Procurador Fiscal do Thezouro, do qual logo se exonerou para se dedicar á advocacia. Poeta delicado e jornalista brilhante, publicou muitas producções litterarias, que correm em livros e periodicos. Eleito representante á Assembléa Legislativa do Estado do Pará no trienio de 1897 a 1899, era suffragado em 1899 deputado federal, exercendo o mandato seguidamente na 4.ª, 5.ª e 6.ª legislaturas (1900 a 1909). Em 30 de Janeiro deste ultimo anno, foi eleito senador federal pelo Pará para o periodo

de 1909 a 1917, cargo esse que ainda agora exerce. Na assembléa do Pará, da qual foi *leader*, como na Camara e no Senado da Republica, tem feito parte de diversas e importantes commissões. Foi na Camara membro da Commissão de Constituição e Justiça e da dos 21, incumbida de estudar o projecto do Codigo Civil. Nesta ultima, coube-lhe a parte referente á propriedade litteraria, marcas de fabrica e patentes de invenção. No Senado, tem feito parte das Commissões de Constituição e Diplomacia e de Finanças. E' ainda lente cathedratico de Direito Constitucional na Faculdade de Direito do Pará desde 1902. Alguns de seus pareceres na Camara e no Senado da Republica formam notaveis monographias.

3.º — PEDRO LEITE CHERMONT.

4.º — CARLOS AUGUSTO VALENTE DE NOVAES.

5.º — ANTONIO FELINTHO DE SOUZA BASTOS.

Nascido em 17 de Outubro de 1874, na cidade de Santarém, Estado do Pará.

Bacharel em sciencias juridicas e sociaes pela Faculdade de Direito do Recife, dedicou-se logo á advocacia. Deputado Estadual ao Congresso Paraense de 1 de Fevereiro de 1897 a 7 de Fevereiro de 1900, foi durante esse periodo o 1.º secretario.

Eleito Deputado Federal pelo seu Estado natal em 1900, exerceu seguidamente o mandato até 1914. Não foi reeleito á 9.ª legislatura.

Tem vivido quasi inteiramente na Europa durante estes ultimos quinze annos.

6.º — ARTHUR INDIO DO BRAZIL.

7.º — INNOCENCIO SERZEDELLO CORREIRA.

MARANHÃO

(sete reprezentantes)

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — URBANO SANTOS DA COSTA ARAUJO.

2.º — LUIZ ANTONIO DOMINGUES DA SILVA.

3.º — JOSÉ RODRIGUES FERNANDES.

4.º — JOSÉ EUZEBIO CARVALHO E OLIVEIRA.

Nascido em 10 de Janeiro de 1869 no sitio Flôr da America, termo da cidade de Campo Maior, Estado do Piauhy. Bacharel em Direito, exerceo os seguintes cargos na magistratura: Promotor Publico de Codó, de Dezembro de 1891 a Setembro de 1892, e Juiz Municipal de Pedreiras, de Setembro de 1892 a Fevereiro de 1895, no Estado do Maranhão, e Juiz Substituto de S. Luiz do Maranhão, de Março a Agosto de 1895. Foi tambem, no Estado do Piauhy, de Agosto a Outubro de 1891, Procurador Fiscal da Thesouraria da Fazenda e Membro da Junta Governamental, de Outubro a Novembro do mesmo anno. No Maranhão, occupou ainda os cargos: de Inspector do Thesouro Publico e de Procurador Geral e de Deputado Estadual. Foi Deputado Federal de 1900 a 1909 e é senador desde essa data.

SEGUNDO DISTRICTO

5.º — CHRISTINO CRUZ.

6.º — João Tolentino Guedelha Mourão.

7.º — Alfredo da Cunha Martins.

PIAUHY

(quatro reprezentantes)

1.º — Anisio Auto de Abreu.

2.º — João Henrique de Souza Gayoso e Almendra.

Nascido em 9 de Junho de 1865 na fazenda de São Domingos, villa do Livramento, Estado do Piauhy, foram seus paes Raymundo José de Souza Gayoso e d. Ignez Gayoso Almeida. Bacharel em Direito, a 26 de Novembro de 1889, pela Faculdade do Recife, exerceo na sua terra natal, os seguintes cargos da magistratura: Promotor Publico de Therezina, de Dezembro de 1889 a Junho de 1890, e, da cidade de União, de Junho de 1890 a Outubro de 1891; Juiz de Direito de Barras, de Outubro de 1891 a Setembro de 1896 e Procurador Seccional da Republica de 1897 a 1898. Eleito Deputado Federal em 1900 foi sempre reeleito, vindo a fallecer no Rio de Janeiro em 18 de Setembro de 1913.

3.º — Joaquim de Lima Pires Ferreira.

4.º — Arlindo Francisco Nogueira.

Nascido a 2 de Dezembro de 1853, em Valença, no Estado do Piauhy. Bacharel em sciencias juridicas e sociaes pela Faculdade de Direito do Recife, em 1877, occupou os seguintes cargos na magistratura: Promotor Publico de Valença, de 1 de Março a 20 de Maio de 1878, de Parnahyba,

de 21 de Abril de 1878 a 3 de Outubro de 1884 e de Amarante de 3 de Maio de 1887 a Abril de 1889, no Estado do Piauhy; Juiz Municipal de Alémquer, Estado do Pará, de 21 de Outubro de 1884 a 20 de Dezembro de 1886, e de Valença, Estado do Piauhy, de Abril de 1889 a Abril de 1891; Juiz de Direito de Campo Maior, de Abril a Junho de 1891 no Piauhy, da cidade de Picos, no Maranhão, de Outubro de 1891 a Setembro de 1892, e de Valença, de Setembro de 1892 a Junho de 1896, no Estado do Piauhy. Exerceo, tambem, no seu Estado natal, os logares de Procurador Geral do Estado, de Junho de 1896 a Outubro de 1898, e Secretario do Governo, de Outubro de 1898 a Setembro de 1899. Eleito Deputado Federal a esta legislatura, renunciou o mandato para tomar conta do Governo do Estado do Piauhy, no periodo de 1900 a 1904. Foi novamente eleito Deputado Federal na 5.ª e 6.ª legislaturas. Falleceu no Piauhy, em 19 de Outubro de 1917.

RAYMUNDO ARTHUR DE VASCONCELLOS. Eleito em 2 de Outubro de 1900; reconhecido em 24 de Novembro seguinte.

CEARÁ

(dez representantes)

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — THOMAZ POMPÊO PINTO ACCIOLY.

2.º — VIRGILIO BRIGIDO.

Nascido em 27 de Abril de 1854 no districto de S. Cruz de Uruburetama, Estado do Ceará, e pertencente á prestigiosa familia, formou-se em direito pela Faculdade do Recife. Advogou em Natal, Estado do Rio Grande do Norte, de Fevereiro 1881 a Junho de 1894, e em Fortaleza,

Estado do Ceará, de Setembro de 1884 a Setembro de 1894. No Rio de Janeiro, desde Outubro de 1889, exerce a mesma profissão. Na magistratura, occupou os cargos de Promotor Publico de Natal e de Fortaleza, cidades em que tambem exerceu o magisterio.

Foi Deputado Federal pelo Ceará de 1900 a 1905. Em 1912, foi de novo enviado á Camara Federal.

Alem de advogado, é tambem poeta e jornalista.

3.º — José Avelino Gurgel do Amaral. Falleceu em 22 de Julho de 1901.

Thomaz Cavalcanti de Albuquerque. Eleito em 29 de Agosto de 1901; reconhecido em 21 de Outubro seguinte.

4.º — Pedro Augusto Borges. Renunciou em 12 de Julho de 1900 por haver assumido o governo do Ceará.

Antonio Pinto Nogueira Accioly. Eleito em 16 de Outubro de 1900; reconhecido em 17 de Dezembro.

SEGUNDO DISTRICTO

5.º — Francisco Sá.

6.º — João Lopes Ferreira Filho.

7.º — Frederico Augusto Borges.

TERCEIRO DISTRICTO

8.º — Domingos Sergio Saboya e Silva.

Nascido em 27 de Maio de 1852, em Sobral, Ceará, é filho do coronel Domingos José de Saboya e Silva e d. Maria Clara de Saboya e Silva. Formado em engenharia, tem sido incumbido de importantes commissões, entre as quaes a de estudar o Porto do Ceará. E' funccionario do Ministerio da Viação. Eleito deputado federal em 1900, foi sempre reeleito até á 7.ª legislatura (1909 a 1911), tendo pertencido á Commissão de Finanças. Como technico, é considerado um dos luminares da sua classe.

9.º — Gonçalo de Almeida Souto.

Nascido em 12 de Maio de 1826, em Fortaleza, foram seus paes João Rodrigues Souto e d. Francisca de Almeida Souto. Em 1847, foi nomeado lente interino de latim do Lyceu, materia de que fôra o primeiro alumno que prestou exame nesse instituto. Nesse mesmo anno, disputou em concurso as cadeiras de inglez e francez. Em 1852, uma lei provincial concedeu-lhe licença de cinco annos para ir estudar direito no Recife, porem com a condição de pagar á sua custa o seu substituto. Assim aconteceu, regressando á sua cadeira em 1857, já bacharel. Dahi por diante, exerceu muitos cargos. Foi procurador fiscal da antiga Thezouraria de Fazenda; promotor publico de Fortaleza; substituto do juiz municipal; delegado da Companhia Internacional Forense; Secretario do governo da Provincia; Defensor dos cazamentos e delegado especial da Instrucção Publica Primaria e Secundaria. No Imperio, foi condecorado com a ordem de Christo. Proclamada a Republica, foi eleito senador estadual em 1891 pela opposição. Promulgada a Constituição do Estado e fundidos o Senado e a Camara, foi prezidente da Assembléa Legislativa do Estado em 1892 e, mais tarde, 3.º vice-prezidente do Ceará (1893). Eleito deputado federal em 1900, foi successiva-

mente reeleito até á 7.ª legislatura, (1909 a 1911). Homem de lettras e jornalista, cultor de linguas vivas e mortas, fundou em 1866 com o padre Lino Deodato a *Tribuna Catholica*, de Fortaleza. Em 1890, na *Gazeta da Noite*, combateu os actos do governo Provisorio sobre as relações com a Igreja. Traduzio em verso parte do *Paraizo Perdido*, de Milton, e muitas *Odes* de Horacio. Foi membro da *Sociedade de Geographia*, de Paris, e de outras instituições scientificas e litterarias. Era um fervoroso catholico.

Falleceu no Rio de Janeiro em 19 de Novembro de 1914.

10.º — Agapito Jorge dos Santos.

Nascido a 24 de Março de 1852, na cidade de Santo Antão, hoje cidade da Victoria, Pernambuco, era filho legitimo do dr. Joaquim Jorge dos Santos.

Em Fortaleza, capital do Ceará, onde seu pae exercia o cargo de juiz de direito, iniciou seus estudos no Atheneu Cearense e, logo depois, no Seminario Episcopal, donde seguiu, em 1866, para Roma.

Ali, no Collegio Pio Latino Americano, fez com distincção todo o curso de humanidades, obtendo os gráos de bacharel e licenciado pela Universidade Gregoriana.

A morte prematura de seu pae obrigou-o a deixar a cidade eterna em 1872, quando regressou para o Ceará, sem haver completado seus estudos superiores.

No Ceará, dedicou-se ao ensino e á advocacia; e, em Maranguape, onde fixara sua residencia, prestou relevantes serviços á causa da abolição dos escravos, dos quaes se constituiu espontaneamente advogado.

Isso lhe valeu a apresentação do seu nome para deputado á Constituinte na primeira assembléa que se reuniu no Ceará, logo após a proclamação da Republica.

Effectivamente eleito, continuou como deputado em todas as legislaturas seguintes até 1899, quando foi apresentado candidato a uma cadeira na Camara federal, no trienio de 1900 a 1902, sendo eleito e reconhecido.

Findo o mandato, por desaccordo com a politica então dominante no Ceará, foi excluido da chapa official.

Passou então a fazer parte do partido em opposição ao governo cearense, do qual se constituiu um dos chefes.

Fundado em 1904, pelo dr. Waldomiro Cavalcanti, para dar combate ao governador Accioly, o *Jornal do Ceará*, entrou immediatamente para a sua redacção e, mais tarde, assumiu a sua direcção politica, na qual se manteve durante muitos annos.

Eleito successivamente deputado federal pelo seu partido, nas legislaturas de 1906 a 1908 e 1909 a 1911, não foi reconhecido pela Camara, para a qual somente conseguiu voltar em 1912 (8.ª legislatura).

Em 1890, na administração Ferraz, foi nomeado lente de mathematica elementar da Escola Normal e, mais tarde, na administração Bezerril, director da mesma escola. Depois, passou a exercer o cargo de director do Lyceu Ceraense e lente cathedratico de Latim e Grego do mesmo instituto, sendo aposentado no ultimo cargo, em 1899, depois de quasi 27 annos de effectivo serviço á causa publica.

Falleceu no Ceará, em 24 de Novembro de 1916.

RIO GRANDE DO NORTE

(quatro representantes)

1.º — AUGUSTO SEVERO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO. Falleceu em 1902.

FRANCISCO VICTOR DA FONSECA E SILVA. Eleito em 17 de Agosto de 1902; reconhecido em 7 de Outubro seguinte.

2.º — ELOY CASTRICIANO DE SOUZA.

3.º — AUGUSTO TAVARES DE LYRA.

4.º — MANOEL PEREIRA REIS.

Nascido na Bahia em 12 de Novembro de 1837, formou-se em engenharia e doutorou-se em mathematicas. Capitão de fragata honorario da armada por ser professor de topographia e hydrographia da Escola Naval, tirou tambem a cadeira de lente de trigonometria espherica e astronomia da Escola Polytechnica do Rio de Janeiro. Engenheiro de alta autoridade, exerceu diversos cargos importantes. Foi chefe da commissão astronomica do Ministerio de Agricultura, astronomo do Imperial Observatorio, durante a monarchia, e membro do Instituto Polytechnico. Escreveu diversas obras, entre as quaes se citam: *Theoria completa dos cometas* (1881); *Imperial Observatorio* (1877); *O céo na latitude de 23.º sul* — mappa circular rotatorio (1887), etc., etc.

Eleito deputado federal pelo Rio Grande do Norte em 1900, foi reeleito á 5.ª e 6.ª legislaturas (1903 a 1908).

PARAHYBA

(cinco reprezentantes)

1.º — JOÃO SOARES NEIVA.

2.º — FRANCISCO ALVES DE LIMA FILHO.

Nascido na cidade do Catolé do Rocha, na Parahyba do Norte, formou-se em medicina. Regressando ao Estado, estabeleceu clinica na capital, onde exercia no Lyceu a cadeira de francez. Foi deputado estadoal em uma legislatura. Eleito deputado federal á 4.ª legislatura (1900 a 1903), não teve mais o mandato renovado. Passou a rezidir na capital do Estado, onde tinha a clinica.

3.º — Antonio da Trindade Antunes Meira Henriques.

4.º — Francisco Camillo de Hollanda.

Nascido na Parahyba do Norte em 10 de Setembro de 1861. Formado em medicina pela Faculdade da Bahia (1887), foi nomeado tenente 2.º cirurgião do corpo de saúde do exercito, em 13 de Abril de 1889. Em 27 de Março de 1890, foi elevado a capitão medico de 4.ª classe; em 28 de Fevereiro de 1907, graduado em major medico de 3.ª classe, e em 5 de Dezembro do mesmo anno considerado effectivo.

Eleito deputado federal nesta legislatura (1900 a 1902), foi reeleito á 7.ª, 8.ª e 9.ª (1909 a 1917). Em 22 de Outubro de 1916, renunciou o mandato para assumir o Governo da Parahyba. E' um espirito activo, emprehendedor e leal.

5.º — Antonio Marques da Silva Mariz.

PERNAMBUCO

(dezesete reprezentantes)

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — Ermirio Cezar Coutinho.

2.º — Celso Florentino Henriques de Souza.

Nascido em 28 de Julho de 1859 na capital do Estado de Pernambuco. Bacharel em Direito, tem exercido os seguintes cargos: Promotor Publico de Ingá, de 26 de Novembro de 1881 a 21 de Fevereiro de 1884 e da comarca de Campina Grande de 4 de Novembro de 1885 a 6 de Outubro de 1886; Juiz Municipal de Bananeiras, de 22 de Março de 1884 a 27 de Junho do anno seguinte, no Estado da Parahyba. Na cidade de Natal, Rio Grande do Norte,

conseguiu ser: Procurador Fiscal, de 25 de Janeiro de 1887 a 16 de Junho de 1888 e Secretario do Governo, de 18 de Junho de 1888 a 27 de Junho de 1889. Na sua terra natal, tem occupado os seguintes logares: Promotor de Capellas e Residuos, de 26 de Abril de 1890 a 9 de Novembro de 1891; Delegado de Policia, de 14 de Março a 19 de Dezembro de 1891; Fiscal do Banco Emissor de Pernambuco, de 26 de Maio de 1891 a 13 de Fevereiro de 1892; Professor de Latim do Gymnasio Pernambucano, desde 22 de Maio de 1893; Delegado litterario Municipal, de 29 de Outubro de 1894 a 31 de Dezembro de 1896 e Deputado Estadoal, de 6 de Março de 1895 a 2 de Maio de 1900.

Jornalista, manteve no Recife o «Estado de Pernambuco», de publicação diaria, de 1895 a 1901. Homem de lettras e jurista, faz parte ainda do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano, do qual é socio effectivo e honorario. E' ainda Membro da Sociedade de S. Vicente de Paulo, e de varias outras associações litterarias e religiosas. Foi Deputado Federal pelo 1.º districto de Pernambuco de 1900 a 1905. Advoga no Rio de Janeiro.

3.º — FRANCISCO TEIXEIRA DE SÁ.

4.º MANOEL GOMES DE MATTOS.

Nascido na cidade de Icó, Estado do Ceará, em 8 de Março de 1841, é filho legitimo de Francisco Gomes de Mattos Junior e d. Maria Candida de Mattos, ambos cearenses. Em fins de 1854, retirou-se com sua familia do Icó para a cidade de Recife, em Pernambuco, onde fez o curso de preparatorios, matriculando-se em Março de 1868 na Faculdade de Direito do Recife e formando-se em Sciencias Juridicas e Sociaes em Novembro de 1872.

Formado, seguio para o Ceará onde fez o seu quatrienio como Promotor Publico nas Comarcas do Ipú e do Crato, donde voltou ao Recife.

Casou-se pela primeira vez em 1864 com d. Guilhermina Amelia Rodrigues de Mattos, e, pela segunda vez, com d. Maria de Azevedo Gomes de Mattos.

Voltando ao Recife, depois de feito o seu quatrienio, entrou para o commercio em 1870, fazendo parte com seus irmãos Francisco e Antonio da firma Gomes de Mattos Irmãos & Cia., e matriculando-se no Tribunal do Commercio em 2 de Janeiro de 1873.

Socio da Associação Commercial de Pernambuco, foi eleito Director em 1875 e 1876, occupando o lugar de Secretario e posteriormente por diversas vezes o lugar de Prezidente da Associação.

Fez parte, como secretario, da Commissão que installou a Caixa Economica e Monte de Soccorro do Recife e que tomou a si as despesas de installação.

Foi o Prezidente, tendo como Vice-prezidente o dr. João Barbalho de Uchoa Cavalcanti, da Commissão Redemptora, nomeada pelo Prezidente Sancho de Barros Pimentel para applicação do fundo provincial de emancipação. Affirmou a *Tribuna*, do Rio de Janeiro, que os serviços prestados por esta Commissão foram valiosos e de effeito para o movimento emancipador, sendo citados com elogios no Parlamento, e José do Patrocinio, em seu jornal, dizia que ella conseguio destribuir a primeira serie de cartas de liberdade em numero de 59, dispendendo apenas, o que elle chamou facto virgem, a quantia de 5:400$000.

Tomou parte activa na Campanha Abolicionista. Quando se creou no Recife a Commissão Central Emancipadora para servir de centro ás innumeras sociedades abolicionistas, foi o seu Prezidente, tendo como Vice-prezidente, Barros Sobrinho e, como primeiro Secretario, João Barbalho. Dessa Commissão, faziam parte José Mariano e Martins Junior e, em nome della, fez Joaquim Nabuco a sua brilhante Campanha Abolicionista.

Desgostoso com a lentidão com que era tractada a emancipação dos escravos pelos partidos Liberal e Conservador, que se alternavam no poder, declarou-se republicano

em 14 de Julho de 1885, fazendo parte desde então do pequeno grupo dos Republicanos Historicos de Pernambuco.

Proclamada a Republica, foi nomeado pelo Governo Provisorio 3.º Vice-governador de Pernambuco, em 26 de Abril de 1890, passando logo a 2.º em 31 de Maio do mesmo anno; mas, não concordando com a sofreguidão com que se faziam grandes reformas sem ser ouvida a Nação, renunciou em documento publicado em 4 de Julho, o lugar de 2.º Vice-governador.

Em 1892, foi eleito Senador do Estado de Pernambuco; renunciou o seu mandato em 27 de Julho do mesmo anno por questões do orçamento, de que era relator; e, em 1899, entrando o Commercio do Recife em accordo com os diversos grupos da opposição ao Governo Rosa e Silva, foi eleito Deputado Federal no terço deixado sómente no 1.º Districto, tendo como companheiros de Chapa José Mariano e Martins Junior.

Actualmente, é só negociante, socio Commanditario da Casa Commercial Gomes de Mattos Irmãos & Cia., no Recife, que administrou desde 1870 até 1908, e vive na Capital Federal.

SEGUNDO DISTRICTO

5.º — Jayme Pombo Bricio Filho.

6.º — Herculano Bandeira de Mello. Renunciou em 1901 por haver sido eleito senador.

José de Medeiros e Albuquerque. Eleito em 8 de Outubro de 1901; reconhecido em 22 de Novembro seguinte.

7.º — Antonio Alves Pereira de Lyra.

8.º — João Vieira de Araujo.

TERCEIRO DISTRICTO

9.º — Malaquias Antonio Gonçalves.

10.º — José Moreira Alves da Silva.

11.º — Esmeraldino Olympio Torres Bandeira.

QUARTO DISTRICTO

12.º — Julio de Mello Filho.

13.º — Francisco Cornelio da Fonseca Lima.

14.º — Estacio de Albuquerque Coimbra.

Nascido em 22 de Outubro de 1872, no engenho Tentrigal, do municipio de Barreiros, no Estado de Pernambuco, foram seus paes o dr. João Coimbra e d. Francisca de Albuquerque Coimbra. Fez os estudos preparatorios no Recife, em cuja Faculdade de Direito matriculou-se em Março de 1888. Durante o curso academico, obteve na maioria dos exames approvações distinctas. Recebeu o diploma em Dezembro de 1892, sendo o orador da turma na solemnidade da collação do grau.

Depois de formado, dedicou-se á advocacia no municipio, onde nasceu, e na zona sul do seu Estado, fazendo-se tambem agricultor em uma propriedade, em que cultiva a canna de assucar. Em Julho de 1894, organizou

em Barreiros o Partido Republicano Federal, sob a chefia no Estado do senador Roza e Silva e ainda no governo do dr. Barboza Lima.

Foi logo depois eleito prefeito do municipio, e tambem incluido na chapa governista para a Camara dos Deputados do Estado para a legislatura de 1895 a 1897. Fez parte das Commissões de Justiça e Finanças tendo sido tambem o leader da maioria. Reeleito para a legislatura seguinte, perdeu o mandato por haver sido eleito e reconhecido deputado federal na legislatura de 1900 a 1902. Successivamente reeleito para as legislaturas seguintes até 1912, occupou no ultimo trienio o cargo de 1.º secretario da Mesa. Em 1907, foi novamente eleito deputado á Camara do Estado, e elevado á prezidencia dos trabalhos legislativos. Reeleito Prezidente em todas as sessões dessa e da seguinte legislatura, assumio em Maio de 1911, em virtude disso, o governo do Estado, vago pela renuncia do Dr. Herculano Bandeira e no impedimento do Prezidente do Senado. Procedida a eleição governamental, em que foram candidatos o senador Roza e Silva e o general Dantas Barreto, deixou o governo durante os successos sangrentos que convulsionaram o Recife. Não recebeu assim de suas mãos o poder aquelle general. Não tendo funccionado, por falta de numero a Camara dos Deputados de Pernambuco em o anno de 1912, ainda foi por isso o seu Prezidente. Em 1915, foi reeleito deputado federal, continuando a gozar de grande prestigio no Estado.

QUINTO DISTRICTO

15.º —PEDRO JOSÉ DE OLIVEIRA PERNAMBUCO.

16.º — JOÃO JUVENCIO FERREIRA DE AGUIAR. Falleceo em 1901.

Affonso Gonçalves Ferreira da Costa. Eleito em 25 de Março de 1901; reconhecido em 14 de Maio seguinte.

17.º — Elpidio de Abreo Lima Figueiredo.

Nascido em Goyana, Estado de Pernambuco, em 5 de Setembro de 1863, formou-se em sciencias juridicas e sociaes pela Faculdade de Direito do Recife, em Novembro de 1886. Occupou, na sua terra natal, os seguintes cargos: Promotor Publico de Limoeiro, de Outubro de 1888 a Julho de 1889; Deputado Estadual nas legislaturas de 1895 a 1897 e 1898 a 1900, nas quaes foi 1.º vice-prezidente e prezidente de Assembléa; Secretario Geral do Estado de Agosto de 1905 a Março 1908; Director do Thezouro, em commissão, de Fevereiro de 1909 a Novembro de 1911; Chefe de Policia, de 11 de Novembro a 18 de Dezembro 1911.

Diante dos successos que determinaram a investidura do general Dantas Barreto no governo do Estado, teve de affastar-se da sua terra, solidario como era com a politica, até alli dominante, chefiada pelo senador Roza e Silva.

Embarcou assim para o Sul e foi advogar em S. Paulo.

Lecionou tambem no Gymnasio Pernambucano, sendo lente cathedratico de Logica.

Como jornalista, foi por muito tempo collaborador do *Jornal do Recife* e, ultimamente, era o redactor-chefe do *Diario de Pernambuco.*

Publicou as seguintes obras:

— *Contabilidade Publica* (commentarios ao regulamento de 6 de Abril de 1907, Estado de Pernambuco);

— *Preceitos de Economia Politica*;

— *Principios Elementares da Sciencia das Finanças*;

— *Manual de Logica*

Este ultimo trabalho foi mandado adoptar, pela congregação do Gymnasio Pernambucano, como compendio no mesmo estabelecimento. E' espirito culto e caracter integro e fórte.

ALAGOAS

(seis reprezentantes)

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — Epaminondas Hypolito Gracindo.

Nascido em 10 de Janeiro de 1844 na villa de S. Luzia do Norte, Estado de Alagôas. Advogado e coronel da Guarda Nacional, era proprietario em Maceió.

Exerceo a advocacia nas seguintes cidades da sua terra natal: Maceió, Viçosa, Atalaia, União, S. Luzia do Norte, Pilar, Anadia, e Victoria, desde 1875.

Era deputado Federal desde 1900. Falleceu em começos de 1911. Homem de principios severos, leal e franco, gozava de larga influencia politica.

2.º — Jose Antonio Duarte.

Nascido em Alagôas, formou-se em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro. Regressando ao Estado, foi nomeado lente de historia geral do Lyceo de Maceió. Militando na politica, foi eleito deputado estadual em duas legislaturas e federal na de 1900 a 1902. Exerceo tambem o cargo de Secretario do Interior no governo do seu irmão, dr. Manuel Duarte. Em 1903, regressou a Alagôas continuando alli a clinicar.

3.º — Angelo José da Silva Netto.

SEGUNDO DISTRICTO

4.º — Manoel José de Araujo Góes.

5.º — José Bernardo de Arroxellas Galvão.

6.º — RAYMUNDO PONTES DE MIRANDA.

Nascido em 11 de Abril de 1868, no Recife, Estado de Pernambuco.

Bacharel em sciencias juridicas e sociaes pela Faculdade de Direito da sua terra natal, desde 31 de Julho de 1892, tem occupado no Estado de Alagôas os seguintes cargos: Deputado ao Congresso Constituinte e relator da commissão de redacção da Constituição, de 1891, a 1893; Procurador Geral do Estado, em 1895; Lente de Inglez do Lyceo de Penedo, desde 12 de Janeiro de 1896.

Como jornalista, foi redactor do *Penedo*, de 1896 a 1905, e do *Evolucionista*, desde 4 de Maio de 1905.

Eleito deputado federal em 1900, foi sucessivamente reeleito até o fim da 7.ª legislatura (1909 a 1911). Em 30 de Janeiro de 1912, foi eleito senador federal pela terminação do mandato do senador Paulo Malta. A sua investidura termina em 1921.

SERGIPE

(quatro reprezentantes)

1.º — JOVINIANO JOAQUIM DE CARVALHO.

Nascido em 5 de Maio no municipio de Patrocinio do Coité, Estado da Bahia. Formado em medicina, entrou bem cedo na vida politica desempenhando os mandatos de Deputado Estadual, na Bahia e em Sergipe.

Como medico, tem exercido diversas commissões de caracter official. Eleito Deputado Federal por Sergipe á 4.ª legislatura (1900 a 1902), teve sempre o mandato renovado até a 7.ª (1912 a 1915). Na Camara, fez sempre parte da Commissão de Redacção de Leis. Nas justas partidarias, tem-se sempre salientado pela lealdade e dedicação aos seus amigos.

2.º — José Rodrigues da Costa Doria.

3.º — Sylvio Roméro (Sylvio Vasconcellos da Silveira Ramos Roméro ou Sylvio Vasconcellos da Silveira Ramos, como se assignou até os seus estudos academicos).

Nasceu na cidade de Lagarto, da antiga provincia, hoje Estado de Sergipe, aos 21 de Abril de 1851.

Sua mãe, d. Maria Vasconcellos da Silveira, filha do portuguez Luiz Antonio e d. Roza Ludovina da Silveira, era neta do ultimo capitão mór portuguez que houve no Lagarto e alli deixou fama desde os fins do seculo passado até 1822, pela severidade do caracter, Joaquim José da Silveira. Seu pae, o portuguez André Ramos Roméro, era natural da cidade de Guimarães e filho de outro de igual nome e d. Josepha Vaz de Carvalho.

Feitas as primeiras lettras em sua terra natal, seu pae, que era negociante de bons haveres, fêl-o seguir para o Rio de Janeiro a estudar os preparatorios em principio de 1863.

O joven sergipano no Rio cursou, como interno, o collegio denominado *Atheneu Fluminense* que floresceu sob a habil direcção de Monsenhor Antonio Pedro dos Reis.

Prestados os exames de preparatorios nas antigas mesas da Instrucção Publica, seguiu em Fevereiro de 1868 para o Recife afim de cursar a Faculdade de Direito, onde se bacharelou aos 12 de Novembro de 1873.

Levando para o Recife solida instrucção secundaria, entrou a estudar severamente durante os dois primeiros annos, sem nada produzir, (1868-69), assumptos de litteratura, philosophia, religião, anthropologia etc.

Seu primeiro escripto, feito em Novembro de 1869, e publicado no jornal academico, *Crença,* em Março de 1870, era apreciativo de um volume de versos publicado naquelle tempo, pelo joven paráense, Santa Helena Magno.

— *Harpejos Poeticos* intitulava-se o livro do poeta nor-

tista, que ainda se mostrava todo eivado do romantismo americano a Gonçalves Dias.

O artigo de Sylvio Roméro, que se póde considerar uma especie de profissão de fé litteraria do auctor, que, em sua longa carreira de luctas, não fez mais do que desenvolver as theses então formuladas, o artigo, dizemos, era uma critica muito rigorosa, e levantou grande ruido nos circulos academicos.

Geral foi a grita contra o novo iconoclasta.

A' critica aos *Harpejos Poeticos* (1870) seguiram-se os estudos consagrados ás *Phalenas*, de Machado de Assis, *Espumas Fluctuantes*, de Castro Alves, e *Peregrinas*, de Victoriano Palhares, publicadas no *Americano* e no *Diario de Pernambuco.*

No periodo academico, Sylvio Roméro, alem dos já citados jornaes, collaborou no *Movimento, Correio Pernambucano, Jornal do Recife, Eschola e Trabalho.*

Neste ultimo, publicou (1873) os artigos intitulados: *O Romantismo no Brazil,* artigos que vieram mais tarde a constituir o nucleo principal do livro, *A Litteratura Brazileira* e a *Critica Moderna.*

Depois de bacharelado em Direito (1873), gastou no Recife tres annos (1874-76) a ver se se collocava no magisterio.

Nesse intuito, fez concurso á cadeira de philosophia do *Collegio das Artes,* (curso annexo á Faculdade), não conseguindo ser provido graças á guerra tremenda que lhe moveram os seus numerosos desaffectos e adversarios de ideias.

Seguiu então para o Rio (Novembro de 1876); e, logo apóz, para a cidade de Paraty, da provincia do Rio de Janeiro, onde por dois annos e meio exerceu o cargo de juiz municipal (1877-79).

Em meiados de 1879, veio fixar-se definitivamente no Rio, entrando no concurso a que então se procedeu para o provimento da cadeira de philosophia do *Collegio D. Pedro II,* hoje *Gymnasio Nacional.*

Foi nomeado em principios de 1880, lente cathedratico

da alludida materia, sendo tambem professor de Philosophia do Direito na Faculdade Livre do Rio de Janeiro, onde passou a rezidir.

Entre innumeros escriptos esparsos em jornaes e revistas, escreveu Sylvio Romero, as seguintes obras:

A poezia contemporanea (Recife, 1869); *Direito maritimo,* these para doutoramento em direito (Recife, 1875); *Ethnologia selvagem,* 1875; *Philosophia no Brazil,* 1878; *Cantos do fim de seculo,* 1878; *A litteratura brazileira e a critica moderna,* 1880; *Interpretação philosophica dos factos historicos,* 1880; *O naturalismo em litteratura,* 1882; *Cantos populares do Brazil,* 1882; *Ensaios de critica parlamentar,* 1883; *Ultimos harpejos,* 1883; *Contos populares do Brazil,* 1883; *Uma experteza!* 1884; *Valentim Magalhães* (Estudo), 1884; *Estudos sobre a poesia popular no Brazil,* 1888; *Historia da litteratura brazileira,* 1888; *Ethnographia brazileira,* 1888; *As tres formas da organização republicana,* 1889; *A Historia do Brazil ensinada pela biographia de seus heróes,* 1891; *Luiz Murat* (Estudo), 1891; *Doutrina contra doutrina,* 1894; *Ensaios de philosophia do direito,* 1895; *Machado de Assis* (Estudo), 1897; *Novos estudos de litteratura comtemporanea,* 1897; *O parlamentarismo e o prezidencialismo na Republica Brazileira* 1893; *Martins Penna,* 1900; *Ensaios de sociologia e litteratura,* 1900; *O elemento portuguez no Brazil,* 1902; *O duque de Caxias e a integridade do Brazil,* 1903; *Discursos,* 1904; *Evolução da litteratura brazileira,* 1904; *Passe recibo...* (resposta a Theophilo Braga), 1904, e muitas outras.

Foi deputado federal pelo seu Estado natal na 4.ª legislatura (1900 — 1902) e era membro da Academia Brazileira de Lettras e de muitas outras associações scientificas e litterarias.

Na Camara dos Deputados, alem de proferir eloquentes discursos, fez parte da commissão dos 21, incumbida de organizar o Codigo Civil Brazileiro.

Analysando a sua personalidade litteraria, assim se expressa Dunshee de Abranches na *Noticia Biographica* que

escreveu como prefacio ao livro — *Evolução da litteratura brazileira:*

«Se, sobre um planispherio que obedecesse a estas ideias, se quizesse projectar a historia da litteratura brazileira, na parte que designasse a phase contemporanea, a linha mais saliente e mais uniforme seria a que reprezentasse a passagem espiritual de Sylvio Romero.

«E' que a sua individualidade litteraria, não sendo propriamente um typo por que se amoldassem ou podessem amoldar-se todas as outras, nem verdadeiramente reprezentando um foco principal, em torno do qual se dilatasse no presente em circulos concentricos toda a actividade mental do nosso meio, o que seria uma anomalia, dada a situação anarchica das sociedades modernas, é comtudo a que exhibe maior numero de caracteres proprios, isolando-a e distinguindo-a no conjuncto.

«Assim é que dos escriptores nacionaes desta geração, é Sylvio Romero o que tem mostrado possuir, sinão o maior talento, ao menos mais vasta e uniforme illustração, mais nitida e perfeita ideia da probidade litteraria e, finalmente, mais accentuada originalidade, conseguindo imprimir o seu *eu* aos seus escriptos e fazer dos seus escriptos obras duradouras».

Falleceu Sylvio Romero em 19 de Julho de 1914.

4.º — FAUSTO DE AGUIAR CARDOSO.

Natural de Sergipe, era filho do coronel Felix Zeferino Cardozo. Bacharelou-se em direito pela Faculdade do Recife em 1884. Discipulo de Tobias Barreto e Sylvio Roméro, consagrou-se a estudos philosophicos, escrevendo diversas obras a respeito. Poeta, jornalista e tribuno, homem de sciencia e homem de lettras, possuidor de grande talento e energia d'alma, redigio diversos diarios, collaborou em outros e, além de seus discursos politicos no parlamento e nos comicios populares, produzio muitas conferencias litterarias. Entre outros jornaes, escreveu no *Cor-*

reio do Povo, na *União Federal*, no *Debate*, na *Imprensa* e no *Dia* e fundou *A Aurora*, que durou poucas semanas, todos na Capital Federal. Publicou as seguintes obras: *A Illusão teleologica* (1892); *A Hereditariedade psychologica* (1892); *a Cosmogonia politica e americana* (1892); *Cursos do Direito e da Moral*, etc., etc.

Recem-formado, regressou a Sergipe, onde, na magistratura e na advocacia, labutou um lustro. Aos 25 annos, estava habilitado a ser Juiz de Direito e embarcou para esta capital. Aqui chegado, reprezentou Sergipe na solemnidade em que os alumnos da Escola Militar commemoraram o anniversario do discurso proferido por Benjamim Constant annunciando a revolução. Este, ao terminar Fausto Cardozo a sua oração, saudou-o com enthusiasmo, dizendo-se maravilhado de tanta eloquencia. Dias depois, nomeava-o expontaneamente professor de Historia Universal com exercicio em diversas escolas do Districto Federal.

Nomeado delegado auxiliar do Chefe de Policia desta capital, era logo aproveitado pelo marechal Floriano para secretario geral da Prefeitura.

Occupou tambem as cadeiras de Historia Universal, na Escola Normal e no Pedagogium, do qual foi director; de Historia de Bellas-Artes, na respectiva escola; e de Philosophia do Direito na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro.

Escreveu ainda na *Revista Brazileira* varios artigos sobre a *Evolução das Sciencias*.

Eleito deputado federal á 4.ª legislatura (1900 a 1902), deixou o lugar de redactor dos debates da Camara, o qual exercia então. Não foi reeleito á 5.ª legislatura; mas teve o mandato renovado á 6.ª (1906 a 1908). Infelizmente, em fins de 1906, tendo partido para Aracajú e pondo-se á frente do movimento revolucionario, que depoz o governador do Estado, foi espingardeado pela força do exercito quando procurava penetrar no palacio, vindo momentos depois a fallecer. O povo de Sergipe vae erguer-lhe uma estatua.

BAHIA

(vinte e dois reprezentantes)

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — José Joaquim Seabra. Resignou o mandato em 15 de Novembro de 1902 por haver sido nomeado ministro do Interior. Não foi preenchida a vaga.

2.º — João Augusto Neiva.

3.º — Joaquim Macedo de Castro Rabello.

4.º — Jayme Lopes Villas-Boas.

Nascido em S. Salvador, na Bahia, era filho do distincto educador Dr. Villas-Bôas. Formado em sciencias juridicas e sociaes, envolveu-se bem cedo nas lutas politicas da sua terra natal. Eleito deputado á Constituinte do Estado, fez parte do grupo que, ao lado do dezembargador Luiz Antonio Barboza de Almeida, moveu forte opposição ao governo Luiz Vianna, com Antonio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, Pedreira Franco, Rocha Leal e outros. Ao mesmo tempo que assim agia em politica, consagrava-se á lavoura do assucar, conseguindo fazer fortuna. Eleito deputado federal á 4.ª legislatura (1900 a 1902), falleceu no exercicio do mandato, em 1900.

Augusto Ferreira França. Eleito em 26 de Agosto de 1900; reconhecido em 8 de Outubro seguinte. Falleceu em 1902 não sendo preenchida a vaga.

Nascido na Bahia, fez um brilhante curso academico. Eleito deputado federal em 26 de Agosto de 1900, na vaga

aberta pela morte do dr. Jayme Villa-Bôas, não chegou tambem a concluir o mandato, vindo a fallecer em Setembro de 1902.

SEGUNDO DISTRICTO

5.º — Francisco Maria Sodré Pereira.

6.º — Aristides Augusto Milton.

7.º — Joaquim Ignacio Tosto.

TERCEIRO DISTRICTO

8.º — Felix Gaspar de Barros e Almeida. (1)

9.º — Eugenio Gonçalves Tourinho.

10.º — Manoel Caetano de Oliveira Passos.

QUARTO DISTRICTO

11.º — Pedro Vergne de Abreu.

12.º — Francisco de Paula Oliveira Guimarães.

13.º — Satyro de Oliveira Dias.

Nascido a 12 de Janeiro de 1844, em Inhambupe, no Estado da Bahia. Durante o antigo regimem exerceo os

(1) Vide Ministerio do 4.º quatrienio.

cargos de Prezidente das Provincias do Amazonas, Rio Grande do Norte e Ceará, realizando-se nesta ultima por occasião do seu governo a libertação dos escravos.

Foi tambem, na Bahia, Secretario da Prezidencia da Provincia, Director Geral da Instrucção Publica e Deputado Provincial em duas legislaturas.

Na Republica, conseguio ser na sua terra natal Inspector Geral do Ensino, Deputado e 1.º Vice-Prezidente da Constituinte, Prezidente da 1.ª Camara dos Deputados, e Secretario do Interior e Justiça. Eleito Deputado Federal em 1900, exerceo na Camara a Prezidencia da Commissão de Instrucção Publica e o cargo de Vice-Prezidente. Em 1906, não foi reeleito. Falleceu a 19 de Agosto de 1913. Possuia larga cultura e era um especialista em questões pedagogicas.

QUINTO DISTRICTO

14.º — MANOEL JOSÉ ALVES BARBOSA.

15.º — JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS.

16.º — MANOEL ADALBERTO DE OLIVEIRA GUIMARÃES.

SEXTO DISTRICTO

17.º — NICOLAU TOLENTINO DOS SANTOS.

18.º — ANTONIO RODRIGUES LIMA.

19.º — EDUARDO PIRES RAMOS.

SETIMO DISTRICTO

20.º — THOMAZ GARCEZ PARANHOS MONTENEGRO.

21.º — DYONISIO EVANGELISTA DE CASTRO CERQUEIRA.

22.º — MARCOLINO DE MOURA E ALBUQUERQUE.

ESPIRITO-SANTO

(quatro reprezentantes)

1.º — GALDINO TEIXEIRA LINS DE BARROS LORETO.

2.º — JOSÉ GOMES PINHEIRO JUNIOR.

3.º — JOSÉ FRANCISCO MONJARDIM.

Nascido na Victoria, Espirito-Santo, em 2 de Dezembro de 1870, fez o curso de direito até ao 4.º anno na Faculdade de S. Paulo, indo concluil-o na do Recife em 1891. Fixou rezidencia na cidade natal abrindo banca de advogado e entrando na politica. Redigio os jornaes: *Commercio do Espirito-Santo*, de 1892 a 1894; o *Autonomista*, de 1894 a 1895; e o *Estado do Espirito-Santo*, dessa data em diante. Em 1897, foi nomeado prezidente do Conselho Fiscal da Caixa Economica do Espirito-Santo. Em 23 de Maio de 1898, foi investido da prezidencia do governo municipal de Victoria, cargo que exerceu até 1900, visto haver sido reeleito em 1899. Desse anno até 1904, foi tambem deputado estadual. Eleito, afinal, deputado ao Congresso Nacional na 4.ª legislatura (1900 a 1902), foi escolhido para

membro das commissões de obras publicas e colonisação, de tarifas e de revisão do projecto do Codigo Civil (commissão dos 21). Além de bacharel em direito, é coronel da Guarda Nacional. Reeleito á 5.ª legislatura, teve ainda o seu mandato renovado na 6.ª.

4.º — José de Mello Carvalho Muniz Freire. Renunciou logo depois de reconhecido.

José Marcelino Pessoa de Vasconcellos. Eleito em 26 de Agosto de 1900; reconhecido em 8 de Outubro. Falleceu em 1902 não sendo preenchida mais a vaga.

Nascido na Victoria, no Espirito-Santo, era formado em Medicina. Influencia politica no Estado, exerceu a prezidencia depois do governo do dr. Graciano Neves. Eleito deputado federal á 4.ª legislatura (1900 a 1902), veio a fallecer no exercicio do mandato quando era submettido a uma intervenção cirurgica. Occorreu o sinistro em Julho de 1902.

DISTRICTO FEDERAL

(dez reprezentantes)

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — Arthur Ambrozino Heredia de Sá.

2.º — Celso Eugenio dos Reis.

Nascido no Rio de Janeiro, era formado em Medicina. Estabelecendo clinica nessa cidade e rezidindo durante longos annos na Gavea, conquistou bem depressa larga influencia nessa zona e em outras do antigo primeiro circulo

do Districto Federal. Eleito deputado federal á 4.ª legislatura (1900 a 1902), não teve mais o mandato renovado, vindo a fallecer em 19 de Julho de 1907.

3.º — João Baptista de Sampaio Ferraz.

SEGUNDO DISTRICTO

4.º — Irineu de Mello Machado.

5.º — Henrique Tavares Lagden.

Nascido em 29 de Dezembro de 1859, na cidade do Rio de Janeiro, na antiga rua Formosa, hoje General Caldwell, foram seus paes José Henrique Lagden e d. Maria da Conceição Passos Lagden, ambos brazileiros.

Estudou no Externato do Collegio D. Pedro 2.º, onde se matriculou em 1872 e sahio em 1876 (no 5.º anno). Entrando para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1879, recebeo o gráo de Doutor em Medicina pela mesma Faculdade em 22 de Dezembro de 1884, tendo sustentado these nesse mesmo mez e anno, e sendo o assumpto *Influencia da prenhez sobre as molestias pulmonares*, these laureada com *distincção*.

Foi empregado da Estrada de Ferro D. Pedro 2.º, hoje Central do Brazil, como armazenista do Ramal de Porto Novo, Repartição da Via Permanente, em 1877 e, finalmente, tendo exercido a clinica medica, sempre na cidade do Rio de Janeiro, foi eleito Intendente Municipal em 27 de Dezembro de 1896, para o bienio 1897-1898, então filiado ao Partido Republicano Federal, sendo chefe desse Partido no Districto Federal, o dr. Thomaz Delphino dos Santos.

Foi eleito deputado federal pelo 2.º circulo do Districto Federal á 4.ª legislatura (1900 a 1902), não tendo mais o

mandato renovado. Foi eleito Intendente Municipal para o trienio de 1907 a 1909.

Ao ser proclamada a Republica, servio tambem como sub-delegado da Freguezia de S. Anna, cargo que, nessa época, era gratuito.

Continúa a clinicar nesta cidade, sendo novamente intendente municipal.

6.º — Oscar Godoy.

7.º — Nelson de Vasconcellos e Almeida.

TERCEIRO DISTRICTO

8.º — Augusto de Vasconcellos.

9.º — Melciades Mario de Sá Freire.

10.º — Raul Capello Barrozo.

RIO DE JANEIRO

(vinte e dois reprezentantes)

1.º — José de Barros Franco Junior.

2.º — Antonino Fialho.

Nascido em Petropolis, Estado do Rio, é filho do antigo e popular tabellião Fialho, já fallecido, e irmão do diplomata Alberto Fialho. Formado em engenharia, dedicou-se tambem á vida agricola, dirigindo uma fazenda de sua pro-

priedade e praticando com esforço a viticultura em seu municipio. Foi algum tempo prezidente da Sociedade Nacional de Agricultura. Eleito deputado á 4.ª legislatura (1900 a 1902), não teve mais o mandato renovado. Seguio depois em commissão do Ministerio da Agricultura para a Europa.

3.º — Diocleciano Alves de Souza.

4.º — Martinho Alvares da Silva Campos.

Nascido em Minas Geraes, é filho do Conselheiro Martinho Campos, que foi prezidente do Conselho na monarchia, senador do Imperio e um dos chefes proeminentes do partido liberal. Formado em direito, foi secretario do Interior e Justiça no governo Alberto Torres no Estado do Rio. Eleito, em seguida, deputado federal á 4.ª legislatura (1900 a 1902), não teve mais o mandato renovado.

Passou desde então a advogar em S. Paulo.

SEGUNDO DISTRICTO

5.º — Nilo Peçanha.

6.º — Luiz da Silva Castro.

7.º — João Antonio Alves de Britto.

8.º — Lourenço Maria de Almeida Baptista (Barão de Miracema).

Nascido na cidade de Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, em 22 de Outubro de 1839, formou-se em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, recebendo o grau em 23

de Novembro de 1863. Exerceu sempre a clinica em Campos até 1903. Nesta cidade, foi cirurgião effectivo do Hospital da Mizericordia e tambem do Hospital da Sociedade Portugueza de Beneficencia. Foi vereador municipal de 1873 a 1876, prezidente da Camara Municipal de 1877 a 1880, juiz de paz de 1886 a 1889. Eleito deputado federal pelo 2.º districto do Rio de Janeiro em 1900, foi elevado em 1903 a senador na vaga aberta pelo fallecimento do dr. Rangel Pestana. Reeleito em 1906, o seu mandato terminou em 1914. Em 1915, não foi reeleito; mas não tardava a voltar ao Senado na vaga aberta pela posse do dr. Nilo Peçanha no governo do Estado do Rio. Eleito assim senador em 24 de Junho de 1916, foi reconhecido a 6 de Agosto.

TERCEIRO DISTRICTO

9.º — CUSTODIO JOSÉ COELHO DE ALMEIDA. Renunciou o mandato em 1902 por haver sido nomeado director do Banco da Republica, não sendo preenchida a vaga.

Nascido no Estado do Rio, é formado em sciencias e juridicas e sociaes, especialisando-se todavia em finanças. Logo depois de proclamada a Republica, foi eleito senador estadoal durante o governo do dr. Francisco Portella. Com a deposição deste, affastou-se quasi da actividade politica, si bem que contasse bastantes elementos em Cantagallo e outros municipios. Mais tarde, era eleito deputado federal á 4.ª legislatura, combatendo da tribuna os planos financeiros do dr. Joaquim Moutinho. Na prezidencia Rodrigues Alves, foi nomeado director do Banco da Republica, dirigindo a carteira cambial. E' hoje banqueiro na Capital Federal e homem de grande preparo financeiro.

10.º — ANTONIO AUGUSTO PEREIRA LIMA.

Nascido em Minas Geraes, é formado em direito. Durante o Imperio, filiou-se ao partido liberal, sendo muitas vezes eleito deputado provincial. Proclamada a Republica,

foi eleito senador estadoal sob o governo do dr. Francisco Portella. Eleito deputado federal á 4.ª legislatura (1900 a 1902), foi reeleito á 5.ª e á 6.ª (1903 a 1908). Na Camara Federal, foi *leader* da sua bancada e vice-prezidente. Não teve mais o mandato renovado.

Voltou desde então a rezidir na cidade do Carmo, no Rio de Janeiro.

11.º — Julio Verissimo da Silva Santos.

QUARTO DISTRICTO

12.º — Joaquim Pereira dos Santos.

João Baptista Pereira dos Santos. Eleito em 6 de Abril de 1902; reconhecido em 16 de Maio.

Nasceu na freguezia de Bôa Esperança, no municipio de Rio Bonito, Estado do Rio de Janeiro. Na politica, tem occupado os cargos seguintes: deputado estadoal ao Congresso Fluminense; vereador á Camara Municipal do Rio Bonito, cuja prezidencia exerceu; e deputado federal pela sua terra natal, de 1902 a 1912.

Além disso, tem desempenhado diversos cargos de nomeação do governo geral e estadoal.

13.º — João Aureliano Correia dos Santos (Monsenhor).

Nascido em Aracaty em 6 de Maio de 1850, era filho do tenente-coronel José Correia dos Santos e D. Thereza de Jesus Correia dos Santos. Recebeu o presbyterato no Seminario da Fortaleza, em 1873, indo parochiar as freguezias da Cachoeira, Aracaty e Jaguaribe-mirim. Em 1877, seguio para o Rio de Janeiro fixando rezidencia em Nitheroy. Seis annos depois, era nomeado vigario da igreja matriz de S. João Baptista, da capital fluminense. Elevado a

conego desde 1879, foi nomeado em 1894 governador geral do Bispado de Nitheroy, cuja diocese mais de uma vez dirigio na auzencia do Bispo. Galardoado com as insignias de monsenhor e de prelado domestico do papa Leão XIII, foi o fundador do Collegio das Dorothéas, em Nitheroy. Eleito deputado federal pelo 4.º districto do Rio de Janeiro em 1900, não pleiteou mais a reeleição. Falleceu em 31 de Julho de 1904, depois de uma longa estadia na Europa.

14.º — João Martins Teixeira.

Nascido no Rio de Janeiro em 5 de Fevereiro de 1848, era filho de Manoel Martins Teixeira. Doutor em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro e lente da cadeira de physica medica, desempenhou por delegação do governo importantes commissões scientificas na Europa e exerceu tambem o cargo de adjunto da Inspectoria Geral de Hygiene. São obras suas:

— *Das allianças consanguineas* (these de doutoramento — 1872);

— *Acustica* (these de concurso a um logar de oppositor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro — 1872);

— *Calor em geral e calor animal em particular* (these de concurso — 1873);

— *Noções de chimica geral* — (1875);

— *Noções de chimica inorganica* — (1878);

— *Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro* (Memoria historica — 1876);

— *O ensino medico* (artigos — 1878);

— *Curso de physica* (1887);

— *O explicador de geometria* (1879), etc.

Tribuno e homem de sciencia, professor e pedagogo, foi eleito deputado federal em 1900, não tendo o mandato renovado. Distinguia-se principalmente pela sua eloquencia e elegancia de phrase.

Falleceu em Nitheroy em 18 de Setembro de 1906.

QUINTO DISTRICTO

15.º — Carlos Augusto de Oliveira Figueiredo.

Nascido em 4 de Novembro de 1837, no Estado do Rio. Bacharel em direito, foi no extincto regimen homem de grande destaque, tendo sido Prezidente da Provincia de Minas Geraes, de 1 de Fevereiro a 1 de Julho de 1887. Na Republica, occupou na sua terra natal, entre outros, os seguintes cargos: Ministro do Tribunal de Contas, de 1 de Novembro de 1892 a 3 de Maio de 1903; deputado federal de Maio de 1900 a 6 de Outubro de 1904; e, senador federal, dessa data até 11 de Novembro de 1911, quando foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal. Falleceu no Rio de Janeiro em 29 de Outubro de 1912. Não só era notavel pelo seu saber como se distinguia pelo seu trato fidalgo e bondoso.

16.º — Joaquim José de Souza Breves.

17.º — Francisco Rangel Pestana. Renunciou em 22 de Outubro de 1900, sendo reeleito em 31 de Março de 1901 e reconhecido em 22 de Junho seguinte. Eleito em 1902 senador, foi substituido pelo sr. Oliveira Bello.

Luiz Alves Leite de Oliveira Bello. Eleito em 27 de Julho de 1902; reconhecido em 4 de Setembro.

Nascido em 1850 no Rio de Janeiro, foi seu pae o dr. Luiz Alves de Oliveira Bello. Bacharel em direito pela Faculdade de S. Paulo, filiou-se bem moço ao partido liberal no Imperio. Foi membro do Conselho de Instrucção Publica em Nitheroy, deputado provincial em diversas legislaturas, e prezidente das provincias de Sergipe, de 1880 a 1881; do Paraná, de 1883 a 1884; e de Santa Catharina, em 1889. Achava-se nesse posto quando foi proclamada a

Republica. Homem de lettras e tribuno, publicou os seguintes trabalhos:

— *Os farrapos* (esboço de romance — 1877);

— *Discursos na maçonaria em S. Paulo* (1872);

— *Politica geral* (discurso na assembléa do Rio de Janeiro em 1874);

— *A Igreja perante a historia* (conferencia — 1873);

— *A educação nacional* (conferencia — 1873);

— *O espirito do seculo XIX* (idem — 1874);

— *Ensaio da tribuna popular* (1875), etc.

Eleito em 1900 deputado federal pelo 5.º districto do Estado do Rio, não teve mais o mandato renovado. Foi algum tempo prezidente da Sociedade Nacional de Agricultura.

MINAS GERAES

(trinta e sete reprezentantes)

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — Estevão Lobo Leite Pereira.

Nasceu a 3 de Dezembro de 1869 em Campanha, no Estado de Minas Geraes. Formado em direito, fez-se advogado na cidade de Bello Horizonte, onde exerceo tambem o cargo de professor cathedratico da Faculdade de Direito. Foi deputado federal pelo seu Estado natal, de 1900 a 1905. Jurista e homem de lettras, deixou nos annaes parlamentares trabalhos notaveis sobre diversos assumptos. Pertenceo na Camara a importantes commissões. Abandonando a politica, abriu banca de advogado nesta capital, vindo a fallecer afogado ao tomar banho em Copacabana, em 14 de Setembro de 1908.

2.º — Rodolpho Ernesto de Abreu. Renunciou em 29 de Dezembro de 1900, allegando molestia.

Francisco Luiz da Veiga. Eleito em 28 de Abril; reconhecido em 3 de Junho seguinte.

3.º — Viriato Diniz Mascarenhas.

Nascido em 21 de Abril de 1863, no municipio de Cruvello, Estado de Minas Geraes. Formado embora em direito, é lavrador desde 1889. Exerceu tambem no seu Estado natal os seguintes cargos: Promotor Publico de Sete Lagôas; membro da Constituinte Mineira; e Deputado Federal de 1903 a 1909. Foi um dos directores da Companhia Cedro e Cachoeira, de fiação e tecidos de algodão, nos municipios de Cruvello, Sete Lagôas e Santa Luzia do Rio das Velhas, de 1898 a 1903.

4.º — Theophilo Benedicto Ottoni.

Nasceo em Agosto de 1861, em Mucury, então colonia e hoje cidade de Theophilo Ottoni. Fôra sua familia uma das primeiras civilisadas lá estabelecidas, tendo sido seu pae o braço direito de seu irmão, Theophilo B. Ottoni, em seu patriotico emprehendimento de abrir caminho do Norte de Minas para o porto de mar mais proximo, e na catechese dos indigenas que povoaram aquellas mattas seculares.

Foram seus paes Augusto Benedicto Ottoni e d. Maria Carlota Ottoni, ambos fallecidos.

Iniciou o curso de humanidades na cidade do Serro, berço de seus maiores; frequentou os collegios Kopke, em Petropolis, e Victoria, no Rio de Janeiro. De 1878 a 1880, fez o curso geral da Escola Polytechnica, no Rio; e, de 80 a 1883, o curso de Minas e Engenheiro Civil, em Ouro Preto. De 83 a 1885, substituio o dr. Henrique Salles na cadeira de Geometria do Lyceu Mineiro, em Ouro Preto.

Por esse tempo, tomou parte, com Antonio Olyntho, Francisco Sá e outros, na propaganda abolicionista e auxi-

liou Chrockat de Sá, então Director de Obras Publicas, na fundação do Lyceu de Artes e Officios.

De 85 a 1890, exerceo o cargo de Engenheiro de Obras Publicas de Minas no districto cuja séde era em Montes Claros. Percorreo então todo o Norte do Estado e fez reconhecimentos para estradas de ferro, os ques, a seu ver, deveriam constituir a rêde de viação de Minas. N'esse periodo, trabalhou pelas suas idéas de republicano e collaborou no *Movimento*, jornal fundado em Ouro Preto, por Antonio Olyntho, João Pinheiro e Aristides Maia, batendo-se contra as instituições monarchicas.

Em 1890, pouco se demorou nas commissões do Estado, na Repartição de Obras Publicas e na commissão da Carta Geographica. D'ellas se retirou para estudos de estradas de ferro, tendo aprezentado ao governo os estudos da E. F. Extremo a Montes Claros.

De 91 a 1896, trabalhou no prolongamento da E. de Ferro Central estando como chefe de secção em Curvello quando foi suspensa a commissão. Em 1898, a convite do dr. Pereira Passos, dirigio a construcção da Central, de Sete Lagôas a Silva Xavier. Suspensas novamente as obras de avançamentos da Central, fixou rezidencia em Sete Lagôas e atirou-se á politica. Foi eleito deputado federal, extra-chapa, na legislatura de 1900 a 902.

Suffragado o seu nome para a legislatura seguinte, ainda extra-chapa, não foi reconhecido.

De 901 a 1906, exerceo o cargo de Agente Executivo e Prezidente da Camara Municipal de Sete Lagôas, tendo, n'esse periodo, fundado com Antonio Andrade e o dr. João de Avellar, o jornal *Reflexo*.

Em 1906, voltou a trabalhar no Prolongamento da Central, exonerando-se no anno seguinte quando, illegal e inconvenientemente, se fez a mudança do escriptorio da construcção para a Capital Federal.

Occupou-se tambem de serviços particulares de sua profissão em estradas de ferro e no estudo de nossas ri-

quezas mineraes, e foi tarefeiro de um trecho do Prolongamento a Montes Claros, ainda da Central.

Em 1912, foi eleito sem sollicitação de votos, vereador a Camara de Sete Lagôas, cidade de sua rezidencia.

SEGUNDO DISTRICTO

5.º — José Bonifacio de Andrade e Silva.

6.º — Gastão da Cunha.

Nascido a 29 de Julho de 1863 em S. João d'El Rei, no Estado de Minas-Geraes.

Formado em Direito, foi advogado na cidade de Bello Horizonte e Promotor Publico, Juiz Municipal e Juiz de Direito das comarcas de Ubá, Tiradentes e Rio Preto, no seo Estado natal, de 1885 a 1894. Occupou tambem o cargo de Director da Imprensa Official da cidade de Ouro Preto em 1895, o de Procurador Geral do Estado, em Bello Horizonte, de 1896 a 1898; e o de lente da Faculdade de Direito de Minas-Geraes desde 1896.

Eleito deputado federal em 1900 e reeleito em 1903, pertenceu na Camara á Commissão de Diplomacia e Tratados e tratou em discursos mais particularmente das questões de ensino publico. Tendo sido escolhido para arbitro brazileiro no Tribunal Arbitral Brazileiro e Boliviano, renunciou o mandato em 25 de Setembro de 1905. Em 4 de Janeiro seguinte, era ainda nomeado para o Tribunal Arbitral Brazileiro Peruano. Fez parte em 1906 da Delegação Brazileira na 3.ª Conferencia Internacional Americana. Em 12 de Dezembro de 1907, era nomeado ministro do Brazil no Paraguay. Esteve, todavia, em commissão no Rio de Janeiro desde essa data até 27 de Novembro de 1908 e de 30 de Agosto de 1909 a 23 de Agosto de 1911. Em 23 de Junho de 1910, era nomeado membro da Delegação Brazileira na 4.ª Conferencia Internacional Americana. Em

25 de Maio de 1911, era removido para a legação da Noruega e Dinamarca. Em 16 de Maio de 1913, passava a servir junto á Santa-Sé, assumindo o posto em 18 de Outubro. Removido em 20 de Maio de 1914 para Madrid, era em 20 de Agosto de 1915 nomeado Sub-Secretario de Estado do Ministerio do Exterior. Pouco se demorou nesse cargo, sendo nomeado embaixador em Portugal na vaga aberta pela morte do dr. Regis de Oliveira, cargo em que prezentemente se encontra.

E' um espirito brilhante e caustico, o que muito contribuio para os seus bellos triumphos na tribuna parlamentar.

7.º — JOÃO LUIZ DE CAMPOS.

TERCEIRO DISTRICTO

8.º — CARLOS VAZ DE MELLO.

9.º — LUIZ EUGENIO MONTEIRO DE BARROS.

10.º — ILDEFONSO MOREIRA DE FARIA ALVIM.

QUARTO DISTRITO

11.º — JOÃO NOGUEIRA PENIDO FILHO.

Nascido em Juiz de Fóra a 28 de Janeiro de 1862, é filho do dr. João Penido, que foi deputado geral no Imperio e tambem deputado federal á 2.ª e 3.ª legislaturas da Republica. Recebeu em 1883 o grau de doutor em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, versando a sua thése, que foi approvada com distincção, sobre o *Diagnostico e tratamento das paralysias de origem bolbar*. Foi um dos fundadores da

Polyclinica do Rio de Janeiro, trabalhando como chefe de clinica das molestias das vias urinarias. Nessa especialidade, aperfeiçoou-se na Europa sob a direcção do professor Guyau, depois de haver exercido a clinica em Juiz de Fóra, onde tambem a exercia o seu saudoso pae.

Na sua terra natal, fundou ainda a Sociedade de Medicina e Cirurgia, occupando o logar de cirurgião da Santa Casa de Mizericordia. Como operador, salientou-se em outras localidades de Minas, tendo praticado com grande successo no Sanatorio de Barbacena a talha hypogastrica, o que até então não se havia feito em Minas. Entrementes, tomava parte saliente no jornalismo e na politica do seu municipio. Redigio o *Parahybuna* e a *Democracia*, orgão liberal, alli publicado nos ultimos annos da monarchia. Redigio o *Jornal do Commercio* de Juiz de Fóra em uma de suas phases mais brilhantes, e, ainda agóra, com Antonio Carlos, é o proprietario do *Diario Mercantil* da mesma cidade. Prezidente da Camara Municipal de Juiz de Fóra e seu Agente Executivo no trienio de 1895 a 1897, foi eleito neste ultimo anno deputado federal á 4.ª legislatura e, successivamente, reeleito até a prezente data. Apenas alguns mezes durante este tempo, deixou de pertencer á Camara, cedendo nobremente a sua cadeira a David Campista, sobre cuja eleição corriam duvidas. Mezes depois, todavia, nomeado Campista Ministro da Fazenda, voltava elle ao seu posto no parlamento. Neste, tem feito sempre parte Commissão de Saúde Publica. Foi ahi um dos paladinos da *Reforma Oswaldo Cruz;* e, pelos seus meritos scientificos, foi nomeado delegado do Brazil no Congresso de Tuberculose, effectuado em Paris em 1905, tendo dos seus trabalhos publicado minucioso relatorio. No Congresso Nacional, tambem ha sido um esforçado propugnador dos interesses da lavoura; e, na campanha que se travou em Minas a proposito da creação do imposto territorial, prezidio a immensa e importante assembléa de agricultores e industriaes convocada para tratar do assumpto, cabendo-lhe ser o relator da reprezentação enviada então ao

prezidente do Estado. *Sportman* adiantado e cavalheiro de fino trato, é excellente atirador e intrepido caçador, dedicando-se á creação de cães perdigueiros, pointers, da mais alta linhagem, e introduzindo-os no paiz desde 1897. E' prezidente do Tiro Naval, dos Concursos Hippicos do Rio de Janeiro e da Federação Aéro-Brazileira.

12.º — Antonio Luiz Monteiro da Silveira.

Nascido em 1845, é natural do Estado do Rio. Medico pela Faculdade do Rio de Janeiro, rezidio longos annos em Angustura, do Além-Parahyba, em Minas Geraes, ahi se tornando acreditado agricultor. Republicano historico, prestou serviços á propaganda. Eleito deputado federal á 4.ª legislatura (1900 a 1902), não teve mais o mandato renovado. Passou a rezidir na Capital Federal.

13.º — Antonio Esperidião Gomes da Silva.

Nascido em Rio Preto, Minas Geraes, em 18 de Dezembro de 1845, foram seus paes João Gomes de Oliveira Lima e d. Barbara Maia da Silva. Em 1868, bacharelou-se em direito pela Faculdade de S. Paulo. Foi durante um trienio 1.º Juiz de Paz de Rio Preto e, durante sete trienios, vereador e prezidente da Camara Municipal. Em 1900, foi eleito deputado federal, não tendo mais renovado o mandato. Rezide em Rio Preto; e é um espirito affeito á luta, energico e integro.

QUINTO DISTRICTO

14.º — Francisco Alves Bueno de Paiva.

15.º — Alfredo Pinto Vieira de Mello.

16.º — José Carneiro de Rezende.

Nascido, a 30 de Junho de 1871, na cidade de Christina, Estado de Minas Geraes, alli encetou com proveito os seus estudos preparatorios. Em 7 de Novembro de 1894, bacharelou-se em sciencias juridicas e sociaes. Ainda estudante, foi nomeado Promotor de Justiça de Santa Rita do Sapucahy, Estado de Minas, em 23 de Outubro de 1893, e removido para Itajubá, no mesmo Estado, em 22 de Dezembro de 1893, cargo de que tomou posse a 2 de Janeiro de 1894 e de que se exonerou a 2 de Setembro de 1895, para se eleger Deputado Estadoal ao Congresso Mineiro, sendo eleito em 1898. Foi, tambem, professor da Escola Normal de Itajubá, e, depois, seu director (1895 a 1900). Em 1 de Novembro de 1897, foi eleito Vereador Geral e Prezidente da Camara Municipal de Itajubá, cargos que não exerceo. Foi deputado federal desde 1900 até 1915. Terminado nesse anno o seu mandato, não quiz mais ser reeleito, entregando-se a outras funcções no seu Estado.

SEXTO DISTRICTO

17.º — Joaquim Leonel de Rezende Filho.

18.º — Adalberto Dias Ferraz da Luz.

Nasceu na cidade de Pouso-Alegre, Minas Geraes, em Julho de 1863 e é filho legitimo de Joaquim Dias Ferraz da Luz, então alli negociante, e de d. Francisca Olinto Ferraz.

Fez os seus primeiros estudos em collegios naquella cidade, tendo cursado os preparatorios em S. Paulo, cuja Academia frequentou até o 3.º anno, tendo feito os dois ultimos em Pernambuco, onde se formou em 1888.

De nomeação, exerceo os seguintes logares: juiz municipal de Pouso Alegre; chefe de Policia do Estado (no governo Affonso Penna); consultor juridico da Commis-

são Constructora da Nova Capital; chefe dos serviços municipaes e, por ultimo, era 1.º Prefeito (governo Bias Fortes), de cujo logar obteve demissão ainda do Prezidente Bias Fortes, para que não o encontrasse ainda em exercicio o seu prezado e saudoso amigo dr. Silviano Brandão, de cuja affeição e confiança sempre foi depositario.

De eleição popular, occupou os seguintes postos: deputado á Constituinte Mineira, e, depois, ao Congresso Estadoal, mandato que renunciou para vir prestar os seus serviços junto á Commissão Constructora da Nova Capital. Eleito deputado federal, foi duas vezes reeleito, tendo muito voluntariamente renunciado a cadeira para ser nomeado Distribuidor Geral do Districto Federal.

Durante a sua passagem pela Camara Federal, foi certo tempo *leader* da sua bancada, exercendo nas votações sensivel preponderancia. Falleceu em Bello Horizonte em 26 de Outubro de 1912.

19.º — Francisco Antonio de Salles. (1)

SETIMO DISTRICTO

20.º — Necesio José Tavares.

Nascido na antiga cidade de Tamanduá, em Minas Geraes, formou-se em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro. No Imperio, militou no partido liberal. Na Republica, foi membro do Congresso Constituinte de Minas; e, eleito deputado federal á 4.ª legislatura (1900 a 1902), falleceu no exercicio do mandato em Novembro de 1901.

José Bernardes de Faria. Eleito em 1.º de Março de 1902; reconhecido em 6 de Maio.

Nascido em Paracatú, Estado de Minas Geras, a 17 de Outubro de 1859. Bacharel em sciencias juridicas e sociaes,

(1) Vide ministerio do 6.º quatrienio.

abrio banca de advogado em Formiga, no seu Estado natal, desde 1887.

Exerceo, tambem, neste mesmo Estado, os seguintes cargos: Promotor Publico da comarca de Rio Grande, de 1887 a 1889; Deputado Estadoal ao Congresso Mineiro, de 1895 a 1902, sendo de 1898 a 1902 o seu Vice-Prezidente. Em Formiga, foi por 3 vezes eleito Prezidente da Camara Municipal (1898-1907); e, além destes, desempenhou muitos outros cargos, quer electivos, quer de nomeação.

Foi Deputado Federal pelo 7.º districto de Minas Geraes de 4 de Maio de 1902 a 31 de Dezembro de 1905. Não teve mais o mandato renovado.

21.º — Antonio Affonso Lamounier Godofredo.

22.º — Antonio Zacharias Alves da Silva.

OITAVO DISTRICTO

23.º — Henrique de Magalhães Sales.

Nasceu em 21 de Agosto de 1848, na fazenda dos «Coqueiros», situada no districto e comarca de Mar de Hespanha, provincia de Minas Geraes, de propriedade de seus paes, Francisco José de Sales e d. Maria Jesuina de Magalhães Sales.

Iniciou seus estudos de humanidades no collegio Freese, em Nova Friburgo, provincia do Rio de Janeiro, seguindo d'ahi para o Recife, onde os concluio no collegio do dr. J. J. de Campos da Costa de Medeiros e Albuquerque, tendo tido por mestres: de Philosophia e Logica, Tobias Barreto de Menezes; de Geographia e Historia, Joaquim Pires Machado Portella; de Rhetorica e Poetica, Monsenhor Joaquim Pinto de Campos.

Concluido ahi o curso de humanidades, matriculou-se na Faculdade de Direito em 1867, recebendo o grão academico em Novembro de 1871.

Uma vez formado, regressou á sua provincia, indo exercer a advocacia na comarca do Ubá, onde se casou e residio cerca de seis annos, tendo ahi tambem exercido o logar de Promotor da Justiça, n'um periodo de cerca de um anno e quatro mezes, cargo que deixou por ter sido removido para a comarca de Barbacena, não tendo, aliás, acceitado a remoção.

Logo depois, ainda em Ubá, foi nomeado Juiz Municipal do termo, por carta da Princeza Imperial, em uma de suas regencias, nomeação que tambem recusou por motivos de crenças politicas, pois entendia que, tendo antes sido nomeado um outro collega, que se empossára, perante poder que diziam incompetente, a accusação da nomeação e sua consequente nomeação envolviam uma postergação, ou uma violação do principio da inamovibilidade dos magistrados, elementar condição de sua independencia.

Tempos depois, sendo presidente de Minas o Conselheiro F. de Paula da Silveira Lobo, foi por elle convidado a exercer o cargo de Inspector Geral da Instrucção Publica da provincia e de redactor do orgão do partido que então se fundára em Ouro Preto.

Com a demissão do Conselheiro Silveira Lobo, por elle pedida por divergencias em que entrára com o gabinete Sinimbú, sobre uma questão que affectava os interesses de Minas, tambem se demittio Henrique Sales de Inspector Geral da Instrucção Publica e estabeleceo-se com escriptorio de advocacia em Ouro Preto, continuando com o seu inolvidavel amigo Ovidio de Andrade, na direcção do orgão do partido, que redigio, effectivamente, até pouco depois da proclamação da Republica em 1889, quando se retirou da imprensa, por divergencias, com os companheiros da redacção, no modo de fazer o jornal.

Logo em seguida á sua demissão de Inspector Geral da Instrucção, foi eleito deputado á Assembléa Legislativa Provincial, por indicação espontanea do directorio do partido e em eleição por provincia.

Como vice-presidente da provincia de Minas, no gabi-

nete Paranaguá, tendo enfermado gravemente e fallecido o então presidente, Theophilo Ottoni Filho, digno herdeiro das gloriosas tradições do velho Ottoni, assumio o exercicio do cargo, conservando-se neste cerca de quatro mezes.

Logo depois, no gabinete Lafayette, seguio para ir occupar a prezidencia da provincia das Alagôas, para a qual havia sido nomeado e onde permaneceo cerca de um anno e quatro mezes.

De regresso da prezidencia de Alagôas, foi eleito deputado á Assembléa Geral Legislativa pelo então setimo (7.º) districto de Minas. Com a proclamação da Republica, em 1889, retirou-se da actividade politica, consagrando-se exclusivamente, ao exercicio da sua profissão de advogado e magisterio, como cathedratico da Faculdade Livre de Direito de Minas, da qual foi um dos fundadores e, durante algum tempo, vice-director por nomeação de sua congregação, sendo, então, seu director o pranteado Conselheiro Affonso Penna.

Tendo sido, em 1892, incluido n'uma lista de candidatos á representação do Estado no Congresso Federal, recusou a indicação, pedindo aos seus amigos que substituissem o seu nome pelo do Conselheiro Mayrink, que foi eleito.

Mais tarde, em 1899, instado pelo dr. Silviano Brandão, então prezidente do Estado, accedeo na indicação do seu nome e pleiteou a eleição de deputado federal, tendo sido eleito e, successivamente, reeleito para as legislaturas que se seguiram até a ultima eleição de 30 de Janeiro de 1913, na qual seu nome não logrou maioria de suffragios. Caracter leal e de rija tempera, intelligencia brilhante, nem por isso desmereceu o dr. Henrique Sales do conceito dos mineiros, que o contavam no numero dos seus homens mais dignos e mais illustres.

Falleceu em Juiz de Fóra a 24 de Outubro de 1913.

24.º — Francisco de Paula Mayrink.

25.º — LANDULPHO MACHADO DE MAGALHÃES.

NONO DISTRICTO

26.º — SABINO BARROZO. Renunciou em 6 de Agosto de 1901 por haver sido nomeado Ministro do Interior. (1)

SALVADOR FELICIO DOS SANTOS. Eleito em 1.º de Março de 1902 e reconhecido em 5 de Maio.

Filho do dr. Joaquim Felicio dos Santos e d. Maria J. Felicio dos Santos, nasceu na cidade de Diamantina, Estado de Minas Geraes, em 25 de Dezembro de 1867.

Iniciou os estudos em Diamantina e continuou os de preparatorios no collegio dos Jesuitas, de Itú, Estado de S. Paulo.

Matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife em 1888, recebendo o grão de Bacharel em sciencias juridicas e sociaes em 28 de Outubro de 1892, na mesma Faculdade.

Em 21 de Fevereiro de 1892, ainda estudante, foi eleito deputado estadual por Pernambuco, na legislatura de 1892 a 1894, pelo partido de que era chefe o saudoso dr. José Isidoro Martins Junior.

Em 1895, quando prezidente do Estado de Minas o dr. Bias Fortes, foi nomeado Juiz Substituto de Diamantina, sua terra natal, tendo sido reconduzido no cargo por Decreto de 23 de Novembro de 1899.

Em 1902, exerceu o cargo de Juiz de Direito interino da mesma comarca, exonerando-se em 1903 por ter sido indicado para a vaga do commendador Silveira Drummond no Congresso Federal pelo antigo 9.º districto do Estado de Minas.

Não tendo sido o seu nome incluido na chapa organizada pela Commissão Executiva do Partido Republicano Mineiro para a legislatura seguinte, 1904 a 1906, pleiteou extra-chapa a sua eleição pelo mesmo districto que havia

(1) Vide Ministerios do 3.º e 7.º quatrienios.

reprezentado na legislatura anterior, trazendo o diploma expedido pela maioria da Junta Apuradora de Diamantina, tendo a minoria diplomado o seu competidor dr. Sabino Barrozo.

A Camara dos Deputados, de accordo com o parecer da commissão verificadora, considerou eleito o dr. Sabino Barrozo por 33 votos de maioria.

Desde essa occasião retirou-se da politica, abrindo no Rio de Janeiro o seu escriptorio de advocacia e continuando até hoje a exercer esta profissão.

27.º — João da Matta Machado. Falleceu em principios de 1901.

Carlos Honorio Benedicto Ottoni.

Nascido na cidade do Serro, Minas Geraes, em 20 de Abril de 1846, formou-se em direito pela Faculdade de S. Paulo. Recem-formado, foi nomeado promotor publico de Minas Novas (1867 a 1868). De 1869 a 1872, exerceu a advocacia quando foi nomeado juiz municipal de Diamantina. Ahi permaneceu até 1877, quando foi elevado a juiz de direito de Itapirassaba. Transferido em 1879 para Entre-Rios, foi em 1880 nomeado chefe de policia da provincia. Em 1882, passou a exercer o juizado de direito de Piranga. Primeiro vice-prezidente de Minas em 1884, foi nesse mesmo anno nomeado prezidente do Ceará, ahi permanecendo até 1885. Nesse anno, passou para a comarca de Pitanguy e, em 1887, para a de Rio das Velhas. Chefe de policia novamente de Minas em 1889, foi nesse anno nomeado juiz de direito de Nitheroy, passando em 1891 a dezembargador da Relação do Estado do Rio, cargo em que se aposentou em 1895. Foi em 1896 advogar em Ouro-Preto, sendo em 1898 escolhido para lente da Faculdade de Direito de Minas. Era no Imperio commendador da Ordem da Roza e desembargador honorario. Eleito

deputado federal á 4.ª legislatura (1900 a 1902) e reeleito á 5.ª (1903 a 1905), não teve mais o mandato renovado.

Jornalista e homem de lettras, jurista e politico, escreveu diversos livros e collaborou em muitos jornaes e revistas desde a Faculdade. Redigiu o *Sete de Abril,* folha academica e collaborou activamente no *Direito.* Elaborou os seguintes trabalhos: *O 16 de Julho e a Imprensa* (ensaios politicos — 1870); *Ensaios politicos* (1871); *A Republica* (cartas politicas — 1871); *Repertorio da lei do recrutamento* (1875); *Estudos medianos* (1876); *Nullidades do processo criminal* (1876); *Mineiros distinctos* (perfis biographicos — 1884); *A eleição do Ceará* (1885); *Discurso nas exequias de Martinho Campos* (1887); *Apontamentos de magistratura* (1891); *Carta politica aos srs. eleitores do 1.º districto de Minas* (1905); *Viagem ao rio S. Francisco,* etc., etc.

28.º — JOSÉ ANTONIO DA SILVEIRA DRUMMOND.

Natural da cidade de Itabira de Matto-Dentro, era pertencente á numerosa e influente familia. Depois de concluir o curso de humanidades, dedicou-se ás lides do fôro em que se distinguiu. Durante longos annos, foi deputado á Assembléa Legislativa de Minas Geraes no Imperio. Na Republica, foi eleito deputado federal á 4.ª legislatura (1900 a 1902), vindo a fallecer no exercicio do mandato em Agosto de 1901.

JOAQUIM THOMAZ DE CARVALHAES. Eleito em 1.º de Março de 1902; reconhecido em 5 de Maio seguinte.

Nasceu no anno de 1857, em S. Miguel de Guanhães, em Minas Geraes. Estudou preparatorios nos collegios de Diamantina e do Caraça. Professor normalista titulado, exerceu a advocacia em Guanhães, onde é actualmente director de um grupo escolar. Cunhado do dr. Sabino Bar-

rozo, foi eleito para guardar-lhe a cadeira, emquanto se desincompatibilizava do cargo que exerceu no ministerio do governo Campos Salles.

DECIMO DISTRICTO

29.º — Manoel Fulgencio Alves Pereira.

30.º — Arthur Ferreira Torres.

31.º — Manoel Alves da Silva.

Nascido em Minas Geraes, filiou-se desde muito moço ao partido conservador no extremo norte de Minas, onde residia, e em breve se tornou chefe. Ahi exerceo cargos, quer de eleição popular, quer de nomeação do governo. Adherio á Republica, sendo eleito á Constituinte Mineira e reeleito nas subsequentes legislaturas. Representava como deputado federal o seu Estado quando veio a fallecer em 19 de Junho de 1900.

José Bento Nogueira Junior. Eleito em 21 de Outubro de 1900; reconhecido em 11 de Maio de 1901.

DECIMO PRIMEIRO DISTRICTO

32.º — Lindolpho Caetano de Souza e Silva.

33.º — Olegario Dias Maciel.

34.º — Eduardo Augusto Pimentel Barboza.

DECIMO SEGUNDO DISTRICTO

35.º — Rodolpho Gustavo da Paixão.

36.º — Lamartine Ribeiro Guimarães.

37.º — Antonio de Padua Assis Rezende.

S. PAULO

(vinte e dois reprezentantes)

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — Augusto Cezar de Miranda Azevedo.

Nascido na cidade de Sorocaba, S. Paulo, em 10 de Outubro de 1851, foram seus paes o dr. Antonio Augusto Cezar de Azevedo e d. Anna Eufrosina de Miranda Azevedo. Doutor em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro em 1874, depois de exercer até 1878 a clinica no Rio de Janeiro, passou a rezidir em S. Paulo. Ainda estudante, fundou a *Revista Medica* (1873 — 1874). Escreveu diversos trabalhos, dos quaes destacamos: *O beri-beri; Do darwinismo, é acceitavel o aperfeiçoamento completo das especies até o homem?; Operações reclamadas pela fistula lacrimal; Da educação physica, moral e intellectual no Rio de Janeiro e sua influencia sobre a saúde* (Rio de Janeiro — 1874); *O beri-beri na Provincia de S. Paulo; Frederico Fonseca* (biographia); *Doutor Luiz Barboza da Silva* (biographia — 1880), etc.

No Rio de Janeiro, foi um dos fundadores do *Club Republicano* com Aristides Lobo, Bittencourt Sampaio e ou-

tros, sendo um dos que mais trabalharam para a publicação d'*A Republica*, orgão do partido nascente. Signatario do Manifesto de 3 de Dezembro de 1870, bateu-se desde então pelos ideaes republicanos, quer nos jornaes cariocas, quer em cartas politicas para a *Provincia de S. Paulo* e *Gazeta de Campinas*.

Em 1878, fixou rezidencia em Guaratinguetá, promovendo alli e em Lorena e Taubaté a organização de clubs republicanos. Tomou parte no 1.º Congresso Republicano. Transferindo a sua rezidencia para Cruzeiro, ahi permaneceu como medico durante a construcção da Estrada de Ferro do Rio Verde. Mudou-se para a capital paulista em 1885.

Fazendo parte da Commissão Permanente do Partido Republicano Paulista, aprezentou-se candidato á deputação geral pelo 1.º districto, não logrando comtudo ser eleito. Foi um dos organizadores da *Sociedade Promotora da Immigração*, com Ennes de Souza, general Couto de Magalhães e outros. Deve-se ainda á sua iniciativa a fundação da primeira *Sociedade de Medicina de S. Paulo*, redigindo a *Revista Medica* da provincia.

Em 15 de Novembro de 1889, fez parte da commissão que se entendeu com o prezidente da Provincia e o commandante da força do exercito para a adhesão de S. Paulo ao movimento revolucionario.

Convidado por Quintino e Aristides Lobo para diversos cargos, recusou por se achar empenhado em um plano de saneamento da varzea do Carmo, sobre o qual escreveu uma *Memoria*.

No governo de Americo Braziliense, fez parte do Congresso Constituinte do Estado, sendo o primeiro prezidente da Camara dos Deputados.

Por occasião do contra-golpe de 23 de Novembro, foi ao Rio de Janeiro conferenciar com o Marechal Floriano, levando-lhe a renuncia de Americo Braziliense, caso estivesse disposto a intervir no Estado, o que não desejava o grupo dominante em S. Paulo.

Envolvido nos successos politicos de Março de 1892, foi prezo e recolhido á Detenção, até seguir para o Rio de Janeiro por haver impetrado *habeas-corpus* ao Supremo Tribunal Federal. Amnistiado com outros em 20 de Abril desse mesmo anno, assumiu a redacção da *Federação*, orgão opposicionista. Redigio ainda a *Opinião Nacional* e o *Autonomista*.

Nomeado em 1893 para fazer parte do 8.º Congresso Internacional de Hygiene e Demographia em Buda-Pesth, seguiu viagem em Agosto, vizitando Vienna, Berlim e outros centros européos e tomando parte em diversos congressos scientificos.

Ao regressar a S. Paulo, estava eleito deputado estadoal á 3.ª legislatura (1895 a 1897), sendo reeleito á seguinte (1898 a 1900). Eleito deputado federal á 4.ª legislatura, não teve mais o mandato renovado, preferindo continuar a pertencer ao Congresso Estadoal. Falleceu em 1.º de Março de 1907.

2.º — ALFREDO PUJOL. Renunciou o mandato em 29 de Dezembro de 1900.

Nascido em S. Paulo, é formado em sciencias juridicas e sociaes.

Foi deputado federal na 4.ª legislatura (1900 a 1902), tendo renunciado o seu mandato logo depois da verificação de poderes por ter divergido da orientação do dr. Campos Salles, prezidente da Republica, nesse assumpto. Combateo violentamente esse governo, sobretudo no Congresso do Estado, ao qual tem sido sempre deputado.

Faz parte do partido dissidente paulista e foi secretario do Interior em S. Paulo.

É advogado na capital paulista.

Homem de lettras a possuidor de formosa cultura, é um dos espiritos mais brilhantes da moderna geração em S. Paulo.

Fernando Prestes de Albuquerque. Eleito em 8 de Abril de 1901; reconhecido em 24 de Maio do mesmo anno.

3.º — Firmiano de Moraes Pinto. Renunciou por motivo de molestia em 29 de Dezembro de 1900.

Antonio Moreira da Silva. Eleito em 8 de Abril de 1901; reconhecido em 24 de Maio seguinte.

4.º — Gustavo de Oliveira Godoy.

SEGUNDO DISTRICTO

5.º — Manoel Jacintho Domingues de Castro.

6.º — Antonio Dino da Costa Bueno.

7.º — Valois de Castro (José Valois de Castro).

Nascido a 20 de Novembro de 1856 em S. Luiz do Parahytinga, no Estado de S. Paulo. Formado em Direito, dedicou-se á carreira ecclesiastica, sendo conego da Archidiocese Paulista. Foi lente do Gymnasio Estadoal e do Curso de Preparatorios annexo á Faculdade de Direito, no Estado de S. Paulo. De 1896 a 1899, exerceo o cargo de Promotor Ecclesiastico na antiga Diocese de S. Paulo.

E' Deputado Federal, pelo seo Estado natal, desde 3 de Maio de 1900. Orador fluente e imaginoso, não só é um dos mais distinctos ornamentos do clero brazileiro como figura de grande destaque no parlamento nacional. Na

Camara, além de ter pertencido á Commissão de Instrucção Publica, ha illustrado os debates com importantes discursos e pareceres notaveis.

TERCEIRO DISTRICTO

8.º — ANTONIO JOSÉ DA COSTA JUNIOR.

9.º — JOÃO FRANCISCO MALTA JUNIOR.

Nasceu em S. Paulo, sendo oriundo de importante familia de Taubaté. Formado em sciencias juridicas e sociaes, foi duas vezes deputado ao Congresso do Estado. Eleito deputado federal á 4.ª legislatura (1900 a 1902), falleceu no exercicio do mandato em Julho de 1901.

JOSÉ REBOUÇAS DE CARVALHO. Eleito em 16 de Novembro de 1901; reconhecido em 28 de Fevereiro de 1902 (sessão extraordinaria).

Nascido em Queluz, Estado de S. Paulo, a 6 de Janeiro de 1856, dedicou-se á vida agricola, sendo fazendeiro em Taubaté. Bacharel em Direito tem exercido no Estado natal os seguintes cargos: Supplente do Juiz Municipal nas cidades de Queluz e S. Paulo; Vereador da cidade de Taubaté e Prezidente da Camara Municipal da villa de Redempção. Foi Deputado Federal de Fevereiro de 1902 a Dezembro de 1905.

10.º — FRANCISCO DE ASSIS OLIVEIRA BRAGA.

QUARTO DISTRICTO

11.º — ADOLPHO AFFONSO DA SILVA GORDO.

12.º — Antonio Manuel Bueno de Andrada.

13.º — Elias Fausto Pacheco Jordão.
Falleceu em 1901.

Rodolpho Nogueira da Rocha Miranda. Eleito em 13 de Junho de 1901; reconhecido em 30 de Julho.

QUINTO DISTRICTO

14.º — Floriano Antonio de Moraes Junior. Renunciou o mandato em 1900, allegando molestia.

Nascido em Itatiba, Estado de S. Paulo, a 11 de Julho de 1868, foram seus paes, o coronel Floriano Antonio de Moraes e d. Maria da Silveira Campos.

Fez seus estudos preparatorios em São Paulo, em cuja Faculdade de Direito se matriculou em 1888, concluindo o curso em 1891.

Advogou por algum tempo na capital, dedicando-se depois á lavoura do café.

Foi um dos directores da politica republicana em Jundiahy, de cuja Camara Municipal foi Prezidente durante muitos annos.

Foi eleito deputado federal pelo antigo 3.º districto do Estado de S. Paulo para a legislatura de 1900 a 1902, tendo sido o candidato mais votado.

Em 1900, estabeleceu-se com casa de commissões de café na praça de Santos, donde, em 1905, voltou novamente a dedicar-se á lavoura de café e á advocacia, situação essa em que actualmente se conserva.

Politicamente, manteve-se filiado ao Partido Republicano Conservador, de cujo chefe, General Pinheiro Machado, foi sempre amigo decidido.

Luiz Piza (Luiz de Toledo Piza e Almeida). Eleito a 8 de Abril de 1901; reconhecido em 18 de Maio.

Nascido na villa de S. João do Capivary, S. Paulo, foram seus paes Joaquim de Toledo Piza e Almeida e d. Leopoldina Correia de Toledo. Bacharelou-se em direito em 31 de Outubro de 1883, indo rezidir na cidade do Jahú, onde abrio banca de advogado. Mudando-se mais tarde para a capital, ahi fundou a empreza industrial *Antarctica Paulista*, da qual foi um dos directores.

Nomeado professor de Economia Politica da Escola Normal, regeu essa cadeira até ser extincta pela reforma de 1895.

Republicano historico, fez parte do Congresso Estadoal Paulista, como deputado, nos trienios de 1892 a 1894, 1895 a 1897 e 1898 a 1900.

Foi prezidente da Camara dos Deputados, tendo resignado o mandato em 1899 por divergencias com a Commissão Central do Partido Republicano.

Eleito deputado federal á 4.ª legislatura, não teve mais o mandato renovado. Por essa occasião, assumio a direcção do *Correio Paulistano*, fazendo forte opposição aos governos dos drs. Peixoto Gomide e Fernando Prestes.

15.º — Joaquim Alvaro de Souza Camargo.

Nasceu na cidade de Campinas, Estado de S. Paulo, aos 10 de Agosto de 1859. Filho de Alvaro Xavier de Camargo e Silva e d. Maria Brandina de Souza Aranha, cursou a Academia de S. Paulo, tendo recebido o grao de bacharel em sciencias sociaes e juridicas no dia 8 de Novembro de 1884. Foi eleito presidente do Club Republicano Academico de S. Paulo em 1883 e reeleito para esse mesmo cargo em 1884. Pelos relevantes serviços prestados ao Club e á propaganda republicana, recebeu o diploma de socio benemerito.

Foi eleito Juiz de Paz em Campinas no quatrienio de 1887 a 1890; deputado estadual em S. Paulo na 4.ª legislatura em 1898; deputado federal em 1900 e Vereador de Campinas em 1907, sendo então eleito prezidente da Camara.

Hoje está afastado dos cargos de evidencia, dirigindo as suas propriedades agricolas, ligado, porem, ao partido republicano paulista e approximado principalmente do elemento que acompanha o dr. Julio Mesquita e que tem nelle um dos seus mais illustres sustentaculos.

16.º — Edmundo Goyanaz da Fonseca.

SEXTO DISTRICTO

17.º — Cincinato Cezar da Silva Braga.

18.º — Paulino Carlos de Arruda Botelho.

19.º — Antonio Rodrigues Cajado.

Nascido na Bahia, mas cazado com familia paulista em S. Carlos do Pinhal, formou-se em medicina, antes de se estabelecer em S. Paulo. Eleito deputado federal á 4.ª legislatura, fez fórte opposição ao prezidente Campos Salles por causa da politica dos governadores. Foi depois nomeado Thezoureiro do Thezouro de S. Paulo.

SETIMO DISTRICTO

20.º — Azevedo Marques (José Manoel).

Nascido em S. Paulo, em 19 de Fevereiro de 1865, é filho do commendador Joaquim Candido de Azevedo Marques, autor do *Indice Alphabetico Explicativo da Legislação*

Geral. Formado em direito pela Faculdade de S. Paulo em 16 de Março de 1886, nessa mesma data era nomeado promotor publico de Batataes. Em 1889, foi nomeado juiz municipal da mesma comarca e, logo em seguida, juiz de direito. Esta ultima nomeação já foi feita pelo ministro da Justiça do Governo Provisorio. Em 1893, deixando a magistratura, dedicou-se á advocacia. Eleito deputado estadual em 1898, occupou a vice-prezidencia da Camara Paulista, sendo em 1900 elevado á Camara Federal. Ahi pertenceu á Commissão de Constituição e Justiça e foi um dos membros da Commissão dos 21, nomeada para revêr o projecto do Codigo Civil. Foi relator do parecer na parte referente ao plano geral do projecto e, mais tarde, da sua *Parte Geral.* Fez parte ainda da 5.ª legislatura federal (1903 a 1905). Espirito culto, é um dos ornamentos da intellectualidade paulista.

21.º — ALFREDO ELLIS.

22.º — ARTHUR DE AGUIAR DIEDERICHSEN. Renunciou em 1900.

ANTONIO FRANCISCO DE ARAUJO CINTRA. Eleito em 8 de Abril de 1901; reconhecido em 21 de Maio.

Nascido em S. Paulo, formou-se em sciencias juridicas e sociaes. Republicano historico, prestou importantes serviços á propaganda em Mogy-Mirim, tendo feito parte por esse motivo da chapa do partido naquella época á deputação provincial, embora de familia toda liberal. Na Republica, foi eleito deputado federal á 4.ª legislatura (1900 a 1902), não tendo mais o mandato renovado.

GOYAZ

(quatro reprezentantes)

1.º — José Xavier de Almeida.

Nascido em 23 de Janeiro de 1871, é bacharel em sciencias juridicas e sociaes. Eleito deputado federal á 4.ª legislatura, renunciou em 1901 por haver sido investido do governo de Goyaz. Foi Prezidente do Estado de 14 de Julho de 1901 a 14 de Julho de 1905, rompendo então com o chefe do seu partido o senador Leopoldo de Bulhões. Eleito deputado federal á 6.ª legislatura, pleiteou na 7.ª a senatoria, não sendo reconhecido. Retirou-se á vida privada.

Urbano Coelho de Gouveia. Eleito em 20 de Outubro de 1901; reconhecido em 20 de Dezembro.

2.º — Hermenegildo Lopes de Moraes.

3.º — Joaquim Luiz Teixeira Brandão.

Nascido em 6 de Outubro de 1839 na villa de Bomfim, Estado de Goyaz. Bacharel em Direito, exerceo na sua terra natal os seguintes cargos: Deputado Provincial em diversas legislaturas; 3.º Vice-Prezidente da Provincia; Supplente de Juiz Municipal da cidade de Pyrenopolis e muitos outros. Occupou postos na Guarda Nacional até o de Commandante Superior da comarca Rio Maranhão. Foi Deputado Federal de 1900 a 1905.

4.º — Ovidio Abrantes.

MATTO-GROSSO

(quatro reprezentantes)

1.º — JOAQUIM ANTONIO XAVIER DO VALLE.

2.º — BENEDICTO CHRISPINIANO DE SOUZA.

Nascido na cidade da Barra, Estado da Bahia, em Outubro de 1859. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1882, sendo logo nomeado Promotor Publico de Joaseiro, cargo em que se manteve até ser nomeado Juiz Municipal. Em 1888, foi eleito deputado provincial pelo 14.º districto da Bahia, como reprezentante do partido liberal. Proclamada a Republica, foi nomeado secretario do Governo de Matto Grosso, exercido então pelo Marechal Mallet. Acceitou em seguida o lugar de Juiz de Direito de Cuyabá, sendo promovido depois a Dezembargador da respectiva Relação. Prezidia esse tribunal quando se demittio em 1899 para pleitear uma cadeira no Congresso Nacional. Eleito Deputado á 4.ª legislatura (1900-1902), teve o mandato renovado na 5.ª e na 6.ª quando veio a fallecer em 28 de Fevereiro de 1908.

3.º — MANOEL ALVES RIBEIRO.

Nascido em Matto Grosso, desde muito cedo entrou nas lutas politicas. Advogado provisionado em Cáceres, ahi adquirio influencia, occupando diversos cargos de confiança em sua terra natal. Eleito deputado federal á 4.ª legislatura, não teve mais o mandato renovado, voltando a rezidir no Estado.

4.º — LINDOLPHO LIBANIO MOREIRA SERRA.

Nascido em 30 de Abril de 1858, foi praça de 23 de Dezembro de 1874. 2.º tenente em 2 de Junho de 1881, foi promovido a 1.º em 3 de Novembro de 1887; a capitão

em 7 de Janeiro de 1890; a major em 14 de Dezembro de 1900; a tenente coronel em 5 de Agosto de 1908; e a coronel em 28 de Junho de 1911. Tem o curso de artilharia pelo regulamento de 1874 e possue a medalha de ouro de serviços militares.

Eleito deputado a esta legislatura (1900 a 1902), foi reeleito á seguinte (1903 a 1905). Não teve mais o mandato renovado. E' official illustrado e disciplinador.

PARANÁ

(quatro reprezentantes)

1.º — João Candido Ferreira.

Nascido em 21 de Abril de 1864 na cidade da Lapa, Paraná, foram seus paes João Candido Ferreira e d. Anna Leocadia Ferreira. Estudou humanidades no Collegio Alberto Brandão no Rio de Janeiro; e, concluidos os preparatorios em 1882, matriculou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e formou-se em 1888. Escreveu a these *Das nevrites periphericas.*

Exerceo o cargo de Prefeito Municipal da cidade da Lapa de 1892 a 1896. Foi eleito deputado estadoal em 1896, sendo escolhido Vice-Prezidente do respectivo Congresso. Foi eleito deputado federal pelo Paraná em 1901.

Tendo-se apresentado candidato a um logar de membro da Academia Nacional de Medicina do Rio de Janeiro, foi eleito em Novembro de 1899, tendo apresentado a memoria intitulada *Influencia da gravidez sobre as molestias do coração.* Dando parecer sobre esse trabalho o professor Miguel Couto assim concluio o seu juizo critico:

«E' nosso parecer que a memoria do sr. dr. João Candido Ferreira, disertação criteriosa e pessoal pelos factos em que se apoia e pelas convicções que externa, ampara sufficiente e brilhantemente a sua candidatura a um logar no seio da Academia.»

Publicou ainda monographias combatendo a *super-alimentação* na tuberculose pulmonar e varios artigos sobre hygiene, *tachyphagia, concausas* em medicina legal, etc. Foi eleito 1.º vice-prezidente do Estado do Paraná em Agosto de 1903, quatrienio 1904 a 1908.

Assumiu tres mezes a prezidencia do Estado na auzencia do prezidente Vicente Machado. Em Fevereiro de 1908, renunciou os logares de chefe do partido e de prezidente do Estado, voltando a exercer a sua profissão na cidade da Lapa.

2.º — Manoel de Alencar Guimarães.

3.º — Bento José Lamenha Lins.

4.º — Carlos Cavalcanti de Albuquerque.

Nascido em 22 de Março de 1864, foi praça de 1879. Alferes em 25 de Abril de 1885, foi promovido a tenente em 17 de Março de 1890; a capitão em 14 de Dezembro de 1900; a major em 5 de Agosto de 1908.

Foi do extincto corpo do Estado-Maior; tem o curso de engenharia pelo regulamento de 1889; e é bacharel em mathematica e sciencias physicas. Possue a medalha de ouro de serviços militares. Tem exercido importantes commissões, quer de caracter militar, quer technicos. Eleito deputado á 4.ª legislatura (1900 a 1902), foi reeleito á 5.ª e á 7.ª.

Escolhido candidato á prezidencia do Paraná por accordo geral de todos os partidos, assumiu o governo em 20 de Fevereiro de 1912.

S. CATHARINA

(quatro reprezentantes)

1.º — Victorino Paula Ramos.

2.º — Francisco Tolentino Vieira de Souza.

3.º — José Arthur Boiteux.

Nascido em Tijucas, S. Catharina, foram seus paes o coronel Henrique Carlos Boiteux e d. Maria Carolina Jaques Boiteux. Alumno do Atheneu Provincial em seu Estado, ahi estudou preparatorios. Fez os dois primeiros annos de direito na Faculdade de S. Paulo, vindo terminar o curso na Faculdade Livre do Rio de Janeiro. Foi nesta capital revisor do *Diario Official.* Filiado ao Partido Republicano historico, foi 2.º secretario do Club Tiradentes, na prezidencia do dr. Ubaldino do Amaral, e 1.º do Club Catharinense, na prezidencia de Esteves Junior. Nessa época, foi convidado pela directoria do partido liberal de Tijucas a acceitar a inclusão do seu nome na chapa do partido para a eleição de deputados á Assembléa Legislativa Provincial, declinando d'essa honra por motivo das suas idéas politicas.

Identico procedimento teve como revisor do *Diario Mercantil* de S. Paulo, retirando-se desse jornal quando, manifestando-se este a favor do ministerio Ouro Preto, começou a atacar os republicanos. Quando frequentava, por esse tempo a Faculdade de S. Paulo, foi secretario e posteriormente prezidente do Club Republicano Academico. No actual regimen, tem occupado os seguintes cargos: no Estado de S. Catharina, official de gabinete do governo do dr. Lauro Müller, lente interino de historia e geographia do Gymnasio Catharinense, promotor publico interino da comarca da capital, procurador interino da Republica, secretario da Esta-

tistica Commercial, secretario do governo do Estado (administração do Dr. Hercilio Luz) e director da Estatistica do Estado. Redigiu, por alguns annos, a *Republica*, orgão do partido. Foi em tres legislaturas deputado ao Congresso Reprezentativo do Estado e, em uma, deputado federal, occupando n'aquelle Congresso o cargo de 1.º secretario e na Camara dos Deputados o de 3.º. No Rio de Janeiro, foi official da Prefeitura do Districto Federal, official de gabinete do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas (Dr. Lauro Müller) e auxiliar do Secretario Geral da 3.ª Conferencia Internacional Pan-Americana (Dr. Assis Brasil). No Rio de Janeiro, foi um dos fundadores do Centro Catharinense, occupando o logar de 1.º secretario nas prezidencias dos drs. Duarte Paranhos Schutel e José Candido de Lacerda Coutinho. Além da *Republica*, de Florianopolis, que redigiu, tem collaborado em jornaes de S. Catharina, de S. Paulo e do Rio de Janeiro, notadamente sobre cousas do Estado.

Socio fundador do Instituto Historico e Geographico de Santa Catharina, é tambem honorario dos de S. Paulo e da Parahyba, correspondente dos do Ceará, Bahia, Rio de Janeiro, do Centro de Sciencias, Lettras e Artes de Campinas, da Société de Géographie Commerciale du Havre e da Sociedade de Geographia de Lisbôa.

Na Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro, tem occupado em successivas reeleições, o cargo de 1.º secretario.

Advoga no fôro do Districto Federal.

Tem publicado:

Discurso proferido por occasião do 22.º anniversario do fallecimento do Arcypreste Joaquim Gomes de Oliveira Paiva;

Santa Catharina — Paraná (Questão de limites);

Almanack Catharinense para 1896, de collaboração com o Dr. Thiago da Fonseca;

Annuario do Estado de Santa Catharina, para 1904;

A Imprensa Catharinense (conferencia realizada em 11 de Agosto de 1910, na Associação da Imprensa do Rio de Janeiro).

4.º — Hercilio Pedro da Luz. Renunciou em 1900 mesmo por haver sido eleito senador.

Luiz Antonio Ferreira Gualberto. Eleito em 16 de Setembro de 1900; reconhecido em 27 de Outubro.

Nascido em Nazareth, no Estado da Bahia, a 8 de Julho de 1857. Formado em Medicina, seguio para a cidade de S. Francisco do Sul, no Estado de Santa Catharina, onde exerceo os seguintes cargos: Delegado de Saúde do Porto, de 13 de Julho de 1887 a 20 de Junho de 1889; Medico e Cirurgião do Hospital de Caridade, desde 1888; Delegado de Hygiene, de 13 de Julho de 1889 a 16 de Março de 1895; Intendente Municipal, de Dezembro de 1889 a Dezembro de 1891; Prezidente da Municipalidade, de 18 de Janeiro de 1890 a 28 de Dezembro de 1891 e de 15 de Abril de 1895 a 31 de Dezembro de 1899; Superintendente Municipal, de 13 de Novembro de 1899 a 31 de Dezembro de 1902. Foi, tambem, Deputado ao Congresso Constituinte de Santa Catharina (1891) e Deputado Estadoal de 22 de Julho de 1895 a 31 de Dezembro de 1897, onde exerceo a prezidencia do Congresso de 22 de Julho a 31 de Dezembro de 1896 e de 22 de Julho a 31 de Dezembro de 1897. Eleito Deputado Federal por Santa Catharina em 1900, foi de 1901 a 1902 um dos Secretarios da Camara. Em 1904, foi reeleito novamente, exercendo o mandato até 1909. Membro do Instituto Historico, tem elaborado importantes estudos de investigação sobre cousas patrias.

RIO GRANDE DO SUL

(dezeseis deputados)

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — Alexandre José Barboza Lima.

2.º — Luiz Soares dos Santos.

Nascido em 29 de Novembro de 1866, foi praça de 22 de Fevereiro de 1883. Alferes-alumno em 17 de Julho de 1886, foi promovido a 2.º tenente em 23 de Janeiro de 1889; a 1.º em 17 de Março de 1890; a capitão em 14 de Dezembro de 1900; a major em 31 de Dezembro de 1908. Foi do corpo do Estado Maior; tem o curso de engenharia pelo regulamento de 1889; e é bacharel em mathematica e sciencias physicas e professor em disponibilidade.

Eleito deputado a esta legislatura (1900 a 1902) foi sempre reeleito nas seguintes até 1915. Na Camara, occupou importantes cargos: foi membro da Commissão da Marinha e Guerra, da de Justiça Militar, da de Finanças e 1.º vice-prezidente. Em 1916, foi eleito senador federal na vaga do Marechal Hermes. E' um dos officiaes mais illustres do exercito nacional.

3.º — Francisco Alberto Guillon. Falleceu em 1900.

Francisco Antonio de Moura. Eleito em 12 de Fevereiro de 1901; reconhecido a 20 de Maio seguinte.

4.º — Marçal Pereira Escobar.

SEGUNDO DISTRICTO

5.º — Angelo Gomes Pinheiro Machado.

6.º — Francisco de Paula Alencastro.

7.º — GERMANO HASSLOCHER.

Nascido em 10 de Julho de 1862 na villa de Santa Cruz, Estado do Rio Grande do Sul, formou-se em sciencias juridicas e sociaes pela Faculdade do Recife, em 1884. Dedicou-se a principio á advocacia e ao jornalismo. No Rio de Janeiro, tomou parte na propaganda abolicionista e republicana, salientando-se nos *meetings* e nos conflictos então travados com a policia. Proclamada a Republica, foi nomeado promotor publico de Porto-Alegre, cargo que exerceu de Novembro de 1891 a Fevereiro de 1892. Travada a campanha federalista, foi um dos seus mais exaltados partidarios. Mais tarde, porém, reconciliou-se com o dr. Julio de Castilhos e outros chefes do partido dominante no seu Estado natal. Foi eleito então deputado estadoal, exercendo o mandato de 1897 a 1900, quando foi reconhecido deputado federal á 4.ª legislatura (1900 a 1902). Dahi por diante, foi sempre reeleito ás seguintes. Professor de direito na Faculdade de Porto-Alegre desde 1900, pouco tempo poude ahi exercer o magisterio. Jornalista brilhante e feliz nos ataques, não menos notavel se revelou na tribuna judiciaria e, principalmente, na parlamentar, em discursos que fizeram época e serviram para demonstrar o seu raro preparo intellectual, o seu espirito lucido e vivaz e, acima de tudo, a sua poderosa dialectica. Quer estudando os assumptos, quer apanhado de surpreza, era sempre o mesmo argumentador arguto e intrépido, jamais deixando um aparte sem uma réplica prompta ou o adversario convencido de que sahira vencedor. Aos annaes da Camara, legou pareceres importantes como membro da Commissão de Constituição e Justiça, estando alguns destes e outros trabalhos seus publicados em folheto.

Falleceu em Milão, Italia, em 6 de Fevereiro de 1911.

TERCEIRO DISTRICTO

8.º — Aureliano Pinto Barboza.

9.º — Victorino Ribeiro Carneiro Monteiro.

10.º — Rivadavia da Cunha Correia.

QUARTO DISTRICTO

11.º — Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva.

12.º — Arthur Pinto da Rocha.

13.º — Alfredo Varela.

Nascido em Jaguarão, Estado do Rio Grande do Sul, a 16 de Setembro de 1864. Formado em direito, exerceu na cidade de Porto Alegre o logar de Procurador da Republica, de Dezembro de 1890 a Maio de 1903, e o de Secretario de Estado dos Negocios do Interior. Como tenente-coronel, foi commandante de um corpo de infanteria contra a revolução federalista no Estado do Rio Grande do Sul, de Novembro de 1892 a Maio de 1893. É coronel honorario do Exercito desde Novembro de 1894, e lente cathedratico da Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro desde Maio de 1902. Jornalista e homem de lettras, jurista e politico, é possuidor de grande talento e tem publicado, entre outros trabalhos notaveis, as seguintes obras:

— *Direito Constitucional Brazileiro;*

— *Codigo administrativo da Republica dos Estados Unidos do Brazil;*

— *As revoluções cisplatinas,* obra de folego em dois grandes e preciosos volumes.

Eleito deputado federal em 1900 e reeleito em 1903, provocou com seus ataques violentos e injustos a altas personalidades politicas grandes escandalos parlamentares. Fundou mesmo um jornal que teve vida ephemera.

Em 1908, nomeado consul em Cadiz, não tardava a seguir em 1910 para Yokoama. Removido dahi para Napoles em 1911, era em 1914 transferido para o Porto, onde se acha.

QUINTO DISTRICTO

14.º — ALEXANDRE CASSIANO DO NASCIMENTO.

15.º — ANTONIO CANDIDO DE AZEVEDO SODRÉ. Falleceu em 1900.

DIOGO FERNANDES ALVARES FORTUNA. Eleito em 20 de Setembro de 1900; reconhecido em 10 de Maio de 1901.

16.º — MANOEL DE CAMPOS CARTIER.

95

Quinta legislatura

1903 a 1905

Senado



AMAZONAS

Nove annos. — Barão de Ladario. (José da Costa Azevedo). Eleito em 18 de Fevereiro de 1903 por terminação do mandato do sr. Joaquim Sarmento, que não foi reeleito. Falleceu em 24 de Outubro de 1904.

Sá Peixoto (Antonio Joaquim de Sá Peixoto). Eleito a 5 de Março de 1905; reconhecido a 8 de Maio seguinte e empossado a 15 do mesmo mez.

Seis annos. — Antonio Constantino Nery. Renunciou o mandato em 1904 por haver sido eleito governador do Amazonas.

Sylverio José Nery. Eleito a 29 de Outubro de 1904, reconhecido a 27 de Dezembro e empossado a 15 de Maio de 1905.

Tres annos. — Jonathas de Freitas Pedrosa.

PARÁ

Nove annos. — José Paes de Carvalho. Eleito em 18 de Fevereiro de 1903 por terminação do mandato do dr. Lauro Sodré. Reconhecido em 28 de Abril.

Seis annos. — Justo Leite Chermont.

Tres annos. — Manoel de Mello Cardoso Barata.

MARANHÃO

Nove annos. — Augusto Olympio Gomes de Castro. Reeleito em 18 de Fevereiro de 1903. Reconhecido em 23 de Abril.

Seis annos. — Manoel Ignacio Belfort Vieira.

Tres annos. — Benedicto Pereira Leite.

PIAUHY

Nove annos. — Firmino Pires Ferreira. Reeleito em 18 de Fevereiro de 1903. Reconhecido em 8 de Maio.

Seis annos. — Alvaro de Assis Ozorio Mendes. Renunciou em 1904.

Raymundo Arthur de Vasconcellos. Eleito em 30 de Agosto de 1904; reconhecido em 3 de Novembro.

Tres annos. — Joaquim Nogueira Paranaguá.

CEARÁ

Nove annos. — Antonio Pinto Nogueira Accioly. Eleito em 18 de Fevereiro de 1903 pela terminação do mandato do dr. Bezerril. Reconhecido em 23 de Abril. Renunciou em 1904.

Pedro Augusto Borges. Eleito em 16 de Outubro de 1904; reconhecido em 19 de Dezembro seguinte.

Seis annos. — Joaquim de Oliveira Katunda.

Tres annos. — João Cordeiro.

RIO GRANDE DO NORTE

Nove annos. — Joaquim Ferreira Chaves. Reeleito em 18 de Fevereiro de 1903; reconhecido em 23 de Abril.

Seis annos. — José Bernardo de Medeiros.

Tres annos. — Pedro Velho de Albuquerque Maranhão.

PARAHYBA

Nove annos. — ANTONIO ALFREDO DA GAMA E MELLO. Eleito em 18 de Fevereiro de 1908 por terminação do mandato do dr. Abdon Milanez. Reconhecido em 23 de Abril.

Nascido em 1851 na capital da antiga provincia, hoje Estado da Parahyba, era formado em direito. Politico desde muito moço, filiou-se ao partido liberal, tendo como vice-prezidente da provincia, assumido uma vez o poder. Foi professor de latim do Lyceu Parahybano e Inspector da Alfandega tambem do seu Estado. Politico de larga influencia, foi governador do Estado na Republica. Eleito senador federal em 1903, por terminação do mandato do dr. Abdon Felintho Milanez, falleceu na Parahyba aos 57 annos, em 10 de Abril de 1908.

Seis annos. — JOSÉ DE ALMEIDA BARRETO. Falleceo em 3 de Maio de 1905.

JOÃO COELHO GONÇALVES LISBOA. Eleito em 10 de Julho de 1905. Reconhecido em 25 de Agosto.

Tres annos. — ALVARO LOPES MACHADO. Renunciou em 1904.

WALFREDO SOARES DOS SANTOS LEAL. Eleito em 14 de Janeiro de 1905; reconhecido em 15 de Maio. Renunciou nesse mesmo anno por ter assumido a prezidencia do Estado da Parahyba.

Nascido em 21 de Fevereiro de 1855, na cidade de Areia, Estado da Parahyba, consagrou-se á vida religiosa. Logo depois de receber ordens, foi despachado parocho da

freguezia de N. S. da Luz, da cidade de Guarahira, Bispado da sua terra natal, em 1888.

Em 1891, foi eleito Deputado Estadoal e, em 1892, 1.º Vice-Prezidente da Parahyba, tendo administrado o Estado em 1896. Em 15 de Maio de 1905, foi eleito Senador Federal, cargo que renunciou para, em 28 de Outubro do mesmo anno, assumir o governo do Estado onde se manteve até 22 de Outubro de 1908. Em 1909, foi novamente eleito Senador por nove annos. E' um dos chefes de grande prestigio no seu Estado.

PERNAMBUCO

Nove annos. — Francisco de Assis Roza e Silva. Eleito em 18 de Fevereiro de 1903 pela terminação do mandato do dr. José Marcellino. Reconhecido em 23 de Abril.

Seis annos. — Herculano Bandeira de Mello.

Tres annos. — Segismundo Antonio Gonçalves. Renunciou em 1904.

Antonio Gonçalves Ferreira. Eleito em 9 de Julho de 1904; reconhecido em 20 de Agosto.

ALAGOAS

Nove annos. — Joaquim Paulo Vieira Malta. Eleito em 18 de Fevereiro de 1903 pela terminação do mandato do sr. Gomes Ribeiro. (Barão de Traipu). Renunciou no mesmo anno para assumir o governo de Alagôas.

Nascido em 20 de Outubro de 1857 na cidade de Paulo Affonso, Estado de Alagôas.

Formado em Direito, veio para o Rio de Janeiro, onde constituio banca de advogado, na cidade do Parahyba do Sul. (1885 — 1886). De 1887 a 1891, esteve como Juiz Municipal da cidade de Araruama. Em 1891, tendo uma revolta arrebentado em Saquarema para ahi foi nomeado Juiz de Direito. Foi tambem, de 1892 a 1898, advogado na cidade de Santo Antonio de Padua. Na sua terra natal, foi Secretario de Estado de 1899 a 1902; Governador do Estado de 1903 a 1906 e senador em 1905 e em 1907 a 1911.

EUCLYDES VIEIRA MALTA. Eleito em 14 de Setembro de 1903; reconhecido em 28 de Outubro.

Seis annos. — MANOEL JOSÉ DUARTE.

Tres annos. — BERNARDO ANTONIO DE MENDONÇA SOBRINHO. Falleceo em 25 de Março de 1905.

MACARIO DAS CHAGAS ROCHA LESSA. Eleito em 15 de Agosto de 1905; reconhecido em 26 de Setembro.

Nascido em Alagoas, fez parte do curso de direito no Recife, mas não o terminou. Militando desde joven na politica, tornou-se cedo em Cururipe, onde rezidia, o chefe do partido liberal do municipio e, como tal, um dos membros do directorio central da sua provincia. Deputado provincial no Imperio, foi, proclamada a Republica, eleito tambem deputado á Constituinte do Estado. Em Cururipe, ainda foi prefeito e tem sido successivamente reeleito deputado estadual. Em 1905, foi eleito senador federal na vaga aberta pela morte do dr. Bernardo de Mendonça. Exerceu o mandato apenas anno e meio, não sendo reeleito.

Regressando ao Estado foi eleito prezidente do Congresso; e, por esse motivo, assumio o governo quando o dr. Euclydes Malta foi forçado a deixal-o em 1912.

SERGIPE

Nove annos. — Olympio de Souza Campos. Eleito em 18 de Fevereiro de 1903 por terminação do mandato do dr. Leandro Maciel; reconhecido em 23 de Abril.

Seis annos. — Martinho Cezar da Silva Garcez.

Tres annos. — José Luiz Coelho e Campos.

BAHIA

Nove annos. — Arthur Cezar Rios. Reeleito em 18 de Fevereiro; reconhecido em 28 de Abril.

Seis annos. — Virgilio Climaco Damasio.

Tres annos. — Ruy Barboza.

ESPIRITO SANTO

Nove annos. — Cleto Nunes Pereira. Reeleito em 18 de Fevereiro de 1903; reconhecido em 23 de Abril.

Seis annos. — Luiz Siqueira da Silva Lima.

Tres annos. — Henrique da Silva Coutinho. Renunciou em 1904 para occupar o governo do Estado.

José de Mello Carvalho Muniz Freire. Eleito em 1 de Setembro de 1904; reconhecido em 22 de Outubro.

RIO DE JANEIRO

Nove annos. — Nilo Peçanha. Eleito por terminação do mandato do sr. Manoel de Queiroz. Reconhecido a 23 de Abril de 1903. Renunciou em 1904 por ter assumido o governo do Estado.

Carlos Augusto de Oliveira Figueiredo. Eleito em 4 de Setembro de 1904; reconhecido em 20 de Outubro.

Seis annos. — Manoel Martins Torres. Falleceu em 16 de Dezembro de 1905.

Tres annos. — Francisco Rangel Pestana. Falleceu em 17 de Março de 1903.

Lourenço Maria de Almeida Baptista (Barão de Miracema). Eleito em 13 de Setembro de 1903; reconhecido em 23 de Novembro.

DISTRICTO FEDERAL

Nove annos. — Lauro Sodré. Eleito em 18 de Fevereiro de 1903 por terminação do mandato do dr. Lopes Trovão. Reconhecido em 2 de Julho.

Seis annos. — Candido Barata Ribeiro.

Tres annos. — Thomaz Delphino dos Santos.

MINAS GERAES

Nove annos. — Carlos Vaz de Mello. Eleito em 18 de Fevereiro de 1903 por terminação do mandato do dr. Gonçalves Chaves. Reconhecido em 9 de Julho. Falleceu em 3 de Novembro de 1904.

João Pinheiro da Silva. Eleito em 19 de Fevereiro de 1905; reconhecido em 15 de Maio.

Seis annos. — Julio Bueno Brandão.

Tres annos. — Feliciano Augusto de Oliveira Penna.

S. PAULO

Nove annos. — Joaquim Lopes Chaves. Eleito por terminação do mandato do dr. Paula e Souza; reconhecido em 27 de Abril de 1903.

Seis annos. — Alfredo Ellis. Eleito na vaga aberta pelo fallecimento do dr. Moraes e Barros; foi reconhecido em 23 de Abril de 1903.

Tres annos. — Francisco Glycerio.

PARANA'

Nove annos. — Vicente Machado da Silva Lima. Reeleito a 18 de Fevereiro e reconhecido a 1.º de Maio de 1903. Renunciou em 1904 por ter sido eleito governador do estado.

Francisco Xavier da Silva. Eleito em 5 de Junho de 1904; reconhecido em 27 de Julho.

Nascido na cidade de Castro, Paraná, a 2 de Abril de 1838, formou-se em direito pela Faculdade de S. Paulo. No regimen decahido, foi deputado provincial e juiz municipal na comarca de Castro. Proclamada a Republica, tem occupado tres vezes a prezidencia do Estado. A primeira no periodo de 1892 a 1896, findo o qual foi ser prefeito em sua cidade natal. Chamado novamente á prezidencia do Paraná, em periodo critico para o seu partido, exerceu-a de 1900 a 1904 com grande brilho e honestidade, que é a principal caracteristica do seu bello caracter. Foi depois eleito senador federal; e, nesse posto, se manteve até 1908, quando o renunciou afim de occupar mais uma vez o governo paranaense (1908 a 1912). A esse tempo, era tambem deputado estadual e prezidente da Assembléa.

Recolheu-se, em seguida, o illustre e integro brazileiro á sua cidade natal, mas acompanhando sempre com vivo interesse a vida nacional, e, especialmente, a do seu Estado, até que, em 1916, era de novo eleito senador federal, sendo reconhecido e empossado a 2 de Maio desse mesmo anno.

Seis annos. — Brazilio Ferreira da Luz.

Tres annos. — Alberto José Gonçalves.

SANTA CATHARINA

Nove annos. — Gustavo Richard. Reeleito; reconhecido a 23 de Abril.

Seis annos. — Felippe Schimidt.

Tres annos. — Hercilio Pedro da Luz.

RIO GRANDE DO SUL

Nove annos. — Julio Anacleto Falcão da Frota. Reeleito; reconhecido em 23 de Abril.

Seis annos. — Ramiro Fortes de Barcellos.

Tres annos. — José Gomes Pinheiro Machado.

GOYAZ

Nove annos. — Urbano Coelho de Gouveia. Eleito para a vaga aberta, e não preenchida, do dr. Leopoldo de Bulhões, que renunciara o mandato em 15 de Novembro de 1902, mandato que terminava em 31 de Dezembro desse anno. Reconhecido em 23 de Abril.

Seis annos. — JOSÉ JOAQUIM DE SOUZA.

Tres annos. — FRANCISCO L. RODRIGUES JARDIM.

MATTO-GROSSO

Nove annos. — JOAQUIM DUARTE MURTINHO. Eleito em 13 de Fevereiro por terminação do mandato do sr. Generoso Ponce. Reconhecido a 4 de Julho.

Seis annos. — JOSÉ MARIA METELLO.

Tres annos. — ANTONIO FRANCISCO DE AZEREDO.

Camara dos Deputados

AMAZONAS

(quatro reprezentantes)

1.º — Antonio Gonçalves Pereira de Sá Peixoto. Renunciou em 15 de Maio de 1905 por ter sido eleito senador federal.

Jorge de Moraes. Eleito em 1.º de Julho de 1905; reconhecido em 1.º de Setembro.

Nascido em Manaus a 18 de Julho de 1872. Formou-se em medicina pela Faculdade da Bahia, exercendo durante o seu tirocinio academico o logar de interno de clinica medica da mesma Faculdade durante os annos de 1902 a 1905, quando regressou á capital do seu Estado. Ahi, foi nomeado preparador de Physica e Chimica do Gymnasio Amazonense. Durante a Campanha de Canudos, voltando á Bahia, esteve contratado como cirurgião no Hospital de S. Bento. Em 1898, foi nomeado medico legista da Chefatura de policia de Manaus, onde exerceu mais os cargos de medico cirurgião da Beneficencia Portugueza, cirurgião da Santa Casa de Misericordia e medico do Instituto Benjamin Constant. Foi incumbido ainda de installar e dirigir o Laboratorio de Analyses do Estado e fez parte da Commissão de Saneamento de Manaus (1904 a 1905). Dotado de bello talento, foi eleito deputado federal em 1905 para

occupar a cadeira vaga pela renuncia do sr. Sá Peixoto e empenhou-se em renhida campanha em pról da educação physica e da hygiene militar, formulando projectos a respeito. Reeleito para as legislaturas de 1906 a 1909, foi por fim, em 30 de janeiro de 1909, suffragado para a nova vaga que abrira o sr. Sá Peixoto no Senado, sendo reconhecido senador em 26 de Maio desse mesmo anno. Em 1910, renunciou por seu turno o mandato por haver sido eleito Intendente de Manaus.

2.º — Raymundo Constantino Nery.

Nascido no Amazonas e irmão do senador Sylverio Nery e do general Constantino Nery, ambos ex-governadores daquelle Estado, destinou-se a principio á carreira das armas, como todos os seus irmãos, fazendo até o primeiro anno do curso superior na Escola Militar do Rio de Janeiro. Adoecendo, porém, gravemente, pedio baixa do serviço militar e tirou o titulo de agrimensor na Escola Polytechnica da mesma cidade. Regressando ao Amazonas, ahi entregou-se a medições de terras e foi nomeado professor de francez da Escola Normal. Eleito deputado á 5.ª legislatura, não teve mais o mandato renovado. Passou então a rezidir na Europa.

3.º — Aurelio Amorim.

Nascido em 14 de Agosto de 1869 na capital do Estado do Amazonas. Cadete do exercito em 14 de Junho de 1884, tirou o curso de tiro de Artilharia em 1887 e, em 8 de Outubro de 1890, tinha a promoção de 2.º tenente. Bacharel em sciencias physicas e mathematicas em 1897, tem o curso technico de Artilharia da Escola Militar do Rio de Janeiro (1898). Graduado em 1.º tenente a 30 de Junho de 1889, foi instructor do Collegio Militar de 1900 a 1901. Em 27 de Agosto de 1908, foi promovido a capitão de Artilharia. Na sua vida politica, já foi Deputado Esta-

doal pelo Amazonas de 1901 a 1903 e Deputado Federal desde Maio de 1903.

Da sua fé de officio, consta o seguinte honroso attestado, trazendo a firma do general José Carlos Pinto Junior: «Attesto que o capitão Aurelio Amorim tomou parte nos combates travados a 6 e 7 de Abril de 1894, entre as forças revolucionarias e legaes, sob meu commando, na cidade do Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul. Foi ferido a 7, e, em ordem do dia, tive occasião de louval-o pelo modo digno porque se portou em ambos os combates e especialmente na retirada das forças que guarneceram o Pontal da Barra quando foi esta investida pelos navios da esquadra sob o commando do almirante Custodio José de Mello. Além de official brioso e cumpridor de seus deveres, patenteou-se bom artilheiro.»

Reeleito deputado federal em 30 de Janeiro de 1912, o seu mandato se estendeu até 1914. Não foi reeleito em 1915. E' tambem formado em sciencias juridicas e sociaes pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro.

4.º — ENÉAS MARTINS.

PARÁ

(sete deputados)

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — JOÃO HOSANAH DE OLIVEIRA.

2.º — PASSOS DE MIRANDA FILHO (Antonio).

Nascido em 25 de Novembro de 1869, em Bélem, no Pará, é filho do illustre parlamentar do Imperio do mesmo nome. Formado em direito pela Faculdade do Recife, advoga desde 1892. Logo depois de deixar a Academia, foi nomeado procurador fiscal, do Pará (1892). Exerceu a promotoria publica de Belem, de Junho de 1893 a Abril de

1895. Foi depois secretario da Junta Commercial (Abril de 1895 a Setembro de 1902). Foi tambem lente do Lyceo Paes de Carvalho (1897 a 1902); Lente da Escola Practica do Commercio desde 1901; e Professor de Philosophia do Direito, na Faculdade do Pará, desde 1892.

Especialista em assumptos de ensino publico e orador elegante, fluente e imaginoso, tem uma impeccavel dicção e um modo todo original de phrasear. Catholico fervoroso, mais de uma vez se ha batido brilhantemente pela Igreja de Christo, proferindo notaveis discursos no Congresso Nacional e fazendo conferencias religiosas. Na Camara Federal, tem feito parte de numerosas commissões e pertence quasi sempre á de Instrucção Publica.

Eleito deputado federal em 1903, teve o mandato renovado até 1912. Não fez parte da 8.ª legislatura, mas foi reeleito á 9.ª (1915 a 1917).

3.º — ARTHUR DE SOUZA LEMOS.

4.º — CARLOS AUGUSTO VALENTE DE NOVAES.

SEGUNDO DISTRICTO

5.º — ROGERIO CORREIA DE MIRANDA.

Nascido em Igarapé-Mirim, Pará, em 30 de Novembro de 1866, foi seu pae o coronel Justo José Correia de Miranda.

Estudou preparatorios em Belem, formando-se em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro em 1893. Regressando ao Pará, clinicou em Belém, sendo nomeado lente de Historia Natural na Escola Normal. Foi depois medico regional em Soure e capitão-medico do regimento militar do Estado. Exerceu outras commissões, inclusive a de director da enfermaria Militar de Soure. Pertenceu ao Bata-

lhão Academico, delle sahindo no posto de tenente. Foi orador official dos doutorandos da sua turma. Eleito deputado federal em 1900, tem sido successivamente reeleito até á 8.ª legislatura (1912 a 1914).

6.º — Arthur Indio do Brazil e Silva.

7.º — Antonio Felintho de Souza Bastos.

MARANHÃO

(sete deputados)

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — Urbano Santos da Costa Araujo.

2.º — José Euzebio de Carvalho e Oliveira.

3.º — Luiz Antonio Domingues da Silva.

4.º — José Rodrigues Fernandes. Falleceu em 10 de Junho de 1904.

Francisco da Cunha Machado. Eleito em 24 de Julho de 1904; reconhecido em 14 de Setembro seguinte.

Nascido em S. Luiz do Maranhão, em 14 de Abril de 1860, foram seus paes João Gonçalves Machado e d. Josephina da Cunha Machado. Bacharelou-se em direito em 1881 pela Faculdade do Recife. Consagrando-se a princi-

pio á magistratura, foi adjunto de promotor da capital do Maranhão, promotor no Grajahú e em Alcantara e Juiz Municipal em S. Bento e Alcantara. Mais tarde, foi juiz substituto da capital; juiz de direito do Brejo e dezembargador do Superior Tribunal de Justiça. Liberal adiantado, foi ainda no Imperio eleito deputado provincial, cargo de que não tomou posse. Foi tambem Chefe de policia e delegado da capital. Proclamada a Republica, foi, ao ser deposto o governador Lourenço de Sá, Prezidente da Junta Governativa em 18 de Dezembro de 1891. Apozentou-se em 1903.

Eleito deputado federal em 1904 na vaga aberta pela morte do dr. José Rodrigues Fernandes, tem sido successivamente reeleito até á 9.ª legislatura (1915 a 1917). Na Camara dos Deputados, tem feito parte das commissões de Petições e Poderes e de Constituição e Justiça, tendo sido de ambas prezidente. Jurisconsulto de nomeada, tem prezidido tambem as commissões especiaes nomeadas para dar parecer sobre a denuncia contra o Marechal Hermes da Fonseca e sobre as emendas do Senado ao Codigo Civil.

SEGUNDO DISTRICTO

5.º — João Tolentino Guedelha Mourão (Monsenhor). Falleceu em 5 de Dezembro de 1904.

Dunshee de Abranches (João Dunshee de Abranches Moura). Eleito em 26 de Março de 1905; reconhecido em 23 de Maio seguinte.

Nascido em 2 de Setembro de 1868, em S. Luiz do Maranhão, foram seus paes o negociante Antonio da Silva Moura e d. Raymunda de Abranches Moura, filha do jornalista da Independencia, João Antonio Garcia de Abranches, cognominado o *Velho Censôr*. Fez os estudos preparatorios em S. Luiz, seguindo em 1884 para o Rio de Janeiro, e, nessé mesmo anno, iniciando o curso de medicina na Faculdade dessa capital. Em 1888, durante as férias academicas, foi nomeado promotor publico da Barra do

Corda, no Maranhão, e encarregado pelo Prezidente da Provincia, dr. Moreira Alves, de promover a pacificação da comarca do Grajahú, onde os dois partidos da época, conservador e liberal, se debatiam, ha alguns annos, em luta armada.

Pacificado o Grajahú, regressou á Barra da Corda, onde fundou em 12 de Novembro de 1888, com Izaac Martins e Antonio da Rocha Lima, o periodico *O Norte,* orgão de propaganda republicana, do qual foi o secretario da redacção. Em 6 de Agosto de 1889, casou-se com d. Maurina Porto Dunshee de Abranches, regressando em 1890 ao Rio de Janeiro para completar o seu curso medico.

Em Maranhão, escreveu nos seguintes jornaes: *Aurora Boreal, Gazeta do Povo, Seculo, Pacotilha, Paiz, Diario do Maranhão* e *Federalista,* de S. Luiz; e no *Norte,* da Barra do Corda. Collaborou tambem na *Federação,* de Manáos; *Republica,* do Pará; *Gazeta da Tarde,* de Pernambuco; *Federação,* de Porto Alegre; *Commercio de S. Paulo* e outros, sendo ainda hoje redactor correspondente do *Diario de Noticias,* da Bahia. Na Capital Federal, tem collaborado no *Jornal do Commercio, Gazeta de Noticias, Tribuna* e *Correio da Manhã.* Foi redactor do *Jornal do Brazil,* de 1895 a 1900; director d'*O Dia,* de 1.º de Janeiro a 27 de Julho; e redactor d'*O Paiz,* desde 1902, todos do Rio de Janeiro. Em 1890, tirára já as cadeiras de physica e chimica e historia natural do Instituto H. Köpke, leccionando tambem as mesmas materias no Collegio Brazileiro-Allemão.

Nomeado pelo dr. Rodrigues Alves commissario especial do Governo da Republica junto aos institutos equiparados de ensino secundario e superior e depois encarregado de fazer um inquerito sobre o estado da instrucção publica naquella época, aprezentou tres relatorios que o Ministerio do Interior mandou distribuir em avulsos. Exonerou-se dessa commissão quando, pela Bahia, iniciava a inspecção dos estabelecimentos dos Estados, por ter sido eleito deputado federal pelo Maranhão em 26 de Março de 1905. Já antes, fôra eleito deputado ao Congresso Legislativo do seu Estado (1903), tendo sido reeleito até 1910, apezar de já per-

tencer á Camara Federal. Reeleito deputado federal para o trienio de 1906 a 1909, tem tido sempre o mandato renovado até a 9.ª legislatura (1915 a 1917). Além de Prezidente da Associação de Imprensa, tem exercido na Camara o cargo de Prezidente da Commissão de Diplomacia e Tratados. E' tambem prezidente das Commissões Especiaes de Justiça Militar e da Organizadora do Codigo Penal Militar, e director da Federação das Associações Commerciaes do Brazil, como delegado da Associação Commercial do Maranhão. E' doutor em direito e professor honorario da Universidade de Heidelberg, Allemanha. Tem publicado os seguintes livros:

1. — *Selva,* poesias (Maranhão — 1884 a 1886).

2. — *Microbio do cancro,* em defeza do dr. Domingos Freire (Maranhão — 1887).

3. — *Propaganda abolicionista e republicana* (1888).

4. — *Transformação do trabalho,* memoria á Associação Commercial de S. Luiz do Maranhão (1888).

5. — *A Republica em Maranhão* (1888 a 1889).

6. — *A reproducção na escala animal,* lição mandada imprimir por seus alumnos (Rio de Janeiro — 1890).

7. — *O mundo biologico,* lições finaes do curso de physiologia (Rio de Janeiro — 1891).

8. — *Contos e fantasias* (Rio de Janeiro — 1892 a 1894).

9. — *Pela paz,* poemeto ao dr. Prudente de Moraes (Rio de Janeiro — 1895).

10. — *Cartas de um sebastianista,* satyras em verso (Rio de Janeiro — 1895).

11. — *Memorias de um historico,* 2 volumes (Rio de de Janeiro — 1895 a 1896).

12. — *Manifesto politico ao eleitorado do Maranhão* (Rio de Janeiro — 1896).

13. — *Como se faz o jornal do Brazil* (Rio de Janeiro — 1896).

14. — *Papá Basilio,* romance naturalista (Rio de Janeiro — 1897).

15. — *A crize social,* retrospecto politico do seculo XIX (Rio de Janeiro — 1898).

16. — *A crize da Republica,* estudo da politica brazileira em face do problema mundial (Rio de Janeiro — 1898).

17. — *Chronicas politicas* (Rio — 1899 a 1904).

18. — *O anno negro da Republica,* retrospecto politico-financeiro de 1897 a 1898 (Rio — 1899).

19. — *Politica e finanças,* estudo critico sobre a prezidencia Campos Salles (Rio — 1898 a 1902).

20. — *Cartas politicas* (Rio — 1898 a 1899).

21. — *Sylvio Roméro,* perfil biographico (Rio — 1899).

22. — *Crepusculo de seculo,* a politica mundial em 1899 (Rio — 1900).

23. — *Cartas a Rabagas* (Rio — 1900).

24. — *Critica de Arte* (Rio — 1896 a 1900).

25. — *Em prosa e verso,* satyras e folhetins (1896 a 1901).

26. — *Juiz de Fóra,* impressões de um vizitante (Rio — 1899).

27. — *Sertanejas,* critica artistica (Rio — 1900).

28. — *Criticas litterarias* (Rio — 1898 a 1901).

29. — *Criticas muzicaes* (Rio — 1898 a 1900).

30. — *Aspides,* satyras em verso (Rio — 1901).

31. — *Dialogos dos mortos,* imitação de Luciano (Rio — 1901).

32. — *O 10 de Abril* (Rio — 1901).

33. — *O livro negro,* a scisão do partido republicano federal (Rio — 1902).

34. — *O livro verde,* historia do partido do dr. Prudente de Moraes (Rio 1902).

35. — *O livro branco,* da Concentração Republicana á eleição do dr. Rodrigues Alves (Rio — 1902).

36. — *O Evangelho da Republica e seus apostolos* (Rio — 1903).

37. — *Do Rio...* altas reportagens (Rio — 1903 a 1905).

38. — *Noites de Calvario,* satyras em verso (Rio — 1903).

39. — *Nos bastidores,* dialogos politicos (Rio — 1904),

40. — *Cartas da City* (Rio — 1903).
41. — *Institutos equiparados* (Rio — 1904).
42. — *Exames geraes de preparatorios* (Rio — 1905).
43. — *Ensino superior e Faculdades Livres* (Rio — 1905).
44. — *Da Europa,* cartas abertas (Rio — 1906).
45. — *Pela Italia,* impressões de viagem (Rio — 1906).
46. — *Actas e actos do Governo Provisorio* (Rio — 1907).
47. — *As cabeceiras do Rio Verde,* parecer da Commissão de Diplomacia da Camara dos Deputados (Rio — 1908).
48. — *A soberania em acção,* perfis politicos (Rio — 1908).
49. — *O tratado de Bogotá* (Rio — 1908).
50. — *Necrologio politico do dr. Benedicto Leite* (Maranhão — 1909).
51. — *Tratados de commercio e navegação do Brazil* (Rio — 1909).
52. — *A lagoa Mirim* (Rio — 1910).
53. — *Limites com o Perú* (Rio — 1910).
54. — *O guarda da Alfandega na legislação aduaneira* (Santos — 1910).
55. — *Reforma da Justiça Militar* (Rio — 1910).
56. — *Rio Branco,* defeza dos seus actos (Rio — 1911).
57. — *O Brazil e o arbitramento* (Rio — 1911).
58. — *Associação da Imprensa,* relatorio (1911).
59. — *O maior dos brazileiros* (Rio — 1912)
60. — *A liberdade de imprensa em 1825* (Rio — 1913).
61. — *Hespanha e Côte d'Azur* (Rio — 1913).
62. — *Lourdes e Côte d'Argent* (Rio — 1913).
63. — *A Revolta da Armada e a Revolução Riograndense,* dois volumes (Rio — 1914).
64. — *Lourdes,* conferencia feita em Santos (Rio — 1914).
65. — *A conflagração europea e suas causas,* dez edições (Rio — 1914).

66. — *Em torno de um discurso* (Rio — 1914).

67. — *A Inglaterra e a soberania do Brazil* (Rio — 1915).

68. — *O crime do Congo*, traducção brazileira (Rio — 1915).

69. *A administração da Republica e a obra financeira do dr. Rodrigues Alves* (Rio — 1915).

70. — *Brazil and the Monröe doctrine* (Rio — 1915).

71. — O *A. B. C. e a politica Americana* (Rio — 1914).

72. — *A expansão economica e o commercio exterior do Brazil* (Rio — 1915).

73. — *A cultura do arroz e o proteccionismo agricola* (S. Paulo — 1916).

74. — A *Black list e o projecto Dunshee* (Rio — 1916).

75. — *Codigo Penal Militar* (Rio — 1916).

76. — *Ainda a black list* (Rio — 1916).

77. — *A Allemanha e a paz*, appello ao prezidente da Camara dos Deputados (Rio — 1917).

78. — *Contra a guerra*, declaração de voto sobre a quebra da neutralidade brazileira (Rio — 1917).

79. — *Candidaturas prezidenciaes* (Rio — 1917).

80. — *A Illusão Brazileira*, quatro edições em 15 de Agosto, 2 de Setembro, 24 de Setembro e 11 de Outubro, tudo de 1917 (Rio de Janeiro).

81. — *Governos e Congressos da Republica*, dois volumes (S. Paulo — 1917).

No prélo:

82. — *A prezidencia Rodrigues Alves.*

83. — *O Golpe de Estado*, actas e actos do governo Lucena.

84. — *Cochrane e Garcia de Abranches.*

Manuscriptos de obras novas:

85. — *Governos e congressos de S. Paulo.*

86. — *Rio Branco intimo.*

87. — *Memorias de jornalista.*

88. — *Diplomacia e tratados do Brazil*, quatro volumes.

89. — *Obra parlamentar*, cinco volumes.

90. — *Em Heidelberg*, curso de direito publico americano.

91. — *Em Berlim*, a conflagração européa no Brazil e na America do Sul — conferencias.

6.º — CHRISTINO CRUZ.

7.º — MANOEL IGNACIO DIAS VIEIRA.

Nascido em 10 de Maio de 1857 na villa de Guimarães, Estado do Maranhão, foi negociante na sua terra natal onde occupou os seguintes cargos: prezidente da Associação Commercial, de 1896 a 1902; coronel commandante da 1.ª brigada de cavallaria da Guarda Nacional, desde 1891; Camarista e Prezidente da Camara Municipal desde 1892; 2.º vice-governador de 1900 a 1903; e deputado federal de 1903 a 1905. Falleceu a 4 de Fevereiro de 1915 em S. Luiz do Maranhão.

PIAUHY

(quatro deputados)

1.º — RAYMUNDO ARTHUR DE VASCONCELLOS. Renunciou em 3 de Novembro de 1904 por haver sido reconhecido senador.

ARLINDO FRANCISCO NOGUEIRA. Eleito em 17 de Fevereiro de 1905; reconhecido em 12 de Maio.

2.º — ANISIO AUTO DE ABREU.

3.º — João Henrique de Souza Gayoso e Almendra.

4.º — Joaquim de Lima Pires Ferreira.

CEARÁ

(dez deputados)

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — José Freire Bezerril Fontenelle.

2.º — Thomaz Pompeu Pinto Accioly.

3.º — Virgilio Brigido.

4.º — Thomaz Cavalcanti de Albuquerque.

SEGUNDO DISTRICTO

5.º — Francisco de Sá.

6.º — Frederico Augusto Borges.

7.º — João Lopes Ferreira Filho.

TERCEIRO DISTRICTO

8.º — Eduardo Studart. Renunciou o mandato em 1905 por ter sido nomeado Juiz Federal do Estado. Não foi preenchida a vaga.

Nascido em 21 de Outubro de 1863 na capital do Estado do Ceará, descende de notavel familia e possúe fina cultura juridica e literaria. Bacharel em Direito pela Faculdade do Recife, em 23 de Novembro de 1886, seguio a magistratura. Foi Promotor Publico nas comarcas de Viçosa e Cratheus, Estado do Ceará; Juiz Municipal nas comarcas de Picos e S. Vicente Ferrer e Juiz Substituto da Vara do Commercio em S. Luiz, Estado do Maranhão. Nomeado Juiz de Direito de Grajahu, Estado do Maranhão, e de S. Raymundo Nonnato, Estado do Piauhy, não acceitou as nomeações. Abraçou em fins de 1892, na cidade de Fortaleza, a carreira commercial, sendo Director da Associação Commercial desde a sua fundação.

Foi ainda na sua terra natal: Inspector Escolar; Mordomo e Procurador Geral da S. Casa de Misericordia; Deputado Estadoal em mais de uma legislatura; Lente de Direito Commercial da Escola Commercial até a sua extincção, e da Faculdade de Direito, da qual foi um dos fundadores; Consul da Belgica e membro da Academia Cearense.

Foi Deputado Federal somente a esta legislatura (1903 a 1905).

Apozentando-se, porem, no cargo de juiz federal, foi eleito de novo deputado federal pelo Ceará em 30 de Janeiro de 1915 para a 9.ª legislatura.

9.º — Domingos Sergio de Saboya e Silva.

10.º — Gonçalo de Almeida Souto.

RIO GRANDE DO NORTE

(quatro deputados)

1.º — Augusto Tavares de Lyra. Renunciou em 1904 por haver sido eleito governador do Estado ([1]).

Alberto Maranhão. Eleito em 29 de Junho de 1904; reconhecido em 20 de Agosto.

Nascido em 2 de Outubro de 1872 na cidade de Macahyba, Estado do Rio Grande do Norte, é bacharel em Direito. Revelando bello talento desde a juventude, occupou os seguintes cargos na sua terra natal: Promotor Publico da comarca de Macahyba em 1892; Secretario do Governo, de 15 de Dezembro de 1892 a 22 de Agosto de 1898; e Governador do Estado, de 25 de Março de 1900 a 25 de Março de 1904.

E' membro do Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Norte e fez parte do Congresso Scientifico Latino Americano do Rio de Janeiro.

E' Deputado Federal desde 25 de Agosto de 1904, cargo que renunciou em 25 de Março de 1908 para assumir o Governo do Estado do Rio Grande do Norte. Terminado o seu quinquenio governamental em 1913, foi eleito da novo deputado federal a 5 de Julho de 1914 na vaga do dr. Eloy de Souza que passara para o Senado. Reconhecido em 1.º de Setembro de 1914, foi reeleito em 30 de Janeiro de 1915 á 9.ª legislatura, Faz parte na Camara da Commissão de Finanças.

2.º — Eloy Castriciano de Souza.

([1]) Vide Ministerios do 5.º e 7.º quatrienios.

3.º — Francisco Victor da Fonseca e Silva. Falleceu em 28 de Julho de 1905. Não se preencheu a vaga.

4.º — Manoel Pereira Reis.

PARAHYBA

(cinco deputados)

1.º — João Leite de Paula e Silva.

Nascido em 17 de Outubro de 1860, na villa de Piancó, Estado da Parahyba, formou-se em sciencias juridicas e sociaes pela Faculdade do Recife, em 1883. Tem occupado os seguintes cargos: Promotor Publico de Cajazeiras, Estado da Parahyba, de 1884 a 1885, e Juiz Municipal de Piratiny, Estado do Rio Grande do Sul, de 1885 a 1889. De 1890 a 1892, foi Fiscal do Banco Central Mineiro no Estado do Rio de Janeiro. Em 1895, esteve como Inspector Litterario da cidade de S. José da Bôa Vista, Estado do Paraná. De 1896 a 1898, foi deputado estadoal pelo Paraná. Em 1902, foi eleito deputado federal pela sua terra natal e, não tendo sido reeleito em 1906, continuou depois a rezidir no Paraná.

2.º — Walfredo Soares dos Santos Leal. Renunciou por haver sido reconhecido senador em 15 de Maio de 1905.

Simeão Leal (Antonio Simeão dos Santos Leal). Eleito em 10 de Julho de 1905; reconhecido em 30 de Agosto.

Nascido em 11 de Maio de 1874 em Areia, Estado da Parahyba, foram seus paes Francisco Simeão Soares da Costa e d. Maria Laurinda da Malta Leal. Formado em direito pela Faculdade do Recife em 1895, tem occupado na sua terra natal importantes cargos. Foi Promotor Pu-

blico da cidade de Areia, de Maio de 1895 a Junho de 1900; Juiz de Direito da comarca de Borborema; Chefe de Policia durante 4 annos; 1.º Vice-Prezidente do Estado e Provedor da S. Casa de Misericordia. E' Deputado Federal pela Parahyba desde 1905. Na Camara, tem quasi sempre feito parte da meza, occupando até 1914 o cargo de 1.º Secretario. Goza em seu Estado de largo prestigio politico.

3.º — Antonio da Trindade Antunes Meira Henrique.

4.º — Abdon Felintho Milañez Filho.

Nascido na cidade de Areias, Parahyba do Norte, em 10 de Agosto de 1858, foram seus paes o senador Abdon Felintho Milanez e d. Gioconda Cotegipe Milanez. Formou-se em engenheiro civil pela Escola Polytechnica do Rio de Janeiro em 1880.

Exerceu, como profissional, as seguintes funcções:

Ajudante do engenheiro fiscal da E. F. Conde d'Eu, em 7 de Janeiro de 1881; em seguida auxiliar technico na E. F. D. Pedro II (1881); fiscal da construcção da E. F. do Corcovado (1882); membro da Commissão Fiscal dos Carris Urbanos (1883); ajudante do engenheiro fiscal da E. D. Thereza Christina (1885); auxiliar da Inspectoria Geral das Terras e Colonização (1888); secretario da Superintendencia de Immigração na Europa (1892); superintendente geral do mesmo serviço (1894); engenheiro fiscal da E. de F. de Rezende a Areias (1897); superintendente geral de Limpeza Publica (1900); official technico do Serviço de Povoamento do Solo (1907); delegado da Commissão de Expansão Economica na Europa (1907); commissario do Ministerio de Agricultûra para o Serviço de Expansão Economica e Propaganda dos Productos Brazileiros na Europa (1912).

Foi eleito deputado pelo Estado da Parahyba do Norte para a legislatura de 1903-1905.

Como compositor de musica, publicou varios trechos de dança; fez representar varias operetas, das onze que produziu, e uma opera em um acto. Compoz ainda uma missa solemne — *Santa Luzia,* e um *Te-Deum,* e publicou varias musicas de canto.

Nomeado para fazer parte da Commissão de Propaganda Economica do Brazil na Europa, percorreu diversos paizes, especialmente a Italia. Rezidio algum tempo em Genebra, na Suissa. Actualmente, exerce o cargo de director do Instituto Nacional de Muzica, pois é um distincto muzicista.

5.º — João Soares Neiva. Falleceu em 1.º de Dezembro de 1903.

Izidro Leite Ferreira de Araujo. Eleito em 20 de Fevereiro de 1904; reconhecido em 26 de Maio.

Nascido em Piancó, Estado da Parahyba, em 23 de Fevereiro de 1873, foi praça de 13 de Fevereiro de 1890. 2.º tenente em 3 de Novembro de 1894, foi promovido a 1.º em 8 de Outubro de 1898; a capitão graduado, em 28 de Fevereiro de 1912; e a effectivo, em 8 de Maio seguinte. Tem o curso de engenharia pelo regulamento de 1898, e é bacharel em mathematica e sciencias physicas. Prestou relevantes serviços durante a revolta de 6 de Setembro.

Eleito nesta legislatura, não teve mais renovado o mandato.

PERNAMBUCO

(dezesete deputados)

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — Francisco Teixeira de Sá.

2.º — Ermirio Cezar Coutinho. Falleceu em 4 de Maio de 1904.

José de Medeiros e Albuquerque. Eleito em 9 de Julho de 1904; reconhecido em 24 de Agosto.

3.º — Affonso Gonçalves Ferreira Costa.

4.º — Celso Florentino Henriques de Souza.

SEGUNDO DISTRICTO

5.º — José Marcellino da Roza e Silva.

6.º — Jayme Pombo Bricio Filho.

7.º — Antonio Alves Pereira de Lyra.

8.º — João Vieira de Araujo.

TERCEIRO DISTRICTO

9.º — Malachias Antonio Gonçalves.

10.º — Esmeraldino Olympio de Torres Bandeira.

11.º — José Moreira Alves da Silva.

QUARTO DISTRICTO

12.º — Julio de Mello Filho.

13.º — Francisco Cornelio da Fonseca Lima.

14.º — Estacio de Albuquerque Coimbra.

QUINTO DISTRICTO

15.º — Pedro José de Oliveira Pernambuco.

16.º — Elpidio de Abreu e Lima Figueiredo. Renunciou em 1905.

Domingos de Souza Leão Gonçalves. Eleito em 24 de Setembro de 1905; reconhecido em 3 de Novembro.

Nascido em 4 de Junho de 1877 na cidade de Bragança, Estado do Pará, é formado em Direito. Foi membro do Conselho Municipal do Recife, de 15 de Novembro de 1901 a 15 de Novembro de 1907, e deputado estadoal ao Congresso Pernambucano de 6 de Março de 1904 a 6 de Março de 1907. Eleito deputado federal pelo 3.º districto do mesmo Estado em 3 de Novembro de 1905, teve o mandato renovado até á 7.ª legislatura (1909 a 1911).

17.º — Arthur Orlando da Silva.

ALAGOAS

(seis deputados)

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — Angelo José da Silva Netto.

2.º — José de Barros Wanderley de Mendonça.

Nascido em 27 de Agosto de 1868 em Porto Calvo, Estado de Alagôas, é formado em engenharia. Tem occupado os seguintes cargos: chefe de divisão da Estrada de Ferro de Caruarú, Estado de Pernambuco (1887 a 1888), e da Estrada de Ferro da Bahia, Estado da Bahia (1888 a 1890); engenheiro fiscal da Estrada de Ferro de Ribeirão, Estado de Pernambuco (1890 a 1891); superintendente da Companhia Promotora de Melhoramentos e da Estrada de Ferro de Maceió a Leopoldina (1891 a 1901); deputado estadoal ao Congresso de Alagôas (1895 a 1897); presidente do Conselho Municipal do mesmo Estado (1896 a 1898); e chefe do Governo Municipal da cidade de Maceió (1901 a 1903).

Foi deputado federal, por Alagôas, de 3 de Maio de 1903 a 31 de Dezembro de 1905.

3.º — Epaminondas Hypolito Gracindo.

SEGUNDO DISTRICTO

4.º — Raymundo Pontes de Miranda.

5.º — EUZEBIO FRANCISCO DE ANDRADE.

Nascido em 15 de Abril de 1866 em Leopoldina, Estado de Alagôas. Bacharel em Direito, dedicou-se desde logo á advocacia.

Intelligente, estudioso e activo, tem exercido, na sua terra natal, os seguintes cargos:

Director do Collegio Orphanato de 1890 a 1891; Professor do Lyceo de Artes e Officios de 1886 a 1890; Secretario do Interior de Junho a Setembro de 1895; Lente do Lyceo Alagoano desde 14 de Setembro de 1895; Secretario da Fazenda (interino) de Dezembro de 1895 a Janeiro de 1896 e Advogado da Municipalidade, de Janeiro de 1896 a Outubro de 1898.

E' redactor chefe do *Gutenberg*, decano dos jornaes alagoanos. Em 1902, esteve como Delegado do Governo de Alagôas á Conferencia Assucareira da Bahia. E' Director da Sociedade Alagoana de Agricultura. Deputado Federal desde 27 de Abril de 1903, já foi secretario da Camara. Goza no seu Estado de real influencia politica.

6.º — JOSÉ BERNARDES DE ARROXELLAS GALVÃO.

SERGIPE

(quatro deputados)

1.º — JOSÉ RODRIGUES DA COSTA DORIA.

2.º — JOVINIANO JOAQUIM DE CARVALHO.

3.º — FELISBELLO FIRME DE OLIVEIRA FREIRE.

4.º — Manoel Presciliano de Oliveira Valladão.

BAHIA

(vinte dois deputados)

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — Domingos Rodrigues Guimarães.

Nascido em 24 de Novembro de 1849 na cidade de S. Jorge dos Ilhéos, Estado da Bahia. Formado em Direito pela Faculdade do Recife, a 26 de Novembro de 1869, seguio a magistratura. Occupou os seguintes cargos:

Supplente do Juiz Municipal (1870) e Promotor Publico (1871) na cidade de S. Salvador da Bahia; Juiz Municipal do termo de Cachoeira (1871), e Juiz de Direito da comarca de Chique-Chique (1877) no Estado da Bahia; Juiz de Direito de Pouzo-Alto (1879) no Estado de Minas-Geraes; e, em 1889, foi nomeado Juiz de Direito da capital da Bahia, cargo em que se aposentou. Foi ainda Chefe de Policia da Bahia de 1885 a 1889; Vice-Prezidente do mesmo Estado em 1888; Director do *Diario da Bahia* e d'*A Bahia*. Tendo sido eleito para Prefeito Municipal da cidade da Bahia em 12 de Novembro de 1899, não assumio o cargo. Era condecorado com a Ordem da Roza (6 de Outubro de 1887). Eleito deputado federal pela sua terra natal em 1903, foi successivamente reeleito até 1911. Falleceu na Bahia em 16 de Julho de 1914.

2.º — João Augusto Neiva.

3.º — Leovigildo do Ipiranga Amorim Filgueiras.

4.º — Joaquim Macêdo de Castro Rabello.

SEGUNDO DISTRICTO

5.º — Aristides Augusto Milton. Falleceu em 8 de Maio de 1904.

Francisco Prisco de Souza Paraizo. Eleito em 8 de Maio de 1904; reconhecido em 4 de Julho seguinte.

Nascido em 6 de Maio de 1874 no Districto de Iguapé, municipio da Cachoeira, Estado da Bahia, é filho do parlamentar do Imperio conselheiro Prisco Paraizo. Formado em Direito, exerce a advocacia desde que foi diplomado.

Tem sido, na sua terra natal, Lente da Faculdade de Direito, desde 1 de Julho de 1896. De 29 de Março de 1894 a 30 de Junho de 1896, advogou na cidade de Cachoeira. Deputado Estadoal, de 7 de Abril de 1899 a 27 de Maio de 1900, foi nomeado Secretario do Interior, Justiça e Instrucção Publica em 28 de Maio de 1900, occupando esse posto até 31 de Janeiro de 1904.

Deputado Federal pelo 2.º districto da Bahia de 15 de Julho de 1904 a 31 de Dezembro de 1905, foi reeleito em 1906, exercendo o mandato até fins de 1909. Em 1910, não fez parte da Camara, mas teve em 1915 o mandato renovado á 9.ª legislatura. Mantem na Bahia o prestigio tradiccional do bello nome de sua familia.

6.º — Joaquim Ignacio Tosta.

7.º — Francisco Vicente Bulcão Vianna.

Filho legitimo do Bacharel Francisco Vicente Vianna e de d. Luiza Flora Bulcão Vianna, nasceu na capital da Bahia em 25 de Outubro de 1868.

E' bisneto pelo lado paterno do Bacharel Francisco Vicente Vianna, 1.º Barão do Rio de Caxias, que foi o primeiro prezidente da Bahia, e, pelo lado materno, do Capi-

tão-mór Joaquim Ignacio de Siqueira Bulcão, 1.º Barão de S. Francisco, que foi um dos membros da Junta Governativa, installada em Cachoeira, na Bahia, e, depois, do Governo interino d'esta provincia, durante a luta da Independencia, a cuja causa prestaram ambos relevantes serviços.

Formou-se em 1886 em direito pela Faculdade do Recife, tendo feito o curso com muitas distincções.

Exerceu os cargos de Promotor Publico da Comarca de Santo Amaro, na Bahia, juiz municipal e de Orphãos do Termo de Caethé, em Minas Geraes, de juiz municipal e de orphãos dos termos do Monte de S. João e Abrantes e de juiz municipal do Termo de Santo Amaro, naquelle Estado.

Abandonou depois a magistratura e dedicou-se á advocacia e á agricultura. Desempenhou o mandato de deputado estadual da Bahia na legislatura de 1901 a 1902, sendo durante esse periodo relator da Commissão de Orçamentos e Fazenda.

De 1903 a 1907, exerceu o mandato de deputado federal pela Bahia. Era chefe politico nos importantes municipios de Santo Amaro e Villa de S. Francisco e é ainda membro do directorio do partido republicano que obedece á orientação politica do ex-senador Severino Vieira.

Jornalista e homem de lettras, politico leal e dedicado aos seus amigos, dirigiu folhas partidarias em Santo Amaro.

Exerce actualmente a advocacia na Capital Federal e é lente de Direito Penal Militar na Escola Naval. Tem publicado alguns trabalhos de real merecimento juridico.

TERCEIRO DISTRICTO

8.º — FELIX GASPAR DE BARROS E ALMEIDA.

9.º — EUGENIO GONÇALVES TOURINHO.

10.º — Manoel Adalberto de Oliveira Guimarães. (Falleceu em 1903).

Garcia Pires de Carvalho e Albuquerque. Eleito em 4 de Outubro de 1903; reconhecido em 20 de Novembro.

QUARTO DISTRICTO

11.º — Satyro de Oliveira Dias.

12.º — Francisco de Paula Oliveira Guimarães.

13.º — Pedro Vergne de Abreu.

QUINTO DISTRICTO

14.º — José Augusto de Freitas.

15.º — João da Costa Pinto Dantas.

Nascido em 24 de Julho de 1873 na Bahia. Bacharel em Direito e proprietario, foi intendente Municipal da Villa Itapicurú, Estado da Bahia, de 1 de Janeiro de 1900 a 31 de Dezembro de 1904, e Deputado Estadoal ao Congresso Bahiano de 7 de Abril de 1901 a 31 de Dezembro de 1902.

Foi eleito deputado federal pelo seu Estado natal a 3 de Maio de 1903 terminando o mandato a 31 de Dezembro de 1905. Não teve o mandato renovado.

16.º — Manoel José Alves Barboza.

SEXTO DISTRICTO

17.º — NICOLAU TOLENTINO DOS SANTOS.

18.º — ANTONIO RODRIGUES LIMA.

19.º — EDUARDO PIRES RAMOS.

SETIMO DISTRICTO

20.º — THOMAZ GARCEZ PARANHOS MONTENEGRO.

21.º — JOSÉ JOAQUIM RODRIGUES SALDANHA.

Nascido em 16 de Dezembro de 1857, em Paramerim, no Estado da Bahia. Formado em Engenharia, tem occupado importantes cargos. Foi engenheiro ajudante, de Março de 1881 a Agosto de 1885, e chefe do trafego, de Agosto de 1885 a Julho de 1889, da Estrada de Ferro de Caruarú, Estado de Pernambuco; Engenheiro Fiscal da Estrada de Ferro de Pelotas á S. Lourenço, de Setembro de 1889 a Abril de 1890; Chefe de Secção da Alagôas Railway, de Abril a Agosto de 1890; Chefe da linha, de Setembro a Dezembro de 1890, e da locomoção e do Prolongamento, de Dezembro de 1890 a Outubro de 1891, da Estrada de Ferro da Bahia; Engenheiro em Chefe da Estrada de Ferro Sul de Pernambuco, de 27 de Maio de 1892 a 30 de Junho de 1894; Chefe das Obras Publicas da cidade de Recife, de 1 de Julho de 1894 a 28 de Outubro de 1896; Chefe da Contabilidade da Estrada de Ferro Porto Alegre á Uruguayana, de 16 de Novembro de 1896 a 31 de Dezembro de 1897; Chefe da Commissão de Aguas e Esgotos de Porto Alegre, de 1 de Janeiro de 1898 a 12 de Março de 1899. Foi, ainda, Auxiliar de Gabinete da Secretaria da

Agricultura, na cidade do Rio de Janeiro, de Março a Outubro de 1899; e Secretario da Agricultura, Viação, Industria e Obras Publicas do Estado da Bahia, de 28 de Março de 1900 a 30 de Setembro de 1902.

Deputado Federal pelo 4.º districto do seu Estado natal, desde 31 de Maio de 1903 até 31 de Dezembro de 1908, passou a rezidir no Rio de Janeiro, onde a sua alta competencia tem sido aproveitada pelo Ministerio da Agricultura em notaveis estudos. Profissional competentissimo, tem escripto optimas monographias.

22.º — Marcolino de Moura e Albuquerque.

ESPIRITO SANTO

(quatro deputados)

1.º — Bernardo Horta de Araujo.

Nascido em 20 de Fevereiro de 1862, na villa de Itapemerim, no Estado do Espirito Santo, formou-se em pharmacia. Republicano historico, foi eleito deputado á Assembléa do Estado, dissolvida no governo Momjardim. Eleito deputado federal á 5.ª legislatura (1903 a 1905), foi reeleito á 6.ª e á 7.ª (1906 a 1911). Nas eleições de 30 de Janeiro de 1912, não teve o mandato renovado. Passou então a rezidir em Guarapary, no Espirito Santo. Falleceu em Abril de 1913.

2.º — José Moreira Gomes.

Nascido em 25 de Maio de 1862, em Itapemerim, no Espirito Santo. Formado em Direito, foi, de 23 de Maio de 1896 a 23 de Maio de 1904, 1.º Juiz Districtal da villa de Itapemirim. Na sua vida politica, conseguio ser Deputado Estadoal pelo Espirito Santo, de 7 de Setembro de

1898 a 7 de Novembro de 1902 (duas legislaturas); Prezidente do Governo Municipal, de 23 de Maio de 1892 a 23 do mesmo mez de 1904; e Deputado Federal, pelo seu Estado natal, de 3 de Maio de 1903 a 3 de Setembro de 1905.

3.º — José Francisco Monjardin.

4.º — Galdino Teixeira Lins de Barros Loreto.

DISTRICTO FEDERAL

(dez deputados)

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — Arthur Ambrosino Heredia de Sá.

2.º — Francisco Correia Dutra.

Filho legitimo de Francisco Correia Dutra e d. Leopoldina C. Baptista Dutra, nasceu em 6 de Setembro de 1848. Formado em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro em 19 de Dezembro de 1874, casou-se com d. Fernandina Fernandes Dutra a 26 do mesmo mez e anno. O seu curso medico foi brilhante, tendo muitas approvações distinctas, inclusive na defeza de theses. No Hospital da Santa Casa de Mizericordia, occupou os seguintes cargos: Pensionista interno, em 1872, da enfermaria de S. João Baptista da Lagôa; pensionista interno do Hospital, de 1873 a 1874; medico interno, de 1875 a 21 de Julho de 1892; clinico do consultorio das mulheres até o seu fallecimento; director gratuito do gabinete anatomo-pathologico, e assistente, tambem gratuito, de clinica cirurgica da Faculdade de Medicina (1881).

Serviu tambem 35 annos na brigada policial: foi tenente-cirurgião (1884 a 1890), recebendo neste anno as honras de 1.º tenente honorario do Corpo de Saúde do Exercito; major medico de 3.ª classe em 14 de Agosto de 1891; tenente-coronel honorario do exercito em 27 de Fevereiro de 1893, durante a revolta da Armada; coronel honorario do exercito em 18 de Dezembro de 1894; e chefe do Corpo de Saúde da Brigada Policial, de 1893 a 1906.

Militando na politica, foi vereador da Camara Municipal do Rio de Janeiro, em 1881; sub-delegado da Gloria (1878 a 1880); delegado de Instrucção Publica na Gloria (1882); delegado de Hygiene; segundo delegado de policia (1892); delegado auxiliar (1892 a 1894); chefe de policia, de 15 de Julho de 1894 a 15 de Novembro seguinte, sob o governo de Floriano.

Foi tambem delegado de hygiene em commissão em Campinas durante a epidemia de febre amarella de 1889, cidade onde foi ainda chefe da commissão sanitaria em 1890, tendo sido elogiado pelos prezidentes do Estado, drs. Bernardino de Campos e Prudente de Moraes, e recebendo do povo de Campinas uma grande medalha de ouro com a seguinte inscripção: «*Homenagem de gratidão do povo campineiro ao Dr. Correia Dutra*»; e, no verso: «*Epidemia de 1889*».

Era official da ordem da Rosa.

Eleito deputado federal á 5.ª legislatura (1903 a 1905), falleceu em 8 de Abril de 1906, no Rio de Janeiro.

3.º — José Candido de Albuquerque Mello Mattos.

Nascido na Bahia, foram seus paes o desembargador Carlos Espiridião de Mello Mattos e d. Christalia de Albuquerque Mello Mattos.

Fez os seus estudos secundarios no Externato do Collegio Pedro II, matriculando-se depois na Faculdade de Direito de S. Paulo, onde fez os quatro primeiros annos do curso academico, transferindo-se no quinto anno para a Faculdade de Direito de Pernambuco, na qual recebeu o

gráo de bacharel em sciencias juridicas e sociaes no anno de 1887, tendo sido approvado plenamente em todos os cinco annos.

Foi promotor publico na cidade de Queluz, Estado de Minas Geraes (1888-1889); e, em seguida, exerceu igual cargo na cidade do Rio de Janeiro (1889-1894), dedicando-se finalmente á advocacia. Creada a Assistencia Judiciaria pelo governo Prudente de Moraes (1897), foi nomeado seu prezidente-geral, permanecendo nesse cargo até Março de 1903. Entrando para a politica, foi eleito deputado ao Congresso Nacional, como reprezentante do Districto Federal na 5.ª legislatura de 1903-1905, renunciando, todavia, o mandato, em fins de 1904. Reeleito para a 6.ª (1906-1908), abandonou mais tarde a politica por não ter sido senador pelo mesmo Districto Federal, apezar de diplomado na eleição de 1909, voltando á sua banca de advogado. Pelo governo Nilo Peçanha, foi nomeado director do Externato Pedro II (1910), e, pelo governo Hermes, professor da cadeira de *Instrucção Civica e Noções Geraes de Direito*, creada pela reforma do ensino publico de 1911. Tendo a lei desta reforma reunido o externato e o internato do Collegio Pedro II sob uma só e mesma direcção, tornando electivo o cargo de director, foi elle eleito pela Congregação de Professores (1911) para esse alto posto. Mais tarde, tendo o Congresso Nacional autorisado o governo do Marechal Hermes a encarregar um jurisconsulto de elaborar um projecto de Codigo Penal, foi confiada esta commissão ao Dr. Mello Mattos.

Obras publicadas: *Questões Prejudiciaes á Acção Criminal; Denunciação Calumniosa; Codigo de Policia; Assistencia Judiciaria; Calumnias e Injurias Impressas; O Estado de Sitio e os Desterrados Politicos de 1897; Plagiato Litterario e Scientifico; Crimes Passionaes; Hygiene Publica no Direito Constitucional e Administrativo; Impostos Interestaduaes; Autonomia Municipal.*

Carlos Leite Ribeiro. Eleito em 26 de Março de 1905, na vaga aberta pela renuncia em 1904 do dr. Mello Mattos; reconhecido em 12 de Maio seguinte.

Nascido em 5 de Abril de 1858 no Rio de Janeiro. Tem occupado, na sua terra natal, os seguintes cargos: coronel-commandante effectivo da 1.ª brigada de infantaria da Guarda Nacional, desde 1901; director-prezidente da Sociedade de Seguros sobre a vida, Caixa Geral das Familias, da Empreza de Terras e Colonização e da Empreza Industrial do Norte e Oeste do Brazil; delegado de policia de 1897 a 1898; tenente-coronel do 3.º batalhão de infantaria da Guarda Nacional, de 1897 a 1901. Foi deputado federal de 12 de Maio de 1905 a 30 de Janeiro de 1906. Não tendo sido reeleito, não tardava a ser elevado ao Conselho Municipal do Districto Federal, onde continuou a revelar uma grande operosidade, propondo medidas de real alcance para o progresso da cidade que o viu nascer.

Actualmente, entregou-se exclusivamente á vida commercial, fundando na Capital Federal uma livraria que guarda o seu nome.

SEGUNDO DISTRICTO

4.º — Irineu de Mello Machado. [1]

5.º — Bulhões Marcial.

Nascido na villa de Iguassú, Estado do Rio de Janeiro, em 4 de Julho de 1860, é filho de Antonio Marcial e de d. Joanna de Bulhões Mattos Marcial.

Tirou em 1881 o titulo de pharmaceutico e, continuando os estudos, formou-se em Medicina em 1885, na Faculdade do Rio de Janeiro. A sua these versou sobre *Hemorrhagias puerperaes.*

---

[1] As primeiras eleições deste 2.º Districto foram annulladas pela Camara em 23 de Maio de 1903. Realizaram-se as segundas em 20 de Setembro do mesmo anno, sendo reconhecidos então os quatro deputados acima mencionados.

Ainda estudante, fez parte do Club Republicano de S. Christovam, sendo com Patrocinio, Almeida Pernambuco e outros um dos fundadores de uma escola nocturna para adultos e menores, na qual, durante uns cinco annos, leccionou e fez-se propagandista das ideias republicanas.

Em 1887, foi nomeado medico e director do Consultorio annexo ao Hospicio do Soccorro, em S. Christovão, mantido pela Santa Casa de Mizericordia.

Em 1890, foi commissionado pela Municipalidade do Districto Federal para soccorrer a população victimada então pela intensa epidemia de variola, tendo recusado receber os vencimentos com que quizeram remunerar os seus serviços.

Em 1902, foi eleito deputado federal pelo 2.º circulo eleitoral do Districto Federal, tendo este mandato renovado de 1906 a 1909. Em 1912, pleiteou a reeleição, mas não foi reconhecido pela Camara.

6.º — NELSON DE VASCONCELLOS E ALMEIDA.

7.º — OSCAR GODOY.

TERCEIRO DISTRICTO

8.º — MELCIADES MARIO DE SÁ FREIRE.

9.º — AUGUSTO DE VASCONCELLOS.

10.º — AMERICO DE ALBUQUERQUE.

Nascido na Capital Federal, é funccionario da Estrada de Ferro Central do Brazil. Republicano ardoroso, fez politica no antigo terceiro circulo eleitoral do Districto Federal,

principalmente na zona onde rezide. Eleito deputado federal á 5.ª legislatura, não teve mais o mandato renovado.

RIO DE JANEIRO

(dezesete deputados)

1.º — ERICO MARINHO DA GAMA COELHO.

2.º — FIDELIS DE AZEVEDO ALVES.

Nascido em 20 de Maio de 1854, na villa de Itaborahy, Estado do Rio de Janeiro, é formado em Medicina. Tem occupado, em sua terra natal, cargos de nomeação do Governo e de eleição popular, como sejam: Prezidente da Camara Municipal de Itaborahy e Deputado Estadoal de 1892 a 1902. É Major honorario do Exercito e Coronel Commandante da 24.ª Brigada de Infanteria da comarca de Itaborahy. Além de medico, é agricultor; e, como tal, já obteve algumas medalhas na Exposição de Chicago pelos seus productos agricolas. Foi deputado federal pelo Estado do Rio de Janeiro, de Maio de 1903 a Dezembro de 1905, não tendo mais o mandato renovado.

3.º — JOÃO BAPTISTA PEREIRA DOS SANTOS.

4.º — BELIZARIO AUGUSTO SOARES DE SOUZA.

SEGUNDO DISTRICTO

5.º — BENEDICTO GALVÃO PEREIRA BAPTISTA.

Nascido em 7 de Setembro de 1852 na cidade de Campos, Estado do Rio de Janeiro, é formado em Medicina e clinica na sua terra natal desde 1.º de Janeiro de 1877.

Na sua vida publica, tem occupado os seguintes cargos: Vereador da Camara Municipal da cidade de Campos, de 1886 a 1889; Deputado Estadoal pelo Estado do Rio de Janeiro, de 1895 a 1897. Foi Deputado Federal, pelo 2.º districto do mesmo Estado, de 3 de Maio de 1903 a 31 de Dezembro de 1905. Na Camara Federal, fez parte da commissão de finanças, sendo muito estimado pelo seu caracter integro, franco e decidido.

6.º — Luiz da Silva Castro.

7.º — Alberto Bezamat.

Nascido em Campos, no Estado do Rio, era formado em sciencias juridicas e sociaes pela Faculdade de S. Paulo. Advogado em seu municipio, filiou-se ao partido conservador, salientando-se pelo ardor nas lutas politicas, renhidas e ruidosas, em que se empenhou mais de uma vez. Na monarchia, foi deputado provincial em diversos bienios. Eleito em 1885 deputado geral pelo 7.º districto do Rio da Janeiro, foi reeleito em 1886, e, ambas as vezes, em 1.º escrutinio. Proclamada a Republica, adherio com o seu partido ao novo regimen. Eleito deputado federal á 5.ª legislatura (1903 a 1905), não teve o mandato renovado á 6.ª. Falleceu em 4 de Julho de 1906.

8.º — Lourenço Maria de Almeida Baptista (Barão de Miracema). Renunciou por haver sido eleito senador.

Abelardo Saturnino Teixeira de Mello. Eleito em 17 de Abril de 1904; reconhecido em 26 de Maio. Falleceu em 12 de Setembro seguinte.

Nascido em Campos, Estado do Rio, era formado em direito. Homem de lettras e orador notavel, possuindo um talento pouco vulgar, foi deputado ao Congresso Fluminense e Secretario Geral do Estado no governo do dr. Nilo

Peçanha. Eleito, em 17 de Abril de 1904, deputado federal na vaga aberta pela renuncia do dr. Lourenço Baptista (Barão de Miracema), falleceu mezes depois, em 12 de Setembro.

Alfredo Backer (Alfredo Augusto Guimarães Backer). Eleito em 9 de Abril de 1905; reconhecido em 28 de Maio.

Nascido em Macahé, Estado do Rio, dedicou-se a principio á carreira commercial. Cedo, porem, fez os estudos gymnasiaes; e, concluidos estes, matriculou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Diplomado, foi clinicar em Macahé e entrou logo na politica. Republicano historico, fundou alli *O Federalista*, batendo-se tambem pela abolição da escravatura. Organizou ainda em Macahé o partido republicano e foi um collaborador assiduo do *Lynce*, periodico que alli vinha á luz. Proclamada a Republica, foi eleito deputado á Constituinte Fluminense e tomou ainda parte nas legislaturas de 1892 a 1894 e 1901 a 1903. Em 1901, foi nomeado secretario geral da prezidencia do Estado; e, em 1905, foi enviado á Camara Federal na vaga aberta pela morte do dr. Abelardo de Mello. Prezidente tambem da Municipalidade de Macahé, foi afinal eleito prezidente do Estado, cargo que exerceo até 30 de Dezembro de 1910.

TERCEIRO DISTRICTO

9.º — Laurindo Pitta.

Nascido em 22 de Novembro de 1855 na cidade de S. Fidelis, Estado do Rio de Janeiro, era formado em Direito. De 3 de Janeiro de 1878 a 24 de Janeiro de 1879, foi Promotor Publico da sua cidade natal. Na sua vida politica, occupou os seguintes cargos: Prezidente da Provincia do Espirito Santo, de 3 de Abril a 28 de Julho de 1885, e Senador Estadoal em 1891; Deputado Estadoal pelo Estado do Rio de Janeiro de 1901 a 1903; e Deputado Federal pelo 3.º districto do mesmo Estado de 3 de Maio de 1903 a 21 de Dezembro de 1904, quando falleceo. Possuia um brilhante talento.

Alvares de Azevedo Sobrinho. (Manoel A. Alvares de Azevedo Sobrinho). Eleito em 9 de Abril de 1905; reconhecido em 20 de Maio.

Nascido no Rio de Janeiro, era sobrinho do poeta do mesmo nome. Jornalista, litterato e poeta, desde muito joven dedicou-se ás lettras, publicando volumes de versos. Como homem de imprensa, escreveu no *Novidades,* n'*O Paiz,* n'*O Dia,* na *Cidade do Rio,* na *Democracia* e na *Noticia,* de que foi muito tempo redactor-secretario. Entrando na politica activa, fundou em Nitheroy *A Capital,* batendo-se pela mudança da séde do governo de Petropolis para aquella cidade. Occupou o logar de redactor dos debates da Camara dos Deputados e foi official da secretaria do Senado Federal. Reprezentou o Estado do Rio de Janeiro, a principio, na Assembléa local e, depois, na Camara dos Deputados do Congresso Nacional.

Falleceu em Nitheroy em 9 de Julho de 1905.

10.º — Antonio Augusto Pereira Lima.

11.º — Julio Verissimo da Silva Santos.

QUARTO DISTRICTO

12.º — Henrique Borges Monteiro.

Nascido em 11 de Janeiro de 1869 no Rio de Janeiro, revelou bem cedo uma brilhante intelligencia. Formado em direito pela Faculdade de S. Paulo no anno de 1889, foi nomeado, em Janeiro de 1890, promotor publico da comarca de Cachoeira no Estado S. Paulo, e, logo em seguida, da comarca de Vassouras, no seu estado natal, cargo que preferiu. Exerceu tambem as funcções de superintendente do ensino e juiz substituto de Vassouras. Removido para o termo das Neves, não acceitou o logar, abrindo em Vassouras escriptorio de advocacia, sendo então nomeado ve-

reador geral da cidade. Deputado estadoal pelo Rio de Janeiro de 1898 a 1903, foi por duas vezes escolhido *leader* da sua bancada. Foi alguns annos seguidos prezidente da municipalidade de Vassouras. Deputado federal de 1903 a 1908, foi membro das commissões de tarifas, reforma eleitoral e agricultura e fez parte das de legislação e justiça.

13.º — João Cruvello Cavalcanti.

Nascido em 19 de Janeiro de 1846 no Rio de Janeiro, era formado em direito pela Faculdade do Recife.

Dedicando-se á vida de Fazenda, foi praticante a 11 de Janeiro de 1864, e, ainda, amanuense, 3.º e 2.º escripturario da Recebedoria do Thesouro; 2.º e 1.º escripturario do Thesouro; ajudante do administrador da Recebedoria; e sub-director e director da Directoria das Rendas do Thesouro, logar em que se aposentou a 31 de Dezembro de 1894.

Exerceu, entre outras, as seguintes commissões: Inspector da Alfandega de Porto Alegre, de 1880 a 1882; da de Santos em 1883, e da de Pernambuco de 1883 a 1885; e delegado do Ministro da Fazenda no Estado do Rio Grande do Sul, de 1890 a 1891.

Advogado no Rio de Janeiro, era coronel honorario do exercito e tomou parte na campanha do Paraguay, onde foi ferido e condecorado, por bravura, com o habito de Christo e com as medalhas de prata da campanha do Paraguay e as do Uruguay e da Argentina. Deputado federal pelo Rio de Janeiro de 1903 a 1905, falleceu na Capital Federal em 29 de Setembro de 1912. Era um homem culto e trabalhador infatigavel.

14.º — Joaquim Mauricio de Abreu.

Nascido em Sapucaya, no Estado do Rio, a 16 de Maio de 1852, fez os seus primeiros estudos de humanidades no Collegio Frese, em Friburgo, cursando após o Externato Aquino, no Rio de Janeiro.

Affagando desde muito joven as idéas republicanas, firmou as suas convicções no manifesto assignado em 1870, ao lado de Saldanha Marinho, Quintino Bocayuva, Silveira Lobo, Silva Jardim e outros.

Matriculando-se nesse mesmo anno na Academia de Medicina, após um bellissimo curso, formou-se o dr. Mauricio de Abreu, defendendo these que, approvada com distincção, foi prefaciada pelo barão de Petropolis.

No anno seguinte, partindo para Campos, Estado do Rio, soube grangear as sympathias de todos aquelles que delle se acercavam, quer pelo seu bom coração, quer pela sua intelligencia, quer pela therapeutica energica e efficaz com que sabia combater as enfermidades mais renitentes.

Em 1884, por occasião da epidemia da febre amarella, que assolou aquella cidade, prestou os mais relevantes serviços, soccorrendo os enfermos a algumas leguas em derredor.

Alimentando sempre o idéal republicano, nessa época foi eleito prezidente da Assembléa Provincial, da antiga provincia do Rio de Janeiro.

Proclamada a Republica, fez parte da Constituinte Fluminense em 1892, assignando a Constituição como 1.º secretario da meza.

No anno seguinte, foi eleito 2.º vice-prezidente do Estado do Rio, tendo assumido o exercicio da prezidencia de 1905 a 1907, como successor do dr. Porciuncula.

Durante o governo do dr. Manoel Victorino, oppoz-se a que fosse feita a intervenção que o governo federal pretendia realizar em Campos.

Terminado o seu mandato, retirou-se de novo para Sapucaia, voltando á clinica e dedicando-se á lavoura.

Eleito deputado federal á 5.ª legislatura (1903 a 1905), não teve mais o mandato renovado. Nomeado depois collector federal em Campos, exerceu esse cargo até a morte, occorrida na Capital Federal a 16 de Maio de 1913, precisamente na data em que fazia 61 annos de idade.

———

QUINTO DISTRICTO

15.º — Carlos Augusto de Oliveira Figueiredo. Renunciou por haver sido eleito senador.

Francisco Chaves de Oliveira Botelho. Eleito em 7 de Abril de 1905; reconhecido em 23 de Maio.

Nascido a 19 de Fevereiro de 1868 em Montevidéo, na Republica do Uruguay, mas filho de paes brazileiros á serviço da sua patria durante a guerra do Paraguay, é formado em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro. No Estado do Rio, entrando na politica, tem exercido os seguintes cargos: — Vereador Municipal, de 1.º de Janeiro de 1898 a 31 de Dezembro de 1906, e Prezidente da Camara Municipal de 7 de Janeiro a 24 de Outubro de 1898 e 15 de Janeiro de 1904 a 5 de Janeiro de 1906, no municipio de Rezende; Deputado Estadoal de 15 de Setembro de 1901 a 15 de Dezembro de 1903 e 2.º Secretario da Assembléa Legislativa de 15 de Setembro de 1902 a 31 de Julho de 1904, na cidade de Petropolis; 1.º Vice-Prezidente do Estado, de 31 de Dezembro de 1903 a 30 de Dezembro de 1907 e Prezidente da Assembléa Legislativa de 1 de Agosto de 1904 a 22 de Maio de 1905.

Eleito deputado federal em 7 de Abril de 1905, renunciou o mandato para assumir o Governo do Estado do Rio, de 1 de Novembro até 31 de Dezembro de 1906, sendo novamente eleito deputado federal em Abril de 1907. Renunciou, outra vez, o mandato, por ter tomado posse do cargo de Prezidente do Estado do Rio de Janeiro em 31 de Dezembro de 1910. Exerce hoje um dos cargos de official do registro de hypothecas.

16.º — João Carlos Teixeira Brandão.

Nascido em 28 de Dezembro de 1854 no Rio de Janeiro.

Formado em Medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro e possuidor de larga cultura scientifica, começou clinicando em Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro, de 1878 a 1880. Em Abril de 1883, tirou em disputado concurso a cadeira de Professor da Faculdade de Medicina da capital da Republica, onde foi tambem Director do Hospicio Nacional de Alienados, de 1887 a 1892. Passou a ser Director Geral da Assistencia á Alienados, de 1892 a 1897, e Inspector Geral da Assistencia, de 1897 a 1899.

E' Deputado Federal pelo Estado do Rio de Janeiro desde 1903.(até 1917)

17.º — Paulino José Soares de Souza.

MINAS-GERAES

(trinta e sete deputados)

1.º — Francisco Luiz da Veiga.

2.º — Viriato Diniz Mascarenhas.

3.º — Estevão Lobo Leite Pereira.

4.º — Bernardo Pinto Monteiro.

Nascido na cidade de Ubá, Minas, em 11 de Novembro de 1858, é filho do coronel José Marianno Pinto Monteiro e de d. Carolina Duarte Pinto Monteiro. Estudou humanidades no Seminario de Marianna, no Collegio Progresso, em Juiz de Fóra, e, mais tarde, no Externato Aquino, na Capital Federal, onde fez todos os seus exames de preparatorios. Matriculou-se na Faculdade de Direito de S. Paulo em 1881, formando-se em 1885. Voltando a Minas, estabeleceu-se como advogado em Ouro Preto, capital da provincia, e ahi, depois da quéda do partido liberal, a 20

de Agosto do mesmo anno, foi, numa reunião dos deputados provinciaes e outros chefes do tempo, eleito secretario do Directorio do Partido Liberal em Minas e escolhido para director e redactor do *Liberal Mineiro*, orgam do partido. Não tardava a converter esse semanario em um esplendido diario que, com *O Pharol*, de Juiz de Fóra, o primeiro editado, constituia a imprensa diaria da provincia. A tiragem d' *O Liberal*, perfeitamente montado, attingiu a 6.000 exemplares.

Por iniciativa do dr. Bernardo Monteiro, reuniram-se, com excepção de tres, os advogados da capital, e deliberaram não acceitar nenhuma causa contra a liberdade de escravos. Mais tarde, a propaganda abolicionista, iniciada pelo *Liberal Mineiro*, foi tão forte que o municipio de Ouro Preto se libertou completamente e o Tribunal da Relação, por um accordam, declarou que o escravo fugido tinha direito a *habeas-corpus*. Firmada esta doutrina, affluiam a Ouro Preto milhares de escravos, que alli se mantinham livres, protegidos pelo povo e pela policia, em respeito ao accordam referido.

Nessa occasião, os escravocratas de diversos pontos da provincia, após varias reuniões, chegaram a planejar um ataque á capital, onde destruiriam o jornal e assassinariam os redactores, á semelhança do que se praticara na Penha do Rio do Peixe, em S. Paulo.

A 30 de Agosto de 1889, o dr. Bernardo foi eleito, quasi por unanimidade, deputado geral pelo 16.º districto de Minas Geraes e, na Camara, fez parte da commissão verificadora de poderes, que deu parecer favoravel ao reconhecimento do dr. Pedro Luiz Soares de Souza, conservador eleito pela provincia do Rio de Janeiro.

Proclamada a Republica e dissolvida a Camara, o dr. Bernardo recolheu-se a Ouro Preto e alli, á testa do seu jornal, adoptou uma attitude de inteira independencia politica, censurando ou elogiando os actos administrativos que iam sendo practicados.

Convidado pelo dr. Cesario Alvim, seu amigo, para fazer parte da Constituinte Mineira, recusou-se. Acceitou, apenas, a instancias do povo de Ouro Preto, o logar de vice-prezidente da primeira Camara Municipal republicana.

O dr. Bernardo empregou todo o seu tempo no exercicio da sua profissão de advogado, alheio ás luctas politicas, até que a 11 de Setembro de 1899, já rezidindo em Bello Horizonte, acceitou a nomeação de prefeito daquella cidade, acquiescendo assim ao convite instante do seu amigo dr. Silviano Brandão, que então assumira o governo do Estado de Minas. Nesse cargo, conservou-se até o dia 7 de Setembro de 1902.

Nessa occasião, quarenta jornaes do Estado levantaram a sua candidatura á successão do dr. Silviano.

Eleito deputado federal em Janeiro de 1903, teve o seu mandato renovado até 1909, quando foi eleito senador federal, na vaga do então prezidente de Minas, Julio Bueno Brandão.

SEGUNDO DISTRICTO

5.º — José Bonifacio de Andrada e Silva.

6.º — João Luiz de Campos.

7.º — Gastão da Cunha. (Renunciou em 1905 por haver sido nomeado para uma commissão diplomatica).

TERCEIRO DISTRICTO

8.º — Ribeiro Junqueira (José Monteiro).

Nascido em 27 de Agosto de 1871, em Santa Izabel, municipio de Leopoldina, Minas-Geraes, foram seus paes José Ribeiro Junqueira e D. Antonia Augusta Lobato Monteiro Junqueira. Começou os seus estudos em casa, com-

pletando-os no Collegio Abilio. Matriculou-se na Faculdade de S. Paulo em principios de 1889, recebendo o grau de bacharel em sciencias juridicas e sociaes em 1893. Na Academia, onde se distinguiu logo pelo seu talento e operosidade, foi vice-prezidente do Centro Republicano Mineiro, prezidente da Sociedade Mineira de Beneficencia e redactor do *Minas Academica*. Cazou-se em 1895 com d. Helena de Andrade Ribeiro Junqueira. No anno seguinte ao da sua formatura, foi nomeado promotor publico da comarca de Pomba, cargo esse que não acceitou, exercendo interinamente o de promotor de Leopoldina por mais de um anno. Ahi estabeleceu escriptorio de advocacia. Nesse mesmo anno, foi eleito deputado estadual pelo 3.º districto de Minas para o quatrienio de 1895 a 1898. Para o seguinte (1899 a 1902), foi eleito, em opposição, pelo 2.º districto, cuja séde é a sua cidade natal.

Em Leopoldina occupou, por eleição popular, o logar de prezidente do Conselho Districtal, desde 1895 até a suppressão dos mesmos conselhos nas sédes dos municipios.

Em 1897, foi eleito prezidente da Camara Municipal de Leopoldina para o trienio de 1898-1900, sendo reeleito para o trienio seguinte, 1901-1903.

Terminado o seu mandato de deputado estadoal pelo 2.º districto de Minas, foi eleito deputado federal pelo mesmo districto, tambem com séde em Leopoldina, para o trienio de 1903 a 1905. Tem sido successivamente reeleito para os trienios de 1906-1908, 1909-1911, 1912-1914 e 1915 a 1917.

Em 1911, foi escolhido *leader* da bancada mineira, cargo para o qual foi reeleito em 1912 e que desempenhou com distincção.

Em 1911, foi eleito membro da Commissão de Finanças, sendo em seguida escolhido pelos seus pares para prezidente da mesma. Foi nesse anno relator do Orçamento da Viação.

Em 1912, foi reeleito membro e prezidente da Commissão de Finanças, cabendo-lhe ainda relatar o Orçamento da Viação.

Em 1895, fundou a *Gazeta de Leopoldina*, de que ainda é o director e que tem hoje publicação diaria.

Foi um dos incorporadores e é o director prezidente da Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina, sociedade anonyma com o capital de 1.000:000$000 e que fornece energia electrica para força e luz ás cidades de Cataguazes, Leopoldina, S. João Nepomuceno, Rio Novo, Ubá e Rio Branco, e aos povoados de Providencia, S. Martinho, Santa Izabel, Recreio, Mirahy e Porto de Sto. Antonio.

Foi um dos incorporadores e é o director prezidente da Sociedade Anonyma de Peculios «Zona da Matta».

Foi um dos fundadores e é o director proprietario do *Gymnasio Leopoldinense* que, além de ministrar o ensino primario e o secundario, possue um *Curso Normal*, equiparado ás escolas normaes do Estado de Minas, e um *Curso Agronomico.*

Ao terminar a sessão legislativa de 1913, os seus patricios rezidentes na capital promoveram-lhe significativa manifestação de apreço, sendo o seu nome lembrado para successor do dr. Bueno Brandão na prezidencia de Minas.

9.º — Astolpho Dutra Nicacio.

Nascido em Cataguazes, Minas Geraes, em 17 de Dezembro de 1864, foram seus paes o coronel Pedro Dutra Nicacio e D. Rachel Dutra Vieira de Rezende. Bacharel em direito pela Faculdade de S. Paulo em 12 de Novembro de 1888, foi, a principio, advogado em Cataguazes; depois, de 1890 a 1891, juiz municipal do mesmo termo. Eleito agente executivo da Camara Municipal, foi durante quatro annos deputado estadoal em Minas. Em 1903, foi eleito deputado federal pelo 2.º districto do seu Estado, sendo successivamente reeleito até a actual legislatura (1915 a 1917). Na Camara, tem feito parte da Commissão de Constituição e Justiça, e, mais de uma vez, já lhe tem cabido a honra de dirigir a sua bancada e a propria maioria, como *leader* geral. Em 1914, por ter renunciado o dr. Sa-

bino Barroso o mandato de deputado e, *ipso facto*, o de prezidente da Camara, foi eleito para esse alto cargo, e successivamente reeleito até 1917, quando renunciou esse posto afim de restituil-o ao mesmo dr. Sabino Barroso.

Foi então eleito membro da Commissão de Finanças na vaga aberta pela morte do dr. Carlos Peixoto (Setembro de 1917).

E' o dr. Astolpho Dutra um dos vultos mais brilhantes da bancada mineira. Possuidor de um espirito atilado e lucido, maneja o humorismo com felicidade e sabe ferir sem dar ao adversario o direito de se queixar da rudeza do ataque, tão finas e subtis são as suas criticas.

10.º — CARLOS VAZ DE MELLO. Renunciou por haver optado pela cadeira de Senador.

CARLOS PEIXOTO FILHO. Eleito em 6 de Setembro de 1903; reconhecido em 17 de Outubro.

Nascido em Ubá, Minas Geraes, em 1.º de Junho de 1872, foram seus paes o dr. Carlos Peixoto de Mello, que reprezentou a sua terra natal na Assembléa Geral da Monarchia, foi 1.º secretario da Camara dos Deputados e chegou a ser eleito e nomeado senador do Imperio, e d. Agostinha Brandão Peixoto de Mello. Estudou preparatorios em Juiz de Fóra, vindo prestar exames nesta capital, e, matriculando-se em Agosto de 1885 na Faculdade de Direito de S. Paulo, formou-se em 6 de Novembro de 1889. Recem formado, seguiu para Ubá, onde advogou durante dois annos, exercendo depois ahi mesmo o lugar de juiz de direito por tres annos. Voltou em seguida a advogar. Empenhou-se então nas lutas politicas locaes, sendo eleito chefe do executivo dessa mesma localidade. Em 1902, passou a pertencer á Assembléa do Estado, como reprezentante do seu districto; mas apenas exerceu o mandato por tres mezes, pois foi logo eleito deputado federal á 5.ª le-

gislatura (1903 a 1905). Reeleito á 6.ª e á 7.ª legislaturas (1906 a 1911), não tardava a assumir saliente figura na sua bancada. Amigo dedicado de João Pinheiro, que prezidia Minas Geraes e muito admirava o seu brilhante talento, a sua bella cultura e a energia e intrepidez do seu espirito, era logo escolhido para *leader* da reprezentação do seu Estado. Desse posto, bem depressa passava para *leader* da maioria da Camara; e, no começo da sessão legislativa de 1907, era eleito prezidente da Camara. Reeleito em 1908 e 1909, renunciava essa alta investidura em 17 de Maio deste ultimo anno, como protesto contra a escolha pela mesma maioria, que dirigira, do nome do Marechal Hermes para candidato á successão do prezidente Affonso Penna. Alistou-se então nas fileiras do *civilismo*, partido que se formou para combater a chamada *candidatura militar*, e sustentou nas urnas, ao se travar o pleito prezidencial de 1.º de Março de 1910, o nome do senador Ruy Barboza. Tomou parte na Convenção de Agosto, organizada para decidir sobre essa campanha eleitoral, pronunciando nessa occasião um importante discurso justificativo da sua attitude. Embarcou mais tarde para a Europa, onde se demorou quasi um anno. Reeleito deputado federal á 8.ª e 9.ª legislaturas (1912 a 1914 e 1915 a 1917), por Minas Geraes, foi ainda agente executivo do municipio de Rio Branco, no seu Estado, e director da Federação das Associações Commerciaes do Brazil. Occupando estes tres ultimos annos o logar de relator do Orçamento da Receita na Camara Federal, produziu notaveis pareceres e defendeu-os com superior descortino de vistas. Falleceu no Rio de Janeiro em 29 de Agosto de 1917.

QUARTO DISTRICTO

11.º — João Nogueira Penido Filho.

12.º — David Moretzhon Campista.

13.º — Francisco Bernardino Rodrigues da Silva.

Nascido em 16 de Outubro de 1852, na Villa de Piranga, Minas Geraes, foram seus paes o senador Firmino Rodrigues Silva e D. Eliza Rodrigues Silva.

Estudou humanidades no Collegio S. Pedro de Alcantara, do Rio de Janeiro, e formou-se em direito na Faculdade de S. Paulo, recebendo grau em 1873.

Exerceu a advocacia em Rio Novo, Ouro Preto, Juiz de Fóra e no Rio de Janeiro.

Foi deputado provincial em Minas em tres bienios successivos (1874 a 1879); vereador da Camara Municipal de Juiz de Fóra, de 1882 a 1885; prezidente da provincia do Piauhy, em 1877; deputado á Assembléa Geral do Imperio em 1889. Proclamada a Republica, foi prezidente da Intendencia Municipal de Juiz de Fóra, em 1891, e prezidente da Camara Municipal no trienio de 1892 a 1894; vice-prezidente do Estado de Minas, em 1893, e deputado federal em duas legislaturas seguidas (1903 a 1905 e 1906 a 1908).

Exerce o cargo de director geral de Estatistica desde 1909.

Trabalhos publicados:

— *Questões forenses;*

— *Administração municipal;*

— *Reconstituição publica* (1909);

— Relatorios, etc.

E' possuidor de solida cultura juridica e um catholico fervoroso.

QUINTO DISTRICTO

14.º — Anthero de Andrade Botelho.

15.º — José Carneiro de Rezende.

16.º — Francisco Alvaro Bueno de Paiva.

SEXTO DISTRICTO

17.º — João Luiz Alves.

Nascido a 23 de Maio de 1870 em Juiz de Fóra, Estado de Minas Geraes. Formado em Direito e advogado desde 1893, occupou tambem na magistratura na sua terra natal, os seguintes postos: Promotor Publico e Curador d'Orphãos, de Fevereiro de 1890 a Março de 1891, e Juiz Municipal, de Março de 1891 a Março do anno seguinte, na cidade de Campanha; e Juiz substituto da cidade de Alfenas, de Junho a Agosto de 1892. Exerceo, ainda, outros cargos, como sejam: Professor de legislação de terras no Curso de Agrimensor em Campanha, de 1893 a 1894; Inspector Escolar na mesma cidade, de 1 de Janeiro de 1898 a 31 de Dezembro de 1900; Deputado Estadoal por Minas de 15 de Junho de 1899 a 31 de Dezembro de 1902; Lente da Faculdade de Direito de Bello Horizonte desde 31 de Agosto de 1900. Faz parte das seguintes corporações: Instituto dos Advogados Brazileiros, desde 6 de Março de 1892; do Congresso Juridico Americano, Maio de 1900; do Congresso Scientifico Latino Americano, de Julho a Agosto de 1905; do Instituto Historico Geographico Brazileiro, desde Outubro de 1907; do Instituto Historico e Geographico do Estado de Minas Geraes, desde 1907; do Congresso Juridico Brazileiro (Agosto 1908). Deputado Federal por Minas de Abril de 1903 a Julho de 1908, exerceu na Camara dos Deputados a Prezidencia da Commissão de Constituição e Justiça. Em Julho de 1908, foi eleito Senador pelo Espirito Santo, fazendo parte no Senado da Commissão de Legislação e Justiça e da Commissão encarregada de dar parecer sobre o projecto do Codigo Civil (1909).

Como deputado e tambem como senador, bateu-se ardorosamente pela revisão das tarifas aduaneiras, tornando-se um dos propugnadores mais activos do proteccionismo. Orador fluente e vigoroso polemista, os seus principaes discursos versam sobre esse mesmo assumpto.

Publicou, alem de outros trabalhos notaveis, *O Codigo Civil Brazileiro* (1917). 1 grosso volume de 1.400 paginas.

18.º — Joaquim Leonel de Rezende Filho.

19.º — Adalberto Dias Ferraz Junior.

SETIMO DISTRICTO

20.º — José Bernardes de Faria.

21.º — Antonio Zacarias Alvares da Silva.

22.º — Antonio Affonso Lamounier Godofredo.

OITAVO DISTRICTO

23.º — Henrique de Magalhães Salles.

24.º — Camillo Soares de Moura Filho.

Nasceu em Ubá (Minas), em 29 de Outubro de 1869, sendo seus paes, o Coronel Camillo Soares de Moura e d. Amelia Peixoto Soares. Formou-se em Direito na Faculdade de S. Paulo em 6 de Novembro de 1889. Foi promotor de Justiça, Juiz Municipal e Juiz Substituto em Ponte Nova; Juiz de Direito em Bambuy e Manhuassú; Agente Executivo Municipal e Prezidente do Municipio em Ponte Nova; Deputado Estadual em Minas e Deputado Federal em duas legislatura (1903 a 1908). Gozando de influencia no circulo eleitoral, em que rezidia, e salientando-se pelo seu caracter integro e nobre, foi ainda prefeito municipal de Caxambú. E' casado com d. Emilia de Almeida Soares, pos-

suindo desse consorcio dez filhos vivos. Actualmente, exerce o cargo de Director Geral dos Correios da Republica, cargo de que se affastou afim de desempenhar a missão de interventor federal no Estado de Matto-Grosso.

25.º — João Pandiá Calogeras. (1)

NONO DISTRICTO

26.º — Carlos Honorio Benedicto Ottoni.

27.º — Manoel Thomaz de Carvalho Britto.

Nascido em 17 de Janeiro de 1872 no municipio de Itabira de Matto Dentro, Estado de Minas Geraes. Formado em Direito pela Faculdade de S. Paulo, tem exercido os seguintes cargos: Promotor Publico de Santa Barbara, no Estado de Minas, de 30 de Julho de 1894 a 6 de Junho de 1897 e advogado, nesta mesma comarca, de 15 de Agosto de 1894 a 6 de Junho de 1899. De 15 de Setembro de 1899 a 18 de Abril de 1903, advogou na capital do seo Estado natal, onde foi deputado estadoal de 1899 a 1902. Eleito deputado federal, ainda por Minas Geraes, a 3 de Maio de 1903, fez na Camara brilhante figura como homem de talento e especialista em questões economicas, e foi reeleito em 1906, renunciando, porém, o mandato em 7 de Setembro do mesmo anno, por ter sido nomeado Secretario de Estado dos Negocios do Interior de Minas Geraes. Vive hoje affastado da politica activa.

28.º — Sabino Barrozo Junior.

DECIMO DISTRICTO

29.º — Manoel Fulgencio Alves Pereira.

---

(1) Vide ministerio do 7.º quatrienio.

30.º — Artur Ferreira Torres. Falleceu em Outubro de 1903.

Olintho Augusto Ribeiro. Eleito em 20 de Março de 1904; reconhecido em 26 de Maio.

Nascido em 24 de Agosto de 1858, na cidade de Christina, no Estado de Minas Geraes. Formado em Direito, occupou na magistratura os seguintes cargos: Promotor Publico de Lavras, de 10 de Dezembro de 1884 a 22 de Fevereiro de 1892; Juiz de Direito da cidade de Arassuhy, de 6 de Maio de 1892 a 31 de Agosto de 1902. Foi, ainda, nestas duas cidades mineiras, na primeira Intendente municipal, e na segunda Provedor do Asylo de S. Vicente de Paula.

De 9 de Setembro de 1902 a 3 de Dezembro de 1903, esteve como Chefe de Policia da cidade de Bello Horizonte.

Foi Deputado Federal por Minas Geraes de 1904 a 1906.

31.º — José Bento Nogueira.

Nascido em Minas Novas, Minas Geraes, em 1.º de Março de 1830, foram seus paes o coronel do mesmo nome e d. Jacintha Nogueira da Conceição. Desde muito joven entrou na politica, filiado ao partido conservador, de que foi chefe em seu municipio. No Imperio, foi prezidente da Camara Municipal de seu municipio e deputado provincial durante diversas legislaturas. Proclamada a Republica, foi deputado á Constituinte Mineira e reeleito deputado estadoal. Em 1903, foi eleito deputado federal, sendo seguidamente reeleito até á prezente legislatura (1912 a 1914). Falleceu em 22 de Abril de 1913.

DECIMO PRIMEIRO DISTRICTO

32.º — Lindolpho Caetano de Souza e Silva.

33.º — EDUARDO AUGUSTO PIMENTEL BARBOZA. Falleceu em 28 de Janeiro de 1904.

CAMILLO FELINTHO PRATES. Eleito em 1.º de Maio de 1904; reconhecido em 20 de Junho.

Nascido em 29 de Dezembro de 1859, na cidade de Grão Mogol, no Estado de Minas Geraes, é dotado de bello talento e de grande operosidade. Foi Professor de mathematica e sciencias physicas e naturaes na Escola Normal da cidade de Montes Claros, em Minas Geraes (2 de Fevereiro de 1880); Deputado Provincial, de 1883 a 1889; e Prezidente da Intendencia Municipal de Montes Claros, em 1890. Reprezentante ao Congresso Constituinte Mineiro, exerceu diversas commissões, entre ellas a de membro da de Finanças. Em seguida, foi eleito Deputado e, depois, Senador ao Congresso Legislativo Mineiro. Deputado Federal pelo mesmo Estado de 1904 a 1905, foi eleito novamente em 1909 e reeleito dahi por diante até a prezente data.

34.º — OLEGARIO DIAS MACIEL.

DECIMO SEGUNDO DISTRICTO

35.º — WENCESLÁO BRAZ PEREIRA GOMES. (1)

36.º — RODOLPHO GUSTAVO DA PAIXÃO.

37.º — ANTONIO PADUA DE ASSIS REZENDE.

S. PAULO

(vinte e dois deputados)

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — JOÃO GALEÃO CARVALHAL.

---

(1) Vide 7.º quatrienio.

2.º — ANTONIO MOREIRA DA SILVA.

3.º — JESUINO CARDOSO (Jesuino Ubaldo Cardoso de Mello).

Nascido em S. Paulo a 16 de Maio de 1865, foi seu pae o dr. José Joaquim Cardoso de Mello. Formado em 1885 pela Faculdade de Direito de S. Paulo, defendeu theses e doutorou-se em 1886. Talento brilhante, durante o seu curso academico, foi sempre o orador de diversas associações. Ao mesmo tempo, escrevia no *Diario Mercantil*, no *Correio Paulistano* e outras folhas. Formado, continuou como jornalista e abrio banca de advogado. Redigio a *Gazeta do Povo*, da qual foi proprietario e redactor-chefe. Lutou na propaganda abolicionista e na republicana de 1887 a 1889. Neste ultimo anno, fez parte da chapa do partido republicano para deputados provinciaes. Proclamada a Republica, foi em 1891 nomeado lente de Direito Patrio, Constitucional e Administrativo do curso de Notariado da Faculdade de S. Paulo. Leccionou ahi durante tres annos, accumulando tres cadeiras. Exonerou-se por haver comprado uma fazenda em Jaboticabal. A Congregação da Faculdade votou então, por proposta do dr. João Monteiro, uma moção unanime de louvôr aos serviços por elle prestados áquelle instituto de ensino. Ao mesmo tempo, não abandonava as lutas politicas. Em 15 de Novembro de 1889, achava-se no Rio de Janeiro quando foi proclamada a Republica. Assistio a todos os successos no antigo Campo de Sant'Anna, sempre ao lado de Quintino Bocayuva, e marchou com outros republicanos á frente das tropas, erguendo vivas a Deodoro e á Republica. Em 1891, eleito deputado federal á 1.ª legislatura, foi admittido a discutir no recinto da Camara o seu direito. Não sendo reconhecido por ser amigo dedicado de Deodoro, manteve-se sempre ao lado deste e, com elle, cahio. Eleito deputado estadoal por S. Paulo em 1894, não pleiteou o reconhecimento, dando entrada a um dos seus melhores amigos.

Exerceu o lugar de 1.º delegado auxiliar em S. Paulo quando foi a primeira vez prezidente o dr. Rodrigues Alves e chefe de policia o dr. Oliveira Ribeiro. Eleito deputado federal á 5.ª legislatura (1903 a 1905), foi reeleito á 6.ª e á 7.ª (1906 a 1911). Durante a campanha travada em torno da candidatura do Marechal Hermes á Prezidencia da Republica, separou-se dos seus amigos politicos de S. Paulo para sustental-a. Deixou por esse motivo de ser reeleito deputado á 8.ª legislatura (1912 a 1914). Em 7 de Abril de 1913, foi nomeado secretario da Prezidencia da Republica. E' hoje ministro do Tribunal de Contas.

4.º — BERNARDO DE SOUZA CAMPOS.

Nascido em S. Paulo, é formado em sciencias juridicas e sociaes. Exercia no Estado o cargo de procurador seccional quando foi eleito deputado federal, sendo por esse motivo impugnada a sua eleição pelo seu competidor, o dr. Bueno de Andrada. Reconhecido afinal, exerceu o mandato até ao fim desta legislatura (1903 a 1905). Não foi mais reeleito. Rezide actualmente em S. Paulo.

SEGUNDO DISTRICTO

5.º — MANOEL JACINTHO DOMINGUES DE CASTRO. Falleceu em 29 de Agosto de 1905.

6.º — FRANCISCO MARCONDES ROMEIRO.

Nascido a 28 de Dezembro de 1841, em Pindamonhangaba, no Estado de S. Paulo. Formado em Medicina, foi clinicar na sua cidade natal desde Janeiro de 1867. Ahi, conseguiu ser tambem Prezidente do Banco Municipal, do Directorio Politico e da Camara Municipal. No regimen passado e no actual, occupou o cargo de Provedor da Santa Casa de Misericordia daquella cidade.

Eleito deputado federal por S. Paulo em 1903, teve o mandato renovado á 6.ª legislatura. Falleceu em 24 de Outubro de 1911.

7.º — José Valois de Castro.

TERCEIRO DISTRICTO

8.º — José Rebouças de Carvalho.

9.º — Antonio José da Costa Junior.

10.º — Arnolpho Rodrigues de Azevedo.

Nascido a 11 de Novembro de 1868, em Lorena, no Estado de S. Paulo, é dotado de solida cultura mental. Bacharel em Direito pela Faculdade do seu Estado, advoga em Lorena desde 5 de Setembro de 1891, comarca onde foi tambem Promotor Publico de 30 de Março a 30 de Julho de 1892. Foi, ainda, Deputado Estadoal ao Congresso Paulista de 7 de Abril de 1895 a 12 de Abril de 1899; Prezidente da Camara Municipal da sua cidade natal, de 30 de Setembro de 1892 a 7 de Janeiro de 1910; Coronel Commandante Superior da Guarda Nacional, de 18 de Julho de 1893 a 3 de Outubro de 1904 e é Coronel Commandante da 145.ª Brigada de Infantaria desde 3 de Outubro de 1904, na cidade de Lorena. Deputado Federal desde 1908, occupou na Camara dos Deputados o logar de 1.º Vice-Prezidente, cargo que renunciou em 1909 por motivo da lucta politica das candidaturas prezidenciaes ao quatrienio de 1910 a 1914.

Passando depois a pertencer á Commissão de Constituição e Justiça, tem elaborado importantes pareceres, sendo que alguns constituem verdadeiras monographias e estão enfeixados em volume.

QUARTO DISTRICTO

11.º — Fernando Prestes de Albuquerque.

12.º — ANTONIO DO AMARAL CESAR.

Nascido em S. Paulo, formou-se em sciencias juridicas e sociaes. Abrindo banca de advogado em Botucatú, envolveu-se activamente nas lutas politicas locaes. Eleito deputado federal á 5.ª legislatura (1903 a 1905), foi reeleito á 6.ª (1906 a 1908), vindo a fallecer no exercicio do mandato em Julho de 1906.

13.º — FERREIRA BRAGA (Francisco).

Nascido em Sorocaba, Estado de S. Paulo, em 25 de Fevereiro de 1867, foram seus paes José Ferreira Braga, lavrador e chefe politico liberal, e d. Izabel Prestes Braga. Fez o curso secundario no Rio de Janeiro, matriculando-se na Escola Polytechnica em 1886, onde se diplomou em engenharia civil, conquistando bellas approvações e sendo laureado com a medalha Morsing, que era conferida ao alumno mais distincto de cada turma. Em 1889, foi nomeado professor adjuncto da secção de Mathematica do curso preparatorio da Escola Militar do Rio de Janeiro, passando no anno seguinte a professor da cadeira de Algebra do mesmo instituto. Em 1895, foi nomeado lente substituto da Escola Naval, onde interinamente regeo, em 1898, a cadeira de mecanica racional. Nesse mesmo anno, foi tornado effectivo, tendo repetido as cadeiras de calculo differencial e integral, topographia e geometria descriptiva, balistica e artilharia e astronomia. Em 1896, foi nomeado lente substituto interino da 1.ª secção do curso fundamental da Escola Polytechnica, tendo regido as cadeiras de calculo, mecanica applicada e repetido a de mecanica racional. Em 1898, fez brilhante concurso para o logar que já exercia interinamente, tendo sido habilitado, por unanimidade de votos, e proposto tambem unanimemente para o cargo effectivo. Em 1911, foi nomeado lente cathedratico da cadeira de Geometria Descriptiva e Topographia da Escola Naval; e, em 1912, nomeado lente cathedratico da cadeira de Geometria Analytica e Calculo Differencial e integral da Escola Poly-

technica. Exerceu tambem os cargos de engenheiro da Carta Cadastral do Rio de Janeiro e da Commissão Constructora de Bello Horizonte. 1903 a 1905

Eleito deputado federal á 5.ª legislatura (1906 a 1909), tem tido o mandato renovado até á prezente (1914 a 1917).

QUINTO DISTRICTO

14.º — Eloy Chaves (Eloy de Miranda Chaves).

Nascido em Pindamonhangaba, S. Paulo, em 27 de Dezembro de 1875, foram seus paes o coronel José Guilherme de Miranda Chaves e d. Candida Marcondes Chaves. Fez o curso de humanidades no Collegio Menezes Vieira, completando-as no Collegio Pedro II. Bacharel em sciencias juridicas e sociaes pela Faculdade de S. Paulo, foi promotor aos vinte annos em S. Roque, nesse Estado, sendo removido no mesmo anno para Jundiahy, onde passou a ser advogado, entrando brilhantemente na vida publica. Militando na politica local, chefiou desde logo o partido: foi vereador e prezidente da Camara Municipal. Eleito deputado federal á 5.ª legislatura, foi seguidamente reeleito até á 8.ª (1912 a 1914), tendo feito parte na Camara de importantes commissões. Passou então a exercer o cargo de Secretario da Justiça do governo de S. Paulo, chamado para esse elevado posto pelo benemerito estadista, Conselheiro Rodrigues Alves, então prezidente do Estado.

O dr. Eloy Chaves que, já na Camara Federal, se houvéra revelado uma das mais brilhantes figuras da bancada paulista pelo seu formoso talento e variada illustração, e como orador moderno, de palavra elegante e primorosa na forma e no fundo, não tardava a se mostrar junto ao emerito prezidente de S. Paulo um administrador de fino tacto, energico, previdente e cauto. As palavras, com que lhe agradeceu os serviços o Conselheiro Rodrigues Alves ao deixar o governo do Estado, bastam para glorificar um nome e recommendal-o á benemerencia publica.

Succedendo o dr. Altino Arantes ao eminente estadista naquelle alto posto, não quiz dispensar o importante auxilio do dr. Eloy Chaves, que continuou a dirigir a Secretaria da Justiça, secretaria que, nos ultimos mezes do quatrienio Rodrigues Alves, exercêra cumulativamente com a da Agricultura. E, organizando o seu novo governo com brilhantes nomes, como os dos drs. Cardozo de Almeida, Oscar Rodrigues Alves e Candido Motta, quiz tambem ter no dr. Eloy Chaves o auxiliar precioso que lhe garantisse a ordem interna e a bôa e vigilante distribuição da justiça.

Além de advogado notavel e homem de governo, é o dr. Eloy Chaves laborioso industrial na cidade de Jundiahy, onde tem os seus principaes haveres.

15.º — José Lobo (José Manoel).

Nascido em Itú, Estado de S. Paulo, em 1.º de Outubro de 1864, foram seus paes o maestro Elias Alvares Lobo e d. Elisa Alvares Lobo. Formou-se em direito pela Faculdade de S. Paulo em 1886 e, depois do seu brilhante curso, foi advogar em Campinas, onde exerceu o cargo de juiz de paz e cazamentos. Eleito deputado federal á 5.ª legislatura (1903 a 1905), tem sido successivamente reeleito até á prezente (1915 a 1917). Na Camara Federal, tem feito parte de diversas commissões. E' um espirito culto e finamente satyrico; e, como advogado, se tem recommendado pela meticulosidade, com que estuda as suas causas, e pela clareza das suas razões. Os seus pareceres nas commissões da Camara distinguem-se por esses mesmos attributos, constituindo alguns interessantes theses de direito.

16.º — José Leite de Souza.

Nascido em 8 de Outubro de 1873, na cidade do Amparo, Estado de S. Paulo. Bacharelou-se em 25 de Dezembro de 1894, pela Faculdade de S. Paulo e foi em 7 de Janeiro de 1896 eleito Prezidente da Camara Municipal da

sua cidade natal, cargo que occupou até 7 de Janeiro de 1899. Foi ainda deputado estadoal por S. Paulo, de 1897 a 1899, e Delegado de Policia na cidade do Amparo, de 11 de Maio de 1900 a 20 de Dezembro de 1901. Deputado federal a esta legislatura, não teve mais o mandato renovado.

SEXTO DISTRICTO

17.º — PAULINO CARLOS DE ARRUDA BOTELHO.

18.º — FRANCISCO DE TOLEDO MALTA.

Nascido em 23 de Fevereiro de 1857, na cidade de Jacarehy, Estado de S. Paulo. Formado em Direito, dedicou-se á vida agricola. Tem occupado, no seu Estado natal, os seguintes cargos: Juiz Municipal da comarca de Araraquara, de 1882 a 1886; Deputado Estadoal, de 1895 a 1900; Secretario da Justiça, de 1900 a 1901; Secretario das Finanças, de 1900 a 1902; e Deputado Federal, de 3 de Maio de 1903 a 1 de Setembro de 1905. Foi o auctor do projecto sobre o *homestead.* Actualmente, occupa um dos tabellionatos da capital paulista e é prezidente da *Sociedade Previdencia.*

19.º — ALVARO AUGUSTO DA COSTA CARVALHO.

SETIMO DISTRICTO

20.º — ANTONIO CANDIDO RODRIGUES.

21.º — JOSÉ MANOEL DE AZEVEDO MARQUES.

22.º — RODOLPHO NOGUEIRA DA ROCHA MIRANDA.

GOYAZ

(quatro deputados)

1.º — Hermenegildo Lopes de Moraes Filho.

2.º — Joaquim Luiz Teixeira Brandão.

3.º — Frederico Ferreira Lemos.

Nascido em Goyaz, é alli chefe politico em uma das zonas sertanejas. Eleito deputado federal a esta legislatura, nunca veio tomar posse.

4.º — Bernardo Antonio de Faria Albernaz.

Nascido em 22 de Setembro de 1847, na cidade de Jaraguá, Estado de Goyaz. No antigo regimen, foi Juiz de Paz e Deputado Provincial por Goyaz, de 1880 a 1882 e de 1883 a 1885. Na Republica, foi Deputado Estadoal pelo seu Estado natal, de 1890 a 1897, fazendo parte da Constituinte, da qual foi o 1.º secretario. Conseguiu ser, ainda, no Estado de Goyaz: Prezidente da Intendencia Municipal, de 1890 a 1891. Por decreto do Governo Provisorio, de Agosto de 1890, foi nomeado 2.º Vice-Governador, administrando o Estado de 21 de Janeiro a 27 de Março de 1891. De 1895 a 1898, foi 2.º Vice-Prezidente e 1.º Vice-Prezidente de 1898 a 1901 e de 1901 a 1903, quando resignou. De 31 de Dezembro de 1896 a Setembro de 1899, exerceo o cargo de Secretario da Instrucção, Industria, Terras e Obras Publicas, e, de 1899 a 1902, o de Secretario do Interior, Justiça e Segurança Publica. Coronel da Guarda Nacional, foi Deputado Federal somente á 5.ª legislatura (1903-1905).

MATTO GROSSO

(quatro deputados)

1.º — José da Silva Costa Netto.

Nascido em 11 de Abril de 1863, no Recife, era formado em Direito. Na magistratura, occupou o cargo de Promotor Publico da comarca da Escada, em Pernambuco (1891). Exerceu a advocacia nesta cidade e no Recife, e tambem em Maceió, Estado de Alagôas, em Propriá, Estado de Sergipe e, em Cuyabá, Estado de Matto Grosso. Como jornalista, foi redactor-chefe do *Diario do Commercio*, de Maceió (1896) e do *Jornal do Recife*, de Pernambuco, de 1897 a 1899.

Professor de Francez do Lyceo Cuyabano, de 31 de Janeiro de 1901 a 29 de Agosto de 1902, na cidade de Cuyabá, exerceo na politica os seguintes cargos: Deputado Estadoal pór Pernambuco (1898); Secretario do Governo de Matto Grosso, de 2 de Janeiro de 1901 a 29 de Agosto de 1902; e deputado federal pelo mesmo Estado, de 1903 a 1905. Falleceu em 26 de Maio de 1912.

2.º — João de Aquino Ribeiro.

Nascido em Alagôas, é bacharel em sciencias juridicas e sociaes pela Faculdade do Recife. Recem-formado, seguiu para Matto Grosso onde exerceu a magistratura. Ahi se consorciou com uma filha do coronel Antonio Paes de Barros, que alli era influente chefe politico, exerceu o governo do Estado e foi, afinal, assassinado quando se retirava da capital, por um grupo de adversarios, que, contra o seu predominio, haviam pegado armas. Eleito deputado federal á 5.ª legislatura (1903 a 1905), não teve mais o mandato renovado.

3.º — Benedicto Chrispiniano de Souza.

4.º — Lindolpho Libanio Moreira Serra.

PARANÁ

(quatro deputados)

1.º — Candido Ferreira de Abreu.

Nascido em 2 de Agosto de 1856, na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná, é formado em Engenharia e foi em 1878 preparador de Physica no Lyceu de Artes e Officios, e, de 1879 a 1882, na Escola Polytechnica, do Rio de Janeiro. Exerceo, tambem, os seguintes cargos: Engenheiro da Estrada de Ferro Madeira á Mamoré, no Estado do Amazonas, de 1882 a 1885; director das Obras Publicas e Coloniaes, de 1886 a 1887 e Inspector de Obras Publicas, de 1887 a 1889, na cidade de Curityba, Estado do Paraná; Prefeito Municipal de Curityba, de 1892 a 1894; Engenheiro de Obras em Bello Horizonte, de 1894 a 1896; Secretario de Obras Publicas e Coloniaes, de 1896 a 1900, e Deputado Estadoal pelo Paraná, de 1901 a 1903. Tenente-coronel honorario do Exercito, desde 24 de Outubro de 1894, é Coronel Commandante do 2.º Batalhão de Artilharia da Guarda Nacional desde 1896. No Imperio, foi nomeado cavalleiro da ordem da Rosa.

Em 1903, fez parte da Commissão de limites do Estado do Paraná com o Estado de S. Paulo.

Foi deputado federal de 1903 a 1905, e, em 1906, foi eleito senador. Não tardava, porém, a deixar o Senado para ir administrar o municipio de Curityba.

2.º — Bento José Lamenha Lins. Renunciou.

Antonio Augusto de Carvalho Chaves. Eleito em 5 de Junho de 1904; reconhecido em 23 de Julho.

Nascido em 26 de Março de 1875 em Macahyba, no Rio Grande do Norte, foram seus paes o dr. Joaquim Gon-

çalves Chaves Filho e d. Francisca Teixeira de Carvalho Chaves. Formado em Direito pela Faculdade do Recife em 1895, tem occupado os seguintes cargos: Secretario de Estado dos Negocios do Interior, Justiça e Instrucção Publica do Paraná, de 8 de Março de 1896 a 25 de Fevereiro de 1900; Secretario de Estado dos Negocios das Finanças, Commercio e Industria, de 26 de Fevereiro de 1900 a 25 de Fevereiro de 1904; e advogado da Estrada de Ferro S. Paulo Rio Grande, desde 26 de Fevereiro de 1904, na cidade de Curityba. Deputado Estadoal pelo Paraná, de 1906 a 1907.

E' ainda socio do Instituto Historico e Geographico do Paraná, desde 1897; membro da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro, desde 14 de Maio de 1905; da Sociedade Nacional de Agricultura, do Rio de Janeiro, desde Janeiro de 1907; e da Sociedade Estadoal de Agricultura do Estado do Paraná, desde 1907.

Eleito deputado federal em 1904, pertenceu na Camara dos Deputados á Commissão de Obras Publicas. Em 1915, não teve o mandato renovado.

Jornalista e homem de lettras, tem publicado diversos trabalhos, principalmente nos orgãos da imprensa do Paraná.

3.º — Carlos Cavalcanti de Albuquerque.

4.º — Manoel de Alencar Guimarães.

SANTA CATHARINA

(quatro deputados)

1.º — Francisco Tolentino Vieira de Souza. Falleceu em Fevereiro de 1904.

Luiz Antonio Ferreira Gualberto. Eleito em 3 de Julho de 1904; reconhecido em 11 de Agosto.

2.º — Victorino de Paula Ramos.

3.º — Elyseu Guilherme da Silva.

Nascido a 20 de Setembro de 1843, em S. José, no Estado de Santa Catharina. Formado em Pharmacia pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, occupou na sua terra natal, entre outros cargos, os seguintes: Vereador e Prezidente da Camara Municipal; Deputado Estadoal e 1.º Vice-Prezidente do Estado.

Como jornalista, redigiu *A Regeneração*, no Estado de Santa Catharina. Foi Deputado Federal de 3 de Maio de 1903 a Dezembro de 1905. Passou a rezidir na Capital Federal.

4.º — Abdon Baptista.

Nascido na Bahia, em 30 de Julho de 1852, foram seus paes Hermenegildo Baptista e d. Maria Girad Baptista. Formado em Medicina pela Faculdade daquella cidade, ahi estabeleceu clinica até 1880. Depois, foi fixar rezidencia no norte de Santa Catharina. Foi 1.º vice-prezidente desta antiga provincia; e, eleito deputado provincial, foi prezidente da Assembléa. Proclamada a Republica, foi eleito deputado estadoal em 1892, e, depois, vice-governador, administrando o Estado em 1906. Eleito deputado federal á 5.ª legislatura (1903 a 1905), foi reeleito em 29 de Janeiro de 1911 á 7.ª, na vaga aberta pela renuncia do sr. Vidal Ramos, empossado do governo do Estado. Eleito novamente em 30 de Janeiro de 1912 á 8.ª, renunciou o mandato para occupar uma cadeira no Senado Federal, na vaga aberta pela renuncia do sr. Lauro Müller, nomeado ministro do Exterior. Tomou posse do cargo de senador em 24 de Julho de 1912. Renunciou de novo o mandato em 1917, afim de abrir vaga para o dr. Lauro Müller, demittido do Ministerio do Exterior.

RIO GRANDE DO SUL

(dezeseis deputados)

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — LUIZ SOARES DOS SANTOS.

2.º — JUVENAL OCTAVIANO MILLER.

Nascido em 13 de Outubro de 1866, foi praça de 5 de Agosto de 1881. Alferes-alumno em 7 de Janeiro de 1890, foi promovido a 2.º tenente em 8 de outubro do mesmo anno; a 1.º, em 11 de Março de 1897; e a capitão, em 14 de Dezembro de 1900. Tinha o curso de engenharia pelo regulamento de 1889.

Exerceu importantes commissões militares. Foi intendente municipal da cidade do Rio Grande e deputado estadoal em 1891. Eleito deputado federal a esta legislatura, não teve o mandato renovado.

Falleceu em 9 de Setembro de 1909, na cidade do Rio Grande.

3.º — MARÇAL PEREIRA DE ESCOBAR.

4.º — ALEXANDRE JOSÉ BARBOZA LIMA.

SEGUNDO DISTRICTO

5.º — GERMANO HASSLOCHER.

6.º — JOAQUIM ANTONIO XAVIER DO VALLE. Falleceu em 16 de Maio de 1904.

Rivadavia da Cunha Correia. Eleito em 28 de Junho de 1904; reconhecido em 8 de Agosto.

7.º — Angelo Gomes Pinheiro Machado.

TERCEIRO DISTRICTO

8.º — Victorino Ribeiro Carneiro Monteiro.

9.º — James F. Darcy.

Nascido em 9 de Julho de 1876, na cidade do Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, foram seus paes James Darcy e d. Josepha de Sá Darcy. E' doutor em Direito pela Faculdade de Sciencias Juridicas e Sociaes do Rio de Janeiro. Recem-formado, foi nomeado promotor publico de Porto Alegre. Successivamente desempenhou no seu Estado mais os seguintes cargos: lente de Philosophia do Direito na Faculdade de Direito do Rio Grande do Sul; Procurador Fiscal e Director do Contencioso do Thezouro e deputado á Assembléa dos Reprezentantes. Eleito deputado federal á 5.ª legislatura (1903 a 1905), assumiu desde logo na Camara papel preponderante, chegando a ser *leader* da maioria e tambem da sua bancada. Reeleito á 6.ª legislatura, serviu como 1.º secretario durante a prezidencia do dr. Carlos Peixoto. Dissentindo da orientação do seu partido, seguida depois da morte de Julio de Castilhos, renunciou o mandato em começos de 1908 e entregou-se exclusivamente á advocacia no Rio de Janeiro. E' actualmente consultor juridico da Associação Commercial do Rio de Janeiro e da Federação das Associações Commerciaes do Brazil.

Publicou os seguintes trabalhos em volume:

— *Em prol do divorcio* (these de doutoramento); *A solidão* — conferencia litteraria. Collaborou na *Federação*, de Porto Alegre, e tem escripto em muitas revistas de juris-

prudencia. E' orador fluente e elegante e possúe solida e variada cultura litteraria.

10.º — Domingos Mascarenhas.

Nascido na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, em 10 de Fevereiro de 1866, foram seus paes Domingos Pinto de Figueiredo Mascarenhas e d. Florinda Amalia Barcellos Mascarenhas. Fez os estudos secundarios em Porto Alegre, doutorando-se em Medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro em 1894. Recem-formado foi clinicar em Bagé, onde fixou rezidencia, passando depois na Europa dous annos em estudos nos hospitaes de Paris. Quando estudante, tomou parte nas propagandas pela abolição e pela Republica, sendo um dos fundadores do Club Republicano da Escola de Medicina e do Club Republicano Sul Rio-Grandense. Com esses dois *clubs*, prestou grande auxilio a Silva Jardim durante a sua campanha. Proclamada a Republica, fez parte da brigada academica, fundada para defender as instituições. Durante o Governo Provisorio, foi autoridade policial no Districto Federal. Mais tarde, por occasião do golpe de Estado, tomou armas com o corpo de alumnos da Escola Militar, sob o commando immediato de Serzedello Correia. Depois, durante a revolta da esquadra, foi um dos fundadores do Batalhão Benjamin Constant. Em Bagé, fazendo parte do partido chefiado pelo dr. Julio de Castilhos, tornou-se um dos seus chefes locaes. Em 1903, foi eleito deputado federal pelo 3.º districto do Rio Grande do Sul, tendo sido successivamente reeleito até a prezente legislatura (1915 a 1917). E' um espirito ponderado e culto e um estudioso dos problemas economicos e sociaes do Brazil.

QUARTO DISTRICTO

11.º — Alexandre Cassiano do Nascimento.

12.º — Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva.

13.º — ALFREDO VARELLA.

QUINTO DISTRICTO

14.º — DIOGO FERNANDES ALVARES FORTUNA.

15.º — MANOEL DE CAMPOS CARTIER.

16.º — ARTHUR HOMEM DE CARVALHO.

Nascido em 1 de Novembro de 1862, na villa de Bomfim, Estado da Bahia. Formado em Medicina, clinica na cidade de Jaguarão, no Estado do Rio Grande do Sul, desde Abril de 1889.

Eleito deputado federal pelo 5.º districto do Rio Grande do Sul a esta legislatura, não foi reeleito.

Sexta legislatura

1906 a 1908

Senado [1]

AMAZONAS

Nove annos. — ALEXANDRINO FARIA DE ALENCAR. [2] Reconhecido em 23 de Abril de 1906, por haver terminado o mandato o sr. Pedrosa. Renunciou em 15 de Novembro do mesmo anno para occupar a pasta da Marinha.

JONATHAS DE FREITAS PEDROSA. Eleito em 31 de Janeiro de 1907; reconhecido em 10 de Maio.

Seis annos. — ANTONIO GONÇALVES PEREIRA DE SÁ PEIXOTO. Renunciou em 1.º de Dezembro de 1908.

Tres annos. — SYLVERIO JOSÉ NERY.

PARÁ

Nove annos. — ARTHUR INDIO DO BRAZIL E SILVA. Eleito por terminação do mandato do sr. Manoel Barata; reconhecido em 23 de Abril de 1906.

---

(1) As eleições federaes para deputados e renovação do terço do Senado da 6.ª legislatura effectuaram-se em 30 de Janeiro de 1906 pela nova lei, chamada *Roza e Silva.*

(2) Vide ministerios do 5.º, 6.º e 7.º quatrienios.

Seis annos. — José Paes de Carvalho.

Tres annos. — Justo Leite Chermont.

MARANHÃO

Nove annos. — Urbano Santos da Costa Araujo. Eleito por terminação do mandato do dr. Benedicto Leite que, por sua vez, assumira o governo do Maranhão. [1]

Seis annos. — Augusto Olympio Gomes de Castro. Falleceu em 31 de Janeiro de 1909.

Tres annos. — Manoel Ignacio Belfort Vieira.

PIAUHY

Nove annos. — Anisio Auto de Abreu. Eleito por terminação do mandato do sr. Paranaguá; reconhecido em 23 de Abril de 1906. Renunciou em 1908 para assumir o governo do Piauhy.

Gervasio de Britto Passos. Eleito em 11 de Setembro de 1908; reconhecido em 23 de Outubro.

Nascido no Piauhy, dedicou-se á lavoura, adquirindo em Piracuruca, onde rezide, e em outras localidades grande influencia politica. No Imperio, filiara-se ao partido conservador, sendo eleito diversas vezes deputado á Assembléa Provincial, de que foi prezidente. Adherindo á Republica, foi eleito mais de uma vez deputado estadoal; e, assumindo em 1908 o governo do Piauhy o dr. Anisio de Abreu,

---

(1) Vide 7.º quatrienio.

foi eleito senador federal na vaga aberta por esse motivo no Senado. O seu mandato terminou em 1914. Não foi reeleito.

Seis annos. — Firmino Pires Ferreira.

Tres annos. — Raymundo Arthur de Vasconcellos.

CEARÁ

Nove annos. — Francisco Sá. Eleito por terminação do mandato do sr. João Cordeiro.

Seis annos. — Pedro Augusto Borges.

Tres annos. — Joakim de Oliveira Katunda. Falleceu em 1907.

José Freire Bezerril Fontenelle. Eleito em 23 de Fevereiro de 1908; reconhecido em 5 de Maio.

RIO GRANDE DO NORTE

Nove annos. — Pedro Velho de Albuquerque Maranhão. Reeleito; reconhecido em 23 de Abril. Falleceu em 1907.

Antonio José de Mello e Souza. Eleito em 28 de Junho de 1908; reconhecido em 18 de Agosto.

Nascido em Papary, Rio Grande do Norte, em 24 de Dezembro de 1867, bacharelou-se em direito pela Faculdade do Recife. Em 1890, foi nomeado promotor publico de Goyanninha, cargo que exerceu até Fevereiro de 1892. Nesse mez, tomou posse do logar de deputado estadoal,

cujo mandato desempenhou até Junho de 1894. De Junho de 1892 a 1 de Abril de 1895, foi director geral da Instrucção Publica do Estado e, de 2 de Abril de 1895 a 2 de Abril de 1899, foi procurador da Republica. Em Maio de 1899, foi nomeado secretario do governo até que, em 25 de Março de 1900, passou a ser procurador geral do Estado. Em 23 de Fevereiro de 1907, era empossado do governo do Estado, exercendo o mandato até 25 de Março de 1908. Em 1 de Setembro desse anno, era eleito senador federal, terminando o seu mandato em 1914. Em 1915 foi reeleito por nove annos.

Seis annos. — Joaquim Ferreira Chaves.

Tres annos. — José Bernardo de Medeiros. Falleceu em 15 de Janeiro de 1906.

Francisco de Salles Meira e Sá. Eleito em 5 de Maio de 1907; reconhecido em 14 de Junho.

Nascido na cidade de Souza, Estado da Parahyba, a 29 de Janeiro de 1856, foi seu pae o dr. Olyntho Meira, que, depois de haver sido politico em evidencia no Imperio e occupado a prezidencia do Rio Grande do Norte, tornára-se republicano e dedicára-se á agricultura na cidade de Ceará-Mirim. Bacharelou-se em 1878 na Faculdade de Direito do Recife, na qual fez brilhante curso. Recem formado, estabeleceu-se em Ceará-Mirim, onde já residia seu pae. Ahi fundou um importante estabelecimento de ensino. Foi promotor e juiz municipal da comarca nos ultimos annos do regimen decahido. Proclamada a Republica, fez parte da Constituinte do Estado. Organisado este, foi chefe de policia interino, juiz de direito ainda em Ceará-Mirim, vice-governador do Estado, e, annos depois, membro do Superior Tribunal do Estado, de que era presidente quando abandonou a magistratura para acceitar o mandato de se-

nador federal na vaga aberta com a morte do coronel José Bernardo de Medeiros. Tomou posse de sua cadeira no Senado em 25 de Junho de 1907. Foi reeleito em 30 de Janeiro de 1909. Nomeado juiz federal do Rio Grande do Norte, cargo que ainda exerce, em 30 de Dezembro do mesmo anno (1909), renunciou o mandato.

Litterato e jurista eminente, tem publicado o seguinte:

— *O Seculo,* Revista academica, de collaboração com Leovigildo Filgueiras, José Antonio Saraiva Sobrinho e outros (Recife — 1877-78);

— *Instrucção Popular.* Recife, Typographia Apollo, 1883 (edição esgotada);

— *A Escola e as Conquistas do Seculo* (versos) Recife, Typographia Miranda, 1886 (esgotada);

— *A Escola,* Jornal litterario e de propaganda abolicionista. Ceará-Mirim, Typographia Economica, 1886-87;

— *Relatorios* sobre as theses I e II do *questionario* de Direito Publico, no Congresso Juridico Americano do Rio em 1900, como reprezentante do Superior Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte. Rio, Imprensa Nacional, 1900;

— *Relatorio Geral* sobre os trabalhos do mesmo Congresso apresentado ao governador do Rio Grande do Norte. Natal, Typographia d'*A Republica,* 1904;

— *Conferencia* sobre o sabio jurisconsulto dr. Augusto Teixeira de Freitas. Natal, Typographia d'*A Republica,* 1900;

— *Simples Notas do laudo do conselheiro Lafayette* na questão de limites entre o Estado do Rio Grande do Norte e o do Ceará. Natal, Typographia d'*A Republica,* 1902;

— *Recurso Extraordinario* (Missiva ao exmo dr. Amaro Cavalcanti). Natal, Typographia de A. Leite, 1911;

— *Unidade do Direito Privado.* Natal, 1912, Typographia do Instituto Historico;

— *Ecos do Sertão: Estrada de Ferro Mossoró-S. Francisco.* Natal, 1912. Typographia d'*A Republica;*

— *O Direito Invertido.* 1914. Typographia d'*Republica.* Natal;

— *Estudos Economicos* (sobre as tarifas da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte). Natal. Typographia d'*A Republica*, 1913.

PARAHYBA

Nove annos. — ALVARO LOPES MACHADO. Eleito para a vaga não preenchida do sr. Walfredo Leal.

Seis annos. — ANTONIO ALFREDO DA GAMA E MELLO. Falleceu em 1908.

APOLONIO ZENAIDES PEREGRINO DE ALBUQUERQUE. Eleito em 10 de Julho de 1908. Tendo fallecido antes de ser reconhecido, o Senado pelo parecer de 31 de Agosto do mesmo anno mandou proceder a novas eleições.

JOÃO PEREIRA DE CASTRO PINTO. Eleito em 30 de Setembro de 1908; reconhecido em 8 de Dezembro.

Nascido em 3 de Novembro de 1863, na cidade de Maranguape, no Estado da Parahyba, é formado em direito. Promotor publico da sua cidade natal, de Junho de 1889 a Novembro de 1891, foi nomeado depois procurador seccional da Republica, exercendo o cargo de Novembro de 1891 a Abril de 1895. Deputado á Constituinte do Estado e redactor de debates no Senado Federal, foi tambem lente do Lyceu da cidade da Parahyba do Norte, desde Setembro de 1896. Passou a advogar na cidade de Victoria, Estado do Espirito Santo, de Agosto a Setembro de 1898. Depois, foi promotor publico da capital do Ceará, de Outubro de 98 a Março de 99. Embarcou em seguida para o Pará. Ahi, foi secretario do governador e promotor de Belém. Suffragado deputado federal pela Parahyba, não tardava a ser eleito senador. Do Senado, passou para o go-

verno do seu Estado; e, terminando o seu mandato, embarcava para a Capital Federal, onde era bem cedo nomeado distribuidor do Registro de Titulos e Documentos.

Tres annos. — Coelho Lisboa (João Gonçalves).

PERNAMBUCO

Nove annos. — Antonio Gonçalves Ferreira. Reeleito; reconhecido em 27 de Abril de 1906.

Seis annos. — Francisco de Assis Rosa e Silva.

Tres annos. — Herculano Bandeira de Mello. Renunciou em 1908 para assumir o governo de Pernambuco.

Segismundo Antonio Gonçalves. Eleito em 8 de Julho de 1908; reconhecido em 24 de Agosto.

ALAGOAS

Nove annos. — Manoel de Araujo Góes. Eleito por haver terminado o mandato o sr. Macario Lessa; reconhecido em 30 de Abril de 1906.

Seis annos. — Euclydes Vieira Malta. Renunciou em 1906 por ter assumido o governo de Alagoas.

José Joaquim Seabra. Eleito em 1 de Setembro de 1906, sendo annulladas as eleições pelo Senado em 24 de Novembro do mesmo anno. [1]

---

[1] Vide ministerios do 4.º e 6.º quatrienios.

JOAQUIM PAULO VIEIRA MALTA. Eleito em 9 de Março de 1907; reconhecido em 1.º de Junho.

Tres annos. — MANOEL JOSÉ DUARTE.

SERGIPE

Nove annos. — JOSÉ LUIZ COELHO E CAMPOS. Reeleito; reconhecido em 18 de Maio de 1906.

Seis annos. — OLYMPIO DE SOUZA CAMPOS. Assassinado em 9 de Novembro de 1906.

MANOEL PRESCILIANO DE OLIVEIRA VALLADÃO. Eleito em 8 de Abril de 1907 e reconhecido em 27 de Maio.

Tres annos. — MARTINHO CESAR DA SILVA GARCEZ.

BAHIA

Nove annos. — RUY BARBOZA. Reeleito; reconhecido a 25 de Abril. [1]

Seis annos. — ARTHUR CESAR RIOS. Falleceu em 1906.

SEVERINO DOS SANTOS VIEIRA. Eleito em 4 de Outubro de 1906; reconhecido em 28 de Novembro. [2]

---

(1) Vide Governo Provisorio.
(2) Vide Ministerio do 3.º quatrienio.

Tres annos. — VIRGILIO CLIMACO DAMASIO.

ESPIRITO SANTO

Nove annos. — JOSÉ DE MELLO CARVALHO MUNIZ FREIRE. Reeleito; reconhecido em 25 de Abril de 1906.

Seis annos. — CLETO NUNES PEREIRA. Falleceu em 1908.

JOÃO LUIZ ALVES. Eleito em 14 de Julho de 1908; reconhecido em 1.º de Setembro.

Tres annos. — LUIZ SIQUEIRA DA SILVA LIMA.

DISTRICTO FEDERAL

Nove annos. — AUGUSTO DE VASCONCELLOS. Eleito por terminação do mandato do sr. Thomaz Delfino; reconhecido a 14 de Maio de 1916.

Seis annos. — LAURO SODRÉ.

Tres annos. — CANDIDO BARATA RIBEIRO.

RIO DE JANEIRO

Nove annos. — LOURENÇO MARIA DE ALMEIDA BAPTISTA. (Barão de Miracema). Reeleito em 23 de Abril de 1906.

Seis annos. — Carlos Augusto de Oliveira Figueiredo.

Tres annos. — Erico Marinho da Gama Goelho. Eleito em 8 de Janeiro de 1906 para a vaga aberta com a morte do dr. Martins Torres; reconhecido em 23 de Abril.

MINAS GERAES

Nove annos. — Feliciano Augusto Moreira Penna. Reeleito em 23 de Abril de 1906.

Seis annos. — João Pinheiro da Silva. Renunciou em 1906 para assumir o governo de Minas.

Francisco Antonio de Salles. Eleito em 12 de Dezembro de 1906; reconhecido em 10 de Maio de 1907. (1)

Tres annos. — Julio Bueno Brandão. Renunciou em 28 de Outubro de 1908 para assumir o governo do Estado.

S. PAULO

Nove annos. — Francisco Glycerio. Reeleito; reconhecido em 23 de Abril.

Seis annos. — Joaquim Lopes Chaves.

Tres annos. — Alfredo Ellis.

---

(1) Vide ministerio do 6.º quatrienio.

PARANÁ

Nove annos. — Candido Ferreira de Abreu. Eleito na vaga de monsenhor Alberto Gonçalves, que terminára o mandato e não tardava a ser sagrado Bispo de Ribeirão Preto.

Seis annos. — Francisco Xavier da Silva. Renunciou em 1908 para assumir a prezidencia do Estado.

Manoel de Alencar Guimaraes. Eleito em 28 de Julho de 1908; reconhecido em 9 de Setembro.

Tres annos. — Brazilio Ferreira da Luz.

SANTA CATHARINA

Nove annos. — Hercilio Pedro da Luz. Reeleito; reconhecido em 23 de Abril de 1906.

Seis annos. — Gustavo Richard. Renunciou em 13 de Dezembro de 1906 para assumir o governo do Estado.

Lauro Severiano Müller. Eleito em 7 de Fevereiro de 1907; reconhecido em 10 de Maio.

Tres annos. — Felippe Schmidt.

RIO GRANDE DO SUL

Nove annos. — José Gomes Pinheiro Machado. Reeleito; reconhecido em 23 de Abril de 1906.

Seis annos. — JULIO ANACLETO FALCÃO DA FROTA.

Tres annos. — RAMIRO FORTES DE BARCELLOS. Renunciou em 24 de Dezembro de 1906.

VICTORINO RIBEIRO CARNEIRO MONTEIRO. Eleito em 3 de Março de 1907; reconhecido em 16 de Maio.

GOYAZ

Nove annos. — BRAZ ABRANTES. Eleito pela terminação do mandato do sr. Rodrigues Jardim; reconhecido em 11 de Maio de 1906.

Nascido em 3 de Fevereiro de 1845, foi praça de 6 de Fevereiro de 1861. Alferes em 20 de Fevereiro de 1869, por bravura, foi graduado em tenente em 14 de Abril de 1871, e promovido a effectivo em 2 de Maio de 1877; a capitão, em 14 de Abril de 1883; a major, em 7 de Janeiro de 1890; a tenente-coronel graduado, em 4 de Novembro de 1891; a effectivo, em 22 de Dezembro seguinte; a coronel graduado, em 5 de Setembro de 1893, e effectivo em 21 de Dezembro seguinte; a general de brigada, em 26 de Julho de 1901. Reformou-se em general de divisão e graduação de marechal em 5 de Setembro de 1906. Foi da infantaria. Tomou parte nas campanhas do Uruguay e do Paraguay. Possue a medalha de Merito Militar, a da campanha do Paraguay, conferida pelo Brazil, Uruguay e Republica Argentina, e a de ouro de serviços militares.

Tem exercido importantes commissões militares.

Eleito senador por nove annos em 1906, o seu mandato terminou em 1914. Não foi reeleito.

Seis annos. — URBANO COELHO DE GOUVÊA.

Tres annos. — JOSÉ JOAQUIM DE SOUZA.

MATTO GROSSO

Nove annos. — ANTONIO FRANCISCO DE AZEREDO. Reeleito; reconhecido em 2 de Maio de 1906.

Seis annos. — JOAQUIM DUARTE MURTINHO. (1)

Tres annos. — JOSÉ MARIA METELLO.

(1) Vide ministerios do 2.º e 3.º quatrienios.

Camara dos Deputados



(duzentos e doze reprezentantes)

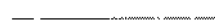
AMAZONAS

(quatro deputados)

DISTRICTO UNICO

1.º — HENRIQUE FERREIRA PENNA DE AZEVEDO.

Nascido em 20 de Janeiro de 1854 na cidade de Manáus, Estado do Amazonas, foi commerciante e proprietario na capital do seu Estado e coronel da Guarda Nacional. Exerceo tambem o cargo de Juiz Municipal de 1876 a 1880. Deputado provincial de 1882 a 1889; 1.º Juiz de Paz, de 1886 a 1890; Superintendente Municipal, de Janeiro a Março de 1891; deputado estadoal, de 1901 a 1903, tudo no Amazonas. Funccionario publico da antiga Thesouraria da Fazenda, do Correio Geral e da Alfandega de Manáus, tambem foi despachante geral da Alfandega da mesma cidade. Militou no partido republicano ainda no tempo da Monarchia, filiando-se depois ao partido liberal, do qual foi um dos directores até 1889. Deputado Federal á 6.ª legislatura, não teve mais o mandato renovado. Regressando a Manáus, passou a exercer alli o cargo de superintendente do municipio, vindo a fallecer em começos de 1914.



2.º — Jorge de Moraes.

3.º — Antonio Nogueira.

Nascido em Fortaleza, capital do Ceará, em 23 de Abril de 1871, é praça de 25 de Fevereiro de 1887. Guarda marinha em 28 de Dezembro de 1889, foi promovido a 2.º tenente em 25 de Novembro de 1891; a 1.º em 9 de Agosto de 1894; e a capitão de corveta em 16 de Setembro de 1907. E' hoje capitão de fragata.

Alem de official de marinha, bacharelou-se em direito em 1911 pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro.

No Amazonas, exerceu os cargos de chefe da Repartição de Terras, Minas e Colonização; director do Instituto Benjamin Constant e membro da commissão technica de limites entre aquelle Estado e o do Pará. De 1901 a 1906, foi deputado estadoal no Amazonas, resignando neste anno o mandato por haver sido eleito deputado federal á 6.ª legislatura. Foi reeleito á 7.ª, 8.ª e 9.ª. Na Camara, tem exercido o cargo de membro da Commissão de Marinha e Guerra.

E' um espirito culto e operoso.

4.º — Aurelio Amorim.

PARÁ

(sete deputados)

DISTRICTO UNICO

1.º — Dioclecio Marinho de Campos.

Nascido a 11 de Maio de 1871, na cidade de Belém do Pará, é formado em direito e começou como advogado no Estado do Amazonas. Ahi, foi ainda Secretario do Supremo Tribunal de Justiça, em 16 de Março de 1894; curador geral das Massas Fallidas, de 26 de Março de 1894

a 15 de Outubro de 1898; Intendente municipal de Manáus, de 1896 a 1898; Procurador seccional da Republica, de Fevereiro de 1895 a 96; e deputado ao Congresso Estadoal, de 15 de Novembro de 1898 a 1900.

Passando a rezidir na cidade de Belém, do Pará, exerceu ahi os cargos de 1.º promotor publico, em 1901, e 3.º e 2.º prefeito da Segurança Publica, em 1902. Eleito deputado estadoal na legislatura de 22 de Junho de 1903 a 22 de Junho de 1906, desempenhou brilhantemente o mandato. Foi ainda no Pará, lente de Direito Criminal da Faculdade do Estado, desde 25 de Março de 1902. Eleito deputado federal á 6.ª legislatura, pertenceu á Commissão de Diplomacia e Tratados da Camara. Reeleito á 7.ª, renunciou o mandato em 1911, sendo nomeado addido commercial do Brazil junto á legação de Berlim. Continúa até hoje na Europa a serviço do Ministerio das Relações Exteriores.

2.º — Justiniano de Serpa.

3.º — Arthur de Souza Lemos.

4.º — Antonio Felinto de Souza Bastos.

5.º — João Hosanah de Oliveira.

6.º — Antonio Passos de Miranda.

7.º — Rogerio Correia de Miranda.

MARANHÃO

(sete deputados)

DISTRICTO UNICO

1.º — MANOEL BERNARDINO DA COSTA RODRIGUES.

2.º — AGRIPPINO AZEVEDO.

Nascido em 16 de Março de 1864, foram seus paes Antonio Mariano de Azevedo e d. Joaquina Roza da Silva Azevedo. Bacharelou-se em direito pela Faculdade do Recife, em Outubro de 1885. Advogado desde então em S. Luiz do Maranhão, entrou na politica activa, filiando-se ao partido liberal, de cujo directorio fez parte desde 1886. Foi eleito deputado provincial em 1887 para o bienio de 1888 a 1889. Proclamada a Republica, foi nomeado para fazer parte da commissão encarregada de redigir o projecto de Constituição do Estado. Deputado á primeira Constituinte que teve o Maranhão, foi pelo Congresso eleito 2.º vice-governador do Estado. No dia 18 de Dezembro de 1891, assumio o poder por lh'o haver passado o governador Lourenço Augusto de Sá e Albuquerque, em consequencia de se ter declarado impossibilitado de o assumir o 1.º vice-governador, dr. Carlos Emilio de Andrade Peixoto. Foi no mesmo dia deposto pela força federal. Creada mais tarde a Escola Normal pelo governador Thomaz da Porciuncula, foi nomeado lente de pedagogia e instrucção moral e civica. Desta cadeira, foi transferido para a de logica e historia da philosophia do Lyceo Maranhense. Com a creação do Curso Commercial, foi nomeado para reger a cadeira de Noções de Direito Commercial. Em 1906, foi eleito deputado federal pela opposição ao governo do Estado, sendo reeleito em 1909, 1912 e 1915, para a 7.ª, 8.ª e 9.ª legislaturas.

Na Camara, tem pertencido ás commissões de Diplomacia e Tratados e Finanças, tendo sido nesta ultima esco-

lhido para relator do orçamento da Marinha. Homem de talento e de illustração pouco vulgar, jornalista e jurisconsulto, distingue-se ainda pela rija tempera do seu caracter independente e pela firmeza de suas opiniões. Prestou relevantes serviços á causa da abolição na sua terra natal, como um dos redactores da *Pacotilha*, orgão alli dos propagandistas da libertação dos escravos.

Advoga prezentemente no fôro do Rio de Janeiro.

3.º — Francisco da Cunha Machado.

4.º — Luiz Antonio Domingues da Silva.

5.º — José Eusebio Carvalho de Oliveira.

6.º — Dunshee de Abranches (João Dunshee de Abranches Moura).

7.º — Christino Cruz.

PIAUHY

(quatro deputados)

DISTRICTO UNICO

1.º — Arlindo Francisco Nogueira.

2.º — Joaquim de Lima Pires Ferreira.

3.º — João Henrique de Souza Gayoso.

4.º — Joaquim Antonio da Cruz.

CEARÁ

(dez deputados)

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — Waldemiro Moreira.

Nascido na cidade da Granja, Ceará, em 9 de Junho de 1856, era formado em direito pela Faculdade do Recife. Foi deputado provincial no Ceará, de 1 de Julho de 1884 a 1889; chefe de policia, de 16 de Novembro deste anno a 22 de Dezembro de 1890, e de 12 de Julho de 1892 a 12 de Julho de 1896; mordomo e provedor da Santa Casa de Misericordia da Fortaleza, de 19 de Março de 1890 a 1906; inspector do Thezouro Estadoal, de 9 de Maio de 1890 a 19 de Agosto de 1901; secretario da Fazenda, de 10 de Maio de 1890 a Dezembro de 1891, e de Julho de 1896 a 1900; deputado estadoal, de 1890 a 1892, e de 1902 a 1905; prezidente da Camara Municipal de Fortaleza, de 1892 a 1896. Eleito deputado federal á 6.ª legislatura (1906 a 1908), foi reeleito á 7.ª (1909 a 1912). Não teve mais o mandato renovado. Falleceu em Caxambú em Março de 1914.

2.º — Domingos Sergio de Saboia e Silva.

3.º — João Lopes Ferreira Filho.

4.º — João Cordeiro.

5.º — José Freire Bezerril Fontenelle. Renunciou por ter sido eleito senador.

EDUARDO THOMÉ DE SABOIA. Eleito em 9 de Agosto de 1908; reconhecido em 30 de Setembro.

Nascido a 1 de Maio de 1876, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, foram seus paes o dr. José Thomé da Silva e D. Anna Figueira de Saboya e Silva. Jornalista nas cidades do Rio de Janeiro e da Bahia, desde 1896, e, na Fortaleza, desde 1905. Advogado na cidade da Bahia, onde se diplomou em direito, desde 1902, e, na Fortaleza, desde 1905. Secretario do governador da Bahia, de 1 de Janeiro de 1903 a Abril de 1905. Professor da Faculdade de Direito do Ceará, desde Maio de 1905; secretario das Finanças do seu Estado, desde 28 de Outubro de 1905 a 8 de Maio de 1908, e secretario de Justiça e chefe de policia, desde Outubro de 1907 a 8 de Maio de 1908. Eleito deputado federal em 7 de Agosto de 1908, na vaga do sr. Bezerril, que fôra reconhecido senador, foi reeleito á 7.ª, 8.ª e 9.ª legislaturas (1909 a 1917). Foi redactor da *Semana*, com Valentim Magalhães, e do *Debate* e da *Cidade do Rio*, e director do *Commercio*, todos publicados no Rio de Janeiro. Escreveu no *Correio de Noticias* e no *Diario da Bahia*, de S. Salvador, e na *Republica*, de Fortaleza. Publicou os livros — *Contos do Ceará* e *Novas Leis de Fallencias*.

Possuidor de brilhante talento, tornou-se um jornalista de merito e um poderoso polemista, para o que muito concorreu a sua acurada educação litteraria.

SEGUNDO DISTRICTO

6.º — MAURICIO GRACHO CARDOSO.

Nascido em Sergipe, a principio pretendeu seguir a carreira das armas, matriculando-se na Escola Militar. Nesse proposito, seguiu para o Ceará, onde acabou por fixar rezidencia. Filiando-se ahi ao partido chefiado pelo conselheiro Nogueira Accioly, foi nomeado lente do Gymnasio Cearense. Matriculou-se tambem na Faculdade de Direito

do Estado, bacharelando-se em sciencias juridicas e sociaes. Eleito deputado federal á 6.ª legislatura (1906 a 1908), foi reeleito á 7.ª (1909 a 1911). Nas eleições de 30 de Janeiro de 1912, entrou na chapa do seu partido, mas não foi reconhecido pela Camara. Eleito vice-governador do Ceará no ultimo quatrienio occupado pelo dr. Accioly, não poude assumir o poder quando este foi deposto em começos de 1912, tendo de embarcar para o Rio de Janeiro e correndo sério perigo de vida. Hoje, exerce alta funcção no Ministerio da Agricultura.

7.º — Thomaz Pompeo Pinto Accioly.

8.º — Frederico Augusto Borges.

9.º — Gonçalo de Almeida Souto.

10.º — Thomaz Cavalcanti de Albuquerque.

RIO GRANDE DO NORTE

(quatro deputados)

DISTRICTO UNICO

1.º — Alberto Maranhão.

João Lindolpho Camara. Eleito em 28 de Julho de 1908; reconhecido em 7 de Agosto.

Nasceu na cidade do Natal, capital da ex-provincia, hoje Estado do Rio Grande do Norte, a 14 de Maio de 1863.

Fez todo o curso de humanidades no Atheneo Rio-Grandense, de 1879 a 1885, sendo approvado com distincção e plenamente em todas as materias.

Alumno laureado da Faculdade de Direito do Recife, recebeu o grão de bacharel em sciencias juridicas e sociaes a 23 de Maio de 1894.

Tornou-se funccionario publico do Ministerio da Fazenda, onde tem exercido os seguintes cargos:

Delegado fiscal do Thezouro Nacional no Paraná, de Julho de 1889 a Dezembro de 1901;

Director da Recebedoria do Rio de Janeiro, de Janeiro de 1902 a Fevereiro de 1906;

Inspector da Alfandega do Rio, de Fevereiro a Novembro de 1906;

Official de gabinete do ministro da Fazenda, de Novembro de 1906 a Agosto de 1908.

E' actualmente conferente da Alfandega do Rio de Janeiro.

Reprezentou o seu Estado natal na Camara dos Deputados do Congresso Nacional, de Agosto de 1908 a Dezembro de 1911.

Fez no Rio Grande do Norte a campanha da abolição em 1888; e, proclamada a Republica, foi um dos membros da *Commissão Proclamadora da Republica* nos municipios de S. José de Mipibú, Papary, Goyaninha e Vera-Cruz, no seu Estado, designada para esse fim pelo governador então acclamado, dr. Pedro Velho.

Durante a sua passagem pela Camara dos Deputados, deixou nos annaes trabalhos notaveis sobre finanças e reformas administrativas. Tem prestado relevantes serviços á sua classe.

2.º — Eloy Castriciano de Souza.

3.º — Juvenal Lamartine de Albuquerque.

Nascido na Villa de Serra Negra, Rio Grande do Norte, em 9 de Agosto de 1874, é formado em sciencias juri-

dicas e sociaes. Regressando depois de diplomado á sua terra natal, foi nomeado vice-director do Atheneu do Rio Grande do Norte e, como jornalista adextrado e talentoso, tornou-se um dos redactores d'*A Republica*, orgão do partido chefiado pelo senador Pedro Velho (2 de Abril a 20 de Agosto de 1898). Em 1.º de Setembro deste ultimo anno, foi nomeado juiz de direito de Acary, cargo que exerceu até 1905. A esse tempo, já havia sido eleito vice-governador do Estado. Eleito deputado federal á 6.ª legislatura (1906 a 1908), tem sido successivamente reeleito até a prezente data. Occupa actualmente um dos lugares de secretario da meza da Camara dos Deputados.

4.º — Manoel Pereira Reis.

PARAHYBA

(cinco deputados)

DISTRICTO UNICO

1.º — Antonio Simeão dos Santos Leal.

2.º — Apolonio Zenaides Peregrino de Albuquerque. Falleceu em 17 de Agosto de 1908. Não foi preenchida a vaga.

3.º — José Peregrino de Araujo.

4.º — João Pereira de Castro Pinto. Renunciou em 1908 por haver sido eleito senador.

5.º — João Leite de Paula e Silva.

PERNAMBUCO

(dezesete deputados)

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — Affonso Gonçalves Ferreira Costa.

2.º — Esmeraldino Olympio de Torres Bandeira.

3.º — Francisco Teixeira de Sá.

4.º — João Vieira de Araujo.

5.º — Antonio Alves Pereira de Lyra.

6.º — Virginio Marques Carneiro Leão.

Nascido em Pernambuco, é formado em sciencias juridicas e sociaes pela Faculdade do Recife, da qual é hoje um dos cathedraticos, exercendo a cadeira de Direito Constitucional. Republicano historico, exerce, ha longos annos, a advocacia no Recife, onde rezide. Na Republica, foi secretario do governador Barboza Lima. Eleito deputado federal á 6.ª legislatura (1906 a 1908), não teve mais o mandato renovado. E' homem illustrado e valoroso polemista.

7.º — José Bezerra (José Rufino Bezerra Cavalcanti). (1)

8.º — José Marcellino da Rosa e Silva.

9.º — Francisco Cornelio da Fonseca Lima. Falleceu em 5 de Dezembro de 1908.

---

(1) Vide Ministerio do 7.º quatrienio.

10.º — MALAQUIAS ANTONIO GONÇALVES. Falleceu em 17 de Agosto de 1908.

JOAQUIM JOSÉ DE FARIA NEVES SOBRINHO. Eleito em 21 de Setembro de 1908; reconhecido em 31 de Outubro.

Nascido a 2 de Abril de 1872 na cidade do Recife, é formado em direito. Promotor publico da comarca de Bezerros, no Estado de Pernambuco (de Janeiro a Julho de 1892), mais tarde foi nomeado lente da 1.ª cadeira de latim do Gymnasio Pernambucano, na cidade do Recife (Julho de 1896). Deputado estadoal, de 1898 a 1907, e senador estadoal, de 1908 a 1909, no Estado de Pernambuco, foi em 21 de Setembro de 1908 eleito deputado federal na vaga aberta pela morte do dr. Malaquias Gonçalves. Reeleito á 7.ª legislatura (1909 a 1911), não teve mais o mandato renovado.

11.º — ESTACIO DE ALBUQUERQUE COIMBRA.

12.º — JULIO DE MELLO.

TERCEIRO DISTRICTO

13.º — PEDRO JOSÉ DE OLIVEIRA PERNAMBUCO.

14.º — DOMINGOS DE SOUZA LEÃO GONÇALVES.

15.º — ARTHUR ORLANDO DA SILVA.

16.º — JOSÉ DE MEDEIROS E ALBUQUERQUE.

17.º — Apollinario Florentino de Albuquerque Maranhão.

Nascido a 19 de Julho do anno de 1840 na cidade de Aguas Bellas, no Estado de Pernambuco, é descendente de importante familia. Travada a guerra do Paraguay, seguiu ainda muito moço para os campos de batalha como voluntario da Patria, alli reprezentando papel saliente. Voltando da campanha, foi nomeado tabellião publico da cidade do Recife, em 1872. Opposicionista ao partido chefiado pelo dr. Roza e Silva, foi eleito deputado federal á 6.ª legislatura (1906 a 1908). Não teve mais o mandato renovado. Rezide em Pernambuco e é coronel honorario do exercito.

ALAGOAS

(seis deputados)

DISTRICTO UNICO

1.º — Angelo José da Silva Neto. Falleceu em 11 de Dezembro de 1906.

Manoel Sampaio Marques. Eleito em 9 de Março de 1907; reconhecido em 11 de Maio.

Nascido em S. Miguel, Alagôas, em 24 de Maio de 1866, foram seus paes Antonio Jeronymo Marques e d. Jucunda Catharina de Sampaio Marques, ambos já fallecidos. Em 1890, doutorou-se em medicina pela Faculdade da Bahia. Tem occupado os seguintes cargos: medico da Hygiene Municipal de Maceió; secretario da Fazenda do governo de Alagôas; lente de Mineralogia, Geologia e Metereologia do Lyceo Alagoano e professor de pedagogia, hygiene escolar, instrucção civica e economia domestica do mesmo estabelecimento; deputado ao Congresso de Alagôas; intendente municipal de Maceió e deputado á 6.ª e á 7.ª legislaturas do Congresso Nacional. Actualmente rege

no Gymnasio Alagoano a cadeira de Physica e é membro do Conselho Central de Hygiene da sua terra natal.

2.º — Octavio Rocha de Lemos Lessa.

Nascido a 15 de Dezembro de 1881, na cidade de Cururipe, no Estado de Alagôas, é formado em direito pela Faculdade do Recife.

Exerceu o cargo de promotor publico na sua cidade natal, de 19 de Agosto de 1900 a 23 de Setembro de 1902. Foi secretario, no Estado, dos Negocios do Interior, de 25 de Setembro de 1902 a 28 de Outubro de 1905; e é lente de Historia Geral no Lyceo, de Maceió, desde Outubro de 1904. Eleito deputado federal á 5.ª legislatura (1906 a 1908), não teve mais o mandato renovado. E' filho do coronel Macario Lessa, que foi senador federal e prezidente da Assembléa Legislativa de Alagôas.

3.º — Epaminondas Hypolito Gracindo.

4.º — Eusebio Francisco de Andrade.

5.º — Raymundo Pontes de Miranda.

6.º — José Bernardo de Arroxelas Galvão.

SERGIPE

(quatro deputados)

DISTRICTO UNICO

1.º — Fausto de Aguiar Cardoso. Assassinado em Aracajú a 28 de Agosto de 1906.

JOSINO DE MENEZES. Eleito em 8 de Abril de 1907; reconhecido em 22 de Maio.

Nascido a 17 de Janeiro de 1866, na cidade de Laranjeiras, no Estado de Sergipe, é pharmaceutico pela Faculdade de Medicina da Bahia, onde se diplomou em 1.º de Junho de 1886.

No seu Estado natal, foi redactor do *Laranjeirense*, orgão abolicionista e republicano (1885-1888), e do *Republicano* (1888-1893).

No Estado de Alagôas, foi redactor do *Sul de Alagôas*, do *Democrata* e da *Tribuna Popular*. Foi tambem director e organizador da Bibliotheca Publica da cidade de Aracajú, no Estado de Sergipe, no anno de 1890.

Conselheiro municipal da cidade de Penedo, no Estado de Alagôas (1890-1891), foi nomeado secretario da Secção de Estatistica Commercial da cidade de Aracajú, logar que exerceu de 1891 a 1893.

Deputado e vice-prezidente da Assembléa Constituinte do Estado de Sergipe, 1892-1894, foi deputado e 2.º secretario do Congresso do Estado de Alagôas (1894-1896). Escripturario das Alfandegas de Uruguayana, Penedo e Aracajú; delegado fiscal na Bahia e escripturario da Recebedoria Federal do Rio de Janeiro (1894-1906), foi ainda secretario geral dos Negocios do Estado, em Sergipe (1899-1902) e prezidente do Estado, de 24 de Novembro de 1902 a 24 de Dezembro de 1905.

Actualmente, voltou ao seu lugar no funccionalismo publico federal, rezidindo no Rio de Janeiro.

2.º — MANOEL PRESCILIANO DE OLIVEIRA VALLADÃO. Renunciou por haver sido reconhecido senador.

MANOEL BOMFIM. Eleito em 9 de Julho de 1907; reconhecido em 17 de Agosto.

Natural de Aracajú, Sergipe, é filho de Paulino José do Bomfim, tendo nascido a 8 de Agosto de 1867. Fez seus estudos primarios e secundarios em Aracajú, revelando logo grande talento. Em 1886, matriculou-se na Faculdade de Medicina da Bahia, passando depois para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde terminou o seu curso em 1890. Nesse tempo, já trabalhava na imprensa, no *Correio do Povo*, redigido por Alcindo Guanabara. Foi medico da Secretaria da Policia do Estado do Rio de Janeiro em 1891. Em Julho de 1892, foi nomeado tenente-cirurgião da Brigada Policial, em que serviu até meiados de 1894. Em Julho de 1896, era nomeado sub-director do Pedagogium, com as funcções de director interino. Em Março do anno seguinte, designado director effectivo da mesma repartição. Em Julho do mesmo anno, provido na cadeira de Instrucção Moral e Civica desse estabelecimento. Em Abril de 1898, designado em commissão para director da Escola Normal, onde serviu até Dezembro, voltando então á direcção do Pedagogium, onde se conservou até Dezembro de 1905, quando foi escolhido pelo prefeito Passos para dirigir em commissão a Instrucção Publica Municipal, em cujas funcções se conservou até Maio de 1907. Em Julho do mesmo anno, foi eleito deputado federal por Sergipe, na vaga do general Valladão. Não reeleito, voltou ao seu cargo no Pedagogium. Em Novembro de 1898, foi transferido para a cadeira de Portuguez da Escola Normal; em Abril de 1901, removido para a de Psychologia e Pedagogia, cujo professor ainda é. Em Junho de 1902, foi commissionado pelo governo municipal para estudar na Europa o ensino primario e normal e a organização do Laboratorio de Psychologia Experimental; e, de volta, organizou no Pedagogium o primeiro laboratorio de Psychologia Experimental que se creou no Brazil. Em 1909, foi commissionado pelo governo municipal para estudar a organização do ensino profissional na Europa.

Em 1896, foi redactor do jornal *Republica;* em 1897, redigiu e dirigiu a *Educação e Ensino*, revista pedagogica.

Em 1901, fundou com Thomaz Delphino e Rivadavia Correia a *Universal*, revista quinzenal; e, em 1904, foi redactor da *Leitura para todos*. Collaborou na *Noticia*, *Tribuna*, *Paiz*, *Jornal do Commercio* e *Illustração Brazileira*.

Tem publicado os seguintes livros:

Em 1901 (Edições Garnier), *Compendio de Zoologia Geral* e *Noções de anatomia e physiologia animal e vegetal;* e, em 1904, a *America Latina*, estudo de parasitismo social. Em 1915, *Lições de pedagogia*, e, em 1916, *Noções de Psychologia*. Editou ainda varios opusculos contendo discursos, lições, conferencias, taes como: *O facto Psychico*, *As allucinações auditivas dos perseguidos*, *O progresso pela instrucção*, *O crime*, *O respeito á criança*, *A obra do germanismo*. Em collaboração com Olavo Bilac publicou: *Livro de leitura para o curso complementar*, *Livro de composição*, e *Atravez do Brazil*.

3.º — Joviniano Joaquim de Carvalho.

4.º — José Rodrigues da Costa Doria. (Renunciou por haver sido eleito governador do Estado. Não preencheram a vaga).

BAHIA

(vinte e dois deputados)

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — Miguel Calmon du Pin e Almeida. (Renunciou em 15 de Novembro de 1906 por haver sido nomeado ministro).

Virgilio de Lemos. (Eleito em 18 de Agosto de 1907 e reconhecido em 2 de Outubro). [1]

---

[1] Antes desta eleição, relizára-se outra em 17 de Fevereiro do mesmo anno, mas a Camara annullou o diploma conferido ao sr. Aurelino Leal, mandando proceder a novo pleito.

Nascido em Alagôas, é formado em sciencias juridicas e sociaes. Jornalista e homem de lettras, dotado de brilhante intelligencia, não tardava a fixar rezidencia na capital da Bahia, ahi abrindo banca de advogado, consagrando-se ao professorado e tomando parte nos debates de imprensa. Lente de diversos institutos de ensino, redigio durante algum tempo o *Diario de Noticias* e outros jornaes. Eleito deputado federal, deixou traços de seu formoso talento nos annaes parlamentares.

2.º — João Pedro dos Santos.

Nascido em S. Salvador, Bahia, foi seu pae o dr. Pedro dos Santos. Formado em direito pela Faculdade do Recife, foi chefe de policia da Bahia no governo do dr. Rodrigues Lima. Mais tarde, exerceu o cargo de secretario da Fazenda do dr. Severino Vieira. Eleito deputado federal á 6.ª legislatura (1906 a 1908), tomou parte nos trabalhos legislativos apenas nos primeiros mezes, porquanto, aberta a scisão no partido bahiano, não quiz manifestar-se pelo dr. José Marcellino, então governador do Estado, nem pelo dr. Severino que, com aquelle, rompêra.

Além de advogado na capital bahiana, é director-prezidente do Banco Agricola, instituto creado pelo governo da Bahia.

3.º — Leovigildo Ipiranga do Amorim Filgueiras.

4.º — Pedro do Lago (Pedro Francisco Rodrigues).

Nascido em Santo Amaro, Estado da Bahia, em 16 de Abril de 1870, foram seus paes Francisco Rodrigues do Lago e d. Guilhermina Ferreira de Araujo Lago. Bacharelou-se em direito pela Faculdade do Recife em 1889, foi promotor da Matta de S. João, na Bahia, depois 1.º promotor publico da capital. Eleito deputado estadual em 1893. abriu mais tarde banca de advogado na capital do seu Es-

tado. Eleito deputado federal á 6.ª legislatura, tem sido successivamente reeleito á 7.ª, 8.ª e 9.ª (1909 a 1917). Jornalista e homem de lettras, operoso e intelligente, fundou o *Republicano*, na Bahia, já tendo sido collaborador do *Diario da Bahia*, quando dirigido pelo dr. Augusto Guimarães. Advoga prezentemente no Rio de Janeiro.

5.º — Domingos Rodrigues Guimarães.

6.º — João Augusto Neiva.

SEGUNDO DISTRICTO

7.º — Francisco Prisco de Souza Paraizo (Filho).

8.º — Bernardo José Jambeiro.

Nascido na Bahia, é formado em sciencias juridicas e sociaes. Tomando parte bem cedo nas lutas politicas de sua terra natal, ahi foi deputado e senador estadual. Eleito deputado á 6.ª legislatura (1906 a 1908), foi reeleito á 7.ª (1909 a 1911). Nas eleições de 30 de Janeiro de 1912, pleiteou a sua reeleição, mas não foi reconhecido pela Camara. E' jornalista de raro merecimento.

9.º — Joaquim Ignacio Tosta. Renunciou em 27 de Dezembro de 1907 para pleitear a eleição de governador da Bahia.

Pedro Vicente Vianna. Eleito em 22 de Março de 1908; reconhecido em 22 de Maio.

Nascido em 14 de Novembro de 1852 no Engenho Monte, termo da Villa de S. Francisco, em Santo Amaro, no Estado da Bahia, é formado em sciencias juridicas e sociaes. Eleito deputado federal á 6.ª legislatura (1906 a 1908), foi reeleito á 7.ª (1909 a 1911). Não teve em 1912 o mandato renovado.

10.º — Francisco Vicente Bulcão Vianna.

11.º — José da Rocha Leal.

Nascido em 20 de Outubro de 1861, na freguezia da Igreja Nova, municipio de Alagoinhas, Bahia, foram seus paes o major José Joaquim Leal e d. Joanna Alexandrina da Rocha Leal, já fallecidos. Formado em direito pela Faculdade de S. Paulo em 1882, foi nomeado em 1884 juiz municipal de Santo Amaro, cargo que exerceu até 1888, quando foi transferido para Valença, ahi se demorando até 1899. Nomeado chefe de policia do Amazonas por decreto de Dezembro de 1889, do marechal Deodoro, não acceitou o cargo. O mesmo aconteceu quando, ao subir ao poder o marechal Floriano, foi nomeado chefe de policia da Bahia. Eleito deputado á Constituinte bahiana, exerceu ainda o mandato durante tres legislaturas estaduaes (1891, 1903 e 1905), occupando nesta ultima o lugar de presidente da Camara. Exerceu tambem o cargo de intendente do municipio de Valença, de 1904 a 1908. Eleito deputado federal á 6.ª legislatura (1906 a 1908), não teve mais o seu mandato renovado. Advoga actualmente no fôro da capital da Bahia.

12.º — Joaquim Arthur Pedreira Franco.

Nascido em 2 de Outubro de 1859, na freguezia de S. Estevam, municipio de Cachoeira, na Bahia, formou-se em engenharia pela Escola Polytechnica do Rio de Janeiro. Nomeado a principio engenheiro das obras da Alfandega

do Rio de Janeiro, foi em seguida designado para servir na Estrada de Ferro Oéste de Minas e Sapucahy. Em 1891, foi eleito deputado á Assembléa Constituinte da Bahia, terminando o mandato em 1892. Nomeado depois chefe de secção do prolongamento da Estrada de Ferro da Bahia ao S. Francisco, foi incumbido de construir o ramal da Feira de Sant'Anna. Engenheiro fiscal da Estrada Central da Bahia, exerceu ahi outras commissões. Foi tambem engenheiro-chefe das obras do porto da Parahyba, apozentando-se nesse cargo em 1905. Eleito deputado ao Congresso Nacional, em 1906, exerceu o mandato até ao fim dessa legislatura.

TERCEIRO DISTRICTO

13.º — João da Costa Pinto Dantas.

14.º — José Augusto de Freitas.

15.º — José Ignacio da Silva.

16.º — Francisco de Paula Oliveira Guimarães.

17.º — Odalberto Pereira. Falleceu em 23 de Setembro de 1908. Não foi preenchida a vaga.

Nascido em 2 de Abril de 1864, no Estado da Bahia, foi deputado estadual nas cinco legislaturas de 1897 a 1906, servindo de 1.º secretario e membro das commissões de Finanças e Instrucção Publica. Delegado eleito pelo magisterio primario do Conselho Superior do Ensino, fez parte

tambem do mesmo até 1906, por escolha do governo do Estado. Redactor do *Correio de Noticias*, da Bahia, de 1892 a 1900 e 1901 a 1906, e redactor-chefe do *Diario da Bahia*, foi afinal eleito deputado federal á 6.ª legislatura (1906 a 1908), vindo a fallecer neste ultimo anno a bordo do paquete inglez *Verdi*, quando viajava do Rio de Janeio para a Bahia.

QUARTO DISTRICTO

18.º — SALVADOR PIRES DE CARVALHO E ALBUQUERQUE.

Nascido em 7 de Maio de 1870 na villa Pastos Bons, no Estado do Maranhão, é formado em sciencias juridicas e sociaes. Promotor publico na cidade de Caeteté, Bahia, de 15 de Dezembro de 1890 a 15 de Março de 1891 e, da cidade de Conde, de 15 de Abril de 1891 a 3 de Agosto de 1892, foi nomeado juiz de direito da cidade de Condiúba, em 21 de Abril de 1896, ahi se demorando até 27 de Junho do mesmo anno. Exerceu ainda os cargos de juiz de direito nas cidades de Lavras Diamantinas, de 27 de Julho de 1896 a 4 de maio de 1897; da comarca de Camamú, de 26 de Julho de 1897 a 11 de Outubro de 1898 e, da cidade de Amargosa, de 10 de Dezembro de 1898 a 10 de Março de 1901. Assumiu então o cargo de chefe de policia da Bahia no dia 12 de Março de 1901 e deixou-o no dia 27 de Setembro de 1902. Eleito deputado federal á 6.ª legislatura (1906 a 1908), foi um dos mais dedicados amigos do dr. Severino Vieira na scisão bahiana. Não teve por esse motivo o mandato renovado. Advoga no Rio de Janeiro desde 1903 com raras intermittencias.

19.º — ELPIDIO PEREIRA DE MESQUITA.

Nascido na Bahia, é formado em sciencias juridicas e sociaes. Filiado ao partido liberal no Imperio e dotado de bello talento, foi eleito deputado geral em 1887, na vaga aberta no 14.º circulo eleitoral pela morte do Barão de Villa

da Barra. Proclamada a Republica, adherio ao novo regimen. Eleito deputado á 6.ª legislatura (1906 a 1908), foi reeleito á 7.ª (1909 a 1911). Não teve o mandato renovado á 8.ª, mas foi eleito á 9.ª (1915 a 1917). E' advogado na Capital Federal.

20.º — José Joaquim Rodrigues Saldanha.

21.º — Pedro Leão Vellozo.

Nascido em 19 de Março de 1856, no municipio de Entre Rios (Inhambupe), no Estado da Bahia, formou-se em direito na Faculdade do Recife, em Novembro de 1877. Foi a principio fazendeiro no Estado de S. Paulo e é professor de Direito e advogado, desde 1889, na cidade do Rio de Janeiro. Exerceu o cargo de promotor publico na cidade do Rio de Janeiro, de Novembro de 1878 a Agosto de 1884; e o de juiz de direito da cidade de Descalvado, no Estado de S. Paulo, de Setembro a Outubro de 1884. Chefe de policia da provincia do Paraná, desde Outubro de 1884 a Maio de 1885, deixou esse logar para assumir a prezidencia da provincia de Alagôas, de Julho a Agosto de 1888. De Setembro de 1885 a Julho de 1889, exerceo o cargo de juiz de direito da cidade de Pindamonhangaba, no Estado de S. Paulo. Em 1.º de Novembro de 1889, assumiu o cargo de chefe de policia de S. Paulo. Redactor-chefe do *Correio da Manhã*, na capital da Republica, desde a sua fundação, foi eleito deputado federal á 6.ª legislatura (1906 a 1908) sendo reeleito á 7.ª, á 8.ª e á 9.ª (1909 a 1917). Possue bello talento e variada illustração; e, como jornalista, tem revelado uma operosidade sem par na imprensa carioca.

22.º — Garcia Dias Pires de Carvalho e Albuquerque.

ESPIRITO-SANTO

(quatro deputados)

DISTRICTO UNICO

1.º — José Francisco Monjardin.

2.º — Torquato Roza Moreira.

3.º — Bernardo Horta de Araujo.

4.º — Graciano dos Santos Neves.

Nascido na cidade de S. Matheos (Espirito Santo), a 12 de Junho de 1868, é filho do dr. Graciano dos Santos Neves e de d. Constança Gomes da Cunha Neves.

Fez os preparatorios no Rio de Janeiro, no Collegio Abilio; e, depois de haver feito o curso annexo da Escola Polytechnica, matriculou-se na Faculdade de Medicina em 1884, tendo terminado o curso em 1889.

Dotado de brilhante talento, foi 1.º vice-prezidente do Espirito Santo, de 1892 a 1896; prezidente do Estado, de 1896 a 1897, e deputado federal, de 1906 a 1908.

Exerceo ainda o cargo de professor de physica e chimica da Escola Normal de Victoria; e, actualmente, é chefe da secção de Physiologia Vegetal do Jardim Botanico da Capital Federal.

Publicou, sob o pseudonymo de dr. M. Guedes Junior, um folheto intitulado — *A Doutrina do Engrossamento* (1900).

Collaborou no *Estado de Espirito Santo* e na *Imprensa*, do Rio de Janeiro.

DISTRICTO FEDERAL

(dez deputados)

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — José Candido de Albuquerque Mello Mattos.

2.º — Irineu de Mello Machado.

3.º — Alexandre José Barboza Lima.

4.º — Arthur Ambrozino Heredia de Sá.

5.º — João de Figueiredo Rocha.

Nascido em 2 de Janeiro de 1858, foi praça de 15 de Janeiro de 1875. Alferes alumno em 6 de Dezembro de 1875, foi promovido a 2.º tenente em 14 de Maio de 1881; a 1.º, em 14 de Outubro de 1882; a capitão, em 29 de Novembro de 1889; a major graduado, em 31 de Julho de 1891; a effectivo, em 31 de Dezembro seguinte; a tenente-coronel, em 14 de Dezembro de 1900; a coronel graduado, em 7 de Agosto de 1908; e a effectivo, em 17 de Dezembro do mesmo anno. Foi do extincto corpo de Estado Maior do Exercito. Tem o curso de engenheiro pelo regulamento de 1874 e é bacharel em mathematica e sciencias physicas. Possue a medalha de ouro de serviços militares. Exerce o cargo de secretario do Supremo Tribunal Militar.

Eleito deputado á 6.ª legislatura, não teve o mandato renovado á 7.ª, mas foi reeleito á 8.ª (1912 a 1914).

SEGUNDO DISTRICTO

6.º — Pedro Pereira de Carvalho.

Nascido na cidade do Rio de Janeiro em 26 de Abril de 1861, foram seus paes Valerio Pereira de Carvalho e d. Delfina Roza de Carvalho. Filiando-se muito cedo á politica, foi eleito tres vezes intendente municipal, tendo sido prezidente do Conselho durante a administração do dr. Pereira Passos. Eleito deputado federal á 6.ª legislatura (1906 a 1908), foi reeleito á 8.ª (1912 a 1914). Falleceu no Rio de Janeiro em 15 de Agosto de 1913.

7.º — João de Bulhões Mattos Marcial.

8.º — Melchiades Mario de Sá Freire.

9.º — Alcindo Guanabara.

10.º — Francisco de Paula Mayrink. Falleceu em principios de 1907.

José Antonio Murtinho. Eleito em 7 de Abril de 1907; reconhecido em 21 de Maio.

RIO DE JANEIRO

(dezesete deputados)

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — Luiz Carlos Fróes da Cruz.

2.º — Balthazar Bernardino Baptista Pereira.

Nascido em 14 de Abril de 1850, na cidade de Itaborahy, no Estado do Rio de Janeiro, era formado em enge-

nharia civil. Lente cathedratico da Escola Naval, gozando por esse motivo das honras de official da armada, fez por muito tempo politica no 1.º districto do Estado do Rio. Deputado estadoal em diversas legislaturas, foi eleito deputado federal á 6.ª legislatura (1906 a 1908), sendo reeleito á 7.ª (1909 a 1912), vindo a fallecer no exercicio do mandato em 26 de Junho de 1911. Foi ainda prezidente do Instituto Historico e Geographico Fluminense, prezidente da Sociedade Fluminense Protectora de Animaes e membro da Sociedade Nacional de Agricultura e da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro.

3.º — AMERICO WERNECK.

Nascido em 19 de Março de 1855, na freguezia de Bemposta, no Estado do Rio de Janeiro, é formado em engenharia civil pela Escola Polytechnica do Rio de Janeiro, em Março de 1878. Foi lavrador no Estado do Rio, e o é actualmente no Estado de Minas Geraes. Secretario de Agricultura e Obras Publicas, no Estado de Minas Geraes, de 7 de Setembro de 1898 a Fevereiro de 1901, foi deputado á Assembléa Legislativa, no trienio de 1902 a 1904, e consultor technico de Obras Publicas, Commercio e Industria, no Estado do Rio de Janeiro, de Abril de 1904 a Outubro de 1906. No tempo do Imperio, militou activamente na politica no 13.º districto de Minas Geraes, á frente da *Gazeta Sul Mineira,* fundada pelo partido republicano; collaborou no *Monitor Sul Mineiro,* na *Gazeta de Petropolis* e nos mais importantes orgãos de publicidade na cidade do Rio de Janeiro. Espirito cultissimo, publicou os seguintes trabalhos: *Arte de educar os filhos* (um volume); *Graciema,* romance (dois volumes); *Morena,* romance (um volume); *Lucrecia,* tragedia (um volume); *Uma vida,* inedito (dois volumes); *Divorcio; Industria de transportes; Problemas fluminenses; Estudos Mineiros; Erros e vicios da organização republicana; O Brazil, seu presente e futuro; Reflexões sobre a crise financeira; A crise; Critica; O crime de Campinas;*

Reforma do systema tributario (um volume); *Echos da multidão* (um volume); *Revisão Constitucional* (um volume); *Tarifas; Relatorio apresentado ao prezidente do Estado de Minas Geraes, na qualidade de secretario da Agricultura;* e diversos outros trabalhos sobre os acontecimentos mais importantes do paiz nos ultimos annos.

Eleito deputado federal pelo Estado do Rio á 6.ª legislatura (1906 a 1908), não teve mais o mandato renovado. Foi mais tarde prefeito da cidade de Aguas Virtuosas de Lambary, tendo feito alli importantes melhoramentos.

4.º — ANTONIO PINHEIRO LOBO DE MENEZES JURUMENHA.

Nascido em 13 de Agosto de 1851 na cidade de Crato, no Estado do Ceará. Advogado, capitalista e lavrador no Estado do Rio de Janeiro, desde 1879. Formado em direito, foi, no tempo do Imperio, juiz municipal, em Sto. Antonio do Monte e S. Sebastião do Paraizo, no Estado de Minas Geraes; e, na Republica, deputado estadual pelos Estados de Minas Geraes e Rio de Janeiro. Advogou nas cidades de Passos e Muzambinho, no Estado de Minas Geraes, e na cidade do Rio de Janeiro; foi director-gerente da Estrada de Ferro Maricá, durante seis annos. Foi delegado de policia, vereador e prezidente da Camara Municipal da cidade de São Gonçalo, no Estado do Rio. Eleito deputado á 6.ª legislatura (1906 a 1908), foi reeleito á 7.ª (1909 a 1911). Não teve mais o mandato renovado.

5.º — FIDELIS DE AZEVEDO ALVES.

6.º — JOÃO BAPTISTA PEREIRA DOS SANTOS.

SEGUNDO DISTRICTO

7.º — Elysio de Araujo.

Nascido em 8 de Abril de 1868, na cidade da Escada, em Pernambuco, foram seus paes o coronel Emilio Penna de Araujo e d. Constança Lins de Araujo. Formado em direito pela Faculdade do Recife, na qual fez um brilhante curso, veio para o Rio de Janeiro, sendo nomeado promotor publico da comarca de S. Fidelis, em 1889.

Nomeado juiz municipal de Itaocára em 1890, foi provido na vara de direito da Barra de S. João, em 1891. Em 1895, era nomeado delegado de policia no Districto Federal, e, em 1897, inspector das escolas municipaes. Deputado á Assembléa Legislativa do Estado do Rio nos trienios de 1901 a 1903 e 1904 a 1906, renunciou o mandato em 1905 por haver sido nomeado chefe de policia do mesmo Estado. Foi eleito deputado federal á 6.ª legislatura (1906 a 1908). Na Camara, bateu-se pela reorganização do exercito e pela instituição do tiro de guerra: foi assim um dos principaes propugnadores das Sociedades de Tiro no Brazil. Não teve o mandato renovado á 7.ª legislatura, mas foi reeleito á 8.ª (1912 a 1914).

— Escreveu diversos trabalhos, entre os quaes se destacam os seguintes livros: *Historia da Policia da Capital Federal* e *Geographia Elementar*.

8.º — Galvão Baptista (Benedicto Galvão Pereira Baptista).

9.º — Pereira Nunes (Benedicto Gonçalves Pereira Nunes).

Nascido em 6 de Dezembro de 1864 na cidade de Campos, antiga provincia do Rio de Janeiro, foram seus paes, o professor Manoel Gonçalves Pereira Nunes e d. Carlota Mathilde Nunes. Dotado de brilhante talento, for-

mou-se em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, versando a sua these, que foi approvada com distincção, sobre *Medicamentos anti-thermicos.* Professor de sciencias physicas e naturaes no Lyceo de Campos, onde foi clinicar, de 1890 a 1891, não tardava a envolver-se nas lutas politicas locaes. Em 1901, era eleito vereador e prezidente da Camara Municipal daquella cidade, e, em 1905, deputado estadual. Investido do cargo de prefeito de Nitheroy em 1904, prestou á capital fluminense relevantes serviços, que lhe conquistaram grande popularidade. Foi ainda vice-prezidente do Estado no quatrienio de 1906 a 1910. Eleito deputado federal á 6.ª legislatura (1906 a 1908), tem sido sempre reeleito até a prezente data. Na Camara, além de haver pertencido á Commissão de Saúde Publica, fez parte tambem da de Finanças.

10.º — Manoel Themistocles de Almeida.

Nascido em Campos, Estado do Rio de Janeiro, em 21 de Dezembro de 1865, bacharelou-se em 1890 pela Faculdade de Direito do Recife. Promotor publico de Campos em 21 de Dezembro de 1891, exerceu o cargo até 18 de Junho de 1895. No mez seguinte, mudou-se para Padua, onde abrio banca de advogado, tornando-se um dos chefes politicos locaes. Em 1900, foi eleito deputado estadual pelo 3.º districto, exercendo o mandato até 1903, quando foi reeleito para o trienio de 1904 a 1906. Desde 1901, vereador da Camara Municipal de Padua, foi seu prezidente em 1905. Eleito deputado ao Congresso Nacional em 1906, exerceu o mandato até ao fim dessa legislatura. Em 1909, foi nomeado director da Imprensa Nacional, cargo de que foi exonerado em Novembro de 1910.

11.º — Antonio Augusto Pereira Lima.

12.º — Manoel Rodrigues Peixoto.

Nascido em 1 de Agosto de 1844 na cidade de Campos, no Estado do Rio de Janeiro, é advogado, lavrador e industrial. Foi supplente do juiz municipal e promotor publico na sua cidade natal e; depois, director da Estrada de Ferro Carangolla. Deputado geral em 1881-1884 e 1888-1889, defendeu e votou a lei da abolição dos escravos. Foi prefeito de Campos em 1904. Fez conferencias publicas nessa cidade sobre a tuberculose e sobre o credito agricola; e, na cidade do Rio de Janeiro, sobre o alcoolismo e seus effeitos sociaes. Publicou em pamphletos: *A Republica ou a Monarchia?; A questão religiosa;* e *A maxima de Cavour;* em folheto, 1874: *Sobre a baixa do preço do assucar; Sobre a crise do café; Sobre questões sociaes; Alguns discursos parlamentares proferidos no anno de 1888,* e outros. Grande sportsman, introduziu na cidade de Campos os primeiros puro-sangues de corridas e outras raças de gado vaccum e cavallar.

TERCEIRO DISTRICTO

13.º — Paulino José Soares de Souza Junior.

14.º — João Carlos Teixeira Brandão.

15.º — Henrique Borges Monteiro.

16.º — José de Barros Franco Junior. Renunciou no interregno parlamentar de 1907 para 1908. Não foi preenchida a vaga.

17.º — Francisco Chaves de Oliveira Botelho. Renunciou em 10 de Novembro de 1906 para occupar, como

vice-prezidente, o governo do Estado do Rio de Janeiro. Foi reeleito em 14 de Abril de 1907; reconhecido em 31 de Maio.

MINAS GERAES

(trinta e sete deputados)

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — Manoel Thomaz de Carvalho Britto. Renunciou em 7 de Setembro de 1906 para occupar a Secretaria do Interior no governo João Pinheiro.

Domingos Moreira dos Santos Penna. Eleito em 12 de Dezembro de 1906; reconhecido em 9 de Maio.

Nascido em Minas Geraes, em 7 de Janeiro de 1855, era formado em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro. Pertencente á antiga e prestigiosa familia liberal, que tinha por chefe o seu parente, conselheiro Affonso Penna, sómente adherio á Republica quando este acceitou o novo regimen, voltando a exercer cargos politicos. Foi delegado de hygiene em Minas, e, por esse motivo, embóra suffragado deputado á 6.ª legislatura (1906 a 1908), não foi reconhecido por inelegivel. Demittio-se então daquelle cargo, entrando nesse mesmo anno na Camara, quando se abrio no 1.º districto uma vaga com a renuncia do dr. Carvalho Britto, nomeado secretario de Estado. Foi ainda reeleito á 7.ª legislatura (1909 a 1911). Entrou activamente na campanha civilista, combatendo a candidatura do marechal Hermes. Falleceu em Santa Barbara, de cuja municipalidade era prezidente, em 28 de Agosto de 1912.

2.º — Sabino Barrozo Junior.

3.º — Viriato Diniz Mascarenhas.

4.º — Augusto Vianna do Castello.

Nascido em Curvello, Minas Geraes, em 8 de Outubro de 1874, foram seus paes Felicissimo de Souza Vianna e d. Maria Sergia Vianna. Estudou preparatorios em Ouro Preto, formando-se em 1903 em direito pela Faculdade de S. Paulo. Exerceo o cargo de promotor em Curvello, no quatrienio de 1904 a 1908. Eleito deputado federal em 1906 (6.ª legislatura), foi successivamente reeleito á 7.ª e á 8.ª. Impulsionou na Camara as seguintes questões: Impostos de consumo, viação ferrea, especialmente sobre a Central do Brazil, e o porto do Rio de Janeiro. Relatou, como membro da Commissão de Tomada de Contas, o projecto de lei de tomada de contas ao Poder Executivo.

5.º — Francisco Luiz da Veiga.

6.º — Bernardo Pinto Monteiro.

SEGUNDO DISTRICTO

7.º — Rodolpho Custodio Ferreira.

Nascido em Rio Novo, Minas Geraes, em 16 de Junho de 1860, foram seus paes José Custodio Ferreira e d. Euphrosina Custodio Ferreira. Bacharelou-se em direito pela Faculdade de S. Paulo, em 1886. Em 1902, foi eleito senador ao Congresso de Minas; e, em 1906, deputado federal pelo 2.º districto do mesmo Estado. Em 1908, renunciou o mandato e foi nomeado director da Secretaria da Camara dos Deputados. Desde que se bacharelou, exerceu a advocacia até esta ultima nomeação. Occupou ainda o cargo de prezidente da Camara Municipal de sua terra natal durante tres trienios.

E' dotado de bella intelligencia e rijo caracter.

8.º — ASTOLPHO DUTRA NICACIO.

9.º — FRANCISCO BERNARDINO RODRIGUES SILVA.

10.º — CARLOS PEIXOTO DE MELLO FILHO.

11.º — JOSÉ MONTEIRO RIBEIRO JUNQUEIRA.

12.º — DAVID MORETHSON CAMPISTA. Renunciou em 15 de Novembro de 1916 para occupar a pasta da Fazenda.

JOÃO NOGUEIRA PENIDO FILHO. Eleito em 3 de Fevereiro de 1907; reconhecido em 2 de Maio.

TERCEIRO DISTRICTO

13.º — JOÃO PANDIÁ CALOGERAS.

14.º — JOSÉ BONIFACIO DE ANDRADA E SILVA.

15.º — JOÃO LUIZ DE CAMPOS.

16.º — CAMILLO SOARES DE MOURA FILHO.

17.º — HENRIQUE DE MAGALHÃES SALLES.

QUARTO DISTRICTO

18.º — JOAQUIM DOMINGUES LEITE DE CASTRO.

Nascido em 6 de Julho de 1863, na cidade de Vassouras, no Estado do Rio de Janeiro, foi inspector geral da

E. de F. Oéste de Minas, de 6 de Julho de 1886 a 3 de Julho de 1890, e prezidente da Camara Municipal da cidade de S. João d'El Rey, no Estado de Minas Geraes, logar que exerceo desde 1.º de Janeiro de 1899 a 31 de Dezembro de 1910. Foi Prezidente da Camara dos Deputados de Minas Geraes, (15 de Julho de 1903 a 3 de Maio de 1906). Eleito deputado federal á 6.ª legislatura (1906 a 1908), foi reeleito á 7.ª (1909 a 1911). Não pleiteou a reeleição em 1912. Dedicou-se desde então, exclusivamente á vida industrial, em que encontrou vasto campo á sua grande actividade de homem laborioso, intelligente e habil.

19.º — ANTHERO DE ANDRADE BOTELHO.

20.º — JOÃO LUIZ ALVES. Renunciou em 1908 por haver sido eleito senador pelo Espirito Santo. Não foi preenchida a vaga.

21.º — ANTONIO AFFONSO LAMOUNIER GODOFREDO.

22.º — JOSÉ BERNARDES DE FARIA.

QUINTO DISTRICTO

23.º — ADALBERTO DIAS FERRAZ DA LUZ. Renunciou em 1907 por haver acceitado emprego publico imcompativel com o exercicio do mandato de deputado.

JOSINO ALCANTARA DE ARAUJO. Eleito em 24 de Maio de 1907; reconhecido em 10 de Julho.

Nascido em Pouso Alegre, Minas Geraes, em 20 de Fevereiro de 1866, foram seus paes Ezequiel Manoel de

Araujo e d. Maria José de Vilhena de Alcantara Araujo. Bacharelou-se pela Faculdade de S. Paulo em 15 de Novembro de 1886, abrindo banca de advogado em Pouso Alegre. Foi eleito deputado provincial em 1887 para o bienio de 88 a 89. Proclamada a Republica, passou a advogar no Rio de Janeiro (1889 a 1892), quando foi nomeado juiz de direito em Baependy. Dahi, foi em 1896 para Juiz de Fóra (2.ª vara de direito), cargo em que servio até 1899. Nesse anno, foi, a pedido, declarado avulso e nomeado fiscal do Banco de Credito Real de Minas Geraes, demittindo-se em 1900. Continuou em Juiz de Fóra a advogar, tendo sido prezidente do Instituto Juridico Mineiro. No governo do dr. João Pinheiro, servio como chefe de policia (1906). Homem de talento e de bella cultura juridica, é tambem um orador eloquente e verboso.

Eleito deputado federal em 1907 na vaga aberta pela renuncia do dr. Adalberto Ferraz, tomou parte saliente na campanha civilista, sendo reeleito pela opposição de Minas á 8.ª e 9.ª legislaturas (1912 a 1917). Na Camara, fez parte, entre outras, da Commissão de Diplomacia e Tratados.

24.º — Francisco Alvaro Bueno de Paiva.

25.º — Francisco Bressane de Azevedo.

Nascido em S. Gonçalo de Sapucahy, Minas Geraes, em 22 de Abril de 1859, é filho do agricultor João Francisco de Azevedo e d. Joaquina Candida Bressane Leite. Sendo seu pae filho de Portugal, estudou primeiras lettras naquelle paiz, mas já fez no Brazil o curso de preparatorios. Jornalista e professor, declarou-se republicano desde 1879. Ao lado de Lucio de Mendonça, Astolpho Pio, Francisco Salles, Alvaro Botelho e outros, entrou activamente na propaganda. Fundou um estabelecimento de ensino na sua cidade natal; mas fez muitas viagens prégando a Republica pelo antigo 13.º districto eleitoral e organizando clubs.

Foi redactor-gerente da *Gazeta Sul Mineira*, dirigida tambem por Americo Werneck e Thomaz Delphino, tornando-se um dos chefes supremos do partido republicano no sul de Minas. A' sua acção, foi devida em bôa parte a victoria dos dois candidatos republicanos, Leonel Filho e Martins de Andrade, eleitos deputados provinciaes em 1887 pelo 13.º districto, que dava então só tres reprezentantes. Estava indicado para candidato do partido na eleição provincial de 1889 quando foi proclamada a Republica. Em 1890, fez reviver a *Gazeta Sul Mineira*, cuja publicação fôra suspensa, de combinação com seu irmão João Bressane de Azevedo. Eleito deputado ao Congresso Mineiro no quatrienio de 1895 a 1898, fez parte sempre da Commissão de Instrucção Publica. Bateu-se então por um projecto seu de reforma radical da instrucção primaria. Em 1895, mudou-se, a conselho medico, para Bello Horizonte, ahi assistindo á construcção da nova cidade e fundando o diario *A Capital* com Azevedo Junior. Escriptor e polemista, homem politico e pedagogo, bateu-se fortemente pela candidatura do dr. Silviano Brandão á prezidencia do Estado. «Na primeira convenção realizada em Bello Horizonte, conta um seu biographo, reprezentou sósinho a maioria do então *partido constitucional*, maioria essa que já havia indicado, na reunião de Ouro Preto, as candidaturas daquelle mineiro e do dr. Costa Senna, á prezidencia e á vice-prezidencia do Estado. Essas candidaturas foram acceitas pela convenção de Bello Horizonte.

«Com os drs. Sabino Barrozo e Mendes Pimentel, elaborou as bases do partido republicano mineiro, então approvadas. E, mais tarde, em outra convenção, foi quem redigio e propoz a reforma da lei organica do mesmo partido.»

No quatrienio de 1898 a 1902, servio a principio como official de gabinete da prezidencia do Estado; e, depois, dirigio a Imprensa Official e o *Minas Geraes*, orgão dos poderes publicos.

Membro da commissão Executiva do seu partido, foi no governo do dr. Francisco Salles nomeado prefeito de

Bello Horizonte. Eleito deputado federal pelo 5.º districto á 6.ª legislatura (1905 a 1908), foi reeleito á 7.ª, 8.ª e 9.ª (1909 a 1917).

26.º — José Carneiro de Rezende.

27.º — Christiano Pereira Brazil.

Nascido em 6 de Dezembro de 1861, na cidade de Itajubá, no Estado de Minas Geraes, é formado em sciencias juridicas e sociaes. Exerceo a advocacia na sua cidade natal de 1.º de Dezembro de 1886 a 28 de Julho de 1889. Em Setembro de 1889, foi nomeado juiz municipal da cidade de S. José do Paraizo, logar que exerceo até 10 de Abril de 1891. Foi tambem juiz municipal da cidade de Pouso Alegre, de 1.º de Maio de 1891 a 22 de Fevereiro de 1892. Deste anno até 1894, exerceo o cargo de juiz de direito da cidade de Santa Rita de Cassia; e, da cidade de Ouro Fino, desde Janeiro de 1895 a Dezembro de 1903. Chefe de policia de Minas, de 1903 a 1905, foi eleito em 1906 deputado federal á 6.ª legislatura e reeleito á 7.ª, 8.ª e 9.ª (1909 a 1917). Na Camara Federal, tem feito parte de importantes commissões. Espirito moderado e culto, salienta-se pelo esmero com que trata os assumptos, que dependem do seu parecer, e pela clareza e seriedade de suas exposições.

SEXTO DISTRICTO

28.º — Wencesláo Braz Pereira Gomes. [1]

29.º — João Quintino Teixeira.

Nasceu em Uberaba, na fazenda «Santa Gertrudes» a 28 de Outubro de 1851, e é filho do fallecido commendador João Quintino Teixeira e de d. Carolina Eulalia Tei-

---

[1] Vide 6.º e 7.º quatrienios.

xeira e Silva, tambem fallecida. Seu progenitor foi o chefe politico de maior prestigio do partido conservador durante o Imperio, tendo merecido pelos seus serviços ser deputado provincial em diversas legislaturas, além de occupar o cargo de vereador e prezidente da Camara Municipal. Muito cedo roubado á existencia, deixou immensa familia e, entre seus filhos, contava na data do seu fallecimento, João Quintino Teixeira, com 14 annos de edade. Cursava elle, então, as aulas do Collegio de Campo Bello, no municipio do Prata; e, forçado pelo luctuoso facto, teve de interromper os seus estudos escolares, chamado nessa pouca edade a dirigir a fazenda «Santa Gertrudes», já naquella época importante estabelecimento pastoril e hoje um dos mais notaveis do Triangulo Mineiro. Casou-se aos 21 annos com d. Elisena Candida Teixeira. Como seu pae, o coronel João Quintino, pertenceu ao partido conservador, em cujas fileiras militou ao lado do seu tio, o tenente-coronel José Teixeira Alves de Oliveira, que tambem fez parte da representação provincial. O partido conservador mais de uma vez elegeu o coronel João Quintino vereador em Uberaba. Durante esse periodo da politica de Uberaba, em que os partidos monarchistas tanto se degladiaram no Triangulo Mineiro, muito concorreu para a victoria do seu cunhado, dr. João Caetano de Oliveira e Souza á deputação geral, assim como para as derrotas do partido liberal, nomeadamente a do dr. Leite Moraes, quando apresentado candidato á mesma deputação pelo então 15.º districto eleitoral, em pleno regimen da lei Saraiva. Nesse tempo, o coronel João Quintino, já tanto se tinha salientado na politica que, reformado o Barão da Ponte Alta, foi nomeado commandante superior da Guarda Nacional de Uberaba, por acto do gabinete João Alfredo, então no poder. Era essa a situação politica em que a revolução de 15 de Novembro o veiu encontrar. Recolheu-se á sua fazenda, como que dando á politica os protestos de afastamento definitivo, e nessa attitude se manteve algum tempo até que acceitou o convite para voltar á vida activa politica. Travou-se então

(1891 a 1892) a lucta contra a intendencia, no inicio da organização municipal, após a propagação da lei n.º 2, de 14 de Setembro de 1891. A politica que, nessa época, dominava em Uberaba, era a que se intitulava *alvinista*, dando Cesario Alvim, de saudosa memoria, o seu apoio ao grupo politico que o representava e cuja figura principal e mais saliente, era o fallecido major Penna, que fôra senador estadoal. Formou-se um directorio politico para dar campanha ao *alvinismo* e fazer triumphar a politica que, com Bias Fortes, domina em Uberaba até a data presente.

Fallecendo o coronel José Francisco, que era o chefe dessa aggremiação, não tardava o coronel João Quintino a se tornar de facto e de direito o director do partido que, logo depois, rompia em opposição ao prezidente Silviano Brandão, por causa da questão do imposto territorial. Em 1903, era eleito deputado estadual e, em 1906, deputado federal á 6.ª legislatura. Ao terminar o seu mandato, não quiz mais pleitear a reeleição, voltando a exercer a sua actividade apenas no seu municipio.

30.º — Afranio de Mello Franco.

Nascido em 25 de Fevereiro de 1870, na cidade de Paracatú, Minas Geraes, formou-se em sciencias juridicas e sociaes, fazendo um brilhante curso. Secretario da Faculdade de Direito de Bello Horizonte e lente de Direito Publico, Constitucional, Internacional e Diplomacia, tambem lhe coube reger a cadeira de Logica do Gymnasio Mineiro, creado e mantido pelo Estado. Recem-formado, seguiu a magistratura. Foi promotor da justiça de Queluz, em 1891; de Ouro Preto, em 1892, e de Juiz de Fóra, em 1894. Em 1895, passou a exercer o cargo de procurador da Republica do Estado de Minas Geraes. Nomeado em 1896 secretario da legação brazileira em Montevidéo, foi no anno seguinte transferido para a de Bruxellas. Regressando ao Brazil, foi eleito deputado estadual em 1903, e, em 1906, deputado federal, sendo successivamente reeleito até a pre-

sente legislatura. Na Camara, tem elaborado importantes trabalhos e feito parte das commissões de Diplomacia e Tratados e de Constituição e Justiça. Em 1917, foi nomeado embaixador em missão especial á Bolivia.

31.º — RODOLPHO GUSTAVO DA PAIXÃO.

32.º — OLEGARIO DIAS MACIEL.

SETIMO DISTRICTO

33.º — HONORATO JOSÉ ALVES.

Nascido em Diamantina, Minas Geraes, em 10 de Novembro de 1869, foram seus paes o coronel Marciano Alves e d. Antonia Josephina Alves. Estudou preparatorios em Ouro Preto, formando-se em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro em 1891. Clinicou em Montes Claros, onde foi prezidente da Camara Municipal. Deputado ao Congresso do Estado em 1902, foi eleito deputado federal á 6.ª legislatura (1906 a 1908). Reeleito á 7.ª, á 8.ª e á 9.ª (1909 a 1917), acha-se prezentemente no exercicio desse mandato. Rezide em Bello Horizonte.

34.º — JOSÉ BENTO NOGUEIRA.

35.º — MANOEL FULGENCIO ALVES PEREIRA.

36.º — LINDOLPHO CAETANO DE SOUZA E SILVA.

37.º — EPAMINONDAS ESTEVES OTTONI.

Nascido em 19 de Setembro de 1862 na cidade de Theophilo Ottoni, Estado de Minas, foram seus paes o dr. Manoel Esteves Ottoni e d. Anna Amalia Ottoni. Estudou

na Escola Polytechnica do Rio de Janeiro, formando-se em engenharia civil em Março de 1881. Servio como engenheiro fiscal da E. de Ferro Bahia e Minas, gerente da E. de Ferro do Rio das Flores e da E. de Ferro Grão-Pará; e engenheiro chefe dos nucleos coloniaes da Companhia Salitraes. Eleito deputado estadoal em Minas em 1896, foi reeleito ás seguintes legislaturas até 1904, quando foi elevado a senador estadoal. Eleito deputado federal á 6.ª legislatura (1906 a 1908) tem tido sempre renovado o mandato.

S. PAULO

(vinte e dois deputados)

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — Carlos Augusto Garcia Ferreira.

2.º — João Nogueira Jaguaribe.

Nascido em 4 de Julho de 1863 na cidade de Fortaleza, no Estado do Ceará, é formado em direito. Promotor publico de 13 de Janeiro de 1886 a Março de 1887, e juiz municipal, de Março de 1887 a Janeiro de 1889 na cidade de Tieté, foi depois juiz substituto, na cidade de Tatuhy, de Janeiro de 1889 a Fevereiro de 1890. Intendente, de 1891 a 1892 e vereador, de Setembro de 1894 a Janeiro de 1895 e de 1898 a 1904, na cidade de S. Manoel, no Estado de S. Paulo, era eleito tambem deputado estadoal, de Abril de 1900 a 1906. Foi ainda prezidente da Commissão de Justiça da Camara dos Deputados do Estado de S. Paulo, de 1904 a 1906. E' membro fundador do Instituto Historico de S. Paulo.

Em 1906, foi eleito deputado federal pelo 1.º districto de S. Paulo, rompendo logo em opposição aos governos federal e estadoal e renunciando o logar de prezidente do directorio republicano de S. Manoel do Paraizo, onde rezidia desde 1898.

3.º — Francisco Ferreira Braga.

4.º — Jesuino Ubaldo Cardozo de Mello.

5.º — João Galeão Carvalhal.

6.º — Antonio do Amaral Cezar. Falleceu em 1906.

José Cardozo de Almeida. Eleito em 6 de Julho de 1906; reconhecido em 14 de Agosto.

Nascido em 8 de Setembro de 1867 em Botucatú, S. Paulo, formou-se em 4 de Dezembro de 1890 pela Faculdade de Direito de S. Paulo. Abrindo banca de advogado nessa cidade, foi eleito deputado estadoal em 1895. No anno seguinte, era nomeado secretario da Justiça do Estado. Reeleito em 1900 para o Congresso Paulista, exerceu o cargo de chefe de policia de 1901 a 1902. Escolhido para director-fiscal do Banco de Credito Real em 1903, era nesse mesmo anno nomeado outra vez secretario do Interior e Justiça do prezidente de S. Paulo, cargo que exerceu até 1906. Foi tambem nesse anno eleito director da Companhia Paulista de Seguros. Eleito, finalmente, deputado ao Congresso Nacional em 1906, na vaga aberta pela morte do sr. Amaral Cezar, foi reeleito successivamente á 7.ª, 8.ª e 9.ª legislaturas. No inicio desta ultima, tendo sido convidado pelo conselheiro Rodrigues Alves, então prezidente de S. Paulo, para occupar a Secretaria da Fazenda do Estado, renunciou o mandato de deputado federal. Passou então a prestar naquelle departamento paulista relevantes serviços á sua terra natal, serviços que não foram dispensados pelo eminente dr. Altino Arantes, quando teve de succeder no governo áquelle benemerito estadista. E' que o dr. Cardozo de Almeida possúe raras qualidades de admi-

nistrador, qualidades essas que se revelaram desde muito cedo na sua individualidade, quer na orientação das cousas publicas, quer mesmo na direcção de méras emprezas particulares. Intelligencia brilhante e arguta, caracter energico e decidido, ligados a uma grande lanheza de trato, tudo no illustre politico paulista concorre para que a sua acção se faça sentir prompta, fecunda e previdente e para que os negocios a seu cargo se desenvolvam de um modo proveitoso e feliz. Na Camara Federal, não só os seus discursos, como principalmente os seus pareceres na Commissão de Finanças, tornaram-no logo um dos vultos mais brilhantes do parlamento nacional. Na gestão das finanças de S. Paulo, no desdobramento do programma iniciado pelo conselheiro Rodrigues Alves e proseguido, com superior clarividencia patriotica, pelo dr. Altino Arantes, ainda mais se tem imposto o dr. Cardozo de Almeida á estima e á confiança do povo paulista, que vê nelle um dos seus mais illustres e futurosos homens de Estado.

SEGUNDO DISTRICTO

7.º — Alvaro Carvalho (Alvaro Augusto da Costa Carvalho).

8.º — Eloy de Miranda Chaves.

9.º — Paulino Carlos de Arruda Botelho. Falleceu em 24 de Outubro de 1908. Não foi preenchida a vaga.

10.º — Alberto Sarmento.

Nascido em 10 de Abril de 1864, na cidade de Mogy-mirim, S. Paulo, é formado em sciencias juridicas e sociaes. Dedicando-se á advocacia em Campinas, onde fixou rezidencia, ahi foi delegado de policia em 1895 e promotor

publico interino em 1889. Eleito deputado estadoal em 1897, foi tambem vereador da cidade de Campinas em 1904. Eleito deputado federal em 1906, exerceu o mandato durante toda a 6.ª legislatura, sendo reeleito á 7.ª, á 8.ª e á 9.ª (1909 a 1917).

11.º — CINCINATO CEZAR DA SILVA BRAGA.

12.º — JOAQUIM AUGUSTO DE BARROS PENTEADO.

Nascido em Limeira, Estado de S. Paulo, em 3 de Agosto de 1872, foram seus paes Manoel de Toledo Barros e d. Maria Augusta Penteado de Barros. Bacharelou-se pela Faculdade de S. Paulo em 20 de Dezembro de 1894. Advogado desde essa data, foi eleito vereador á Camara Municipal de Limeira, seu agente executivo e deputado estadoal em 1904. Antes de terminar o mandato, foi eleito deputado federal á 6.ª legislatura (1906 a 1908), sendo reeleito á 7.ª, 8.ª e 9.ª (1909 a 1917). Jornalista, redigio o *Limeirense*, em sua terra natal. Advogado, goza no seu Estado de um nome acatado pelas mais bellas qualidades de espirito e de caracter.

TERCEIRO DISTRICTO

13.º — ALTINO ARANTES (Altino Arantes Marques).

Nascido em 29 de Setembro de 1876 na cidade de Batataes, em S. Paulo, foram seus paes o coronel Francisco Arantes Marques e d. Maria Carolina Arantes. Revelando desde muito criança uma grande intelligencia, os seus honrados progenitores fizeram-no cursar o Collegio de S. Luiz, de Itú, no qual alcançou logo posição de destaque entre os seus condiscipulos, dando provas brilhantes do seu privilegiado talento. Matriculando-se aos dezeseis annos na Faculdade de Direito de S. Paulo, reaffirmou bem depressa os seus creditos de grande estudioso, ao mesmo tempo

que, a uma superior intelligencia, juntava virtudes rarissimas de caracter e de coração. Desde então, a sizudez e o amor ás lettras do joven academico tornaram-se notorios entre os seus companheiros de bancos escolares. Quer nas provas annuaes, quer nos seus discursos e escriptos, transpareciam sempre essas qualidades caracteristicas do espirito e do temperamento de Altino Arantes. Ao receber em 1895 o grau de bacharel em sciencias juridicas e sociaes, já era um consagrado a triumphar na vida publica. No conceito dos seus professores, como no dos seus collegas de turma, era essa a previsão geral.

Com effeito, abrindo banca de advogado na sua cidade natal, logo depois de formado, a justa nomeada do novel jurista irradiou-se bem depressa por todos os municipios circumvizinhos. Causas importantes lhe foram confiadas, não só em Batataes, como em Ribeirão Preto, Franca e Casa Branca.

Com taes elementos, era natural que o nome de Altino Arantes se fosse impondo pouco a pouco em todo o antigo terceiro districto do Estado, até que a politica o attrahisse de todo, galardoando-lhe os meritos.

Assim foi que, em 1906, era convidado a entrar na chapa de deputados á 6.ª legislatura do Congresso Nacional. E, uma vez eleito e reconhecido, tomou logo posição saliente na bancada paulista, sendo reeleito á 7.ª legislatura (1909 a 1911).

Na Camara Federal, os seus principaes discursos versaram sobre a *Caixa de Conversão*, a *Valorisação do café*, a *expulsão dos extrangeiros* e a *suppressão da legação brazileira junto á Santa Sé.* A sua estreia na tribuna parlamentar constituio uma verdadeira victoria, enfrentando com galhardia os mais temiveis oradores da época, cujas ideias teve de combater em grande parte. Homem de fé e de principios, não receiou todavia os contra-ataques, tão seguro se sentia nos seus argumentos e nas suas convicções. Dahi por diante, a sua palavra sempre foi ouvida com attenção, pois os seus discursos repouzavam sempre em dou-

trinas interessantes ou vizavam com elevação de vistas importantes problemas economico-sociaes.

Em 1911, comtudo, teve o dr. Altino Arantes de renunciar a sua cadeira de deputado federal, por haver sido nomeado secretario do Interior do Estado de S. Paulo.

Ao tribuno, succedia assim o administrador operoso, previdente e energico. Os seus primeiros áctos, baixando excellentes medidas em prol da expansão do ensino primario, especialmente nas zonas ruraes, fizeram logo recordar a acção fecunda de Cezario Motta. As questões de hygiene publica tambem foram tratadas com excepcional cuidado, de modo que, ao ser investido do governo do Estado, o benemerito sr. conselheiro Rodrigues Alves, fez questão fechada de que continuasse a auxilial-o com as suas luzes e o seu precioso esforço o illustre secretario do Interior do prezidente, cujo mandato acabava de expirar.

Poude assim o dr. Altino Arantes proseguir a obra grandiosa de remodelação geral da administração do seu departamento, obra que, felizmente, continuou a ser intelligentemente executada até o prezente pelo dr. Oscar Rodrigues Alves, a quem confiaria mais tarde, em hora feliz, a sua successão naquella secretaria de Estado.

Durante o quatrienio de 1912 a 1916, prezidido pelo sr. conselheiro Rodrigues Alves, teve ensejo o illustre paulista de recommendar-se á estima e ao reconhecimento, não só das classes dirigentes do Estado, como de todos os seus concidadãos.

Quando se tratou de escolher os candidatos ao governo local no periodo de 1916 a 1920, o nome do então secretario do Interior impoz-se victoriosamente para vice-prezidente na chapa em que figurava para prezidente o saudoso chefe republicano, dr. Rubião Junior.

Fallecendo, porém, este quando ia em começo a propaganda eleitoral, a grande maioria, para não dizer, a quasi unanimidade dos homens de prestigio politico real em S. Paulo, lembrou logo a justa escolha do vice-prezidente já indicado para a prezidencia do Estado.

Não tardava, pois, a reunir-se o partido republicano paulista em solemnissima convenção, na qual era acclamado o dr. Altino Arantes para candidato á successão do benemerito estadista, o sr. conselheiro Rodrigues Alves.

Empossado do governo de S. Paulo em 1.º de Maio de 1916, iniciou o dr. Altino Arantes a fecunda administração que está fazendo e em que tanto tem elevado os creditos do Estado, apezar de todas as difficuldades creadas ás suas forças economicas pelo conflicto européo. As mensagens, que tem dirigido ao Congresso Estadoal, são documentos notaveis que, de certo, ficarão assignalados na historia politica da Republica. O seu periodo prezidencial terminará em 1920.

14.º — ADOLPHO GORDO (Adolpho Affonso da Silva Gordo).

15.º — JOSÉ MANOEL LOBO.

16.º — RODOLPHO NOGUEIRA DA ROCHA MIRANDA.

17.º — ARTHUR PALMEIRA RIPPER.

Nascido em 26 de Fevereiro de 1871, na cidade do Rio de Janeiro, é formado em medicina pela Faculdade dessa mesma cidade. Indo estabelecer clinica em S. Paulo, alli se cazou com uma filha do senador Alfredo Ellis. Inspector sanitario na cidade de S. Paulo e em diversas localidades do interior do Estado, no desempenho de importantes e difficeis commissões, foi nomeado ajudante do Instituto Bactereologico em 5 de Janeiro de 1904, exercendo esse cargo até 1905, quando pediu demissão para poder ser candidato á deputação federal. Eleito á 6.ª legislatura do Congresso Nacional (1906 a 1908), tem sido até agora

successivamente reeleito. Na Camara, tem pertencido á Commissão de Saúde Publica. Possúe uma intelligencia vivaz e dispõe de palavra facil e insinuante.

QUARTO DISTRICTO

18.º — Francisco Marcondes Romeiro.

19.º — José Valois de Castro.

20.º — Rodrigues Alves Filho (Francisco de Paula).

Filho do benemerito estadista, dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves e d. Anna Guilhermina de Oliveira Alves, nasceu a 3 de Outubro de 1879, na cidade de Guaratinguetá, Estado de S. Paulo.

Fez o curso de preparatorios no Collegio S. Luiz Gonzaga, em Petropolis, e no Externato Aquino, na Capital Federal.

Matriculou-se na Faculdade de Direito de S. Paulo em Março de 1897, formando-se em Dezembro de 1901, depois de brilhantissimo curso. Classificado em 1.º logar entre os collegas de turma, por haver conquistado o maior numero de notas distinctas, 18 distincções e 1 plenamente, nas 19 cadeiras do curso, obteve o premio de viagem á Europa, do qual não se utilisou. Recebeu tambem o titulo de laureado e o retrato no Pantheon da Escola, por decisão da Congregação em virtude de disposições do Codigo de Ensino.

Uma vez formado, exerceu a advocacia na capital de S. Paulo durante o anno de 1902, fazendo tambem parte da redacção do *Correio Paulistano*, orgão do partido republicano.

Em Novembro de 1902, foi nomeado secretario da prezidencia da Republica, cargo que exerceu até fins de

1905. Exonerou-se afim de se desincompatibilisar para as eleições federaes.

Em Janeiro de 1906, foi eleito deputado federal pelo 4.º districto de S. Paulo, tendo tido até hoje o seu mandato renovado e tornando-se desde logo um dos ornamentos da bancada paulista. Distingue-se, sobretudo, pelo seu caracter sizudo, integro e discreto, e o seu modo elevado de encarar os problemas politicos e sociaes.

21.º — Arnolpho Rodrigues de Azevedo.

22.º — José Rebouças de Carvalho. Falleceu em 21 de Agosto de 1906.

Antonio José da Costa Junior. Eleito em 24 de Setembro de 1906; reconhecido em 6 de Novembro.

GOYAZ

(quatro deputados)

DISTRICTO UNICO

1.º — Eduardo Arthur Socrates.

Nascido em 23 de Agosto de 1860, foi praça de 26 de Fevereiro de 1880. Alferes alumno em 12 de Janeiro de 1884, foi promovido a 2.º tenente em 4 de Janeiro de 1886; a 1.º em 7 de Janeiro de 1890; a capitão em 7 de Julho de 1891; a major em 14 de Dezembro de 1900; a tenente-coronel em 25 de Fevereiro de 1909. Foi do extincto corpo de Estado Maior. Tem o curso de engenharia pelo regulamento de 1874, e é bacharel em mathematica e sciencias physicas. Possue a medalha de prata de serviços militares. Eleito deputado federal á 6.ª legislatura (1906 a 1908), foi reeleito á 7.ª (1909 a 1911). Embora pleiteasse a reeleição no pleito de 30 de Janeiro de 1912, não teve o mandato renovado. Na Camara, fez parte

da Commissão de Marinha e Guerra e de outras não menos importantes, tendo tomado parte saliente na campanha civilista contra a candidatura do marechal Hermes á prezidencia da Republica.

2.º — José Xavier de Almeida.

3.º — Hermenegildo Lopes de Moraes.

4.º — Marcello Francisco da Silva.

Nascido em 16 de Janeiro de 1878, na villa de S. José do Tocantins, Estado de Goyaz, é bacharel em sciencias juridicas e sociaes. Em 10 de Maio de 1904, foi nomeado procurador seccional do seu Estado, exercendo esse cargo até 29 de Outubro de 1905 e exonerando-se então para se desincompatibilizar para as eleições federaes de 30 de Janeiro de 1906. Nesse comicio, foi eleito deputado ao Congresso Nacional, sendo reeleito á 7.ª legislatura (1909 a 1911). Na Camara, pertenceu ás commissões de Redacção e Leis e Obras Publicas e Viação. Reeleito deputado á 8.ª e 9.ª legislaturas, exerceu nesta ultima um dos logares de secretario da meza.

MATTO-GROSSO

(quatro deputados)

DISTRICTO UNICO

1.º — Innocencio Serzedello Correia.

2.º — Joaquim Augusto da Costa Marques.

Nascido em Matto Grosso, é formado em sciencias juridicas e sociaes. Rezidente em Cáceres, onde é proprie-

tario de uma grande usina de assucar, foi um dos chefes do movimento contra o governo do coronel Paes de Barros. Eleito deputado federal á 6.ª legislatura (1906 a 1908), foi reeleito á 7.ª (1909 a 1911), renunciando todavia o mandato em 15 de Agosto de 1911 por haver assumido a prezidencia do Estado de Matto Grosso. O seu mandato governamental terminou em 1915.

3.º — BENEDICTO CHRISPINIANO DE SOUZA. Falleceu em 24 de Fevereiro de 1908. Não foi preenchida a vaga.

4.º — JOÃO FRANCISCO DE NOVAES PAES BARRETTO.

Nascido em 26 de Outubro de 1873, na cidade de Pão de Assucar, em Alagôas, é formado em sciencias juridicas e sociaes. Promotor de justiça da comarca de Cachoeira do Itapemirim, no Espirito Santo em 1893, passou depois a exercer o mesmo cargo em Penedo, nas Alagôas. Ligado por parentesco á familia do dr. Affonso Penna, cinco mezes depois entrava na magistratura de Minas, sendo nomeado, em 25 de Outubro de 1895, juiz substituto de S. Paulo de Muriahé e, mais tarde, juiz de direito da mesma comarca. Deixando em 1898 a magistratura, abriu ainda nessa cidade banca de advogado, sendo nesse mesmo anno eleito vereador municipal e assumindo a chefia da redacção do *Radical*, periodico ahi publicado. Em 1903, foi nomeado juiz de direito de Cuyabá, em Matto Grosso, e, logo depois, secretario do governo do Estado. Em 1905, assumio a direcção do jornal *O Estado*, occupando-a até 1906. Nesse anno, era eleito deputado federal por Matto Grosso, sendo reeleito em 1909 por Alagôas. Entrou na campanha civilista, e, por esse motivo, não teve mais o mandato renovado.

PARANÁ

(quatro deputados)

DISTRICTO UNICO

1.º — Manoel de Alencar Guimarães. Renunciou para occupar uma cadeira no Senado. Não foi preenchida a vaga.

2.º — Antonio Augusto de Carvalho Chaves.

3.º — João de Menezes Doria.

Nascido em 27 de Outubro de 1861, no Paraná, foram seus paes o advogado Luiz da Silva Doria e d. Adelina de Menezes Doria. Formado em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, entrou em concurso para o cargo de preparador de physiologia, e, classificado em primeiro logar, obteve a nomeação. Partindo mais tarde para o Paraná, ahi se atirou ás lutas politicas, redigindo diversas folhas de combate. Foi director d' *A Federação*, do *Paraná*, do *Estado do Paraná* e do *15 de Novembro*, todos orgãos de opposição. Durante seis legislaturas, foi deputado estadoal no Paraná, tendo sido em 1892 o prezidente da assembléa. Partidario exaltado do federalismo, tomou parte saliente na revolução de 1893. De Janeiro a Abril de 1894, durante o periodo revolucionario, foi o prezidente do Paraná. Commandou as forças patrioticas paranaenses durante parte da revolução, tendo sido o primeiro a assediar a cidade da Lapa e tambem o primeiro que, com as suas forças, entrou em Curityba depois da retirada do general Pego e do governador Vicente Machado. Como prezidente da Constituinte, foi quem promulgou a primeira Constituição do Estado do Paraná. Em 1890, foi por ordem do Governo Provisorio encerrado por quarenta dias na fortaleza da Lage, sendo-lhe dada depois a cidade do Rio de Janeiro por menagem, até que se deu a sua eleição para a Constituinte do Paraná. Logo apoz a revolta de 6 de Setembro, foi prezo em S.

Paulo por ordem do marechal Floriano, conseguindo evadir-se da prisão para que fôra transportado no Rio de Janeiro e chegar até á Escola Naval, onde, a pedido do almirante Saldanha da Gama, prestou por dois mezes serviços medicos até que, por solicitação do almirante Mello, seguio para Santa Catharina, organizando ahi a brigada patriotica paranaense. Logo que se deu a capitulação da Lapa, foi em pessoa buscar os officiaes prizioneiros, evitando o assassinato de muitos. Em 1906, foi eleito deputado federal pelo Paraná, exercendo o mandato até ao fim da 6.ª legislatura (1906 a 1908). Não teve mais o mandato renovado. Seguio então para a Europa, onde se demorou algum tempo, regressando em Dezembro de 1912 ao Paraná.

4.º — Victor Ferreira do Amaral e Silva.

Nascido em 9 de Dezembro de 1862 na cidade da Lapa no Estado do Paraná, é formado em medicina. Lente de francez no Gymnasio Paranaense, de Junho de 1885 a Maio de 1888, foi eleito deputado ao Congresso Constituinte, de Fevereiro de 1892 a Junho de 1893. Depois, foi superintendente geral do Ensino Publico, de Julho de 1893 a Dezembro de 1894; medico legista da Policia, de Setembro de 1898 a Setembro de 1901; vice-prezidente do Estado, de Junho de 1901 a Fevereiro de 1904; director geral da Instrucção Publica, de Outubro de 1901 a Fevereiro de 1904; e deputado estadoal e vice-prezidente do Congresso do Estado, de Fevereiro de 1906 a 1908, tudo no Estado do Paraná. Eleito deputado federal a esta legislatura, não teve mais o mandato renovado.

SANTA CATHARINA

(quatro deputados)

DISTRICTO UNICO

1.º — Vidal José de Oliveira Ramos Junior.

Nascido em 24 de Outubro de 1867, na cidade de Lages, Santa Catharina, foi no Imperio deputado provincial

em duas legislaturas. Proclamada a Republica, foi eleito deputado á Constituinte Catharinense, e, depois, deputado estadoal em diversas legislaturas. Conselheiro municipal, durante quatro annos, em Lages, e superintendente do municipio durante oito, foi eleito governador do Estado em 11 de Novembro de 1902, estendendo-se o seu mandato até 30 de Outubro de 1905. Eleito deputado federal em 1906, exerceu o mandato até ao fim da 6.ª legislatura (1908). Em 28 de Setembro de 1910, voltou de novo ao governo de Santa Catharina, devendo o seu periodo terminar em 1914. E' prezentemente senador federal.

2.º — Victorino de Paula Ramos. Renunciou em 1907 para dezempenhar uma commissão do governo federal na Europa.

Henrique de Almeida Valga. Eleito em 12 de Janeiro de 1908; reconhecido em 5 de Maio.

Nascido em Desterro, hoje Florianopolis, Estado de Santa Catharina, em 15 de Março de 1868, foram seus paes Manoel de Almeida Valga, industrial, e d. Clarinda de Abreu Valga. Fez os estudos secundarios na capital catharinense, seguindo depois para S. Paulo, em cuja Faculdade de Direito se formou em 1891. Regressando a Florianopolis, ahi abrio banca de advogado, profissão que exerce até hoje. Eleito deputado estadoal em diversos trienios, pertenceu ao partido federalista. Feita a fusão dos partidos politicos do Estado, foi eleito deputado federal em 1908 na vaga aberta pela renuncia do dr. Paula Ramos, nomeado chefe da commissão de propaganda do Brazil na Europa. Reeleito á 7.ª legislatura (1909 a 1911), teve ainda o mandato renovado á 8.ª e á 9.ª (1912 a 1917). Homem de letras e cultor do direito, jornalista e tribuno, fez parte na Camara da Commissão de Constituição e Justiça.

3.º — Luiz Antonio Ferreira Gualberto.

4.º — Elyseo Guilherme da Silva.

RIO GRANDE DO SUL

(dezeseis deputados)

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — Wenceslão Escobar (Wenceslão Pereira Escobar).

Nascido em 28 de Setetembro de 1856 em S. Borja, Rio Grande do Sul, formou-se em direito pela Faculdade de S. Paulo em 20 de Outubro de 1880, já estando eleito deputado provincial pela sua terra natal. Nesse anno, escreveu em S. Paulo um pamphleto intitulado — *O Gabinete 5 de Janeiro*. Em 1882, aprezentou-se candidato avulso á deputação geral, sendo derrotado, mas occasionando tambem a derrota do candidato official do seu partido, que era então o liberal. Affastando-se depois da politica activa, foi nomeado promotor publico de S. Borja, tendo tambem desempenhado ahi o logar de juiz municipal. Habilitando-se ao cargo de juiz de direito, abrio banca de advogado em Porto Alegre, onde, proclamada a Republica, se envolveu de novo na politica, militando nas fileiras do partido federalista. Preso e processado durante a revolução dos seus correligionarios, teve de emigrar para o Estado Oriental, sendo novamente detido ao regressar. Eleito deputado federal em 1906 pela opposição federalista, exerceu o mandato até ao fim da 6.ª legislatura (1906 a 1908). Não teve mais o mandato renovado.

2.º — José Carlos de Carvalho.

3.º — Manoel de Campos Cartier.

4.º — Diogo Fernandes Alvares Fortuna.

5.º — Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva. Renunciou em 4 de Janeiro de 1907 para voltar á actividade militar.

Luiz Soares dos Santos. Eleito em 30 de Março de 1907; reconhecido em 15 de Maio.

6.º — James Darcy. Renunciou em começos de 1908.

Evaristo Teixeira do Amaral. Eleito em 30 de Março de 1908; reconhecido em 15 de Maio.

Nascido em Alegrete, Rio Grande do Sul, em 4 de Julho de 1859, foram seus paes Evaristo Teixeira do Amaral e d. Anna Alexandrina Teixeira. Fez o curso gymnasial em Porto Alegre terminando-o em 1875, frequentando dois annos a Escola Polytechnica do Rio de Janeiro. Regressando ao Estado, foi negociante no municipio de Palmeira durante quinze annos. Eleito deputado á Constituinte Rio Grandense, foi successivamente reeleito até 1908, quando foi elevado a deputado federal. Exerceu em Porto Alegre o cargo de escrivão da Provedoria e Auzentes. Jornalista e homem de lettras, foi redactor d' *A Federação* durante quinze annos. Propagandista da Republica, escreveu na *Descentralização,* de Cruz Alta, com Venancio Ayres, e em muitos outros jornaes.

Em 1912, foi reeleito deputado federal á 8.ª legislatura, tendo o mandato renovado á 9.ª (1915 a 1917). Espirito eminentemente combativo, foi um dos mais fervorosos e dedicados amigos de Julio de Castilhos.

SEGUNDO DISTRICTO

7.º — Francisco Antunes Maciel.

Nascido no Rio Grande do Sul, formou-se em sciencias juridicas e sociaes pela Faculdade de S. Paulo. Voltando á sua terra natal, ahi abrio banca de advogado, envolvendo-se na politica e até em lutas partidarias que se empenharam á mão armada. Filiado ao partido liberal e tornado um dos mais prestigiosos auxiliares de Silveira Martins, conquistou no Rio Grande do Sul larga influencia, que, mesmo depois de proclamada a Republica, se fez sentir em diversas occasiões. Durante a monarchia, difficil é enumerar os factos importantes em que figurou. Eleito deputado geral á 18.ª legislatura (1881 a 1884), não tardava a ser nomeado ministro do Imperio no gabinete Lafayette em 24 de Maio de 1883, recebendo então o titulo de Conselho. Reeleito á 19.ª legislatura (1885), tambem pouco tempo exerceu o mandato, porquanto, subindo ao poder o gabinete Cotegipe, houve a dissolução da Camara em 26 de Setembro do mesmo anno de 1885. Não foi reconhecido deputado á 20.ª legislatura (1886 a 1889); mas, fallecendo antes de tomar assento o deputado conservador, dr. Severino Ribeiro Carneiro Monteiro, era eleito em sua vaga pelo 3.º districto do Rio Grande do Sul. Foi então na Camara o *leader* da minoria liberal, opposicionista á situação dominante, revelando bellas qualidades de orador e de politico habil. Proclamada a Republica, acompanhou Silveira Martins em todas as lutas travadas no seu Estado natal. Acceitou o programma do parlamentarismo; prestou braço forte á revolução federalista; e teve o seu nome ligado a todos os successos em que se empenhou a sua facção. Eleito em 1906 deputado federal pelo 2.º districto do Rio Grande do Sul, em opposição ao governo local, exerceu o mandato até ao fim da 6.ª legislatura (1906 a 1908), sendo reeleito á 7.ª (1909 a 1912). Na Camara, travada a campanha civilista, foi escolhido *leader* da minoria, occupando repetidamente a tribuna e sustentando mesmo a obstrucção, mas jamais descendo

do terreno elevado, como provecto parlamentar que jamais deixou de ser. Entre os seus discursos, salienta-se a larga oração em que combateu o tratado entre o Brazil e o Uruguay sobre o condominio da Lagôa-Mirim. Em 30 de Janeiro de 1913, pleiteou de novo a sua entrada na Camara dos Deputados, mas não foi reconhecido, regressando então a Pelotas, onde rezidia no Rio Grande do Sul. Voltando de novo ao Rio de Janeiro em 1917, falleceu nesta cidade em 13 de Agosto do mesmo anno.

8.º — HOMERO BAPTISTA.

9.º — GERMANO HASSLOCHER.

10.º — VICTORINO RIBEIRO CARNEIRO MONTEIRO. Renunciou por haver sido eleito senador.

JOSÉ THOMAZ NABUCO DE GOUVEIA. Eleito em 12 de Agosto de 1907; reconhecido em 23 de Setembro.

Nascido no Rio de Janeiro em 11 de Julho de 1873, foram seus paes o dr. Hilario de Gouveia e d. Ritta Nabuco de Gouveia. Fez o curso preparatorio nesta capital, matriculando-se na Faculdade de Medicina em 1890. Interrompendo o curso em 1893, seguio para a Europa, onde completou o curso medico na Faculdade de Paris. Regressando ao Brazil em 1899, prestou de uma só vez os exames que lhe faltavam para receber o diploma de medico brazileiro. Em seguida, foi fixar rezidencia em Bagé, no Rio Grande do Sul, ahi clinicando e entrando na politica activa. Foi vice-intendente de Bagé, governando o municipio por algum tempo. Fez diversas viagens á Europa.

Foi director dos serviços do Hospital de Genebra e é professor livre de gynecologia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, com assento na Congregação como reprezentante dos docentes da mesma Faculdade.

Eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul em 1907, foi reeleito á 7.a, 8.a e 9.a legislaturas. Fez parte na Camara da Commissão de Instrucção Publica e hoje pertence á de Diplomacia e Tratados.

11.º — Rivadavia da Cunha Correia.

TERCEIRO DISTRICTO

12.º — Pedro Gonçalves Moacyr.

13.º — Alexandre Cassiano do Nascimento.

14.º — Ildefonso Simões Lopes.

Nascido em 19 de Novembro de 1867, no Rio Grande do Sul, formou-se em Março de 1890 pela Escola Polytechnica do Rio de Janeiro em engenharia civil. Como profissional illustre e competente, servio na estrada de ferro Sorocabana, em S. Paulo, de 1890 a 1891; na Muzambinho, em Minas Geraes, de 1891 a 1892; na Mogyana, em S. Paulo, de 1892 a 1893. Foi engenheiro de Obras Publicas em Petropolis, de 1893 a 1894, e, de 1895 a 1905, director-engenheiro da Companhia Hydraulica Pelotense, na cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul. Deputado á Assembléa dos Reprezentantes, na cidade de Porto Alegre, de 1897 a 1904, foi em 1906 eleito deputado federal á 6.a legislatura. Não teve o mandato renovado á 7.a; mas voltou de novo á Camara na 8.a, na vaga aberta pela renuncia do sr. Octavio Rocha. Em 1915, foi reeleito á 9.a legislatura. E' um espirito culto e um infatigavel trabalhador.

15.º — Domingos Pinto de Figueiredo Mascarenhas.

16.º — João Abbott.

Nascido em 6 de Fevereiro de 1856, na cidade de S. Gabriel, no Estado do Rio Grande do Sul, é formado em Medicina. Clinicou durante algum tempo na sua cidade natal. Occupou o cargo de Director Geral da Instrucção Publica e o de Secretario dos Negocios do Interior e Exterior nos Governos dos drs. Julio de Castilhos e Borges de Medeiros, na cidade de Porto Alegre. Eleito deputado federal á 6.ª legislatura (1906 a 1908), foi reeleito á 7.ª (1909 a 1912). Rezide no Rio Grande do Sul.

Setima legislatura

1909 a 1911

Senado

AMAZONAS

Nove annos. — Sylverio José Nery. Reeleito; reconhecido em 28 de Abril de 1909.

Seis annos. — Jonathas de Freitas Pedroza.

Tres annos. — Jorge de Moraes. Eleito em 30 de Janeiro de 1909 para preencher a vaga pela renuncia do sr. Sá Peixoto; foi reconhecido em 26 de Maio. Renunciou em 1910 por ter assumido o cargo de intendente de Manáos.

Gabriel Salgado. Reconhecido em 29 de Agosto de 1911.

PARÁ

Nove annos. — Arthur de Souza Lemos. Eleito por terminação do mandato do sr. Justo Leite Chermont; reconhecido em 24 de Abril.

Seis annos. — ARTHUR INDIO DO BRAZIL.

Tres annos. — JOSÉ PAES DE CARVALHO.

MARANHÃO

Nove annos. — JOSÉ EUSEBIO CARVALHO DE OLIVEIRA. Eleito pela terminação do mandato do sr. Belfort Vieira; reconhecido em 24 de Abril.

Seis annos. — URBANO SANTOS DA COSTA ARAUJO.

Tres annos. — AUGUSTO OLYMPIO GOMES DE CASTRO. Falleceu em 31 de Janeiro de 1909.

ALEXANDRE COLLARES MOREIRA JUNIOR. Eleito em 20 de Março de 1909; reconhecido em 10 de Agosto.

Nascido no Codó, Maranhão, em 8 de Fevereiro de 1849, pertencia á antiga familia de politicos daquelle Estado. Foram seus paes o major Alexandre Collares Moreira e d. Maria Izabel de Assis Moreira. Fez o curso de humanidades no Lyceu Maranhense; e, dedicando-se, como seu pae, á lavoura, viveu durante algum tempo no municipio do seu nascimento. Mais tarde, fixando rezidencia em S. Luiz, empregou a sua actividade nas directorias de Bancos e da Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão. Iniciou a sua carreira politica como juiz de paz (1874 a 1881). De 1874 a 1879, fez parte da Assembléa Provincial, sendo que havia sido reeleito em 1889 pela opposição quando se deu a proclamação da Republica. Em 1887, foi nomeado coronel-commandante superior da Guarda Nacional da capital. Desse mesmo anno a 1890, foi prezidente da

Camara Municipal de S. Luiz, da qual faziam parte Gomes de Castro e outros. Proclamada a Republica, exerceu durante as administrações dos srs. Pedro Tavares e Porciuncula, o logar de inspector do Thezouro Publico. Em 1903, reeleito vereador, coube-lhe ser um dos cooperadores das leis organicas do municipio. Eleito depois deputado ao Congresso do Estado, fez parte da Commissão de Orçamento e foi eleito membro do Tribunal Mixto. Em 1897, foi eleito pela primeira vez intendente de S. Luiz, pertencendo-lhe a iniciativa do embellezamento e sanificação da cidade, preparando praças e avenidas e creando estabelecimentos de real proveito publico. Deixando a prefeitura em 31 de Dezembro de 1900, era mais tarde eleito primeiro vice-governador do Estado. Adoecendo gravemente o governador, administrou o Estado desde 19 de Novembro de 1902 a 1 de Março de 1906. Voltou então ao cargo de intendente para o qual havia sido reeleito tempos antes, ahi se conservando até 31 de Dezembro de 1909. Em 20 de Março desse anno, fôra eleito para preencher a vaga aberta pela morte do conselheiro Gomes de Castro no Senado Federal. Renunciou, porém, o mandato em 31 de Dezembro desse mesmo anno, recolhendo-se á vida privada. Bem depressa, porém, era chamado a ser um dos organizadores do partido republicano conservador do Estado, occupando a prezidencia do respectivo directorio. Foi em seguida nomeado para o cargo de director do expediente do Thezouro Publico do Maranhão. Nas eleições de 30 de Outubro de 1912, foi eleito intendente da capital do Maranhão (1913 a 1916). Falleceu, em S. Luiz, em Outubro de 1917.

FERNANDO MENDES DE ALMEIDA. Eleito em 21 de Março de 1910; reconhecido na sessão extraordinaria de Abril do mesmo anno.

Nascido na cidade do Rio de Janeiro em 26 de Julho de 1845, é filho do senador do Imperio, Candido Mendes de Almeida e d. Rozalina Ribeiro de Campos e Almeida.

Bacharel em lettras pelo Collegio D. Pedro II, doutorou-se em direito pela Faculdade de S. Paulo. Advogado e jornalista, homem de lettras e professor de direito, é socio do Instituto dos Advogados Brazileiros, do Instituto dos Bachareis em Lettras, da Associação da Imprensa, de muitas outras sociedades scientificas, litterarias e beneficentes do paiz e do extrangeiro. Possúe diversas condecorações. Como jornalista, tem sido redactor-chefe d'*A Vanguarda* (1882), do *Diario de Noticias* (1888), do *Diario do Commercio* (1888 a 1901); e do *Jornal do Braxil* desde 1894.

Enthusiasta pela Guarda Nacional, tem sido tenente-coronel dos 11.º e 6.º batalhões de infantaria (1891); coronel commandante da 2.ª brigada de infantaria (1892 a 1898); commandante superior interino (7 de Setembro de 1893 a 17 de Abril de 1894); coronel chefe do Estado Maior desde 1.º de Janeiro de 1899; e, de novo, commandante superior interino de 1.º de Janeiro de 1899 a 28 de Fevereiro de 1900. Foi um dos fundadores da Faculdade de Sciencias Juridicas e Sociaes do Rio de Janeiro, sendo seu director de 1891 a 1892 e lente cathedratico desde o seu inicio até o prezente.

Eleito senador federal pelo Maranhão em 21 de Março de 1910, foi reeleito por nove annos e sem competidor em 30 de Janeiro de 1912. E' no Senado federal prezidente da Commissão de Constituição e Diplomacia.

PIAUHY

Nove annos. — Joaquim Ribeiro Gonçalves.

Nascido no Piauhy, é formado em direito pela Faculdade do Recife. Poeta e jornalista, advogado e litterato, desde muito moço tem militado em politica, filiando-se ao partido conservador do Imperio.

Como advogado, fixou algum tempo rezidencia no Amazonas. Mais tarde, mudou-se para o Maranhão, onde se tornou criador. Neste Estado, foi eleito deputado estadoal.

Nas eleições federaes de 30 de Janeiro de 1909, foi votado no Piauhy ao mesmo tempo para senador e deputado ao Congresso Nacional, optando por aquelle cargo. O seu mandato termina em 1917.

Seis annos. — GERVASIO DE BRITTO PASSOS.

Tres annos. — FIRMINO PIRES FERREIRA.

CEARÁ

Nove annos. — THOMAZ POMPEU PINTO ACCIOLY.

Seis annos. — FRANCISCO SÁ. Renunciou em 16 de Junho de 1909 para occupar a pasta da Viação.

JOSÉ JOAQUIM DOMINGUES CARNEIRO. Eleito em 16 de Outubro de 1909; reconhecido em 11 de Dezembro.

Nascido em S. Matheus, Estado do Ceará, em 21 de Setembro de 1826, bacharelou-se em direito pela Faculdade do Recife. Seguindo a magistratura, foi nomeado promotor publico e inspector litterario de Aquiraz (1865). Em 1866, foi mandado como juiz municipal para a comarca de Russas, cargo que exerceu até 1873. Nesse anno, promoveram-no a juiz de direito de Inhamum, de onde passou em 1879 para Granja, demorando-se ahi até 1891. Servio mais na comarca de Baturité de 23 de Janeiro a 14 de Julho de 1891. Foi nomeado então dezembargador da Relação de Fortaleza em 14 de Junho de 1891, sendo no dia seguinte eleito seu prezidente, posto que occupou até 1909. Na Fortaleza, tambem exerceu o cargo de provedor da Santa Casa de Mizericordia. Eleito senador em 26 de Outubro

de 1909 na vaga aberta pela renuncia do sr. Francisco Sá, renunciou por sua vez o mandato, para que este voltasse á sua antiga cadeira, em 30 de Dezembro de 1910. Falleceu em Fortaleza a 14 de Setembro de 1915.

FRANCISCO SÁ. Reconhecido em Maio de 1911.

Tres annos. — PEDRO AUGUSTO BORGES.

RIO GRANDE DO NORTE

Nove annos. — FRANCISCO SALLES MEIRA E SÁ. Reeleito; reconhecido em 24 de Abril de 1909. Renunciou em 1910.

AUGUSTO TAVARES DE LYRA. Eleito na vaga aberta pela renuncia do dr. Meira e Sá.

Seis annos. — ANTONIO JOSÉ DE MELLO E SOUZA.

Tres annos. — JOAQUIM FERREIRA CHAVES.

PARAHYBA

Nove annos. — WALFREDO LEAL DOS SANTOS. Eleito pela terminação do mandato do dr. Coelho Lisbôa; reconhecido em 20 de Maio de 1909.

Seis annos. — ALVARO LOPES MACHADO.

Tres annos. — JOÃO PEREIRA DE CASTRO PINTO.

PERNAMBUCO

Nove annos. — SEGISMUNDO ANTONIO GONÇALVES. Reeleito; reconhecido em 24 de Abril.

Seis annos. — ANTONIO GONÇALVES FERREIRA.

Tres annos. — FRANCISCO DE ASSIS ROZA E SILVA.

ALAGOAS

Nove annos. — MANOEL GOMES RIBEIRO. (Barão de Traipú). Eleito pela terminação do mandato do sr. Manoel Duarte.

Seis annos. — MANOEL DE ARAUJO GÓES.

Tres annos. — JOAQUIM PAULO VIEIRA MALTA.

SERGIPE

Nove annos. — GUILHERME DE SOUZA CAMPOS. Eleito em 15 de Agosto de 1909 pela terminação do mandato do sr. Martinho Garcez; reconhecido em 13 de Outubro. (1)

---

(1) O Senado annullou a 1.ª eleição realizada em 30 de Janeiro de 1909, na qual foram candidatos os srs. Guilherme de Campos e Felisbello Freire, mandando proceder a novo pleito.
Essa decisão foi tomada na sessão de 6 de Julho do mesmo anno.

Nascido em 10 de Fevereiro de 1850, no Engenho *Periquito*, termo de Itabaianinha, Sergipe, foram seus paes o coronel José Vicente de Souza e d. Porphyria Maria de Campos. Formou-se em direito na Faculdade do Recife. Exerceu os cargos de promotor da comarca do Lagarto, Sergipe; de juiz municipal de Geremoabo, na Bahia; de juiz de direito do Riachão, em Maranhão, e do Lagarto, em Sergipe. Foi chefe de policia e deputado provincial na sua terra natal que prezidio na Republica. Nesse cargo, achava-se em 1906 quando foi deposto, sendo restituido ao poder pela intervenção federal ordenada pelo dr. Rodrigues Alves, então na prezidencia da Republica. Terminado o seu periodo governamental, foi eleito senador federal, devendo o seu mandato expirar em 1917.

Seis annos. — José Luiz Coelho e Campos.

Tres annos. — Manoel Presciliano de Oliveira Valladão.

BAHIA

Nove annos. — José Marcelino de Souza. Eleito pela terminação do mandato do sr. Virgilio Damasio; reconhecido em 28 de Maio de 1909.

Nascido a 15 de Outubro de 1848, em S. Felippe, no Estado da Bahia, foram seus paes o coronel Joaquim Anselmo de Souza e d. Delphina Rosa de Souza. Bacharelou-se em sciencias juridicas e sociaes em 1870. Em 1871, foi promotor da comarca de Nazareth, na Bahia, e, de 1872 a 1876, juiz municipal, no mesmo termo; deputado geral de 1886 a 89; senador estadoal ao Congresso Constituinte da Bahia em 1890, e reeleito na legislatura ordinaria; governador da Bahia, de 1904 a 1908; senador federal em 1909. O seu mandato terminaria em 1917. Falleceu na Bahia em 26 de Abril de 1917.

Seis annos. — Ruy Barboza.

Tres annos. — Severino dos Santos Vieira.

ESPIRITO SANTO

Nove annos. — Bernardino de Souza Monteiro. Eleito por terminação do mandato do sr. Siqueira Lima; reconhecido a 29 de Maio de 1909.

Nascido em 6 de Outubro de 1864, em Cachoeiro do Itapemerim, Espirito Santo, é formado em sciencias juridicas e sociaes. Exerceu a advocacia de 1894 a 1909 na região do sul do Estado, fixando rezidencia em sua cidade natal, em cujo municipio é lavrador. Eleito intendente municipal da mesma cidade em 1896, foi mais tres vezes reeleito, exercendo o cargo até 1908. Eleito em 1907, deputado ao Congresso do Espirito Santo, foi afinal elevado a senador federal em 1909 por terminação do mandato do sr. Siqueira Lima. Renunciou, todavia, o mandato em Agosto de 1916 por haver sido empossado do governo do Espirito Santo.

Seis annos. — José de Mello Carvalho Muniz Freire.

Tres annos. — João Luiz Alves.

RIO DE JANEIRO

Nove annos. — Quintino Bocayuva. Eleito por terminação do mandato do sr. Erico Coelho; reconhecido em 18 de Maio de 1909.

Seis annos. — Lourenço Maria de Almeida Baptista. (Barão de Miracema).

Tres annos. — Carlos Augusto de Oliveira Figueiredo. Renunciou em 1911 para occupar o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

DISTRICTO FEDERAL

Nove annos. — Melciades Mario de Sá Freire. Eleito por terminação do mandato do sr. Barata Ribeiro; reconhecido a 24 de Maio de 1909.

Seis annos. — Augusto de Vasconcellos.

Tres annos. — Lauro Sodré.

MINAS GERAES

Nove annos. — Francisco Alvaro Bueno de Paiva. Eleito para preencher a vaga aberta pela renuncia em 28 de Outubro de 1908 do sr. Bueno Brandão, que assumio o governo de Minas como seu vice-prezidente, deveria terminar o mandato de senador no fim desse mesmo anno. O sr. Bueno de Paiva foi reconhecido a 10 de Maio de 1909, tendo no dia seguinte renunciado, e declarando optar pela cadeira de deputado por Minas, para a qual fôra tambem eleito em 30 de Janeiro desse anno.

Bernardo Pinto Monteiro. Eleito em 24 de Outubro de 1909; reconhecido em 10 de Dezembro.

Seis annos. — Feliciano Augusto de Oliveira Penna.

Tres annos. — Francisco Ántonio de Salles. Renunciou em 15 de Novembro de 1910 por ter assumido a pasta da Fazenda.

Francisco Alvaro Bueno de Paiva. Eleito em 1911.

S. PAULO

Nove annos. — Alfredo Ellis. Reeleito; reconhecido a 24 de Abril de 1909.

Seis annos. — Francisco Glycerio.

Tres annos. — Joaquim Lopes Chaves. Falleceo em 1909.

Manoel Ferraz de Campos Salles. Eleito a 3 de Outubro de 1909; reconhecido em 17 de Novembro.

PARANÁ

Nove annos. — Generoso Marques dos Santos. Eleito pela terminação do mandato do sr. Brazilio da Luz; reconhecido a 24 de Abril.

Seis annos. — Candido Ferreira de Abreu.

Tres annos. — Manoel de Alencar Guimarães.

SANTA CATHARINA

Nove annos. — Felippe Schmidt. Reeleito; reconhecido a 26 de Abril de 1909.

Seis annos. — Hercilio Pedro da Luz.

Tres annos. — Lauro Severiano Müller.

RIO GRANDE DO SUL

Nove annos. — Victorino Ribeiro Carneiro Monteiro. Reeleito; reconhecido em 24 de Abril de 1909.

Seis annos. — José Gomes Pinheiro Machado.

Tres annos. — Julio Anacleto Falcão da Frota. Falleceo em 5 de Abril de 1909.

Alexandre Cassiano do Nascimento. Eleito em 10 de Maio de 1909; reconhecido em 17 de Julho.

GOYAZ

Nove annos. — José Leopoldo de Bulhões Jardim. Eleito por terminação do mandato do sr. Joaquim de Souza; reconhecido em 20 de Maio de 1909. Renunciou em 18 de Junho para assumir a pasta da Fazenda.

FRANCISCO L. RODRIGUES JARDIM. Eleito em 31 de Outubro de 1909; reconhecido a 27 de Dezembro. Renunciou em Dezembro de 1910.

JOSÉ LEOPOLDO DE BULHÕES JARDIM. Foi novamente eleito em 1911.

Seis annos. — BRAZ ABRANTES.

Tres annos. — URBANO COELHO DE GOUVEIA. Renunciou em 1909.

LUIZ GONZAGA JAYME.

Nasceu em Pyrenopolis, Estado de Goyaz, a 8 de Maio de 1855, sendo filho legitimo do coronel João Gonzaga Jayme de Sá e d. Maria Baptista Jayme, ambos fallecidos.

Bacharelou-se em S. Paulo a 21 de Novembro de 1882 e seguindo para seu Estado, foi nomeado Promotor Publico da comarca da Capital a 11 de Abril de 1883, exercendo esse cargo até 31 de Dezembro do mesmo anno, quando solicitou sua demissão. Nomeado Juiz Municipal e de orphams do termo de Santa Luzia, Goyaz, tomou posse a 11 de Outubro de 1884, nelle se conservando até 20 de Abril de 1885, quando foi removido para o termo de Pyrenopolis, onde completou o quatriennio. Nomeado Juiz de Direito da comarca do rio Coxim, por Decreto de 15 de Fevereiro de 1890, tomou posse a 16 de Abril, sendo chamado para o Tribunal da Relação em 12 de Julho do mesmo anno e se conservado com assento no Tribunal até 20 de Abril de 1892, quando foi nomeado Chefe de Policia do Estado.

Nesse cargo, conservou-se até 31 de Dezembro do mesmo anno, tomando posse do lugar de Ministro do Superior Tribunal a 1.º de Janeiro de 1893, quando se installou a Justiça Estadoal. Para esse cargo havia sido nomeado por Decreto de 14 de Novembro de 1892. No Tribunal, manteve-se até 31 de Julho de 1909, quando a

seu pedido foi aposentado. Durante cinco annos foi Professor de Direito Penal na Academia de Direito, sendo paranympho da 1.ª turma dos Bachareis. Em 1.º de Novembro do mesmo anno de 1909, foi eleito senador federal, sem competidor, na vaga aberta pelo actual Marechal reformado dr. Urbano de Gouvêa, que havia sido eleito prezidente do Estado.

Terminados os dous annos desse mandato, foi reeleito por nove annos em Janeiro de 1912.

No Senado, fez parte das Commissões de Policia, de Constituição e Diplomacia, Justiça e Legislação e é actualmente prezidente da Commissão especial do Codigo Penal da Republica.

No movimento revolucionario occorrido no seu Estado em Abril de 1909, exerceu papel saliente, pois foi um dos chefes que contribuiram com maior numero de voluntarios, assegurando a victoria de 1.º de Maio. Circumstancias politicas locaes o afastaram do Partido Democrata, ora situacionista, tendo sido um dos seus fundadores.

A' imprensa, consagrou o Senador Gonzaga Jayme o melhor de sua actividade, tendo sido redactor do *Constitucional,* orgam conservador, logo depois de formado, e na Republica, dos jornaes *Gazeta Goyana, Estado de Goyaz, Jornal de Goyaz, Republica, Imprensa* e *Goyaz.* Durante 20 annos, chefiou uma opposição forte e arregimentada.

Homem de talento, erudito e integro, é uma das figuras mais brilhantes do Senado Federal.

MATTO GROSSO

Nove annos. — José Maria Metello. Reeleito; reconhecido a 24 de Abril.

Seis annos. — Antonio Francisco Azeredo.

Tres annos. — Joaquim Duarte Murtinho. Falleceo em Novembro de 1911.

Camara dos Deputados

(duzentos e doze reprezentantes)

AMAZONAS

(quatro deputados)

DISTRICTO UNICO

1.º — ANTONIO NOGUEIRA.

2.º — ANTONIO MONTEIRO DE SOUZA.

Nascido em 18 de Fevereiro de 1872, na capital do Estado do Amazonas, é formado em odontologia. Exerceo na sua terra natal diversos cargos de importancia, entre os quaes: o de escrivão de Obras Publicas, desde 12 de Maio de 1890 até 1892; amanuense e official da Secretaria do Governo (1892-1895); lente cathedratico do Gymnasio Amazonense (1895); director do Gymnasio e cursos annexos (1897-1900); membro do Conselho de Instrucção Publica (1897-1998); director geral da Instrucção Publica (1899-1900 e em 1905); lente de educação physica da Instrucção Publica (1906); lente cathedratico de pathologia, therapeutica e hygiene dentaria do curso de odontologia da Faculdade de Medicina da Escola Universitaria; prezidente da Sociedade Amazonense de Agricultura (1909).

Fez tambem parte da commissão de representação do Estado do Amazonas na Exposição Nacional do Rio de Janeiro e Festas do Centenario da Imprensa e representou o Estado no 2.º Congresso Nacional de Agricultura.

Como jornalista, foi redactor do *Commercio do Amazonas* de 1901 a 1902, e director-proprietario do *Diario do Amazonas*.

Homem de sciencia e homem de lettras, publicou os seguintes trabalhos:

— *These de concurso sobre Mathematica Elementar;*

— *These sobre Educação Physica;*

— *Relatorio sobre a Instrucção Publica no Amazonas;*

— *A Educação Physica* (abertura de cursos);

— *A borracha*, discussão e trabalhos do 2.º Congresso de Agricultura, sobre a borracha;

— *Arithmetica elementar;*

— *Arithmetica do principiante.*

Eleito em 1909 para representar seo Estado na Camara dos Deputados, fez parte da Commissão de Tomada de Contas.

Em 1910 a Federação Odontologica do Rio de Janeiro escolheo-o para seo 1.º vice-prezidente. Foi reeleito á 8.ª e 9.ª legislaturas (1912 a 1917).

3.º — HENRIQUE FERREIRA PENNA DE AZEVEDO.

4.º — AURELIO AMORIM.

PARÁ

(sete deputados)

DISTRICTO UNICO

1.º — GEMINIANO DE LYRA CASTRO.

Nascido no municipio de Igarapé-mirim, no Estado do Pará, em 8 de Maio de 1863, foram seus paes João Felippe

Pereira de Castro e d. Quiteria C. de Lyra Castro, já fallecidos e ambos filhos do mesmo Estado e municipio.

Homem de sciencia e politico, formou-se em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro em 25 de Dezembro de 1888.

Foi por largos annos director de Hygiene do Pará; vice-governador no periodo de 1900 a 1904; senador do Estado e prezidente do Senado, como tal seu 1.º vice-governador até 1909, quando veio eleito deputado federal na legislatura de 1909 a 1911.

Serviu tambem como vogal do municipio de Belém, de 1895 a 1901. Foi vice-provedor da Santa Casa de Mizericordia do Pará, e depois seu provedor. E' lente de medicina publica da Faculdade Livre de Direito de Belém e um dos chefes do partido republicano local.

Indicado pela facção governista do Pará para senador federal na vaga aberta pela terminação do mandato do sr. Paes de Carvalho, desistio da candidatura em favor do dr. Lauro Sodré. Rezide actualmente no Rio de Janeiro.

2.º — Antonio Passos de Miranda Filho.

3.º — Justiniano de Serpa.

4.º — João Hosannah de Oliveira.

5.º — Rogerio Corrêia de Miranda.

6.º — Deoclecio Marinho de Campos. Renunciou em 1911.

Aarão Reis. Eleito em 5 de Maio de 1911.

Nascido em Belém, do Pará, em 6 de Maio de 1853, é filho do dr. Fabio Alexandrino de Carvalho Reis, que foi deputado geral pelo Maranhão, em varias legislaturas, desde a de 1848, inspector das alfandegas do Pará (de 1852 a 1863), de Pernambuco (duas vezes), da Bahia e do Rio de Janeiro (de 1864 a 1868), entrou numa lista triplice para senador pelo Maranhão, sua terra natal, em 1865, e falleceu no Rio de Janeiro, já apozentado, em Fevereiro de 1890. Do seu consorcio com sua sobrinha d. Anna Roza Leal de Carvalho Reis, teve treze filhos, entre os quaes foi o 7.º o de nome Aarão.

Este iniciou seus estudos de primeiras letras no Pará, com o professor Baena, passando em 1861 para o Instituto de Humanidades, fundado em S. Luiz, no Maranhão, por seu tio materno, dr. Pedro Nunes Leal. Acompanhou seus paes quando, em 1863, transferiram rezidencia para Recife (Pernambuco); e, em 1864, para o Rio de Janeiro, onde continuou seus estudos secundarios no collegio Atheneu Fluminense (de 1864 a 1867), de monsenhor Antonio Pedro dos Reis, passando em 1867 para o collegio Perseverança, fundado por seu pae, quando acintozamente exonerado da Inspectoria da Alfandega do Rio de Janeiro pelo gabinete Zacharias, contra o qual se pronunciára em 1866 como deputado filiado ao partido liberal histórico.

Em Março de 1869, matriculou-se Aarão Reis no 1.º anno da Escola Central do Rio de Janeiro, classificado em 5.º lugar entre os 115 candidatos admittidos á matricula nesse anno após o severo concurso de admissão. Laureado em varios exames, completou em 1872 o curso de engenheiro geographo; em 1873, o de bacharel em sciencias physicas e mathematicas, para o qual eram exigidos todos os preparatorios (inclusivé latim, philosophia e rhetorica) e approvações pelo menos *plenas* em todas as cadeiras dos cinco primeiros annos do curso; e, em 1874, o de engenheiro civil, sendo que, da sua turma de 115 condiscipulos em 1869, apenas 9 lograram o bacharelado e apenas 12 a carta de engenheiros civis.

Em Maio de 1869, tomou o encargo da regencia, no collegio de seu pae, da cadeira de Arithmetica, á qual reuniu, em 1870, as de Algebra e Geometria; e, desde então, em cursos particulares, no Atheneu Fluminense e na propria Escola Polytechnica do Rio de Janeiro, nunca abandonou o magisterio, no meio mesmo dos mais importantes afazeres de sua carreira profissional, sendo hoje um dos docentes da cadeira de Economia Politica, Finanças e Estatistica dessa Escola. Em 1870, iniciou seus trabalhos technicos como praticante na Inspectoria das Obras Publicas do Rio de Janeiro, passando em 1873, ainda como praticante, para a Directoria das Obras Hydraulicas da Alfandega desta cidade.

Concluido seu curso academico, exerceu, successivamente, as seguintes importantes funcções: engenheiro fiscal das obras do novo matadouro em Santa Cruz (1875-1879); chefe dos serviços de electricidade da E. de F. d. Pedro 2.º (1881-1885); engenheiro-chefe da commissão de exame do Açude do Quixadá (1885); director das obras civis e hydraulicas do Ministerio da Marinha (1886-1889); director e engenheiro-chefe, em commissão, das E. de F. de Pernambuco, então reunidas as duas numa só administração (1889); director geral de uma das directorias da Secretaria de Estado da Agricultura, Viação e Obras Publicas (1890); engenheiro-chefe da E. de Ferro Electrica da Tijuca (1891); prezidente da Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão (1891-1892; engenheiro chefe da commissão de estudos das cinco localidades indicadas para numa dellas ser edificada a nova capital do Estado de Minas Geraes (1893); engenheiro-chefe da commissão constructora dessa capital em Bello Horizonte (1894-1895); director geral dos Correios da Republica (1895); director official do Banco da Republica do Brazil (1895-1897); prezidente da Empreza Industrial Serra do Mar (1899-1906); director geral da E. de F. Central do Brazil (1906-1910); director do Lloyd Brazileiro (1910); deputado federal pelo Estado do Pará (1911).

E' membro do Instituto Polytechnico, do Club de Engenharia, da Sociedade de Geographia, do Centro Industrial, etc.

Foi em 1882 um dos secretarios do 1.º Congresso das Estradas de Ferro no Brazil, reunido no Rio de Janeiro, congresso cujos trabalhos colligiu e reuniu num volume sob o titulo de *Arquivos;* e, em 1909, foi o prezidente do Congresso das Vias de Transportes no Brazil, cujos trabalhos foram tambem reunidos em outro volume pelo engenheiro Chavantes.

Desde estudante, escreve no jornalismo brazileiro. Ainda estudante de preparatorios publicou, com E. C. de Araújo Vianna, hoje professor na Escola de Bellas Artes, um pequeno jornal, o *Perseverança;* depois, já na Escola Central, foi o redactor-chefe e o director do *Centro Academico,* jornal de grande formato onde collaboraram Lopes Trovão, Miguel Lemos, Nuno de Andrade, Rocha Faria, Pedro Betim, Ramiro Barcellos, Matta Machado, etc.; e illustrou, como collaborador, as revistas *Crênça, Academica, Rebate,* etc.

Com a collaboração de José de Carvalho Almeida, publicou (1873) a *Bibliotheca Republicana,* cujos primeiros volumes foram: *A Republica Constitucional* (de Laboulaye); *Cathecismo Republicano* (de Barni); e *A idéa de Deus segundo a philosophia positiva* (de Littré).

Quando estudante, foi prezidente da *Liga Escholastica* e da *Emancipadora da Eschola Central,* e fundou o club republicano *A Joven America,* de que foi secretario geral. Quando chefe dos serviços electricos da E. F. d. Pedro II fundou em 1883 a *Associação Geral de Auxilios Mutuos* do pessoal dessa Estrada, hoje Central do Brazil, da qual foi prezidente de 1883 a 1885, depois, em 1890, quando obteve do Governo Provisorio a reversão á favor della das multas disciplinares impostas áquelle pessoal, e, posteriormente, de 1902-1907, quando construiu o actual palacete dessa Associação e estabeleceu as carteiras de *emprestimos* e de *fianças.* E' hoje prezidente honorario vitalicio dessa benemerita Associação, cujo patrimonio excede já de 3.000:000$000 e distribue, pelos socios enfermos e pelas familias dos fallecidos, auxilios e pensões que se contam por algumas centenas de contos de réis annualmente.

E' a seguinte a lista das obras que tem publicado:

— *Trigonometria Espherica*, trad. de Dubois, 1 vol., 1872 (2.ª edição, 1898);

— *A Instrucção superior no Imperio*, 1 vol., 1875;

— *Lições de Algebra Elementar*, 1 vol., 1876;

— *A rescisão do contracto das obras do novo matadouro*, 1 vol., 1879;

— *A Instrucção nacional e o Decreto de 19 de Abril*, 1 vol., 1879;

— *These de concurso á cadeira de Economia Politica, Estatistica e Direito Administrativo da Eschola Polytechnica do Rio de Janeiro*, 1 vol., 1880;

— *A Engenharia e as obras publicas no Brazil*, 1 vol., 1880;

— *A escravidão dos negros*, trad. de Condorcet, 1 vol., 1881;

— *A Luz Electrica pelo systema Edison*, 1 vol., 1882;

— *A transmissão e a distribuição electricas da força*, 1 vol., 1884;

— *Arquivo dos trabalhos do 1.º Congresso das E. de Ferro no Brazil*, 1 vol., 1885;

— *Açude do Quixadá*, 1 vol., 1885;

— *A Estrada de Ferro de Sobral — laudo dezempatador*, 1 vol., 1888;

— *A Electrologia em 1886*, 1 vol., 1888;

— *La Société anonyme du Gaz de Rio de Janeiro*, 1 vol., 1890;

— *Curso Elementar de Mathematica, 1.ª parte: Arithmetica*, 1 vol., 1892;

— *Relatorio da Commissão de Estudo das cinco localidades indicadas para numa dellas ser construida a capital do Estado de Minas Geraes*, 1 vol., 1893;

— *Revista geral dos trabalhos da Commissão Constructora da nova capital do Estado de Minas Geraes em Bello Horizonte*, 2 vols., 1895;

— *Curso elementar de Mathematica, 2.ª parte: Algebra, 2 vols.*, 1902.

Em preparo: *Desvíos mortos* (discursos, conferencias, pareceres e artigos diversos).

7.º — Antonio Felintho de Souza Bastos.

MARANHÃO

(sete deputados)

DISTRICTO UNICO

1.º — Manoel Bernardino da Costa Rodrigues.

2.º — Agrippino Azevedo.

3.º — Francisco da Cunha Machado.

4.º — Dunshee de Abranches (João Dunshee de Abranches Moura.

5.º — Luiz Antonio Domingues da Silva. Renunciou em Fevereiro de 1910 para assumir o governo do Maranhão.

Arthur Moreira (Arthur Quadros Collares Moreira). Eleito em 21 de Março e reconhecido em 27 de Abril de 1910.

Nascido em 1.º de Dezembro de 1866, na capital do Maranhão, é oriundo de antiga e importante familia. Formando-se em direito pela Faculdade do Recife, seguio a magistratura na sua provincia natal. Foi promotor publico da comarca do Rosario, em 1888; juiz substituto de S. Luiz, em 1890; juiz municipal do Rozario, em 1891; juiz de direito do Alto-Mearim, ainda em 1891, e, em 1893, da sua antiga comarca do Rozario.

No Imperio, pertenceu á facção do partido conservador, que obedecia á direcção do conselheiro Gomes de Castro.

Adherindo á Republica, não permaneceu todavia muito tempo no Estado. Declarado juiz avulso, seguio para o Recife, onde se dedicou ao commercio e contrahio cazamento; e, dahi, transferio rezidencia para a capital da Parahyba, onde continuou como commerciante e industrial.

Em 1903, por convite do seu chefe politico, o senador Benedicto Leite, foi eleito deputado ao Congresso Maranhense. Suffragado mais tarde, 2.º vice-governador, não se demorou a assumir o governo do Estado na ausencia do governador que era então o dr. Benedicto Leite.

Fallecendo este na Europa e sendo escolhido para succedel-o no poder, affastou-se do governo do Estado, pedindo para isso licença ao congresso local.

Investido do governo o prezidente da assembléa, recuzou-se este a entregar-lhe o poder quando quiz reassumil-o, desistindo então da candidatura ao futuro governo diante da scisão aberta no seu partido.

Feito bem depressa um accordo entre os principaes politicos divergentes no Estado, era eleito deputado federal na vaga do dr. Luiz Domingues que, por sua vez, fôra suffragado governador do Maranhão.

Reeleito á 8.ª e 9.ª legislaturas, exerce actualmente o cargo de 2.º vice-prezidente da camara e advoga no fôro da Capital Federal, para onde mudou a sua rezidencia.

6.º — Christino Cruz.

7.º — Coelho Netto (Henrique).

Nasceu em 21 de Fevereiro de 1864, na cidade de Caxias, Estado do Maranhão. Homem de lettras e fino estylista, poeta e orador, tem publicado até hoje 52 obras, tendo escripto 68.

E' membro da Academia Brazileira de Lettras desde a sua fundação. Tem collaborado em quasi todos os jornaes desta capital e em numerosas revistas litterarias.

Na sua vida publica, ha occupado os cargos de secretario do governo do Estado do Rio de Janeiro (1890-1891); lente, por concurso, de litteratura do Gymnasio de Campinas, Estado de S. Paulo, (1901-1903); e lente cathedratico, por decreto de 17 de Abril de 1909, de litteratura do Externato Pedro II. Exerceo antes (1907-1909) o mesmo cargo interinamente. E' ainda lente da historia das artes na Escola Nacional das Bellas Artes e director e lente da Escola Dramatica Municipal.

Tem publicado os seguintes livros:

1 — *Rhapsodias*, 1.ª ed. Rio, 1891; 2.ª Paris (Garnier), 1911;

2 — *A Capital Federal*, 1.ª Rio, 1893; 2.ª Rio, Laemmert & Cia., 1900;

3 — *Praga*, 1.ª ed. J. Cunha & Cia., Rio, 1894;

4 — *Balladilhas*, 1.ª ed. Rio, Domingos de Magalhães, 1894;

5 — *Bilhetes postaes*, 1.ª ed. Rio, Domingos de Magalhães, 1894;

6 — *Fruto prohibido*, 1.ª ed. Rio, Domingos de Magalhães, 1895;

7 — *Miragem*, 1.ª ed. Rio, Domingos de Magalhães, 1895; *Miragem*, 2.ª ed. Lello & Irmão, Porto, 1909;

8 — *O rei fantasma*, 1.ª ed. Rio, Domingos de Magalhães, 1895;

9 — *Sertão*, 1.ª ed. Rio, 1897; 2.ª ed. Lello & Irmão, Porto, 1903;

10 — *Album de Culliban*, 1.ª ed. Rio, Laemmert & Cia., 1897;

11 — *America*, 1.ª ed. Rio, Isidoro Bevilacqua, 1897;

12 — *Pelo amor*, 1.ª ed. Rio, Laemmert & Cia., 1897;

13 — *Inverno em flor*, 1.ª ed. Rio, Laemmert & Cia., 1897;
» » » 2.ª » Lello & Irmão, Porto, 1912;

14 — *O morto*, 1.ª ed. Rio, Laemmert & Cia., 1898;

15 — *Romanceiro,* 1.ª ed. Rio, Laemmert & Cia. 1898;
» » » Lello & Irmão, Porto, 1906;

16 — *A descoberta da India,* 1.ª ed. Rio, Laemmert & Cia., 1898;

17 — *O Paraiso,* 1.ª ed. Rio, Laemmert & Cia., 1898;

18 — *Seara de Ruth,* 1.ª ed. Rio, Domingos de Magalhães, 1898;

19 — *O rajah do Pendjab,* (2 vols.) 1.ª ed. Rio, Laemmert & Cia., 1899;

20 — *Artemis,* 1.ª ed. Rio, Fertin de Vasconcellos & Morand, 1898;

21 — *Hostia,* 1.ª ed. Rio, Fertin de Vasconcellos & Morand, 1898;

22 — *Lanterna magica,* 1.ª ed. Rio, Domingos de Magalhães, 1898;

23 — *A terra fluminense,* (com Olavo Bilac) Rio, 1.ª 1898;

24 — *A conquista,* 1.ª ed. Rio, Laemmert & Cia., 1899;

25 — *Por montes e valles,* 1.ª ed. Rio, Domingos de Magalhães, 1899;

26 — *Saldunes,* 1.ª ed. Tavares Cardoso, Lisbôa, 1900;

27 — *Tormenta,* 1.ª ed. Laemmert & Cia., Rio, 1901;

28 — *Memoria sobre arte,* 2.º vol. Livro do Centenario, Rio, 1901;

29 — *Apologos,* 1.ª ed. «Ao Livro Azul», Campinas, 1904;
» 2.ª » Lello & Irmão, Porto, 1910;

30 — *A bico de penna,* 1.ª ed. Lello & Irmão, Porto, 1904;

31 — *Contos patrios,* (com O. Bilac), 1.ª ed. de Francisco Alves, Rio, 1904, está na 4.ª ed.;

32 — *Compendio de litteratura brazileira,* ed. Francisco Alves, 1.ª 1905, está no prelo a 2.ª edição;

33 — *Innocencio innocente,* ed. d'O Malho, 1.ª 1905;

34 — *Agua de Juventa,* 1.ª ed. Lello & Irmão, Porto, 1905;

35 — *Theatro infantil,* (com O. Bilac) 1.ª Rio, Francisco Alves, 1905;

36 — *Pastoral,* 1.ª ed. Tavares Cardoso, Lisbôa, 1905;

37 — *Turbilhão,* 1.ª ed. Rio, Laemmert & Cia., 1906;

38 — *Treva,* — 1.ª ed. Paris, Garnier, 1906;

39 — *Theatro,* 3.º vol. 1.ª ed. Paris, Garnier, 1907;

40 — *As 7 dores de N. Senhora,* 1.ª ed. Rio, E. Bevilacqua & Cia., 1907;

41 — *Theatro,* 2.º vol. 1.ª ed. Lello & Irmão, Porto, 1907;

42 — *Fabulario,* 1.ª ed. Lello & Irmão, Porto, 1907;

43 — *Jardim das oliveiras,* 1.ª ed. Lello & Irmão, Porto, 1908;

44 — *Esphynge,* 1.ª ed. Lello & Irmão, Porto, 1908;

45 — *Quebranto,* 1.ª ed. Lello & Irmão, Porto, 1908;

46 — *Conferencias litterarias,* 1.ª ed. Paris, Garnier, 1909;

47 — *Patria brazileira,* (com O. Bilac), 1.ª Rio, Francisco Alves, 1909;

48 — *Vida mundana,* 1ª. ed. Paris, Garnier, 1909;

49 — *Scenas e perfis,* 1.ª ed. Paris, Garnier, 1910;

50 — *Alma,* 1.ª ed. J. R. dos Santos, Rio, imp. no Porto, 1911;

51 — *Mysterio do Natal,* 1.ª ed. Lello & Irmão, Porto, 1911;

52 — *Theatro,* 1.º vol., 1.ª ed. Lello & Irmão, Porto, 1911;

52 — *Banzo,* a sahir, ed. Lello & Irmão, Porto;

54 — *Palestras da tarde,* a sahir, edição Garnier;

55 — *Melusina,* a sahir, edição Garnier;

As 3 ultimas obras estão a apparecer, e assim tambem a 2.ª edição d'*O morto.*

PIAUHY

(quatro deputados)

DISTRICTO UNICO

1.º — ALVARO TEIXEIRA DE SOUZA MENDES.

2.º — JOÃO HENRIQUE DE SOUZA GAYOSO E ALMENDRA.

3.º — JOAQUIM ANTONIO DA CRUZ.

4.º — JOAQUIM RIBEIRO GONÇALVES. Renunciou o mandato optando pelo logar de senador.

FELIX PACHECO (José Felix Alves Pacheco). Eleito em 20 de Julho; reconhecido em 31 de Agosto de 1909.

Nascido a 2 de Agosto de 1879 em Therezina, é filho legitimo do integro e notavel magistrado dr. Gabriel Luiz Ferreira e d. Maria Candida da Conceição Pacheco Ferreira. Veio para o Rio de Janeiro em 1898 com seu tio, o Senador Theodoro Pacheco.

Estudou no Collegio Militar; e, dotado de brilhante talento e esmerada cultura litteraria, entrou muito moço para a imprensa, tendo trabalhado n'*O Debate* e no *Jornal do Commercio,* onde serve desde 1899 e é hoje redactor-chefe. Foi tambem durante seis ou sete annos director do Gabinete de Identificação e de Estatistica, tendo introduzido no Brasil o systhema das *finger prints* com a classificação argentina de Vucetich. Representou com os drs. Bento de Faria e Eurico Cruz a policia do Rio de Janeiro no 3.º Congresso Scientifico Latino-Americano. Seguio nesse mesmo anno para Buenos Aires reprezentando o Brasil na Conferencia Internacional de Policia e firmando nesse caracter o convenio de 18 de Outubro. Foi secretario de uma das secções do Congresso de Assistencia Publica reunido no Rio ao tempo da administração Souza Aguiar. Fez parte da commissão central nomeada pelo prefeito Passos para o recenseamento do Districto Federal. Foi eleito deputado federal pelo Piauhy na vaga deixada pela renuncia do senador Ribeiro Gonçalves na ultima legislatura e reeleito na presente. Faz parte desde fins de 1911 da Commissão de Finanças, sendo relator do orçamento do Interior. Eleito para succeder a Araripe Junior na Aca-

demia Brazileira em 1912, é tambem socio effectivo do Instituto Historico, Sociedade de Geographia e Associação de Imprensa.

Jornalista primoroso, poeta delicado e erudito homem de lettras, tem publicado diversos livros, entre os quaes se destacam:

— *O Publicista da Regencia*, monographia historica sobre Evaristo Ferreira da Veiga e a Aurora Fluminense;

— *Homilias de Piedade*, de Bossuet (traducção);

— *Chicotadas* (versos revolucionarios);

— *Via Crucis* (versos);

— *Mors-Amor* (versos);

— *Luar de amor* (versos);

— *O problema da identificação;*

— *A identificação pelas impressões digitaes*, do dr. Edmond Locard (traducção);

— *A excellencia do systhema dactyloscopico Vucetich e a necessidade da creação dos gabinetes intercontinentaes*, these apresentada ao C. S. L. Americano do Rio de Janeiro;

— *O serviço de identificação no Brazil*, these apresentada ao 2.º Congresso Medico de Montevidéo;

— *O recenseamento*, conferencia na Associação dos Empregados no Commercio;

— *Dous Egressos da Farda*, estudo critico sobre Euclydes da Cunha e Alberto Rangel;

— *Pela Defeza Nacional*, estudo sobre as missões extrangeiras para o Exercito e Armada, e rehabilitação historica do Almirante Cockrane;

— *Discurso na inauguração da herma de Ferreira de Araujo;*

— *A independencia do poder judiciario e as prerogativas do Supremo Tribunal;*

— *Inezita* — versos;

— *Martha* — versos;

— *Tu... só tu... — versos.*

Redigiu tres annos seguidos os relatorios das administrações policiaes do Rio.

Tem muitos outros trabalhos avulsos entre os quaes destacaremos:

Chanaan, estudo sobre a obra de Graça Aranha; *Periplo de Hannon*, monographia historica reunindo manuscriptos de José Bonifacio sobre as navegações dos Carthaginézes na costa d'Africa.

Embora parlamentar distincto e *leader* de sua bancada, não é politico militante, limitando-se á profissão de jornalista, que exerce desde verdes annos, gozando na sua classe de geral estima, quer pelos seus dotes de espirito, quer pelo seu caracter integro e severo.

Eleito deputado federal á 7.ª legislatura, teve o seu mandato renovado á 8.ª e á 9.ª (1912 a 1817). Quando se deu a scisão no seu partido no Piauhy, discordando da candidatura que o governador em exercicio queria impôr, publicou um energico manifesto ao povo piauhyense e renunciou o mandato de deputado. Bem cedo, todavia, se dava forte reacção no Estado, forçando o governador a capitular; e, empossado do governo o candidato opposicionista, era de novo restituido á sua cadeira na Camara Federal, onde tem sempre pertencido á Commissão de Finanças.

CEARÁ

(dez deputados)

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — Waldomiro Moreira.

2.º — Domingos Sergio de Saboya e Silva.

3.º — Eduardo Thomé Saboya.

4.º — João Cordeiro. Renunciou para ser prefeito do Acre.

THOMAZ CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE. Eleito em 4 de Setembro de 1910; reconhecido em 17 de Novembro.

5.º — JOSÉ FREIRE BEZERRIL FONTENELLE.

SEGUNDO DISTRICTO

6.º — MAURICIO GRACCHO CARDOZO.

7.º — GONÇALO DE ALMEIDA SOUTO.

8.º — JOÃO LOPES FERREIRA FILHO.

9.º — FREDERICO AUGUSTO BORGES.

10.º — EUCLYDES BARROZO.

Nascido em 17 de Fevereiro de 1861, foram seus paes o coronel Paulino Joaquim Barrozo e d. Francisca Carolina Barrozo. Estudou os preparatorios no Altuneu Cearense, formando-se em engenharia civil pela Escola Polytechnica do Rio de Janeiro em 1883. Um anno antes, entrára como inspector de 1.ª classe para a Repartição Geral dos Telegraphos, sendo promovido em 1884 a engenheiro ajudante e, em 1890, a engenheiro-chefe de districto. Exerceu commissões de campo, no Piauhy e Maranhão (1883 a 1888). Neste ultimo Estado, fez uma exploração de 131 kilometros de mattas virgens, nunca atravessadas até então pelo homem civilizado. Em 1890, assumio a chefia do districto do Maranhão; em 1894, foi removido para a Bahia; e ahi estava quando foi nomeado vice-director da Repartição Geral dos Telegraphos, cargo que ainda hoje occupa. Em 1908, foi a Lisboa reprezentar o Brazil na Conferencia Internacional de

Telegraphia, alli realizada. Diversas vezes assumio a direcção geral dos Telegraphos. Eleito deputado federal á 7.ª legislatura (1909 a 1911), exerceu o mandato com o maior realce e correcção. Não pleiteou a reeleição por ter ficado inelegivel pela ultima lei que regulou o assumpto.

RIO GRANDE DO NORTE

(quatro deputados)

DISTRICTO UNICO

1.º — Eloy Castriciano de Souza.

2.º — Sergio Paes Barreto.

Nascido em Natal, no Rio Grande do Norte, em 14 de Janeiro de 1889, é formado em sciencias juridicas e sociaes. Filiando-se em seu Estado natal ao partido, que obedecia á orientação do senador Pedro Velho, exerceu alli diversos cargos, até que, em 1909, era eleito deputado federal á 7.ª legislatura (1909 a 1911).

Em 30 de Janeiro de 1912, não pleiteou a reeleição por ser parente do governador em exercicio, dr. Alberto Maranhão, incidindo na lei das inegibilidades. Advoga prezentemente no Rio de Janeiro e é official de gabinete do ministro da Viação.

3.º — Juvenal Lamartine de Faria.

4.º — João Lindolpho da Camara.

PARAHYBA

(cinco deputados)

DISTRICTO UNICO

1.º — Francisco Seraphico da Nobrega.

Filho do capitão Manoel da Nobrega e de d. Gertrudes M. da Nobrega, nasceu em Santa Luzia do Sabugy, Para-

hyba do Norte, em 28 de Novembro de 1863. Bacharelou-se na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, em 22 de Dezembro de 1894. Em 1892, no terceiro anno da Faculdade do Recife, veio rezidir no Rio de Janeiro, onde se dedicou, a principio, ao professorado, e, depois, á advocacia. Exerceu o cargo de auxiliar da redacção do *Diario Official.* Eleito deputado estadoal pela Parahyba durante duas legislaturas, perdeu o mandato em 1905 por ter, na qualidade de 2.º vice-prezidente do Estado, assumido o governo de Fevereiro a Junho desse anno. Foi então nomeado director da Instrucção Publica, cargo que exerceu até Outubro de 1908, quando se desincompatibilizou para a eleição de deputado federal de 30 de Janeiro de 1909, sendo reeleito em 1912.

Como advogado no Rio de Janeiro, fez parte da Assistencia Judiciaria, sendo até prezidente de uma das secções e defendendo sempre com actividade as causas dos prezos pobres. Nomeado duas vezes juiz de direito de S. Luiz de Cáceres e Cuyabá, em Matto Grosso, deixou de acceitar esses cargos. Foi nomeado juiz substituto da secção da Parahyba do Norte, no governo Campos Salles.

2.º — Manoel Tavares Cavalcanti.

Nascido em 16 de Agosto de 1881, na cidade de Alagôa Nova, Estado da Parahyba, é bacharel em sciencias juridicas e sociaes desde 7 de Dezembro de 1901. Laureado pela Faculdade do Recife, mereceo o premio de viagem.

Exerceo na sua terra natal, dentre outros cargos, os seguintes: professor da Escola Normal, desde 16 de Março de 1904; lente do Lyceu Parahybano, desde 24 de Abril de 1904; delegado fiscal do governo junto ao Collegio Diocesano, de 10 de Setembro de 1906 até 16 de Setembro de 1908. Em 1907, foi eleito deputado estadoal pela Parahyba. Advoga desde Janeiro de 1902 e é jornalista desde 1905. Eleito deputado federal á 7.ª legislatura

(1909 a 1912), fez parte na Camara da Commissão de Instrucção Publica, tendo elaborado importantes pareceres. E' homem de talento e dotado de caracter integro e leal.

3.º — PRUDENCIO COTEGIPE MILANEZ.

Nascido em 13 de Fevereiro de 1863 na cidade de Areia, Parahyba do Norte, foram seus paes o dr. Abdon Felintho Milanez e d. Gracinda Cotegipe Milanez. Formou-se em direito pela Faculdade do Recife em 1889. Foi nomeado amanuense da Secretaria do Estado da Guerra em 20 de Janeiro de 1891. Promovido depois a 2.º e 1.º official, finalmente, em 26 de Novembro de 1907 foi nomeado chefe de secção da mesma secretaria.

Eleito deputado estadoal pela Parahyba em 1892, teve de renunciar por incompatibilidade do cargo que occupava no Ministerio da Guerra em virtude da lei eleitoral que vigorava.

Eleito novamente em 1908, teve de renunciar no anno seguinte visto ter sido votado e reconhecido deputado federal pelo mesmo Estado.

Capitão honorario por serviços prestados á Republica, tem actualmente as honras de tenente-coronel que são inherentes ao cargo que occupa.

Foi ainda um dos organisadores da conferencia assucareira realisada na cidade de Campos, no Estado do Rio de Janeiro, em 1911, tendo na mesma representado o seu Estado natal. Tomou tambem parte na outra que se realisou no anno anterior na Sociedade Nacional de Agricultura, na Capital Federal.

4.º — FRANCISCO CAMILLO DE HOLLANDA.

5.º — ANTONIO SIMEÃO DOS SANTOS LEAL.

PERNAMBUCO

(dezesete deputados)

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — Affonso Gonçalves Ferreira da Costa.

2.º — Francisco Teixeira de Sá.

3.º — Antonio Alves Pereira de Lyra.

4.º — João Vieira de Araujo.

5.º — Esmeraldino Olympio Torres Bandeira. Renunciou em 18 de Junho de 1909 para occupar a pasta do Interior.

Annibal Freire da Fonseca. Eleito em 30 de Julho de 1909; reconhecido em 9 de Setembro.

Nascido em 7 de Julho de 1884 em Lagarto, Estado de Sergipe, foram seus paes o coronel Antonio Cornelio da Fonseca e d. Julia Ferreira da Fonseca. Bacharelou-se em 1903 pela Faculdade do Recife, tendo feito o curso secundario no Atheneo do seu Estado natal. Em 7 de Abril de 1907, fez concurso para lente substituto da 2.ª secção (economia politica, finanças e direito administrativo) daquella faculdade, sendo o escolhido. Em 1902, servio como promotor em Aracajú; e, de 1904 a 1907, foi inspector de seguros em Pernambuco. Eleito deputado estadoal em 1907, era nomeado secretario geral do Estado em 1908, exonerando-se desse cargo em 1909 quando foi eleito deputado federal na vaga do dr. Esmeraldino Bandeira, nomeado ministro da Justiça.

Jornalista e homem de lettras, professor de direito e orador, redigio a *Gazeta da Tarde*, do Rio, em 1901; *O Estado de Sergipe*, em 1900; e o *Diario de Pernambuco* (de 1902 a 1911).

6.º — Adolpho Simões Barbosa.

Filho de Manoel Alves Barbosa e d. Joanna Simões Barbosa, nasceo em 3 de Abril de 1860 na cidade do Recife. Em 1877, terminou o curso de humanidades, matriculando-se no mesmo anno na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde se formou em 1882 depois de brilhante curso academico.

Chefe de clinica de partos no Hospital Pedro II, medico e gynecologista do Hospital Portuguez de Beneficencia do Recife, medico da Associação Operaria de Camaragibe e lente substituto de medicina publica na Faculdade de Direito do Recife, desde 1891, não só em Pernambuco, como no Rio de Janeiro, conquistou uma justa nomeada de clinico provecto e consciencioso.

Eleito deputado federal em 1909, tem tido successivamente renovado o mandato até a prezente data.

SEGUNDO DISTRICTO

7.º — Estacio de Albuquerque Coimbra.

8.º — Julio de Mello Filho.

9.º — José Marcelino da Roza e Silva.

10.º — Leopoldo Marinho de Paula Lins.

Nascido em 13 de Dezembro de 1857, na villa de Barreiros, Pernambuco, foram seus paes o capitão José Lins de Barros e d. Blandicia de Paula Lins. Formado em direito pela Faculdade do Recife em 4 de Novembro de

1881, foi nomeado promotor publico de Barreiros em Dezembro do mesmo anno, cargo que exerceu até 2 de Agosto de 1883, quando foi nomeado juiz municipal dos termos reunidos de Conceição do Arroio e Torres, no Rio Grande do Sul. Em 7 de Março de 1885, removido para S. João de Montenegro, tambem no Rio Grande do Sul, não assumio o exercicio. Em Julho do mesmo anno, foi ainda nomeado juiz municipal em Santarem, no Pará, não acceitando a nomeação. Em 1891, foi nomeado promotor publico de Palmares, em Pernambuco. Em 1892, era eleito prefeito do municipio e, no anno seguinte, deputado estadoal. Em 1897, foi eleito senador ao Congresso Pernambucano. Em 1899, foi chefe de policia do governo do dr. Segismundo Gonçalves. Em 1909, foi eleito deputado federal, renunciando o mandato em 1911.

Esmeraldino Olympio Torres Bandeira. Eleito em 20 de Março de 1911; reconhecido em 16 de Maio.

11.º — Joaquim José de Faria Neves Sobrinho.

12.º — José Rufino Bezerra Cavalcanti.

TERCEIRO DISTRICTO

13.º — Pedro José de Oliveira Pernambuco.

14.º — Domingos de Souza Leão Gonçalves.

15.º — José de Medeiros e Albuquerue.

16.º — Arthur Orlando da Silva.

17.º — JOÃO DE SIQUEIRA CAVALCANTI.

ALAGOAS

(seis deputados)

DISTRICTO UNICO

1.º — JOÃO FRANCISCO DE NOVAES PAES BARRETO.

2.º — MANOEL DE SAMPAIO MARQUES.

3.º — EUSEBIO FRANCISCO DE ANDRADE.

4.º — NATALICIO CAMBOIM DE VASCONCELLOS.

Nascido em 23 de Maio de 1872, na cidade de Barreiros, Estado de Pernambuco, é bacharel em direito.

Industrial na cidade de Victoria, Estado de Alagôas, foi eleito tres vezes, de 1900 a 1907, deputado estadoal pelo Estado de Alagôas. Suffragado senador estadoal de Alagôas em 1908, por seis annos, resignou este mandato em 2 de Maio de 1909, por ter sido eleito deputado federal por este Estado. Foi ainda prezidente do Conselho Municipal e inspector escolar no municipio de Victoria, Estado de Alagôas. E' um dos ornamentos mais brilhantes da bancada alagoana.

5.º — RAYMUNDO PONTES DE MIRANDA.

6.º — EPAMINONDAS HYPPOLITO GRACINDO. Falleceu em 13 de Janeiro de 1911.

DEMOCRITO BRANDÃO GRACINDO. Eleito em 23 de Abril de 1911.

Nascido em Viçosa, Estado de Alagôas, em 29 de Abril de 1885, foram seus paes o coronel Epaminondas

Gracindo e d. Maria Brandão Gracindo. Fez o curso gymnasial em Maceió e no Recife, onde se bacharelou em sciencias juridicas e sociaes em 1903. Nomeado juiz substituto da Villa do Parahyba, passou a servir em Chaves, na ilha de Marajó, no Pará, para onde seguiu em 1903. Alli, foi ainda promotor em Gurupé. Regressando a Alagôas, foi nomeado lente da Escola Normal, de Maceió, exercendo a cadeira de pedagogia, e, depois, do Gymnasio Alagoano, onde ensinou historia do Brazil. Foi conselheiro municipal de Maceió e prezidente do Conselho, prefeito municipal, secretario do Interior e chefe de policia. Eleito deputado federal em 23 de Abril de 1911 na vaga do seu pae, o coronel Epaminondas Gracindo, não teve o mandato renovado á oitava legislatura. Foi mais tarde secretario do governo do seu Estado, exonerando-se em 1917.

SERGIPE

(quatro deputados)

DISTRICTO UNICO

1.º — PEDRO RODRIGUES DA COSTA DORIA.

Nascido em 5 de Julho de 1866, na cidade de Propriá, Estado de Sergipe, foram seus paes Gustavo Rodrigues da Costa Doria e d. Maria da Soledade da Costa Doria. Depois de haver frequentado as faculdades de Direito e de Medicina, diplomou-se em pharmacia. Foi juiz municipal supplente de Limeira, em S. Paulo (1882); analysador chimico da Directoria de Hygiene de S. Paulo, em 1892; prezidente da Companhia Paulista de Drogas, ainda em S. Paulo (Dezembro de 1906 a 31 de Dezembro de 1913); prezidente da Sociedade Auxilio das Familias, com séde em Piracicaba; e prezidente da Sociedade de Hygiene, tambem no Estado de S. Paulo. Eleito deputado federal por Sergipe á 7.ª legislatura, não teve mais o mandato renovado.

2.º — Gumercindo de Araujo Bessa.

Filho de Urbano Joaquim da Soledade e d. Francisca Carolina de Araujo Bessa, nasceu na Estancia, cidade sergipana do sul do Estado, a 2 de Janeiro de 1859.

Bacharel em direito pela Faculdade do Recife em 1885, fez toda a sua carreira publica em Sergipe, onde sempre residiu. Foi deputado provincial na ultima legislatura do antigo regimen; deputado á Constituinte estadoal; promotor publico de 1885 a 1886; juiz dos casamentos; prezidente do Tribunal de Appellação, dissolvido pela revolução de 23 de Novembro de 1891, e chefe de policia.

Como jornalista, redigiu nos annos de 1887-1888 *A Reforma,* orgão do partido liberal de Sergipe, e collaborou na *Gazeta de Sergipe,* de 1889 a 1894.

Deputado federal na 7.ª legislatura, não teve mais o mandato renovado. Dedicou-se exclusivamente á advocacia no seu Estado. Jurisconsulto notavel, falleceu em 1913.

3.º — Joviniano Joaquim de Carvalho.

4.º — Antonio Pedro da Silva Marques. Falleceu em 1909.

Nascido em Laranjeiras, Sergipe, em 1854, ainda muito moço, quando estudante do 5.º anno da Faculdade de Direito do Recife, foi eleito deputado provincial em Sergipe.

Formou-se em Pernambuco em 1877, juntamente com os drs. Rosa e Silva, J. J. Seabra, Albuquerque Lins e Ignacio Tosta.

Logo depois de sua formatura, foi nomeado promotor em sua cidade natal, e, depois, juiz municipal da mesma localidade, indo em seguida para Pernambuco como juiz municipal de Caruarú, de onde sahiu para ser juiz de direito do Brejo da Madre de Deus, no mesmo Estado, occupando ainda nesse Estado o cargo de juiz de direito em Caruarú e Limoeiro.

Exerceu com brilho o cargo de chefe de policia no governo do dr. Joaquim Corrêa de Araujo, de 1896 a 1899, sendo, nesse periodo, nomeado dezembargador do Superior Tribunal de Justiça de Pernambuco.

No quatrienio seguinte, foi eleito vice-governador do Estado, qnando governador o dr. Gonçalves Ferreira.

Foi eleito deputado federal por Sergipe, na legislatura de 1906 a 1908, não sendo então reconhecido, apezar de ser o mais votado, em virtude de uma emenda apresentada pelo deputado Rodrigues Saldanha.

Jornalista e jurisconsulto, redigio algum tempo a *Gazeta de Aracajú*, tomando parte saliente na questão religiosa. Escreveu um importante livro intitulado *Sociologia criminal*.

Falleceu no Recife em 10 de Dezembro de 1909.

Felisbello Firmo de Oliveira Freire. Eleito em 22 de Março de 1910; reconhecido em 3 de Setembro.

BAHIA

(vinte e dois deputados)

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — Antonio Calmon du Pin e Almeida.

Nascido em 2 de Julho de 1871 na capital do Estado da Bahia. Bacharel em direito pela Faculdade do Recife em 1891, advoga desde essa epocha na sua terra natal. Ahi exerceu tambem o lugar de procurador fiscal (1894-1895); o de director da Secretaria da Camara dos Deputados (1895-1909). Eleito para a 7.ª legislatura pelo 1.º districto da Bahia, obteve o primeiro lugar com uma differença de 5.000 votos sobre o segundo votado. Fundador do Instituto Geographico e Historico da Bahia, occupou o cargo de secretario depois da sua fundação. Exerceo cargos electivos diversos e é chefe politico de prestigio na

capital do Estado. Tem publicado diversos trabalhos em jornaes e revistas sobre agricultura e historia da Bahia, sob o pseudonymo de «Nipud».

2.º — José Joaquim Seabra. Renunciou em 1910, para occupar a pasta da Viação, não sendo preenchida a vaga.

3.º — Pedro Francisco Rodrigues do Lago.

4.º — Domingos Rodrigues Guimarães. Renunciou em 1911, não sendo preenchida a vaga.

5.º — Leovigildo Ipiranga do Amorim Filgueiras. Falleceu em 30 de Janeiro de 1910.

José Augusto de Freitas. Eleito em 29 de Maio de 1910; reconhecido em 17 de Novembro.

6.º — Francisco Luiz da Costa Drummond.

Nasceu no dia 2 de Maio de 1870, na capital do Estado da Bahia, sendo seu pae o dr. João Ricardo da Costa Drummond. Foi promotor publico da comarca de Camarú, no Estado de Pernambuco; juiz preparador da comarca de Porto Seguro, no Estado da Bahia; delegado escolar do 3.º districto, com séde na comarca da Cachoeira, Estado da Bahia; deputado estadoal nas legislaturas de 1897 á 1905; secretario da intendencia e director da bibliotheca municipal do municipio da capital do Estado da Bahia e deputado federal pelo 1.º distrtcto, na legislatura de 1909 á 1911. Não teve o mandato renovado em 1912. Estudou os pre-

paratorios, em numero de quinze, no antigo Lyceu Provincial da Bahia e formou-se na Faculdade de Direito de Pernambuco no dia 10 de Dezembro de 1892.

SEGUNDO DISTRICTO

7.º — MANOEL UBALDINO DO NASCIMENTO DE ASSIS.

Nascido em 25 de Dezembro de 1861, é formado em sciencias juridicas e sociaes. Iniciando-se desde muito jovem na vida politica, bem depressa alcançava larga influencia na zona, em que rezide no interior da Bahia. Eleito deputado federal á 7.ª legislatura (1909 a 1911), foi reeleito á 8.ª (1911 a 1914), sendo um dos poucos membros da sua bancada, que, em 1910, se declarou pela candidatura do marechal Hermes á prezidencia da Republica. Em 1915, foi novamente eleito deputado federal. Distingue-se pelo seu caracter franco e leal e pela bravura das suas opiniões.

8.º — JOÃO MANGABEIRA.

Nascido em S. Salvador, Bahia, em 23 de Junho de 1880, foram seus paes o pharmaceutico Francisco Cavalcanti Mangabeira e d. Augusta Mangabeira. Bacharelou-se em direito pela Faculdade da Bahia em 18 de Dezembro de 1897. Advogado desde que se formou, foi eleito deputado estadoal em 1906. Em 1908, foi eleito prefeito de Ilhéos. Jornalista e homem de lettras, tribuno e jurista, foi director da *Luta*, em Ilhéos, redigio algum tempo a *Gazeta do Povo*, da Bahia, e foi redactor-chefe do *Diario de Noticias*, do Rio de Janeiro.

Eleito deputado federal á 7.ª legislatura (1909 a 1911), tomou parte saliente na questão das candidaturas prezidenciaes, batendo-se contra a eleição do marechal Hermes. Em 1912, não foi reconhecido deputado federal pela Camara; mas, em 1915, tinha o seu mandato renovado á 9.ª legislatura. E' um dos talentos mais brilhantes da nova geração parlamentar; e, como orador, salienta-se pela sua

eloquencia e admiravel correcção de phrase. Na prezente legislatura, faz parte da commissão especial organisadora do Codigo Penal Militar, da qual foi eleito relator.

9.º — José Maria Tourinho.

Nascido em 30 de Julho de 1863, na cidade de S. Salvador, Estado da Bahia.

Bacharel em direito, seguiu a magistratura. Tem, na sua terra natal, exercido os seguintes cargos: adjunto dos promotores publicos da comarca da cidade da Bahia, de 27 de Julho de 1885 a 3 de Março de 1886; juiz municipal e de orphãos dos termos de Porto Seguro, Santa Cruz, Trancoso e Villa Verde (1886-1890); delegado de policia (1890); 4.º juiz substituto da cidade da Bahia (1890-1891); juiz de direito da comarca de Areia, de 1 de Abril de 1891 a 15 de Agosto de 1892; de Porto Seguro, de 27 de Outubro de 1892 a 12 de Junho de 1896; de Cannavieiras, de 20 de Julho de 1896 a 23 de Dezembro de 1897; de Nazareth, de 25 de Janeiro de 1898 a 2 de Outubro do mesmo anno; e de Itaparica, de 18 de Outubro de 1898 a 5 de Outubro de 1904.

Foi ainda advogado da Fazenda do Estado nas cidades de Sto. Amaro, Alagoinhas, Camamú, Ilhéos e muitas outras (6 de Outubro de 1904 a 3 de Janeiro de 1906); chefe de policia e Segurança Publica (4 de Janeiro de 1906 a 28 de Outubro de 1908). Eleito deputado federal pelo 2.º districto, foi reconhecido em 2 de Maio de 1909. Não foi reeleito á 8.ª legislatura, mas teve o mandato renovado á 9.ª (1915 a 1917).

Jurista e homem de letras, tem publicado numerosos trabalhos, entre os quaes alguns muito interessantes sobre as leis eleitoraes da Republica.

10.º — Bernardo Jambeiro.

11.º — Pedro Vicente Vianna.

12.º — Alfredo Ruy Barboza.

Nascido em 10 de Junho de 1879, é filho do conselheiro Ruy Barboza. Praça de 28 de Abril de 1898 e guarda-marinha em 29 de Dezembro de 1900, foi promovido a 1.º tenente em 25 de Abril de 1906 e mais tarde, a capitão-tenente. Bacharel em sciencias juridicas e sociaes pela Faculdade do Rio de Janeiro, foi eleito deputado á Assembléa Legislativa do Estado da Bahia em 1907 e deputado federal pelo mesmo Estado em 1909, tendo sido reeleito em 1912 e 1915. Faz parte na Camara da commissão de Marinha e Guerra.

TERCEIRO DISTRICTO

13.º — José Ignacio da Silva.

14.º — Costa Pinto (Joaquim d'Aguiar Costa Pinto).

Nascido em S. Salvador, Bahia, em 31 de Dezembro de 1873, foram seus paes Joaquim da Costa Pinto e d. Sofia Henriqueta de Aguiar Costa Pinto. Fez o curso de direito em S. Paulo e no Recife, onde se formou em 1893. Recem-formado, abriu banca de advogado depois de uma excursão á Europa, e, regressando a Bahia, entrou em concurso para a secção de economia politica, finanças e direito administrativo da Faculdade de Direito do Estado, sendo nomeado cathedratico por fallecimento do dr. Ferreira França. Jornalista e homem de lettras, collaborou no *Jornal de Noticias*, depois redigiu o *Diario da Bahia* e *A Bahia*, de que foi secretario até ser empastellado em 1912. Eleito deputado estadoal pelo 1.º districto do Estado em 1905, foi reeleito pelo 3.º districto. Em 1909, foi eleito deputado federal, não tendo o mandato renovado á 7.ª legislatura.

15.º — PLINIO DE MAGALHÃES COSTA.

Nascido em 24 de Janeiro de 1872, no municipio de Curaçá, Estado da Bahia, é formado em sciencias juridicas e sociaes pela Faculdade do Recife. Recem-formado, foi juiz municipal em Curaçá. Eleito deputado ao Congresso Bahiano, era mais tarde elevado á deputação federal em 1909, não tendo mais o mandato renovado.

Advoga na sua cidade natal.

16.º — JOSÉ JOAQUIM DA PALMA.

Nascido na Bahia em 20 de Abril de 1852, foram seus paes Joaquim José da Palma e d. Maria Moreira de Carvalho Palma. Estudou preparatorios no Collegio S. João, sob a direcção do illustre pedagogo, dr. João Estanisláo da Silva Lisboa, homem de grande e variada illustração.

Cursou o primeiro anno de medicina em S. Salvador, seguindo depois para o Recife, onde se matriculou na Academia de Direito, recebendo o grau de bacharel em 1877.

Talentoso e illustrado, filiou-se desde logo ao partido liberal. Com a subida ao poder dessa facção em Janeiro de 1878, foi nomeado pelo Barão Homem de Mello, então prezidente da Provincia da Bahia, promotor da comarca de Itapicurú, e, quatro annos depois, foi elevado a juiz municipal da mesma comarca e, em 1883, no Ministerio Laffayette, foi provido no juizado de direito, da comarca do Porto de Móz, no Pará. Tres mezes apoz ahi estar, foi chamado para chefe de policia interino, sendo depois, por decreto imperial, nomeado effectivamente, servindo com os conselheiros Silveira de Souza e Carlos de Carvalho, até 1885.

Com a queda do partido liberal, foi-lhe designada pelo ministro Joaquim Delphino a comarca de Posse, em Goyaz, onde esteve, como juiz de direito, dous annos consecutivos, de Agosto de 1886 a Agosto de 1888.

Subindo ao poder o partido liberal com o Visconde de Ouro Preto, em 1889, voltou ao Pará como chefe de policia, cargo que exerceu até a queda do regimen monarchico.

Logo após o advento da Republica, foi nomeado chefe de policia da Bahia, onde se demorou muito pouco tempo, devido a desintelligencias com o dr. Manoel Victorino, seu governador, sendo depois nomeado juiz de direito da comarca da Barra de Pirahy, recentemente creada pela governo Portella.

Creando-se o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro, foi, por decreto de 11 de Julho de 1891, nomeado um dos seus membros.

Dentre os seus collegas, foi escolhido pelo dr. Nilo Peçanha para o cargo de procurador geral do Estado, cargo que exerceu durante toda a administração do referido dr. Nilo Peçanha, continuando depois a servir com o dr. Alfredo Backer, até a data da sua aposentadoria, que se effectuou em 1.º de Maio de 1909.

A causa, que determinou o seu pedido de aposentadoria, foi ter sido eleito deputado federal pelo 3.º districto do Estado da Bahia, e não permittir a lei estadoal que os magistrados acceitassem mandato legislativo, sob pena de perderem o cargo.

Contando o dezembargador Palma mais de 31 annos de effectivo exercicio, sendo desoito com assento no Tribunal, aposentou-se de accordo com a lei vigente de então, que exigia para a aposentadoria dos dezembargadores 30 annos de effectivo exercicio, incluindo-se nestes 15 annos de dezembargador.

Exerceu o mandato legislativo no triennio de 1909 a 1911. Na seguinte legislatura, veio diplomado pelo 1.º districto da Bahia, não sendo, porem, reconhecido. Em 1915, foi novamente eleito deputado federal.

Teve a honra de ser nomeado por seus pares para reprezentar o Tribunal da Relação no Congresso Juridico Americano, que se reunio na Capital Federal a 3 de Maio de 1900.

Exerce prezentemente a advocacia na Capital Federal.

17.º — Antonio da Costa Pinto Dantas.

Nascido em 4 de Agosto de 1874, na cidade de Santo Amaro, Estado da Bahia.

Bacharel em Direito desde 5 de Dezembro de 1895, é lavrador e criador na sua terra natal.

Foi deputado estadoal pela Bahia durante tres legislaturas consecutivas (1903 a 1909), sendo eleito deputado federal pelo 3.º districto e reconhecido a 29 de Abril de 1909. Não teve mais o mandato renovado. E' coronel da Guarda Nacional.

QUARTO DISTRICTO

18.º — Pedro Mariani.

Nascido na cidade da Barra, Estado da Bahia, em 22 de Janeiro de 1855, bacharelou-se em Direito pela Faculdade de S. Paulo em 30 de Outubro de 1878. Proprietario rural na sua cidade natal, foi alli juiz municipal de 1880 a 1886. Nomeado Juiz de Direito de Faxina, em S. Paulo em 1886, foi transferido no anno seguinte para Villa Nova no seu estado natal, e ahi permaneceu até 1891.

Nesse anno, foi nomeado chefe de policia da Bahia.

Em 1892, foi elevado a conselheiro do Tribunal de Appellação, do qual foi prezidente de 1899 a 1900. Eleito deputado federal pelo 4.º districto da Bahia, foi reconhecido em 3 de Maio de 1909.

19.º — Aristides de Souza Spinola.

Nascido em Caetété, no Estado da Bahia, foram seus paes o coronel Antonio de Souza Spinola, que foi deputado geral em tres legislaturas, e d. Constança Pereira de Souza Spinola. Bacharelou-se em direito pela Faculdade do Recife, abrindo em seguida banca de advogado em sua terra natal. Fez nessa época diversas excursões pelo interior e, particularmente, pelo valle do S. Francisco, afim de estudar as localidades e colher notas para os seos estudos historicos. Collaborou no *Diario da Bahia*, escrevendo nelle as narra-

tivas de algumas de suas excursões, narrativas que enfeixou em volume sob o titulo — *Prezidencia do Barão Homem de Mello na Bahia (1879)*. Publicou tambem uma memoria epigraphada — *Estudo sobre os indios do rio Araguaya* — (1889). De 1879 a 1880, prezidio a provincia de Goyaz, já tendo sido eleito no anno anterior deputado provincial pela Bahia. Em 1881, na primeira legislatura da eleição directa, reprezentou sua terra na Assembléa Geral do Imperio. Foi reeleito deputado geral nas legislaturas de 1885 e de 1886 a 1889, sendo que nesta ultima foi eleito na vaga aberta pela morte do sr. Pedro Carneiro da Silva. Estava tambem diplomado quando foi proclamada a Republica. No actual regimen, apezar de haver pleiteado por duas vezes a eleição de deputado federal, só conseguio ser reconhecido nesta legislatura (1909-1911). E' homem de vasto saber.

20.º — Elpidio de Mesquita.

21.º — Antonio Rodrigues Lima.

---

22. — Pedro Leão Vellozo.

ESPIRITO-SANTO

(quatro deputados)

DISTRICTO UNICO

1.º — Torquato Roza Moreira.

2.º — Bernardo Horta de Araujo.

3.º — Galdino Teixeira Lins de Barros Loreto. Falleceu em 1909.

PAULO JULIO DE MELLO. Eleito em 17 de Outubro de 1909; reconhecido em 29 de Novembro.

Nascido em 20 de Dezembro de 1869, na cidade do Cabo, Pernambuco, foram seus paes o coronel Julio de Mello e d. Aulizia Cavalcanti Pires de Mello. Bacharelou-se em direito pela Faculdade do Recife em 29 de Novembro de 1890. Recem-formado, advogou no Recife; e, depois, foi nomeado juiz substituto da comarca de Vianna, no Espirito Santo. Removido para Santa Leopoldina em Dezembro de 1891 e dissolvida a magistratura estadoal pelo contra-golpe de 23 de Novembro, ficou advogando na mesma comarca, entrando para a actividade politica. Foi então vereador municipal em Santa Leopoldina, candidato a vice-governador do Estado e deputado estadoal em 1907. Foi em 1909 prezidente do Congresso Estadoal e fez parte, antes de ser prezidente, de importantes commissões, como a de Justiça e especiaes de organização policial e limites com o Estado de Minas Geraes. Eleito deputado em 1909, foi reeleito á 8.ª e 9.ª legislaturas (1912 a 1917).

4.º — ALPHEO ADOLPHO MONJARDIM (Barão de Monjardim).

Nascido na cidade da Victoria, capital da então provincia do Espirito Santo, em 20 de Abril de 1836, é filho do coronel José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim e de d. Anna Francisca Benedicta da Penha Monjardim.

Exerceu cargos da Fazenda Geral aposentando-se no logar de inspector da alfandega da mesma provincia.

Foi nomeado 1.º vice-prezidente por diversas vezes e administrou a provincia em varias occasiões.

Foi deputado provincial em diversas legislaturas e geral na de 1881 a 1884, tudo isto no tempo do Imperio.

No actual regimen, foi o primeiro governador eleito do Estado em 1891, tendo deixado este cargo em virtude das deposições promovidas no governo do marechal Floriano.

Occupou o logar de deputado federal pelo mesmo Estado na legislatura de 1909 a 1911.

Foi official e, depois, commendador da Ordem da Roza.

DISTRICTO FEDERAL

(dez deputados)

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — Irineu de Mello Machado.

2.º — Pereira Braga (José Joaquim da Costa Pereira Braga).

Nascido no Rio de Janeiro em 9 de Novembro de 1865 e filho do commerciante de igual nome, formou-se em direito na Faculdade de S. Paulo em 1890.

Dos 15 aos 19 annos interrompeu o seu curso de preparatorios e esteve empregado no commercio.

Foi nomeado, em 9 de Novembro de 1891, secretario da Secção de Estatistica Commercial da Capital Federal, cargo que exerceu até á extincção desta repartição passando então a servir addido á Directoria de Rendas do Thezouro Federal.

Nomeado delegado de policia em Abril de 1897, quando chefe de policia o dr. Edwiges de Queiroz, pedio a sua exoneração por occasião do rompimento politico entre o prezidente Prudente de Moraes e o Partido Republicano Federal. Eleito intendente municipal pelo 1.º districto desta capital em 1899, foi vice-prezidente e prezidente do Conselho Municipal, tendo terminado o seu mandato em 1902, por não ser permittida a reeleição.

Nomeado, em Janeiro de 1904, pelo dr. Lauro Müller, então ministro da Viação, representante da Fazenda Nacional junto ao referido ministerio, exonerou-se deste cargo em fins de 1908 para poder pleitear a eleição de deputado. Foi eleito deputado pelo 1.º districto desta capital em Ja-

neiro de 1909. Foi 4.º e 3.º secretario da Camara dos Deputados, pertencendo tambem ás commissões de Obras Publicas, Petições e Poderes, e Tomada de Contas.

Na eleição federal de 30 de Janeiro de 1912, foi diplomado deputado pelo 1.º circulo do Districto Federal, mas não foi reconhecido. Tendo, todavia, o dr. Irineu Machado optado pela cadeira de deputado por Minas-Geraes, foi eleito nessa vaga em 26 de Junho do mesmo anno, sendo reconhecido a 5 de Agosto. Em 1915, teve o mandato renovado á 9.ª legislatura. E' chefe de prestigio no Districto Federal.

3.º — Francisco Joaquim de Bittencourt da Silva Filho.

Nascido na Capital Federal, foi seu pae o benemerito brazileiro, Bittencourt da Silva, que foi o fundador da Sociedade Propagadora das Bellas-Artes e do Lyceo de Artes e Officios. Formado em sciencias juridicas e sociaes, envolveu-se muito joven nas lutas politicas do Districto Federal, sendo a principio eleito intendente municipal e, depois, deputado federal á 7.ª legislatura. Em 30 de Janeiro de 1912, pleiteou a reeleição, sendo diplomado deputado, mas não foi reconhecido pela Camara.

4.º — Manoel da Motta Monteiro Lopes. Falleceu em 13 de Dezembro de 1910.

Nascido em 25 de Dezembro de 1870, no Recife, Estado de Pernambuco, era bacharel em direito. Foi promotor publico no Amazonas de 20 de Abril de 1892 a 4 de Maio de 1893.

Em 28 de Julho de 1902, conseguio ser eleito intendente municipal da cidade do Rio de Janeiro, mandato que exerceo até 30 de Outubro de 1904.

Em 1909, foi eleito deputado federal pelo 1.º districto da Capital Federal e reconhecido a 3 de Maio do mesmo anno. Foi o primeiro reprezentante genuino da raça negra, de que se orgulhava, a fazer parte do parlamento da Repu-

blica. Falleceu no Rio de Janeiro em 13 de Dezembro de 1916.

Nicanor Queiroz do Nascimento. Eleito em 3 de Março de 1911; reconhecido em 16 de Maio.

Nascido no Rio de Janeiro em 24 de Agosto de 1871 foram seus paes João Gonçalves do Nascimento e d. Januaria de Queiroz Nascimento. Fez o curso preparatorio no Collegio Pedro II, bacharelando-se em direito pela Faculdade de S. Paulo, em Abril de 1893. Regressando a esta capital, abrio banca de advogado. Eleito deputado federal á 7.ª legislatura na vaga do dr. Monteiro Lopes, foi reeleito á 8.ª e á 9.ª (1912 a 1917). Fez parte na Camara da Commissão de Constituição e Justiça e pertenceu tambem em 1911 á de Diplomacia e Tratados. Orador brilhante e fluente, é um dos chefes de mais prestigio eleitoral no primeiro circulo do Districto Federal.

5.º — Alexandre José Barboza Lima.

SEGUNDO DISTRICTO

6.º — Honorio Gurgel.

Nascido em 14 de Março de 1860 no districto de Irajá, Districto Federal, foram seus paes o major Honorio Gurgel do Amaral e d. Antonia Alexandrina Rangel de Vasconcellos Amaral. O primeiro cargo publico, que exerceu, foi o de official de descarga da Alfandega do Rio de Janeiro, logar que obteve por concurso, assim como as promoções a 3.º escripturario da mesma alfandega, de ajudante de Guarda-Mór e Conferente.

Em 1895, foi eleito intendente municipal pelo 3.º districto da Capital Federal, exercendo no conselho os lugares de vice-prezidente, 1.º e 2.º secretario e relator da commissão de orçamento.

Em 1899, foi de novo eleito intendente pelo mesmo districto e foi o prezidente do conselho e o mais votado

de todos. Exerceu a Prefeitura, substituindo o dr. Cesario Alvim, em Maio de 1899. Em Agosto do mesmo anno, reprezentou a cidade nas festas em honra do general Julio Roca. Foi depois, em Dezembro, votado para deputado, assim como em 1903 e em 1906. Nestas tres vezes, não logrou ser reconhecido; e só na quarta conseguiu entrar na Camara.

Em moço, escreveu n'um jornal de vida ephemera o *Phonographo*. Dos seus trabalhos parlamentares, ha os pareceres sobre a eleição da Bahia e sobre um veto do prezidente Nilo Peçanha a respeito da licença do administrador dos Correios do Paraná. Merecem especial menção dois discursos seus: o do banquete offerecido pela Municipalidade ao general Julio Rocca e o do recebimento da estatua do Duque de Caxias. Publicou relatorios sobre commissões aduaneiras e sobre a organização das repartições municipaes, quando prefeito o dr. Xavier da Silveira. Não teve o mandato de deputado renovado em 1912.

7.º — RAUL CAPELLO BARROZO.

8.º — ALCINDO GUANABARA.

9.º — JOÃO DE BULHÕES MATTOS MARCIAL.

10.º — RAYMUNDO DE PENNAFORT CALDAS.

Nascido em 23 de Janeiro de 1865, na antiga Provincia do Maranhão, formou-se em sciencias juridicas e sociaes. Advogado na Capital Federal, foi delegado de policia e pretor. Eleito deputado federal á 7.ª legislatura (1909 a 1911), foi reeleito á 8.ª (1912 a 1914). Falleceu no Rio de Janeiro em 15 de Dezembro de 1913. Era homem de talento e de rara energia.

RIO DE JANEIRO

(dezesete deputados)

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — José Pereira Rodrigues Porto Sobrinho.

Nascido em S. João Marcos, Estado do Rio de Janeiro, em 5 de Outubro de 1869, foram seus paes Joaquim Pereira Rodrigues Porto e d. Cecilia Cotrim Porto. Dotado de bella intelligencia, bacharelou-se em direito pela Faculdade de S. Paulo em 30 de Abril de 1892. Nomeado promotor de Iguassú e juiz municipal logo depois, exerceu a magistratura até fins de 1896. Desde então, entrou na politica, passando a advogar no Rio de Janeiro e no seu Estado. Prezidente da Camara Municipal de Iguassú durante dois trienios, foi eleito deputado estadoal em 1900 e reeleito em 1903. Leader da Assembléa e seu primeiro secretario, trabalhou na reforma constitucional do Estado. Nessa Assembléa, foi membro da Commissão de Constituição e da de Orçamento. Foi secretario geral do Estado de 1905 até ao fim de 1906. Eleito deputado federal em 1909, teve o seu mandato renovado á 8.ª legislatura (1912 a 1914). Na Camara, fazia parte da Commissão de Constituição e Justiça. Falleceu no Rio de Janeiro em 11 de Junho de 1914.

2.º — Balthazar Bernardino Baptista Pereira. Falleceu em 1911. Não foi preenchida a vaga.

3.º — Antonio Pinheiro Lobo de Menezes Jurumenha.

4.º — Carlos José de Araujo Pinheiro.

Nascido em 19 de Junho de 1850, foi aspirante a guarda-marinha em 27 de Fevereiro de 1867. Confirmado nesse posto em 12 de Maio de 1871, foi promovido a 2.º tenente em 2 de Abril de 1873; a 1.º tenente, em 27 de

Dezembro de 1875; a capitão-tenente, em 8 de Janeiro de 1890; a capitão de fragata graduado, em 31 de Março de 1892; a effectivo, em 21 de Outubro do mesmo anno; a capitão de mar e guerra graduado, em 10 de março de 1893; e a effectivo, em 15 de Abril de 1899. Reformou-se em almirante graduado em 9 de Abril de 1908. Envolvendo-se na politica do Estado do Rio, foi a principio deputado estadoal, chegando a ser o prezidente da Assembléa. Eleito deputado federal á 7.ª legislatura (1909 a 1911), não teve mais o mandato renovado.

5.º — João Baptista Pereira dos Santos.

6.º — Erico Marinho da Gama Coelho.

SEGUNDO DISTRICTO

7.º — Benedicto Gonçalves Pereira Nunes.

8.º — Raul de Moraes Veiga.

Nascido em 24 de Outubro de 1878 na fazenda da Barra, municipio de S. Francisco de Paula, Estado do Rio de Janeiro, matriculou-se na Escola Polytechnica da Capital Federal em 1896 e formou-se depois de um curso brilhante em engenharia civil a 5 de Fevereiro de 1900. De 1904 a 1905, exerceo o cargo de engenheiro da Commissão da Planta Cadastral e Saneamento de Nictheroy.

Deputado á Assembléa Legislativa do Estado do Rio de Janeiro de 1907 a 1909, foi membro da Commissão de Obras Publicas (1907) e de Finanças (1908). Eleito deputado federal á 7.ª legislatura, foi reconhecido em 29 de Maio de 1907. Foi ainda reeleito á 8.ª e 9.ª legislaturas (1912 a 1917). Na Camara, já fez parte da meza como um dos seus secretarios e é membro da Commissão de Obras Publicas.

9.º — FRANCISCO PORTELLA.

Nascido em Oeiras, no Piauhy, em 22 de Julho de 1833, formou-se em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro. Muito pobre, lutou com grandes embaraços para completar o seu curso, difficuldades que cresceram com o seu cazamento. Affectada a sua esposa de minaz tuberculose, vio-se forçado a procurar melhor clima para que pudesse viver algum tempo, indo estabelecer então clinica em Campos, onde conquistou nomeada e prestigio popular. Nessa cidade, foi o promotor de grandes melhoramentos urbanos. Ahi, foi o prezidente da *Sociedade Medico-Pharmaceutica Beneficente*, fundando tambem o *Instituto Medico*.

Republicano historico, foi nomeado primeiro governador do Estado do Rio ao ser proclamada a Republica. Amigo dedicado de Deodoro, accompanhou-o no golpe de Estado, sendo por esse motivo deposto logo depois do 23 de Novembro. A sua passagem pelo governo fluminense foi fecunda, devendo-lhe a capital e muitos municipios do Estado enormes melhoramentos. Durante os successos de 10 de Abril, foi prezo e encarcerado na fortaleza de S. João. Recolheu-se então á vida privada, continuando a lutar com sérias difficuldades pecuniarias para viver, dada a sua idade avançada. Mais de uma vez o seu nome foi levado ás urnas, sendo honrosamente suffragado, especialmente em Nitheroy, mas não conseguindo os cargos electivos, que pleiteou. Finalmente, em 1909, foi eleito deputado federal á 7.ª legislatura (1909 a 1911), sendo reeleito á 8.ª (1912 a 1914).

Fallecendo Quintino Bocayuva, foi eleito em 1.º de Setembro de 1912 para a vaga aberta no Senado Federal, renunciando o mandato de deputado em 14 de Outubro e sendo reconhecido senador em 16 do mesmo mez.

Falleceu no Rio de Janeiro em 22 de Dezembro de 1913.

Publicou os seguintes trabalhos:

— *A contractilidade organica e a contractilidade de tecido, manifestadas no utero durante a gestação, são uma e a mesma cousa?* These de doutoramento — 1857 — Rio de Janeiro;

— *Estatutos do Instituto Medico de Campos* — 1861 — Campos;

— *Contagio e infecção nas molestias (Annaes Brazilienses de Medicina)* — 1859 a 1860;

— *Da loucura em geral* 1861, etc.

Redigio o *Monitor Campista* com Alvarenga Pinto e foi o director da *Revista Physico-Chimica,* publicada no Rio de Janeiro em 1857.

No *Monitor*, escreveu um interessante trabalho sobre os *Poetas campistas.*

10.º — ANNIBAL TEIXEIRA DE CARVALHO.

Nasceo na fazenda da «Saudade», municipio de Cantagallo, Estado do Rio de Janeiro, no dia 19 de Maio de 1864, sendo filho legitimo de José Teixeira de Carvalho e de d. Emmerenciana Freire Teixeira de Carvalho. Seu pae falleceu em 1867 e sua mãe em 1870. Orphão de pae e mãe aos 6 annos de edade, foi confiado aos cuidados do seu cunhado e tutor Antonio Borges Delgado, negociante na cidade de Cantagallo. Nesta cidade, estudou as primeiras letras; e, em 1877, matriculou-se no Collegio Almeida Martins, em Friburgo, onde estudou todos os preparatorios.

Em 1881, matriculou-se no 1.º anno da Faculdade de Direito de S. Paulo, onde cursou quatro annos com grande brilhantismo. Em 1885, transferio a matricula para a Faculdade do Recife, e ahi, nesse anno, recebeu o gráo de bacharel em sciencias juridicas e sociaes.

Em Abril de 1886, foi nomeado promotor publico da comarca de Cantagallo, cargo que exerceo até Janeiro de 1889. Em Dezembro desse anno, foi nomeado juiz municipal do termo de Cantagallo, exercendo a judicatura até Junho de 1891. D'essa época em diante, começou a exercer a advocacia nos auditorios da cidade de Cantagallo, tendo sido em 1892 eleito vereador geral e prezidente da Camara Municipal.

Em 1.º de Maio de 1895, na administração Mauricio de Abreu, foi nomeado secretario de Estado das Finanças,

em substituição do dr. Joaquim Antunes de Figueiredo Junior. Em 1897, tendo sido o secretario do Interior, dr. Sebastião de Lacerda, nomeado ministro da Viação e Obras Publicas, o prezidente do Estado designou-o para substituil-o, tendo accumulado as duas pastas (Finanças e Interior), até o fim do governo, 31 de Dezembro de 1897.

Em 2 de Março de 1896, na qualidade de reprezentante do Estado do Rio de Janeiro, foi eleito prezidente das reuniões convocadas pelos Estados caféeiros para promover os meios de propaganda do café na Europa, Asia e America.

Nessa reunião, além do Estado do Rio, foram reprezentados os Estados de Minas Geraes, pelo conselheiro Affonso Penna, de S. Paulo, pelo dr. Jorge de Miranda e senador Antonio de Lacerda Franco, da Bahia, pelo dr. Francisco Pires de Carvalho Aragão e Espirito Santo pelo commendador Urbano de Faria.

Os importantes trabalhos desta commissão estão transcriptos no Relatorio do secretario das Finanças do Estado do Rio, de 1896.

Tendo expirado o mandato do Prezidente do Estado, dr. Mauricio de Abreu, pedio exoneração dos cargos de secretario das Finanças e do Interior, transferindo a sua rezidencia para o Rio de Janeiro, onde exerce a advocacia. Em 1908, foi nomeado reprezentante do Estado do Rio de Janeiro no Congresso Juridico Americano.

Em 30 de Janeiro de 1909, foi eleito deputado federal pelo 2.º districto do Estado do Rio de Janeiro, fazendo parte da Commissão de Tomada de Contas nos annos de 1909 e 1910. Em 1912, tendo sido reeleito deputado, mas não sendo reconhecido, continuou a exercer a advocacia na Capital Federal.

11.º — Carlos de Faria Souto.

Nascido em 31 de Outubro de 1875, na cidade de Cantagallo, antiga provincia do Rio de Janeiro, foram seus paes o dr. Theodureto Carlos de Faria Souto, que foi

prezidente de provincia, no Imperio, e senador da Republica, e d. Eliza Souto. Estudou preparatorios nos collegios S. Pedro de Alcantara e Alberto Brandão e matriculou-se em 1890 na Faculdade de Direito de S. Paulo. Bacharelou-se, todavia, na Faculdade Livre de Sciencias Juridicas e Sociaes do Rio de Janeiro em 11 de Dezembro de 1894. No anno seguinte, foi nomeado promotor publico das comarcas de Sapucaia e Sto. Antonio de Padua, no Estado do Rio, sendo em 1897 nomeado juiz municipal e de orphãos, cargo no qual foi reconduzido em Fevereiro de 1901, exercendo-o até Agosto do anno seguinte. Em 1907, foi eleito deputado á assembléa legislativa do Estado do Rio e, em 1909, deputado federal á 7.ª legislatura. Em 30 de Janeiro de 1912, foi reeleito á 8.ª, e, em 1915, á 9.ª.

Jornalista, collaborou em diversas folhas, tendo sido redactor-chefe do *Itaocára*, periodico que se publica na cidade do mesmo nome.

12.º — Luiz Barreto Murat.

TERCEIRO DISTRICTO

13.º — Francisco Chaves de Oliveira Botelho. Renunciou para occupar o governo do Estado do Rio em 1911

João Baptista da Motta. Eleito em 12 de Março de 1911); reconhecido em 15 de Maio.

14.º — João Carlos Teixeira Brandão.

15.º — Raul Fernandes.

Nascido em 24 de Outubro de 1877, na Freguesia de N. S. da Gloria de Valença (fazenda S. João), na antiga

provincia, hoje Estado do Rio de Janeiro, foram seus paes, o dr. Armando José Fernandes e d. Izabel Peregrina Fernandes. Estudou preparatorios nos Collegios Alberto Brandão, no Rio de Janeiro, e S. Francisco de Assis, em S. João d'El Rey, e no Curso Annexo á Faculdade de Direito de S. Paulo. Nesta, fez um curso brilhante e formou-se em sciencias juridicas e sociaes, em 1898, sendo o alumno laureado da sua turma, tendo direito a seu retracto no *Pantheon* por deliberação da Congregação e merecendo o premio de viagem á Europa, de accôrdo com o regulamento Benjamim Constant. De 1903 a 1909, foi successivamente eleito deputado á Assembléa Fluminense, sendo *leader* da opposição ao governo Alfredo Backer.

Eleito deputado federal á 7.ª legislatura (1909 a 1911), foi reeleito á 8.ª e a 9.ª (1912 a 1917).

Na Camara, tem pertencido ás Commissões de Constituição e Justiça e de Finanças, cabendo-lhe nesta ser o relator dos orçamentos da Agricultura e do Exterior. Fez parte ainda das commissões especiaes, nomeadas para darem parecer sobre a denuncia contra o Marechal Hermes e sobre a indicação dos deputados Carlos Peixoto e Josino de Araujo, para a reforma do regimento na parte relativa ao reconhecimento de poderes. Desta ultima, foi o relator.

Tem publicado numerosos trabalhos juridicos, entre os quaes se destacam — na *Revista de Jurisprudencia* (1901) o que escreveu sobre a *Transmissibilidade causa mortis da spes debitum iri;* e, no Relatorio do Segundo Congresso Juridico (1909), um estudo sobre a *Municipalisação dos serviços publicos no Brazil.* Orador fluente e habil polemista, é na Camara o *leader* da bancada fluminense.

16.º — Henrique Borges Monteiro.

17.º — Paulino José Soares de Souza.

MINAS GERAES

(trinta e sete deputados)

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — SABINO BARROZO JUNIOR.

2.º — BERNARDO PINTO MONTEIRO. Renunciou para occupar uma cadeira no Senado.

ANTONIO AUGUSTO DE LIMA. Eleito em 7 de Agosto de 1910; reconhecido em 23 de Setembro.

Nascido em 5 de Abril de 1860, na cidade de Lima, Estado de Minas Geraes, é formado em direito. Exerceo os segintes cargos: promotor e juiz municipal na cidade de Leopoldina, Estado de Minas Geraes, de 18 de Dezembro de 1883 a 21 de Maio de 1889; juiz de direito da comarca de Conceição da Serra, Estado do Espirito Santo, de 13 de Dezembro de 1889 a 30 de Maio de 1890; chefe de policia de Ouro Preto, de 5 de Agosto de 1890 a 14 de Março de 1891; governador do Estado de Minas Geraes (1891); juiz de direito da comarca de Ouro Preto (1891 a 1901); director do Archivo (1901 a 1910) e professor de Direito (1894 a 1910) em Bello Horizonte.

Em 1910, foi eleito deputado federal pelo 1.º districto de Minas Geraes, tendo tido sempre o mandato renovado.

Poeta primoroso e jornalista adextrado, é membro da Academia Brazileira de Lettras e de muitos outros institutos scientificos e litterarios. E' tambem um delicado muzicista.

3.º — FRANCISCO LUIZ DA VEIGA.

4.º — SEBASTIÃO GONÇALVES MASCARENHAS.

Nascido no municipio do Curvello, Minas Geraes, em 18 de Fevereiro de 1849, foram seus paes o major Antonio Gonçalves da Silva Mascarenhas e d. Polycena Moreira da Silva Mascarenhas. Formou-se em 1873 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, abrindo clinica em Sete Lagoas, Minas. No Imperio, pertenceu ao partido liberal. Foi prezidente da Camara de Sete Lagoas, deputado provincial e geral na legislatura de 1886 a 1889.

Proclamada a Republica, foi convidado a fazer parte da Constituinte de Minas, recusando. Eleito deputado federal á 7.ª legislatura (1909 a 1911), foi reeleito á 8.ª e á 9.ª (1912 a 1917).

E' um espirito dotado de variada cultura litteraria e um caracter integro e energico.

5.º — DOMINGOS MOREIRA DOS SANTOS PENNA.

6.º — AUGUSTO VIANNA DO CASTELLO.

SEGUNDO DISTRICTO

7.º — DUARTE DE ABREU.

Nascido em Minas-Geraes, é formado em Medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro. Republicano historico, prestou bons serviços á propaganda. Politico no 2.º districto eleitoral de seu Estado, foi vereador e prezidente da Camara Municipal de Juiz de Fóra, onde rezidia. Eleito deputado federal á 7.ª legislatura (1909 a 1911), discutio na Camara assumptos referentes á hygiene e á lavoura; e, na campanha civilista, foi um dos mais fortes combatentes contra a candidatura do Marechal Hermes á prezidencia da Republica. Pleiteou a sua reeleição á 8.ª legislatura, mas não foi reconhecido pela Camara. Rezide prezentemente no Rio de Janeiro, onde é um dos officiaes de registro de titulos.

8.º — Ribeiro Junqueira (José Monteiro).

9.º — Carlos Peixoto de Mello Filho.

10.º — João Nogueira Penido Filho.

11.º — Astolpho Dutra Nicacio.

12.º — Arthur da Silva Bernardes.

Nasceu na cidade de Viçosa (Minas), aos 8 de Agosto de 1875, sendo seus paes o coronel Antonio da Silva Bernardes (já fallecido) e d. Maria Aniceta da Silva Bernardes. E' casado com d. Clelia Vaz de Mello, filha do fallecido senador federal dr. Carlos Vaz de Mello.

Iniciou humanidades no collegio do Caraça e concluiu-os na antiga capital Ouro Preto. Bacharelou-se em sciencias juridicas e sociaes na Faculdade de Direito de S. Paulo, no anno de 1900.

Nomeado Promotor de Justiça para a comarca de Manhuassú, não aceitou o cargo, preferindo ficar como advogado em Viçosa, onde se tornou chefe do governo municipal (como prezidente da respectiva Camara) em 1906.

Deputado ao Congresso Legislativo Mineiro, pelo 2.º districto, na legislatura de 1907 a 1910, foi eleito 1.º secretario da Camara.

Deputado ao Congresso Nacional, pelo 2.º districto, em 1909, um anno depois renunciou a cadeira para occupar o cargo de Secretario de Estado dos Negocios das Finanças em Minas Geraes, no governo do prezidente Julio Bueno Brandão. Reeleito deputado federal em 1915, não tardava a ser escolhido para succeder ao dr. Delphim Moreira no governo de Minas Geraes.

Espirito ponderado e esclarecido, dotado de solida cultura, é hoje um dos vultos mais illustres da politica mineira.

Tem publicações esparsas no periodico — *Academia*, de que foi um dos redactores, em Ouro Preto; e, na *Cidade de Viçosa*, da qual foi redactor-chefe, jornal fundado pelo senador dr. Carlos Vaz de Mello. Como secretario das Finanças, de Minas, publicou importantes relatorios administrativos etc.

Na Camara Federal, tem feito parte de importantes commissões, sendo actualmente o prezidente da Commissão Especial de Contabilidade Publica. Escreveu, como um dos membros dessa commissão, notavel parecer sobre *Contabilidade do Pessoal*.

ANTONIO CARLOS RIBEIRO DE ANDRADA. Eleito em 29 de Janeiro de 1911, na vaga aberta pela renuncia do dr. Arthur Bernardes. Reconhecido em 16 de Maio. (1)

TERCEIRO DISTRICTO

13.º — JOSÉ BONIFACIO DE ANDRADA E SILVA.

14.º — JOÃO LUIZ DE CAMPOS.

15.º — HENRIQUE DE MAGALHÃES SALLES.

16.º — JOÃO PÁNDIÁ CALÓGERAS.

17.º — LANDULPHO MACHADO MAGALHÃES.

---

(1) Vide ministerio do 7.º quatrienio e, na biographia de José Bonifacio na 3.ª legislatura, a nota sobre os Andradas.

QUARTO DISTRICTO

18.º — ALVARO AUGUSTO DE ANDRADE BOTELHO.

19.º — ANTHERO DE ANDRADE BOTELHO.

20.º — FRANCISCO BRESSANE DE AZEVEDO.

21.º — ANTONIO AFFONSO LAMOUNIER GODOFREDO.

22.º — JOAQUIM DOMINGUES LEITE DE CASTRO.

QUINTO DISTRICTO

23.º — JOSÉ CARNEIRO DE REZENDE.

24.º — DELPHIM MOREIRA DA COSTA RIBEIRO. Renunciou em 7 de Setembro de 1910 para occupar o cargo de secretario do Interior do governo de Minas Geraes.

Nascido, em 7 de Novembro de 1868, na cidade de Christina, Minas Geraes, foram seus paes o agricultor Antonio Moreira da Costa e d. Maria Candida Ribeiro. Cursou o seminario de Mariana, indo terminar os estudos de preparatorios em S. Paulo em cuja Faculdade de Direito se matriculou em 1886 e fez brilhante figura.

Republicano desde a academia, redigio periodicos da propaganda com outros estudantes e fez parte com Wencesláo Braz, Antonio Carlos e Estevam Lobo, do Club Republicano Mineiro Academico. Formado em 1890, foi nomeado promotor publico de Santa Rita de Sapucahy, onde rezidiam seus paes. Em 1893, foi transferido para Pouso-

Alegre e, em 1894, recebia o diploma de deputado estadoal pelo 3.º districto. Foi ainda vereador, prezidente da Camara e agente executivo do seu municipio. Na Camara estadoal, foi sempre membro da commissão de orçamento. Em 1902, no governo do dr. Francisco Salles, exerceu o cargo de secretario do Interior. Eleito deputado federal em 1909, renunciou em 7 de Setembro de 1910 por haver sido novamente nomeado secretario do Interior no governo do sr. Bueno Brandão. Eleito prezidente de Minas para o quatrienio de 1914 a 1918, desenvolveu uma fecunda administração no Estado, de modo que, ao se assentarem as candidaturas para o supremo governo do paiz, foi escolhido para ser o vice-prezidente na chapa em que figura como candidato á prezidencia da Republica o conselheiro Rodrigues Alves e que deve ser suffragada pela Nação em 1.º de Março de 1918.

JOSÉ MOREIRA BRANDÃO CASTELLO-BRANCO. Eleito em 29 de Janeiro de 1911.

Nascido a 17 de Fevereiro de 1860 em Natal, Rio Grande do Norte, foram seus paes o dr. Moreira Brandão, deputado geral no Imperio, e d. Anna Joaquina Moreira Brandão. Estudou o curso de humanidades na sua terra natal, matriculando-se em 1879 na Faculdade de Direito do Recife. Recebeu depois de brilhante curso o grau de bacharel em direito em Novembro de 1883. Recem-formado, foi nomeado promotor publico do Natal; depois, juiz municipal do termo de Jaguary, Minas Geraes; e, mais tarde, juiz de direito da comarca do mesmo nome. Em 1911, deixou o seu cargo na magistratura afim de poder ser eleito deputado federal na vaga aberta pela renuncia do dr. Delphim Moreira, nomeado secretario do governo de Minas. Reeleito á 8.ª legislatura (1912 a 1914), foi eleito prezidente de 1.ª commissão de inquerito. E', actualmente, prezidente da Commissão de Tomada de Contas, tendo tido o mandato renovado á 9.ª legislatura.

25.º — Francisco Alvaro Bueno de Paiva. Renunciou em 11 de Maio de 1911 por haver sido eleito senador.

Eustáchio Garção Stockler. Eleito em 16 de Julho de 1911.

Nascido em Campanha, Minas Geraes, em 21 de Abril de 1854, foram seus paes o coronel João Carlos Garção Stockler e d. Carlota Pereira Lambert Stockler. Doutorou-se em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro em 1881 e foi clinicar em Aguas Virtuosas de Lambary. Era prezidente da Camara Municipal da Campanha quando se proclamou a Republica. Foi agente executivo da Camara Municipal de Aguas Virtuosas, logo depois de installada. Eleito deputado federal em 1911 na vaga do dr. Bueno de Paiva, proclamado senador, e reeleito para a 8.ª legislatura (1912 a 1914), não teve em 1915 o mandato renovado.

E' homem de grande intelligencia e dotado de fino espirito satyrico.

26.º — Christiano Pereira Brazil.

27.º — Josino de Alcantara Araujo.

SEXTO DISTRICTO

28.º — Olegario Dias Maciel.

29.º — Antonio Garcia Adjuto.

Nascido em 7 de Março de 1867, no municipio de Paracatú, Minas Geraes, foram seus paes, o capitão Francisco Garcia Adjuto e d. Anna Cornelia Garcia Adjuto. Estudou preparatorios no Seminario de Diamantina e em

S. Paulo, em cuja Faculdade de Direito se formou em 4 de Dezembro de 1890. Em 1891, foi nomeado promotor publico de Araxá, deixando o cargo nesse mesmo anno. Mais tarde, em 1895, foi nomeado inspector escolar ambulante da 6.ª circumscripção do ensino, lugar esse extincto em 1897.

Exerceu ainda o cargo de vereador da Camara de Uberaba nos trienios de 1898 a 1900 e 1901 a 1903, occupando a sua prezidencia neste ultimo e, algumas vezes, o lugar de agente executivo interino.

O jornalismo e a advocacia, entretanto, foram sempre as suas profissões predilectas, fundando em 1899 o periodico — *A Lavoura e Commercio de Uberaba* e dirigindo-o até 1909. Nesse anno, foi eleito deputado federal á 7.ª legislatura (1909 a 1911). Não teve mais o mandato renovado.

30.º — RODOLPHO GUSTAVO DA PAIXÃO.

31.º — AFRANIO DE MELLO FRANCO.

32.º — ALAOR PRATA SOARES.

Nascido em Uberaba, Minas Geraes, em 17 de Junho de 1882, foram seus paes Melanio Soares e d. Mathilde Prata Soares. Dotado de bella intelligencia e formado em engenharia civil pela Escola Polytechnica de S. Paulo em 1906, foi nomeado, como premio da Escola, para servir como engenheiro da Companhia Mogyana. Foi vereador municipal em Uberaba em 1908.

Eleito deputado federal em 1909, foi reeleito á 8.ª e á 9.ª legislaturas (1912 a 1917). Fez, depois de exercer o mandato de deputado, uma longa viagem de estudos ao estrangeiro, vizitando numerosos paizes e trazendo dessa

excursão importantes ensinamentos para a expansão economica do Brazil. Na Camara, tem feito parte de diversas commissões.

SETIMO DISTRICTO

33.º — Honorato José Alves.

34.º — Manoel Fulgencio Alves Pereira.

35.º — Epaminondas Esteves Ottoni.

36.º — José Bento Nogueira.

37.º — Lindolpho Caetano de Souza. Falleceu pouco tempo depois de eleito.

Camillo Felintho Prates. Eleito em 24 de Outubro de 1909; reconhecido em 3 de Dezembro.

S. PAULO

(vinte e dois deputados)

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — João Galeão Carvalhal.

2.º — José Cardozo de Almeida.

3.º — Francisco Ferreira Braga.

4.º — Candido Motta (Candido Nazianzeno Nogueira da Motta).

Nascido em 9 de Maio de 1870, na cidade de Porto Feliz, em S. Paulo, formou-se em sciencias juridicas e sociaes. Talento brilhante e provecto jurista, tem exercido na sua terra natal os seguintes cargos: promotor publico da cidade do Amparo, de 9 de Janeiro a 29 de Outubro de 1892, e, na capital, de 24 de Dezembro de 1892 a 26 de Maio de 1896; delegado de policia, de 26 de Maio de 1896 a 30 de Abril de 1897; lente substituto de Direito Criminal, por concurso, de 19 de Abril de 1897 a 21 de Maio de 1908, e lente cathedratico desde 21 de Maio de 1908, da Faculdade de Direito de S. Paulo; deputado estadoal, de 7 de Abril de 1898 a 31 de Dezembro de 1903, e de 14 de Julho de 1907 a 3 de Maio de 1909; e vereador municipal, de 9 de Janeiro de 1906 a 9 de Janeiro de 1909. Nomeado delegado official do Brazil ao 1.º Congresso Scientifico Pan-Americano, em Santiago, no Chile, desempenhou essa importante commissão de 25 de Dezembro de 1908 a 5 de Janeiro de 1909. Eleito neste ultimo anno deputado federal á 7.ª legislatura, foi reeleito á 8.ª (1912 a 1914). Na Camara, além de outras commissões, fez parte da Commissão Especial de Justiça Militar, na qual foi o relator geral do projecto de reorganização da Justiça Penal Militar; e foi ainda, em Dezembro de 1912, nomeado membro da outra commissão especial encarregada de organizar um projecto de Codigo Penal Militar. Reeleito á 9.ª legislatura (1915 a 1917), renunciou em Maio de 1916 por haver sido nomeado secretario da Agricultura do Estado de S. Paulo.

5.º — Jesuino Ubaldo Cardozo de Mello.

6.º — Carlos Augusto Garcia Ferreira.

SEGUNDO DISTRICTO

7.º — Eloy de Miranda Chaves.

8.º — Paulo de Moraes Barros.

Nascido em S. Paulo em 1867, foi seu pae o senador Moraes Barros, irmão do dr. Prudente de Moraes. Concluidos os preparatorios na sua terra natal, seguio para o Rio de Janeiro em 1882, matriculando-se na Faculdade de Medicina. Doutorou-se em 1888 e, regressando a Piracicaba, iniciou a sua vida clinica, especialisando-se em cirurgia. Proclamada a Republica, foi eleito para dirigir a municipalidade desta ultima cidade, tornando-se em 1894 chefe do partido republicano local. Exerceu ahi, durante dez annos, o cargo de delegado sanitario, dirigindo com o engenheiro Saturnino de Britto o assentamento de esgotos. Eleito deputado federal á 7.ª legislatura (1909 a 1911), foi em 1.º de Maio de 1912 nomeado secretario da Agricultura de S. Paulo sob o governo do dr. Rodrigues Alves, renunciando o cargo por occasião da escolha dos candidatos á eleição prezidencial do Estado para o quatrienio de 1916 a 1920.

9.º — Joaquim Augusto Barros Penteado.

10.º — Cincinato Cezar da Silva Braga.

11.º — Alvaro Augusto da Costa Carvalho.

12.º — Alberto Sarmento.

TERCEIRO DISTRICTO

13.º — Adolpho Affonso da Silva Gordo.

14.º — Altino Arantes Marques. Renunciou em 1911 para assumir o lugar de secretario do Interior do Governo do Estado. Não foi preenchida a vaga.

15.º — Arthur Palmeira Ripper.

16.º — José Manoel Lobo.

17.º — Rodolpho Nogueira da Rocha Miranda. Renunciou em 18 de Junho de 1909 para assumir a pasta da Agricultura.

Antonio Manoel Bueno de Andrada. Eleito em 13 de Março de 1910; reconhecido em 20 de Abril.

QUARTO DISTRICTO

18.º — José Valois de Castro (Monsenhor).

19.º — Francisco de Paula Rodrigues Alves Filho.

20.º — Arnolpho Rodrigues de Azevedo.

21.º — FRANCISCO MARCONDES ROMEIRO. Falleceu em 1911. Não foi preenchida a vaga.

22.º — ANTONIO JOSÉ DA COSTA JUNIOR.

GOYAZ

(quatro deputados)

DISTRICTO UNICO

1.º — ANTONIO RAMOS CAIADO.

Nascido em 15 de Maio de 1874, no Estado de Goyaz, é advogado e fazendeiro. Estudante na Faculdade de Direito de S. Paulo, em 1893 alistou-se no Batalhão Academico daquella cidade e marchou para a Capital Federal, collocando-se ao lado do Governo do Marechal Floriano Peixoto. Ahi, tomou parte nos combates que se travaram diariamente na Fortaleza de S. João e em Nictheroy contra os revoltosos, sendo promovido, por actos de bravura, aos postos de alferes e tenente. Terminada a revolta, foi tenente honorario do exercito. Recebeo o gráo de bacharel em sciencias juridicas e sociaes a 8 de Dezembro de 1895.

Tem exercido, na sua terra natal, os seguintes cargos: deputado estadoal em 1897; conselheiro municipal, de 1899 a 1902; Secretario do Interior, Justiça e Segurança Publica em Março de 1904 e em Junho de 1908 (duas administrações). Foi redactor d'*A Imprensa* (1904 a 1905) e d'*A Republica* (1905 a 1907). Tomou parte saliente no ultimo movimento armado do seu Estado, sendo commandante das forças revolucionarias que entraram triumphantes na capital de Goyaz em 1 de Maio de 1909.

E' deputado federal, desde 24 de Maio de 1909.

2.º — MARCELLO FRANCISCO DA SILVA.

3.º — EDUARDO ARTHUR SOCRATES.

4.º — HERMENEGILDO LOPES DE MORAES.

MATTO-GROSSO

(quatro deputados)

DISTRICTO UNICO

1.º — GENEROSO PAES LEME DE SOUZA PONCE. Falleceu em 1911, não foi substituido.

2.º — JOSÉ ANTONIO MURTINHO.

3.º — JOAQUIM AUGUSTO DA COSTA MARQUES. Renunciou para ser governador de Matto Grosso. Não foi substituido.

4.º — LUIZ ADOLPHO CORREIA DA COSTA.

PARANA

(quatro deputados)

DISTRICTO UNICO

1.º — MANOEL CORREIA DE FREITAS.

Nascido em 22 de Maio de 1853 em Paranaguá, antiga provincia, hoje Estado do Paraná, foi seu pae Domingos Correia de Freitas. Jornalista em Santa Catharina e no Paraná, desde a primeira mocidade consagrou-se ás grandes

causas da liberdade. Entrou na campanha abolicionista; e, ao lado de Quintino Bocayuva, Silva Jardim, Assis Brazil, João Pinheiro e outros, foi um dos mais ardorosos propagandistas da Republica. Caracter integro e coração generoso e bom, tem-se feito tambem um denodado protector dos animaes e das florestas do Brazil. Proclamada a Republica, foi deputado á Constituinte do Paraná, e, em seguida, eleito deputado em diversas legislaturas da Assembléa Paranaense. Eleito deputado federal em 1909 á 7.ª legislatura, foi reeleito á 8.ª (1912 a 1914). Tem sido sempre eleito pela opposição e foi um dos principaes propugnadores do civilismo.

2.º — Antonio Augusto de Carvalho Chaves.

3.º — Bento José Lamenha Lins.

4.º — Carlos Cavalcanti de Albuquerque. Renunciou em fins de 1910. Reeleito em 5 de Março de 1911 e reconhecido em 22 de Maio.

SANTA CATHARINA

(quatro deputados)

DISTRICTO UNICO

1.º — Celso Bayma.

Nascido em 8 de Julho de 1874, em Assumpção, do Paraguay, foi seu pae o general dr. Alexandre Marcelino Bayma. Fez o curso secundario no Rio de Janeiro, matriculando-se em 1892 na Faculdade Livre de Direito desta capital. Recem-formado, abrio banca de advogado no Rio de Janeiro, sendo nomeado em 1898 coadjuvante do ensino do Collegio Militar. Em 1903, foi nomeado adjunto do

mesmo instituto e, em 1906, lente cathedratico de historia universal. Em 1898, foi eleito deputado ao Congresso de Santa Catharina, sendo successivamente reeleito até 1909. Nesse anno, foi eleito deputado federal, tendo tido o mandato renovado em 1912 e 1915.

E' membro do Instituto da Ordem dos Advogados Brazileiros e, na Camara, fez parte da Commissão de Diplomacia e Tratados.

2.º — Henrique de Almeida Valga.

3.º — Vidal José de Oliveira Ramos. Renunciou em fins de 1910.

Abdon Baptista. Eleito em 29 de Janeiro de 1911; reconhecido em 11 de Maio seguinte.

4.º — Victorino de Paula Ramos.

RIO GRANDE DO SUL

(dezeseis deputados)

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — João Vespucio de Abreo e Silva.

Nascido em 2 de Dezembro de 1868, foi praça de 20 de Fevereiro de 1886. Alferes-alumno em 6 de Janeiro de 1890, foi promovido a 2.º tenente em 8 de Outubro do mesmo anno; a 1.º tenente em 3 de Abril de 1893; a capitão em 14 de Dezembro de 1900; a major graduado em 28 de Dezembro de 1912; e a effectivo, em 21 de Fevereiro de 1912.

Dotado de formoso talento e de um caracter integro e leal, é bacharel em mathematica e sciencias physicas e tem o curso de engenharia pelo regulamento de 1889.

Republicano ardoroso desde a propaganda, foi um dos amigos mais dedicados do dr. Julio de Castilhos, tomando parte ao lado deste nas lutas mais porfiadas da politica do Rio Grande do Sul. Eleito deputado federal á 7.ª legislatura (1909 a 1911), foi reeleito á 8.ª e á 9.ª (1912 a 1917). Na Camara, tem sempre feito parte da Commissão de Marinha e Guerra, sendo o relator de importantes pareceres, inclusivé o sobre a reforma do ensino militar. Foi membro ainda das commissões especiaes de Reforma da Justiça Militar e da organização do Codigo Penal Militar. Actualmente, exerce o cargo de 1.º vice-prezidente da Camara dos Deputados.

2.º — Diogo Fernandes Alvares Fortuna.

3.º — Luiz Soares dos Santos.

4.º — Manoel de Campos Cartier.

5.º — José Carlos de Carvalho.

6.º — Evaristo Ferreira do Amaral.

SEGUNDO DISTRICTO

7.º — Rivadavia da Cunha Correia. Renunciou em 15 de Novembro de 1910.

JOÃO SEVERIANO DA FONSECA HERMES. Eleito em 1.º de Março de 1911; reconhecido em 11 de Maio.

8.º — FRANCISCO ANTUNES MACIEL.

9.º — GERMANO HASSLOCHER. Falleceu em 6 de Fevereiro de 1911.

CARLOS MAXIMILIANO PEREIRA DOS SANTOS. Eleito em 3 de Maio de 1911. (1)

10.º — JOSÉ THOMAZ NABUCO DE GOUVEIA.

11.º — HOMERO BAPTISTA.

TERCEIRO DISTRICTO

12.º — JOÃO ABBOTT.

13.º — ANGELO GOMES PINHEIRO MACHADO. Renunciou em 30 de Dezembro de 1910.

JOSÉ GONÇALVES DE ALMEIDA. Eleito em 1.º de Março de 1911; reconhecido em 12 de Maio.

Nascido em 7 de Julho de 1856, foi praça de 16 de Novembro de 1879. Alferes-alumno em 3 de Março de 1884, foi promovido a 2.º tenente em 26 de Junho de 1888; a 1.º em 7 de Janeiro de 1890; a capitão em 17 de Maio do mesmo anno; a major graduado em 28 de Dezembro

---

(1) Vide 7.º quatrienio.

de 1904; a effectivo em 29 de Novembro de 1905. Tem o curso de estado-maior pelo regulamento de 1874.

Eleito deputado federal á 7.ª legislatura (1909 a 1911), não teve mais o mandato renovado.

14.º — Domingos Pinto de Figueiredo Mascarenhas.

15.º — Pedro Gonçalves Moacyr.

16.º — Alexandre Cassiano do Nascimento. Renunciou em 1909 para occupar uma cadeira no Senado.

João Simplicio Alves de Carvalho. Eleito em 30 de Setembro e reconhecido em 6 de Novembro de 1909.

Nascido em 2 de Agosto de 1868, foi praça de 20 de Fevereiro de 1886. Alferes-alumno em 23 de Janeiro de 1889, foi promovido a 2.º tenente em 8 de Outubro de 1890; a 1.º tenente em 25 de Setembro de 1891; a capitão, em 14 de Dezembro de 1900.

Homem de acção e de talento, possuindo solida cultura de espirito, é bacharel em mathematica e sciencias physicas e tem o curso de engenharia pelo regulamento de 1889. Eleito deputado federal á 7.ª legislatura (1909 a 1911), foi reeleito á 8.ª e á 9.ª (1912 a 1917). Na Camara, tem feito parte das commissões de Diplomacia e Tratados, de Agricultura e de Finanças. E' um dos directores da Federação das Associações Commerciaes do Brazil.

Oitava legislatura

1912 a 1914

Senado



AMAZONAS

Nove annos. — Gabriel Salgado dos Santos. Reeleito em 30 de Janeiro de 1912; reconhecido em Maio do mesmo anno.

Seis annos. — Sylverio José Nery.

Tres annos. — Jonathas de Freitas Pedroza. Renunciou por haver sido empossado do Governo do Amazonas.

Barão de Teffé (Antonio Luiz von Hoonholtz). Eleito em 31 de Março de 1913; reconhecido em 7 de Julho do mesmo anno.

Nascido em 9 de Maio de 1837, em Itaguahy, Estado do Rio de Janeiro, é um brazileiro cuja longa vida tem sido illustrada com grande numero de feitos gloriosos e importantes serviços á Patria.

Matriculou-se na Escola de Marinha, em 25 de Janeiro de 1852. Guarda-marinha em Novembro de 1854, em Dezembro desse anno partio para o Paraguay, na expedição Pedro Ferreira. 2.º tenente em 1857, em Dezembro de 1858 foi nomeado professor do 4.º anno da Escola de Marinha,

e nesta época foi á Europa em missão scientifica, a bordo da corveta «Bahiana», accompanhando a primeira equipagem de guarda-marinhas que fazíam o seu 4.º anno e de cuja viagem trouxe dados para o primeiro compendio de hydrographia que foi escripto no Brazil, sendo a sua obra unanimemente approvada pela Escola de Marinha e premiada pelo governo imperal. Em 1865, no inicio do rompimento da encarniçada campanha do Paraguay, commandou a canhoneira «Araguary», e foi um dos heróes do bombardeamento de Corrientes, o que lhe valeu a medalha «Aos vencedores de Corrientes», da Republica Argentina. No formidavel combate naval do Riachuelo, em 11 de Junho de 1865, o qual custou tantos sacrificios e tantas victimas aos belligerantes, elle ainda commandou a «Araguary», e nesta occasião foi feito, pelo governo imperial, official do Cruzeiro. Bateu-se com enthusiasmo e bravura, atravessando, em 18 de Junho, debaixo de um diluvio de projectis, as terriveis baterias de Mercedes e, em novos combates, em 13 e 14 de Julho, 12 de Agosto e 28 de Novembro. Nomeado em Março de 1866 para dirigir a commissão exploradora do Paso de la Patria, sempre trabalhou debaixo do fogo encarniçado do forte de Itapirú, e seus serviços neste feito foram tão brilhantes, que a ordem do dia da esquadra os fez resaltar com os maiores elogios. Em 30 de Abril de 1868, como capitão da corveta «Vital de Oliveira», novamente partio para o theatro da guerra, onde commandou o couraçado «Bahia», a bordo do qual mais de uma vez devia mostrar a sua bravura. Em attenção aos seus innumeraveis actos de bravura, foi promovido a capitão de fragata. Tinha commandado em 22 combates. Incumbido da direcção de uma commissão que devia levantar a planta da costa e da Ilha de Santa Catharina, executou o trabalho em condições irreprehensiveis, pelo que o governo lhe baixou vivos elogios. Nomeado chefe da commissão de demarcação de limites entre o Imperio e o Perú, entrou no Javary em 17 de Janeiro de 1874. Seria preciso dispôr de muitas paginas para contar esta penosa

e difficil exploração de 2.000 kilometros de navegação em canôa, em um rio não navegado e completamente dominado por selvagens ferozes, cheia de soffrimentos de todas as qualidades pelos quaes elle e os seus 82 companheiros passaram, viagem em que seu irmão Carlos e muitos outros succumbiram e em que elle proprio voltou quasi moribundo, exploração essa que não só forneceu a solução de uma grave questão de limites, mas ainda abrio a região do Javary ao commercio internacional, á industria e á civilisação. Em attenção a tão glorioso successo, foi agraciado com o titulo de Barão de Teffé. Pelo seu relatorio de 1877, depois de estudos sérios e de observações prolongadas, demonstrou que o porto de Antonina reunia melhores condições technicas e financeiras como entreposto maritimo da provincia do Paraná, do que o porto de Paranaguá. Tomou parte saliente na questão da possibilidade da entrada de grandes vapores no porto do Maranhão, no saneamento da Lagôa de Rodrigo de Freitas e na destruição de um rochedo submarino que, não mencionado nos mappas, causou avarias aos vapores na entrada do porto de Santos. Nas Antilhas, representou o corpo douto do Brazil na occasião da passagem da Venus sobre o disco do sol, e, em recompensa desta commissão, foi elevado á dignidade de Grande do Imperio. Escreveu em muitos jornaes e em revistas; é auctor de um drama maritimo, «A Justiça de Deus», e de um romance, «A corveta Diana»; publicou muitas memorias, discursos, etc., e ainda tem ineditos outros trabalhos. Fez conferencias applaudidas sobre a America prehistorica, diante de auditorios selectos, e na presença do fallecido imperador D. Pedro II e S. A. o Conde d'Eu. Grande do Imperio, almirante da Marinha, official da Imperial Ordem do Cruzeiro e da Rosa, portador Grã-Cruz de S. Bento de Aviz e da da Real Ordem Americana de Isabella a Catholica; Camarista de S. M. a Imperatriz; condecorado com as medalhas da batalha naval do Riachuelo, da campanha geral do Paraguay, da conferida pela Republica Argentina aos vencedores de Corrientes e da do

Merito Militar; membro do conselho-director da Sociedade Central de Immigração e director geral do serviço hydrographico do Imperio, é ainda membro da Academia de Sciencias de Paris e da Academia de Sciencias de Madrid, membro titular das Sociedades de Geographia Commercial de Paris e de Lisbôa e vice-prezidente da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro.

Eleito senador federal pelo Amazonas em 31 de Março de 1913, completou o mandato do dr. Jonathas Pedroza, que havia sido eleito governador daquelle Estado, mandato que expirou em 31 de Dezembro de 1914. Não foi reeleito.

PARÁ

Nove annos. — LAURO SODRÉ (Lauro Nina Sodré e Silva). Eleito por terminação do mandato do dr. Paes de Carvalho em 30 de Janeiro de 1912; reconhecido em 22 de Abril seguinte. Até essa data, reprezentára por nove annos o Districto Federal no Senado.

Seis annos. — ARTHUR DE SOUZA LEMOS.

Tres annos. — ARTHUR INDIO DO BRAZIL.

MARANHÃO

Nove annos. — FERNANDO MENDES DE ALMEIDA. Reeleito em 30 de Janeiro de 1912.

Seis annos. — JOSÉ E. DE CARVALHO E OLIVEIRA.

Tres annos. — Urbano Santos da Costa Araujo. Renunciou o mandato em 15 de Novembro de 1914 por haver sido empossado da vice-prezidencia da Republica.

PIAUHY

Nove annos. — Firmino Pires Ferreira. Reeleito em em 30 de Janeiro de 1912; reconhecido em Abril seguinte.

Seis annos. — Joaquim Ribeiro Gonçalves.

Tres annos. — Gervasio de Britto Passos.

CEARÁ

Nove annos. — Pedro Augusto Borges. Reeleito em 30 de Janeiro, de 1912.

Seis annos. — Thomaz Pompeu Pinto Accioly.

Tres annos. — Francisco de Sa.

RIO GRANDE DO NORTE

Nove annos. — Joaquim Ferreira Chaves. Reeleito em 30 de Janeiro de 1912. Renunciou em 1.º de Janeiro de 1914 para occupar o governo do Rio Grande do Norte.

Eloy Castriciano de Souza. Eleito em 1.º de Março de 1914; reconhecido em 5 de Maio.

Seis annos. — Augusto Tavares da Lyra. Renunciou em 16 de Novembro de 1914 por haver sido nomeado ministro da Viação.

Tres annos. — Antonio José de Mello e Souza.

PARAHYBA

Nove annos. — João Pereira de Castro Pinto. Reeleito em 30 de Janeiro de 1912. Renunciou por ter sido empossado do governo do Estado em 22 de Outubro de 1912.

Epitacio da Silva Pessoa. Eleito em Novembro de 1912; reconhecido em 28 de Dezembro.

Seis annos. — Walfredo Leal dos Santos.

Tres annos. — Alvaro Lopes Machado. Falleceu em Janeiro de 1912.

Pedro da Cunha Pedroza. Eleito em 22 de Março de 1912; reconhecido em 2 de Maio.

Nascido em 30 de Junho de 1863, na fazenda Natuba, cidade de Umbuzeiro, da antiga provincia da Parahyba do Norte, formou-se em sciencias juridicas e sociaes pela Faculdade do Recife. Exerceu o cargo de promotor publico da comarca de Timbaúba, em Pernambuco, de 30 de Novembro de 1885 a 20 de Março de 1889. Nomeado juiz municipal de Pilar, na Parahyba, ahi se demorou de 20 de Abril de 1889 a 5 de Dezembro de 1890. Assumio em 17 de Janeiro de 1891 o cargo de juiz de direito de Souza, no mesmo Estado, cargo que occupou até 2 de Fevereiro de 1892, quando passou a advogar na capital, sendo considerado então em disponibilidade. Dedicando-se na Repu-

blica tambem á politica, fez parte da primeira Constituinte Parahybana (Maio de 1891 a Fevereiro de 1892), assignando a respectiva Constituição. Foi secretario de Estado de 1905 a 1908, sendo no mesmo periodo deputado á Assembléa Legislativa. De 1908 a 1911, exerceu o cargo de 1.º vice-prezidente da Parahyba. Fez parte da commissão que, nomeada pelo dr. Venancio Neiva, 1.º governador republicano da Parahyba, elaborou a organização judiciaria do Estado. Como deputado estadoal, foi o *leader* da maioria governista; e, como tal, organizou e offereceu á Assembléa um projecto de Codigo do Processo Criminal da Parahyba, hoje convertido em lei. Além de provedor da Santa Casa de Mizericordia da Parahyba, foi tambem de 1905 a 1911 o redactor-chefe d' *A União*, orgão do partido republicano federal do seu Estado natal. Eleito em 22 de Março de 1912, senador federal na vaga aberta pela morte do dr. Alvaro Machado, teve o seu mandato terminado em 1914. Em 30 de Janeiro de 1915, foi reeleito por mais nove annos.

PERNAMBUCO

Nove annos. — João Ribeiro de Britto. Eleito em 30 de Janeiro de 1912 por terminação do mandato do dr. Roza e Silva; reconhecido em Maio seguinte.

Nascido em Pernambuco, doutorou-se em 1888 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Voltando á terra natal logo depois de formado, filiou-se ao partido republicano historico, chefiado por Martins Junior, Maciel Pinheiro e Ambrozio Machado. Por occasião da vizita de Silva Jardim ao Recife, hospedou-o na sua rezidencia, á rua do Hospicio, casa em cujo quintal fez aquelle tribuno, para se livrar da policia monarchica, a sua primeira conferencia á sombra de frondosa mangueira, alli existente.

Proclamada a Republica, exerceu o cargo de prefeito do Recife, do qual foi destituido na administração Barboza

Lima, em virtude do rompimento deste com Martins Junior a quem acompanhou.

Deste momento até á posse de Dantas Barreto no governo do Estado, permaneceu em opposição mais ou menos activa aos subsequentes governadores Correia de Araujo, Gonçalves Ferreira, Segismundo Gonçalves, Herculano Bandeira e Estacio Coimbra.

Verificada a scisão do seu partido, em 1893, nos dois grupos chefiados, um por Martins Junior e outro por Ambrosio Machado, ficou ao lado do primeiro, a quem succedeu na respectiva chefia.

Foi quem despertou a candidatura de Dantas Barreto para o governo do Estado em 1911, esforçando-se para o congraçamento de todos os grupos opposicionistas, então existentes, amigos de José Mariano, Barão de Lucena e descontentes.

Tem feito parte da redacção de varios jornaes, entre os quaes *A Republica,* fundado por seos esforços em 1912.

Na renovação do terço do Senado Federal nas eleições de 30 de Janeiro de 1912, foi incluido na chapa do governador Dantas Barreto, de quem pouco tempo depois dissentio.

Seis annos. — SEGISMUNDO ANTONIO GONÇALVES. Falleceu em 25 de Janeiro de 1915.

Tres annos. — ANTONIO GONÇALVES FERREIRA.

ALAGOAS

Nove annos. — RAYMUNDO PONTES DE MIRANDA. Eleito em 30 de Janeiro de 1912 por terminação do mandato do sr. Paulo Malta.

Seis annos. — MANOEL GOMES RIBEIRO (Barão de Traipú).

Tres annos. — MANOEL JOSÉ DE ARAUJO GÓES.

SERGIPE

Nove annos. — MANOEL PRESCILIANO DE OLIVEIRA VALLADÃO. Reeleito em 30 de Janeiro de 1912. Renunciou por haver assumido em 24 de Outubro de 1914 o governo de Sergipe.

PEREIRA LOBO (José Joaquim Pereira Lobo). Reconhecido a 24 de Dezembro de 1914.

Nascido em S. Christovam, Sergipe, a 23 de Dezembro de 1864, é filho legitimo do capitão Joaquim José Pereira e d. Joanna Roza de Vasconcellos Pereira. O seu progenitor, que ainda vive e conta 93 annos, é figura de grande destaque na sua terra, onde militou durante o Imperio no partido liberal, ao lado do Barão de Estancia, commendador Almeida Botto e José Faro.

Muito jovem ainda, em 1882, assentava praça e seguia para o Rio de Janeiro, matriculando-se na Escola Militar, onde encetava em 1883 brilhante curso. Apezar das approvações distinctas, que conquistára, a chamada *questão militar*, que tomára vulto em 1885, impedio que fosse *alferes-alumno*, sendo desligado com todos os collegas, que haviam tomado parte nas manifestações a Deodoro e ao tenente-coronel Senna Madureira, por occasião do dezembarque daquelle general no Rio de Janeiro.

Só um anno depois, era alferes-alumno. Em 1892, recebia, afinal, o gráo de engenheiro e bacharel em mathematica e sciencias physicas e naturaes. Depois de haver servido no Paraná, foi nomeado engenheiro das obras militares de Sergipe. Em Abril de 1893, foi promovido a capitão. Pelo mesmo tempo, era eleito deputado ao Congresso de Sergipe, sendo logo depois elevado á vice-prezidente do Estado, cujos destinos foi chamado a dirigir em 1897 por se haver licenciado o prezidente. Amigo dedicado do

general Valladão, teve então de repellir a forte agitação, promovida contra aquelle chefe politico e encabeçada pelo proprio prezidente ao retomar o poder.

Voltando ao seio de sua classe, é nomeado commandante do 4.º batalhão de Artilharia no Pará. Atacado de beri-beri em Belém, foi transferido para Curityba, sendo em 1903 nomeado director da Colonia Militar do Chopim e salientando-se nesse cargo por importantes serviços prestados. Dahi, passou a servir no 1.º batalhão de engenharia, destacado na Villa Militar, no Rio de Janeiro, sendo successivamente distinguido com honrosas e delicadas commissões. Promovido já a major, commandava a fortaleza de Santa Cruz quando se deu a revolta dos marinheiros de 1910. Em 1912, era promovido a tenente-coronel por merecimento, indo servir em Cruz Alta, no Rio Grande do Sul. Regressando a Capital Federal, foi designado para servir no Estado Maior do Exercito e, logo depois, nomeado chefe do Estado Maior da 1.ª Brigada Estrategica. Em 1913, passou a fazer parte do 1.º Regimento de Artilharia Montada.

Finalmente, em 1914, era eleito senador federal por Sergipe na vaga do general Valladão, empossado do governo do Estado.

No Senado, não tem desmentido as suas brilhantes tradições de intelligencia e de caracter.

Seis annos. — Guilherme de Souza Campos.

Tres annos. — José Luiz Coelho e Campos. Renunciou em 1.º de Novembro de 1913 por haver sido nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal.

Serapião de Aguiar e Mello. Eleito em 14 de Dezembro de 1913 e reconhecido a 5 de Maio de 1914.

Nascido em Sergipe em 17 de Julho de 1865, é formado em pharmacia pela Faculdade de Medicina da Bahia (1887). Foi deputado estadoal á Assembléa Legislativa do Amazonas (1898-1900). Regressando do Amazonas ao Estado natal, só se envolveu em politica para harmonisar a familia sergipana, depois da morte de Fausto Cardoso e Olympio de Campos. Fez então a união dos partidos «Progressista» e «Republicano Sergipense». Foi deputado á Assembléa Legislativa de Sergipe de 1912 a 1913, tendo sido eleito prezidente durante esse periodo. Eleito senador federal na vaga do dr. Coelho e Campos, exerceo o mandato até o fim da 8.ª legislatura, quando foi eleito deputado federal em 30 de Janeiro de 1915.

BAHIA

Nove annos. — Luiz Vianna. Eleito em 30 de Janeiro de 1913 por terminação do mandato do dr. Severino Vieira; reconhecido em 2 de Maio seguinte.

Nascido em 30 de Outubro de 1846, em S. José da Casa Nova, na antiga provincia da Bahia, formou-se em direito pela Faculdade do Recife em Março de 1865. Filiado no Imperio ao partido conservador, seguio a magistratura. Foi promotor da Comarca de Chique-Chique, na Bahia, de 1870 a 1873. Nomeado, por decreto imperial de 7 de Outubro de 1874, Juiz de direito da comarca do Rio S. Francisco, passou a exercer o mesmo cargo em Viamão, Rio Grande do Sul, de 1882 a 1885. Neste anno, foi removido para a da Matta de S. João, na Bahia, até que, em 1887, passou a exercer uma das varas de S. Salvador, capital da provincia. Teve na monarchia o titulo de conselho. Proclamada a Republica, adherio ao novo regimen, sendo nomeado juiz federal do seo Estado natal em 1890. Eleito em 1891 senador á Constituinte da Bahia, foi escolhido para prezidente dessa assembléa. Nomeado membro do Tribunal de Appellação e Revista do seu Estado, foi tambem

seu prezidente, apozentando-se nesse cargo. Eleito governador do Estado, exerceu o periodo de 1896 a 1900, tendo a sua administração de enfrentar sérias difficuldades creadas pela chamada *Guerra de Canudos.* O dr. Prudente de Moraes, quando prezidente da Republica, cercou-o de grande prestigio, encarecendo sempre o concurso que prestou ao seu quatrienio e tendo no seu apoio um dos seus principaes esteios. Por essa occasião, vizitou o Rio de Janeiro, sendo-lhe prestadas excepcionaes homenagens. Aberta a scisão no seio do seu partido, logo apóz ter assumido o dr. Severino Vieira o governo do Estado, retirou-se para a Europa, recolhendo-se á vida privada. Agitada a candidatura do marechal Hermes da Fonseca á prezidencia da Republica e organizado o Partido Republicano Conservador, voltou de novo á actividade politica, tomando parte saliente nos successos occorridos na sua terra natal por occasião de ser escolhido o successor do dr. Araujo Pinho no governo bahiano. Aberta nova scisão no partido bahiano, retirou o seu apoio ao governador Seabra, mantendo-se no directorio do partido conservador, do qual já fazia parte, e apoiando fortemente o seu chefe, senador Pinheiro Machado. Já mezes antes, em 30 de Janeiro de 1913, fôra eleito senador federal por terminação do mandato do dr. Severino Vieira.

Seis annos. — José Marcelino de Souza.

Tres annos. — Ruy Barboza.

ESPIRITO SANTO

Nove annos. — João Luiz Alves. Reeleito em 30 de Janeiro de 1913.

Seis annos. — Bernardino de Souza Monteiro.

Tres annos. — José de Mello Carvalho Muniz Freire.

RIO DE JANEIRO

Nove annos. — Nilo Peçanha. Eleito em 30 de Janeiro de 1912; empossado em Maio seguinte. O sr. Oliveira Figueiredo, cujo mandato terminaria naquella data, já havia renunciado a cadeira por ter sido nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Seis annos. — Quintino Bocayuva. Falleceu em 11 de Julho de 1912.

Francisco Portella. Eleito em 1.º de Setembro de 1912; reconhecido em 14 de Outubro. Falleceu tambem a 22 de Dezembro de 1913.

Erico Marinho da Gama Coelho. Reconhecido a 20 de Julho de 1914.

Tres annos. — Lourenço Maria de Almeida Baptista (Barão de Miracema).

DISTRICTO FEDERAL

Nove annos. — Alcindo Guanabara. Eleito em 30 de Janeiro de 1912; empossado em Maio seguinte. Vaga aberta pela terminação do mandato do dr. Lauro Sodré.

Seis annos. — Melciades Mario de Sá Freire.

Tres annos. — Augusto de Vasconcellos.

S. PAULO

Nove annos. — MANOEL FERRAZ DE CAMPOS SALLES. Reeleito em 30 de Janeiro de 1913; empossado em Maio. Falleceu em 28 de Junho de 1913.

ADOLPHO AFFONSO DA SILVA GORDO. Reconhecido em 26 de Setembro de 1913.

Seis annos. — ALFREDO ELLIS.

Tres annos. — FRANCISCO GLYCERIO.

MINAS-GERAES

Nove annos. — FRANCISCO ALVARO BUENO DE PAIVA. Reeleito em 30 de Janeiro de 1912; empossado em Maio.

Seis annos. — BERNARDO PINTO MONTEIRO.

Tres annos. — FELICIANO AUGUSTO MOREIRA PENNA. Falleceu a 8 de Julho de 1914. A vaga só foi preenchida a 30 de Janeiro de 1915.

PARANA'

Nove annos. — MANOEL DE ALENCAR GUIMARÃES.

Seis annos. — GENEROSO MARQUES DOS SANTOS.

Tres annos. — Candido Ferreira de Abreu. Renunciou em 11 de Fevereiro de 1913 por haver sido nomeado superintendente de Curityba.

Francisco Xavier da Silva. Reconhecido a 12 de Julho de 1913.

SANTA CATHARINA

Nove annos. — Lauro Severiano Müller. Eleito em 30 de Janeiro de 1912. Renunciou em Maio seguinte, antes de tomar posse, por haver sido nomeado Ministro das Relações Exteriores.

Abdon Baptista. Eleito em 16 de Junho de 1912; reconhecido em 24 de Julho.

Seis annos. — Felippe Schimidth. Renunciou em 28 de Setembro de 1914. A vaga só foi preenchida em 30 de Janeiro de 1915.

Tres annos. — Hercilio Pedro da Luz.

RIO GRANDE DO SUL

Nove annos. — Alexandre Cassiano do Nascimento. Falleceu a 9 de Setembro de 1912.

Diogo Fortuna (Diogo Fernandes Alvares Fortuna). Reconhecido a 11 de Abril de 1913. Falleceu a 21 de Junho seguinte.

Joaquim Augusto de Assumpção. Reconhecido a 22 de Dezembro de 1913.

Nascido em 18 de Julho de 1851 na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, foram seus paes o barão de Jarao e a baroneza do mesmo nome. Bacharelou-se em sciencias juridicas e sociaes pela Faculdade de Direito de S. Paulo (1872). Apenas formado, iniciou a actividade profissional no Rio de Janeiro, no escriptorio do jurisconsulto Silva Nunes, de quem recebeu o honroso convite para servir de seu secretario quando aquelle compatriota foi nomeado presidente da provincia da Bahia, tendo declinado do mesmo. Regressando a Pelotas, abriu banca de advogado, sendo nessa época distinguido pelo governo imperial com o convite para prezidente da então provincia do Paraná, honra de que declinou. Exerceu no Imperio durante dois quatrienios o cargo de juiz municipal de Pelotas e Rio Grande. Esteve filiado ao partido conservador, que o apresentou á deputação geral nas ultimas eleições realizadas na monarchia. Exercia o logar de vereador da Camara Municipal de Pelotas quando foi proclamada a Republica. Implantada esta, propôz em sessão da Camara Municipal que os vereadores renunciassem o mandato adherindo ao novo regimen. Na Republica, filiou-se ao Partido Republicano Rio-grandense, chefiado por Julio de Castilhos. Foi distinguido por este para exercer, primeiramente, os cargos de juiz da comarca de Porto Alegre e de desembargador do Supremo Tribunal do Estado, e, posteriormente, para membro da Assembléa dos Representantes, de todos esses convites declinando. Eleito prezidente do Estado o dr. Carlos Barbosa Gonçalves, por este e pelo dr. Borges de Medeiros, chefe actual do Partido Republicano Rio-grandense, foi convidado para vice-prezidente do Estado, de cujo convite se excusou, embora affirmando sua plena solidariedade ao partido. Por fallecimento do dr. Diogo Fortuna, foi em 1913 eleito senador federal, renunciando a cadeira no anno seguinte por motivo de grave estado de saúde. Falleceu em Pelotas, a 2 de Abril de 1916, no exer-

cicio do cargo de prezidente do Conselho Municipal da cidade. Foi dedicado e esclarecido collaborador da grande reforma de melhoramentos materiaes porque passou o municipio de Pelotas nas administrações dos intendentes José Barbosa Gonçalves e Cypriano Corrêa Barcellos. Talvez a maior fortuna do Rio Grande do Sul, tinha-a espalhada pelo commercio e industrias. Foi dos principaes fundadores do Banco Pelotense e «Companhia de Fiação e Tecidos Pelotense», sendo seu nome recordado como um dos benemeritos do municipio e pelos seus correligionarios como dos mais firmes e orientados membros do partido de Julio de Castilhos.

Seis annos. — Victorino Carneiro Ribeiro Monteiro.

Tres annos. — José Gomes Pinheiro Machado.

GOYAZ

Nove annos. — Luiz Gonzaga Jayme.

Seis annos. — José Leopoldo de Bulhões Jardim.

Tres annos. — Braz Abrantes.

MATTO GROSSO

Nove annos. — José Antonio Murtinho.

Seis annos. — José Maria Metello.

Tres annos. — Antonio Francisco de Azeredo.

Camara dos Deputados

(duzentos e doze reprezentantes)

AMAZONAS

(quatro deputados)

DISTRICTO UNICO

1.º — ANTONIO NOGUEIRA.

2.º — AURELIO AMORIM.

3.º — ANTONIO MONTEIRO DE SOUZA.

4.º — LUCIANO PEREIRA DA SILVA.

Nascido em 12 de Outubro de 1884, no municipio de Campo-maior, E. do Piauhy, foram seus paes o dr. Agesiláo Pereira da Silva e d. Adelaide Candida Machado da Silva. Fez os preparatorios no Rio de Janeiro no Gymnasio Nacional, tendo sido alumno dos Collegios «Universitario Fluminense» e «Alfredo Gomes».

Bacharel em sciencias juridicas e sociaes pela Faculdade de Direito do Recife (1907), foi promotor publico de Humaytá (Amazonas), secretario da Superintendencia Municipal de Manáos e procurador fiscal do Thesouro do Amazonas.

Foi redactor-chefe do *Diario do Amazonas* (1910-1912) e collaborou no *Diario de Pernambuco* e em quasi todos os jornaes de Manáos. Publicou: *A necessidade de um equilibrio americano, ante a politica de expansão dos Estados Unidos; Estudos de sociologia criminal; Conceito legal do crime e divisão dos factos puniveis; A Assembléa Constituinte e Legislativa de 1823.* (These apresentada ao Congresso de Historia Nacional — Rio 1914). Eleito deputado federal á presente legislatura, não teve o mandato renovado.

Actualmente exerce a advocacia em Manáos, onde goza de prestigio pela sua brilhante intelligencia.

PARÁ

(sete deputados)

DISTRICTO UNICO

1.º — INNOCENCIO SERZEDELLO CORREIA.

2.º — ROGERIO CORREIA DE MIRANDA.

3.º — JOÃO BAPTISTA DE VASCONCELLOS CHAVES.

Nascido no Estado do Rio Grande do Norte, formou-se em sciencias juridicas e sociaes pela Faculdade de Direito do Recife, em 1893. Transferindo residencia para o Estado do Pará, ahi foi promotor publico em Cametá, Cachoeira e Belem. Deixando o ministerio publico, iniciou-se na carreira da advocacia no escriptorio do senador Arthur Lemos, adquirindo renome pelo seu preparo e grande talento. Em 1899, foi eleito deputado estadoal á Assembléa

legislativa do Pará, tendo tido o mandato renovado até 1912. Durante todo esse periodo, foi *leader* da respectiva Camara. Fundou, com outros, a Faculdade de Direito do Pará, na qual foi lente cathedratico de Direito Penal. Em 1912, foi eleito deputado federal pelo Pará, não tendo tido o mandato renovado na legislatura seguinte. Na Camara dos Deputados, elaborou e apresentou um projecto notavel sobre menores delinquentes.

Especialista em direito criminal, numa viagem á Europa, estudou questões de regimen penitenciario, o que o habilitou a publicar uma obra muito interessante sobre o assumpto.

4.º — ANTONIO FELINTHO DE SOUZA BASTOS.

5.º — FIRMO BRAGA (Firmo José da Costa Braga).

Nascido em 1 de Junho de 1858, em Cametá, E. do Pará, foram seus paes Francisco José da Costa Braga e d. Anna Barradas da Costa Braga.

Tem o curso de sciencias naturaes da Escola Polytechnica de Lisbôa (1880) e é doutor em medicina (laureado) pela Escola Medico-cirurgica de Lisbôa (1886) e pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1891).

Foi assistente interno da clinica obstetrica do professor Tarnier (Maternidade — Paris — 1887-89); fundador e director medico da «Garantia», sociedade de seguros — (Pará — 1897) e fundador e director da *Folha do Norte* (Pará — 1896). E' medico effectivo do hospital Beneficencia Portugueza e do Hospital da Ordem Terceira de S. Francisco (Pará). Foi deputado ao Congresso Legislativo do Estado do Pará, de 1893 a 1899, e deputado federal pelo mesmo Estado de 1912 a 1914. Homem de sciencias e homem de lettras, goza de vasta nomeada como clinico.

6.º — THEOTONIO RAYMUNDO DE BRITTO.

7.º — João Hosannah de Oliveira.

MARANHÃO

(sete deputados)

DISTRICTO UNICO

1.º — Costa Rodrigues (Manoel Bernardino da).

2.º — Dunshee de Abranches (João Dunshee de Abranches Moura).

3.º — Arthur Quadros Collares Moreira.

4.º — Christino Cruz. Falleceu em 7 de Abril de 1914.

João Pedro Carvalho Vieira. Eleito em 14 de Junho de 1914; reconhecido em 18 de Agosto seguinte.

Nascido em 28 de Abril de 1877, no Rio de Janeiro, é filho de Antonio Salles Belfort Vieira e d. Josepha de Figueiredo Carvalho Vieira, aquelle, filho do senador do Imperio, dr. João Pedro Dias Vieira e esta, do conselheiro de Estado e senador tambem do Imperio, dr. José Pedro Dias de Carvalho. Fez estudos preparatorios no Gymnasio Nacional, no Collegio da Tijuca e no curso annexo á Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro. Iniciou a sua carreira publica em 1894 como practicante do Senado Federal. Em 1895, seguio para o Maranhão como secretario particular do Governador Belfort Vieira. Em 1901, foi nomeado 2.º official da Secretaria do Senado Federal; promovido a 1.º em 1903 e, a vice-director, em 1910. Eleito deputado federal pelo Maranhão em 1914, exerceu o mandato

até Janeiro de 1915. Não foi reeleito á 9.ª legislatura (1915 a 1917). Talentoso e trabalhador, tem collaborado activamente na imprensa do Rio de Janeiro, escrevendo no *Paiz*, no *Jornal do Commercio* e em outras folhas. No *Correio da Noite*, deffendeu em numerosos artigos os direitos do funccionalismo publico brazileiro.

5.º — Francisco da Cunha Machado.

6.º — Agrippino Azevedo.

7.º — Henrique Coelho Netto.

PIAUHY

(quatro deputados)

DISTRICTO UNICO

1.º — Joaquim de Lima Pires Ferreira.

2.º — Felix Pacheco (José Felix Alves Pacheco).

3.º — Raymundo Arthur de Vasconcellos.

4.º — João Gayoso (João Henrique de Souza Gayoso e Almendra. (Falleceu em 18 de Setembro de 1913.

Antonino Freire da Silva. Eleito a 20 de Dezembro de 1913; reconhecido a 3 de Junho de 1914.

Nascido no Estado do Piauhy, depois de um brilhante curso de preparatorios, seguio para o Rio de Janeiro, onde se formou em engenharia pela Escola Polytechnica. Recemformado, apezar de innumeras offertas para que permanecesse no Sul da Republica, o seu grande amor á terra natal fez com que declinasse de todos esses convites, desejoso de dar ao Piauhy o melhor das suas energias e das suas luzes. Foi assim que, uma vez chegado á Therezina, delineou logo uma série de importantes melhoramentos para o Estado. Nomeado director das obras publicas, promoveu o abastecimento de aguas da capital, trabalho de que recebeu apenas os seus honorarios, recuzando quaesquer outros proventos, que mui justamente lhe pertenciam. Outros grandes serviços executou com enormes economias para o Thezouro. O povo piauhyense, avaliando devidamente a rara benemerencia de tão illustre entre os seus filhos, não tardava a elegel-o vice-governador do Estado na mesma chapa em que figurava o nome brilhante de Anisio de Abreu. Fallecendo este, era Antonino Freire elevado ao governo, fazendo uma fecunda administração. Terminado o seu periodo governamental, era eleito deputado federal na vaga aberta pela morte do dr. João Gayoso. Em 1915, era reeleito á 9.a legislatura (1915 a 1917).

CEARÁ

(dez deputados)

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — Eduardo Thomé de Saboya.

2.º — Manoel Moreira da Rocha.

Nascido em 26 de Setembro de 1880 em Soure, Estado do Ceará, formou-se em medicina pela Faculdade da Bahia. Logo depois de diplomado, regressou á terra natal, iniciando a clinica em Fortaleza desde começos de 1904.

Attrahido pela politica, moveu forte opposição ao partido, então dominante, sob a direcção do conselheiro Nogueira Accioly. Foi um dos cabeças da reacção armada que depoz esse chefe e levou ao governo o coronel Franco Rabello. Eleito deputado federal em 30 de Janeiro de 1912, foi *leader* da sua bancada, sendo reeleito em 1915 á 9.a legislatura. Faz parte na Camara da Commissão de Agricultura e Industria.

3.o — José Freire Bezerril Fontenelle.

4.o — Thomaz Cavalcanti de Albuquerque.

5.o — Agapito Jorge dos Santos.

SEGUNDO DISTRICTO

6.o — Frederico Augusto Borges.

7.o — Flores da Cunha (José Antonio Flôres da Cunha).

Nascido no Rio Grande do Sul, é formado em sciencias juridicas e sociaes. Amigo dedicado do general Pinheiro Machado e do dr. Rivadavia Corrêa, envolveu-se no Estado em renhidas lutas partidarias. Vindo mais tarde advogar no fôro do Rio de Janeiro, foi nomeado delegado de policia, cargo que longos mezes exerceu.

Eleito deputado federal pelo Ceará á 8.a legislatura, não teve o mandato renovado á 9.a (1915 a 1917). Foi um dos accuzadores particulares por parte da familia do general Pinheiro Machado, no primeiro julgamento do seu assassino.

8.º — João Lopes Ferreira Filho.

9.º — Virgilio Brigido.

10.º — Gentil Falcão (Antonio Gentil de Albuquerque Falcão).

Nascido no Ceará em 15 de Novembro de 1885, seguio a carreira das armas, matriculando-se na Escola Militar do Rio de Janeiro. Tem assim o curso de Estado-Maior e o de engenharia pelo regulamento de 1908. E' tambem bacharel em mathematica e sciencias physicas e naturaes. Praça de 8 de Abril de 1902, foi promovido a alferes-alumno em 23 de Agosto de 1905; a 2.º tenente, em 10 de Janeiro de 1907; e a 1.º tenente, em 27 de Agosto de 1908.

Tomando parte saliente na reacção armada contra o governo, chefiado pelo conselheiro Nogueira Accioly, no Ceará, foi gravemente ferido, tendo de ir fazer melindrosa operação de olhos nos Estados Unidos.

Eleito deputado federal em 30 de Janeiro de 1912, não teve o mandato renovado á 9.ª legislatura (1915 a 1917).

RIO GRANDE DO NORTE

(quatro deputados)

DISTRICTO UNICO

1.º — Eloy Castriciano de Souza. Renunciou em 5 de Março de 1914 por haver sido reconhecido senador.

Alberto Maranhão. Eleito a 5 de Julho de 1914; reconhecido a 1.º de Setembro.

2.º — Augusto Monteiro (Augusto Carlos de Vasconcellos Monteiro).

Nascido em 12 de Outubro de 1881 na villa de Goyaninha, no Rio Grande do Norte, é formado em sciencias juridicas e sociaes. Recem-diplomado, entregou-se á advocacia, sendo logo depois nomeado promotor publico de Canguaretama, no seu Estado natal, em 28 de Janeiro de 1913. Ahi permaneceu até 18 de Outubro de 1906, quando foi nomeado juiz de Direito de Acary, cargo que exerceu de 1.º de Novembro de 1906 a Abril de 1907. Passou então a servir na comarca de Caicó, ahi permanecendo de 4 de Maio de 1907 a 28 de Outubro de 1911. A 30 de Janeiro de 1912, era eleito deputado federal. Terminando o seu mandato em 1914, foi logo depois nomeado prefeito do Alto-Acre, cargo que ainda hoje desempenha.

3.º — Juvenal Lamartine de Faria.

4.º — Augusto Leopoldo Rapozo da Camara.

Nascido em 22 de Agosto de 1856 em Ceará-mirim, Estado do Rio Grande do Norte, é bacharel em sciencias juridicas e sociaes pela Faculdade de Direito do Recife (1880). No antigo regimen, foi deputado provincial á assembléa legislativa do Rio Grande do Norte, (1882-1883), chefe de policia da provincia em 1885 e juiz municipal e de orphãos da capital da referida provincia de 1886 a 1889. No actual regimen tem sido Procurador Fiscal do Thesouro do Estado, Membro da Intendencia Municipal da capital em 1890, deputado ao 1.º Congresso Constituinte do Estado em 1891, Procurador da Republica no mesmo Estado (1899-1901), director e redactor-chefe do *Diario do Natal* (1906-1913) e deputado federal á 8.ª legislatura (1912 a 1914).

PARAHYBA

(cinco deputados)

DISTRICTO UNICO

1.º — Francisco Camillo de Hollanda.

2.º — Felizardo Toscano Leite Ferreira.

Nascido na Parahyba do Nórte, é filho do antigo chefe liberal do Imperio, dr. João Leite Ferreira. Formado em medicina, foi clinicar na comarca de Piancó, no seu Estado, e não tardava a entrar nas lutas politicas. Deputado es-adoal em diversas legislaturas, foi durante algumas sessõest o prezidente da assembléa.

Eleito deputado á 8.ª legislatura (1912 a 1914), não teve o mandato renovado á 9.ª (1915 a 1917).

Voltou a rezidir na Parahyba do Nórte.

3.º — Antonio Simeão dos Santos Leal.

4.º — Francisco Seraphico da Nobrega.

5.º — João Maximiniano de Figueiredo.

Nascido na capital da Parahyba do Nórte, em 21 de Fevereiro de 1868, concluio os estudos preparatorios em 1882, matriculando-se no anno seguinte na Faculdade de Direito do Recife. Depois de um brilhante curso, rematado em 28 de Novembro de 1887, recebeu o grau de bacharel em sciencias juridicas e sociaes. Logo no anno seguinte, era nomeado secretario da prezidencia da provincia da Parahyba. Em 1889, exerceu o cargo de promotor publico da capital, servindo tambem como inspector escolar.

Poeta e homem de lettras, as suas aspirações vizavam circulo mais vasto onde pudesse desenvolver as suas qualidades de espirito. Partio assim para o Rio de Janeiro em fins desse mesmo anno de 1889, sendo nomeado promotor publico de Santo Antonio de Padua. Em 1891, era afinal nomeado curador geral de reziduos do Districto Federal, cargo que ainda occupa.

Dessa data até hoje, tem exercido a advocacia no Rio de Janeiro, dedicando-se tambem á vida industrial. Dirigio a Companhia de Armazems Geraes e o Banco do Estado do Rio de Janeiro. Foi tambem director d' *O Paiz*, de Maio de 1909 a Agosto de 1915.

Eleito deputado federal em 1912 (8.ª legislatura), foi reeleito á 9.ª (1915 a 1917). Na Camara Federal, tem sido membro da Commissão de Legislação e Justiça, tendo ainda feito parte de varias commissões especiaes como sejam as do Codigo Civil, do Codigo de Contabilidade, do Codigo Penal Militar, do Codigo Florestal e do Codigo das Aguas.

Fez tambem parte da commissão especial para reforma da lei das Sociedades Anonymas e dos Titulos ao Portador.

PERNAMBUCO

(dezesete deputados)

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — BALTHAZAR PEREIRA (Balthazar de Albuquerque Martins Pereira).

Nascido em Pernambuco, destinou-se a principio á carreira das armas. Bem depressa, porém, deixava a farda para se dedicar á vida de imprensa, sua natural inclinação. Começou como auxiliar de redacção d' *A Provincia*, orgão liberal da facção de José Mariano e José Maria de Albuquerque Mello; e, pouco a pouco, foi revelando tão raras virtudes de eximio jornalista que não tardava a ir subindo de posto em posto até se tornar o director daquella importante e conceituada folha do Recife.

A esse diario, consagrou no Imperio grande parte de sua mocidade e do seu bello talento. Proclamada a Republica, proseguiu nas suas campanhas de imprensa, quer contra o governador Barboza Lima, quer contra o partido que, chefiado pelo conselheiro Roza e Silva, manteve durante largos annos o predominio politico do Estado.

Um dos principaes promotores da reacção armada que, em Pernambuco, elevou ao poder o general Dantas Barreto, tornou-se deste um amigo dedicado e decidido.

Eleito deputado federal pelo 1.º districto á 8.ª legislatura (1912 a 1914), foi reeleito á 9.ª (1915 a 1917). Na Camara, foi *leader* da sua bancada e tem pertencido á Commissão de Finanças.

2.º — SIMÕES BARBOZA (Adolpho).

3.º — JOSÉ VICENTE MEIRA DE VASCONCELLOS.

4.º — ARTHUR ORLANDO DA SILVA.

5.º — JOSÉ MARIANO CARNEIRO DA CUNHA. Falleceu em 8 de Junho de 1912.

JOSÉ DA CUNHA RABELLO. Eleito em 1.º de Agosto de 1912; reconhecido em 24 de Setembro seguinte.

Nascido no Estado de Pernambuco, é formado em sciencias juridicas e sociaes pela Faculdade do Recife. Além de advogado, dedicou-se na sua terra natal á agricultura. Eleito deputado federal á 8.ª legislatura, como um dos partidarios mais devotados da campanha politica que elevou o general Dantas Barreto ao governo pernambucano, não teve todavia o mandato renovado á 9.ª (1915 a 1917).

Voltou a rezidir no seu Estado.

6.º — Frederico João Lundgreen.

Nascido em Pernambuco e filho de paes suécos, dedicou-se muito joven ainda á vida industrial. Intelligente, operoso e empreendedor, não tardava a desenvolver admiravelmente os seus negocios, fundando estabelecimentos fabris que honram o progresso de Pernambuco e, sob o nome de *Casas Pernambucanas*, espalharam innumeras succursaes por todos os Estados da Republica. Educado na Allemanha, fallando diversos idiomas e possuindo sólida instrucção, é um dos brazileiros que maiores serviços ha prestado á expansão economica da nossa Patria. Tendo auxiliado com fortes sommas a campanha em pról da candidatura Dantas Barreto ao governo do Estado, seguindo nesse movimento o grande commercio do Recife e do interior, o seo nome foi logo indicado para a representação nacional como o delegado das classes conservadoras de Pernambuco. Eleito deputado á 8.ª legislatura (1912 a 1914), teve o mandato renovado á 9.ª (1915 a 1917). Sportmann distincto, goza em todo o paiz do mais alto conceito.

SEGUNDO DISTRICTO

7.º — Costa Ribeiro (Antonio José da Costa Ribeiro).

Nascido em Pernambuco a 10 de Junho de 1863, traz o nome de seu pae que foi notavel advogado e politico activo até 1889, como uma das mais salientes figuras do partido liberal. Bacharel em sciencias juridicas e sociaes pela Faculdade de Direito do Recife (1884), foi promotor publico em sua terra natal durante algum tempo, dedicando-se logo á advocacia.

Exerceu o cargo de secretario da policia em Recife. Nos primeiros dias da Republica, filiou-se ao partido de Martins Junior, ao qual se manteve sempre fiel. Em 1911, collaborou efficazmente com os seus amigos na iniciativa do movimento politico que determinou a eleição do general Dantas

Barreto ao governo de Pernambuco. Em 1912, foi eleito deputado federal pelo 2.º districto de Pernambuco, tendo sido reeleito em 1915 á 9.ª legislatura (1915 a 1917).

Na Camara Federal, servio nas commissões de Instrucção Publica, Obras e Viação e Finanças. Desde 1915 occupa o cargo de 1.º secretario e actualmente é o *leader* da maioria de sua bancada.

8.º — Lourenço de Sá (Lourenço Augusto de Sá e Albuquerque).

9.º — José Bezerra (José Rufino Bezerra Cavalcanti). [1]

10.º — Manoel Borba (Manoel Antonio Pereira Borba).

Nascido em 19 de Março de 1864, estudou preparatorios, a principio, n'um collegio em Pilar (Parahyba do Norte) e, depois, no Collegio Albino Meira (Recife). Fez com grande brilho o curso de direito na Faculdade do Recife de 1883 a 1887. Ainda estudante filiou-se ao partido republicano, chefiado por Martins Junior e Maciel Pinheiro. Em 1888, dirigiu ao eleitorado do 4.º districto de Pernambuco um manifesto republicano assignado por 36 eleitores. Foi eleito deputado ao segundo congresso estadoal republicano, cargo que mais tarde renunciou.

Desde então dedicou-se á industria, fundando e dirigindo em Goyana uma fabrica de tecidos e, politicamente, manteve-se em opposição ao partido chefiado pelo conselheiro Rosa e Silva. Eleito deputado federal pelo 2.º districto de Pernambuco á 8.ª legislatura (1912 a 1914), foi reeleito á 9.ª (1915 a 1917), exercendo o mandato, porém, até 18 de Dezembro de 1915, quando assumiu o cargo de governador do Estado de Pernambuco, para o qual fôra eleito. Tem-se revelado um energico e cauto administrador.

---

[1] Vide ministerio do 7.º quatrienio.

11.º — NETTO CAMPELLO (Manoel Netto Carneiro Campello).

Nasceu no pateo do Carmo, da cidade do Recife, capital de Pernambuco, aos 9 de Outubro de 1867, tendo por progenitores o tenente-coronel Antonio Carneiro Rodrigues Campello, agricultor, e d. Anna Izabel Carneiro Campello.

Depois de ter iniciado o estudo de primeiras lettras com o professor Caneca, na Torre, estudo completado com o professor Manoel Spindola, no Gymnasio Pernambucano, prestou exame em 1879, tendo sido approvado com distincção; e, começando apenas o curso de humanidades naquelle estabelecimento, terminou-o no «Collegio Dois de Dezembro» sob a direcção do dr. José Bandeira de Mello.

Em 1884, matriculou-se no 1.º anno da Faculdade de Direito do Recife e cursou-o nessa mesma época em que Tobias Barreto, designado para leccionar a cadeira de direito natural daquelle anno, fez successo com as suas brilhantes prelecções e com as suas *Notas sobre a evolução emocional e mental do homem*, publicadas no *Diario de Pernambuco.*

Neste mesmo anno, entrou em concurso para o provimento de empregos da fazenda. Foi nomeado para o quadro pelo Ministerio Dantas, em Outubro, e promovido tambem por concurso realizado com a disputa de companheiros da força intellectual de Alcedo Marrocos, Trigo de Loureiro, actualmente desembargador, dr. Manfredo Barata, Pereira do Rego e outros. Deixou essa carreira no inicio da Republica depois de ter servido como secretario em dois concursos e examinador de portuguez em um outro.

Em 1885, abrio um curso particular, no qual explicou até fins de 1889 portuguez, francez, inglez, latim e historia — materias da sua predilecção.

Formou-se na Faculdade do Recife e recebeu o gráo de bacharel em sciencias juridicas e sociaes em 26 de Novembro de 1888.

Nomeado lente substituto da 3.ª secção da Faculdade de Direito, tomou posse a 27 de Abril de 1891.

Regeu as cadeiras de direito criminal, legislação comparada sobre o direito privado, historia do direito nacional e direito romano, cadeira esta que lhe coube quando de substituto passou a cathedratico por decreto de 15 de Dezembro de 1894, tomando posse a 24 de Janeiro de 1895.

Em principios de 1894, tendo sido designado para fazer parte da commissão que tinha de escolher, dentre os pontos apresentados, os que haviam de ser adoptados no concurso que se ia proceder para preenchimento da cadeira de economia politica, vaga pela demissão do dr. J. J. Seabra, recusou-se terminantemente, ao lado de Phaelante da Camara e outros, a acceitar semelhante designação, uma vez que considerava illegal o referido concurso. Isto consta do officio que dirigio ao vice-director da Faculdade de Direito, dr. Adelino Filho, officio em que declarava que o dr. Seabra não podia ser demittido senão nos casos especificados em lei.

Foi-lhe designada a cadeira de professor de francez da Escola Propagadora da Instrucção Publica em 1891, tendo leccionado tambem gratuitamente em alguns annos as cadeiras de portuguez, plantas e animaes, physica e chimica e historia do Brazil, e interrompido o seu exercicio do anno de 1904 para cá em vista do fallecimento de sua virtuosa consorte.

Eleito socio effectivo do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano, em sessão de 18 de Julho de 1895, e socio honorario da Sociedade Litteraria Gonçalves Dias, em 9 de Agosto de 1896, foi-lhe conferido tambem o diploma de socio bemfeitor pela Propagadora da Instrucção Publica em 2 de Agosto de 1897 e o de socio benemerito em 20 de Março de 1901.

Foi eleito orador da Propagadora em 1898 e vice-director da mesma em 1899.

Collaborou em varios jornaes, bem como o que foi dedicado á memoria de Tobias Barreto, em 26 de Junho de 1890, primeiro anniversario do seu fallecimento, e no jornal *Onze de Agosto,* publicado no Collegio desse nome.

Leccionou gratuitamente no Collegio Salesiano as cadeiras de inglez e historia universal.

Fez parte do corpo de redacção da *Tribuna Litteraria*, onde escreveu, entre outros, artigos sobre pedagogia e sobre os trabalhos litterarios do sr. Domingos Joaquim da Fonseca.

Foi designado pelo Ministerio da Justiça e Interior em 19 de Setembro de 1898 para fazer parte do jury de exame de madureza em Pernambuco.

Nomeado em 6 de Novembro de 1890 pelo governador deste Estado para servir como examinador do concurso para juizes de direito dos lugares vagos dos municipios de Aguas Bellas e Cabrobó, figurou nelle em 25 de Fevereiro de 1897, sendo novamente nomeado como tal em 13 de Abril de 1897 para o concurso de juiz de direito de Ouricury.

Foi eleito em congregação de 1 de Março de 1900 da Faculdade de Direito para fazer a Memoria historica.

Foi nomeado delegado fiscal do governo federal junto ao Gymnasio Pernambucano por portaria do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores de 30 de Março de 1900.

Foi eleito socio da Liga Contra a Tuberculose em 25 de Julho de 1900.

Foi constituido socio protector da Federação Operaria Christã de Pernambuco em 15 de Junho de 1903.

Neste mesmo anno entrou para a redacção do *Correio do Recife*, onde se occupou de questões sociaes, politicas e scientificas.

Por essa época, enviuvou de d. Anna Dolores Carneiro Campello, consorciando-se de novo mais tarde com d. Antonia de Araujo Carneiro Campello.

Militando na politica sempre em opposição ao partido do conselheiro Roza e Silva, foi um dos batalhadores pela ascenção do general Dantas Barreto ao governo de Pernambuco.

Eleito deputado federal em 30 de Janeiro de 1912, fez logo parte na Camara de importantes commissões.

Jornalista e homem de lettras, professor abalisado e

romanista notavel, numerosos são os seus trabalhos publicados. Entre estes, destacamos os seguintes:

— *Conferencia sobre o socialismo e o catholicismo* (1900);

— *Memoria historica da Faculdade de Direito do Recife* (1901);

— *Instrucção secundaria christã* (1902);

— *O matrimonio em Roma* (1903);

— *Mundo legal e judiciario de Lisbôa* (1903);

— *Cooperativas e syndicatos agricolas* (1904);

— *Escorço biographico do Barão de Lucena* (1904);

— *Perfil litterario e politico de Apolinario Maranhão* (1905);

— *Direito Romano* — 2 volumes, (1906);

— *Figuras e Phrases — Polemicas — Discurso politico* (1912).

12.º — JOSÉ AUGUSTO DO AMARAL.

Nasceu a 28 de Julho de 1872. Assentou praça no dia 8 de Setembro de 1890, sendo promovido a alferes a 3 de Novembro de 1894, a tenente no dia 27 de Agosto de 1908 e a capitão a 23 de Agosto de 1911.

Tinha o curso de engenheiro agrimensor pelo regulamento de 1898, fez toda a campanha de Canudos e tomou parte na revolta de 1893.

Acompanhou o general Dantas Barreto como seu ajudante de ordens na expedição que esse militar fez a Matto Grosso. Eleito deputado federal por Pernambuco em 1912, voltou á Camara em 1915. Fazia parte da Commissão de Marinha e Guerra.

Falleceu no Rio de Janeiro a 1.º de Janeiro de 1916.

TERCEIRO DISTRICTO

13.º — ARISTARCHO XAVIER LOPES.

Nascido em 28 de Dezembro de 1854 em Agua Preta, Estado de Pernambuco.

Bacharel em sciencias juridicas e sociaes, foi na Monarchia promotor de justiça no Recife (1888 a 1892),

deputado provincial á Assembléa de Pernambuco e deputado geral por este Estado, de Maio de 1888 até á proclamação da Republica. No actual regimen, foi eleito senador estadoal á Assembléa Legislativa de Pernambuco em Março de 1892, exercendo o mandato até Dezembro de 1894. Em 1912, foi eleito deputado federal pelo 3.º districto do seo Estado natal, tendo sido reeleito em 1915 á 9.ª legislatura.

Na Camara, fez parte da Commissão de Diplomacia e Tratados.

14.ª — Bento Borges da Fonseca.

Nascido em Pernambuco e oriundo de distincta familia, é formado em sciencias juridicas e sociaes. Logo depois de formado, pretendeu seguir a carreira diplomatica, da qual logo se affastou para se dedicar á vida industrial, tornando-se proprietario na Capital Federal, onde fixára rezidencia.

Tendo tomado parte saliente nas campanhas em pról da candidatura do marechal Hermes á prezidencia de Republica e da do general Dantas Barreto ao governo de Pernambuco, era em 1912 eleito deputado federal á 8.ª legislatura. Em 1915, não teve o mandato renovado á 9.ª.

15.º — Cunha Vasconcellos (José Thomaz da).

Nascido em 29 de Janeiro de 1867, em Goyana, termo de Itambé, Estado de Pernambuco, formou-se em sciencias juridicas e sociaes. Exerceu no Recife o cargo de official do Thezouro Estadoal em 1900. Em 1901, foi nomeado secretario interino do Conselho de Instrucção Superior no Rio de Janeiro. Logo depois, era nomeado chefe de secção da Directoria Geral de Estatistica, servindo tambem, interinamente, de director geral. Em 1904, foi nomeado juiz de direito de Antonina, no Paraná. Não tardava, todavia, a regressar ao Rio de Janeiro, onde abria banca de advogado e era nomeado delegado de policia, exercendo esse posto em diversas circumscripções até ser eleito deputado federal por Pernambuco em 1912.

Tomou parte saliente na luta prezidencial de 1910 em favor do marechal Hermes da Fonseca e bateu-se pela ascenção do general Dantas Barreto ao governo de Pernambuco. Terminado o seu mandato em 1914, era nomeado para uma das prefeituras do Acre, cargo em que ainda se encontra (1917).

16.º — ERASMO VIEIRA DE MACEDO.

Nascido em 4 de Dezembro de 1870, em Nazareth, no Estado de Pernambuco, foram seus paes o advogado Manoel de Macedo e d. Maria Vieira de Macedo. Dedicando-se á vida commercial, a principio, em Itabayana, na Parahyba, e, depois, no Recife, só em 1904 matriculou-se na Faculdade de Direito, da capital do Estado, bacharelando-se em 1908. Foi um dos mais ardorosos opposicionistas ao partido do conselheiro Roza e Silva. Tomou, por esse motivo, parte importante no movimento revolucionario que elevou ao poder o general Dantas Barreto.

Apezar de se haver formado em direito, continuou na vida commercial. Em 1912, fundou o Banco Auxiliar do Commercio.

Eleito deputado federal á 8.ª legislatura (1912 a 1914), teve o mandato renovado á 9.ª (1915 a 1917).

Em 1917, licenciou-se da Camara dos Deputados e emprehendeu uma viagem aos Estados Unidos com fins commerciaes relativos á guerra européa.

17.º — REGO MEDEIROS (Antonio Ignacio do).

Nascido em Pernambuco, depois de uma solida e bem cuidada preparação gymnasial, seguio para o Rio de Janeiro, onde se dedicou ao professorado particular e ao jornalismo.

Propagandista exaltado das candidaturas do marechal Hermes á prezidencia da Republica e do general Dantas Barreto ao governo de Pernambuco, convocou durante mezes seguidos comicios populares em que pregou as suas ideias e que acabaram mais de uma vez em sangrentos conflictos.

Eleito deputado federal á 8.ª legislatura (1912 a 1915), pouco tempo poude exercer o mandato, vindo a fallecer em 25 de Maio de 1913.

SERGIO NUNES MAGALHÃES. Eleito em 9 de Julho de 1913; reconhecido em 12 de Junho de 1914.

Nascido no Estado de Pernambuco, é formado em sciencias juridicas e sociaes.

Partidario exaltado do marechal Hermes e fortemente amparado pelo senador Pinheiro Machado, era aprezentado em 9 de Julho de 1913 deputado federal pelo 3.º districto de Pernambuco, ao se dar o rompimento entre aquelles politicos e o general Dantas Barreto. Tendo sido diplomado nesse pleito o dr. Gonçalves Maia, que obtivera maioria enorme de suffragios sobre o seu competidor, a Camara dos Deputados levou um anno sem poder reconhecer o candidato do governo federal, o que só o fez em 12 de Junho de 1914, apoz renhido e tumultuoso debate.

Tambem, depois desse facto, o sr. Sergio de Magalhães não teve mais o mandato renovado.

ALAGOAS

(seis deputados)

DISTRICTO UNICO

1.º — NATALICIO CAMBOIM DE VASCONCELLOS.

2.º — JOSÉ DA ROCHA CAVALCANTI. Falleceu em Janeiro de 1913.

TIBURCIO ALVES DE CARVALHO. Eleito em 26 de Fevereiro de 1913; reconhecido em 26 de Agosto seguinte.

Nascido em Maceió, Estado das Alagôas, em 16 de Fevereiro de 1864, depois dos seus estudos preparatorios,

dedicou-se á vida industrial na terra do seu nascimento. No Imperio, foi deputado provincial de 1885 a 1886 e provedor da Santa Casa de Mizericordia daquelle anno a 1887. Proclamada a Republica, fez parte da Constituinte do Estado. Em 1891, foi eleito director da Estrada de Ferro Alagoana, cargo que exerceu até 1895. Foi tambem prezidente da Associação Commercial de Maceió de 1892 a 1894; e, de 1895 a 1904, desempenhou a prezidencia da Companhia Centro Commercial. Eleito deputado federal na vaga aberta em 1913 pela morte do dr. Rocha Cavalcanti, não teve o mandato renovado em 1915.

3.º — Euzebio de Andrade (Euzebio Francisco de Andrade).

4.º — Alfredo Alves de Carvalho.

Nascido em Maceió a 18 de Março de 1865, formou-se em sciencias juridicas e sociaes em 1886. Recem-formado, foi nomeado promotor publico de Atalaya, na sua terra natal. Em 13 de Março de 1889, era nomeado juiz municipal de Alagôas. Proclamada a Republica, foi nomeado para o cargo de director da Penitenciaria do Rio de Janeiro em 14 de Novembro de 1890. Em 10 de Julho seguinte, era nomeado juiz de direito de Nitheroy.

Eleito deputado federal por Alagôas em 30 de Janeiro de 1912, exerceu o mandato até ao fim dessa legislatura. Não foi reeleito em 1915.

5.º — José de Barros Albuquerque Lins.

6.º — João Baptista Accioly Junior. ?

Nascido em 15 de Maio de 1870, em Maragogy, Alagoas, é filho do coronel João Baptista Accioly, importante agricultor naquelle municipio.

19 de Agosto

Dotado de bella intelligencia, depois de um brilhante curso gymnasial, matriculou-se na Escola Polytechnica, do Rio de Janeiro, ahi se formando em engenheiro civil.

Regressando á sua terra natal, dedicou-se, como seu pae, á agricultura.

Tendo tomado parte saliente nas lutas partidarias de Alagôas contra a facção, que alli dominou largos annos, foi afinal eleito deputado federal á 8.ª legislatura (1912 a 1914).

Elevado ao governo de Alagôas em 12 de Junho de 1915, assumio os altos poderes do Estado, de cuja administração ainda se acha á testa na prezente data.

SERGIPE

(quatro deputados)

DISTRICTO UNICO

1.º — Antonio Dias de Barros.

Nascido em Sergipe, desde muito joven revelou grande talento e amôr ao estudo. Depois de um curso preparatorio brilhante, matriculou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, na qual se doutorou, tendo alcançado approvação distincta na defeza de theses.

Mais tarde, conquistava ainda com brilho uma cadeira no corpo docente da mesma Faculdade.

Além de homem de sciencia, é homem de lettras, cultivando com esmero o idioma vernaculo e tendo muito em conta o estylo, quer nos seus escriptos, quer nos seus discursos e prelecções academicas.

A politica, por seu turno, não deixou de attrahil-o. Depois de um trabalho de alguns annos seguidos, conseguio ser eleito deputado federal á 8.ª legislatura (1912 a 1914). Em 1915, não teve o mandato renovado.

Voltou assim á sua cadeira na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde, ha longos annos, já exerce a clinica.

2.º — Joviniano Joaquim de Carvalho.

3.º — Felisbello Freire (Felisbello Firmo de Oliveira Freire).

4.º — João de Siqueira Cavalcanti. Falleceu em 11 de Junho de 1912.

Moreira Guimarães (José Maria). Eleito em 8 de Julho de 1912; reconhecido a 10 de Setembro.

Nascido em 4 de Novembro de 1864, na cidade de Larangeiras, Sergipe, foram seus paes Rufino Alves da Cruz Guimarães e d. Ignacia Maria d'Assumpção Moreira Guimarães, aquelle cearense e esta sergipana. Praça de 18 de Fevereiro de 1882, matriculou-se na Escola Militar depois de brilhante curso de preparatorios. Alferes-alumno em 19 de Janeiro de 1889, foi promovido a 2.º tenente a 4 de Janeiro de 1890 e a 1.º tenente a 7 do mesmo anno por serviços relevantes á proclamação da Republica. Em 4 de Novembro de 1891, era promovido a capitão; a major, em 5 de Agosto de 1908; a tenente-coronel graduado em 15 de Maio de 1913; e a effectivo, em 13 de Junho seguinte. Foi do extincto corpo de Estado Maior. Tem o curso de engenharia pelo regulamento de 1889. E' bacharel em mathematica e sciencias physicas e naturaes.

Além de sua carreira militar, estudou medicina até o 5.º anno.

Tem desempenhado importantissimas commissões.

Foi membro da Commissão de Material de Guerra na Allemanha e addido-militar no Japão, onde, no 3.º exercito sob o commando do general Nogui assistiu á guerra russo-japoneza. Desempenhou as funcções de chefe de gabinete da antiga Intendencia da Guerra e do actual Departamento da Guerra. Commandou unidades militares em tempo de guerra na lamentavel revolta de 6 de Setembro. Pertenceu

ao extincto Estado-Maior do Exercito e foi director da antiga Fabrica de Armas, hoje uma das dependencias do Arsenal de Guerra da Capital Federal.

Trabalhos publicados: *Noções de Artilharia, Escriptos Militares, No Extremo Oriente* e *Estudos e Reflexões.*

Tem a publicar: *A Guerra Russo-Japoneza.* Escreveu em varios jornaes do Rio. Collaborou no *Correio da Manhã* e, no periodo da propaganda republicana em Sergipe, no *Laranjeirense* e no *Republicano.* Collabora no *Diario Popular,* de S. Paulo, sob a epigraphe *Notas Fluminenses.*

Homem de lettras e homem de sciencia, eleito deputado federal por Sergipe na vaga do dr. João de Siqueira, tomou parte activa nos debates parlamentares, principalmente em assumptos de sua especialidade.

Não foi reeleito em 1915.

BAHIA

(vinte e dois deputados)

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — Miguel Calmon du Pin e Almeida.

2.º — Mario Hermes da Fonseca.

Nascido em Fortaleza, Ceará, a 25 de Abril de 1881, é filho do marechal Hermes Rodrigues da Fonseca e de d. Orsina da Fonseca. Descendente de uma familia quasi toda de militares illustres na historia patria, iniciou bem moço a sua carreira na antiga Escola Militar do Brazil. Aspirante em 1905, foi promovido a 2.º tenente, por estudos, em 24 de Janeiro de 1907. Tomou parte nas manobras militares de 1905, 1906 e 1907. Por occasião da revolta de 14 de Novembro de 1904, tomou posição ao lado de seu pae, então commandante da Escola do Realengo, em defeza do governo do dr. Rodrigues Alves. Em

1906, fez parte da expedição a Matto-Grosso, chefiada pelo general Dantas Barreto, dezempenhando o cargo de parlamentar com os insurgentes. Como ajudante de ordens do marechal Hermes da Fonseca, então ministro da Guerra, fez a viagem á Europa, por convite do Imperador da Allemanha. Assistio ás manobras do exercito germanico e tomou parte em diversas ascenções em aeronaves teutonicas. Dessa commissão, enviou um importante relatorio ao Ministerio da Guerra e escreveu seis artigos com illustrações n'*O Paiz*. Publicou ainda outros sobre diversos assumptos no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, e no *Jornal do Brazil*. Depois de seu regresso da Europa, servio no 1.º Regimento de Artilheria e foi promovido, por estudos, a 1.º tenente em 6 de Outubro de 1910. Nomeado ajudante de ordens do marechal Hermes quando assumio este a prezidencia da Republica, não tardava a divergir da sua orientação politica, hostilizando especialmente o general Pinheiro Machado e seus partidarios. Affastou-se assim pouco a pouco da situação dominante e, com o dr. J. J. Seabra, empreendeu a reacção na capital bahiana, luta de que sahio victoriosa a candidatura deste ultimo ao governo do Estado. Levantada em 1912 a sua candidatura a deputado federal pela Bahia por iniciativa do operariado de S. Salvador, era eleito afinal pelo 1.º districto daquelle Estado e, na Camara, foi logo escolhido *leader* da sua bancada. Nos debates parlamentares, salientou-se principalmente nos assumptos de sua especialidade, iniciando fórte campanha pela defeza nacional. Em 1915, foi reeleito deputado pela Bahia.

3.º — Joaquim Pires Muniz de Carvalho.

Nascido em 31 de Dezembro de 1868, em Santo Amaro, na Bahia, foram seus paes Archimedes Pires de Carvalho e d. Eudoxia Muniz Pires.

Iniciando o seu curso secundario no Collegio Pedro II, na Bahia, matriculou-se na Faculdade de Direito daquella

cidade, tendo recebido em 1894 o gráu de bacharel em sciencias juridicas e sociaes.

Abrindo banca de advogado em S. Salvador, conquistou bem cedo grande nomeada, tendo patrocinado importantes causas. Tem exercido numerosos cargos publicos. De 11 de Agosto de 1892 a 25 de Julho de 1894, foi solicitador da Fazenda Estadoal da Bahia. Nomeado 1.º official do Senado Bahiano em 26 de Julho de 1894, exerceu esse cargo até 31 de Janeiro de 1912 quando foi nomeado director da respectiva secretaria. De 1905 a 1906, foi commandante superior da Guarda Nacional do seu Estado e, de 1903 a 1909, 1.º secretario do Instituto dos Advogados da Bahia.

Além de numerosos trabalhos juridicos, publicados em folhetos, foi proprietario e redactor-chefe d' *O Norte*, folha que se editou em S. Salvador de 1905 a 1908.

Eleito deputado federal em 30 de Janeiro de 1912, foi reeleito em 1915 á 9.ª legislatura. Na Camara, fez parte da Commissão de Constituição e Justiça.

4.º — PEDRO RODRIGUES DO LAGO.

5.º — OCTAVIO MANGABEIRA.

Nascido a 27 de Agosto de 1886 na cidade de S. Salvador, capital da Bahia, foram seus paes o pharmaceutico Francisco Cavalcanti Mangabeira e d. Augusta Cavalcanti Mangabeira. Como seus irmãos Francisco, João e Carlos Mangabeira, revelou-se bem cedo um formoso talento. Depois de um curso brilhante de humanidades feito no antigo Collegio S. Salvador, matriculou-se na Escola Polytechnica da Bahia, conquistando sempre notas distinctas e formando-se em 1905. E' assim engenheiro civil e bacharel em sciencias physicas e mathematicas. O seu sólido preparo intellectual elevava-o, logo depois, em 1907, a lente

cathedratico de navegação interior e portos de mar na propria academia em que se laureára.

No exercicio de sua profissão, exerceu ainda na Bahia os cargos de engenheiro da Commissão Fiscal do porto da Bahia (1906 a 1909) e engenheiro fiscal da Companhia Light and Power, do mesmo Estado.

Redactor do *Diario de Noticias*, a principio, e, depois, da *Gazeta do Povo*, ambos publicados em S. Salvador, pertence ainda á Academia de Lettras e ao Instituto Historico do mesmo Estado.

Eleito no quatrienio de 1908 a 1911 membro do Conselho Municipal da capital bahiana, não tardava a ser enviado como deputado federal á 8.ª legislatura (1912 a 1914), sendo reeleito á 9.ª em 1915. Orador fluente e de estylo fulgurante, desde logo conquistou notavel nomeada no Congresso Nacional. Além de haver pertencido á Commissão de Petições e Poderes na Camara e á Commissão Especial de Ensino Popular, da qual que foi o prezidente, ha tres sessões que faz parte da Commissão de Finanças. Os seus pareceres sobre os orçamentos da Marinha constituem importantes monographias.

Alguns de seus discursos e conferencias têm sido publicados em volume.

6.º — José Eduardo Freire de Carvalho Filho.

Nascido em 14 de Março de 1852 no Estado da Bahia.

Formado em medicina pela Faculdade de sua terra natal em Dezembro de 1876, é lente de therapeuthica da mesma desde 28 de Outubro de 1886. Membro do Conselho Superior de Ensino, tem feito parte de diversos congressos scientificos.

Foi deputado provincial em varias legislaturas, prezidente do Conselho Municipal e Intendente da capital da Bahia.

Jornalista, tem feito parte da redacção de diversos periodicos literarios e scientificos e collaborou activamente

na *Gazeta da Bahia* e *Estado da Bahia.* Publicou diversos trabalhos de medicina, e alguns notabilissimos de investigação propria sobre therapeuthica e materia medica brazileira, relatorios, «Historia da Faculdade de Medicina da Bahia», discursos parlamentares, etc.

E' membro de diversas sociedades medicas nacionaes e estrangeiras, como a de Therapeutica e a de Medicina de Pariz, e foi fundador da de Medicina da Bahia e seo vice-prezidente.

Pertenceo na Monarchia ao partido conservador e, na Republica, faz parte do partido republicano conservador. Eleito deputado federal pelo 1.º districto da Bahia em 30 de Janeiro de 1912, exerceo o mandato até 31 de Dezembro de 1914.

SEGUNDO DISTRICTO

7.º — MANOEL UBALDINO NASCIMENTO DE ASSIS.

8.º — ANTONIO FERRÃO MUNIZ DE ARAGÃO.

Nascido em 30 de Maio de 1875 no Estado da Bahia, descende de importante familia.

Formado em sciencias juridicas e sociaes pela Faculdade de Direito da Bahia em 1894, foi no seo Estado natal 1.º official da Secretaria da Camara dos Deputados (1895); professor da Escola Polytechnica, occupando a cadeira de Economia Politica; e deputado estadoal de 1909 a 1910. Advogado provecto e brilhante jornalista, foi redactor da *Gazeta de Noticias*, da Bahia, em 1895 e do *Correio do Brazil*, e foi secretario e, depois, redactor-chefe d'*O Norte* e, ainda, redactor-chefe da *Gazeta do Povo.* Faz parte do Partido Democrata, da Bahia, como um dos seus próceres mais prestigiosos, tendo sido eleito deputado federal por este Estado em 30 de Janeiro de 1912 e reeleito em 30 de Janeiro de 1915.

Em 1916, succedeo ao dr. J. J. Seabra no governo do Estado da Bahia, cargo que hoje ainda dezempenha, revelando-se um administrador emprendedor, laborioso e probo.

9.º — Felinto Cesar Sampaio.

Nascido em 10 de Outubro de 1878, na villa do Conde, Estado da Bahia, formou-se em Engenharia Militar e bacharelou-se em Mathematica e Sciencias Physicas em 1906, sendo alumno laureado pela Escola Militar do Brazil. Primeiro tenente da arma de Engenharia, servio em commissão do Ministerio da Guerra na E. de Ferro Timbó a Propriá, Estado da Bahia, de 12 de Março a 2 de Outubro de 1907; fez parte da commissão constructora da Villa Militar Deodoro da Fonseca, no Rio de Janeiro, de 5 de Janeiro a 9 de Agosto de 1908; foi Encarregado de Obras Militares, na cidade de Aracajú, E. de Sergipe, de 12 de Setembro de 1908 a 29 de Maio de 1909 e Chefe do Serviço de estatistica militar nas estradas de ferro estrategicas da Bahia, de 30 de Julho a 8 de Dezembro de 1909.

Eleito deputado estadoal pela Bahia em Janeiro de 1910, não chegou a occupar esse cargo por ter sido nomeado Engenheiro Chefe da Viação Ferrea Federal da Bahia, lugar que exerceo de 12 de Abril a 3 de Novembro de 1911.

Eleito deputado federal pelo 2.º districto da Bahia em 30 de Janeiro de 1912, não foi reeleito á 9.ª legislatura.

10.º — Alfredo Ruy Barboza.

11.º — Joaquim Pereira Teixeira.

Nascido no Estado da Bahia, é formado em sciencias juridicas e sociaes. Por algum tempo, fez parte do jornalismo carioca, tendo sido secretario da *Imprensa*, quando dirigio essa folha o senador Ruy Barboza (1901 a 1902). Logo depois, embarcou para o Amazonas, alli exercendo diversos cargos e abrindo banca de advogado.

Amigo dedicado do dr. J. J. Seabra, era finalmente eleito deputado federal pela Bahia á 8.ª legislatura (1912 a 1914), tendo sido reeleito á 9.ª (1915 a 1917).

12.º — José Alfredo de Campos França.

Nascido na Bahia, salientou-se desde a juventude pelo seu bello talento e eloquencia de phrase.

Professor e jornalista, assumia bem cedo papel preponderante nas lutas politicas da sua terra natal, exercendo diversos cargos electivos e disputando pleitos renhidos. Pertenceu em diversas legislaturas ao Congresso Bahiano, de cujo Senado ainda é hoje um dos luminares.

Eleito deputado federal á 8.ª legislatura (1912 a 1914), não teve o mandato renovado á 9.ª (1915 a 1917).

TERCEIRO DISTRICTO

13.º — Arlindo Baptista Leone.

Nascido em 29 de Janeiro de 1866, na cidade da Barra, Estado da Bahia, é filho de Manoel Baptista Leone e d. Messias de Souza Leone.

Fez seus primeiros estudos no antigo Collegio Pedro II.º, em S. Salvador, e bacharelou-se em sciencias juridicas e sociaes na Faculdade de Direito do Recife em 19 de Novembro de 1886. Foi promotor publico da comarca de Brejo Grande (hoje Ituassú) de Março de 1887 a Fevereiro de 1890; Juiz Municipal do termo de Pombal de 1890 a 1892; e, finalmente, Juiz de Direito de Paraguassú, Bom Conselho, Joazeiro, Maragogipe e Valença.

Deixou a magistratura do seu Estado natal em 1904, abrindo banca de advogado na Bahia. Entrou em cinco concursos para membro do Tribunal de Appellação e Revista da Bahia, apresentando em cada um delles thezes differentes, verdadeiros monumentos juridicos, não logrando, entretanto, ser nomeado. Entrando para a politica, foi eleito senador á Assembléa Legislativa da Bahia em 1910 e reeleito na legislatura seguinte, tendo porém renunciado o mandato por ter sido eleito deputado federal pelo 3.º districto de sua terra natal em 30 de Janeiro de 1912. Reeleito deputado federal á 9.ª legislatura, fez parte da commissão de

finanças da Camara, onde se distinguio pelos seus notaveis pareceres. Advoga na cidade do Rio de Janeiro.

Publicou:

— *Testamento* e *suas modalidades perante* o *Direito e a legislação patria*, (1897);

— *Penhor Mercantil*, (1898);

— *Tem existencia juridica o crime de adulterio, sendo nullo o casamento em que se baseia?* (1900);

— *A cessão de bens de que trata o Dec. n. 917 de 24 de Outubro de 1890 filia-se a «bonorum cessio» dos Romanos? Tal instituto deve ser mantido na nossa legislação?* (1902).

14.º — Carlos Arthur da Silva Leitão.

Nascido em 4 de Novembro de 1868, na cidade de Sant'Agueda de Pesqueira, Estado de Pernambuco, foram seus paes José Martins Leitão e d. Emilia Magalhães da Silva Porto. Fez os preparatorios na sua terra natal e ahi bacharelou-se em sciencias juridicas e sociaes no anno de 1891. Vindo para a Bahia e conquistando logo nomeada pela sua bella intelligencia e integro caracter, foi eleito deputado estadoal á Assembléa Legislativa em cinco differentes legislaturas.

Escreveo versos e collaborou em varios orgãos da imprensa bahiana. Exerce actualmente a profissão de advogado.

Eleito deputado federal pelo 3.º districto da Bahia, em 39 de Janeiro de 1912, foi reeleito em 1915 á 9.ª legislatura.

15.º — José Bernardo de Souza Brito.

Nascido em 16 de Novembro de 1862, no municipio de Inhambupe, Estado da Bahia, era bacharel em sciencias juridicas e sociaes. Foi Juiz Municipal da comarca do Grajahú, em Maranhão, em 1887, e Juiz de Direito de Baixo Mearim, naquelle mesmo Estado, em 1891. Deixando a magistratura, foi eleito deputado á Assembléa Legislativa do Estado da Bahia, de 1896 a 1908; senador estadoal de 1909

a 1912 e deputado federal pelo mesmo Estado em 30 de Janeiro de 1912, tendo sido reeleito em 1915.

Homem de talento e de fino espirito, falleceu em 21 de Maio de 1916 no Rio de Janeiro.

16.º — Raul Alves de Souza.

Nascido em 11 de Agosto de 1879, na villa de Sento Sé, Estado da Bahia, formou-se em sciencias juridicas e sociaes pela Faculdade de Direito de S. Salvador, em Novembro de 1898.

Foi advogado na cidade do Rio S. Francisco e promotor publico de Joazeiro (E. da Bahia), 1898 a 1899, e promotor publico de Petrolina (Pernambuco) de 1901 a 1908.

Deputado estadoal na Bahia de 1899 a 1900 e de 1909 a 1912, renunciou o mandato por ter sido eleito deputado federal em 30 de Janeiro de 1912. Foi reeleito deputado federal pelo 3.º districto da Bahia em 1.º de Outubro de 1916 e reconhecido em 7 de Novembro do mesmo anno na vaga aberta pela morte do dr. Souza Brito.

Como jornalista, fundou em 1908 a *Folha do Povo*, em Joazeiro, Estado da Bahia. Na Camara Federal, salientou-se pelos seus discursos e pareceres sobre ensino publico.

17.º — Deraldo Dias.

Nascido na Bahia, dedicou-se muito cedo á vida commercial, conseguindo montar um importante estabelecimento de chapéos em S. Salvador. Partidario dedicado do conselheiro Luiz Vianna, tomou parte constante ao lado deste nas lutas da politica local, exercendo no seu Estado diversos cargos.

Eleito deputado federal á 8.ª legislatura (1912 a 1914), não teve mais o mandato renovado.

Falleceu na capital da Bahia em 5 de Novembro de 1916.

QUARTO DISTRICTO

18.º — Antonio Rodrigues Lima.

19.º — PEDRO MARIANI.

20.º — ANTONIO MONIZ SODRÉ DE ARAGÃO.

Nascido em 13 de Junho de 1881 no Estado da Bahia e portador de um nome tradicional nas lettras e na politica, formou-se em sciencias juridicas e sociaes pela Faculdade de Direito de sua terra natal em 1903. Logo depois de formado, prestou brilhante concurso para lente de Direito Penal da Faculdade da Bahia, tendo sido nomeado para esse logar em 1904. Foi deputado estadoal na Bahia nas legislaturas de 1909-1910 e 1911-1912, tendo sido escolhido *leader* do Partido Republicano Conservador. Jornalista, jurisconsulto e poeta, escreveu para a *Nova Revista* e outros jornaes de sua terra natal. Publicou: *As tres escolas penaes* — Bahia — 1907. Exerce a advocacia no seu Estado e no Rio de Janeiro. Eleito deputado federal pelo 4.º districto da Bahia, em 1910, teve o mandato renovado em 1915. Na Camara, além de *leader* da sua bancada, fez parte da Commissão de Finanças e das especiaes da Organização do Estatuto dos Funccionarios Publicos e do Codigo Penal Militar e interveio em notaveis debates.

21.º — PEDRO LEÃO VELLOSO.

22.º — RAPHAEL PINHEIRO.

Nascido no Estado da Bahia, formou-se em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, depois de um curso accidentado por fortes e apaixonadas campanhas academicas. Espirito ardoroso de lutador, continuou a empenhar-se fóra da academia em renhidas justas politicas. Partidario exaltado da candidatura do marechal Hermes á prezidencia da Republica, salientou-se nos comicios, então organizados. Foi tambem um dos mais esthusiasticos propugnadores da candidatura do dr. J. J. Seabra ao governo da Bahia. Tomou parte na capital bahiana nos conflictos armados que deram em resultado o bombardeio da cidade pelos navios da esquadra, alli destacados, e provocaram a queda do governo,

então dominante. Com a scisão operada depois na politica local, accompanhou o conselheiro Luiz Vianna, que ficou ao lado do general Pinheiro Machado, contra o dr. Seabra. Eleito deputado á 8.ª legislatura (1912 a 1914), não teve o mandato renovado á 9.ª (1915 a 1917). E' bibliothecario da Prefeitura do Districto Federal e redactor dos debates da Camara dos Deputados.

ESPIRITO SANTO

(quatro deputados)

DISTRICTO UNICO

1.º — Paulo Julio de Mello.

2.º — Torquato Rosa Moreira.

3.º — Alfredo Ernesto Jacques Ouriques.

4.º — Julio Pereira Leite. Nascido em 17 de Fevereiro de 1870 no alto da Soledade, capital do Estado da Bahia, foram seus paes o capitão Manoel Pereira Leite e d. Mamedia Garcia Leite. Fez os estudos preparatorios no Collegio Jardim Litterario e no Lyceu Provincial, formando-se pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1893.

Quando estudante, foi interno de clinica de molestias da pelle e syphiliticas, e, depois de formado, passou a clinicar no Espirito Santo, onde exerceu os seguintes cargos: delegado de hygiene, membro do Governo Municipal de Cachoeiro de Itapemerim, prezidente do Governo Municipal de Victoria, prezidente do Congresso Legislativo, deputado estadoal e deputado federal á 8.ª legislatura (1912-1914).

Publicou:

— *Consequencias para a mulher e para a progenie do casamento de um syphilitico* (These approvada com distincção). Foi director do *Alcantil* e collaborou no *Cachoeirano*

e *Diario da Manhã* e foi Redactor-chefe do *Commercio do Espirito-Santo.*

DISTRICTO FEDERAL

(dez deputados)

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — JOSÉ MARIA METELLO JUNIOR.

Nascido em 26 de Abril de 1882 na cidade do Rio de Janeiro, é filho do senador da Republica do mesmo nome. Bacharel em sciencias juridicas e sociaes pela Faculdade do Rio de Janeiro, advoga nesta cidade desde 1902. Jornalista, foi redactor da *Gazeta da Tarde* e d'*A Imprensa*, redactor-chefe d'*A Noite*, redactor-secretario d'*O Paiz*, da *Imprensa*, do *Malho* e da *Tribuna*, e gerente d'*A Imprensa.*

Dentre os cargos publicos que desempenhou na cidade do Rio de Janeiro, foi delegado de policia do districto de Irajá, de 10 de Janeiro a 18 de Outubro de 1907, e do districto de Santa Rita, de 18 de Outubro de 1907 a 8 de Fevereiro de 1910, e superintendente da Limpeza Publica e particular de 1.º de Fevereiro a 23 de Novembro de 1910.

Eleito deputado federal em 30 de Janeiro de 1912, foi reconhecido em 21 de Maio do mesmo anno e desempenhou o mandato até o fim da legislatura, revelando brilhante talento e rara operosidade.

2.º — JOÃO DE FIGUEIREDO ROCHA.

3.º — NICANOR QUEIROZ DO NASCIMENTO.

4.º — ANTONIO DYONISIO DE CASTRO CERQUEIRA.

Nascido na Capital Federal, é filho do general do exercito brazileiro e notavel homem de Estado, cujo nome glorioso guarda. Talentoso e illustrado, fez um curso brilhante na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde, recem-

formado, começou logo a clinicar. Como medico, salientou-se pelos seus estudos sobre hygiene publica e bactereologia, sendo actualmente assistente de clinica medica do professor Aloysio de Castro, director da Faculdade do Rio de Janeiro. Como seu digno progenitor, distinguiu-se tambem pelo seu pendor pelas cousas militares do paiz, tendo produzido sobre o assumpto importantes trabalhos.

Eleito deputado federal á 8.ª legislatura (1912 a 1914), não teve mais o mandato renovado.

5.º — Irineu de Mello Machado. Optou pela cadeira do Estado de Minas, para a qual tambem havia sido eleito.

José Joaquim da Costa Pereira Braga. Eleito em 26 de Junho e reconhecido em 5 de Agosto de 1912, na vaga Irineu Machado.

SEGUNDO DISTRICTO

6.º — Pedro Pereira de Carvalho. Falleceu em 16 de Agosto de 1913.

Victor Silveira. Eleito em 28 de Setembro de 1913 na vaga de Pedro Carvalho; reconhecido em 11 de Dezembro de 1913.

Nascido no Rio Grande do Sul, seguiu desde muito moço a carreira jornalistica. Em S. Paulo e no Rio de Janeiro, fundou e redigiu diversos periodicos. Foi redactor do *Correio da Manhã*, d' *O Paiz*, da *Gazeta da Tarde*, do *Correio da Noite* e da *Gazeta de Noticias*.

Eleito deputado federal á 8.ª legislatura (1912 a 1914), não teve mais o mandato renovado.

7.º — Francisco Antonio Rodrigues de Salles Filho.

Nascido em 18 de Outubro de 1879 no Districto Federal, é filho do marechal Francisco Antonio Rodrigues de

Salles. Formado em pharmacia e medicina e dotado de solida cultura, foi delegado do Brazil ás Conferencias da Cruz Vermelha, realizadas em Londres e Washington.

Tem publicado varios trabalhos, como sejam: *Tratamento da Arterio Sclerose* (these); *Os primeiros soccorros em campanha* (adoptado no exercito) e varios artigos sobre medicina, editados pelo *Brazil Medico.*

E' capitão medico do Exercito. Eleito deputado federal á presente legislatura, não teve mais o mandato renovado.

8.º — Thomaz Delphino dos Santos.

9.º — Floriano Corrêa de Britto.

Nascido em 24 de Outubro de 1872 em Recife, Estado de Pernambuco, foram seus paes Floriano Corrêa de Britto e d. Anna Candida de Britto. Cursou o Collegio Pedro II (Rio de Janeiro) de 1883 a 1890, obtendo sempre nos exames distincção. Fez o curso geral da Escola Polytechnica, do Rio de Janeiro, de 1891 a 1892.

Collaborou durante longo tempo no *Correio da Manhã*, e, depois, por duas vezes, n'*O Paiz*.

Publicou um livro de versos — *Cultuaes* — e diversos discursos e monographias. Fez dois concursos para lente de francez do Collegio Pedro II, obtendo o 1.º logar no segundo concurso e tendo sido nomeado professor da referida materia.

E' engenheiro ajudante de 1.ª classe da Directoria de Obras e Viação da Prefeitura Municipal. Eleito deputado federal á 8.ª legislatura, teve o mandato renovado á 9.ª Na Camara, fez parte da Commissão de Instrucção Publica.

10.º — Raymundo de Pennafort Caldas. Falleceu em 15 de Dezembro de 1913.

José Meirelles Alves Moreira. Eleito em 8 de Fevereiro de 1914 na vaga aberta com a morte de Raymundo Pennafort Caldas; reconhecido em 13 de Junho de 1914.

Nascido no Rio de Janeiro, é antigo funccionario da Prefeitura do Districto Federal. Militando em politica no partido, chefiado pelo fallecido senador Augusto de Vasconcellos, conseguio larga influencia em mais de uma das parochias do primeiro circulo eleitoral, tornando-se elemento valioso nos pleitos.

Eleito deputado federal á 8.ª legislatura na vaga aberta pela morte do dr. Pennafort Caldas, não teve o mandato renovado á 9.ª (1915 a 1917).

RIO DE JANEIRO

(dezesete deputados)

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — Luiz Carlos Fróes da Cruz.

2.º — Manoel Reis.

Nascido em 24 de Dezembro de 1876 em Nova-Iguassú, municipio de Iguassú, Estado do Rio, é filho de José Ignacio dos Reis. Bacharel em sciencias juridicas e sociaes, foi secretario do dr. J. J. Seabra, quando na pasta da Viação, Deputado á Assembléa Legistiva do Estado do Rio e vereador da Camara Municipal de Iguassú, da qual é prezidente desde Janeiro de 1916. Apezar de haver sempre militado na politica fluminense, em que conquistou grandes sympathias, foi um dos amigos mais dedicados do dr. J. J. Seabra.

Actualmente, é advogado nos auditorios da Capital Federal.

Eleito deputado federal pelo 1.º districto do Estado do Rio de Janeiro, á 8.ª legislatura, não teve mais o mandato renovado.

3.º — José Pereira Rodrigues Porto Sobrinho. Falleceu em 11 de Junho de 1914, no Rio de Janeiro. Não foi preenchida a vaga.

4.º — Augusto Carlos de Souza e Silva.

Nascido em 20 de Fevereiro de 1874, em Nictheroy, Estado do Rio de Janeiro, seguio a carreira da Marinha, tendo feito na Escola Naval um brilhantissimo curso e possuindo hoje as divisas de capitão de fragata. Apreciando devidamente o seu talento e preparo technico, os governos da Republica lhe têm confiado as seguintes commissões: collocação do marco de posse na Ilha da Trindade (1897); commissão na Inglaterra e na Allemanha, nos cruzadores «Amazonas» e «Tamoyo» (1897-1898); immediato do «Riachuelo» (1900); commandante de torpedeiros e secretario da divisão de torpedeiros (1901-1902); commissão na Inglaterra, França e Italia e estudos na Allemanha e na Austria (1903-1905); official e chefe de gabinete do Ministerio da Marinha (1905-1908); commissão de estudos na Europa (1909-1910) e addido naval na França (1911).

Eleito deputado federal pelo 1.º districto do Estado do Rio em 30 de Janeiro de 1912, foi reeleito á 9.ª legislatura (1915 a 1917). Na Camara, tem intervindo em notaveis debates e feito parte de commissões importantes como as de Marinha e Guerra e Diplomacia e Tratados. Foi prezidente da Commissão Especial de Marinha Mercante.

5.º — José Tolentino de Carvalho.

Nascido no Estado do Rio de Janeiro, é formado em sciencias juridicas e sociaes. Filiado ao partido chefiado pelo dr. Nilo Peçanha, partido a cuja commissão executiva hoje pertence, foi eleito deputado federal á 8.ª legislatura (1912 a 1914) e reeleito á 9.ª (1915 a 1917).

6.º — Erico Marinho da Gama Coelho. Renunciou por haver sido reconhecido senador federal em 20 de Julho de 1914. Não foi preenchida a vaga.

SEGUNDO DISTRICTO

7.º — Benedicto Gonçalves Pereira Nunes.

8.º — Elysio de Araujo.

9.º — Luiz da Silva Castro.

10.º — Raul de Moraes Veiga.

11.º — Francisco Portella. Renunciou em 14 de Outubro de 1913 por ter sido reconhecido senador.

Ramiro Braga (Ramiro Ferreira Saturnino Braga). Eleito em 19 de Novembro de 1912 e reconhecido em 21 de Dezembro de 1912, na vaga do dr. Francisco Portella.

Nascido em 13 de Novembro de 1876, na cidade de Campos, Estado do Rio, foram seus paes o coronel Antonio Ferreira Saturnino Braga e d. Antonia Eugenia Torres Braga. Espirito culto e disciplinado, fez os estudos preparatorios no Lyceu de Humanidades de Campos e formou-se em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, depois de um brilhante curso.

Exercendo a clinica no seu Estado natal, tornou-se medico da municipalidade de Campos, prezidente da Liga Campista contra a Tuberculose e professor de historia e geographia no Lyceu de Humanidades de Campos. Foi deputado estadoal á Assembléa do Estado do Rio e é deputado federal pelo mesmo Estado desde 1912.

Como jornalista, collaborou nos seguintes jornaes: *Monitor*, *Tempo*, *Aurora* e *Campista*.

Na Camara Federal, tem-se salientado pelos seus discursos e pareceres em pról da moralisação do ensino nacional, especialmente o primario.

12.º — CARLOS DE FARIA SOUTO.

TERCEIRO DISTRICTO

13.º — MAURICIO PAIVA DE LACERDA.

Nascido em 1.º de Junho de 1888, na cidade de Vassouras, E. do Rio de Janeiro, é filho do dr. Sebastião de Lacerda, ministro do Supremo Tribunal Federal. Formou-se pela Faculdade de Sciencias Juridicas e Sociaes do Rio de Janeiro, em 1909. Foi o reprezentante dos estudantes brazileiros no 1.º Congresso Sul-Americano de Estudantes, realizado em Montevidéo em 1908. Recem-formado, foi advogado na cidade de Vassouras, onde collaborou no *Municipio* (1909-1911) e no *Vassourense* (desde 1910). Foi voluntario do 1.º batalhão do Exercito (Maio a Outubro de 1908) e official de gabinete do prezidente da Republica de 15 de Novembro de 1910 a 1 de Maio de 1912. Eleito deputado federal pelo 3.º districto do Estado do Rio em 30 de Janeiro de 1912, foi reeleito em 1915 á 9.ª legislatura. Na Camara, fez parte da Commissão de Diplomacia e Tratados na sessão legislativa de 1917.

Dotado de grande talento e possuidor de uma palavra facil e eloquente, não tardava a declarar-se, logo depois de eleito deputado, em opposição ao governo do marechal Hermes, de cuja candidatura fôra aliás um dos mais ardentes propagandistas. Sobrevindo a prezidencia do dr. Wenceslão Braz, continuou na sua campanha opposicionista, proferindo multiplos e vibrantes discursos contra os actos da administração federal, exigindo diariamente informações sobre informações ao poder executivo e analysando quasi todas as medidas que este solicitava do Congresso Nacional. Em toda a vida legislativa da Republica, foi o deputado que maior numero de dicursos pronunciou até a presente data.

Algumas das suas mais notaveis orações parlamentares acham-se impressas em folhetos.

E' actualmente prezidente do Aéro-Club Brazileiro.

14.º — Mario de Paula.

Nascido no Estado do Rio de Janeiro, é formado em sciencias juridicas e sociaes. Militando desde muito jovem na politica do municipio de Rezende, onde habita, não tardava a conquistar pelo seu talento e energia d'alma uma figura de destaque no seu Estado natal.

Eleito deputado federal á 8.ª legislatura (1912 a 1914), foi reeleito á 9.ª (1915 a 1917).

Foi um dos raros politicos que, entre os amigos do dr. Oliveira Botelho, continuaram lealmente ao seu lado depois de haver este deixado a prezidencia do Estado e ficar reduzido ao ostracismo.

15.º — Raul Fernandes.

16.º — Joaquim Mariano Alves Costa.

Nascido em 29 de Janeiro de 1855, no municipio de Itaborahy, Estado do Rio de Janeiro. Formado em engenharia, foi membro da Commissão da Carta Geral do Brazil, engenheiro da E. de Ferro Santa Izabel do Rio Preto (1880-1882) e engenheiro fiscal da *The Leopoldina Railway Company* (1911).

Entrando para a politica, foi no seo Estado natal: vereador da Camara Municipal do Carmo (1899-1912); deputado estadoal (1901-1910); prezidente da Assembléa Legislativa (1909-1910) e deputado federal pelo 3.º districto de 1912 a 1914.

17.º — João Carlos Teixeira Brandão.

MINAS GERAES

(trinta e sete deputados)

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — Sabino Barroso Junior.

2.º — Antonio Augusto de Lima.

3.º — Sebastião Gonçalves Mascarenhas.

4.º — Prado Lopes (Antonio do Prado Lopes Pereira).

Nascido em Curralinho, na Ilha de Marajó, no Pará, a 24 de Maio de 1865, foram seus paes o coronel João Lopes Pereira, fundador daquella cidade, e d. Maria Lopes Pereira. Dotado de robusto talento, formou-se em 1889 em engenharia pela Escola Polytechnica do Rio de Janeiro, tendo feito o curso secundario, em Belém, no Seminario do Carmo e no Lyceu Paraense.

Devido ao ardor de suas crenças republicanas, teve difficuldades de collocar-se no serviço do governo, obtendo, por auxilio d'um amigo, um logar de auxiliar technico em 1889 na E. F. de Recife a Caruarú. Ali esteve durante um anno tendo obtido varias promoções chegando n'esse curto espaço de tempo á cathegoria de engenheiro de 1.ª classe. Removido d'ahi para o Ceará com a commissão Lassance, já como chefe de secção, exerceo o lugar de 1.º engenheiro interino d'aquella commissão na E. F. de Baturité. — Chamado ao Rio pela então directoria da Empreza de Obras Publicas do Brazil, deixou o Ceará vindo trabalhar naquella cidade. — Do Rio de Janeiro, seguio para Minas Geraes em 1891 a fazer o traçado do prolongamento da E. F. Leopoldina, ramal de Carangola.

Terminado o serviço, seguio para Ouro-Preto afim de fazer o traçado do prolongamento d'esse ramal da Central até o Peçanha.

Chamado novamente em 1893, voltou ao Ceará com o dr. Lassance e fez o traçado ligando pela E. F. Baturité o Ceará a Pernambuco, traçado hoje em execução.

Terminado este, regressou a Minas, onde acceitou um lugar de engenheiro de 2.ª classe, unico vago na occasião e offerecido pelo dr. Aarão Reis, na commissão constructora de Bello Horizonte, nova capital de Minas.

Promovido logo depois, occupou o lugar de engenheiro chefe da 7.ª divisão do serviço d'essa construcção, tendo sido na administração do dr. Francisco Bicalho elogiado em documento official.

Construida a capital e terminada a commissão, retirou-se da engenharia official e tornou-se industrial, fundando o estabelecimento conhecido em Minas pela «Empresa Prado Lopes» na direcção da qual se dedicou a construcções civis, sendo auctor de varias construcções na capital de Minas, entre os quaes o Correio Federal e o Conselho Deliberativo da cidade.

Tempos depois, quando prezidente do Estado o dr. João Pinheiro, foi surpreendido com um convite deste para fazer parte do Congresso Legislativo de Minas. Nessa época, já se havia formado em direito pela Faculdade Livre de Minas (1906).

Na Camara dos Deputados, occupou desde logo a prezidencia. Reeleito a esse alto cargo, teve ensejo de occupar a prezidencia do Estado durante trez mezes, para que o prezidente effectivo, dr. Wencesláo Braz, se desincompatibilizasse para poder ser candidato á Vice-Prezidencia da Republica.

Em 1912, foi instado para entrar na chapa de deputados ao Congresso Nacional, exercendo o mandato á 8.ª legislatura (1912 a 1914).

Regressando a Bello-Horizonte, onde é lente cathedratico de Estradas de Ferro na Escola Polytechnica, e continuando na vida industrial, foi convidado para dirigir no Rio Grande do Sul os trabalhos das Minas de S. Jeronymo, cargo esse em que prezentemente se encontra e que está confiado á sua alta capacidade scientifica.

5.º — Francisco Luiz da Veiga.

6.º — Augusto Vianna do Castello.

SEGUNDO DISTRICTO

7.º — ANTONIO DA SILVEIRA BRUM.

Nascido em Minas-Geraes, começou a fazer desde muito moço politica em alguns dos municipios do actual 2.º districto eleitoral do seu Estado.

Depois de occupar varios cargos electivos na sua terra natal, aprezentou-se candidato extra-chapa nas eleições federaes de 30 de Janeiro de 1912, sendo o mais votado dentre todos os concurrentes.

Nas eleições de 1915 para a 9.ª legislatura, teve ainda o mandato renovado.

8.º — JOSÉ MONTEIRO RIBEIRO JUNQUEIRA.

9.º — ASTOLPHO DUTRA NICACIO.

10.º — ANTONIO CARLOS RIBEIRO DE ANDRADA.

11.º — CARLOS PEIXOTO DE MELLO FILHO.

12.º — JOÃO NOGUEIRA PENIDO.

TERCEIRO DISTRICTO

13.º — JOSÉ BONIFACIO DE ANDRADA E SILVA.

14.º — IRINEU DE MELLO MACHADO.

15.º — JOÃO PANDIÁ CALOGERAS.

16.º — JOÃO LUIZ DE CAMPOS.

17.º — LANDULPHO MACHADO MAGALHÃES.

QUARTO DISTRICTO

18.º — Alvaro Augusto de Andrade Botelho.

19.º — Antonio Affonso Lamounier Godofredo.

20.º — Joaquim Baptista de Mello.

Nascido em 31 de Agosto de 1861 no antigo arraial *Mutuá*, hoje Villa Eloy Mendes, Estado de Minas-Geraes, foram seus paes Gabriel Baptista Coelho e d. Francisca Idalina de Mello. Fez todos os preparatorios em S. Paulo e em seguida dedicou-se á lavoura.

Foi o 1.º prezidente da Camara Municipal de Varginha (Minas), depois de estabelecido o regimen constitucional do Estado (1894). Foi prezidente da Camara Municipal de Villa Eloy Mendes e Senador Estadoal em Minas (1902-1912).

Quando estudante, collaborou em diversos jornaes da capital de S. Paulo e escreveo um opusculo *Educação Primaria Obrigatoria*. Mais tarde, publicou em dois folhetos os discursos proferidos no Senado Mineiro.

Fundou o jornal *Tribuna Popular*, na cidade de Varginha, o qual mais tarde foi transportado para Villa Eloy Mendes, tendo sido sempre o seo redactor-chefe.

E' actualmente fazendeiro, possuindo seis fazendas de café e criação no municipio de Eloy Mendes.

Eleito deputado federal pelo 4.º districto de Minas á 8.ª legislatura, não teve mais o mandato renovado.

21.º — Anthero de Andrade Botelho.

22.º — Francisco Bressane de Azevedo.

QUINTO DISTRICTO

23.º — José Carneiro de Rezende.

24.º — José Moreira Brandão Castello Branco.

25.º — Christiano Pereira Brazil.

26.º — Eustachio Garção Stockler.

27.º — Josino Alcantara de Araujo.

SEXTO DISTRICTO

28.º — Jayme Gomes de Souza Lemos.

Nascido em 3 de Setembro de 1858 na cidade do Rio Preto, Estado de Minas Geraes, foram seus paes o dr. Joaquim Gomes de Souza Junior e d. Adelaide Carolina de Lemos Gomes. Exerceu na cidade de Passos (Minas) os seguintes cargos: 1.º supplente do juiz municipal e de orphãos, 1.º juiz de paz e prezidente e agente executivo da Camara Municipal. Representou a 4.ª circumscripção eleitoral no Congresso Legislativo mineiro nos annos de 1898 a 1911.

Redigiu de 1880 a 1889 a *Gazeta de Passos,* jornal de sua propriedade e de Genaro Cesar da Costa.

Actualmente, é proprietario em Bello Horizonte, Minas. Eleito deputado federal pelo 6.º districto de Minas á 8.ª legislatura, foi reeleito á 9.ª.

29.º — Rodolpho Gustavo da Paixão.

30.º — Alaor Prata Soares.

31.º — Francisco Paoliello.

Nascido em 14 de Março de 1871, na cidade de Muzambinho, Estado de Minas, foram seus paes Prospero Paoliello e d. Camilla Coimbra Paoliello.

Fez os seus estudos em S. Paulo.

Exerceo o cargo de promotor de justiça na comarca de seu nascimento, quando no governo do Estado de Minas estiveram os drs. Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira e Affonso Augusto Moreira Penna.

Eleito vereador do municipio de Muzambinho em 1904, foi escolhido pelos seus pares para dirigir os destinos do referido municipio como prezidente da Camara Municipal e agente executivo, cargo que desempenhou durante oito annos.

Em 1907, o 4.º districto de Minas Geraes enviou-o como seu representante ao Congresso Mineiro, tendo sido reeleito em 1911.

Nesse posto, foi eleito representante do 6.º districto do mesmo Estado ao Congresso Federal para a 8.ª legislatura, tendo sido reeleito á 9.ª

Foi collaborador do *Jornal do Povo,* de Bello Horizonte, d' *O Pharol,* de Juiz de Fóra, e d' *O Estado de S. Paulo,* tendo redigido durante muitos annos o periodico *O Muzambinho.*

32.º — Afranio de Mello Franco.

SETIMO DISTRICTO

33.º — José Bento Nogueira. Falleceu em 22 de Abril de 1913.

Pedro Matta Machado. Eleito em 1 de Março de 1914; reconhecido em 1 de Junho do mesmo anno, na vaga de José Bento Nogueira.

Nascido em Minas Geraes, descende de importante e prestigiosa familia que gozou no Imperio de grande influen-

cia politica, tendo um dos seus membros, o conselheiro Matta Machado, exercido elevada posição, inclusivé nos conselhos da corôa, como ministro de Estado e, depois, na Republica, occupado tambem a prezidencia da Camara dos Deputados.

Por seu turno, o sr. Pedro da Matta Machado bem cedo alistava-se nas fileiras militantes do partido republicano de Minas, merecendo dos seus correligionarios diversos postos de confiança no Estado.

Eleito deputado federal á 8.ª legislatura (1912 a 1914), não teve todavia o mandato renovado nas eleições de 30 de Janeiro de 1915.

34.º — Camillo Felinto Prates.

35.º — Honorato José Alves.

36.º — Epaminondas Esteves Ottoni.

37.º — Manoel Fulgencio Alves Pereira.

S. PAULO

(vinte e dois deputados)

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — João Galeão Carvalhal.

2.º — Francisco Ferreira Braga.

3.º — José Cardoso de Almeida.

4.º — Candido Nazianzeno Nogueira da Motta.

5.º — Joaquim Augusto de Barros Penteado.

6.º — Raul Renato Cardoso de Mello.

Nascido em 25 de Fevereiro de 1876 na capital do E. de S. Paulo. Bacharel em sciencias juridicas e sociaes, foi promotor publico da comarca de Pirajú (S. Paulo) de 24 de Dezembro de 1896 a 10 de Janeiro de 1898 e, desde esta data, advoga na sua cidade natal. E' lente cathedratico de Direito Commercial na Universidade de S. Paulo, director-presidente da Empreza de Electricidade de Baurú e da Companhia de Diversões, em S. Paulo.

Eleito deputado federal pelo 1.º districto de S. Paulo á 8.ª legislatura, teve o mandato renovado em 1915. Homem de acção e estudioso, foi um dos partidarios da candidatura do marechal Hermes á prezidencia da Republica, sendo eleito da primeira vez pela opposição do Estado e tomando parte saliente nos debates parlamentares. Pertenceu na Camara Federal á Commissão de Finanças e á Commissão Especial de Justiça Militar.

SEGUNDO DISTRICTO

7.º — Alberto Sarmento.

8.º — Eloy de Miranda-Chaves. Renunciou o mandato em 2 de Outubro de 1913 por ter sido nomeado secretario do Interior do governo de S. Paulo.

Cezar Lacerda de Vergueiro. Eleito em 1.º de Março de 1914 na vaga do dr. Eloy Chaves; reconhecido em 27 de Novembro de 1914.

Nascido em 11 de Junho de 1886, na cidade de Santos, Estado de S. Paulo, é filho de Affonso Vergueiro e neto do senador do Imperio Nicolau de Campos Vergueiro e Barão de Antonina, e d. Manoela Lacerda Vergueiro, filha

do Barão de Araras. Fez os preparatorios no Collegio Anchieta, de Friburgo, e bacharelou-se em sciencias juridicas e sociaes pela Faculdade de Direito de S. Paulo, em 1907.

Foi prezidente do Centro Academico 11 de Agosto (S. Paulo) durante dois annos e, em 1908, representou o Estado de S. Paulo na Exposição Nacional do Rio de Janeiro.

Em S. Paulo, fez toda a campanha civilista, tendo sido prezidente do Centro Anti-Intervencionista.

Eleito deputado federal em 1914, teve o mandato renovado em 1915 (9.ª legislatura — 1915-1917).

Na Camara, aprezentou diversos projectos, taes como sobre a instituição dos escoteiros, os contadores fiscaes, monumento a José Bonifacio em Santos, as taxas telegraphicas, etc.

9.º — CINCINATO CESAR DA SILVA BRAGA.

10.º — ALVARO AUGUSTO DA COSTA CARVALHO.

11.º — PRUDENTE DE MORAES FILHO.

Nasceo a 29 de Dezembro de 1874, na cidade de Piracicaba. E' filho do fallecido dr. Prudente de Moraes, que foi o prezidente do Congresso Constituinte Republicano e o primeiro prezidente da Republica eleito directamente pelo suffragio popular.

Iniciou o seu curso juridico na Academia de Direito de S. Paulo e concluio-o com grande brilho na Faculdade Livre de Sciencias Juridicas e Sociaes do Rio de Janeiro, tendo-lhe sido conferido pela Congregação desta Faculdade o premio «Dr. Manoel Portella», por ter merecido approvação distincta em quasi todas as cadeiras. Foi discipulo dos drs. Pedro Lessa, Lima Drummond, Baptista Pereira, Inglez de Souza, Bulhões Carvalho e outros professores notaveis.

Concluido o seu curso, foi o dr. Prudente de Moraes Filho nomeado official de gabinete da prezidencia da Republica, lugar que deixou quando findou o governo do seu pae, para iniciar a carreira da advocacia no escriptorio do dr. Inglez de Souza. Nomeado auxiliar do procurador da Republica em 1899, não acceitou esse cargo, continuando a advogar. Foi 1.º secretario e vice-prezidente do Instituto da Ordem dos Advogados Brazileiros, do qual é membro effectivo. E' membro correspondente do Instituto de Direito Comparado de Bruxellas e faz parte da Sociedade de Direito Internacional Brazileiro.

Em 1914, foi nomeado professor substituto da Faculdade de Sciencias Juridicas e Sociaes do Rio de Janeiro, recebendo então o gráo de doutor. Em 1917, foi promovido a professor cathedratico de Direito Civil, cadeira que está leccionando.

Eleito deputado federal á 8.ª legislatura, foi reeleito á 9.ª (1915 a 1917), tendo feito parte de commissões especiaes da Camara e tem sido, por diversas vezes, escolhido membro da Commissão de Constituição e Justiça.

Pertenceu á ultima commissão especial que se occupou com o projecto do Codigo Civil e ahi prestou relevantes serviços.

Dos seos trabalhos publicados são conhecidos: *A Justiça Militar* (discurso proferido na Camara); *O Codigo Civil na Camara dos Deputados* (discurso); diversos trabalhos judiciarios, dentre os quaes se destacam: *As terras devolutas do Estado de S. Paulo; A posse dos direitos pessoaes; As garantias do Ministerio Publico; Novação subjectiva; Cessão de credito por procuração em causa propria;* e outros.

Foi o relator da sentença do tribunal arbitral que decidiu a questão de limites entre os Estados de Minas Geraes e do Espirito Santo e do qual fizeram parte os ministros Canuto Saraiva e Pires e Albuquerque.

Dotado de talento pouco vulgar, erudito e criterioso, junta á sua bella intelligencia um caracter integro e severo. Os seus pareceres de jurisconsulto, como os seus discur-

sos no parlamento, são sempre acompanhados com grande interesse, pois revelam os primores da sua esmerada cultura litteraria e não descem, jamais, ás filigranas de uma dialectica banal e corriqueira. Ao contrario, reprezentam estudos profundos de direito e são sempre revestidos de uma alta clareza e sinceridade de argumentação, o que os torna fonte preciosa de consulta.

12.º — Marcolino Lopes Barreto.

Nascido em 12 de Abril de 1862, em Pirassununga, Estado de S. Paulo. Alistou-se republicano em 1880.

E' lavrador de café e commerciante na comarca de S. Carlos (S. Paulo), sendo lavrador desde 7 de Setembro de 1894 e commerciante desde Novembro de 1880.

Eleito deputado federal pelo 2.º districto de S. Paulo á 8.ª legislatura, teve o mandato renovado em 30 de Janeiro de 1915.

TERCEIRO DISTRICTO

13.º — Adolpho Affonso da Silva Gordo. Renunciou o mandato em 26 de Setembro de 1913 por ter sido reconhecido senador por S. Paulo.

Francisco Alves dos Santos. Eleito em 1.º de Março de 1914 na vaga do dr. Adolpho Gordo; reconhecido em 27 de Novembro do mesmo anno.

Nascido em 26 de Maio de 1871, em Mogy-Mirim, Estado de S. Paulo, é filho do dr. Francisco Alves dos Santos. Bacharel em sciencias juridicas e sociaes pela Faculdade de Direito de S. Paulo, foi delegado de policia e, durante nove annos, prezidente da Camara Municipal de sua cidade natal.

Actualmente exerce a advocacia.

Eleito deputado federal por S. Paulo na vaga do dr. Adolpho Gordo, foi reeleito á 9.ª legislatura.

14.º — Arthur Palmeira Ripper.

15.º — Antonio Manoel Bueno de Andrada.

6.º — José Manoel Lobo.

17.º — Estevám Marcolino de Figueiredo.

Nascido em S. Paulo, dedicou-se desde muito joven á vida agricola.

Militando activamente na politica, foi um dos partidarios e propagandistas no seu Estado da candidatura do marechal Hermes á prezidencia da Republica, como amigo dedicado que era, do chefe do partido republicano conservador, o general Pinheiro Machado.

Eleito deputado federal á 8.ª legislatura (1912 a 1914) pelo chamado partido hermista, não teve em 1915 o mandato renovado, vindo a fallecer na cidade de Franca, onde rezidia, em 14 de Junho de 1916.

QUARTO DISTRICTO

18.º — José Valois de Castro.

19.º — Francisco de Paula Rodrigues Alves Filho.

20.º — Arnolpho Rodrigues de Azevedo.

21.º — Antonio José da Costa Junior.

22.º — Martim Francisco Ribeiro de Andrada Filho.

Nascido em 11 de Fevereiro de 1853, em S. Paulo, é o terceiro do mesmo nome na familia dos Andradas. (1)

---

(1) Vide *Nota* da pagina 663 do 1.º volume.

Formado em sciencias juridicas e sociaes pela Faculdade de S. Paulo, dedicou-se desde logo á advocacia e ao jornalismo. Fino homem de lettras e terrivel humorista, orador erudito, eloquente e arguto, os seus triumphos na tribuna judiciaria e na parlamentar não tem sido menores do que as suas victorias em renhidos e memoraveis torneios de imprensa. Filiado no Imperio ao partido liberal e voltando na Republica ás suas crenças monarchistas, entrou muito cedo nas lutas politicas do paiz. Foi deputado provincial em S. Paulo e duas vezes foi enviado á assembléa geral do Imperio. Prezidio em 1882 a Provincia do Espirito Santo.

Proclamada a Republica, foi eleito e acceitou o mandato de senador ao Congresso Paulista, e, em 1892, foi Secretario da Fazenda do Estado.

Não tardava, porém, a affastar-se da actividade politica, limitando-se á sua banca de advogado em Santos, onde goza de grande prestigio e popularidade, devido principalmente aos rasgos generosos do seu bem formado coração.

Desse ostracismo voluntario, só se ausentava algumas vezes quando ia ao Rio de Janeiro a chamado do Barão do Rio-Branco, seu grande e devotado amigo.

Eleito em 1912 deputado federal pelo 4.º districto de S. Paulo, tomou parte saliente nos debates da Camara, proferindo interessantes discursos, que fizeram época pelo seu humorismo e originalidade. Não sentio, todavia, o meio propicio ao convivio do seu espirito, educado em outra orientação, e declarou desde logo que não disputaria a reeleição.

Assim acconteceu; e, depois de uma longa viagem á Europa, onde assistio de perto aos horrores da guerra europea, voltou a rezidir e a advogar em Santos.

GOYAZ

(quatro deputados)

DISTRICTO UNICO

1.º — MARCELLO FRANCISCO DA SILVA.

2.º — SEBASTIÃO FLEURY CURADO.

3.º — ANTONIO RAMOS CAIADO.

4.º — OLEGARIO HERCULANO DA SILVA PINTO.

Nascido em 16 de Março de 1857 em Goyaz, é formado em engenharia pela Escola Polytechnica do Rio de Janeiro, em 1883, e em sciencias juridicas e sociaes pela Faculdade de Direito de Recife, em 1890.

E' capitão reformado do Exercito, tendo os cursos de cavallaria, infantaria e artilharia, tirados na antiga Escola Militar na Praia Vermelha e é coronel commandante de uma Brigada da Guarda Nacional. Foi lente da Escola Militar do Ceará. Como engenheiro, exerceu as seguintes commissões:

Inspector de 1.ª classe da Repartição dos Telegraphos; Engenheiro-fiscal das E. de F. do Grão Pará, de Paranaguá a Curityba e de Catalão a Palmas; Ajudante da Inspectoria Geral das Estradas de Ferro; Director e Engenheiro da E. F. Central de Pernambuco.

Eleito deputado federal por Goyaz á 8.ª legislatura, renunciou o mandato de deputado por ter tomado posse do cargo de Governador do Estado de Goyaz, no periodo de 3 de Agosto de 1913 a 14 de Julho de 1917.

FRANCISCO AYRES DA SILVA. Eleito em 11 de Novembro de 1913 na vaga do dr. Olegario Pinto; reconhecido em 1.º de Junho de 1914.

Nascido em 11 de Setembro de 1872 em Porto Nacional, Estado de Goyaz, foram seus paes o coronel Joaquim Ayres da Silva e d. Rachel Pinto de Cerqueira Ayres. Fez os estudos primarios em sua terra natal e iniciou o curso de humanidades em 1883 no Seminario de Sta. Cruz, prestando exames em seguida no Lyceu de Goyaz. Completou os preparatorios no Rio de Janeiro e em S. Paulo. Formou-se em medicina em 1898 pela Faculdade do Rio de Janeiro, tendo obtido distincção na these que defendeu. Durante o curso, foi interno da Santa Casa de Misericordia e da Brigada Policial. Em Goyaz, foi professor secundario, delegado litterario e membro do Conselho Municipal de Porto Nacional, onde exerce a clinica desde 1899. E' socio honorario da Academia de Sciencias Physico-Chimicas de Palermo (Italia) e foi socio effectivo do Gremio dos Internos dos Hospitaes do Rio de Janeiro. Fundou e dirigio, por alguns annos, o *Norte de Goyaz*, periodico que se edita em Porto Nacional (Goyaz).

Eleito deputado federal pelo seo Estado natal em 1913, foi reeleito em 1915 á 9.ª legislatura.

MATTO-GROSSO

(quatro deputados)

DISTRICTO UNICO

1.º — Oscar da Costa Marques.

Nascido no municipio de Poconé, Matto-Grosso, é oriundo de importante familia daquelle Estado. Formado em sciencias juridicas e sociaes pela Faculdade de S. Paulo, fez um curso brilhante, tendo sido o orador da sua turma. Cazou-se em S. Paulo com uma filha do notavel e popular medico de Poços de Caldas, o dr. Sanches. Seguindo para a sua terra, exerceu alli o cargo de procurador geral da Republica. Eleito deputado estadoal, não tardava em 1912 a ser enviado á 8.ª legislatura do Congresso Nacional,

sendo reeleito á 9.ª (1915 a 1917), como reprezentante do Partido Conservador.

Espirito empreendedor e esclarecido, tem prestado excellentes serviços ao seu Estado. Devem-se á sua iniciativa importantes melhoramentos publicos na cidade de Corumbá, considerada a joia de Matto-Grosso, como sejam a illuminação electrica e o abastecimento de aguas.

2.º — Annibal Benicio de Toledo.

Nascido na villa de Miranda, E. de Matto Grosso, a 21 de Junho de 1881, foram seus paes Daniel Benicio de Toledo e d. Maria José de Oliveira Toledo. Fez os estudos preparatorios em Cuyabá, de 1893 a 1897, no Atheneu Cuyabano e no Lyceu Cuyabano, e formou-se em sciencias juridicas e sociaes em 6 de Dezembro de 1906 na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro. Exerceo no seo Estado natal os seguintes cargos: juiz substituto da justiça local de Cuyabá, de Dezembro de 1907 a Novembro de 1908; chefe de policia, de Novembro de 1908 a Julho de 1909, e juiz substituto federal de Julho de 1909 a Agosto de 1911.

Foi redactor do jornal *A Colligação* e director e fundador d' *O Debate*, jornaes politicos que se editam em Matto Grosso.

Eleito deputado federal á 8.ª legislatura, teve o mandato renovado em 1915.

Actualmente, exerce a advocacia nos auditorios da Capital Federal.

3.º — Caetano Manoel de Faria Albuquerque.

4.º — Alfredo Octavio Mavignier.

Nascido em 20 de Outubro de 1877, no Recife, Estado de Pernambuco, foram seus paes o coronel Luiz Augusto Rubim de Mavignier e d. Cecilia dos Santos Mavignier. Fez os estudos preparatorios na sua cidade natal e formou-

se em sciencias juridicas e sociaes pela Faculdade de Direito do Recife, em 1896, depois de brilhante curso.

Logo depois de formado, dezempenhou em Minas Geraes os seguintes cargos: promotor de justiça de Inhaúma (1896) e juiz municipal da mesma comarca (1898); promotor da justiça de Ubá (1902); juiz municipal de Pomba (1902). E, no Estado de Matto Grosso: promotor da justiça de Cuyabá e procurador geral do Estado de Matto-Grosso (1903-1904); juiz de direito de Rosario de Rio Acima (1904); chefe de policia interino do Estado no periodo revolucionario de 1906; dezembargador do Tribunal da Relação (Março de 1908 a Outubro de 1911) e ainda procurador geral do Estado.

Quando academico, collaborou n'*O Combate*, orgão do partido autonomista (Recife, 1893-1894); e, mais tarde, em Matto Grosso, escreveu para *O Rebate*, *O Estado* e a *Colligação*.

Eleito deputado federal á 8.ª legislatura, foi reeleito em 1915.

Na Camara, servio de 4.º secretario e fez parte da commissão dos 21 encarregada de estudar as emendas do Senado ao Projecto do Codigo Civil (1912).

PARANÁ

(quatro deputados)

DISTRICTO UNICO

1.º — Luiz Antonio Xavier. Renunciou em 8 de Fevereiro de 1913.

Nasceu na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná, a 23 de Dezembro de 1856, sendo filho do commerciante Manuel Antonio Xavier e d. Anna Fernandes dos Santos Xavier.

Iniciou aos vinte annos de edade a sua carreira publica, pleiteando, em concurso, o officio de tabellião de notas

da sua cidade natal e, provido nesse cargo, exerceu-o durante alguns annos.

Em seguida, depois de haver algum tempo desempenhado a advocacia, foi nomeado promotor publico da comarca de Ponta Grossa, lugar em que se conservou até ser eleito deputado provincial para o biennio de 1888-89, pelo antigo partido liberal, em cujas fileiras sempre militou durante a monarchia. Exerceu, depois disso, novamente o cargo de tabellião da cidade de Paranaguá até que, em 1892, foi nomeado inspector geral do Thesouro do Estado pelo Governo Provisorio do Paraná.

Exerceu ainda o cargo de secretario de Finanças até 1899, durante os governos dos prezidentes drs. Francisco Xavier da Silva e José Pereira dos Santos Andrade.

Depois disso, foi eleito e occupou, durante dois quatrienios successivos, o cargo de prefeito de Curityba.

Em seguida, no quatrienio de 1908 a 1912, sendo então prezidente do Paraná o dr. Xavier da Silva, servio como secretario do Interior, Justiça e Instrucção Publica.

Foi prezidente do Congresso Estadoal no biennio de 1904-06, sendo depois disso eleito deputado federal. Em 1913, renunciando esse ultimo mandato foi novamente eleito deputado estadoal.

Exerce actualmente o cargo de deputado federal, para o qual foi eleito pelo actual partido situacionista do Paraná.

Politico de largo tirocinio e de prestigio em seu Estado, o coronel Luiz Xavier tem servido até hoje com grande abnegação e desinteresse, fazendo jús á gratidão dos seus patricios.

Faz parte do directorio central do partido situacionista, onde gosa de justa autoridade.

Luiz Bartholomeu de Souza e Silva. Eleito em 30 de Março de 1913 e reconhecido em 13 de Setembro do mesmo anno, na vaga do coronel Luiz Xavier.

Nascido em 1864, na cidade do Rio Preto, Minas Ge-

raes, estudou preparatorios no Rio de Janeiro e em S. Paulo e matriculou-se na Escola Militar em 1886. Estava no curso superior quando se proclamou a Republica e, tendo cooperado para a fundação do novo regimen, foi promovido a official. Logo depois, foi secretario do governo do Paraná e, quando deixou esse cargo, fez parte da embaixada enviada á China, chefiada pelo Barão de Ladario. Tendo deixado o serviço do exercito, dedicou-se á imprensa, trabalhando n' *O Paiz*, *O Tempo*, *A Republica*, etc., até que fundou *A Tribuna*, e, depois, diversos jornaes illustrados. Durante a revolta de 6 de Setembro, foi preso por ter escripto protestando contra o tratamento que estava sendo dado aos presos politicos.

Em 1913, foi eleito deputado federal pelo Paraná, tendo sido reeleito á 9.ª legislatura (1915 a 1917).

Homem de acção, intelligentissimo e arguto, dotado de um genio practico pouco vulgar nos brazileiros, tem conseguido dar grande impulso a todas as emprezas que dirige, tornando-as prosperas e solidas. Na Camara Federal, ha elaborado importantes projectos sobre e expansão economica e as finanças da Republica.

2.º — Antonio Augusto de Carvalho Chaves.

3.º — Bento José Lamenha Lins.

4.º — Manoel Corrêa Defreitas.

SANTA CATHARINA

(quatro deputados)

DISTRICTO UNICO

1.º — Antonio Pereira da Silva Oliveira.

Nascido em 18 de Julho de 1848, na cidade da Lapa,

Estado do Paraná, é filho de Francisco Pereira da Silva Oliveira.

Negociante em Santa Catharina, exerceu os seguintes cargos electivos: juiz de paz e vereador das camaras municipaes de S. José e Desterro (Santa Catharina) e deputado á Assembléa Provincial e ao Congresso Estadoal de Santa Catharina. Tendo prezidido ambas as assembléas, exerceu, por diversas vezes, o cargo de governador do Estado, como substituto constitucional deste. Eleito deputado federal pelo Estado de Santa Catharina á 8.ª legislatura (1912-1914), salientou-se pelo seu rigido caracter e sinceridade de opiniões, sendo o unico deputado catharinense que se collocou ao lado de Dunshee de Abranches quando este defendeu os colonos allemães do sul do Brazil, como homens pacificos e amigos sinceros do Brazil. E' actualmente vice-governador do referido Estado.

2.º — Henrique de Almeida Valga.

3.º — Celso Bayma.

4.º — Abdon Baptista. Renunciou em Julho de 1912 por ter sido eleito senador na vaga do sr. Lauro Müller.

Gustavo Richard. Eleito em 16 de Junho de 1912; reconhecido em 23 de Julho do mesmo anno na vaga do sr. Abdon Baptista.

RIO GRANDE DO SUL

(dezeseis deputados)

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — Luiz Soares dos Santos.

2.º — Octavio Francisco da Rocha. Renunciou em 8 de Fevereiro de 1913.

Nascido em 23 de Setembro de 1877, foi praça de 29 de Abril de 1895. Entrando para a Escola Militar, conquistava as insignias de alferes-alumno em 22 de Abril de 1899. Confirmado nesse posto a 1.º de Março de 1905, foi promovido a 1.º tenente em 17 de Dezembro de 1908 e a capitão em 30 de Dezembro de 1914. Possúe o curso de estado maior e de engenheiro pelo Regulamento de 1898 e é bacharel em mathematica e sciencias physicas. Eleito deputado federal á 8.ª legislatura (1912 a 1914), renunciou o mandato em começo de 1913 por haver sido nomeado secretario da Fazenda do governo do Rio Grande do Sul. Deixando esse cargo, voltou á actividade militar, servindo actualmente em um dos corpos da Capital Federal.

Ildefonso Simões Lopes. Eleito em 29 de Maio; reconhecido em 30 de Julho de 1913, na vaga do sr. Octavio Francisco da Rocha.

3.º — João Vespucio de Abreu e Silva.

4.º — Gumercindo Taborda Ribas.

Nascido na cidade de Tatuhy, E. de S. Paulo, foram seus paes o coronel Engracio Ortiz Taborda Ribas e d. Maria Eulalia Amaral Ribas. Fez os estudos preparatorios no Rio Grande do Sul no *Collegio dos Padres*, em S. Leopoldo, e no *Instituto Brazileiro*, em Porto-Alegre. Cursou a Faculdade de Direito de S. Paulo e bacharelou-se em sciencias juridicas e sociaes na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro. Exerceu o cargo de juiz de direito, no Rio Grande do Sul, durante 14 annos, tendo ficado em disponibilidade por ter sido eleito deputado federal.

Collaborou em diversos jornaes do Rio Grande do Sul, principalmente n'*A Federação*. Quando juiz, publicou varios trabalhos na *Revista do Direito* do Rio de Janeiro.

Exerce actualmente a advocacia na Capital Federal.

Eleito deputado federal pelo 1.º districto do Rio Grande do Sul á 8.ª legislatura, revelou-se homem de talento e de brilhante preparo e teve o mandato renovado em 1915.

5.º — Evaristo Teixeira do Amaral.

6.º — Diogo Fernandes Alvares Fortuna. Renunciou em 10 de Abril de 1913 por ter sido eleito senador federal.

Marçal Pereira de Escobar. Eleito em 29 de Maio de 1913; reconhecido em 30 de Julho do mesmo anno, na vaga do sr. Diogo Fortuna.

SEGUNDO DISTRICTO

7.º — Homero Baptista.

8.º — Carlos Maximiliano Pereira dos Santos.

9.º — João Severiano da Fonseca Hermes.

10.º — José Thomaz Nabuco de Gouvêa.

11.º — Victor de Brito.

Nascido na Bahia, é formado em medicina. Indo clinicar no Estado do Rio Grande do Sul, fixou rezidencia em Porto-Alegre, onde grangeou nomeada como occulista.

Eleito deputado federal á 8.ª legislatura (1912 a 1914), bateu-se fortemente pela reforma dos costumes eleitoraes do paiz, aprezentando sobre o assumpto longo e documentado projecto.

Não foi reeleito á 9.ª legislatura (1915 a 1917). Voltou a clinicar em Porto-Alegre.

TERCEIRO DISTRICTO

12.º — JOAQUIM LUIZ OZORIO.

Nascido em 12 de Setembro de 1881, na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, é bacharel em sciencias juridicas e sociaes pela Faculdade Livre de Sciencias Juridicas e Sociaes do Rio de Janeiro (1902).

Foi no seo Estado natal: Juiz Districtal de Pelotas, de 2 de Janeiro de 1904 a 28 de Fevereiro de 1905; advogado em Pelotas desde 1905; deputado estadoal de 1905 a 1912; Director-chefe do *Diario Popular* (1908-1909); Prezidente da Sociedade Agricola Pastoril do Rio Grande do Sul desde 1907; Prezidente da Sociedade de Tiro Brazileiro de Pelotas, desde 1908; Prezidente da Federação das Associações Ruraes do Rio Grande do Sul, desde 1909; e professor da Academia de Commercio de Pelotas, da cadeira de noções de direito constitucional, criminal e legislação de fazenda.

Publicou: — *Constituição Politica do Estado do Rio Grande do Sul;* e tem a editar: — *Historia do General Ozorio* — 2.º vol.

Eleito deputado federal á presente legislatura, teve o mandato renovado em 1915. Na Camara, fez parte da Commissão de Diplomacia e Tratados e tomou parte em multiplos e renhidos debates.

13.º — DOMINGOS PINTO DE FIGUEIREDO MASCARENHAS.

14.º — JOÃO SIMPLICIO ALVES DE CARVALHO.

15.º — JOÃO BENICIO DA SILVA.

Nascido em 27 de Janeiro de 1865 em Uruguayana, E. do Rio Grande do Sul, foram seus paes o dr. João Benicio

da Silva (advogado) e d. Josefina G. Vianna da Silva. Fez o curso de preparatorios no Gymnasio S. Pedro (Porto-Alegre) nos annos de 1881 a 1884 e cursou a Faculdade de Direito de S. Paulo, tendo sido approvado nas cadeiras do 3.º anno em 1887.

Exerceu no Rio Grande do Sul, os seguintes cargos: Delegado de Policia de Uruguayana, de 1889 a 1890; Promotor Publico de Alegrete, de 1891 a 1896; Intendente do municipio de Alegrete, de 1897 a 1900; Sub-chefe de Policia da 3.ª região, de 1900 a 1901; e deputado á Assembléa Estadoal, de 1901 a 1912.

De 1893 a 1895, serviu com o posto de capitão na campanha contra a revolução federalista, fazendo parte da divisão que operou no Oeste do Estado sob o commando do General Hyppolito Ribeiro.

Exerce a profissão de advogado desde 1890, tendo sido provisionado pelo Tribunal da Relação de Porto Alegre, sob o regimen anterior á promulgação da Constituição do Estado.

Collaborou nos jornaes *A Fronteira* e *A Ordem* em Uruguayana, de 1888 a 1890.

Eleito deputado federal pelo 3.º districto do Rio Grande do Sul á 8.ª legislatura, foi reeleito á 9.ª (1915-1917).

16.º — PEDRO GONÇALVES MOACYR.

Nona legislatura

1915 a 1917

Senado



AMAZONAS

Nove annos. — Lopes Gonçalves (Augusto Cezar Lopes Gonçalves). Eleito em 30 de Janeiro de 1915 na vaga aberta por terminação do mandato do Barão de Teffé, que não pleiteou a reeleição. Reconhecido a 17 de Maio seguinte.

Nascido em Maranhão, formou-se em sciencias juridicas e sociaes pela Faculdade do Recife.

Regressando á terra natal, ahi se demorou algum tempo até que resolveu partir para o Amazonas. Abrio banca de advogado em Manaus e conquistou vasta clientela.

Filiado ao partido republicano conservador, chefiado pelo senador Sylverio Nery, de quem foi sempre devotado amigo, pleiteou em 1912 uma cadeira de deputado pelo Estado de Amazonas, mas não foi reconhecido pela Camara apezar de ser o mais votado das diversas chapas aprezentadas.

Finalmente, em 1915, conseguio ser eleito senador federal.

Poeta e litterato, jurista e tribuno, tem publicado numerosos trabalhos que correm impressos em volumes.



Seis annos. — Gabriel Salgado dos Santos. Falleceu em 11 de Junho de 1915.

Rego Monteiro (Cezar). Eleito em 12 de Janeiro de 1916; reconhecido em 19 de Junho de 1916.

Nasceu no Municipio da União, cidade da então provincia do Piauhy, a 17 de Abril de 1863, e é filho legitimo do major Benjamin do Rego Monteiro.

Estudou preparatorios no Seminario de N. S. das Mercês, em S. Luiz do Maranhão, em cujo lyceu fez com successo os primeiros exames.

Em 1881, matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife, onde se formou em 1885.

De posse do diploma, seguio para o Piauhy, onde foi nomeado promotor publico da comarca do Amarante, de onde sahio em 1887, quando foi nomeado juiz municipal da cidade da Parnahyba.

Neste ultimo cargo, servio por tempo superior a tres annos, interrompendo o exercicio apenas por duas vezes para desempenhar, na capital, as funcções de chefe de policia interino.

Com o advento da Republica, foi nomeado em 1890 juiz municipal de Theresina, donde sahio em 1891 para assumir o exercicio do cargo de juiz de direito de Teffé, cidade do Estado do Amazonas.

No mesmo anno de 1891, foi nomeado dezembargador do superior Tribunal de Justiça, com séde em Manáos.

Em 1903, aposentou-se e estabeleceo residencia na Capital Federal, onde exerceo a advocacia e fez parte do Primeiro Congresso Juridico Brazileiro que funccionou em 1908, na séde do Instituto da Ordem dos Advogados Brazileiros. Como delegado do governo do Piauhy nesse Congresso, aprezentou tres theses notaveis que estão publicadas no *Relatorio Geral dos Trabalhos do Primeiro Congresso Juridico Brazileiro.*

Uma das theses versou sobre a intervenção da União nos Estados, na fórma do art. 6.º da Constituição, estando publicada á pagina 157 e seguintes do citado *Relatorio* e figurando, como appendice, no livro *Direito Publico*, de Viveiros de Castro.

A segunda these, que versou sobre a unificação do direito privado, está tambem publicada á pagina 323 do citado *Relatorio* e vem mencionada no 1.º vol. do *Direito Commercial*, de Carvalho de Mendonça.

A terceira these, que versou sobre a successão do Estado ás pessoas fallecidas sem herdeiro, está publicada á pagina 367 ainda daquelle *Relatorio*.

Na Capital Federal, collaborou na *Revista do Direito*, escrevendo trabalhos de polemica com o illustre advogado, dr. Astolpho Rezende.

Durante a sua vida academica no Recife, publicou uma monographia, intitulada *Theorias darwinicas*, e, de collaboração com Anisio de Abreu, escreveu um folheto sob o titulo *Micrographo*, em que foram discutidas algumas questões sociaes, em voga no momento.

No mesmo periodo, foi redactor do jornal *Republica*, orgam do *Centro Academico Republicano*, de que faziam parte Clovis Bevilaqua, Martins Junior, Phaelante da Camara e outros.

Tambem collaborou na *Folha do Norte*, de Martins Junior, com quem escreveu no rodapé do dito jornal, um pequeno romance intitulado *Um crime de infanticidio*.

Em Therezina, collaborou na *Epoca*, *Phalange*, *Reforma* e *Telephone*, principaes jornaes da terra.

Em Manaos, fez artigos editoriaes no *Estado do Amazonas*, *Amazonas Commercial* e *Tempo*.

Como politico, foi senador estadoal do Amazonas, e era membro da Assembléa Legislativa do mesmo Estado quando foi eleito senador federal.

Jurisconsulto e homem de lettras, quer como magistrado, quer como representante da nação, tem-se sempre

distinguido pela elevação com que estuda os assumptos e pela clareza das suas exposições.

Tres annos. — SYLVERIO JOSÉ NERY.

PARÁ

Nove annos. — ARTHUR INDIO DO BRAZIL. Reeleito em 30 de Janeiro de 1915; reconhecido a 23 de Abril.

Seis annos. — LAURO SODRÉ (Lauro Nina Sodré e Silva). Renunciou em 2 de Fevereiro de 1917 por haver sido empossado do governo do Pará. Não foi preenchida a vaga.

Tres annos. — ARTHUR DE SOUZA LEMOS.

MARANHÃO

Nove annos. — MANOEL BERNARDINO DA COSTA RODRIGUES. Eleito em 30 de Janeiro de 1915 na vaga aberta por haver assumido a vice-prezidencia da Republica o dr. Urbano Santos; reconhecido em 23 de Abril.

Seis annos. — FERNANDO MENDES DE ALMEIDA.

Tres annos. — JOSÉ EUZEBIO DE CARVALHO OLIVEIRA.

PIAUHY

Nove annos. — Abdias da Costa Neves. Eleito em 30 de Janeiro de 1915 na vaga do coronel Gervasio Passos, que terminára o mandato. Reconhecido a 8 de Maio.

Conta quarenta e um annos de idade, pois nasceu a 19 de Novembro de 1876.

Tendo perdido o pai aos quatorze annos e ficando pobre no inicio dos estudos secundarios, habituou-se a dirigir-se, confiando apenas em si mesmo. Dahi a consciencia precoce que revelou das suas responsabilidades, tornando-se, ainda creança, uma existencia autonoma no tocante á economia e á orientação do seu curso.

Data desse tempo a sua iniciação no jornalismo. Redactor principal de *A Idéa* aos dezesete annos, foi ahi doutrinario ardoroso da propaganda egualitaria no terreno economico, politico e religioso.

Aos dezoito annos concluia, com approvações distinctas em quasi todas as materias, o curso de humanidades e embarcava para o Recife, onde em pouco mais de dois annos fazia o curso de sciencias sociaes e o de sciencias juridicas, sendo approvado com distincção em quasi todas as cadeiras.

Em Pernambuco, para se manter, obteve um logar de revisor do *Jornal do Recife,* logar que occupou até ás vesperas de sua formatura.

Formado, voltou para o Piauhy e iniciou a vida publica leccionando successivamente, no Lyceu, inglez, logica e allemão. Accumulou as funcções de advogado da Fazenda Estadoal. Nomeado, porém, juiz de direito de Piracuruca, permaneceo ahi até 1902, apasiguando as luctas partidarias que eram intensas e restabelecendo definitivamente a ordem na Comarca. Deixou-a, acceitando o cargo de juiz substituto federal. Fixou residencia em Therezina e fundou com os drs. Miguel Rosa e Antonino Freire, *A Patria,* de que foi o principal redactor. Ao mesmo tempo, dirigia um

internato de instrucção primaria e secundaria e estudava a historia do Piauhy pesquisando archivos e escrevendo os seus dois primeiros livros, o romance de costumes locaes *Um manicaco* e a historia das luctas provocadas pela adhesão do Piauhy á Independencia (1822-1824).

A sua saúde não podia, entretanto, resistir a tão penosos trabalhos. Adoeceu gravemente e teve de vir ao Rio de Janeiro onde ficou alguns mezes (1906) e donde seguio para Santa Catharina a estudar *in loco* o problema da *germanisação* do sul. Sylvio Romero publicara o seu conhecido pamphleto. Abdias Neves quiz observar, *de visu*, a gravidade do facto. E, fallando correntemente o allemão, embarcou para Santa Catharina e visitou demoradamente Blumenau, Brusque, Joinville, Itajahy, publicando, ao regressar, uma série de artigos sob o titulo de *Das Deutschtum in Süd-Brasilien.* Nesse trabalho, faz um estudo consciencioso da influencia do meio sobre o individuo no processo da differenciação das raças e formação consequente das subcathegorias ethnicas, e passa em revista a historia das colonizações, notadamente da America do Norte e da Australia, registra o typo actual do teuto-brazileiro, seus costumes, o dialecto que falla, e termina affirmando que o famoso perigo, tantas vezes annunciado, é pura exploração.

Estando, porém, restabelecido, regressou á terra natal, onde, em virtude de uma conferencia que fizéra sobre *O Padre perante a Historia,* sustentou uma polemica apaixonada. Terminou-a escrevendo e publicando um livro — *Psychologia do Christianismo.*

Quando ainda no prelo essa obra, publicava tres monographias sobre *Immunidades parlamentares, Autonomia dos municipios* e *Direitos politicos.* Escrevia, ao mesmo tempo, tres volumosos estudos sobre a *Adhesão do Piauhy á Republica do Equador, Guerra dos Balaios* e *Democracia inversa,* dois dos quaes estão no prélo.

Convem notar que, em todo esse periodo, jamais esteve fóra da imprensa activa. Dirigiu, successivamente, *O Estafeta, A Patria, A Luz* (orgam da maçonaria piau-

hyense), *O Norte, O Monitor, A Noticia* e *O Piauhy*. Neste ultimo, ficou até quando eleito senador.

Na imprensa, foi sempre um doutrinador. Pugnando, praticamente, contra o anonymato, desprezando os motivos pessoaes de discussão, condemnando a tyrannia do insulto — nos jornaes que dirigio estabeleceo o regimen dos artigos assignados, afastou polemicas, manteve invejavel equilibrio no fervor das discussões, mesmo quando apaixonadas.

Na direcção d' *O Piauhy*, ficou até **1914**, quando deixou, depois de doze annos de exercicio, o cargo de juiz substituto federal e se candidatou á cadeira de senador na renovação do terço do Senado.

Elegeu-o o Partido Republicano Conservador, de que foi um dos organisadores no Estado.

Estreou no Senado Federal, um mez depois de empossado, com um longo discurso a proposito da acção do governo federal nos Estados do nordeste. Dentre seus trabalhos no parlamento, destacamos os discursos que pronunciou em defesa dos collegios militares, criticando os dois projectos da reforma eleitoral, desenvolvendo a these «Politica das estradas de ferro e finanças da Republica», demonstrando as vantagens economicas, administrativas e politicas da construcção de uma via ferrea que ligue as bacias do S. Francisco e do Parnahyba e seus pareceres sobre o Codigo Florestal, a exploração da jarina, além do longo trabalho que acaba de escrever sobre a industria das fibras.

Seis annos. — Firmino Pires Ferreira.

Tres annos. — Joaquim Ribeiro Gonçalves.

CEARÁ

Nove annos. — Francisco Sá. Reeleito em 30 de Janeiro de 1915; reconhecido a 2 de Maio seguinte.

Seis annos. — Pedro Augusto Borges.

Tres annos. — Thomaz Pompeu Pinto Accioly.

RIO GRANDE DO NORTE

Nove annos. — Antonio José de Mello e Souza. Reeleito em 30 de Janeiro de 1915; reconhecido a 24 de Abril.

Seis annos. — Eloy Castriciano de Souza.

Tres annos. — João Lyra Tavares. Eleito em 30 de Janeiro de 1915 para a vaga aberta pela renuncia do dr. Tavares de Lyra, nomeado ministro da Viação.

Nascido na cidade de Goyana, Estado de Pernambuco, residiu durante muitos annos no Estado do Rio Grande do Norte, onde foi discipulo do saudoso politico senador Pedro Velho, ao lado de quem combateu pela Abolição e pela Republica.

Dedicando-se ao commercio, exercia a sua profissão de guarda-livros, collaborando, ao mesmo tempo, em varios orgãos da imprensa local. Mudando-se para Recife, continuou desenvolvendo no commercio a sua actividade, tendo sido um dos fundadores do Instituto dos Guarda-Livros e director da Associação Commercial de Pernambuco. Em 1902, transferiu a sua residencia para a capital do Estado da Parahyba, afim de assumir a gerencia de uma casa filial

da firma de que era socio. Entrando alli, francamente, na politica, abandonou o commercio e fundou um jornal de sua propriedade, cujas officinas passaram depois a servir ao orgam da dissidencia que, em 1907, sob a chefia do pranteado senador Gama e Mello, irrompeu na politica parahybana, campanha em que tomou parte activa, quer na imprensa, quer na Assembléa Legislativa a que pertencia. Reeleito como representante da minoria, voltou ao partido dominante com a reconciliação havida entre os chefes parahybanos, e, nas eleições seguintes, foi ininterruptamente reeleito para o parlamento estadoal, onde, durante oito annos consecutivos, foi o relator dos orçamentos do Estado, tendo sido nesse interim nomeado lente de contabilidade do Lyceu e de chorographia e historia do Brazil da Escola Normal da Parahyba.

Em 1915, foi eleito senador federal pelo Estado do Rio Grande do Norte; e, entrando para o Senado, foi no mesmo anno eleito para a Commissão de Finanças daquella Casa do Congresso Nacional, Commissão da qual tem feito parte sem interrupção.

Tem publicadas as seguintes obras: *Ligeiras notas*, estudo sobre as leis orçamentarias do Estado de Parahyba; *Traços biographicos do coronel Gracialiano Fontino Lordão; Apontamentos para a historia territorial de Parahyba*, dois volumes; *Chronica financeira*, estudo sobre a vida financeira do Estado de Parahyba; *O orçamento*, série de artigos publicados na imprensa de Parahyba, em defesa do projecto legislativo combatido pelo jornal *O Norte; A Parahyba*, obra em dois volumes, illustrada, contendo dados estatisticos e minuciosa noticia sobre cada municipio do Estado; *Almanack do Estado de Parahyba*, quatro volumes, relativos aos annos de 1910, 1911, 1912 e 1913, contendo informações sobre a historia, administração e commercio daquelle Estado; *Notas historicas sobre Portugal*, resumo da historia de Portugal até á proclamação da Republica; *Estudo sobre a rebellião praieira*, noticia sobre a intervenção de Parahyba na revolução pernambucana de 1848; *Historia de Parahyba*,

prefacio e commentarios da *Historia da Provincia de Parahyba*, pelo dr. Maximiano Machado; *Pontos de historia patria*, compendio didactico, de accordo com o programma da Escola Normal do Estado de Parahyba; *Pleito eleitoral*, artigos publicados em defeza da candidatura do dr. Castro Pinto á prezidencia do Estado de Parahyba; *A contabilidade e sua influencia na vida commercial e na administração publica*, conferencia realizada na Universidade Popular do Estado de Parahyba; *O dia 24 de Maio na historia de Parahyba*, conferencia realizada na Escola Normal do mesmo Estado; *Economia e finanças dos Estados*, obra publicada pelo «Primeiro Congresso de Historia Nacional», que se reuniu no Rio de Janeiro em 7 de Setembro de 1914.

Homem de lettras e homem de sciencia, talentoso e erudito, é diplomado com medalha de ouro pela Société Académique d'histoire Internationale, de Paris; cathedratico de contabilidade da Academia de Altos Estudos, do Rio de Janeiro; socio do Instituto Historico e Geographico Brazileiro e dos Institutos Historicos e Geographicos de Parahyba, Rio Grande do Norte, S. Paulo, Ceará, Bahia, Minas Geraes e do Estado do Rio de Janeiro; do Centro de Sciencias, Lettras e Artes de Campinas e da Sociedade Brazileira de Homens de Lettras.

PARAHYBA

Nove annos. — Pedro da Cunha Pedroza. Reeleito em 30 de Janeiro de 1915. Reconhecido a 12 de Junho.

Seis annos. — Epitacio da Silva Pessoa.

Tres annos. — Walfredo dos Santos Leal.

PERNAMBUCO

Nove annos. — Rosa e Silva (Francisco de Assis Rosa e Silva). Eleito a 30 de Janeiro de 1915 por terminação do mandato do dr. Gonçalves Ferreira que não pleiteou a reeleição. Reconhecido a 5 de Julho de 1915.

Seis annos. — João Ribeiro de Britto.

Tres annos. — Dantas Barreto (general Egmydio Dantas Barreto). Eleito em 25 de Junho de 1916, na vaga aberta pela morte do dr. Segismundo Gonçalves em 25 de Janeiro de 1915.

ALAGOAS

Nove annos. — Manoel José de Araujo Góes. Reeleito em 3 de Janeiro de 1915. Reconhecido a 26 de Maio.

Seis annos. — Raymundo Pontes de Miranda.

Tres annos. — Manóel Gomes Ribeiro. (Barão de Traipú).

SERGIPE

Nove annos. — Marechal reformado José Siqueira de Menezes. Eleito em 30 de Janeiro de 1915 na vaga aberta pela terminação do mandato do sr. Serapião Aguiar e Mello, que passou a reprezentar o Estado na Camara dos Deputados. Reconhecido em 23 de Abril seguinte.

Nascido em Sergipe a 4 de Dezembro de 1852, foi praça de 12 de Dezembro de 1870. Dotado de brilhante talento, matriculou-se na Escola Militar, sahindo alferes alumno em 8 de Janeiro de 1876. Segundo Tenente em 31 de Janeiro de 1877, foi promovido a 1.º em 25 de Maio de 1878; a capitão, em 25 de Julho de 1880; a major, em 7 de Janeiro de 1890; a tenente-coronel graduado, em 13 de Janeiro, e a effectivo, em 3 de Março de 1892; a coronel, em 19 de Maio de 1898; a general de brigada, em 5 de Maio de 1904; e a general de Divisão, em 14 de Novembro de 1910. Reformou-se em marechal do Exercito. Foi do corpo de estado-maior; tem o curso de engenharia pelo Regulamento de 1874; e é bacharel em mathematica e sciencias physicas. Como militar, exerceu importantes commissões, tendo estado no Acre, de 24 de Setembro de 1903 a 15 de Janeiro de 1904, em delicada delegação, que desempenhou com grande brilho e correcção. No commando da região militar, com séde na Bahia, tambem prestou relevantes serviços á ordem publica.

Chamado pelos seus coestadanos a militar na politica local, foi eleito prezidente de Sergipe; e, terminado o seu periodo governamental, foi eleito senador por nove annos nos comicios de 30 de Janeiro de 1915.

Seis annos. — José Joaquim Pereira Lobo.

Tres annos. — Guilherme de Souza Campos.

BAHIA

Nove annos. — Ruy Barboza. Reeleito em 30 de Janeiro de 1915. Reconhecido a 23 de Abril.

Seis annos. — LUIZ VIANNA.

Tres annos. — JOSÉ MARCELINO DE SOUZA. Falleceu em 26 de Abril de 1917.

JOSÉ JOAQUIM SEABRA. Eleito na vaga aberta pela morte de José Marcelino.

ESPIRITO-SANTO

Nove annos. — DOMINGOS VICENTE GONÇALVES DE SOUZA. Eleito em 30 de Janeiro de 1915, na vaga aberta pela terminação do mandato do dr. Muniz Freire. Reconhecido a 23 de Abril.

Falleceu em 22 de Outubro de 1916. Não foi preenchida a vaga.

Seis annos. — JOÃO LUIZ ALVES.

Tres annos. — BERNARDINO DE SOUZA MONTEIRO. Renunciou em 1916 por haver sido empossado do governo do Espirito Santo. Não foi preenchida a vaga.

RIO DE JANEIRO

Nove annos. — MIGUEL JOAQUIM RIBEIRO DE CARVALHO. Eleito em 30 de Janeiro de 1915 por terminação do mandato do dr. Lourenço Maria de Almeida Baptista (Barão de Miracema); reconhecido a 14 de Junho.

Nascido no Rio de Janeiro em 7 de Fevereiro de 1849, filho do commendador Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho, capitão de mar e guerra, chefe do Corpo de Fazenda da Armada, e de sua esposa d. Francisca Constança Leite de Carvalho, fez o curso de primeiras letras no Collegio

Victorio, e o de preparatorios no externato gratuito do Mosteiro de S. Bento. Matriculou-se em 1867 na Faculdade de Direito de S. Paulo, onde foi approvado plenamente no 1.º anno, e seguio então para a do Recife, ahi cursando o 2.º e o 3.º annos, com approvações plenas, e ultimou o curso naquella, sendo-lhe conferido o gráo em Março de 1872, e não em 1871, por ser solidario com os que protestavam contra o acto do governo mandando executar naquelle anno o regulamento que alterava o modo de prestação de exames.

Nomeado juiz municipal e dos orphãos do Termo de Cantagallo, Estado do Rio de Janeiro, em Agosto de 1873, foi reconduzido no cargo, e, em 1882, passou a advogar nessa localidade.

Começou então a sua phase politica, alistando-se entre os conservadores dirigidos pelo conselheiro Paulino de Souza, em franca dissidencia, merecendo sempre daquelle chefe a maior estima.

Nos ultimos annos do Imperio e nos primeiros da Republica, dirigiu o *Correio de Cantagallo* em decidida opposição ao governador dr. Francisco Portella, pois, tendo acceitado o novo regimen, julgava que os processos politicos e administrativos por este adoptados e sustentados pelo Governo Provisorio da Republica não satisfaziam ás aspirações democraticas.

Promulgada a Constituição de 24 de Fevereiro, reuniram-se o Partido Republicano Historico, sob a chefia do dr. José Thomaz da Porciuncula, e o Moderado, sob a do conselheiro Paulino de Souza, e pleitearam a eleição estadoal de 20 de Março de 1891, apresentando candidatos ao Senado e á Camara, figurando entre aquelles o biographado, os drs. José Thomaz da Porciuncula, Manoel de Queiroz, Mauricio de Abreu, conselheiro Castrioto, Baptista Pereira e outros distinctos fluminenses.

Na verificação de poderes, amparada por força federal e estadoal, foram reconhecidos os candidatos governistas.

O contra-golpe de Estado de 23 de Novembro de 1891

trouxe como consequencia a revolução fluminense, deposição do governador Portella e posse do almirante Carlos Balthazar da Silveira em 11 de Dezembro de 1891. Por indicação dos drs. José Thomaz da Porciuncula e Leopoldo Teixeira Leite, prezidente e vice-prezidente acclamados pela revolução, foi nomeado em 12 de Dezembro secretario geral interino do Estado.

Por acto de 22 desse mesmo mez, foi escolhido Director dos Negocios do Estado, Justiça, Legislação e Instrucção Publica e Particular.

Eleito á Assembléa Constituinte em 31 de Janeiro de 1892 e promulgada a Constituição do Estado em 9 de Abril, nesse mesmo dia foram eleitos prezidente e vice-prezidente provisorios o Almirante Balthazar da Silveira e o biographado.

Em Outubro daquelle anno, pelo dr. José Thomaz da Porciuncula foi nomeado secretario effectivo dos Negocios do Interior e Justiça, e, em 1894, passou a servir como secretario das Obras Publicas e Industrias.

Mereceu do Governo da União em Agosto de 1894 serem-lhe concedidas as honras do posto de coronel do exercito pelos «relevantes serviços prestados á Republica na cidade de Nictheroy durante o periodo da revolta de 6 de Setembro».

Publicou em 1895 a *Organização Republicana* do Estado do Rio de Janeiro — 1889 a 1894 — trabalho esse que lhe deu ingresso no Instituto Historico e Geographico do Brazil em 1899 como socio effectivo, sendo elevado a honorario em 1913.

Entrou para director thezoureiro da companhia Estrada de Ferro Leopoldina em 1895, ahi servindo até á liquidação e reorganização dessa empreza.

Dada a divergencia politica entre os drs. Alberto Torres, prezidente do Estado do Rio, e o dr. Porciuncula, aquelle amparado pelo prezidente da Republica dr. Campos Salles, ficou com o seu amigo e chefe, e manteve cohesa a maioria da Assembléa durante todo o periodo da luta.

Por occasião de serem escolhidos os candidatos á successão prezidencial, já tendo os situacionistas indicado o dr. Hermogeneo Silva, querendo poupar ao Estado as tristes consequencias de um encarniçado pleito, propoz o nome do general Quintino Bocayuva, alheio aos interesses em jogo. Acceito este, pelos adversarios, foi o eminente chefe da propaganda unanimemente eleito e reconhecido pela maioria da Assembléa, contraria á politica do governo.

Conforme assegurara ao recem-eleito, retrahiu-se com seus dedicados companheiros para não augmentar as difficuldades numerosas que tinham de ser removidas pela nova administração, e, só instado por elle, concorreu ás urnas para pleitear a reprezentação da minoria nos cinco districtos, sendo eleitos os drs. Belisario de Souza, Alberto Bezamat, Julio Santos, Mauricio de Abreu e Paulino de Souza.

Em homenagem a Quintino Bocayuva, que aprezentara o nome de seu successor, recommendou-o aos eleitores seus amigos, e continuou retrahido até o momento em que, rompendo o prezidente Backer com o seu partido, veio auxilial-o com dedicação.

Eleito o dr. Edwiges de Queiroz e tendo sido empossado no governo o dr. Oliveira Botelho, aguardou os acontecimentos, até que, formada a Colligação, se reuniu áquelles que haviam ficado fieis ao P. R. C., definindo a sua posição e a de seus amigos na Convenção realizada no edificio da Associação dos Empregados no Commercio em Julho de 1913.

Por occasião de ser renovado o terço no Senado Federal, foi o seu nome levado ás urnas pelo eleitorado fluminense em Janeiro de 1915, reprezentando os elementos do P. R. C., então sob a chefia do inolvidavel republicano general Pinheiro Machado.

O parecer unanime, reconhecendo-o, teve como relator o senador Bernardo Monteiro, e foi approvado, apenas contra um voto, empossando-se em 14 de Junho desse anno.

Pela primeira vez occupou a tribuna do Senado, ao ser discutido o projecto de emissão de 350.000 contos,

estranhando que não tivesse sido ouvida sobre tal proposta a Commissão de Finanças e notando as suas obscuridades e deficiencias. A mesma attitude de interesse pelos negocios publicos tem até hoje mantido, moderada e imparcialmente.

Serviu como syndico da liquidação forçada do Banco Rural e Hypothecario do Brazil, a cujos credores foi entregue o rateio de quasi 93 % em dinheiro.

Pertence a diversas associações, sendo socio effectivo da Sociedade Propagadora das Bellas Artes, na qual exerceu o cargo de vice-prezidente; socio protector da Liga Brazileira contra a Tuberculose; honorario, da Caixa Beneficiente Theatral; bemfeitor, da União Funeraria 1.º de Julho; benemerito, do Instituto Hahnemaniano do Brazil, e bemfeitor do Centro Civico Pinheiro Machado.

Tendo sido conselheiro de mesa, mordomo das demandas e escrivão da Santa Casa de Misericordia, neste cargo se achava quando foi eleito provedor em 1902, e successiva e ininterruptamente tem sido reeleito até hoje.

E' casado, ha 42 annos, com d. Izabel do Valle Carvalho, e tem 25 descendentes, «nenhum dos quaes tem assento na mesa do orçamento da União», como o proclamou mesmo um dia em um dos seus escriptos humoristicos.

Na verdade, homem de acção e de energia pouco vulgar, é o dr. Miguel de Carvalho um dos brazileiros que mais se tem distinguido pelo seu proprio esforço e pelos seus grandes serviços ao paiz.

Seis annos. — Nilo Peçanha. Embóra empossado de facto do governo do Estado do Rio, desde 1.º de Janeiro de 1915, só renunciou o mandato em 1916 quando foi decidida a questão da duplicata do governo do Estado, tambem exercido pelo dr. Feliciano Sodré.

Lourenço Maria de Almeida Baptista (Barão de Miracema). Eleito em 24 de Junho de 1916.

Tres annos. — Erico Marinho da Gama Coelho.

DISTRICTO FEDERAL

Nove annos. — Augusto de Vasconcellos. Reeleito em 30 de Janeiro de 1915; reconhecido em 15 de Maio.

Falleceu em 10 de Dezembro de 1915.

Irineu de Mello Machado. Eleito em 12 de Maio de 1916; reconhecido em 6 de Julho.

Seis annos. — Alcindo Guanabara.

Tres annos. — Melciades Mario de Sá Freire. Renunciou em 8 de Julho de 1916, retirando-se da vida politica.

Paulo de Frontin (André Gustavo Paulo de Frontin).

Nascido em 1860 na cidade do Rio de Janeiro e filho de João Gustavo de Paulo Frontin, revelou desde a infancia um grande talento, podendo matricular-se com todos os preparatorios aos 14 annos na antiga Escola Central.

Durante o tirocinio academico, fundou a «Revista» e a sociedade «União Polytechnica», occupando o lugar de director com assentimento e unanime applauso de seus mais distinctos collegas.

Em Março de 1879, terminava com distincção e notavel aproveitamento os cursos de Engenharia civil e geographica, já então no regimen da Escola Polytechnica, em que a Central se tinha transformado, no mesmo anno em que se matriculara.

Em Dezembro seguinte, bacharelava-se em sciencias physicas e mathematicas e, em Março de 1880, recebia o diploma de engenheiro de Minas. Ainda em 1880, iniciava a sua carreira no magisterio, entrando em concurso para as vagas da 1.ª secção do curso de engenharia com o notavel engenheiro André Rebouças e o Dr. Viriato Belfort Duarte, sendo classificado, proposto e nomeado para o lugar de substituto em Junho desse mesmo anno, depois de ter dado as mais brilhantes provas.

Mal acabava de descançar dessa pugna memoravel, propunha-se á vaga de substituto de Philosophia no Gymnasio Nacional, logar que tambem alcançou por concurso.

De novo em 1881, achando-se vaga a cadeira do 3.º anno de sciencias physicas e mathematicas, apresentou-se a concurso. Classificado em primeiro lugar e proposto por unanimidade, foi nomeado em Janeiro de 1882.

Antes mesmo de iniciar a sua carreira no magisterio superior, já se consagrava ao tirocinio pratico de sua profissão.

Em 1879, sob a direcção de Vieira Souto e Paula Freitas, tomou parte na organização do projecto das obras do aterro das praias Formosa e dos Lazaros e no levantamento da planta dos terrenos foreiros do Hospital dos Lazaros.

Em 1880, foi convidado pelo conselheiro Borja Castro para o lugar de engenheiro rezidente do reservatorio do França, em Santa Thereza, após o accidente que alli se deu. Com a retirada desse engenheiro e a nomeação do engenheiro Francisco Bicalho, passou, por convite deste, a occupar o lugar de engenheiro chefe do escriptorio das Obras do novo abastecimento d'agua á cidade do Rio de Janeiro.

Nessa nova posição, tomou parte consideravel na organização dos projectos de canalização das aguas da Serra do Commercio, no projecto, direcção e execução do reservatorio do morro do Livramento.

Incompatibilizado pelo decreto Affonso Penna, ainda prestou serviços, propondo a canalização do Xerem e do Man-

tiqueira e a acquisição immediata destes mananciaes, a qual foi levada a effeito.

Passando a occupar-se com industria particular, assumio a direcção do difficil e penoso trabalho de canalização d'agua para as lavras do Assuruá, na comarca de Chique-Chique, Bahia, em extensão de 40 kilometros, sendo preciso educar o pessoal para a execução desse serviço e promover o transporte do material a uma distancia de 400 kilometros da ultima estação da estrada de ferro por caminhos invios e em costas de burros.

Em 1889, quando uma secca temerosa diminuiu o volume d'agua dos mananciaes da cidade do Rio de Janeiro e produziu um verdadeiro clamor publico, foi ainda o dr. Paulo de Frontin, que com arrojo admiravel conseguiu acalmar o espirito publico, promettendo *canalizar agua em 6 dias*. Desse acto, nasceu a iniciativa de se mandar projectar a canalização do Xerem e do Mantiqueira e de se fazer a encommenda do material. Ainda na direcção desse serviço, construiu a ponte da Penha, estabeleceu o deposito de trilhos e fez o ramal para a Estrada de Ferro do Norte.

Em 1890, organizou o projecto de saneamento de Cataguazes. Em Maio desse anno, fundou a Empreza Industrial de Melhoramentos do Brazil, tendo a seu cargo a direcção geral de todos os trabalhos technicos entre os quaes sobresahio a organização dos projectos para o caes do Rio de Janeiro, para as estradas de ferro de Caxias a Cajazeiras, de Catalão a Palmas e de Nazareth ao Crato.

O trabalho, porém, mais importante foi o da Estrada de Ferro Melhoramentos do Brasil, cujo projecto, traçado e execução do trecho mais notavel do Sertão (Raiz da Serra) a Governador Portella e, d'ahi, á Parahyba do Sul, lhe pertencem. Além disso, effectuou o reconhecimento para as ligações com as Estradas de Ferro Leopoldina, Grão-Pará e Sapucahy, fazendo a escolha do traçado preferivel, de que mandou proceder á exploração.

Fez parte em 1896 da importante commissão de saneamento da Capital Federal, sob a chefia do dr. Manoel Vic-

torino, vice-prezidente da Republica, e occupou mais tarde o lugar de Director da Estrada de Ferro Central, cargo que de novo exerceu sob a prezidencia Hermes da Fonseca, prestando notaveis serviços, entre os quaes sobresahe a duplicação da linha da Serra, resolvendo um dos mais graves problemas da economia nacional. Levou ainda os trilhos da E. F. Central do Brazil aos sertões da Bahia e construiu os importantes ramaes de Montes-Claros, Tremembé, Sant'-Anna dos Ferros e Rio das Velhas.

Eleito senador federal na vaga aberta pela renuncia do dr. Sá Freire, tomou desde logo parte activa nos debates da camara alta da Republica, aprezentando diversos projectos em pról do funccionalismo publico e outros vizando a expansão economica do paiz.

MINAS GERAES

Nove annos. — Francisco Antonio de Salles. Eleito em 30 de Janeiro de 1915 para a vaga aberta pela mórte do dr. Feliciano Penna que tambem terminaria o mandato naquella data. Reconhecido em 23 de Abril.

Seis annos. — Francisco Alvaro Bueno de Paiva.

Tres annos. — Bernardo Pinto Monteiro.

S. PAULO

Nove annos. — Francisco Glycerio. Reeleito em 30 de Janeiro de 1915 e reconhecido em 23 de Abril. Falleceu em 12 de Abril de 1916.

Rodrigues Alves (Francisco de Paula Rodrigues Alves). Eleito em 20 de Novembro de 1916; reconhecido em 25 de Dezembro. (1)

Seis annos. — Adolpho Affonso da Silva Gordo.

Tres annos. — Alfredo Ellis.

PARANÁ

Nove annos. — Francisco Xavier da Silva. Reeleito em 30 de Janeiro de 1915; reconhecido a 7 de Junho.

Seis annos. — Manoel de Alencar Guimarães.

Tres annos. — Generoso Marques dos Santos.

SANTA CATHARINA

Nove annos. — Hercilio Pedro da Luz. Reeleito em 30 de Janeiro de 1915 e reconhecido a 23 de Abril.

Seis annos. — Abdon Baptista. Renunciou em 7 de Julho de 1917.

Lauro Müller. Eleito em 26 de Agosto de 1917; reconhecido em 28 de Setembro. (2)

---

(1) Vide 1.o, 2.o e 4.o quatrienios.
(2) Vide 4.o, 6.o e 7.o quatrienios.

Tres annos. — VIDAL JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS. Eleito em 30 de Janeiro de 1915 para a vaga aberta pela renuncia em 28 de Setembro de 1914 do sr. Felippe Schmidt, empossado do governo do Estado. Reconhecido a 23 de Abril de 1915.

RIO GRANDE DO SUL

Nove annos. — PINHEIRO MACHADO (José Gomes Pinheiro Machado). Reeleito em 30 de Janeiro de 1915; assassinado a 8 de Setembro do mesmo anno.

RIVADAVIA DA CUNHA CORRÊA. Eleito em 12 de Dezembro de 1915; reconhecido a 11 de Maio de 1916.

Seis annos. — JOAQUIM AUGUSTO DE ASSUMPÇÃO. Renunciou em 24 de Maio de 1915, poucos mezes antes de fallecer.

HERMES RODRIGUES DA FONSECA. Eleito em 2 de Agosto de 1915; reconhecido a 9 de Setembro seguinte. Renunciou o mandato a 30 do mesmo mez em virtude do assassinato do senador Pinheiro Machado. (1)

LUIZ SOARES DOS SANTOS. Eleito em 12 de Dezembro de 1915; reconhecido em 1.º de Maio de 1916.

Tres annos. — VICTORINO CARNEIRO RIBEIRO MONTEIRO.

---

(1) Vide 5.º e 6.º quatrienios.

MATTO GROSSO

Nove annos. — Antonio Francisco de Azeredo. Reeleito em 30 de Janeiro de 1915; reconhecido a 23 de Abril.

Seis annos. — José Antonio Murtinho.

Tres annos. — José Maria Metello.

GOYAZ

Nove annos. — Eugenio Rodrigues Jardim. Eleito por terminação do mandato do marechal Braz Abrantes em 30 de Janeiro de 1915. Reconhecido a 11 de Maio.

Nasceu em Outubro de 1857 e consagrou-se á carreira das armas. Quando chegou ao posto de major, foi distrahido do exercito para occupar a commissão de Fiscal do Corpo de Bombeiros, lugar que exerceu durante annos com elevada superioridade. Tendo pedido demissão do exercito, reformou-se no Corpo de Bombeiros com a graduação de coronel; e seguio para a Capital de Goyaz, onde fixou rezidencia.

Tendo adquirido, a tres leguas da Capital, uma fazenda de criação, consagrou-se especialmente a essa vida, procurando aperfeiçoar a raça bovina pela introducção de reproductores de puro sangue. Até 1908, conservou-se afastado da politica. Nesse anno, porem, por occasião da scisão politica que se deu entre o dr. Xavier de Almeida e o senador Gonzaga Jayme, sympathisando com a causa do ultimo, que se lhe afigurou com a razão, intrometteu-se na politica, exercendo nella posição de destaque pelas suas virtudes civicas e caracter altivo e nobre.

Foi o senador Eugenio Jardim quem commandou as forças revolucionarias que entraram victoriosas na Capital de

Goyaz no dia 1.º de Maio de 1909, collocando no governo o fallecido coronel José da Silva Baptista, 2.º vice-prezidente do Estado e tio do senador Gonzaga Jayme. Organizado em Goyaz o Partido Democrata, a elle se filiou, sendo hoje o prezidente da respectiva Commissão Executiva.

Foi eleito senador federal, em Janeiro de 1915, por nove annos, em competição com o marechal Braz Abrantes, e é hoje o chefe situacionista de mais prestigio politico no seu Estado.

Seis annos. — Luiz Gonzaga Jayme.

Tres annos. — José Leopoldo de Bulhões Jardim.

Camara dos Deputados

(duzentos e doze reprezentantes)

AMAZONAS

(quatro deputados)

DISTRICTO UNICO

1.º — Antonio Monteiro de Souza.

2.º — Antonio Nogueira.

3.º — Manoel Agapito Pereira.

Nascido em 24 de Março de 1864, no Estado de Pernambuco, foram seus paes, o coronel Manoel Dionysio Pereira e d. Joaquina Emigdia Pereira. Matriculou-se em 1880 na Faculdade de Direito do Recife, tendo terminado o curso em 1884. Foi nomeado em Junho de 1885 Promotor Publico da comarca de Taquaretinga, em Pernambuco, exonerando-se em Outubro do mesmo anno.

Em 1886, foi nomeado Juiz Municipal dos termos de Borba e Manicoré, no Amazonas, cargo que exerceu até

Outubro de 1889, quando foi nomeado Procurador Fiscal da antiga provincia do Amazonas. Em Janeiro de 1890, foi nomeado Promotor Publico de Manáos, Amazonas, cargo que exerceu até ser nomeado em Março de 1891, pelo governo provisorio da Republica, Juiz de Direito da comarca de Labrea, no mesmo Estado.

Organizado constitucionalmente o Amazonas, foi, no mesmo anno, aproveitado como Juiz de Direito da 2.ª vara da capital. Fez parte do 1.º Congresso Constituinte do Estado, renunciando o mandato em Outubro de 1891 para dedicar-se aos deveres do seu cargo de magistrado.

Em 1897, foi nomeado desembargador do Superior Tribunal de Justiça do E. do Amazonas, tribunal que reprezentou no Congresso Juridico-Americano, reunido na Capital Federal em 1900.

Em 1901, foi eleito vice-prezidente, e, em 1902, prezidente do mesmo Tribunal, aposentando-se em 1903.

Em 1912, foi eleito deputado estadoal á Assembléa Legislativa do Amazonas, e, depois, prezidente em 1913. Reformada a Constituição do Estado e eleita a Assembléa Legislativa, foi renovado o seu mandato e escolhido ainda para prezidente em 1914.

Foi eleito deputado federal pelo Amazonas á 9.ª legislatura (1915-1917).

Jurisconsulto e homem de lettras, é um dos espiritos mais brilhantes da reprezentação amazonense.

4.º — Ephigenio Ferreira de Salles.

Nascido em 1877, na cidade do Serro, E. de Minas-Geraes, fez os estudos preparatorios em Petropolis, no *Caraça* e no *Collegio S. Vicente de Paulo* e formou-se em direito pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, em 1912. Exerceu em S. Paulo o cargo de professor publico (1897), e, dahi, partiu para o Amazonas, onde fez toda a campanha do Acre.

Em Manaos, exerceu o jornalismo e alguns empregos publicos, tendo sido nomeado, ha cinco annos, distribuidor geral do fôro.

No Rio de Janeiro, exerceu diversos cargos publicos e leccionou nos collegios *Diocesano* e *S. Vicente de Paulo.*

Foi eleito deputado federal á 9.a legislatura, como candidato avulso.

Na Camara, discutio com proficiencia as questões ligadas ao progresso do Amazonas e foi um dos dez signatarios do Projecto Dunshee contra a *Black-List,* imposta ao commercio do Brazil pelo governo inglez.

PARÁ

(sete deputados)

DISTRICTO UNICO

1.o — Justiniano de Serpa.

2.o — Theotonio Raymundo de Britto.

3.o — Antonio Passos de Miranda Filho.

4.o — Heitor Castello Branco.

Nascido em 18 de Março de 1877, na cidade de Therezina, E. do Piauhy, foram seus paes Mariano Gil Castello Branco e d. Candida B. Castello Branco (barão e baroneza de Castello Branco).

Concluio o curso de preparatorios no Externato do Gymnasio Nacional, do Rio de Janeiro, em Janeiro de 1895, matriculando-se em seguida no primeiro anno da Faculdade Livre de Direito. Transferindo, em 1897, a sua matricula para a Academia do Recife, alli se bacharelou em Dezembro de 1898, em Sciencias Juridicas e Sociaes. Quando estu-

dante nessa cidade fez parte da redacção do *Congresso Academico*, tendo sido o vice-prezidente do Gremio de que esse jornal era orgão na imprensa.

Formado que foi, regressou ao seu Estado natal, sendo logo nomeado professor de Historia do Brazil, no Lyceu Piauhyense, e, em seguida, procurador da Republica na secção do mesmo Estado.

Fundou e redigiu em Therezina *A Noticia* — primeiro jornal diario com serviço telegraphico que surgio naquella cidade.

Envolvendo-se na politica de sua terra, da qual seu velho pae era um luctador desilludido, della bem depressa se aborreceu, resolvendo por isto solicitar exoneração dos cargos que exercia e partiu para o Pará, para onde se transportou em Novembro de 1900.

Ao chegar a Belém, ainda sob o governo Paes de Carvalho, foi nomeado Inspector Escolar, e, neste caracter, fez parte do Congresso Pedagogico que naquelle tempo se inaugurara alli.

Em Fevereiro de 1901, foi nomeado Prefeito de Policia da Capital do Estado, cargo que exerceu pelo espaço de anno e meio, quando o deixou para assumir a Directoria do Lyceu Paraense e uma cadeira do Instituto Civico Juridico.

Por esta epocha, fundando-se a Academia de Direito do Pará, foi designado para reger, como lente substituto, a cadeira de Theoria e Pratica do Processo.

Por quatro annos, esteve no exercicio desses cargos, exonerando-se delles em 1906, quando foi chamado a dirigir a Escola Normal do mesmo Estado. Em 1909, foi eleito deputado estadual á Assembléa Legislativa do Estado do Pará. Foi redactor da *Provincia do Pará* e membro da commissão executiva do P. R. C. e senador estadual pelo Pará, tendo occupado nessa casa do Congresso o cargo de 2.º secretario. Fez parte do Directorio do Partido Republicano Paraense, fundado pelo dr. Enéas Martins, e é director-proprietario do *Diario de Belém.*

Em 1915, foi eleito deputado federal pelo Estado do Pará á 9.ª legislatura (1915-1917).

5.º — José Barbosa Rodrigues.

Nascido em Março de 1872, no Estado do Pará, foram seus paes Candido José Rodrigues e d. Evangelina Barbosa Rodrigues. Fez os estudos preparatorios em Belém e bacharelou-se em sciencias juridicas e sociaes na Faculdade de Direito de S. Paulo. De 1895 a 1906, foi advogado e jornalista politico na capital do seu Estado natal. Veio, então, para a Capital Federal, onde exerce o cargo de chefe de secção na Directoria de Instrucção Municipal.

Foi eleito deputado federal á 9.ª legislatura pelo Estado do Pará.

Espirito lucido e talento empolgante, dotado de uma fina cultura litteraria, os seus discursos parlamentares notabilizaram-se sempre pela pureza do estylo e pelo brilho dos argumentos.

6.º — Bento José de Miranda.

Nascido a 20 de Julho de 1866, na ilha de Marajó, Estado do Pará, na fazenda S.ta Maria de propriedade da firma Barata, Paiva & Comp. da qual fazia parte o seu progenitor, foram seus paes o coronel Raymundo José de Miranda e d. Maria Barboza de Miranda, ambos já fallecidos.

Dotado de bello talento e muito estudioso, fez o seu curso de humanidades no Seminario de Nossa Senhora do Carmo, durante o episcopado do eminente prelado brazileiro, D. Antonio de Macedo Costa, sob o reitorado dos grandes educadores paraenses, conegos José Pinto Marques e Raymundo Moniz, e, mais tarde, no Lyceu Paraense, hoje Gymnasio Paes de Carvalho, sob a direcção dos provectos educadores leigos, doutores Corrêa de Freitas e Americo Marques de S.ta Roza.

Em 1886, seguio para o Rio de Janeiro, onde no fim d'esse anno prestou o exame do curso annexo que consistia em mathematicas elementares e desenho linear geometrico,

tendo sido seu explicador o engenheiro Raymundo de Castro Maia. No anno seguinte, matriculou-se na Escola Polytechnica, tendo terminado em 1888 o Curso Geral, em que conquistou a medalha Gomes Jardim, instituida pelo professor d'este nome e destinada ao alumno que alcançasse melhores notas no curso. Por occasião da proclamação da Republica, occupava o cargo de prezidente do Centro Republicano da Escola Polytechnica, assentando praça no batalhão academico, onde alcançou o posto de sargento, tendo aquartelado com a Escola Militar no quartel de Artilharia de S. Christovam depois do levante do dito corpo.

Terminou o curso de engenharia civil em principio de 1891 com a approvação distincta em exercicios praticos de hydraulica.

De 1891 a 1892, fez parte da commissão que, chefiada pelo engenheiro Antonio da Costa Lage, explorou um ramal da grande estrada tronco de S. Paulo a Rio Grande, a partir da garganta do Iraty em rumo de Guarapuava, no Estado do Paraná, estrada que, dessa cidade, devia seguir em demanda do Salto das Sete Quédas, no Paraná, e penetrar na Republica do Paraguay.

Em 1892, terminada essa commissão, seguio para o seu Estado natal, onde foi nomeado, pelo então governador dr. Lauro Sodré, engenheiro de 1.ª classe da Repartição de Obras Publicas, Terras e Colonização, cargo em que dirigio a construcção por administração do edificio destinado aos educandos artifices paraenses, hoje denominado «Instituto Lauro Sodré»; projectou e fiscalizou a construcção do trapice metallico da Recebedoria do Estado, assim como de diversas pontes-trapiches do interior.

Mais tarde, foi nomeado professor interino da cadeira de mathematica superior do Lyceu Paraense, a qual constava de algebra superior, calculo differencial e integral, geometria analytica e descriptiva.

Por decreto do marechal Floriano Peixoto, foi nomeado professor de mecanica racional da Escola de Machinistas e Pilotos do Pará, hoje chamada Escola de Marinha Mercante.

Em 1906, entrou para o Partido Republicano Paraense, com a sua eleição para deputado estadoal no triennio de 1906 a 1908; foi reeleito nas duas legislaturas seguintes de 1909 a 1911 e de 1912 a 1914, tendo occupado cargos nas commissões de Obras Publicas e Finanças.

Foi eleito deputado federal pelo Partido Republicano do Pará em 1915 para a legislatura de 1915 a 1917.

Não tem nenhum trabalho publicado. As suas producções consistem em licções nos cursos que tem praticado, e em conferencias, discursos, cartas da Exposição de S. Luiz e orações parlamentares.

Collaborou no *Estado do Pará*, orgão que se publica em Belém, desde 1911 a 1914.

Actualmente, além das suas funcções legislativas, dedica-se ao professorado na Escola de Marinha Mercante e á direcção das fazendas de criação que, de sociedade com seus irmãos e sobrinhos, possúe no municipio da Cachoeira, em Marajó, sob a razão social de Miranda, Irmãos & C.ª.

7.º — João Hosannah de Oliveira.

MARANHÃO

(sete deputados)

DISTRICTO UNICO

1.º — Arthur Quadros Collares Moreira.

2.º — Francisco da Cunha Machado.

3.º — Luiz Carvalho.

Nascido em 25 de Agosto de 1880 em Oeiras, antiga capital do Piauhy, foram seus paes Cynobellino Ferreira de Carvalho e d. Rosalia Francisca Mendes de Carvalho.

Em 1894, veiu para S. Luiz do Maranhão, onde fixou domicilio. Fez os estudos preparatorios no Lyceu Maranhense e, depois de brilhantissimo curso, bacharelou-se em sciencias juridicas e sociaes na Faculdade de Direito do Recife, em 1906, tendo obtido approvações distinctas nos exames de 15 cadeiras dentre as 16 de que se compunha o curso.

Advoga no Maranhão desde 1907, tendo exercido o logar de fiscal do governo federal junto ao Lyceu Maranhense.

Foi eleito deputado ao Congresso Legislativo do Maranhão na legislatura de 1907-1909 e reeleito, successivamente, para as de 1910-1912, 1913-1915 e 1916-1918, tendo feito parte das principaes commissões permanentes e tendo exercido o logar de 1.º secretario na legislatura de 1915. Foi eleito deputado federal á 9.ª legislatura. Na Camara, fez parte da commissão de petições e poderes. Estreou justificando um projecto, logo convertido em lei, isentando dos direitos aduaneiros as machinas destinadas ao beneficiamento do côco da palmeira babassú (orbignia martiana).

Foi socio fundador da *Officina dos Novos,* sociedade litteraria com séde em S. Luiz e da *Sociedade dos Homens de Lettras* do Rio de Janeiro.

Pertenceu ao corpo redaccional do *Jornal da Manhã* e da *Pacotilha* e foi director e um dos proprietarios do *Diario do Maranhão,* na sua ultima phase.

Tem dois livros a publicar: *Ambula,* versos — e *Primeiras Aguas,* contos. O seu nome vem incluido entre os dos collaboradores do *Novo Diccionario da Lingua Portugueza,* de Candido de Figueiredo (2.ª edição) e figura entre os dos poetas e jornalistas maranhenses em *Os Novos Athenienses,* de Antonio Lobo.

4.º — Agrippino Azevedo.

5.º — Dunshee de Abranches (João Dunshee de Abranches Moura).

6.º — Coelho Netto (Henrique).

7.º — Luiz Domingues (Luiz Antonio Domingues da Silva).

PIAUHY

(quatro deputados)

DISTRICTO UNICO

1.º — Felix Pacheco (José Felix Alves Pacheco). Renunciou em 25 de Janeiro de 1916. Foi reeleito em 20 de Agosto de 1916 e reconhecido em 28 de Setembro do mesmo anno.

2.º — Elias Firmino de Souza Martins.

3.º — Joaquim de Lima Pires Ferreira.

4.º — Antonino Freire da Silva.

CEARÁ

(dez deputados)

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — Thomaz de Paula Pessoa Rodrigues.

Nascido no Ceará e portador de um nome illustre nas lettras juridicas, é formado em direito.

Tendo fixado rezidencia no Rio de Janeiro, ahi abrio banca de advogado, tendo sido algum tempo delegado de policia.

Reprezentante ardoroso da opposição organizada no Ceará contra o partido chefiado pelo dr. Nogueira Accioly, partido que, largos annos, dominou o Estado, tomou parte saliente no movimento armado que depoz aquella facção do poder.

Triumphante o seu grupo no Ceará, conseguiu ser eleito deputado federal á 9.ª legislatura (1915 a 1917).

Continúa a advogar no Rio de Janeiro.

2.º — MANOEL MOREIRA DA ROCHA.

3.º — GUSTAVO DODT BARROSO.

Nascido em 29 de Dezembro de 1888, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, foram seus paes o coronel Antonio Felino Barroso e d. Anna Dodt Barroso. Bacharel em sciencias juridicas e sociaes pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, foi professor da Escola de Menores da Policia do Rio de Janeiro, lente do Gymnasio de Petropolis e secretario da Superintendencia da Defesa da Borracha. No seo Estado natal, foi deputado ao Congresso Legislativo e secretario do Interior na administração Benjamin Barroso. Foi redactor do *Jornal do Ceará*, do *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, director do *Diario do Estado* (de Fortaleza), collaborador d' *O Paiz*, *Gazeta de Noticias*, *Jornal do Braxil*, *Rua*, *Careta*, etc. E' membro do Iustituto Historico e Geographico do Ceará e da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro.

Fino homem de lettras, dotado de bello talento e de um espirito profundamente observador, publicou os seguintes livros: *Terra de sol* (natureza e costumes do Norte). *Praias e varzeas* (contos). *Idéas e palavras* (estudos, chronicas e artigos), e *Heróes e bandidos* (os cangaceiros do Nordéste). Tem promptos a imprimir: *Pergaminhos*, *O Rei do Sertão*, *Ao som da viola*, *Cinzas dos seculos* e *Quasi*.

4.º — Eduardo Thomé de Saboya.

5.º — José Lino da Justa.

Nascido na cidade de Pacatuba, Ceará, em 23 de Setembro de 1862, é filho legitimo do dr. José Antonio da Justa e d. Joanna Costa da Justa. Seu pae foi o primeiro engenheiro agronomo brazileiro que fez o curso completo em 1859 na antiga escola imperial de Grignon e sua mãe é irmã do poeta popular Juvenal Galeno.

Fez o curso de medicina na Academia da Bahia, onde recebeu o gráo em 1889, tendo antes feito o curso de pharmacia.

Voltando ao Ceará, clinicou em Fortaleza durante muito tempo, sendo medico do hospital da Santa Casa e, por espaço de dez annos, inspector de hygiene do Estado.

Professor de physica e chimica da Escola Normal, foi demittido arbitrariamente em 1892 por effeito da revolução que depoz o general Clarindo de Queiroz, prezidente do Estado.

Collaborou em quasi todos os jornaes de Fortaleza e fundou o *Diario do Estado* com os drs. Justiniano de Serpa e Alvaro Souza Mendes.

Exerceu o cargo de fiscal federal junto ao Lyceu do Ceará por mais de cinco annos.

Quando houve a intervenção federal no Estado em 1912, foi secretario do Interior no governo provisorio do coronel Setembrino de Carvalho e, no anno seguinte, desempenhou as funcções de secretario da Justiça na prezidencia do coronel Benjamin Barrozo.

Deputado federal pelo 2.º districto na legislatura de 1915 a 1917, exerceu o mandato com grande distincção.

SEGUNDO DISTRICTO

6.º — Alvaro Octacilio Nogueira Fernandes.

Doutor em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, nasceu a 14 de Setembro de 1875 na cidade de Quixera-

mobim, Estado do Ceará. Foram seus paes o dr. Cornelio José Fernandes (medico pela Faculdade da Bahia) e d. Maria das Dôres Nogueira Fernandes, já fallecidos. Matriculou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1893, tendo feito o curso preparatorio no Gymnasio Cearense e Lyceu do Ceará. Defendeu these em 31 de Janeiro de 1899 e recebeu o gráo de doutor em medicina a 3 de Fevereiro do mesmo anno, sendo, nesse acto, o orador official da sua turma da qual foi paranympho o saudoso professor Francisco de Castro, cuja allocução em tal momento muito recommenda o doutorando. Foi interno de clinica psychiatrica do professor Teixeira Brandão, do 3.º ao 6.º anno.

Desempenhou o mandato legislativo á Assembléa do Ceará, mandato que perdeu por ter sido eleito deputado federal pelo mesmo Estado para a legislatura de 1915-1917. Tem produzido varios trabalhos escriptos e oraes, entre os quaes avulta a sua these de doutoramento: *Moral Insanity (A questão da Loucura Moral, tratada sob o triplice criterio da psychologia positiva, do diagnostico clinico e da therapeutica juridica)*, approvada com distincção. Produziu na Camara Federal dois discursos: no primeiro, de estreia parlamentar (Ceará — O mal e os remedios), estudou o problema do nordeste brazileiro, procurando esteiar em dados physiographicos a explicação da anomalia meteorica, occorrente naquella região, e propoz medidas accordes com o ponto de vista do auctor. No segundo, versando sobre a campanha de saneamento do Brazil, defendeu o paiz de increpações injustificaveis, attinentes á salubridade de seu clima e á fortaleza de sua raça emergente. Exerce a clinica medica na Fortaleza.

7.º — Eduardo Studart.

8.º — Frederico Augusto Borges.

9.º — Vicente Osorio de Paiva.

Nascido na Fortaleza, Ceará, em 21 de Agosto de 1849, dedicou-se á carreira das armas, na qual prestou relevantes serviços á Patria. Filho legitimo do coronel Antonio Pereira de Britto e Paiva e d. Anna Joaquina da Conceição e Paiva, foi praça de 14 de Setembro de 1871. Alferes a 28 de Junho de 1876, foi promovido a tenente em 27 de Agosto de 1880; a capitão, em 31 de Outubro de 1885; a major, por merecimento, em 17 de Março de 1890; a tenente-coronel graduado, em 26 de Dezembro de 1893; a effectivo em 9 de Março de 1894; a coronel, em 15 de Novembro de 1897, por merecimento; e a general de brigada em 10 de Dezembro de 1908. Reformou-se com a graduação de marechal em 7 de Dezembro de 1912, contando 42 annos de serviço.

Possue o curso de artilharia pelo Regulamento de 1874 e a medalha de ouro de merito militar. No Imperio, recebeu a insignia de Cavalleiro da Ordem de Aviz.

Como militar, servio em numerosas e importantes commissões. Na Brigada Policial, foi tenente-coronel commandante do 2.º batalhão e coronel commandante do Regimento de Infanteria. Desse cargo, foi exonerado na prezidencia Campos Salles. Como general do exercito, commandou a 1.ª Região Militar, no Amazonas; a 7.ª na Bahia, e a 1.ª, em S. Paulo.

Como politico, tomou parte saliente nos movimentos contra o partido chefiado no Ceará pelo ex-senador Nogueira Accioly.

Pleiteou diversas vezes uma cadeira de senador pela sua terra natal em comicios memoraveis; e, finalmente, em 1912, foi eleito deputado federal á 9.ª legislatura pelo 2.º districto do Estado.

10.º — Ildefonso Albano.

Nascido em 12 de Fevereiro de 1885, em Fortaleza, E. do Ceará, foram seus paes José Albano e d. Maria d'Abreu Albano. Fez os estudos preparatorios nos collegios: «Stella

matutina» — Feldkirch — Austria; «École livre de S. François de Sales» — Evreux — França; e «Stanyhurst College» — Lancashire — Inglaterra.

Matriculou-se na Faculdade de Direito do Ceará, abandonando o curso, quando foi nomeado Intendente Municipal de Fortaleza, cargo que exerceu de 18 de Julho de 1912 a 18 de Março de 1914. Exerceu, por varias vezes, interinamente, o cargo de Consul Imperial da Allemanha no Ceará, tendo sido nomeado effectivo em 1912. Pediu demissão do referido cargo em 1914.

É, desde 1914, director da Associação Commercial do Ceará e exerce a profissão commercial nesse Estado.

Collaborou na «Folha do Povo» e na «Revista Commercial» e publicou Relatorio á Camara Municipal de Fortaleza (10 de Junho de 1914). Tem a publicar: «Notas sobre a cultura algodoeira no Ceará» — offerecidas á Conferencia de Pecuaria de 1917.

Foi eleito deputado federal pelo 2.º districto do Ceará em 1915.

RIO GRANDE DO NORTE

(quatro deputados)

DISTRICTO UNICO

1.º — José Augusto Bezerra de Medeiros.

Filho legitimo do coronel Manoel Augusto Bezerra de Araujo e d. Candida Olinda Roque de Araujo, nasceu a 22 de Setembro de 1884 na cidade de Caicó, Estado do Rio Grande do Norte. Após um brilhante curso de humanidades, matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife, pela qual se formou em Dezembro de 1905. Do que foi a sua passagem pela tradiccional faculdade, do que foi o seu curso juridico feito com as melhores notas academicas, temos a prova no facto de ter sido o joven bacharel escolhido para orador da sua turma. Logo após a sua formatura, ainda

em 1905, era nomeado para o cargo de procurador da Republica na secção do Rio Grande do Norte.

Em 1906, era nomeado professor de historia do Atheneu Norte Riograndense. Em 1907, passou a ser fiscal do Governo Federal junto ao Collegio Abilio, do Rio de Janeiro. Em 1908, voltando ao seu Estado, era novamente approveitada a sua capacidade no cargo de professor de geographia do Atheneu Norte Riograndense, no qual, em 1909, passou a reger a cadeira de instrucção civica e direito uzual. Em 1910, assumia a direcção daquelle importante estabelecimento estadual de ensino secundario. Em 1911, era a sua brilhante vocação para o ensino novamente posta á prova, sendo chamado ao exercicio do alto cargo de director geral da instrucção publica do seu Estado. Em 1912, era nomeado Juiz de Direito da Camara do Caicó. Em 1913, era chamado a exercer as delicadas funcções de chefe de policia, e, nesse mesmo anno, eleito deputado estadual e escolhido para *leader* da maioria do Congresso Legislativo do Estado. Em 1914, a administração publica do Rio Grande do Norte reclamava o seu concurso no importante cargo de Secretario Geral do Estado. Em 1915, era eleito deputado ao Congresso Constituinte do Estado, reunido em Março e, emfim, em Abril vinha tomar parte nas sessões da 9.a legislatura do Congresso Nacional, para a qual fôra suffragado nas eleições de 31 de Janeiro do mesmo anno. Na Camara Federal, fez parte da commissão de Instrucção Publica, aprezentou um longo projecto sobre a reforma do ensino nacional e proferio sobre o assumpto importantes discursos.

Tem publicado os seguintes trabalhos:

— *Liga de Ensino* — Natal — 1911;

— *Pela educação nacional* — 3 volumes — (1915 a 1916) — contendo os discursos pronunciados na Camara dos Deputados.

2.º — Juvenal Lamartine de Faria.

3.º — ALBERTO MARANHÃO.

4.º — AFFONSO MOREIRA DE LOYOLA BARATA.

Nascido em Natal, Rio Grande do Norte, em 20 de Setembro de 1862, é filho do coronel Urbano Joaquim Loyola Barata.

Estudou preparatorios em Natal e no Gymnasio Pernambucano, de Recife. Matriculou-se em 1883 na Faculdade de Medicina da Bahia, recebendo o grau de doutor em 1888. Foi clinicar em Natal, como medico adjunto do exercito. Eleito deputado á Constituinte do Estado em 1891, foi mais tarde exercer a medicina no Pará. Em Belém, foi nomeado em 1895 medico regional da Directoria de Hygiene.

Em 1898, regressou a Natal. Foi ahi inspector da Saúde do Porto e medico do Asylo de Alienados.

Em 1915, foi eleito deputado federal á 9.ª legislatura (1915 a 1917).

PARAHYBA

(cinco deputados)

DISTRICTO UNICO

1.º — FRANCISCO CAMILLO DE HOLLANDA. Renunciou em 22 de Outubro de 1916, só sendo preenchida a vaga em 1917.

SOLON BARBOZA DE LUCENA. Eleito em 4 de Setembro de 1917, reconhecido a 22 de Outubro.

Nascido na Parahyba, dedicou-se desde muito joven ao magisterio. Exercendo o professorado publico em Bananeiras, foi eleito deputado á assembléa legislativa do Estado em 1913. Escolhido logo para prezidente, dirigio os trabalhos parlamentares quando teve de substituir no governo do Estado o coronel Antonio Pessôa, cabendo-lhe assim completar o quatrienio prezidencial iniciado pelo dr. Castro

Pinto. Em 1917, foi eleito deputado federal na vaga aberta pela renuncia do dr. Camillo de Hollanda, empossado do governo da Parahyba.

2.º — João Maximiano de Figueiredo.

3.º — José Antonio Maria da Cunha Lima.

4.º — Octacilio Camello de Albuquerque.

Nascido em 21 de Fevereiro de 1874, na cidade de Areia, Estado da Parahyba, foram seus paes João Aureliano Camello de Albuquerque e d. Marianna Leonor Borges da Fonseca. Estudou preparatorios no seu estado natal e formou-se em medicina na Faculdade do Rio de Janeiro. Foi interno de clinica propedeutica a cargo do Prof. Francisco de Castro, no Rio de Janeiro. Na Parahyba, foi prefeito de Areia; prefeito da capital do Estado; delegado de hygiene em Areia; deputado estadoal; lente do Lyceu e da Escola Normal. Em 1915, foi eleito deputado federal á nona legislatura.

Foi redactor dos *Annaes do Gremio dos Hospitaes*, collaborou na *Verdade* e *Libertador* (Areia) e n'*O Norte* e n'*A União* (Parahyba).

Publicou: — *Impaludismo no Rio de Janeiro*, these; e tem a editar — *Discursos politicos*.

5.º — Antonio Simeão dos Santos Leal.

PERNAMBUCO

(dezesete deputados)

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — Balthazar de Albuquerque Martins Pereira.

2.º — MANOEL ANTONIO PEREIRA BORBA. Renunciou o mandato por ter assumido o cargo de Governador de Pernambuco em 18 de Dezembro de 1915.

MANOEL GOUVEIA DE BARROS.

Nascido em 1881, no municipio de Bonito, Pernambuco, fez os estudos preparatorios no Curso Annexo á Faculdade de Direito do Recife e no Gymnasio Pernambucano. Matriculando-se em 1899 na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, fez um curso brilhante, doutorando-se em 1905 e tendo sido a sua these sobre — *O crescimento e seu papel em pathologia* — approvada com distincção.

Em 1907, passou a rezidir em Recife, onde iniciou a clinica. Em 1912, era nomeado Director de Hygiene e Saúde Publica do Estado, cargo que exerceu até 1916, prestando relevantissimos beneficios á população. Coube-lhe promover a reforma de todos os serviços sanitarios, ampliando uns e creando outros, de modo a dar toda a efficiencia e rigôr scientifico ás practicas sanitarias. Organizou o *Codigo Sanitario do Estado;* e, sob sua direcção, foram extinctas no Recife a peste bubonica, a febre amarella e a variola, que eram alli endemicas. Instituio ainda na capital do Estado um serviço modelar de Assistencia Publica.

Eleito deputado federal em 1916, foi logo escolhido para a Commissão de Saúde Publica, á qual aprezentou notaveis pareceres.

Tem publicado os seguintes trabalhos:

— *Ensaio de um estudo synthetico do crescimento e do seu papel em pathologia;*

— *Magnetismo, hypnotismo e sugestão;*

— *Prophylaxia do crime e tratamento do criminoso;*

— *Prophylaxia da variola e a legislação nacional e inter-nacional em referencia com o segredo profissional e a notificação obrigatoria;*

— *Prophylaxia da febre amarella no Recife* (1912);

— *A Hygiene no tempo e no espaço* (discurso);

— *O problema fundamental do Brazil* (discurso na Camara dos Deputados aprezentando um projecto sobre saneamento do Brazil (1916).

3.º — Adolpho Simões Barbosa.

4.º — João Elysio de Castro Fonseca.

Nascido em 16 de Abril de 1862, na cidade de S. José, Estado de Santa Catharina, foram seus paes o bacharel Augusto Elysio de Castro Fonseca, que falleceu em 1876 no Maranhão, como juiz de direito do Codó, e d. Maria Rita de Aguiar Fonseca, fallecida em 1911. Fez os estudos preparatorios no Maranhão nos collegios «Sergio Bayma» (S. Luiz) e «Dr. Joaquim Lobão» (Caxias) e, no Recife, no Curso Annexo da Faculdade de Direito. Matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife em Março de 1879 concluindo o curso em Dezembro de 1883. Defendeu these e recebeu o grao de doutor na referida Faculdade em 1889. Exerceu em 1884 o cargo de promotor publico de Manáos, Estado do Amazonas. Ainda no mesmo anno, deixou o citado logar para ser nomeado chefe de secção da Secretaria do Governo do mesmo Estado, na qual permaneceu até 1885.

Em 1886, de conformidade com a lei do ensino em vigor, obteve da Congregação da Faculdade de Direito permissão para ter um curso livre no edificio da propria Faculdade, sobre as materias do 1.º anno. Em 22 de Novembro de 1890, foi nomeado lente substituto da Faculdade de Direito, tomando posse a 19 de Dezembro do mesmo anno. Em principio de 1891, em virtude da Reforma Benjamin Constant, foi nomeado lente cathedratico de Theoria do Processo Civil, Commercial e Criminal. Com a reforma Epitacio Pessôa, foi collocado em disponibilidade por ter sido supprimida a cadeira. Feita a reforma Rivadavia, restabelecida a cadeira, voltou ao magisterio.

Em 1901, foi eleito deputado ao Congresso Estadoal de Pernambuco, tendo sido reeleito para as legislaturas de 1904-1906 e 1907-1909, exercendo em todas essas legislaturas com grande brilho as funcções de *leader* da maioria

Em 1910, foi eleito senador ao Congresso Estadoal de Pernambuco, tendo sido reeleito para a legislatura de 1913-1915, sendo que, nesta legislatura, foi o *leader* da minoria opposicionista ao governo Dantas Barreto.

Em 1907, exerceu, por pouco tempo, o logar de prefeito municipal de Iguassú. Em 1914, como senador estadoal, para obstruir a passagem de um projecto de reforma judiciaria, de que o governo carecia para o fim de fazer desapparecer a appellação *ex-officio* nos julgamentos proferidos pelo Jury, foi obrigado a fallar durante 13 horas e meia.

Collaborou, quando estudante, nos seguintes jornaes: *Folha do Norte*, *Opinião*, e, mais tarde, no *Jornal do Recife*, no *Pernambuco* e no *Estado de Pernambuco*, do qual foi um dos fundadores.

Publicou, além de diversas memorias sobre assumptos juridicos, theses de concurso, etc., as seguintes obras: — *Interpretação das leis*; *Erro e ignorancia do Direito*; *Differença entre a guerra continental e maritima*; *Adopção em nosso Direito* e *Fundamento da propriedade*.

Advoga, ha muitos annos, na cidade do Recife, tendo sido eleito deputado federal pelo 1.º districto de Pernambuco á presente legislatura. Alem de dotado de bello talento, possúe larga cultura juridica e litteraria.

5.º — THOMAZ LINS CALDAS FILHO.

Nascido em 1868 na cidade do Recife, Pernambuco, é filho do coronel Thomaz Lins Caldas e d. Carolina Lins Caldas.

Depois de um solido curso secundario, effectuado na mesma cidade do Recife, matriculou-se na Faculdade de Direito, formando-se em 19 de Dezembro de 1890 em sciencias juridicas e sociaes.

Ainda estudante, foi auxiliar de escripta da 5.ª Divisão da Estrada de Ferro Central de Pernambuco.

Designado em 1890 para delegado do ensino primario do Recife, era nomeado no anno seguinte promotor publico de Therezina, no Piauhy. Pouco tempo ahi se demorou, regressando a Pernambuco e sendo nomeado promotor publico de Páo d'Alho. Transferido para o Recife em 1895, exerceu o cargo até 1906, quando passou a pertencer ao corpo docente da Faculdade de Direito. Conquistou nesse instituto a entrada por um brilhante e disputado concurso, em que tirou o 1.º logar. Coube-lhe a secção de Philosophia do Direito e Direito Romano.

Além de jurisconsulto, é fino litterato e jornalista. Foi um dos redactores d'*A Epoca*, jornal conservador, publicado em Pernambuco em 1888.

Deputado ao Congresso do Estado de 1913 a 1915, foi neste ultimo anno eleito deputado federal á 9.ª legislatura (1915 a 1917).

6.º — FREDERICO JOÃO LUNDGREEN.

SEGUNDO DISTRICTO

7.º — ANTONIO JOSÉ DA COSTA RIBEIRO.

8.º — JULIO CARNEIRO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO.

Nascido em Pernambuco, formou-se pela Faculdade do Recife em sciencias juridicas e sociaes.

Além de advogado, consagrou-se á vida agricola, fundando na sua terra natal importante uzina de assucar.

Adversario intransigente do senador Roza e Silva, moveu-lhe sempre forte opposição no interior do Estado e alistou-se, afinal, nas fileiras dos que organizaram a reacção armada que deu em resultado a elevação ao governo do Estado do general Dantas Barreto.

Com este ficou mais tarde, quando se operou a scisão no partido democrata.

Eleito deputado federal á 9.ª legislatura (1915 a 1917), manteve-se sempre ao lado dos seus collegas, fieis á direcção do general Dantas Barreto.

9.º — RODOLPHO ALBUQUERQUE DE ARAUJO.

Nascido em 27 de Abril de 1860, no engenho *Maravilha*, do então municipio de Escada, hoje Amaragy, é filho legitimo do coronel Antonio Maria de Araujo e d. Maria de Albuquerque Mello Araujo.

Formado pela Faculdade de Direito do Recife em Novembro de 1884, exerceu os cargos de chefe de secção do Archivo da Secretaria do Governo da antiga Provincia, de official maior da mesma e, depois, de secretario geral do Estado, ao se proclamar a Republica. Lavrou então com seu proprio punho o termo de juramento e posse do governador provisorio, general José de Aguiar Cerqueira Lima, que era na época o commandante das armas em Pernambuco.

Por occasião do movimento de 18 de Dezembro de 1891, quando foi deposto o governador, Barão de Contendas, era um dos quatro secretarios de Estado, sendo os outros os drs. José Maria de Albuquerque Mello, Arthur Orlando e Coelho de Moraes. Deixou então a carreira burocratica afim de se dedicar á vida agricola.

Trabalhou pela propaganda abolicionista ao lado de Joaquim Nabuco, José Mariano, Martins Junior, João Ramos, Barros Sobrinho e Phaelante da Camara.

Filiado ao partido democrata e opposicionista á facção Rosa e Silva, o movimento revolucionario de 1911 encontrou no seu esforço um elemento poderoso em prol da candidatura Dantas Barreto ao governo do Estado.

Eleito deputado ao Congresso Pernambucano, não tardava em 1915 a ser elevado á Camara Federal na 9.ª legis-

latura. Pouco poude participar das sessões desta ultima por não o permittirem os interesses da sua importante usina de assucar.

Latinista consummado e eximio cultor do vernaculo, possúe bello preparo scientifico.

Na recente scisão do Partido Democrata, rompeu com o governador Manoel Borba e ficou fiel ao general Dantas Barreto, recuzando, porém, occupar qualquer posição electiva dentro ou fóra de Pernambuco.

10.º — Manoel Netto Carneiro Campello.

11.º — Estacio de Albuquerque Coimbra.

12.º — José Augusto do Amaral. Falleceu em 1 de Janeiro de 1916.

Fabio da Silveira Barros. Eleito em 25 de Junho de 1916 e reconhecido em 8 de Agosto do mesmo anno, na vaga do sr. Augusto do Amaral.

Nascido em 16 de Outubro de 1866, no municipio de Gamelleira, E. de Pernambuco, foram seus paes o coronel Francisco de Barros Vellozo da Silveira e d. Maria Honoria Vellozo da Silveira. Fez todo o curso preparatorio no Collegio S. José, na Bahia, e formou-se em medicina em 1888 pela Faculdade de Medicina da Bahia. Foi eleito conselheiro municipal do Recife em 1892, sendo escolhido para occupar o cargo de 1.º secretario. Foi inspector federal agricola do 8.º districto, com séde em Recife, de 3 de Janeiro de 1911 a 9 de Junho de 1913.

Em 1912, foi eleito senador ao Congresso Legislativo de Pernambuco, tendo sido reeleito até a presente data e occupando a prezidencia da referida assembléa.

Publicou a these de doutoramento e foi fundador do *Estado* e redactor d'*A Republica*.

Exerceu a clinica no Recife desde 1888 até 1895, quando se dedicou á vida agricola industrial, cultivo de canna e fabricação de assucar, profissões que continúa a exercer actualmente.

Em 1916, foi eleito deputado federal pelo E. de Pernambuco.

TERCEIRO DISTRICTO

13.º — Aristarcho Xavier Lopes.

14.º — Gervasio Fioravante Pires Ferreira.

Nascido em 13 de Fevereiro de 1870, no Recife, Estado de Pernambuco, foram seus paes o Dezembargador Gervasio Campello Pires Ferreira e d. Zelinda Fioravante Pires Ferreira. Terminou os preparatorios em Fevereiro de 1885 matriculando-se em seguida na Faculdade de Direito do Recife, onde terminou o curso e recebeo o diploma de bacharel em 15 de Novembro de 1889. No anno seguinte, foi nomeado Promotor Publico do Recife, cargo que exerceu até o mez de Janeiro de 1893. Dessa data até 14 de Dezembro de 1896, foi professor particular e advogado. Tendo prestado concurso para a secção de Direito Criminal da Faculdade de Direito do Recife, tomou posse do logar de substituto da respectiva secção em 1896. E' prezidente da Academia de Lettras de Pernambuco e deputado federal por este Estado desde 1915.

Jurista e poeta, publicou: — *Reincidencia no Cod. Penal Brasileiro* — *Mezes* (versos).

15.º — José Gonçalves Maia.

16.º — Erasmo Vieira de Macedo.

17.º — Julio de Mello.

ALAGOAS

(seis deputados)

DISTRICTO UNICO

1.º Pedro da Costa Rego.

Nascido na cidade de Pilar, Estado das Alagoas, em 12 de Março de 1889, é filho de Pedro da Costa Rego e d. Rosa de Oliveira Costa Rego.

Veio aos onze annos para o Rio de Janeiro (1900), encetando os seus estudos secundarios no Mosteiro de S. Bento e revelando desde logo grande talento e pendôr para as lettras.

Aos dezesete annos (1906), entrava para o *Correio da Manhã*. Nesse jornal, começou como revisor; passou, depois, a ser *reporter*, e foi subindo até redactor-chefe.

Publicista brilhante e arguto observador, conquistou pouco a pouco uma posição de destaque na imprensa brazileira. Foi um dos jornalistas escolhidos para irem ao Rio da Prata em 1913 retribuir a vizita dos delegados das folhas platinas; e, em Buenos Aires, soube com firmeza, felicidade e distincção, manter os nossos creditos litterarios.

Tendo tomado parte activa no movimento revolucionario que, em Alagôas, levou ao governo o coronel Clodoaldo da Fonseca, foi nomeado, na administração deste, secretario da Agricultura.

Eleito deputado federal á 9.ª legislatura (1915 a 1917), participou dos mais importantes debates parlamentares e aprezentou varios projectos de real proveito para a sua terra natal.

2.º — Alfredo de Maia.

Nascido em Atalaya, Alagôas, é filho do agricultor coronel Manoel M. Farias Maya.

Formado em sciencias juridicas e sociaes pela Faculdade de Direito do Recife, dedicou-se desde logo á advocacia e ao jornalismo na sua terra natal.

Foi alli deputado estadoal e consultor juridico do governo, quer durante a administração do dr. Euclydes Malta, quer, depois, na do coronel Clodoaldo da Fonseca.

Em 1915, foi eleito deputado federal á 9.ª legislatura, tendo tomado parte activa nos debates parlamentares travados sobre a politica do seu Estado.

3.º — Natalicio Camboim de Vasconcellos.

4.º — Euzebio Francisco de Andrade.

5.º — José Paulino de Albuquerque Sarmento.

Nascido em S. Luiz do Quitunde, nas Alagôas, é formado em direito pela Faculdade do Recife. Começou a sua vida como promotor publico. Resolvendo depois fixar rezidencia e advogar no Rio de Janeiro, foi supplente de pretor no Districto Federal, durante a prezidencia do marechal Floriano. Regressando ao Estado, foi nomeado lente do Gymnasio Alagoano pelo governador Euclydes Malta, tornando-se proprietario agricola no seu municipio.

Em 1915, foi eleito deputado federal á 9.ª legislatura (1915 a 1917).

6.º — Manoel Joaquim de Mendonça Martins.

Nascido no Rio de Janeiro, mas oriundo de familia de tradicional prestigio politico nas Alagôas, é formado em sciencias juridicas e sociaes.

Dedicando-se muito joven á politica, entrou nas lutas partidarias do seu Estado, reprezentando papel saliente nos acontecimentos revolucionarios destes ultimos annos. De 1913 a 1914, fez parte do Congresso Legislativo de Alagôas.

Em 1915, foi eleito deputado federal á 9.ª legislatura, tendo occupado diversas vezes a tribuna e discutido os casos politicos de Alagôas em defeza do seu partido.

Homem de talento e possuidor de palavra facil e eloquente, é uma das figuras brilhantes do Partido Democrata.

Em Alagôas, onde rezide, além de advogado, explora importante propriedade agricola em Camaragibe.

SERGIPE

(quatro deputados)

DISTRICTO UNICO

1.º — Antonio Dias Rollemberg.

Nascido em 10 de Janeiro de 1889, na Usina Tôpo, do municipio de Japaratuba, Estado de Sergipe, foram seus paes o dr. Gonçalo de Faro Rollemberg e d. Aurelia Dias Rollemberg. Apoz o curso primario feito em seu Estado natal, matriculou-se no «Collegio do Dr. Ernesto Carneiro Ribeiro», no Estado da Bahia, onde iniciou o estudo dos preparatorios. Posteriormente, terminou o curso secundario em Aracajú, tendo frequentado os collegios «S. Thomaz de Aquino» e «Alfredo Montes».

Matriculou-se em 1905 na Faculdade de Direito do Recife, onde cursou até o 3.º anno. Em Dezembro de 1909, recebeu na Faculdade de Direito de S. Paulo o gráu de bacharel em sciencias juridicas e sociaes. Exerceu o cargo de procurador da Republica, na secção de Sergipe, de Outubro de 1911 a Outubro de 1914. Em Janeiro de 1915, foi eleito deputado federal pelo seu Estado natal.

2.º — Gilberto Amado.

Filho legitimo de Melchisedeck de Faria Amado e Anna de Lima Azevedo Amado, nasceu na cidade da Estancia, no Estado de Sergipe, a 7 de Maio de 1887. Fez estudos preparatorios no Atheneu Sergipense, em Aracajú, e matriculou-se na Faculdade de Medicina da Bahia, em 1902, de onde sahiu em 1903 com o titulo de pharmaceutico. Passou o anno de 1904 em Aracajú completando o seu curso preparatorio, sendo nomeado então lente de sciencias physicas e naturaes da Escola Normal do Estado. Em 1905 matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife, emquanto leccionava as cadeiras de chimica organica e sciencias naturaes em varios institutos de ensino de Pernambuco. Desde 1904, tendo começado a collaborar no *Estado de Sergipe,* de Aracajú, e na *Folha de Sergipe,* da mesma cidade, entrou em 1906 para a redacção do *Diario de Pernambuco,* então o mais importante jornal do Recife, onde iniciou a sua carreira litteraria, já escrevendo diariamente uma secção litteraria e de polemica partidaria, já redigindo artigos de fundo e provendo a todas as secções do jornal.

Homem de talento e operoso, emquanto seguia o seu curso, trabalhava na imprensa, ensinava, fazia conferencias publicas na Faculdade de Direito, no theatro Santa Izabel, no Collegio Ayres Gama e em varios outros institutos publicos do Recife.

Em 1909, foi escolhido pelo corpo discente da Faculdade de Direito para reprezental-o no Congresso de Estudantes, reunido em S. Paulo, no mez de Agosto do mesmo anno. De volta a Pernambuco, deixou a redacção do *Diario de Pernambuco,* recebendo o gráo de bacharel em direito em Dezembro de 1909. Em 1910, chegou ao Rio, iniciando logo a sua carreira litteraria com a publicação no *Jornal do Commercio* de um estudo critico sob o titulo — *Luiz Delphino.* Foi em seguida admittido no corpo de collaboradores d'*A Imprensa,* então sob a direcção de Alcindo Guanabara. Do Rio de Janeiro, enviava tambem artigos de collaboração para o *Commercio de S. Paulo,* da capital pau-

lista. Nesse mesmo anno, começou a collaborar n'*O Paiz*, entrando logo a redigir, depois da morte da illustre escriptora Carmen Dolores, a *Chronica Semanal* deste diario.

Em Abril do anno seguinte (1911), foi nomeado professor substituto da cadeira de Direito Penal, da Faculdade de Direito do Recife, partindo então do Rio para exercer os seus novos mistéres no magisterio.

Em Novembro de 1911, consorciou-se na cidade do Recife com d. Alice Adelaide de Barros Gibson.

Tendo pleiteado uma cadeira na reprezentação federal do Estado de Sergipe, nas eleições de 1912, apezar de se julgar eleito, não teve o seu direito reconhecido pela Camara. Passou então o anno em viagem pela Europa, occupando-se largos mezes em estudos pela França, Italia, Belgica, Hollanda, Inglaterra e Suissa.

Em 1913, publicou o seu livro — *A Chave de Salomão* e continuou a collaborar nos jornaes da capital e de S. Paulo, sobretudo n' *O Paiz* e no *Commercio de S. Paulo.*

Em 1915, foi eleito deputado federal pelo Estado de Sergipe, reconhecido e empossado no mesmo anno.

3.º — Felisbello Firmo de Oliveira Freire. Falleceu em 8 de Maio de 1916.

Esperidião Ferreira Monteiro.

Filho legitimo de Francisco de Paula Monteiro e de d. Roza Amelia Monteiro, nasceu a 16 de Julho de 1868 na villa de Santo Amaro, Estado de Sergipe.

Seus paes tendo transferido o domicilio para a capital, fez elle alli o seu curso de humanidades com approvações plenas e distinctas, indo depois em 1885 matricular-se na Academia de Direito do Recife. Concluido do mesmo modo o seu curso academico, diplomou-se em sciencias juridicas e sociaes em 1889.

Com o advento da Republica, que coincidiu com a sua formatura, o dr. Martins Junior, seu chefe da propaganda republicana, o distinguiu com a nomeação de inten-

dente da cidade de Limoeiro. Mais tarde, exonerando-se desse cargo, foi logo nomeado promotor publico da mesma comarca e successivamente removido, a seu pedido, para as de Bezerros e Gravatá, no mesmo Estado.

Organizada a magistratura de Pernambuco, foi contemplado como juiz de direito da comarca de Gloria do Goytá, vizinha da capital, cargo que exerceu até o decreto do então governador, dr. Barboza Lima, dissolvendo a primitiva organização. Aquelle acto foi annullado pelos poderes legislativo e judiciario do referido Estado e por accordãos do Supremo Tribunal Federal.

Em consequencia dessas decisões, ficou o dr. Espiridião Monteiro juiz de direito em disponibilidade.

Dedicou-se, então, á advocacia, abrindo banca na cidade de Victoria, do mesmo Estado, transferindo-se mais tarde para a capital, onde não tardou a conquistar lugar saliente, elevando sua banca entre as primeiras.

No exercicio de sua profissão, sustentou o coronel Delmiro Gouveia na lucta contra o governo do Estado de Pernambuco; e, depois, envolvido em perseguições, teve de abandonar a advocacia no Recife, indo para os Estados Unidos e, dalli, em 1899, para a Europa, onde permaneceu durante cerca de oito annos.

Em Paris, abriu a sua banca de *conseil* para os negocios com o Brazil e Portugal.

De volta ao Brazil em 1907, entregou-se a pesquizas mineralogicas e tornou mais conhecidas na Europa e na America as riquezas mineraes de Minas, Sergipe e Bahia. Devido á sua iniciativa, um poderoso syndicato americano passou a explora grande numero de jazidas de manganez e uma riquissima de cobre, neste ultimo Estado. Esse mesmo grupo está agindo em Minas e em Sergipe.

Abraçando a carreira politica, foi eleito deputado federal na vaga deixada pelo fallecido dr. Felisbello Freire á 9.ª legislatura (1915 a 1917).

E' desde 1911 advogado na Capital Federal.

4.º — Serapião Aguiar e Mello.

BAHIA

(vinte e dois deputados)

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — Pedro Francisco Rodrigues do Lago.

2.º — Antonio Calmon du Pin e Almeida.

3.º — Octavio Mangabeira.

4.º — Joaquim Pires Muniz de Carvalho.

5.º — Mario Hermes da Fonseca.

6.º — José Joaquim da Palma.

SEGUNDO DISTRICTO

7.º — Antonio Ferrão Moniz de Aragão. Renunciou por ter assumido o cargo de Governador do Estado da Bahia.

José Joaquim Seabra. Eleito em 1 de Outubro de 1916 e reconhecido em 7 de Novembro de 1916 na vaga do sr. Antonio Moniz.

8.º — Manoel Ubaldino Nascimento de Assis.

9.º — João Mangabeira.

10.º — Alfredo Ruy Barbosa.

11.º — Francisco Prisco de Souza Paraiso.

12.º — Joaquim Pereira Teixeira.

TERCEIRO DISTRICTO

13.º — Carlos Arthur da Silva Leitão.

14.º — José Augusto de Freitas.

15.º — Arlindo Baptista Leone.

16.º — José Bernardo de Souza Brito. Falleceu em 21 de Maio de 1916.

Raul Alves de Souza. Eleito em 1 de Outubro de 1916 e reconhecido em 7 de Novembro do mesmo anno, na vaga do sr. Souza Brito.

17.º — José Maria Tourinho.

18.º — Antonio Moniz Sodré de Aragão.

QUARTO DISTRICTO

19.º — Antonio Rodrigues Lima.

20.º — PEDRO LEÃO VELLOSO FILHO.

21.º — EUGENIO GONÇALVES TOURINHO.

22.º — ELPIDIO DE MESQUITA.

ESPIRITO SANTO
(quatro deputados)

DISTRICTO UNICO

1.º — JERONYMO DE SOUZA MONTEIRO.

2.º — PAULO JULIO DE MELLO.

3.º — DIOCLECIO BARBOSA BORGES.

Nascido em 21 de Janeiro de 1876 na cidade de Feira de Sant'Anna, no Estado da Bahia, foram seus paes o coronel Annibal José Pereira Borges e d. Claudina Barbosa de Souza Borges. Fez os estudos preparatorios na capital da Bahia e formou-se em engenharia na Escola Polytechnica do Rio de Janeiro.

Foi prezidente da Camara de Guarapary, no Espirito Santo, e vice-prezidente do Congresso Legislativo do mesmo Estado.

Foi redactor do *Tentamen* (Bahia) e proprietario e redactor politico do *Diario da Manhã,* orgão official do governo do E. do Espirito Santo.

Publicou — *Terraplanagem* e *Estradas de Ferro.*

Exerce actualmente a industria de extracção de areias monaziticas e trabalhos de engenharia.

Foi eleito deputado federal á nona legislatura pelo Estado do Espirito Santo.

4.º — TORQUATO ROSA MOREIRA.

DISTRICTO FEDERAL

(dez deputados)

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — IRINEU DE MELLO MACHADO. Renunciou em 7 de Julho de 1916 por ter sido reconhecido senador.

EDMUNDO DE AZURÉM FURTADO. Eleito em 20 de Maio de 1917 e reconhecido em 2 de Julho do mesmo anno, na vaga do sr. Irineu Machado.

Nascido no Rio de Janeiro, é seu pae o dr. Julio Furtado, inspector das mattas e jardins do Districto Federal.

Formado em sciencias juridicas e sociaes, foi eleito deputado federal na vaga aberta pela renuncia do dr. Irineu Machado, reconhecido senador, exercendo assim o mandato apenas no ultimo anno da 9.ª legislatura (1915 a 1917).

2.º — JOSÉ JOAQUIM DA COSTA PEREIRA BRAGA.

3.º — FLAVIO AMARO (DA COSTA) SILVEIRA.

Formado em sciencias juridicas e sociaes, é advogado na Capital da Republica. Entrando desde logo nas lutas politicas do Districto Federal, foi eleito deputado federal á 9.ª legislatura (1915 a 1917).

4.º — NICANOR QUEIROZ DO NASCIMENTO.

5.º — ALEXANDRE JOSÉ BARBOZA LIMA.

SEGUNDO DISTRICTO

6.º — Octacilio Carvalho de Camará.

Nascido no Rio Grande do Sul, revelou-se desde cedo muito estudioso e trabalhador. Vindo para o Rio de Janeiro, conseguiu assim com grande esforço formar-se, não só em medicina, como em sciencias juridicas e sociaes.

Exercendo a clinica e a advocacia e fixando rezidencia em Santa Cruz, nos suburbios do Districto Federal, conquistou dentro de pouco tempo vastas e sólidas sympathias que lhe trouxeram grande influencia politica.

Iniciou então ardorosas campanhas partidarias contra a facção que, durante longos annos, dominou a capital da Republica, sob a chefia do senador Augusto Vasconcellos. E, dessa luta, mais de uma vez sahiu victorioso.

Foi assim que, nas eleições de 31 de Janeiro de 1915, conseguio ser eleito deputado federal á 9.ª legislatura (1915 a 1917), tomando parte em numerosos debates parlamentares.

7.º — Pedro Moutinho dos Reis.

Nascido em 8 de Julho de 1866 na cidade do Rio de Janeiro, foram seus paes, o saudoso agricultor e industrial de Inhaúma, José Moutinho dos Reis e d. Carolina Vinelli Reis.

Dedicando-se desde muito moço á carreira commercial e acabando por gerir importante empreza de materiaes de construcção, logo revelou raras qualidades de espirito e de caracter, ao par de um grande amor ao trabalho e de um genio activo e empreendedor.

Convidado instantemente por chefes politicos, como Augusto de Vasconcellos, Pedro de Carvalho e outros, para entrar nos pleitos eleitoraes do Districto Federal, muito relutou em acceder a tão honrosos convites.

Afinal, consentio em ser intendente municipal, sendo successivamente reeleito e tendo sido prezidente do Conselho durante a administração Pereira Passos.

Eleito deputado federal pelo 2.º districto da capital á 9.ª legislatura (1915 a 1917), continuou a prestar relevantes serviços á sua aggremiação politica, sendo um dos principaes organizadores da chamada — *Alliança Republicana,* do Districto Federal.

8.º — THOMAZ DELFINO DOS SANTOS. Renunciou em 7 de Julho de 1916 por motivos de ordem politica.

ARISTIDES FERREIRA CAIRE. Eleito em 20 de Maio de 1917 e reconhecido em 2 de Julho do mesmo anno na vaga do sr. Thomaz Delfino.

Nascido em Itaocára, Estado do Rio de Janeiro, em 29 de Agosto de 1879, é filho do dr. Phelippe Aristides Caire. Fez os estudos preparatorios no Externato Aquino e no Gymnasio Nacional. Matriculando-se em seguida na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, ahi se diplomou, versando a sua excellente these de doutoramento sobre — *Polynevrites.*

Exercitando a sua profissão, conquistou vasta clinica e um largo circulo de amigos no 2.º circulo eleitoral do Districto Federal. Renunciando a cadeira de deputado federal o dr. Thomaz Delfino, desgostoso por não haver sido reconhecido senador, foi eleito o dr. Aristides Caire em 20 de Maio de 1917 para concluir-lhe o mandato á 9.ª legislatura (1915 a 1917).

9.º — FLORIANO CORRÊA DE BRITTO.

10.º — VICENTE PIRAGIBE (Vicente Ferreira da Costa Piragibe).

Nascido em 2 de Junho de 1879, foi seu pae, o dr. Alfredo Piragibe. Cursou o antigo Gymnasio Nacional, que tem hoje o primitivo nome de Collegio Pedro II, tomando o gráu de bacharel em sciencias e lettras em 1896. Matriculando-se no anno seguinte na Faculdade de Sciencias Juridicas e Sociaes, graduou-se em 1902. Logo no pri-

meiro anno do curso, perdendo o pae, teve necessidade de trabalhar para concluir os estudos. Entrou então para a imprensa, como revisor de provas da *Cidade do Rio,* jornal dirigido por José do Patrocinio. Um anno depois, revelando virtudes brilhantes de jornalista e homem de lettras, occupou o logar de secretario do vibrante vespertino, numa das suas phases mais trabalhosas.

Ainda como estudante, foi em seguida redactor d'*A Imprensa,* então dirigida pelo senador Ruy Barboza, e, depois, redactor do *Correio da Manhã,* dirigido por Edmundo Bittencourt. Nesse jornal, em que trabalhou desde o primeiro numero, occupou successivamente os logares de secretario, redactor-chefe e director interino na ausencia do effectivo. Deixando o *Correio da Manhã,* fundou a *Folha do Dia* e, depois, *A Epoca.* A opposição que, pelas columnas desse ultimo jornal, sustentou contra o Partido Republicano Conservador e o governo do marechal Hermes, valeu-lhe a mais feroz perseguição, sendo conservado prezo, na vigencia do estado de sitio de 1914, durante sessenta dias. Foi tal a sua attitude de combate em defeza dos interesses populares que, um anno depois de sahir da prisão, era eleito deputado pelo 2.º districto da Capital Federal.

No desempenho desse mandato, defendeu a classe proletaria, aprezentando projectos que attendia ás suas justas aspirações.

Bateu-se desde o primeiro anno de deputação pela obrigatoriedade da instrucção militar nos estabelecimentos de ensino e conquistou no parlamento nacional um dos mais distinctos logares entre os seus pares.

RIO DE JANEIRO

(dezesete deputados)

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — Augusto Carlos de Souza e Silva.

2.º — José Tolentino de Carvalho.

3.º — Pedro Gonçalves Moacyr.

4.º — José Eduardo Macedo Soares.

Nascido em 30 de Julho de 1881, tentou a principio seguir a carreira militar. Matriculando-se na Escola Naval, foi aspirante a guarda marinha em 8 de Março de 1898. Guarda-marinha em 15 de Abril de 1903, foi promovido a 2.º tenente em 19 de Agosto de 1904 e a 1.º em 11 de Janeiro de 1908. Demittindo-se mais tarde do serviço da armada nacional, fundou no Rio de Janeiro o diario — *O Imparcial.*

Em 31 de Janeiro de 1915, era eleito deputado federal á 9.ª legislatura pelo 1.º districto do Estado do Rio de Janeiro, como reprezentante do partido chefiado pelo dr. Nilo Peçanha.

5.º — Horacio de Magalhães Gomes.

Nascido em 22 de Novembro de 1867, na cidade do Rio Novo, Estado de Minas Geraes, foram seus paes o dr. Antonio Magalhães Gomes e d. Guilhermina Magalhães Gomes. Completou os estudos preparatorios no Lyceu Mineiro de Ouro Preto e bacharelou-se em sciencias juridicas e sociaes pela Faculdade de Direito de S. Paulo em 4 de Dezembro de 1890.

Logo depois de formado, foi nomeado Promotor Publico de Rio Preto (Minas) e alguns mezes depois, Promotor Publico de Parahyba do Sul (E. do Rio).

Nomeado Juiz Municipal de Cantagallo (E. do Rio), não acceitou o cargo e transferio rezidencia para Petropolis, onde foi delegado de policia, promotor publico interino e advogado.

Foi ainda chefe de policia do E. do Rio durante o governo do dr. Alberto Torres; vereador, durante quatro trie-

nios, á Camara Municipal de Petropolis; deputado á Assembléa Legislativa do E. do Rio de 1908 á 1913 tendo exercido os cargos de 2.º secretario e leader da maioria; e secretario geral do Estado do Rio (1913).

Em 30 de Janeiro de 1915, foi eleito deputado federal pelo 1.º districto do Estado do Rio de Janeiro.

Espirito fórte e esclarecido por uma solida cultura litteraria, é um orador de estylo moderno, sóbrio, incisivo e claro, e um jurista consciencioso e provecto.

6.º — Almeida Fagundes (João Frederico de Almeida Fagundes). Natural do Estado do Rio de Janeiro (Maricá), nasceu em Maio de 1856.

Foram seus paes, proprietarios ruraes, o capitão José Manoel Nunes Fagundes e d. Maria José de Almeida Fagundes.

Terminou a instrucção primaria em 1865 em uma escola publica e, só em 1869, poude iniciar o curso secundario, o que fez no Seminario de S. José. Do curso de seis annos (preparatorio), fez só os tres primeiros, cujo programma na capital era o estudo das linguas portugueza, franceza e latina, em cujo preparo encontrou elementos para, em 1872, deixando o Seminario, dedicar-se ao professorado. Entrementes, aproveitando o tempo que lhe sobrava, preparou-se para a matricula na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde iniciou o curso medico em 1878, concluindo-o em 1883. Houve-se neste de modo a merecer dos collegas a honrosa incumbencia de represental-os, como orador da turma, na solemnidade da collação do gráo.

«Na phase academica, escreve um seu biographo, cedo já emancipado do theologismo e do monarchismo dominantes, conheceu Teixeira Mendes, (matriculado na Faculdade em 1872), e, graças á amistosa convivencia que ambos mantiveram, poude instruir-se no systhema philosophico de A. Comte, em cuja orientação disciplinou o seu espirito.

«Exerceu a medicina no Rio de Janeiro até 1887, quando, nomeado medico da Marinha, foi commissionado para Montevidéo. Ahi, além das attribuições officiaes, que desempenhou entre o respeito e a estima dos camaradas, praticou ainda a clinica na cidade uruguaya, onde manteve sempre benevola acolhida. Dessa epoca, são as amizades, sempre gratas, de Alberto Conrado, hoje nosso Consul em Montevidéo, e Alfredo Bastos, correspondente de *O Jornal do Commercio*, em Buenos Ayres.

«Proclamada a Republica e reformado o ensino nas Escolas Militares, foi em 1890 nomeado por Benjamim Constant para o logar de lente do curso superior da Escola Militar de Porto-Alegre (cadeira de biologia).

«Inaugurou e dirigio o ensino dessa materia até 1897, ultimo anno em que vigorou a reforma de 1890.

«Em 1897, a crise politica sobrevinda com a scisão do P. R. F. e os graves factos que com ella se conjugaram (attentado contra Prudente de Moraes e o assassinato do ministro da Guerra), offereceram, na coincidencia de uma manifestação da Escola Militar do Rio, o ensejo para executar o plano ha muito gestado no cerebro dos governantes: destruir o bello edificio, que era a magnifica construcção de Benjamin Constant. Foi o que se fez com a reforma de Abril de 1898, executada pelo marechal Cantuaria. Consequentemente a esse acto do governo, supprimido o curso superior na Escola de Porto Alegre, extincto na da capital da Republica o ensino da biologia, foi o dr. Fagundes transferido em 1898 para a Escola desta cidade onde teve o encargo de dirigir o ensino de physica experimental, o que desempenhou até o anno de 1904. Occorrendo então (14 de Novembro) o movimento revolucionario contra a vaccinação obrigatoria, no qual tão empenhada esteve a Escola Militar pela maioria de seus alumnos, e resolvendo o governo dar nova organização aos institutos militares de ensino, o que se realizou em 1906, passou á disponibilidade, por não ter acceitado, como lhe permittia a lei, designação para a Escola de Engenharia no Realengo.

«Interessado pelas cousas politicas e cedo filiado á doutrina republicana, tomou parte, com Silva Jardim, Annibal Falcão, Julio Diniz, Teixeira de Souza e Sampaio Ferraz, no movimento de combater contra a escravidão e pela Republica, objectivo supremo das aspirações da maioria dos moços de então.

«Com alguns desses amigos, redigiu, na sua primeira phase (1887), *O Grito do Povo,* hebdomadario republicano, editado pelo inesquecivel João Ferreira Polycarpo, o *cidadão,* admiravel typo de dedicação, de fé e de civismo.

«No Rio Grande do Sul, cooperou na acção contra o golpe de Estado (1891), com Demetrio Ribeiro, Barros Cassal, Annibal Cardoso e outros republicanos, entre os quaes ainda o marechal Candido Jacques, general Alencastro Guimarães e coronel Celestino de Castro, acção da qual resultou a renuncia do eminente republicano Julio de Castilhos.

«Relacionado com o partido republicano fluminense, chefiado então pelo dr. José Thomaz da Porciuncula, representou-o na Assembléa Legislativa do Estado, em duas legislaturas (1892-1894 e 1898-1900), tendo feito parte das commissões mais importantes dessa Camara, taes como as de Fazenda e Orçamento e Guarda da Constituição e das Leis, tendo ainda exercido a prezidencia da Assembléa na phase mais agitada da politica fluminense, quando o partido republicano, por deliberação de sua maioria, intentou o processo de responsabilidade do prezidente do Estado, rebellado contra a lei e, por isso, em divergencia profunda com seus correligionarios politicos.

«Fez parte da direcção do partido, como membro de sua commissão executiva de que foi prezidente o dr. Mauricio de Abreu, governador do Estado no periodo de 1905 a 1907.

«Em 1907, fundou no Rio de Janeiro com Demetrio Ribeiro, Teixeira de Souza, Inglez de Souza e Reis Carvalho, o «Centro Repubicano, Conservador», cuja acção de pro-

paganda politica se exerceu principalmente por meio de conferencias, algumas notaveis, e representações ao Congresso Nacional sobre graves questões sociaes que faziam objecto de seu programma.

«Representou ainda o Estado natal na Assembléa (1910), quando prezidente o dr. Alfredo Bacher, tendo tomado parte na luta, que então se travou pela autonomia fluminense, ameaçada pela intervenção federal, que afinal veiu a realizar-se a 31 de Dezembro desse anno.

«Quando, em 1913, o Partido Republicano Fluminense, representado pelos remanescentes de 1900, se incorporou ao Republicano Conservador, foi indicado para fazer parte da sua commissão executiva, honra da qual declinou perante a convenção, presidida pelo senador Urbano Santos. A approximação, que posteriormente se deu, dos elementos situacionistas fluminenses aos do Partido Republicano Conservador, tornou possivel a aprezentação do seu nome para candidato pelo 1.º districto, que sempre reprezentára na Assembléa local, e, assim eleito, passou a fazer parte em 1915 da bancada fluminense na Camara Federal.»

SEGUNDO DISTRICTO

7.º — IGNACIO VERISSIMO DE MELLO.

Filho do dr. Verissimo José de Mello e d. Rosa Louzada Mello, nasceu na cidade de Rezende, Estado do Rio de Janeiro, em 24 de Julho de 1873. Fez os seus primeiros estudos na cidade de Nova-Friburgo, a principio com o provecto educador José Lopes de Faria Mariz, matriculando-se depois no «Lyceo Nacional», estabelecimento modelar, existente n'aquella referida cidade.

Em 1891, matriculou-se na Faculdade de Direito de S. Paulo, fazendo ahi apenas exame das materias do primeiro anno, pois, abrindo-se na Capital Federal a Faculdade Livre de Sciencias Juridicas e Sociaes, para ella, em 1892, transferio a sua matricula. Collou grão em Dezembro de 1894.

Em Março de 1895, foi nomeado Promotor Publico de Macahé, onde se conservou no cargo, ininterruptamente, durante doze annos. Em 1903, passou a exercer tambem o cargo de Promotor Publico da Comarca de Santa Maria Magdalena, em virtude da sua annexação á de Macahé, exercendo assim a Promotoria Publica nos seguintes Municipios — Macahé, Barra de S. João, Magdalena, S. Francisco de Paula e S. Sebastião do Alto. Exerceo tambem, durante o referido periodo, nas mencionadas comarcas, os cargos de Curador Geral de Orphãos, Curador de Massas Fallidas e Curador de Ausentes. Em Macahé, exerceu ainda durante oito annos o cargo de Inspector Escolar.

Durante o tempo de sua Promotoria, a Camara Municipal de Macahé votou uma lei sobre limpeza publica, contendo disposições tão extravagantes que o clamor geral não tardou a se fazer ouvir, ficando seriamente comprommettida a ordem e a segurança publica. Como é natural em cidades do interior, a scisão entre os habitantes d'aquella cidade foi de tal ordem que até as familias ficaram divididas em dois campos.

Resolveo, então, o Promotor Publico intervir no caso, propondo como orgão do Ministerio Publico e soccorrendo-se de um dispositivo da lei organica das Municipalidades, uma acção para annullar a resolução municipal. Sem odios, sem paixões, estimado e respeitado por todos, conseguio com a sua iniciativa, que todos comprehenderam ser filha do desejo de ver voltar a paz áquella cidade, fazer serenar, como por encanto, as paixões reinantes. A acção correo tranquillamente, terminando com a sentença do Juiz de Direito, julgando inconstitucionaes os artigos da lei municipal que tinha levantado tão justas reclamações do povo de Macahé.

Na acção, offereceo o orgão da Justiça Publica as razões finaes, trabalho que foi impresso em um folheto e considerado pelos entendidos, como um modelo de erudição no assumpto. Essa causa chegou a vir bater, por meio

do recurso extraordinario, ás portas do Supremo Tribunal, sendo confirmada a sentença de primeira instancia.

Em 1907, assumiu a Presidencia do Estado do Rio de Janeiro o dr. Alfredo Backer, e nomeou o dr. Verissimo de Mello para o cargo de Chefe de Policia.

Muito lhe ficou devendo a administração policial. Durante a sua gestão, foi creada a delegacia auxiliar, tendo sido o Estado dividido em quatro zonas, sendo nomeado para cada uma d'ellas um delegado com attribuições mais amplas do que as dos delegados de Municipio. Foi installado o Gabinete de Identificação e creadas filiaes nas principaes cidades do Estado. Foi instituida em Nictheroy a Inspectoria de Vehiculos e installado o serviço de telephones (chave cidadão) nas ruas da Capital.

Procurou o Chefe de Policia resolver o problema referente ao livramento condicional estabelecido no Cod. Penal, conseguindo da Assembléa Fluminense a votação de leis adequadas.

O Prezidente do Estado do Rio em Outubro de 1909, reconhecendo o valor do seu auxiliar que havia de maneira tão brilhante correspondido plenamente á sua espectativa, convidou-o para occupar o cargo de Secretario Geral do Estado.

Em 1911, logo que findou a administração a que servira, abrio banca de advocacia na Capital Federal, trabalhando tambem junto ao Tribunal da Relação do Estado, e, em 1915, por occasião da renovação da Camara dos Deputados, apresentou-se candidato a um lugar na representação federal pelo 2.º districto do Estado, disputando a eleição fóra das chapas que os varios grupos ou partidos aprezentaram. Na Camara Federal, fez parte de diversas commissões como as do Codigo Civil e do Codigo das Aguas.

8.º — Ramiro Ferreira Saturnino Braga.

9.º — Benedicto Gonçalves Pereira Nunes.

10.º — Raul de Moraes Veiga.

11.º — Antonio Felix de Miranda.

Nascido em Campos, Estado do Rio de Janeiro, é formado em sciencias juridicas e sociaes. Homem de fortuna e agricultor, além de advogado, entrou bem cedo na politica do Estado, collocando-se ao lado do general Pinheiro Machado, quando com este chefe rompeu o dr. Nilo Peçanha, director então da politica fluminense. Foi assim eleito deputado federal á 9.ª legislatura (1915 a 1917).

12.º — Carlos de Faria Souto.

TERCEIRO DISTRICTO

13.º — Mauricio Paiva de Lacerda.

14.º — Raul Fernandes.

15.º — Mario de Paula.

16.º — João Carlos Teixeira Brandão.

17.º — Luiz Carneiro de Campos Ponce de Leon.

Nascido em 9 de Fevereiro de 1881, na cidade de Barra Mansa, E. do Rio de Janeiro, foram seus paes o dr. Adolpho Pereira de Burgos Ponce de Leon, que foi deputado

federal, secretario geral do E. do Rio e Juiz de Direito, e d. Fabricia Carneiro de Campos Ponce de Leon. Começou seus estudos no Collegio Anchieta, em Friburgo, tendo feito todos os preparatorios no Gymnasio Nacional. Formou-se em direito pela Faculdade Livre do Rio de Janeiro em 1902. Indo para Barra Mansa exerceo activamente, durante quatro annos, a advocacia.

Entrando para a politica, foi eleito em 1904 deputado estadoal á Assembléa do E. do Rio, tendo sido reeleito até 1914. Foi vice-prezidente da Assembléa e, depois, prezidente no agitado periodo de 1914.

Dispondo de grande prestigio no municipio de Barra Mansa, é ahi vereador á Camara Municipal desde 1907 e seo prezidente, ha oito annos. É provedor da Santa Casa da Mizericordia de Barra Mansa. Em 1915, foi eleito deputado federal pelo E. do Rio de Janeiro.

MINAS GERAES

(trinta e sete deputados)

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — Joaquim de Salles (Joaquim Ferreira de Salles).

Nascido em 12 de Julho de 1879, na cidade do Serro, E. de Minas Geraes, estudou preparatorios no «Caraça» de 1892 a 1895 e, dahi, até 1898 em Petropolis, no Collegio S. Vicente de Paula. Sentindo-se com vocação religiosa, foi para Paris de onde regressou, continuando os seus estudos ecclesiasticos no Seminario do Rio Comprido, sendo ahi professor no Collegio Diocesano de latim e mathematicas elementares. Em 1903, fez todos os preparatorios na Instrucção Publica, Collegio Pedro II.º, e matriculou-se na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, recebendo o gráo de bacharel em sciencias juridicas e sociaes em 1908.

Estreiou no jornalismo em 1902, na *Cidade do Rio*, de Patrocinio. Foi redactor do *Seculo* durante cinco annos.

Com Cattaruzza, fundou o *Diario do Commercio*, depois de ter sido o co-fundador da *União*, cujo programma delineou em um folheto que precedeu á publicação daquelle orgão catholico. Entrou para o *Paiz* em 1909 afim redigir a celebre secção *Soberania em acção*, creada por Cattaruzza e, apóz o fallecimento deste, continuada por Dunshee de Abranches. Na redacção deste matutino, tem empregado o melhor dos seus esforços e todo o seo grande talento e notavel erudição. Fez um brilhante concurso para auditor de marinha, mas não obteve a nomeação.

Foi professor de portuguez e mathematicas elementares no Mosteiro de S. Bento e das mesmas disciplinas na Academia de Commercio do Rio de Janeiro da qual ainda é cathedratico em disponibilidade.

Eleito deputado federal em 1915 pelo 1.º districto de Minas-Geraes, renunciou o mandato em 8 de Fevereiro de 1917.

Sabino Alves Barroso Junior.

Eleito em 6 de Maio de 1917, foi reconhecido em 13 de Junho do mesmo anno, na vaga do sr. Joaquim Salles.

2.º — Pedro Luiz de Oliveira.

Nascido em Minas Geraes em 1875, revelou-se bem cedo um raro espirito de lutador. Apezar de pauperrimo, conseguio com grande trabalho prestar todos os preparatorios exigidos para matricula nos institutos superiores do paiz. Titulou-se, a principio, em pharmacia; matriculou-se, depois, na Faculdade de Direito, em Ouro Preto, cursando as aulas do 1.º anno; e, finalmente, conseguio formar-se em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro.

Voltando a Minas, tornou-se alli o idolo da pobreza, pois fez da medicina um verdadeiro sacerdocio.

Eleito deputado ao Congresso Mineiro, desempenhou com grande brilho o mandato. Em 1915, instado pelos seus amigos politicos, aprezentou-se extra-chapa candidato

á deputação federal pelo 1.º districto da sua terra natal, logrando o segundo logar entre os votados. Na Camara Federal, confirmou plenamente os seus creditos intellectuaes. Falleceu em 25 de Maio de 1917.

JULIO BUENO BRANDÃO. Eleito na vaga aberta pela morte do dr. Pedro Luiz; reconhecido em 6 de Setembro de 1917.

3.º — SEBASTIÃO GONÇALVES DA SILVA MASCARENHAS.

4.º — ANTONIO AUGUSTO DE LIMA.

5.º — JOSÉ GONÇALVES DE SOUZA.

Nasceu em Itaúna, Estado de Minas, em 9 de Setembro de 1863. Fez o curso de humanidades no collegio do Caraça e prestou exames em Ouro Preto. Matriculou-se na Faculdade de Direito de S. Paulo em 1881 e bacharelou-se em 1886.

Iniciou a sua vida pratica, seguindo a carreira da magistratura, e exerceu os cargos de promotor de justiça da comarca de Entre Rios e de juiz municipal e, depois, de juiz de direito da comarca de Pitanguy.

Pediu ser declarado avulso, em 1896, época em que foi eleito director-gerente da Companhia Industrial Pitanguyense, da qual é ainda hoje director-prezidente, bem como da Companhia Tecidos Santannense e do Banco Popular de Minas Geraes.

Foi prezidente, em dois trienios, da Camara Municipal de Pitanguy e, em um outro, vereador apenas.

Exerceu, durante cinco annos, o mandato de deputado ao Congresso Mineiro, do qual foi senador durante oito annos.

De 1910 a 1914, occupou a pasta de secretario da Agricultura do Estado de Minas, no governo Bueno Brandão.

E' actualmente deputado federal pelo 1.º districto de Minas e rezide na capital do Estado.

E' casado com d. Cecilia Bahia Gonçalves de Souza, desde 9 de Setembro de 1889.

Dotado de caracter leal e rigido, realiza o typo genuino do mineiro da velha escola.

6.º — José Alves Ferreira e Mello.

Nascido em Minas-Geraes, bem moço ainda envolveu-se nas lutas politicas do Estado, conquistando na capital e outras localidades do 1.º circulo eleitoral larga influencia politica. Aprezentado deputado federal pelo Partido Republicano Mineiro, fez parte da 9.ª legislatura.

SEGUNDO DISTRICTO

7.º — Arthur da Silva Bernardes.

8.º — Astolpho Dutra Nicacio.

9.º — José Monteiro Ribeiro Junqueira.

10.º — Antonio Carlos Ribeiro de Andrada.

11.º — João Nogueira Penido.

12.º — Antonio da Silveira Brum.

TERCEIRO DISTRICTO

13.º — BERNARDINO DE SENNA FIGUEIREDO.

Nasceu aos 20 de Maio de 1870, em Cattas Altas de Noruega (Minas Geraes), onde ainda rezidem seus paes, coronel José Joaquim de Figueiredo e d. Maria José de Figueiredo.

Iniciou os seus estudos no Seminario de Marianna, donde se transportou para Ouro-Preto, fazendo ahi seus preparatorios e matriculando-se em seguida na Escola de Pharmacia dessa cidade.

Não podendo como era seu grande desejo, por falta de recursos, concluir o curso de medicina, no qual se matriculára, tendo chegado ao terceiro anno dessa carreira, continuou em Ouro-Preto, para cuja Escola de Pharmacia foi nomeado Preparador, depois de submetter-se a concurso para esse cargo.

Transferindo-se para Alto do Rio Doce, ahi se estabeleceu com pharmacia, ficando nessa cidade cerca de oito annos, tendo occupado as posições de Promotor Publico e Prezidente da Camara e impondo-se á estima publica pelo seu bello e illibado caracter.

Passando a rezidir em Barbacena, foi um anno depois eleito deputado ao Congresso Estadual, tendo sido, no governo do dr. Francisco Salles, que via a sua operosidade nos trabalhos do Congresso, principalmente na Commissão de Finanças, em que se mostrou incançavel, deixando o traço de sua passagem por essa Commissão, nos innumeros pareceres sobre a materia — elevado á categoria de leader da Camara. Nesse alto posto se conservou até o anno de 1915, em que o consenso do eleitorado do 3.º districto o distinguiu com á eleição de deputado federal.

Actualmente, além de muitos outros ramos de occupações, nos quaes emprega a sua actividade, é vereador da Camara de Barbacena, pelo importante districto do Mello do Desterro, professor cathedratico de Physica e Chimica, do

Externato do Gymnasio Mineiro e deputado federal, sendo um dos responsaveis pela direcção da politica de Barbacena.

14.º — José Bonifacio de Andrada e Silva.

15.º — Irineu de Mello Machado. Tendo sido eleito conjunctamente deputado pelo Districto Federal e por Minas Geraes, optou por aquelle Districto.

Gomes Freire de Andrade.

Nasceu a 3 de Janeiro de 1867, na Cidade de Marianna, Estado de Minas Geraes, filho legitimo de Antonio Gomes Freire de Andrade e d. Maria Lebet Freire de Andrade. Estudou preparatorios no Seminario diocesano da mesma cidade e formou-se em medicina na Faculdade do Rio de Janeiro, em 1888. Foi interno de Clinica (da Faculdade) no Hospital da Mizericordia do Rio de Janeiro, e foi eleito orador da sua turma pelos seus collegas para reprezental-os na solemnidade da collação do gráo, a 23 de Janeiro de 1888.

Em 1891, foi nomeado por concurso lente cathedratico da Escola de Pharmacia de Ouro-Preto.

Neste mesmo anno, foi eleito, já proclamada a Republica, deputado ao Congresso Constituinte Mineiro, tendo exercido este mandato até o fim da primeira legislatura que se seguiu áquella Assembléa.

Em 1907, foi eleito senador e exerceu este mandato durante todo o periodo da legislatura, tendo sido reeleito em 1915.

Em 1916, foi eleito deputado á Camara Federal, na vaga aberta pela renuncia do então deputado Irineu Machado, pelo 3.º districto eleitoral de Minas.

Desde 1907, tem sido reeleito Prezidente da Camara Municipal de Marianna e, até hoje, se acha no exercicio deste cargo.

Em 1912, foi nomeado professor de Pathologia Geral da Escola de Medicina de Bello Horizonte, pela respectiva Congregação, não se tendo empossado do cargo.

Dos annaes do Congresso Nacional, constam importantes discursos parlamentares que produziu sobre questões economicas, legislação de Minas e instrucção publica.

Sahido da academia nos ultimos tempos da monarchia, filiou-se ao nascente Partido Republicano Mineiro e collaborou na propaganda da nova ideia, tendo sido um dos signatarios do manifesto de 1888, em Ouro-Preto, com João Pinheiro, Antonio Olyntho, Domingos Rocha, Pedro Baptista, Henrique Diniz, Aristides Maia e outros.

Homem de fé e de principios, é dotado de variada cultura litteraria e de brilhante intelligencia.

16.º — ANTONIO MARTINS FERREIRA DA SILVA.

Nascido em 10 de Setembro de 1847, em Ponte-Nova, Minas-Geraes, foram seus paes o dr. Francisco Ferreira Martins da Silva, medico, e d. Maria Regina Martins. Depois de estudar o curso secundario no Collegio do Caraça e no Mosteiro de S. Bento, do Rio de Janeiro, fixou rezidencia na sua cidade natal, onde se tornou advogado provisionado vitalicio. No seu municipio, foi prezidente da Camara de 1880 a 1884. Filiado ao partido liberal, em que reprezentou saliente papel, foi deputado provincial de 1886 a 1889. Eleito senador á Constituinte de Minas, foi successivamente reeleito, sendo assim senador estadoal vinte e quatro annos seguidos e prezidente da mesma assembléa durante dez annos. Foi vice-prezidente de Minas de 1910 a 1914. E' membro da Commissão Executiva do Partido Republicano Mineiro desde a sua organização.

Em 1915, foi eleito deputado federal á 9.ª legislatura do Congresso Nacional (1915 a 1917).

17.º — ANTONIO GOMES LIMA.

Nascido em Minas-Geraes e portador de um bello nome, conquistado rapidamente, como um estudioso em questões financeiras e economicas, não só na politica do seu Estado, como na capital da Republica, tem sido honrado com importantes encargos. Foi assim director do Banco do Brazil, e, em 1915, era eleito deputado federal á 9.ª legislatura (1915 a 1917).

QUARTO DISTRICTO

18.º — ALVARO AUGUSTO DE ANDRADE BOTELHO.

19.º — ANTHERO DE ANDRADE BOTELHO.

20.º — FRANCISCO BRESSANE DE AZEVEDO.

21.º — ANTONIO AFFONSO LAMOUNIER GODOFREDO.

22.º — DOMINGOS DE FIGUEIREDO.

Filho legitimo do coronel João Urbano de Figueiredo e de d. Innocencia dos Reis Figueiredo, nasceu a 1.º de Agosto de 1873, em Carmo da Cachoeira, municipio de Varginha, Estado de Minas Geraes. Iniciou os seus estudos secundarios no antigo Collegio S. Luiz Gonzaga, em Ytú, transferindo-se depois para o Collegio Morethzon, de S. Paulo, onde os terminou, matriculando-se em seguida na Faculdade de Direito da mesma cidade e transferindo-se mais tarde para a Faculdade Livre de Direito de Bello Horizonte, onde terminou o curso, recebendo o gráu a 1.º de Julho de 1894.

Possuidor de intelligencia brilhante e culta, foi, logo depois de formado, nomeado promotor de justiça da co-

marca de Tres Pontas, em Minas Geraes, cargo que exerceu durante tres annos, dedicando-se depois á advocacia e á agricultura.

Em 1915, finalmente, como reprezentante da minoria, foi eleito deputado federal á 9.ª legislatura.

QUINTO DISTRICTO

23.º — JULIO BUENO BRANDÃO FILHO.

Nascido em Minas Geraes, é filho do coronel Julio Bueno Brandão, que foi senador federal e prezidente do Estado e é um dos chefes de real influencia na politica mineira.

Formado em sciencias juridicas e sociaes, entrou desde logo nas lutas partidarias da sua terra natal, sendo eleito deputado federal á 9.ª legislatura (1915 a 1917).

24.º — JOSINO ALCANTARA DE ARAUJO.

25.º — FAUSTO DIAS FERRAZ.

Nascido em Minas Geraes, é formado em sciencias juridicas e sociaes pela Faculdade de S. Paulo.

Republicano ardoroso desde os tempos academicos, entregou-se muito jovem ás lutas tribunicias. Entrando para a politica, começou reprezentando o seu Estado na assembléa local. Eleito deputado federal á 9.ª legislatura (1915 a 1917), tomou parte em numerosos debates, aprezentando multiplos projectos sobre diversos assumptos. Foi iniciativa sua a nomeação da Commissão Especial do Codigo Florestal.

26.º — Christiano Pereira Brazil.

27.º — José Moreira Brandão Castello Branco.

SEXTO DISTRICTO

28.º — Waldomiro de Barros Magalhães.

Nasceu em 19 de Abril de 1883 no Estado de Minas Geraes. E' filho legitimo do coronel Lucas de Magalhães e d. Maria de Barros Magalhães. Fez os seus estudos preparatorios na Capital de S. Paulo.

Entrou para a Faculdade de Direito de S. Paulo em 1902, fazendo brilhante curso e recebendo o gráu de bacharel em Sciencias Juridicas e Sociaes em 1906. Durante a vida academica, militou no jornalismo e foi eleito orador da turma. Regressando á sua terra natal, abriu banca de advocacia em Monte Santo. No anno de 1907, foi eleito deputado ao Congresso Mineiro. Em Monte Santo, chefia o Partido Republicano Mineiro local, havendo em 1907 sido eleito vereador municipal. Em 1911, foi reeleito vereador e eleito agente executivo e prezidente da Camara Municipal de Monte Santo. Em 1909, foi reeleito deputado ao Congresso Estadoal.

Em 1915, foi suffragado deputado federal pelo 6.º districto de Minas ao Congresso Nacional.

29.º — Afranio de Mello Franco.

30.º — Alaor Prata Soares.

31.º — Francisco Paoliello.

32.º — Jayme Gomes de Souza Lemos.

SETIMO DISTRICTO

33.º — Carlos Peixoto de Mello Filho. Falleceu em 29 de Agosto de 1917.

34.º — Camillo Felinto Prates.

35.º — Manoel Fulgencio Alves Pereira.

36.º — Honorato José Alves.

37.º — Epaminondas Esteves Ottoni.

S. PAULO

(vinte e dois deputados)

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — João Galeão Carvalhal.

2.º — Francisco Ferreira Braga.

3.º — Candido Nazianzeno Nogueira da Motta. Renunciou em 1.º de Maio de 1916, por ter assumido o logar de Secretario da Agricultura do governo do Estado de S. Paulo.

ANTONIO CARLOS DE SALLES JUNIOR. Eleito em 2 de Julho de 1916 e reconhecido em 17 de Agosto do mesmo anno, na vaga do dr. Candido Motta.

Nascido em 22 de Janeiro de 1884, na cidade de Campinas, Estado de S. Paulo, foram seus paes Antonio Carlos de Salles e d. Anna Coutinho Salles. Depois dos estudos de humanidades, matriculou-se em 1901 na Faculdade de Direito de São Paulo, onde se diplomou, depois de brilhante curso em sciencias juridicas e sociaes em 1905. Laureado em direito, teve como premio a viagem á Europa em 1906. Foi redactor das folhas academicas: *A Epoca* e *Justiça*.

Eleito deputado ao Congresso Legislativo do Estado São Paulo, pelo 10.º districto, em 1910, foi reeleito em 1913 e 1916.

Fez parte da commissão de Instrucção Publica e, depois, da de Constituição e Justiça. Em 1916, foi eleito deputado federal pelo 1.º districto de São Paulo, na vaga do dr. Candido Motta. Estreiou na Camara Federal em um notavel discurso sobre finanças.

Trabalhos parlamentares:

— *Desapropriação por utilidade publica* (discurso e projecto);

— *Legislação do trabalho* (discurso e projecto);

— *Orçamento do Estado* (discursos);

— *Caixa de liquidação* e *Bolsa de Café* (discurso);

— *Reforma Judiciaria* (discursos);

— *Caixas Economicas* (projecto e discursos);

— *Orçamento Federal* (discurso).

4.º — JOSÉ CARDOSO DE ALMEIDA. Renunciou por ter assumido o cargo de Secretario da Fazenda do governo do Estado de S. Paulo.

Carlos Augusto Garcia Ferreira. Eleito em 2 de Julho de 1916 e reconhecido em 17 de Agosto do mesmo anno, na vaga do dr. Cardoso de Almeida.

5.º — Joaquim Augusto Barros Penteado.

6.º — Raul Renato Cardoso de Mello.

SEGUNDO DISTRICTO

7.º — Prudente de Moraes Filho.

8.º — Marcolino Lopes Barreto.

9.º — Cincinato Cesar da Silva Braga.

10.º — Alvaro Augusto da Costa Carvalho.

11.º — Cezar Lacerda de Vergueiro.

12.º — Alberto Sarmento.

TERCEIRO DISTRICTO

13.º — Arthur Palmeira Riffer.

14.º — Antonio Manoel Bueno de Andrada.

15.º — Francisco Alves dos Santos.

16.º — José Manoel Lobo.

17.º — João de Faria.

QUARTO DISTRICTO

18.º — Francisco de Paula Rodrigues Alves Filho.

19.º — José Valois de Castro.

20.º — Arnolpho Rodrigues de Azevedo.

21.º — Antonio José da Costa Junior.

22.º — Manoel Pedro Villaboim.

Filho do conselheiro Manoel Pedro Alvares Moreira Villaboim e de d. Umbelina de Oliveira Passos Villaboim, nasceu a 16 de Julho de 1867 no municipio da Cachoeira, Estado da Bahia.

Revelando desde a infancia grande talento e amôr ao estudo, matriculou-se em 1882 na Faculdade de Direito do Recife, tendo obtido permissão por lei para inscrever-se sem a idade exigida pelo regulamento em vigor.

Formado em 1885, foi nomeado promotor publico da capital da provincia do Espirito Santo. Em Dezembro de 1889, passava a ser juiz municipal de Cachoeira de Itape-

mirim e, em 1890, era elevado a juiz de direito da comarca de Itabapoan, no mesmo Estado.

Em 1891, foi nomeado lente substituto da 5.ª secção (Theoria e Pratica do Processo), na Faculdade de Direito de S. Paulo.

Em Outubro de 1892, fez, perante a congregação da mesma Faculdade, notavel concurso para a cadeira de Direito Administrativo e Sciencia da Administração, tendo versado a sua dissertação sobre o *Contencioso administrativo perante a Constituição Federal,* assumpto de que ninguem se havia até então occupado.

Suas conclusões foram pela inexistencia do Contencioso Administrativo deante dos dispositivos dos arts. 15 e 60 da Constituição.

Approvado e apresentado ao governo para ser provido como professor da cadeira por unanimidade de votos da congregação, foi, de facto, nomeado, exercendo, desde então, as funcções respectivas.

Advoga desde 1891 na capital de S. Paulo, onde goza de grande reputação como homem de lettras e jurisconsulto.

Em 1897, por occasião da scisão do Partido Republicano Federal, tomou parte nas lutas politicas, ao lado do general Francisco Glycerio, tendo collaborado no jornal *A Nação,* em cuja direcção tomou parte, mais tarde.

Acompanhando a politica do general Pinheiro Machado, foi eleito deputado estadoal em S. Paulo nos annos de 1910 e 1913, e deputado federal em 1915, tendo disputado essas eleições em chapa de opposição á politica dominante no Estado.

Entre outros trabalhos que tem publicado, figuram, além da dissertação já alludida, um estudo tendo por objecto o imposto sobre dividendos de companhias com séde no Estado, discursos na Camara dos Deputados de S. Paulo sobre irreductibilidade dos vencimentos dos funccionarios victalicios, sobre autonomia municipal, sobre questões economicas e sobre monopolio de serviços de interesse publico;

e, na Camara Federal, sobre emissão de papel moeda, sobre o monopolio de café e o imposto sobre a renda, sobre a reforma judiciaria do Districto Federal e sobre assumptos relativos á guerra e ao estado de sitio os quaes discutio tambem na Commissão de Diplomacia e Tratados.

GOYAZ

(quatro deputados)

DISTRICTO UNICO

1.º — Antonio Ramos Caiado.

2.º — Hermenegildo Lopes de Moraes.

3.º — Marcello Francisco da Silva.

4.º — Francisco Ayres da Silva.

MATTO-GROSSO

(quatro deputados)

DISTRICTO UNICO

1.º — João Carlos Pereira Leite.

Nascido em Matto-Grosso, é formado em sciencias juridicas e sociaes. Seguindo a magistratura, exerceu diversos cargos importantes, revelando em todos excepcional energia de animo. Foi juiz de direito em Matto Grosso e desembargador da respectiva Relação.

Entrando nas lutas politicas de Matto Grosso, a principio, como partidario da facção do senador Azeredo, tomou sempre nellas parte preponderante, salientando-se durante os ultimos successos que agitaram o Estado e provocaram a intervenção federal, um ardoroso defensor da situação dominante e dos actos do prezidente Caetano de Albuquerque.

Eleito já então deputado federal á 9.ª legislatura (1915 a 1917), sustentou violentos debates na Camara dos Deputados, multiplicando-se em discursos, pois era naquella assembléa o unico reprezentante de Matto-Grosso, adepto do governo imperante no Estado.

2.º — Annibal Benicio de Toledo. Renunciou em 31 de Dezembro de 1916, por motivos de ordem politica. Não foi preenchida a vaga.

3.º — Alfredo Octavio Mavignier.

4.º — Oscar da Costa Marques.

PARANÁ

(quatro deputados)

DISTRICTO UNICO

1.º — Luiz Antonio Xavier.

2.º — João David Pernetta.

Nascido no Paraná, exerce alli a profissão de engenheiro, dedicando-se tambem ao professorado.

Filiando-se ao partido, ora dominante no Estado, foi eleito deputado federal á 9.ª legislatura do Congresso Nacional nos comicios de 31 de Janeiro de 1915. Na Camara dos Deputados, advogou o perdão da divida do Paraguay para com o Brazil.

3.º — LUIZ BARTHOLOMEU DE SOUZA E SILVA.

4.º — ALBERTO FERREIRA DE ABREU.

Nasceu em 11 de Junho de 1853 e foram seus paes, o juiz de direito Antonio Candido Ferreira de Abreu, que foi o primeiro deputado geral pela provincia do Paraná, e d. Maria Candida Guimarães Ferreira de Abreu. Assentou praça na Escola Militar da Praia Vermelha em 18 de Janeiro de 1871, sendo promovido a 2.º tenente da arma de artilharia em 4 de Dezembro de 1873 e a 1.º tenente, para o corpo de Estado Maior de 1.ª classe, em 25 de Maio de 1878. Concluio o curso de engenharia militar pelo regulamento de 1874 e tirou a carta de engenheiro militar em 1878, bacharelando-se mais tarde em mathematicas e sciencias physicas. Completado o curso, foi nomeado nesse mesmo anno de 1878, ajudante de ordens do commando das armas da provincia do Pará, partindo em 1.º de Janeiro de 1879. Exerceu essas funcções até Março de 1880, por ter sido nomeado director das obras militares. Promovido a capitão em 25 de Junho de 1880, recebeu a noticia dessa promoção quando em serviço no antigo prezidio de Macapá, na cidade do mesmo nome, á margem esquerda do rio Amazonas.

Cazou-se em 6 de Outubro desse anno, em Belem, com d. Maria Lins Ferreira de Abreu, filha do major do 11.º de infantaria José Libanio Lins de Souza, veterano da guerra do Paraguay. Desse matrimonio houve sete filhos.

Nomeado director das obras militares do Estado de Santa Catharina, partiu em Janeiro de 1882, assumindo o exercicio desse cargo em Fevereiro, nelle se conservando

até Junho de 1885, quando foi exonerado, partindo para o Rio de Janeiro, séde do seu cargo. Tanto na provincia de Santa Catharina como na do Paraná, desempenhou importantes serviços technicos, de nomeação dos prezidentes, sob as ordens dos quaes serviu. Nomeado ainda nesse anno director da Colonia Militar do Chopim, no interior da provincia do Paraná, assumio esse cargo em Dezembro, tendo-se conservado nelle até 30 de Junho de 1888, data em que passou o exercicio aó medico da colonia, por ter sido nomeado director das obras militares da provincia, partindo para Curityba. No cargo de director da colonia, em 1887 foi mandado pelo governo geral ao encontro da commissão argentina, no limite do paiz com essa nação, para verificar o estado de saúde da comitiva, pois constava ter-se manifestado nella o cholera morbus. Essa commissão era dirigida pelo coronel argentino Garmendia, e a brazileira pelo barão de Capanema. Teve occasião de prestar serviços de soccorros, com generos alimenticios e outros, ás turmas dessas commissões que exploravam os rios Chopim e Iguassú até a confluencia do Santo Antonio.

Assumindo o exercicio do seu cargo no fim desse mez em Curityba, era nomeado logo, depois cumulativamente, director das obras publicas da provincia. Promovido a major, a 7 de Março de 1890, foi graduado em tenente-coronel a 21 de Março de 1891. Em Dezembro desse anno, deixou os cargos que exercia: o do Estado, por não permittir a Constituição acumulação de cargos, e o federal, por ter sido nomeado chefe da 3.ª secção do Quartel Mestre General. Assumio as funcções desse cargo nesta capital ainda nesse mez, tendo sido promovido á effectividade do posto de tenente-coronel a 18 de Janeiro de 1892, por merecimento. Era nesse mesmo mez nomeado director do Arsenal de Guerra da Bahia, cargo que exerceu até Maio desse anno. Exonerado, recolheu-se á Capital Federal, sendo nomeado inspector das colonias militares do Jatahy, Chopim e Fóz do Iguassú, partindo, por isso, para o Estado do Paraná. Encetou a inspecção pela Colonia do Jatahy,

a 80 leguas de Curityba, ao Norte do Estado, á margem esquerda do rio Tibagy, 8 legoas acima de sua fóz no Paranapanema, trez mezes depois de chegado a Curityba, regressando após dois mezes. Apresentou relatorio minucioso, que deu origem a varias providencias por parte do Ministerio da Guerra, partindo em Março do anno de 1893 para as colonias Fóz do Iguassú e Chopim, na direcção S. O., com um percurso a cavallo de 126 leguas e, no regresso, tocando na de Chopim, a 85 leguas da capital, regressando em Agosto.

Foi eleito deputado ao Congresso do Estado nesse anno.

Em fins de Setembro, assumio o commando da guarnição em Curityba, suspendendo a inspecção, por ordem do governo. Deixou esse commando trez mezes depois, para tomar parte nos trabalhos do Congresso do Estado, sem prejuizo das suas occupações militares. Seguio para a capital da Republica em Fevereiro de 1894, regressando dias depois para reunir-se ás forças em operações no Itararé, Estado de S. Paulo, com ellas marchando para o Estado do Paraná, como assistente do quartel mestre general da divisão. Organizado na cidade de Castro o corpo de exercito expedicionario, foi nomeado deputado do quartel mestre general em Abril, dissolvendo-se o corpo de exercito em Maio. Voltando á divisão, foi de novo nomeado assistente do quartel mestre general. Nomeado commandante da Escola Militar do Rio Pardo, deixou de seguir por serem necessarios os seus serviços nas forças em operações, até que em Dezembro se recolheu a esta capital com a dissolução das forças, por estar terminada a revolta. Nomeado ajudante do pessoal da Escola Superior de Guerra, foi dispensado do commando da do Rio Pardo, sem havel-o assumido.

Em Março de 1895, foi transferido para a Escola da Praia Vermelha na mesma funcção de ajudante do pessoal. Exonerado em Junho, por ter sido nomeado auxiliar technico da Repartição do quartel mestre general, exerceu essas funcções até Março de 1896, quando foi nomeado chefe da

commissão constructora da estrada estrategica da cidade do Porto da União da Victoria á de Palmas. Dispensado em 1898, recolheu-se a esta capital, sendo nomeado ajudante do pessoal da Escola do Realengo. Exonerado no anno seguinte por ter sido nomeado delegado do chefe do Estado Maior junto ao commando do 5.º districto, na capital do Estado de Pernambuco, percorreu varias cidades do interior do Estado em procura de local para concentração de forças. Partio para a capital do Estado da Parahyba em commissão do commando do districto.

Exonerado, foi nomeado Archivista da Repartição do Estado Maior do Exercito em 1900, sendo a 14 de Dezembro desse anno, promovido a Coronel. Partio em Janeiro de, 1901, com mais dois Coroneis para o Paraná afim de fazer parte de um conselho de investigação, tendo ido até a Colonia da fóz do Iguassú, regressando em Junho, assumio de novo suas funcções de chefe do Archivo do Estado Maior, cargo que deixou em Março, por ter sido nomeado Sub-intendente da Intendencia Geral da Guerra. Nesse cargo, tomou parte como Intendente geral das forças, nas manobras realizadas em 1906 e 1907, nos campos de Santa Cruz. Em 1908, foi nomeado chefe do Departamento da Administração da Guerra por occasião da organização do exercito.

Foi elogiado pelo Governo pelas promptas providencias que tomou por occasião das revoltas dos marinheiros e do batalhão naval, de modo todo especial, pois, nesse elogio, fôra contemplado com os Generaes Inspector da região e chefe do Estado Maior. Foi promovido a General de Brigada em 10 de Fevereiro de 1910 e nomeado Inspector da 10.ª região militar em São Paulo, onde, apóz a visita do Ministro da Guerra em Janeiro do anno seguinte, foi elogiado pelo seu modo de proceder. Transferido em Junho desse anno para a 11.ª região, foi promovido a General de Divisão em 6 de Abril de 1914. Pedio exoneração em Agosto desse anno, no que foi attendido, vindo para a Capital, Federal, por ter sido em Dezembro eleito deputado federal pelo Estado do Paraná.

SANTA CATHARINA

(quatro deputados)

DISTRICTO UNICO

1.º — Celso Bayma.

2.º — Henrique de Almeida Valga.

3.º — Eugenio Luiz Müller.

Nascido em Itajahy, Santa Catharina, em 13 de Novembro de 1856, foram seus paes Pedro Müller e d. Anna Maria Müller, aquelle oriundo de Mosen e esta de Kerish, na Allemanha.

Iniciando a vida na sua cidade natal, entrou para o commercio aos onze annos de idade, vindo depois para o Rio de Janeiro, onde se empregou como caixeiro.

Regressando em 1879 a Itajahy, estabeleceu-se com casa commercial e ahi sempre rezidio até 1913.

Activo, intelligente e trabalhador, fez-se por si e muito auxiliou o seu irmão Lauro Müller na sua educação e vida publica.

Em Itajahy, além de negociante, advogou; e foi ainda juiz federal supplente, juiz de direito interino, promotor de justiça, commissario de policia e administrador da meza de rendas. Durante quatro annos, foi tambem tabellião.

Eleito deputado ao Congresso do Estado em tres legislaturas, foi ainda suffragado vice-governador no quatriennio de 1910 a 1914. Nesse periodo, administrou algum tempo a sua terra natal. No segundo dia do seu governo, rebentou a revolta dos fanaticos do *Contestado,* chefiada pelo intitulado *Monge José Maria.*

Sobreveio depois a gréve do Tubarão e Pantanal, durante a qual revelou fino tacto politico, conseguindo de-

bellar o movimento de modo pacifico e satisfactorio para todos.

Nomeado mais tarde tabellião de notas do Districto Federal, fixou rezidencia no Rio de Janeiro.

Em 1915, foi eleito deputado federal por Santa Catharina á 9.ª legislatura do Congresso Nacional. Apezar de filho de allemães, votou com o seu irmão Lauro Müller, a favor da guerra entre o Brazil e o Imperio Germanico.

4.º — Gustavo Lebon Regis.

Nasceu a 18 de Fevereiro de 1874 no municipio de Paraty, Estado de Santa Catharina, na propriedade agricola de seus pais. É filho de Alexandre Justino Regis e sua esposa Luiza Lebon Regis. Seus avós paternos eram brazileiros; seu avô materno belga e sua avó materna franceza.

Iniciou os seus estudos na cidade de Joinville, interrompendo-os aos 14 annos e retirando-se para Campo Alegre em busca de melhoras para a saude profundamente abalada. Ahi esteve empregado no commercio até que, proclamada a Republica, com o consentimento dos seus pais, resolveu matricular-se na Escola Militar. Auxiliado pelo dr. Lauro Müller, tentou matricular-se nesta Escola em começos de 1891, não o conseguindo. A convite deste politico que lhe offereceu hospedagem em sua casa, foi para Florianopolis, onde frequentou o Gymnasio durante o referido anno. Em 1892, voltou ao Rio conseguindo então realizar o seu desejo de matricula na Escola, onde se formou engenheiro militar, conseguindo tambem a carta de bacharel em mathematica e sciencias physicas e naturaes em começo de 1902.

Logo depois de iniciada a revolta de 6 de Setembro de 1893, seguio com o general Argollo que havia sido incumbido pelo marechal Floriano de organizar a defeza do governo legal no Estado do Paraná. Organizadas as forças que deviam marchar para Santa Catharina, foi commissionado no

posto de 2.º tenente de artilharia, no dia 31 de Outubro de 1893, sendo designado para ajudante da força de artilharia da divisão commandada por aquelle general, e, nesta qualidade, tomou parte nos combates do Rio Negro, Rio da Varzea e no cerco da Lapa, já então commandadas as forças pelo general Carneiro, sendo gravemente ferido com uma bala no peito na mesma trincheira em que cahio mortalmente attingido o glorioso commandante da praça.

Não só destes chefes militares, como de outros sob cujas ordens tem servido, recebeu sempre em ordens do dia as mais elogiosas referencias.

Terminada a revolta, voltou para o Rio de Janeiro, onde foi servir na fortaleza de S. João, seguindo depois para Santa Catharina, onde exerceu as funcções de auxiliar do chefe de policia do governo do coronel Moreira Cesar e, depois, a de commandante da fortaleza do Estreito. Voltou para a Escola Militar em começos de 1895 sendo logo depois de iniciadas as aulas mandado servir no 4.º batalhão de artilharia no Pará, por ter sido fechada a escola pelo governo do dr. Prudente de Moraes. Voltando ao Rio em 1896, foi servir na fortaleza de Santa Cruz, onde exerceu o cargo de ajudante até que effectuou matricula novamente na Escola Militar.

Neste estabelecimento, contribuio efficazmente para que fosse dominado um movimento subversivo de praças de um corpo de infantaria, alli destacadas, sendo muito elogiado pelo então commandante general Teixeira Junior.

Terminados os seus estudos em começos de 1902, foi para Santa Catharina praticar na Repartição Geral dos Telegraphos até que, em Maio do mesmo anno, foi eleito deputado estadual, tendo occupado na Camara o logar de secretario e o de relator de differentes commissões, por annos successivos, inclusive da commissão de orçamento, ficando por isso mesmo com o cargo de leader e, por ultimo, com o de Prezidente do Congresso.

A convite do dr. Gonçalves Junior, então director do Povoamento do Sólo, exerceu o logar de inspector em Santa

Catharina. Foi durante algum tempo Superintendente Municipal da Capital, de nomeação do governador do Estado, e tambem Secretario Geral dos Negocios do Estado, cargo que deixou quando terminou o governo do coronel Vidal Ramos, sendo logo depois eleito deputado federal.

Em 1903, fundou a Sociedade Catharinense de Agricultura que realisou em 1905, em Florianopolis, uma exposição de agricultura, industrias e artes, a mais completa que se tem realizado naquelle Estado.

Em 1908, foi o delegado de Santa Catharina junto á Exposição Nacional, tendo aquelle Estado conseguido um dos logares mais salientes naquelle certamen.

Quer por occasião da exposição estadual, quer da nacional, percorreu todo o seu Estado em propaganda. Occupa actualmente o cargo de thezoureiro da Sociedade Nacional de Agricultura, tendo reprezentado o seu estado no Congresso Nacional de Agricultura de 1908, na Conferencia Assucareira de Campos, na Primeira Conferencia Algodoeira e na Primeira Conferencia de Pecuaria.

RIO GRANDE DO SUL

(dezeseis deputados)

PRIMEIRO DISTRICTO

1.º — Alvaro Baptista.

Filho de Felisberto Baptista da Costa e de d. Henriqueta de Sá Baptista, nasceu em S. Borja, Estado do Rio Grande do Sul, em 11 de Novembro de 1858.

Seu pai foi o primeiro mestre de Escola Publica em S. Borja, cargo que começou a exercer em 1855. Posteriormente, occupou lugares na administração municipal e foi solicitador e advogado. Sua mãi tambem foi mestra de escola, porem durante poucos annos.

Em 1871, iniciou os seus estudos em Porto Alegre, no

collegio «Gomes». Concluio o curso primario nesse mesmo anno e, em 1875, terminou o curso preparatorio.

Sem recursos para continuar a estudar, pois, nessa epoca, só poderia fazel-o, fóra da provincia, resolveu estudar agrimensura e, obtida a respectiva carta, mediante exames feitos na «Escola Militar de Porto Alegre», voltou para o seu municipio natal, onde encontraria trabalho e auxiliaria seu pai na educação de seus numerosos irmãos.

Sabedor dessa resolução, o sr. Fernando Ferreira Gomes, director do collegio «Gomes», oppoz-se tenazmente a ella, e com tal insistencia e cavalheirismo que delle acceitou o emprestimo da quantia precisa para ir para o Rio de Janeiro e para ahi manter-se durante alguns mezes, que julgava precisos para conseguir trabalho.

A inexperiencia da vida arrastou-o a commetter esse grave erro. Os mezes corriam velozes e não encontrava o ambicionado emprego. Foram immensas as difficuldades em que se encontrou e a energia que gastou para vencel-os. Por vezes, tocou ao desespero. Foi ensinando, por preço miseravel, diversos «preparatorios» que conseguio ganhar as primeiras soldadas. Leccionou por oito mil reis mensaes tres preparatorios ao seu primeiro discipulo...

Emfim, chegou a ganhar o necessario para se alimentar e estudava nas bibliothecas e copiava longos trechos de livros que não podia comprar,

Cançado porfim e desanimado, buscou na imprensa meios de vida. Foi revisor d'*O Globo,* em sua ultima phase, quando redactores Quintino Bocayuva e Rego Macedo. Esse emprego ficou devendo a empenho de seu amigo, Luiz Quirino dos Santos, negociante no Rio de Janeiro e homem de grande coração.

Poucos mezes depois, *O Globo* desapparecia e Alvaro Baptista fazia novamente do magisterio o meio de vida.

Abolicionista e republicano, fundou, com Eduardo Augusto Ribeiro Guimarães, Protasio Alves, José Ferreira de Moraes e outros, o «Club Evolucionista» cujo escopo era concorrer para a effectivação dos dous grandes ideaes·

daquelle tempo — a abolição e a republica. O «Club» teve ephemera vida.

No anno seguinte, em 1879, em companhia de Amaro José da Silveira, Protasio Alves, José Ferreira de Moraes, Aureliano Barbosa e outros, todos sul-riograndenses, fundava o club republicano «20 de Setembro».

Nesse mesmo anno, adoeceu gravemente e, com immenso sacrificio, voltou a S. Borja á casa paterna. Logo que melhorou, fundou um club abolicionista, fez uma conferencia publica em beneficio dos escravos e teve o prazer, de, por esse modo, concorrer para a immediata libertação de uma familia escrava, composta de tres pessoas.

Em 1880, regressou ao Rio, onde continuou os seus estudos, doutorando-se em medicina, a 22 de Dezembro de 1882.

Foi exercer a profissão medica em S. Borja, onde obteve numerosa clientela.

Encetou com seu irmão Homero Baptista e ajudados ambos das sympathias publicas e de alguns amigos, tenaz campanha abolicionista no municipio de S. Borja, no de Boqueirão e em parte do de Itaquy. Quando foi votada a lei de 13 de Maio, já a zona acima referida, não possuia escravos, mas apenas os libertos condiccionalmente.

Por mais de um periodo, exerceu a prezidencia do «Club Republicano» de S. Borja.

Fez parte do congresso republicano, reunido em Santa Maria, em 1887, o qual tomou a deliberação de modificar a propaganda republicana que esperava da evolução a transformação da forma do governo, intensificando-a e dandolhe a orientação revolucionaria que, desde então, se apparelhou para, morto D. Pedro II, impedir o advento do 3.º reinado e, pelas armas, fundar a republica federativa.

Taes ideas haviam tido origem em S. Borja e dado logar a uma reunião dos republicanos, na fazenda da «Reserva», municipio de Villa Rica, onde foi resolvida a convocação do grande congresso de Santa Maria ao qual alludimos.

Em S. Borja, fez parte da redacção de dous jornaes, *O Municipio* e *O Movimento*.

Mudada a fórma do governo e, logo após, feita a eleição dos constituintes federaes, o partido republicano pelo seu chefe, Julio de Castilhos, confiou-lhe os logares que elle occupara de secretario do interior e director do orgam do partido, *A Federação*.

Ao mesmo tempo incumbiram-no da direcção e arregimentação partidaria, na ausencia do illustre chefe.

Encerrados os trabalhos da Constituinte Federal e tendo sido eleito reprezentante á Constituinte do Estado, deixou Alvaro Baptista aquelles cargos que occupara interinamente.

Nesta assembléa, discordou da sua maioria e teve como companheiros, o illustre jurisconsulto Lacerda de Almeida, Marçal Escobar, Julio de Mendonça Moreira, Luiz Englert e Clemente Pinto.

A attitude que, posteriormente, o governo do Estado manteve relativamente ao golpe de estado de 3 de Novembro, aggravou aquella divergencia e, vencido, retirou-se para a campanha.

Desordens administrativas, desgoverno, falta de garantias, impelliram-no de novo para a actividade e deu todo o seu concurso á reposição do governo legal, reprezentado por Julio de Castilhos, no memoravel dia 17 de Junho de 1892.

Pegou das armas, primeiro com um grupo de co-religionarios com os quaes marchou para S. Luiz, afim de fazer juncção com as numerosas forças que Pinheiro Machado havia concentrado naquella localidade.

Mais tarde, sob as ordens do general Francisco Rodrigues Lima, seguio como chefe do serviço medico da divisão, que elle commandava, até Caverá.

Victoriosa a revolução de Junho em Porto Alegre, partio para essa cidade, a chamado de Julio de Castilhos. Ahi, estavam reunidos todos os deputados estadoaes e accordaram em renunciar collectivamente o mandato no intuito de

obter do partido republicano a homologação de sua conducta anterior.

Alvaro Baptista, porem, não julgava que os mesmos motivos lhe assistiam, visto como havia divergido dos seus companheiros, e não renunciou.

Retirou-se para a campanha e dedicou a sua actividade quasi exclusivamente á agricultura. Pouco tempo depois, reeleito deputado estadual, renunciou.

A invasão federalista e a occupação do municipio de S. Borja por forças revolucionarias obrigaram-no a refugiar-se com a familia, em S.to Thomé, cidade da Republica Argentina, até que as forças legaes reoccupassem S. Borja.

De regresso ao Brazil, trazia a resolução firme de fazer todo o empenho em favor da pacificação do Estado.

A' frente do movimento pacifista, postára-se o seu irmão Homero Baptista. Logo depois de voltar ao Brazil, este foi para Porto Alegre, onde mais efficazmente poderia agir em favor da paz. Chamado por elle, foi tambem Alvaro Baptista á capital.

Depois de penosas tentativas, compraram uma typographia e fundáram um jornal diario *A Republica* cujo primeiro numero appareceu **no dia 16 de Julho de 1894**, pregando a paz, ardentemente.

Na direcção do jornal, ficou Homero Baptista e o illustre republicano Francisco Gonçalves Miranda.

De retorno a S. Borja, entregou-se infatigavelmente ao trabalho para auxiliar a manutenção da *A Republica*.

Feita a paz, retirado da politica partidaria, então muito extremada, dedicou-se novamente á clinica medica com devotamento.

Fundou a sociedade «Beneficente S.-Borjense» com a intenção de, por ella amparado, construir um hospital de caridade para os numerosos infelizes que careciam de assistencia medica. No fim de tres annos mais ou menos, realizava essa aspiração que tanto preoccupava o seu espirito.

O edificio teve por modelo o hospital de Dijon, em França. Foram construidos dous bellos e vastos pavilhões

que podiam agasalhar trinta doentes, o pessoal da administração, etc.

Inaugurou o hospital e foi o seu primeiro medico e director.

Na mesma época, fundou um externato de ensino secundario, do qual foi director e professor substituto, gratuitamente.

Por fim, tendo perdido seus paes e não encontrando consolação na sua cidade natal, resolveu mudar-se para Porto Alegre onde, em fins de 1906, começou e exercer a profissão medica.

Em Janeiro de 1908, foi destacado para o cargo de Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda, sendo prezidente do Estado o dr. Carlos Barbosa Gonçalves. Em Setembro de 1909, aprezentou o seu pedido de demissão, que foi concedida.

Escreveo dous relatorios em que examinou as principaes questões economicas do Estado e empenhou-se por apontar-lhes as soluções que o estudo e a reflexão lhe aconselhavam.

Convidado em Dezembro de 1910 para o cargo de Director Geral de Instrucção Publica do Districto Federal, acceitou e tomou posse a 4 de Janeiro de 1911.

Levou a effeito uma reforma completa do ensino primario. Regulamentou e desenvolveo o ensino profissional.

Pedio demissão desse cargo em Maio de 1912.

Em 1913, foi eleito deputado estadual e exerceu o mandato durante as sessões de 1913 e 1914, sendo eleito em ambas prezidente da commissão de finanças.

Em 1914, auxiliado pelo apoio moral do prezidente do Estado, dr. Borges de Medeiros, e por alguns amigos dedicados, fundou a «Sociedade Amparo Mutuo dos Empregados Civis e Militares, Estadoaes e Municipaes», resolvendo o problema do montepio civil e militar, livre e extra-official.

Esta Sociedade está em elevado gráo de prosperidade.

Eleito deputado federal, tomou assento a 3 de Maio de 1915.

Alvaro Baptista, que se casou em 1884 com d. Felisberta do Amaral Martins, filha do brigadeiro honorario do exercito, Francisco Antonio Martins, goza no Rio Grande do Sul e em todo o paiz de uma grande e justa reputação, não só de homem de talento e de principios, como de um caracter rigido e austero, raro nos tempos que correm.

2.º — João Vespucio de Abreu e Silva.

3.º — João Simplicio Alves de Carvalho.

4.º — Luiz Soares dos Santos. Renunciou em 11 de Maio de 1916 por ter sido reconhecido senador pelo E. do Rio Grande do Sul.

José Barbosa Gonçalves. Eleito em 1.º de Agosto de 1916 e reconhecido em 28 de Setembro.

5.º — Evaristo Teixeira do Amaral.

6.º — Gumercindo Taborda Ribas.

SEGUNDO DISTRICTO

7.º — Francisco Antunes Maciel Junior.

Nascido a 4 de Maio de 1879 em Pelotas, Rio Grande do Sul, é filho do eminente parlamentar do Imperio e antigo ministro de Estado, conselheiro Francisco Antunes Maciel e d. Francisca Moreira Maciel. Estudante de humanidades em Pelotas, tendo emigrado para o Uruguay em 1893 por effeito da revolução federalista, matriculou-se na Universidade de Montevidéo em 1894, após exame de admissão.

Terminada a revolução, em 1896, regressou ao Rio Grande, continuando os estudos e prestando exames, successivamente, de preparatorios, em Porto Alegre, Rio de Janeiro e S. Paulo, em cuja Faculdade de Direito se matriculou. Por doença grave, foi forçado a transferir-se para a Capital Federal, após dois e meio annos de curso em S. Paulo, vindo, então, a bacharelar-se em 1902, na Faculdade Livre de Direito.

Formado, fez-se advogado em Pelotas até ser chamado a assumir a direcção do jornal *A Reforma*, orgão do partido federalista, velha folha fundada pelo conselheiro Gaspar Silveira Martins, como orgão do partido liberal rio-grandense, no Imperio.

Publicado durante quatro annos em Pelotas, o jornal foi transferido para Porto Alegre, onde ainda durante mais dois continuou na sua direcção. Em 30 de Janeiro de 1915, era, afinal, eleito deputado federal pelo 2.º districto do Rio Grande do Sul, em pleito disputadissimo, contra a chapa completa do partido situacionista, que fizera rodizio. Foram eleitos tambem quatro candidatos governistas, sendo derrotado o ex-leader da Camara, dr. Fonseca Hermes, que obteve 14.400 votos contra 18.700 alcançados por Maciel, ficando, assim, burlado o rodizio.

Collaborador de innumeros jornaes do Rio Grande do Sul, desde antes de diplomado, publicou ainda os seguintes trabalhos: *O Rio Grande* (livro de combate e critica á situação rio-grandense, em seu systema e processos de governo); *Synthese da Evolução do Equilibrio Politico* (dissertação aprezentada á Faculdade de Direito de S. Paulo para prova de habilitação á livre docencia).

Espirito forte de lutador, herdado dos seus maiores, desde muito jovem jámais deixou um só momento de combater a situação dominante no seu Estado, affrontando bravamente o ostracismo atravez das mais asperas campanhas de imprensa e de tribuna.

8.º — Augusto Pestana.

Nascido no Rio de Janeiro, é formado em engenharia civil.

Profissional de grande competencia e dotado de bellas qualidades de espirito, não tardava a fazer carreira no Rio Grande do Sul, onde foi exercitar a sua actividade.

Filiado ao partido republicano, alli chefiado a principio por Julio de Castilhos e, depois, pelo dr. Borges de Medeiros, era bem depressa eleito deputado á Assembléa Legislativa do Estado.

Em 30 de Janeiro de 1915, era elevado á Camara Federal, onde desempenhava brilhantemente o mandato, sendo finalmente escolhido para fazer parte da Commissão de Finanças, na qual, como relator do Orçamento da Viação, elaborou importantes pareceres.

9.º — Ildefonso Soares Pinto.

Nascido em S. Vicente, Rio Grande do Sul, em 18 de Dezembro de 1878, é filho de Manoel Soares Pinto, de nacionalidade portugueza, e d. Maria Jannes Pinto, de familia brazileira.

A 7 de Setembro de 1894, contando apenas dezeseis annos, deixou a casa paterna, disposto a lutar por si mesmo na vida.

Admittido como practicante de telegraphista na Estrada de Ferro de Porto-Alegre a Uruguayana, tres mezes apóz era nomeado effectivo. Desde então, começou a impôr-se á estima de todos pela sua brilhante intelligencia, amôr ao trabalho e dedicação ao estudo. Essas raras virtudes já se haviam revelado desde a escola primaria.

Com os parcos rendimentos de sua primeira profissão, começou a estudar sem mestre, guiado apenas pelo seu esforço, portuguez, francez e outras disciplinas. E, um bello dia, sem recommendação de especie alguma, aprezentou-se ao senador Pinheiro Machado e pedio-lhe que se

interessasse pela sua matricula na Escola Militar, de Porto-Alegre. O illustre chefe republicano acolheu-o carinhosamente e satisfez-lhe as aspirações.

Entrou assim para esse instituto militar em 31 de Março de 1897. No primeiro anno de preparatorios, sem recursos de especie alguma para manter-se, estudou todas as materias pelos livros dos collegas, aproveitando as altas horas da noite, quando todos dormiam. No segundo, abrio aulas de mathematica, explicando-as aos mais novos. Nos exames, conquistou sempre notas distinctas em quasi todas as cadeiras, occupando sempre o 1.º logar na sua turma.

Em 1901, seguio para a Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, onde fez o curso das tres armas, e o 1.º anno de Engenharia e Estado Maior, chamado então *curso especial,* terminando-o na Escola do Realengo e conquistando novas distincções.

No primeiro anno, como não houvesse compendios por onde se pudessem estudar as materias, que constituiam a cadeira regida pelo Professor Trompowsky, inventou um systhema tachygraphico seu e copiou todas as lições.

Em 24 de Fevereiro de 1902, foi declarado alferes-alumno, sendo promovido a 2.º tenente em 10 de Janeiro de 1907 e a 1.º em 9 de Outubro de 1912, com antiguidade de 4 de Setembro do mesmo anno.

Engenheiro militar e bacharel em sciencias physicas e mathematicas pelo Regulamento de 1908, foi servir na direcção de Engenharia, em Porto-Alegre. Dahi sahio para reger uma aula de chimica na Escola Militar, de Porto Alegre, leccionando tambem direito e topographia. Mais tarde, era nomeado professor de physica, mecanica e economia politica da Escola de Engenharia, de Porto Alegre, onde se formou tambem na Faculdade de Direito, sendo laureado.

Desde estudante de preparatorios, escreve para jornaes e revistas. Ainda em Porto Alegre, foi redactor d'*A Federação* e, depois, seu director.

Eleito deputado á Assembléa dos Reprezentantes do Rio Grande do Sul, foi 2.º secretario da meza e membro e relator da Commissão de Orçamento.

Em 1915, eleito deputado federal á 9.ª legislatura do Congresso Nacional, continuou a defender com ardor e brilhantismo as ideias que propagara sempre na tribuna e na imprensa, batendo-se bravamente pela efficiente organização do exercito e, em particular, pelo serviço militar obrigatorio, assumpto sobre que fez diversas conferencias no Rio Grande do Sul.

Na Camara Federal, pertenceo, a principio, á commissão de Marinha e Guerra e, depois, á de Finanças.

10.º — José Thomaz Nabuco de Gouvêa.

11.º — Marçal Pereira Escobar.

TERCEIRO DISTRICTO

12.º — Raphael Cabeda.

Nascido no Rio Grande do Sul e dotado de viva intelligencia e amôr ao trabalho, bem cedo se tornou independente, exercendo a carreira commercial nas regiões fronteiriças do seu Estado natal.

Adversario ardoroso e intransigente do partido, chefiado por Julio de Castilhos, não tardava a ser um dos chefes do partido federalista, tomando parte proeminente na revolução que alli irrompeu nos primeiros annos do regimen republicano. Organizou nesse sentido córpos de combatentes, disciplinou-os, deu-lhes equipamento e, á sua frente, entrou em multiplos combates dessa memoravel luta civil. Servio assim á causa federalista até ao fim da revolução, tendo recebido de seus commandados as honras de general, como Gumercindo Saraiva, Apparicio e outros, e gozado na ultima phase da campanha da confiança de Saldanha

da Gama, quando assumio a direcção suprema dos insurgentes.

Em 1915, era eleito deputado federal pelo seu partido.

13.º — DOMINGOS PINTO DE FIGUEIREDO MASCARENHAS.

14.º — JOAQUIM LUIZ OZORIO.

15.º — JOÃO BENICIO DA SILVA.

16.º — ILDEFONSO SIMÕES LOPES.

APPENDICE

Notas, falhas e alterações

Notas, falhas e alterações

Primeiro Volume



Pagina 3. — **Governo Provisorio.** — Essa junta revolucionaria fôra constituida pelos homens mais eminentes que, reprezentando embóra escólas adversas e sentimentos contrarios, se haviam empenhado na memoravel campanha de demolir o Imperio, porque o tinham proclamado o grande propulsor da nossa ruina material e politica.

Por esse motivo, passados os primeiros instantes de incertezas e de desvairamentos, não tardou que os mais perniciosos contrastes, os mais funestos desaccordos de doutrinas e de sentimentos, se começassem a dar no seu seio.

A principio, como já fizemos sentir em outro livro, não foram propriamente as ambições e as rivalidades que se entrechocaram. O patriotismo, as responsabilidades da situação creada e o amôr á Republica, conjunctamente ou em parte, haviam adormecido essas pequenas e baixas paixões.

Os primeiros attritos na vida intima do Governo Provisorio provieram da indole e das ideias dos ministros e da inexperiencia de Deodoro que, se tinha rasgos magnanimos de coração, não possuia a capacidade para, por si só, dirigir o paiz ou impôr a sua vontade aos seus companheiros de poder.

Do jogo de tão diversos e antagonicos caracteres, é facil deduzir-se que de actos desencontrados não começaram a ser expedidos pelos reprezentantes de um governo que deveria obedecer a um pensamento uniforme e commum.

Foi, principalmente, para remediar esses males que resolveu o Governo Provisorio tirar do seu chefe supremo a responsabilidade unica da administração, tornando-a collectiva e estabelecendo que os seus membros deliberassem sempre nas questões mais graves ou capitaes por maioria de votos. Instituia-se assim o *Conselho de Ministros.*

Essa practica salutar, todavia, não foi felizmente seguida á risca, o que occasionou mais tarde gravissimas crises dos ministros entre si ou entre alguns destes e o dictador e arrastou a Republica ao regimen funesto dos golpes de Estado, das revoltas militares e das discordias civis.

Instituido, porém, o *Conselho de Ministros* para os actos de solidariedade governamental e para as decissões collectivas em tudo que affectasse caracter legislativo, mesmo assim, de 15 de Novembro de 1889 a 1.º de Janeiro seguinte, não se lavraram documentos publicos pelos quaes a critica historica pudesse um dia formar-se, demonstrando, com precisão, a quem teria cabido a iniciativa das graves medidas então postas em execução.

O banimento da Familia Imperial, a deportação dos velhos servidores do throno, o fuzilamento de praças do exercito e da marinha, revoltadas por fidelidade ás instituições monarchicas, e outros tantos golpes de energia e de violencia, assim como as negociações sobre o Tratado das Missões com a Republica Argentina, pelas quaes tão injustamente soffreu sósinho Quintino Bocayuva, tudo isso foi discutido e deliberado nas conferencias conjuntas do Governo, mas nada se protocollou, de modo a se conhecerem no futuro os motivos de ordem superior, determinantes de tão altas resoluções, partilhadas, igualmente ou em parte, as responsabilidades por todos os membros da Junta Revolucionaria ou enfeixadas unicamente pela vontade soberana e omnimoda do Generalissimo.

Felizmente, para a vida politica da Republica e rehabilitação historica de alguns republicanos eminentes, ia em meio a sessão do *Conselho de Ministros,* a 2 de Janeiro de 1890, quando Benjamin Constant propoz a nomeação de um secretario geral que lançasse em protocollo o resumo de todos os actos e debates dos membros do **Governo Provisorio.** Essa nomeação recahio no dr. João Severiano da Fonseca Hermes, sobrinho do Marechal Deodoro, lavrando elle desde então as actas das sessões do Conselho de Ministros, prezididas pelo Dictador.

As copias authenticas de todos esses importantes e memoraveis documentos constituem hoje um grosso volume, publicado por **Dunshee de Abranches**, sob o titulo — **Actas e actos do Governo Provisorio** — (8.º — 402 paginas — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1907).

Pag. 7, linha 4. — **Biographia de Deodoro.** — onde está — pelos seus mais illustres e ardorosos *reprezentantes,* leia-se — *commandantes.*

Pag. 11. — **Biographia de Ruy Barboza.** — Além de se affirmar que coubéra a este eminente brazileiro *a elaboração de quasi todos os grandes actos iniciaes do Governo Provisorio da Republica,* allude-se ainda á *Lei Saraiva,* dizendo-se que essa importante reforma eleitoral do Imperio fôra obra sua nas linhas fundamentaes.

Com effeito, no 30.º capitulo do 2.º volume das *Memorias de um historico,* de *Dunshee de Abranches,* publicadas em 1896, fez-se pela primeira vez tão curiosa revelação, que foi confirmada em carta de 10 de Maio desse anno, dirigida pelo Conselheiro Ruy Barboza áquelle escriptor. Nessa carta, que foi publicada em uma extensa nota da citada obra, descreve-se tudo que se passou entre os conselheiros Saraiva e Dantas e o dr. Ruy Barboza, que recebeu, daquelles saudosos estadistas, a incumbencia de, em 48 horas, redigir o memoravel projecto que servio de programma ministerial ao gabinete 28 de Março.

Pag. 16, linha 3. — Em vez de governador do Estado, diga-se — prezidente do Estado.

Pag. 17. — **Biographia de Aristides Lobo.** — Poucos homens publicos têm sido tão mal julgados pelos contemporaneos. Tido geralmente como um jacobino impenitente, sem coração nem condescendencias para com os inimigos da Republica, foi todavia no Governo Provisorio o ministro que mais accentuada benevolencia mostrou em relação aos servidores do regimen decahido, opinando para que não fossem perseguidos nem maltratados, uma vez que não attentassem por actos provados contra as instituições proclamadas. Nas *Actas e actos do Governo Provisorio,* são nesse sentido descriptos os mais interessantes episodios.

Pag. 23. — **Biographia de Quintino Bocayuva.** — Refere-se em um de seus paragraphos que o *Tratado das Missões,* firmado no Prata por Quintino Bocayuva, logo depois de proclamada a Republica, não foi um acto de sua exclusiva responsabilidade, mas de todo o Governo Provisorio, só se tendo opposto ás suas clausulas um de seus membros — Benjamin Constant.

E' um facto. Tendo-se resolvido então ultimar sem perda de tempo essa secular pendencia, foi ella tratada de governo a governo. O telegrapho foi ligado directamente para o Palacio Itamaraty, que era no momento a séde do Governo, e, dahi, o Conselho de Ministros, successivamente reunido em sessões secretas, sob a prezidencia de Deodoro, negociou com o dr. Zeballos, ministro do Exterior da Repu-

blica Argentina, todas as clausulas do convenio, servindo apenas Quintino Bocayuva de simples intermediario ás resoluções adoptadas por maioria de votos.

Assentadas as bases do tratado, seguio Quintino com o ministro argentino, dr. Henrique Moreno, para o Rio da Prata. Deodoro, de espontanea vontade, ordenára que os dois plenipotenciarios partissem a bordo do couraçado *Riachuelo,* capitanea da esquadra brazileira.

Na ausencia do ministro do Exterior, demittiu-se Aristides Lobo da pasta do Interior, sendo substituido por Cezario Alvim, inimigo pessoal do patriarcha da Republica desde os ultimos annos do Imperio.

Ao mesmo tempo, a opinião publica agitára-se contra o Tratado. A imprensa em pezo accusava o governo de haver compromettido os mais caros e legitimos interesses do Brazil. No seio do proprio governo, ministros houve que se insurgiram tambem contra o que haviam antes combinado. Wandenkolk, em um impeto de cólera, chegou a exigir que se retirasse o *Riachuelo* da missão em que se achava, opinando que Quintino deveria regressar em um navio mercante. No ministerio, acabou mesmo com outro collega por propôr-lhe a demissão. Contra isso, rebellou-se Campos Salles que, em sessão plena do Governo Provisorio, apoiado por Cezario Alvim, embora inimigo pessoal de Quintino, mostrou que um recúo naquelle instante, além de um acto indigno, seria um perigo para as proprias instituições nascentes, e conseguio que fosse declarado pelo *Diario Official* que todos os membros da dictadura eram solidarios com a acção do ministro do Exterior no Prata.

Pag. 29. — **Biographia de Demetrio Ribeiro.** — A sua demissão de Ministro da Agricultura foi devida ao decreto de 17 de Janeiro de 1890, dispondo sobre emissões bancarias, decreto para o qual, á revelia dos seus collegas do Conselho de Ministros, Ruy Barboza obtivera a assignatura de Deodoro e, logo depois, a sua absoluta solidariedade, de modo a que se tornasse lei da Republica, custasse embóra a demissão de todos os outros membros do Governo Provisorio.

Foi essa a primeira crise no seio da junta revolucionaria de 15 de Novembro. No exercito, os dois partidos que, desde a primeira hora, se formaram, um em torno de Deodoro, outro de Benjamin Constant, fizeram com que a influencia deste sobre aquelle se dissipasse logo na segunda quinzena apóz o movimento. Ruy Barboza passou assim a exercer sósinho a mais franca e decidida preponderancia e fascinação no espirito pouco esclarecido do velho cabo de guerra.

Quando foram sorpreendidos com a publicação do decreto das emissões bancarias no *Diario Official,* os demais ministros julgaram-se fundamente offendidos e desconsiderados e, desde então, procuraram

convencer o Dictador de que deveria convocar uma sessão plena do Conselho para se decidir tão grave assumpto. Deodoro muito relutou, mas, afinal, cedeu.

Nesse interim, Aristides Lobo, impressionado com a grita levantada contra as emissões na imprensa, temendo até um levante de quarteis e sentindo imminente a impopularidade do governo logo ao alvorecer da Republica, imaginou um meio salvador para os creditos das instituições. Depois de declarar aos seus collegas que não se considerava mais ministro, procurou Ruy Barboza e convenceu-o de que, por amôr á obra gloriosa de 15 de Novembro, tambem deveria demittir-se. Este concordou com o alvitre e entregou-lhe uma carta em que, dirigindo-se a Deodoro, declarava que a sua resolução de deixar o governo era irrevogavel.

De posse dessa carta, Aristides Lobo dispunha-se a entregal-a ao Dictador, quando, aconselhado por amigos, deliberou esperar uns dias. Nesse intervallo, taes intrigas e enredos se teceram, que aquelle acabou por devolver a missiva ao seu autor que, por sua vez, resolveo comparecer á reunião do conselho de ministros, convocada para 30 de Janeiro de 1890, quando antes declarára formalmente lá não apparecer.

Demetrio Ribeiro havia sido a alma da reacção contra o acto de Ruy Barboza no seio do governo. Pensava que este, com o decreto das emissões, se tornára o *coveiro da Republica.* E, seguro da perfeita união de vistas de todos os seus collegas nesse juizo, acreditava que, diante de uma acção energica e unanime dos seus ministros, Deodoro acabaria por deixar Ruy Barboza isolado, forçando-o a revogar o seu acto precipitado e nefasto.

Assim, porém, não aconteceu. Na reunião do ministerio, o dictador poz-se franca e desabridamente ao lado do ministro da Fazenda, que, por seu lado, affrontou, impavido e intransigente, todos os ataques e recriminações dos seus collegas. E o certo é que, já tarde da noite, quando Deodoro suspendeu a sessão por alguns minutos, para repousar, Aristides, Demetrio, Campos Salles e Benjamin, reunindo-se apressadamente no vão de uma janella, deliberaram capitular, convencidos de que, se não cedessem, seriam todos demittidos, ficando Ruy Barbosa senhor absoluto da situação e podendo organizar um novo ministerio ao seu gosto e discreção. Creou-se, desde esse momento, a fórmula — *engulir a espada,* expressão com que, dahi por diante, symbolisavam os ministros todas as concessões que faziam á vontade soberana de Deodoro.

Demetrio Ribeiro, entretanto, só apparentemente concordára com o recúo dos seus companheiros de governo; e, no dia seguinte, demittia-se do ministerio, declarando irrevogavel a sua resolução e indicando para seu substituto a Francisco Glycerio.

Tambem Aristides Lobo não tardava a seguil-o no mesmo proposito, tomando por pretexto umas nomeações que fizéra para a sua Secretaria e que haviam desgostado a Deodoro, e dando logar a que Minas Geraes tivesse, afinal, o ministro, que tanto ambicionava no Governo Provisorio, com a nomeação de Cesario Alvim.

Pag. 32. — **Biographia de Francisco Glycerio.** — A sua escolha para successor de Demetrio Ribeiro na pasta da Agricultura deu ensejo ás mais deploraveis intrigas. Affirmou-se que Campos Salles tenazmente se oppuzéra á sua nomeação, perfidia essa que produziu os seus fructos fazendo com que, desde então, se esfriasse de todo a funda amizade que tão intimamente ligava os dois velhos propagandistas da Republica.

A verdade, porém, foi outra. Quando Demetrio Ribeiro participou a Campos Salles a sua intenção de indicar a Deodoro o nome de Glycerio ao lhe entregar a demissão, aquelle saudoso estadista apenas disse que talvez produzisse máo effeito a presença de dois paulistas no governo, com preterição de republicanos não menos illustres de outros Estados. Não fez mais assim do que repetir as proprias palavras de Glycerio quando, na noite de 15 de Novembro, recuzára entrar para o ministerio, lembrando então o nome do proprio Demetrio.

O certo, porém, é que, chamado ao Rio para vêr se harmonisava Demetrio e os outros collegas deste com Deodoro e Ruy Barboza, não passára pela ideia de Glycerio que teria de assumir a pasta da Agricultura, tanto que não trouxéra roupa propria para tomar posse da pasta e teve de se aprezentar no Itamaraty com umas calças pretas tomadas de emprestimo a Aristides Lobo.

Pag. 33, linha 22. — Em vez de *Arthur Reis,* leia-se Arthur Rios. Linha 25. — Está *sendo sido* em lugar de — tendo sido.

Pag. 37. — **Biographia de Benjamin Constant.** — As intrigas tecidas entre Deodoro e Benjamin Constant pelos partidos militares, que se haviam formado em torno de ambos, cada qual querendo dominar e colher os louros mais legitimos da revolução, acabaram por provocar uma scena violenta entre os dois velhos camaradas e gloriosos companheiros de lutas.

Na sessão do Governo Provisorio de 27 de Setembro de 1890, Deodoro rompeu o debate atacando violentamente a administração de Benjamin na pasta da Guerra. Este replicou-lhe ainda mais exaltado; e, palavra puxa palavra, houve um momento em que um e outro se levantaram, collocando-se face a face, e em attitude de se bater em duelo mesmo dentro da sala dos despachos do Itamaraty.

— Somos militares! bradou Deodoro; puxe pela espada que eu puxarei pela minha.

Nesse instante, accudiam Floriano, Campos Salles, Wandenkolk e outros ministros que se interpuzeram aos contendores, evitando um tragico encontro.

Dahi por diante, apezar de apparentemente reconciliados, devido aos rogos instantes de amigos communs, nunca mais reataram os dois generaes as suas velhas relações de estima quasi fraternal.

Tambem, Benjamin, desde esse dia, sentio aggravarem-se fundamente os padecimentos que, poucos mezes apóz, o levariam ao tumulo e, desde logo, o impediram de comparecer a quasi todas as reuniões do ministerio.

Pag. 37. — Nesta pagina, como nas de numeros 23 e 42, sahio *Benjamım* Constant em vez de *Benjamin* Constant.

Pag. 40. — **Biographia de Floriano Peixoto.** — A sua nomeação para a pasta da Guerra, occupada por Benjamin Constant desde a proclamação da Republica, foi devida a um meio engenhoso, combinado entre os membros civis do Ministerio, afim de evitar os attritos constantes deste com Deodoro, attritos que chegaram mais de uma vez a scenas violentas.

Imaginou-se assim crear o *Ministerio da Instrucção Publica, Correios e Telegraphos,* constituindo-o com departamentos tirados das secretarias do Interior e da Agricultura, e offerecel-o a Benjamin Constant que alli bem poderia desenvolver todos os altos attributos do seu bello espirito de educador emerito.

Deodoro, sabedor da ideia, applaudio-a calorosamente; e, em uma das reuniões do ministerio, proposta a constituição da nova Secretaria de Estado, foi elle o proprio a convidar Benjamin para exercer o honroso posto e intentar a moralisação do ensino nacional.

Este ainda relutou; quiz indicar Lauro Sodré para o novo ministerio, mas acabou acceitando na maior bôa fé a escolha tão calorosamente applaudida por todos os seus collegas prezentes.

Foi então nomeado Floriano Peixoto para a pasta da Guerra, esperando todos que a pudesse gerir com mais exito, não só pela sua habilidade pessoal, como principalmente pelo conhecimento profundo que tinha dos quarteis e do caracter impulsivo e imperioso de Deodoro.

Pag. 43. — **Segundo ministerio do Governo Provisorio.** — Deixando o ministerio, Demetrio Ribeiro, como deputado á Constituinte da União pelo Rio Grande do Sul, fôra para essa assembléa organizar a tremenda opposição que, mais tarde, não tardaria a arrebanhar os seus proprios collegas do Governo Provisorio.

Na verdade, sob o pretexto de orientar os trabalhos dos constituintes, os ministros de Deodoro eram os primeiros a ir animar pessoalmente todo esse trabalho de sapa, preparatorio da formidavel campanha parlamentar, que quasi conseguiria derrotal-o na eleição á primeira prezidencia constitucional da Republica e acabaria por leval-o ao golpe de Estado de 3 de Novembro.

Divergencias sob divergencias foram tornando impossivel a harmonia no seio do conselho de ministros. As dissenções destes com o generalissimo multiplicavam-se dia a dia. E, na reacção contra o poder supremo do dictador, esqueceram pouco a pouco as rixas que os haviam separado tantas vezes e terminaram por se colligar todos contra o chefe do governo.

Sob esse pensamento, haviam deliberado pedir demissão logo que o Congresso houvesse promulgado a Constituição Federal; mas a insistencia com que Deodoro exigia que fosse baixado o decreto concedendo ao dr. Trajano V. de Medeiros garantia de juros para a construcção do porto das Torres, no Rio Grande do Sul, precipitou a crize. Os ministros, depois de multiplas evasivas, declararam ao seu chefe, que essa concessão era immoral. Este retrucou que immoralissimas haviam sido outras tantas com que cada qual nas suas pastas favorecera tambem os amigos. E, diante desse gesto decisivo do dictador, escreveram-lhe aquelles seus companheiros de governo uma carta collectiva em que se despediam do poder.

Deodoro acceitou pressurosamente a demissão solicitada e chamou o seu particular e dedicado amigo, Barão de Lucena, para organizar o novo ministerio, que governou ainda dictatorialmente o paiz de 22 de Janeiro a 24 de Fevereiro de 1891 e, nessa data, com a promulgação do estatuto fundamental da Republica, transformou-se no primeiro ministerio constitucional do novo regimen.

Na biographia do Barão de Lucena, encontram-se dados interessantes sobre esse grave acontecimento (1.º volume, pagina 45).

Pag. 55. — **Governos constitucionaes — Prezidencia de Deodoro.** — Por um dispositivo da Constituição Federal, ficára estabelecido que a eleição do prezidente e do vice-prezidente da Republica para o primeiro quatrienio seria feita pelo proprio Congresso Constituinte, que se desdobraria em seguida tambem nas duas casas do primeiro Congresso ordinario. Nesse momento, a opposição organizada contra Deodoro

já era tão grande, que este venceu a eleição por 27 votos apenas sobre 95 dados a Prudente de Moraes, que se tornara de facto o chefe da reacção contra o velho cabo de guerra.

No dia da votação final da Carta de 24 de Fevereiro, reunia-se pela ultima vez o conselho de ministros da dictadura, sob a prezidencia de Deodoro. O Barão de Lucena pensava, como muitos amigos do generalissimo e numerosos congressistas, que a maioria dos constituintes exorbitára de suas funcções prorogando os seus mandatos além da data da promulgação do estatuto basico da Republica. Opinavam assim que, uma vez eleitos no dia immediato o prezidente e o vice-prezidente da Republica, deveria baixar o Governo Provisorio um decreto dissolvendo a Assembléa Constituinte e marcando as eleições para o primeiro Congresso Constitucional.

Com sorpreza geral, entretanto, dos seus ministros, Deodoro formalmente se oppôz a esse acto na conferencia prévia que tivéra com Lucena. Este lhe levára, já redigido, o decreto da dissolução, e debalde ponderou que seria mais logico tomar o seu grande amigo, desde logo, essa medida a que, mais tarde, fatalmente, o seu genio arrebatado e imperioso o arrastaria. Lembrou-lhe mesmo o que se passára em uma das sessões do seu primeiro ministerio quando, tendo recebido dias antes, de Ruy Barboza, o rascunho da *Constituição Provisoria,* por este elaborada, marcára com um signal vermelho o logar onde se lhe affigurára ter olvidado aquelle jurista pôr o artigo, dando ao prezidente da Republica *a attribuição de dissolver o Congresso.* Fôra com difficuldade que o convenceram então de que o regimen prezidencial não comportava essa providencia...

Deodoro a nada attendeu, influenciado por outros conselheiros que, de posse das cadeiras de constituintes, receiavam não ter os mandatos renovados em uma nova eleição. Nem mesmo o impressionou o aviso prophetico de Lucena quando, como ultimo argumento, lhe disse que, se não o attendesse naquelle momento, depois não deveria mais contar com o seu concurso na hora em que fosse compellido a fazer por um golpe de força aquillo que, á grande parte da nação, poderia parecer agora um acto legitimo e de grande alcance patriotico.

Foi assim que, na sessão plena do ministerio da noute de 24 de Fevereiro, esse ponto não teve largo debate. Discutio-se apenas se o Governo Provisorio deveria ou não publicar em decreto no *Diario Official* a Constituição votada, ou si este acto pertencia á meza da Constituinte. E, depois de decidir-se que esta era a competente, combinaram os ministros militares com Deodoro os meios de impedir que as forças sahissem dos quarteis para dissolver á baioneta aquella assembléa se, por ventura, fosse Prudente de Moraes, e não elle, eleito prezidente da Republica. Ouviram-se então declarações gravissimas; e

o governo ficou inteirado de que nada poderia evitar, pois, áquella hora, as baterias do regimento de artilharia, com séde em S. Christovam, já estavam carregadas e de pontarias feitas sobre o edificio onde funccionavam os constituintes e que todos os corpos da guarnição se achavam apparelhados para a luta e dispostos a não attender ao proprio generalissimo em pessôa.

Foi sob tão densa atmosphera que se fez a eleição do primeiro prezidente constitucional da Republica, como consta dos documentos publicados por **Dunshee de Abranches** no seu livro — **O golpe de Estado** — *Actas e actos do governo Lucena* (Rio de Janeiro).

Pag. 58. — **Biographia de Tristão Araripe.** — Não tendo acceitado a nomeação para Ministro da Fazenda o dr. Americo Braziliense, continuou o conselheiro Araripe a exercer a pasta até 4 de Julho de 1891, quando a assumio o Barão de Lucena.

Na mesma pagina, ultima linha, lê-se 2 de Maio em vez de — 22.

Pag. 64. — **Biographia de Justo Leite Chermont.** — Não foi somente durante os ultimos dias do Governo Provisorio que o dr. Justo Chermont servio, além de Ministro do Exterior, de secretario geral e redactor das actas, por haver sido exonerado destas funcções o dr. Fonseca Hermes. Este fôra demittido por haver redigido em termos aggressivos ás pessôas de alguns ministros um daquelles documentos, no qual registrara a defeza que, em prezença de Deodoro e de seus secretarios de Estado, fizera das accusações, levantadas contra a sua honorabilidade como advogado administrativo em indecorosas concessões, obtidas da bôa fé do Generalissimo. Convidado a retirar-se em meio da sessão immediata do Conselho de Ministros, combinaram estes incumbir o ministro mais moço, que era o dr. Chermont, de organizar dalli por diante a synopse das suas deliberações; e este, que aliás não tinha a mesma habilidade e facil redacção do secretario demittido, levou tanto a sério as suas novas funcções que, inaugurado embora o governo constitucional, continuou a confeccionar as actas das reuniões ministeriaes até as vesperas de 3 de Novembro.

No livro — o *Golpe de Estado* — de Dunshee de Abranches, encontram-se na integra todos esses curiosos documentos.

Na mesma pag. 64 — onde se lê — 1899 a 1890 — deve lêr-se — 1889 a 1890.

Pag. 67. — **Prezidencia do Marechal Floriano.** — 23 de Novembro de 1891 a 15 de Novembro de 1894. — Os mesmos politicos e mili-

tares, que fizeram com que Deodoro não dissolvesse o Congresso Nacional no dia em que promulgára a Constituição da Republica, foram os principaes instigadores do golpe de Estado de 3 de Novembro de 1891 pelo qual reassumio a dictadura. Quando, de aggressão em aggressão ao poder executivo, a maioria opposicionista das duas casas do Congresso votou a lei de responsabilidade do Prezidente da Republica, feita propositalmente para levar ao desespero o velho soldado, este não mais se conteve. Excitado hora a hora por camaradas pouco esclarecidos e por pérfidos amigos politicos, que só aspiravam exploral-o, não attendeu mais a ponderações de especie alguma, formuladas pelos seus naturaes conselheiros — os seus secretarios de Estado. Mandou chamar o Barão de Lucena; ordenou-lhe que preparasse o decreto de dissolução do Congresso; e, por mais que este lhe fizesse vêr que iria commetter um acto gravissimo, para cujas consequencias lhe faltava, acima de tudo, a saúde, já não falando nas promessas fallazes de muitos que o cercavam e que se diziam reprezentantes da força e até da opinião nacional, declarou terminantemente que não recuaria do seu proposito de dar uma lição severa a todos esses traidores e embusteiros, senadores, deputados e ex-ministros, que tanto o haviam adulado, emquanto se fortaleciam á sua sombra...

Diante dessa attitude decisiva de Deodoro, que chegára a invectivar a Lucena, perguntando-lhe asperamente se tambem era dos que queriam abandonal-o, este lhe reaffirmou mais uma vez a sua dedicação até á morte e incumbio então o deputado José Avelino de redigir o manifesto com que o dictador teria de dissolver o poder legislativo e que, na verdade, sahio uma peça notabilissima na fórma e na habilidade dos conceitos.

Dado o golpe de Estado e iniciada a reacção na capital da Republica com a revolta de parte da esquadra, sob o commando de Custodio de Mello, na tarde da 22 de Novembro, Deodoro, que andava sempre enfermo, abatido por constantes suffocações cardiacas, nesse dia pareceu de subito reanimar-se. Fardou-se, deu ordens a todos os corpos para que se puzessem de promptidão e mandou chamar o almirante Saldanha da Gama, a quem incumbio de ir dominar o levante dos marujos, destacados no *Aquidabam* e outros navios. Saldanha acceitou a commissão; e, á noute, devido a se achar encalhado aquelle couraçado, planejou assaltal-o por abordagem e, para isso, pedio com urgencia a Deodoro que lhe mandasse um batalhão de infantaria para embarcar sob o seu commando no cruzador *Primeiro de Março*.

A essa hora, porém, o Generalissimo acabava de ser atacado de uma nova crize cardiaca e cahira em funda lethargia. Lucena tentou debalde obter do Ministro da Guerra, general Frota, o auxilio pedido por Saldanha; mas esse militar declarou terminantemente que só agiria se tivesse ordem por escripto de Deodoro.

Este facto deixou entrevêr bem claro a qualidade de amigos que possuia o dictador entre os seus proprios auxiliares de governo...

Só pela manhã já alta despertou Deodoro. Contaram-lhe então os successos da noute. O somno tambem se afigurára ter sido um seu salutar conselheiro. Já não se mostrava o homem impetuoso da vespera. Concentrou-se meia hora em funda meditação. Deu em seguida ordens para que fossem chamar Floriano. E elle mesmo, depois de declarar a Lucena que não era mais o prezidente da Republica, dictou o pequeno manifesto em que expoz á Nação que preferia renunciar o poder a cobril-a de sangue...

Nessa mesma tarde, assumia o marechal Floriano os altos poderes da União. (Dunshee de Abranches — *O golpe de Estado* — Actas e actos do governo Lucena).

Pag. 70. — **Biographia de Rodrigues Alves.** — A sua demissão de ministro da Fazenda na prezidencia de Floriano foi devida a um gesto, não só de alto patriotismo, como de rara dignidade pessoal. Foi o caso que, diante da opinião geral dos jurisconsultos e constitucionalistas, os ministros de Estado, sem excepção de um só, julgaram do seu dever aconselhar áquelle marechal que marcasse a data para eleição do novo prezidente da Republica, uma vez que havia assumido o poder no segundo anno do quatrienio. Essa deliberação foi tomada em uma das salas da actual Repartição Geral dos Telegraphos, depois de uma reunião secreta dos ministros convocada pelo almirante Custodio de Mello, então secretario da Marinha. E, uma vez que era este um dos maiores amigos de Floriano, ficou encarregado de, na primeira reunião ministerial, falar em nome dos collegas. Realizada esta e vendo Rodrigues Alves, que estava findo o despacho e que Custodio de Mello se mantinha mudo e quedo, resolveu lembrar-lhe o combinado, e, a uma interrogação de Floriano, que percebera a confusão de Custodio de Mello, Rodrigues Alves expoz-lhe francamente o que desejavam dizer-lhe os seus companheiros de governo. Floriano não se demorou a replicar, dizendo que pensava de modo contrario e que, sendo assim, estava disposto a ficar no poder até 15 de Novembro de 1894. Silenciosos que estavam, silenciosos se mantiveram os demais ministros. Então, Rodrigues Alves deixou passar uns dias e pedio exoneração do ministerio da Fazenda em homenagem aos seus escrupulos constitucionaes. (Extrahido do livro — **O 10 de Abril**, por Dunshee de Abranches — 8.º — Rio de Janeiro).

Pag. 82, linha 15. — **Fernando Lobo Leite Pereira** (effectivo). — Onde se lê 10 de Fevereiro de 1892 a *22 do mesmo anno,* leia-se — *a 22 de Março do mesmo anno.*

Pag. 81. — **Biographia de Fernando Lobo.** — A sua renuncia de senador federal em 1898 foi devida a um gesto nobre do seu caracter integro e severo, mas profundamente melindravel. Escolhido para candidato á vice-prezidencia da Republica na chapa do partido republicano federal, em opposição a Prudente de Moraes, não logrou obter em todo o paiz senão uma votação reduzida, sendo mesmo derrotado por grande maioria dentro do proprio Estado, que o havia, dois annos antes, suffragado senador federal por uma brilhante e elevada votação. Julgou assim que os seus patricios lhe tinham retirado a confiança politica, não lhe prestigiando com o mesmo ardor o nome honrado, e renunciou o mandato que então exercia, recolhendo-se desde então á vida privada.

Falleceu no Rio de Janeiro de arterio-sclerose a 20 de Fevereiro de 1918.

Pag. 91. — **Biographia de Custodio de Mello.** — Factor principal do movimento armado de 23 de Novembro contra o golpe de Estado de Deodoro, a sua nomeação para a pasta da Marinha se impôz a Floriano que, intimamente, estava de accôrdo com os cabeças da conspiração, cujas raizes se estendiam tambem a diversos corpos da guarnição do Rio de Janeiro. O mesmo acontecêra com a escolha para o Ministerio da Guerra do marechal José Simeão que, desde a sua demissão de governador de Pernambuco, attribuida á influencia do Barão de Lucena junto ao chefe do Governo Provisorio, se tornára um inimigo perigoso da ordem de cousas estabelecida.

Bem depressa, porém, entre Floriano e os seus dois secretarios das pastas militares, se foi levantando uma reciproca desconfiança, suppondo aquelle que estes aspiravam a sua successão e que, nesse sentido, continuavam a conspirar para que fizesse quanto antes a eleição para a vaga aberta pela renuncia de Deodoro na prezidencia da Republica, uma vez que delle recebera o poder dentro dos dois primeiros annos do quatrienio.

Verdadeiro ou não esse facto, o certo é que não tardava José Simeão a demittir-se do ministerio, profundamente queixoso de Floriano; e, se este não se mostrava tão hostil com Custodio de Mello como com aquelle seu camarada, talvez receioso do seu prestigio na armada, trazia-o comtudo sempre sob vigilancia que recrudesceu quando o dr. Rodrigues Alves, demittindo-se do ministerio da Fazenda, deixou claramente transparecer que o fazia por pensar com todos os seus collegas de governo que seria um attentado á Constituição não se tratar desde logo de convocar o eleitorado nacional para preencher a vaga de Deodoro.

Quando foi publicado a 1.º de Março de 1892 o chamado — *Manifesto dos 13 generaes* — aconselhando Floriano a mandar proceder quanto antes á eleição prezidencial, manifesto que teve como resposta

a reforma violenta dos seus signatarios e subsequente prisão e desterro dos mesmos com outros militares e civis para as regiões pantanosas da Amazonia, exigio o marechal vice-prezidente da Republica a assignatura de todos os seus ministros a esses actos inconstitucionaes de modo a pôr em prova exactamente a Custodio de Mello, que acreditava ser um dos inspiradores secretos daquelle gesto de indisciplina e de audacia. Ainda nessa occasião, encontrou a solidariedade completa do seu ministro da Marinha.

Mais tarde, as suspeitas de Floriano estenderam-se a outros ministros e, entre estes, a Serzedello Correia, cuja amizade com Custodio de Mello muito o desagradava.

Esse mal estar entre o chefe do Estado e os seus secretarios da Marinha e da Fazenda chegou por fim a tal ponto que, em 29 de Abril de 1893, se demittiam ambos, certos de que eram tidos nos circulos intimos do vice-prezidente em exercicio como dois conspiradores a trabalharem no proprio seio do governo. Dizia-se abertamente em palacio que o grande desgosto de Custodio de Mello com Floriano se fundára na convicção que, afinal, adquirira, de que jámais seria o candidato deste á sua successão na prezidencia da Republica. Fosse, porém, como fosse, inspirassem ou não ao heróe de 23 de Novembro os mais altos interesses da Patria ou os menos confessaveis egoismos pessoaes, a triste realidade é que, quatro mezes após, rebentava no porto do Rio de Janeiro o novo levantamento da esquadra, conhecido na historia pela *Revolta de 6 de Setembro,* ao mesmo tempo que, no Rio Grande do Sul, a revolução federalista ensanguentava as populações e arrastava a nação aos horrores da guerra civil.

No livro — **A Revolta da Armada e a Revolução Rio-Grandense,** 2 volumes, por Dunshee de Abranches, publicados em 1913 no Rio de Janeiro, encontram-se todos os documentos principaes dessa luctuosa phase da vida da Republica.

Pag. 93, linha 19. — **Biographia do Almirante Coelho Netto.** — Onde se lê — graduado em vice-almirante a 5 de Janeiro e confirmado em Dezembro, leia-se — graduado em vice-almirante a 5 de Janeiro de 1894 e confirmado em Dezembro do mesmo anno.

Pag. 97. — **Biographia de Prudente de Moraes.** — A sua eleição para successor do marechal Floriano na prezidencia da Republica foi um acontecimento memoravel em que os chefes paulistas e, especialmente, Francisco Glycerio, revelaram um tacto superior e uma admiravel habilidade politica. Prudente de Moraes impuzéra-se, desde a direcção da Constituinte, ao conceito dos seus pares, pela sua austeridade de conducta, segurança de vistas e energia de acção. Sabendo

querer, não recuára uma linha na sua aspiração de inaugurar os governos civis da Republica nem consentira que recusassem tambem os que o cercavam ou lhe haviam empenhado a sua solidariedade na luta. Devido talvez a perfidas intrigas ou aos boatos insistentes de que, se subisse ao poder, procuraria promover a pacificação geral dos espiritos, amnistiando os revoltosos de 6 de Setembro e concitando os federalistas a deporem as armas diante de equitativas concessões e garantias de propriedade e de vida, o facto é que não tardava a cahir de todo no desagrado de Floriano, que teve momentos de não permittir que se fallasse sequér no seu nome. A crença mesmo de muitos era que, na epoca opportuna, acabariam por apparecer as candidaturas officiaes de Lauro Sodré e Julio de Castilhos, respectivamente para Prezidente e Vice-Prezidente da Republica.

Apezar de tudo isso, não desanimaram Glycerio e outros velhos republicanos na sua campanha de abrandar no animo de Floriano as fundas e arraigadas prevenções contra as ideias de governo e os planos politicos de Prudente de Moraes; e, no dia em que aquelle illustre paulista conseguio do Marechal a promessa de que se desinteressaria do pleito de 1.º de Março de 1894, poucos foram os que acreditaram na sinceridade de tal declaração.

A reunião da Convenção Federal para a escolha dos candidatos áquelle memoravel comicio realizou-se sob os mais graves receios de todos que a essa reduzida assembléa ouzaram comparecer.

Glycerio, antes de redigir o boletim de aprezentação dos nomes de Prudente, para a prezidencia da Republica, e de Manoel Victorino, que vencera Paes de Carvalho apenas por 1 voto, para a Vice-Prezidencia, fizéra successivas e infructiferas vizitas ao Palacio Itamaraty afim de consultar a Floriano. Este, ora recusava recebel-o sob mil pretextos, ora desconversava quando ia ferir o assumpto de tantas e tão infelizes entrevistas. Afinal, o velho paulista acabou elaborando por si mesmo aquella peça eleitoral, procurando tornal-a a mais incolôr possivel.

Realizado mesmo o pleito prezidencial, raros confiavam em que a 15 de Novembro, Prudente de Moraes pudesse entrar no Itamaraty, então séde do governo da Republica. Grupos de jacobinos, organizados na Capital Federal sob os auspicios da policia, traziam a população em repetidos sobresaltos. As arruaças, os assaltos aos jornaes, tidos como sympathicos ao futuro Prezidente, as aggressões aos que eram já denunciados como proximos adversarios de Floriano, multiplicavam-se todos os dias e hora a hora augmentavam de gravidade.

A situação assumia um aspecto francamente revolucionario nas vésperas da posse do prezidente eleito da Republica.

Ao chegar mesmo Prudente de Moraes em principios de Novembro ao Rio de Janeiro, não tocavam a duas duzias os politicos militantes

que ousaram ir recebel-o na platafórma da Estação da E. de Ferro Central do Brazil.

Floriano fez-lhe toda a sórte de desconsiderações. Evitou-lhe o contacto. Deu a todos a impressão perfeita do desprezo e do aborrecimento em que o tinha.

A manhã de 15 de Novembro de 1894 tornou-se assim memoravel na historia da Republica. Espalhára-se que as tropas, estendidas em linha desde a porta do Senado até ao Palacio do Governo, estavam com as armas embaladas e, no momento da passagem do prestito prezidencial, aprizionariam o novo chefe do Estado, proclamando Floriano dictador. Éste, desde a véspera, deixára o Itamaraty, e, naquelle dia, não apparecêra para receber o seu successor...

Prudente, todavia, forrado de um sangue frio, digno de nota, e convencido da alta missão de que ia ser revestido, dirigio-se apezar de tudo ao Senado, tomou posse da Prezidencia e, dahi, seguio para o Palacio do Governo, onde, não encontrando embóra o seu antecessôr, practicou desde logo os primeiros actos de governo, nomeando os seus ministros e telegraphando a todos os governadores e prezidentes de Estados o seu advento á suprema magistratura da Republica.

Pag. 97, linha 9. — *Foi um dos que adheriram,* e não — dos que adherio, como está publicado.

Pag. 100. — **Biographia de Manoel Victorino.** — O governo de Prudente de Moraes tornára-se tormentoso e sombrio desde a primeira hora. Os jacobinos e os florianistas mais exaltados começaram a mover-lhe tremenda campanha de diffamação e descredito, ao mesmo tempo que os partidarios dos revoltosos de 6 de Setembro e dos federalistas do Rio Grande do Sul acharam que chegára o momento de poderem livremente pleitear o regresso destes á ordem legal. A capital da Republica tornou-se o centro da maior agitação nesse sentido. Todas as tardes, o centro da cidade encandescia. Rebentavam conflictos e tumultos a cada instante entre os grupos adversos, salientando-se do lado dos adeptos de Floriano officiaes do exercito e estudantes militares que, revestidos dos seus proprios uniformes, faziam garbo em dirigir tão perigosas manifestações. Nos quarteis, como nas rúas, multiplicavam-se esses actos de indisciplina. Qualquer gesto do Prezidente era interpretado logo como uma affronta ou uma injuria ao seu antecessor ou aos deffensores mais em evidencia da *Legalidade,* nome com que se começou a distinguir o governo de Floriano, tambem cognominado a esse tempo o *Marechal de Ferro.*

Essas paixões facciosas dividiam tambem a imprensa em *florinista* e *revoltosa.* E os tumultos das ruas não tardaram a echoar ne-

fastamente nos debates legislativos, logo ao se abrir a primeira sessão ordinaria do Congresso Nacional em 1895.

Glycerio, tendo organizado o Partido Republicano Federal ou o P. R. F., como o chrismaram desde logo por abreviação, centuplicava-se em golpes de habilidade e de audacia ou de tolerancia e transigencia, entre uns e outros grupos adversos, embóra todos filiados á sua facção, no ideal de dar tempo ao tempo para que se fossem amortecendo de parte a parte tão perniciosos dissidios. A amnistia aos revoltosos de Setembro, a pacificação do Rio Grande do Sul, os projectos approvando os estados de sitio decretados por Floriano, a denuncia contra este formulada pelo deputado J. J. Seabra, e, de envolta com estes e outros casos delicados de politica interna, os successos ligados a melindrosos conflictos internacionaes, como o dos chamados *protocollos italianos,* tudo isso dava ensejo a que os odios e os interesses em jogo produzissem as mais lamentaveis explosões. E se, contra Prudente, o *partido florianista* com fundas raizes no exercito e na opinião republicana, ameaçava a cada hora atirar a revolução nas ruas, no seio dos grupos contrarios, formados pelos revoltosos da armada e os revolucionarios federalistas dos tres Estados do extremo sul da Republica, não menores eram as queixas ou as desconfianças contra o primeiro prezidente civil. Quem lêr as cartas confidenciaes, trocadas entre Saldanha da Gama e Silveira Martins e publicadas no livro — *A Revolta da Armada e a Revolução Rio Grandense,* de Dunshee de Abranches, poderá verificar a suspeição em que era tido Prudente de Moraes no espirito daquelles chefes eminentes da guerra civil do Rio Grande do Sul. Por seu lado, Julio de Castilhos, que governava esse Estado, não fazia differente conceito do successor de Floriano na direcção do paiz.

Achavam-se as cousas nesse pé quando, de subito, gravemente adoeceu o Prezidente da Republica, que foi forçado a passar o governo ao seu substituto constitucional, dr. Manoel Victorino. O estado do enfermo, de melindroso que era, chegou a ser tido como desesperador, de modo que a crença geral era então, mesmo entre os profissionaes, que não poderia voltar mais ao poder.

Diante desse facto, o primeiro ministro a demittir-se foi o dr. Rodrigues Alves, que se julgou logo incompativel com as ideias e os processos de administração do vice-prezidente em exercicio. Acompanharam-no dias depois outros secretarios de Estado. E Manoel Victorino tratou logo de organizar um ministerio á feição de suas crenças mais radicaes do que as de Prudente e de suas inclinações pessoaes pelos elementos genuinamente *florianistas* da época. Glycerio mesmo sentiu-se mais a gosto na sua posição de chefe supremo do P. R. F., pois, junto ao tribuno bahiano, achava mais facilidades de acção do que nos encontros com o seu velho companheiro de propaganda em

S. Paulo, menos flexivel e mais pertinaz nos seus impetos e opiniões particulares.

Um dia, porém, com surpreza geral se soube que Prudente de Moraes, que, da sua habitação em Paneiras, fôra transportado para a chacara *Ermitage,* em Therezopolis, havia deliberado voltar ao governo, ainda não de todo convalescente. E, logo ao reassumir o poder no Palacio do Cattete, para o qual Manoel Victorino passára solemnemente a séde da prezidencia, não era difficil perceber que, ou por intrigas que lhe haviam fructificado no espirito durante a enfermidade, ou por conhecimento proprio de que, de facto, em sua ausencia, se estava fortemente conspirando contra a sua volta á suprema direcção do paiz, regressava profundamente indisposto contra o seu substituto e outros politicos de decidida preponderancia na época. Entre estes, segundo se murmurava então, figurava em primeira linha o chefe do P. R. F., o general Glycerio.

Dessa lastimavel dissenção entre Prudente de Moraes e Manoel Victorino, aggravada pelos elementos heterogeneos que se chocavam a cada minuto no seio dos mais prestigiosos partidarios da situação dominante, provieram os tristes successos que deveriam arrastar o paiz á scisão do Partido Republicano Federal e ao attentado de 5 de Novembro de 1897 contra a vida do prezidente da Republica.

Pag. 110, linha 24. — **Biographia de Joaquim Murtinho.** — Onde se lê: — Para a qual, disse o Visconde de Rio Branco, então director dessa Escola, ser o unico capaz de ensinal-a, — leia-se: — para a qual, disse o Visconde de Rio Branco, então director dessa Escola, ser o *docente predestinado* como o unico capaz de ensinal-a.

Pag. 118, linha 9. — Em vez de — 11 de Janeiro de 1897, — diga-se 4 de Janeiro.

Pag. 123. — **Prezidencia Campos Salles.** — A escolha deste eminente republicano paulista para succeder a Prudente de Moraes na Prezidencia da Republica foi feita no meio da phase mais aguda da vida constitucional da Republica. Financeiramente, o paiz achava-se ás portas da bancarrota. Politicamente, a agitação revolucionaria ameaçava tocar ao auge, lançando de novo a Republica no regimen funesto dos pronunciamentos militares e das discordias civis. Prudente de Moraes, ao reassumir o poder em Março de 1897, depois da grave molestia que quasi o levára ao tumulo, estava sinceramente convencido de que todas as campanhas contra o seu governo, movidas na imprensa,

nos comicios populares, nos quarteis e, indirectamente, no proprio parlamento, eram obra de alguns homens illustres, que apparentemente o sustentavam, mas que pelas costas o combatiam. Entre esses politicos, piamente acreditava estar o Vice-Prezidente da Republica, despeitado por haver sido arredado inesperadamente do poder.

Tambem as eleições federaes do anno anterior haviam engrossado no Senado e na Camara o numero de reprezentantes com os quaes não poderia contar Glycerio senão atravez de alguns chefes estadoaes, que cumulára de graças e de honras, em prejuizo mesmo de alguns dos seus mais devotados amigos.

A eleição de Roza e Silva para prezidente da Camara, seguida da de Arthur Rios para substituil-o nesse posto quando foi reconhecido senador, achavam muitos ser um symptoma evidente de que o prestigio, então tido como omnipotente e incontrastavel do velho chefe paulista, seria capaz de baquear se algum dia lhe faltasse o apoio directo do prezidente da Republica.

Glycerio, todavia, não prestava ouvidos a avisos constantes que lhe davam nesse sentido, ou desvairado pela vertigem das alturas, ou convencido mesmo de que Prudente de Moraes, ainda se quizesse, não teria animo, de romper com elle, que era o seu grande sustentaculo, não só no Congresso Nacional, como principalmente perante os espiritos mais influentes das forças armadas.

A verdade, porém, é que, nos dois ramos do poder legislativo, já existia nesse momento um grupo de homens de acção, infensos por indole e por escóla aos processos politicos de Glycerio e capazes de, contra o seu predominio absoluto, se insurgirem na hora em que se sentissem com elementos efficazes de luta e de victoria. Severino Vieira, Roza e Silva, Belizario de Souza, Benedicto Leite, Seabra, Arthur Rios e Leopoldo de Bulhões, formavam o escól desse aggrupamento que insensivelmente se fôra constituindo como um núcleo áparte no P. R. F.

Quando se deram assim os successos da Escóla Militar, onde os alumnos se insurgiram fazendo uma manifestação de desagrado e de revolta contra o governo constituido, aquelles politicos acharam azado o momento para agradar a Prudente de Moraes ao mesmo tempo que collocavam Glycerio no dilemma terrivel de accompanhal-os na acção, enfraquecendo o seu prestigio junto ás classes militares, na sua maioria infensas ao chefe do Estado, ou ficar com aquellas, rompendo com este.

O chefe do P. R. F., em face daquelle movimento de indisciplina, procurára por todos os meios evitar que fosse commentado nos debates parlamentares, uma vez que fôra logo abafado no nascedouro.

O deputado Seabra, porém, com a sua coragem já revelada em crises gravissimas da politica nacional, levou a questão para a Camara;

e, em um discurso vibrante de solidariedade e apoio a Prudente de Moraes, aprezentou uma moção de applauso á energia com que o governo soubéra salvar o principio da autoridade e a ordem republicana. Glycerio quiz ainda evitar o golpe com um dos seus famosos *trucs* parlamentares; mas Prudente de Moraes interveio bruscamente na questão, collocando-a no terreno da confiança politica, o que fez com que, victorioso o chefe do P. R. F. na primeira refrega em que propoz a rejeição da proposta Seabra, provocasse a demissão de Arthur Rios da prezidencia da Camara. Operou-se assim a scisão no seio do grande partido de Glycerio, *cathedral* que, na phrase de Belizario de Souza, *tinha altares para todos os santos*... E constituio-se um outro partido em torno de Prudente de Moraes que, desde esse instante, fez tudo para aniquilar o P. R. F. e seu Chefe supremo.

Começou assim uma luta tremenda entre as duas facções em que ficára dividido o poder legislativo e que, na Camara, quasi se igualavam em numero.

Por esse tempo, a insurreição de Canudos assumíra proporções temerosas. Os desastres das forças do exercito, enviadas para combater a Antonio Conselheiro e seus fanaticos, eram attribuidos a ciladas de Prudente de Moraes e seus amigos, irritando ainda mais os quarteis contra o Prezidente da Republica. Affirmava-se ainda que, á frente desses inimigos do exercito e da Republica, estava o governador da Bahia, Conselheiro Luiz Vianna, que accompanhára os que haviam rompido com Glycerio.

Entrementes, approximara-se a época da escolha dos candidatos á prezidencia e á vice-prezidencia da Republica no quatrienio de 1898 a 1902.

A opinião geral era que, divididas como estavam as forças partidarias do Congresso quasi pelo meio, a victoria penderia para o grupo que recebesse a adhesão do prezidente de S. Paulo, então o dr. Campos Salles. As sympathias deste se affiguravam inclinadas para os elementos mais genuinamente republicanos, da facção fiel a Glycerio. Foi então enviado a S. Paulo Rodolpho Miranda como emissario da opposição a Prudente de Moraes.

Este, porém, tambem havia agido no intuito de conquistar as bôas graças do Prezidente de S. Paulo. O seu candidato do peito era Porciuncula; e, a não ser este, via com bons olhos a Luiz Vianna. Mas a adhesão de Campos Salles era indispensavel; e, ao regressar Rodolpho Miranda de S. Paulo, já trazia a resposta de que o prezidente do Estado, embora muito agradecido aos seus velhos companheiros de propaganda, não podia, comtudo, deixar de prestigiar o chefe do governo federal, tanto mais quanto os elementos que o cercavam tinham deliberado suffragal-o nas eleições de 1.º de Março de 1898.

Apezar de tão grave perda, não desanimaram todavia o chefe do P. R. F. e seus amigos politicos. Embora retalhados pelas mais lastimaveis rusgas intestinas, em torno dos nomes de Quintino Bocayuva, Julio de Castilhos e Lauro Sodré, confiavam na sua força e no apoio decidido que teriam das classes armadas do paiz. Reuniram-se assim em convenção, escolhendo para candidatos a Lauro Sodré e Fernando Lobo, e aprezentando-os ao eleitorado em manifesto elaborado por Manoel Victorino, ao mesmo tempo que os partidarios de Prudente de Moraes, desgostosos embora tambem com a indicação forçada de Campos Salles, que certamente não era uma bandeira para os seus planos politicos, acclamaram-no afinal candidato á prezidencia da Republica, dividindo-se ainda intimamente e para sempre com a indicação de Rosa e Silva para a vice-prezidencia.

A campanha eleitoral preparava-se assim renhida e apaixonada entre os dois grandes partidos rivaes, quando um grupo de jacobinos, sem imputabilidade moral nem reprezentação social definida, achou que deveria intervir na luta, preparando um attentado contra a vida de Prudente de Moraes.

Regressavam victoriosas ao Rio de Janeiro, a 5 de Novembro de 1897, as primeiras tropas da expedição de Canudos, quando, ao recebel-as no pateo do Arsenal de Guerra o chefe do Estado, cercado de seus ministros e altas autoridades militares, foi alvejado pelo braço assassino de Marcellino Bispo, inferior do exercito. Falhando o tiro e havendo procurado defender a Prudente de Moraes, o seu ministro da Guerra, marechal Bittencourt, e o chefe da sua casa militar, general Mendes de Moraes, foi este ferido e aquelle massacrado por um golpe de punhal que, logo apoz, saccára o homicida.

Esse luctuoso successo, provocando funda impressão no paiz e produzindo devassas policiaes, em que foram envolvidos alguns dos chefes mais eminentes e respeitados da opposição, inclusivé Manoel Victorino e Glycerio, fez com que o pleito prezidencial perdesse toda a importancia dos primeiros momentos, sendo eleitos por enorme maioria Campos Salles e Roza e Silva, prezidente e vice-prezidente da Republica para o quatrienio de 1898 a 1902. (Vide *Livro Negro,* — por Dunshee de Abranches — Rio de Janeiro.

———

Pag. 124. — **Biographia de Roza e Silva.** — Com a escolha de Campos Salles para a prezidencia da Republica e diante dos successos do attentado de 5 de Novembro, não foi só o P. R. F. que se dissolveu: o chamado *partido prudentista* tambem cedo percebeu que a sua missão historica findaria com o governo do seu chefe. E se, do lado dos velhos partidarios de Glycerio, que todos viram logo estar condemnado ao ostracismo, tanto rancor contra elle patenteava o prezi-

dente eleito, Cassiano do Nascimento debalde procurava formar a *Concentração Republicana* para apoiar o futuro governo, dentre os amigos dos ultimos dias de Prudente de Moraes nenhum confiava no seu prestigio na situação nascente.

Rosa e Silva, todavia, homem sempre leal aos compromissos tomados, não esfriára no ardor de, ao menos, salvar os seus companheiros dedicados de luta ao se organizar o poder legislativo logo no inicio do quatrienio, para o qual fôra eleito vice-prezidente da Republica.

Ignorava, porém, o chefe pernambucano, como ignoravam Cassiano e outros reprezentantes eminentes do P. R. F., que, no interregno parlamentar, emquanto todos em geral seguiam para os seus Estados afim de pleitear as reeleições, na Capital da Republica, junto a Campos Salles, alguns politicos, no intuito de se salvarem de qualquer sorpreza na verificação de poderes, tiveram a ideia de suggerir ao chefe do Estado — a *politica dos governadores,* isto é, o reconhecimento de todos os candidatos das situações dominantes nos Estados, viessem ou não legitimamente eleitos. Esses politicos foram os drs. Nilo Peçanha, Lauro Müller e Augusto Montenegro.

Quando se soube assim, logo nas primeiras reuniões preparatorias do Congresso Nacional, do criterio imposto pelo Prezidente da Republica ás commissões verificadoras, não faltaram protestos de todos os grupos partidarios. No proprio ministerio, houve vózes que se levantaram — insurgindo-se contra tão infeliz alvitre. E o prezidente de S. Paulo, então o dr. Rodrigues Alves, chegou a vir entender-se pessoalmente com Campos Salles, demonstrando-lhe a iniquidade de uma tal resolução.

Diante, porém, da vontade inabalavel de Campos Salles, se os outros chefes politicos de ambos os antigos partidos acabaram por submetter-se, o mesmo não aconteceu com Roza e Silva que, com a solidariedade de Benedicto Leite, reagio contra o criterio adoptado, batendo-se empenhadamente para que não fossem excluidos da Camara homens que, como Belizario de Souza e Paulino Junior, haviam sido elementos preciosos ao lado de Prudente de Moraes, tendo sido mesmo aquelle o *leader* da maioria e este o relator do manifesto justificando a scisão do P. R. F.

O vice-prezidente da Republica passou a ser assim o chefe da opposição ao governo recem inaugurado de Campos Salles.

Quanto á *politica dos governadores,* não se demorava tambem a ser o seu creador o primeiro a desmoralizal-a, intervindo no sentido de serem excluidos da Camara certos candidatos do prezidente de Parahyba em beneficio de amigos do seu ministro do Interior, dr. Epitacio Pessôa, e promovendo em Pernambuco a volta do Barão de Lucena á actividade partidaria contra a situação, alli dominante, chefiada pelo vice-prezidente da Republica.

Pag. 128. — **Biographia do dr. Epitacio Pessôa.** — Nas notas sobre a vida deste eminente parlamentar e emerito jurisconsulto, deixamos de enumerar a sua bibliographia, que é notavel e numerosa. Conhecemos, todavia, os seguintes trabalhos de sua lavra:

— *Relatorios como ministro da Justiça e Negocios Interiores* — 1899, 1900 e 1901;

— *Instituto Constitucional do Recurso Extraordinario* (monographia);

— *Sentenças extrangeiras* — estudo de direito internacional privado;

— *Limites entre Paraná e Santa Catharina* (1 vol. — 180 paginas);

— *A Fronteira Oriental do Amazonas* (400 paginas, um grosso volume);

— *Codigo de Direito Publico Internacional;*

— *Terrenos de Marinha — A propriedade dos terrenos de Marinha* (duas monographias).

Discursos:

I — *Amnistia e estado de sitio* (O 10 de Abril de 1892);

II — *A pacificação do Rio Grande do Sul;*

III — *A Brigada Policial na administração Pessôa;*

IV — *A minha apozentadoria;*

V — *Inauguração da Commissão de Jurisconsultos;*

VI — *Oração no banquete em honra ás candidaturas dos drs. Rodrigues Alves e Delphim Moreira á prezidencia e á vice-prezidencia da Republica.*

Pareceres, memoriaes e razões finaes como advogado:

— *Questão entre o Mosteiro de S. Bento de Parahyba e o coronel Simplicio Caldas;*

— *Provimento da 1.ª cadeira de clinica cirurgica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro;*

— *Provimento da cadeira de Hygiene da Faculdade de Medicina da Bahia;*

— *A Municipalidade de S. Paulo e a The S. Paulo Tramway Light and Power Co.;*

— *Estrada de Ferro Electrica de Petropolis;*

— *Loterias do Rio Grande do Sul;*

— *A Companhia Agricola e Commercio e o Banco do Brazil;*

— *Successão prezidencial do Espirito Santo;*

— *Impeachment,* etc., etc.

Pareceres como procurador geral da Republica e votos e accordãos como ministro do Supremo Tribunal Federal:

— *Questão Ulpiano de Souza;*

— *Competencia constitucional para o julgamento das questões de marcas de fabrica;*

— *Caso da Bahia;*
— *Questão Ibiapaba;*
— *Tribunal competente para julgar o chefe de policia;*
— *Situação juridica das magistraturas locaes;*
— *Uso capião;*
— *O erro commum no direito;*
— *O peculato;*
— *A capacidade politica dos militares;*
— *A apozentadoria dos juizes;*
— *Expulsão de extrangeiros;*
— *Espolio de estrangeiros;*
— *Fiança ás custas;*
— *Funccionarios vitalicios;*
— *Commercio interestadual;*
— *Apolices da divida publica,* etc., etc.

Pag. 130. — **Biographia de Severino Vieira.** — Entrando para o ministerio de Campos Salles, como secretario da Viação, levava já o pensamento de tudo envidar para que, no futuro quatrienio, vingasse a candidatura de Rodrigues Alves, de quem era grande e devotado amigo. Com Leopoldo de Bulhões, Seabra, Belizario de Souza, Paulino Junior e outros, procurára desde logo ir preparando o terreno e multiplicára de esforços quando suspeitou que o Prezidente tinha pronunciadas inclinações para fazer Quintino Bocayuva seu successor. Incumbio assim a Dunshee de Abranches de iniciar a campanha de imprensa contra aquelle chefe republicano; e, sahindo pouco depois do ministerio para ir assumir o governo da Bahia, mesmo no seu Estado não descançou um instante nesse seu ideal, escrevendo numerosas cartas aos seus amigos do Rio de Janeiro e lembrando alvitres e meios de propaganda. Auxiliou nesse sentido fortemente a creação do jornal *O Dia,* grande diario carioca dirigido por Dunshee de Abranches e fundado por Garcia Seabra. Em summa, orientou em bôa parte a campanha politica que, por fim, se tornou victoriosa na maioria dos Estados, ao desistir Campos Salles da candidatura de Quintino em favôr da de Rodrigues Alves, que então prezidia os destinos de S. Paulo.

Severino Vieira falleceu na Bahia, já depois de impresso o 1.º volume desta obra, em 27 de Setembro de 1917.

Pag. 137. — **Prezidencia Rodrigues Alves.** — Considerado o *quatrienio aureo* da Republica pela somma enorme de beneficios e melhoramentos, realizados não só na Capital Federal, como em todos os

Estados da União, teve todavia a embaraçar-lhe a acção fecunda e benemerita, a revolta militar de 14 de Novembro de 1904.

O movimento deveria explodir no quartel do 38.º batalhão de infantaria, aquartelado em Nitheroy, na noite de 17 de Outubro, data natalicia do senador Lauro Sodré.

Em principios de Outubro, o dr. J. J. Seabra, ministro do Interior, foi avisado pelo deputado Dunshee de Abranches da conspiração que estava sendo tramada contra o governo. Um industrial, rezidente naquella cidade fluminense, narrára ao reprezentante do Maranhão que um seu parente, official do exercito, lhe havia dito que não embarcaria mais naquelles dias para o Rio Grande do Sul, para onde fôra transferido, porque forças do exercito se estavam preparando para depôr o dr. Rodrigues Alves e, nessas condições, tudo lucraria em permanecer no centro, tomando parte no levante e fazendo jús á mais rapida promoção.

Senhor desse aviso, que era o segundo que recebia de fonte segura, partio immediatamente o dr. Seabra para o palacio do Cattete e combinou com o prezidente medidas de prevenção e vigilancia. Entre estes alvitres, imaginou o dr. Seabra mandar publicar em um jornal de proximo Estado uma noticia circumstanciada da conspiração em preparo; e, dias depois, o *Diario de Noticias,* da Bahia, dirigido pelo benemerito patriota, coronel Vicente do Amaral, inseria longa correspondencia do Rio, na qual, além de uma *reportagem* completa da revolta tramada, se enumeravam os nomes dos seus chefes, não figurando apenas o do general Travassos, que só mais tarde participava do conluio.

Seja, porém, como fôr, o certo é que, lançada a desordem nas ruas com os tumultos, cognominados *quebra-lampeões,* e sob pretexto do projecto de lei sobre a vaccinação obrigatoria, ao anoitecer de 14 de Novembro, revoltavam-se os alumnos da Escola Militar da Praia Vermelha, marchando contra o Palacio do Governo, com o general Travassos, senador Lauro Sodré e dr. Alfredo Varela á frente. Tentavam tambem sublevar-se os estudantes da Escola do Realengo, sob o commando do coronel Agostinho Gomes de Castro, no que foram impedidos pelo seu director, o então general de brigada Hermes da Fonseca. E, horas seguidas, conservada a cidade em trevas e entregue á furia de uma turba multa de perigosos desordeiros que commettiam toda a sórte de depredações, resistindo sanguinariamente á acção da policia, esteve o poder constituido na imminencia de ser aniquilado e a Nação exposta de novo aos furores da anarchia pretoriana e da guerra civil.

Felizmente, á energia serena e inquebrantavel de Rodrigues Alves, ficou devendo em grande parte a Republica a sua estabilidade nesse transe angustioso. Não abrindo mão um só momento da sua autoridade, animando os que se afiguravam mais vacillantes ou menos

bravos a cumprirem o seu dever e resistindo emfim aos que, revestidos embóra dos bordados de general e de almirante, chegaram a supplicar-lhe que se retirasse de Palacio, abandonando o seu posto de honra, não só salvou a sua propria dignidade e o seu nome tres vezes benemerito, como deu aos governos futuros uma lição severa de são patriotismo e de verdadeira coragem civica.

A sua attitude reanimou a todos que então o cercavam e tinham o dever imperioso de deffendel-o. As ordens de resistencia e de repressão multiplicavam-se como que por encanto. O commandante Marques da Rocha, com o batalhão naval, organizou a defeza rapida do palacio e das ruas circumvisinhas, declarando firmemente que poderia supportar por muitas horas o embate das forças, aquarteladas na cidade, mesmo se todas viessem a revoltar-se contra o poder constituido. A guarda do palacio, declarando-se fiel ao governo, foi tambem apparelhada para auxiliar a rezistencia por um dos officiaes subalternos da Casa Militar do Prezidente. Providenciou-se para que a força publica de S. Paulo viesse em soccorro das tropas legaes. Em uma palavra, quando se teve a noticia de que, ao contrario do que se murmurava, a guarnição federal, juntamente com a brigada policial, marchava ao encontro dos revoltosos, e acabáva por subjugal-os em rapido combate, a impressão junto ao Conselheiro Rodrigues Alves era de que o Governo não houvéra um só momento diminuido o prestigio da sua autoridade, tanto se impuzéra á confiança geral a figura serena, energica e resoluta do Prezidente da Republica.

Pag. 142. — **Biographia de Affonso Penna.** — A sua indicação para candidato á vice-prezidencia da Republica em virtude de haver fallecido o dr. Silviano Brandão antes de ser empossado dessa alta investidura, foi feita pelo conselheiro Rodrigues Alves, a quem o dr. Campos Salles consultára logo apóz a morte daquelle illustre mineiro. Este havia pensado no nome do dr. Sabino Barrozo que era seu ministro do Interior e interino da pasta da Fazenda, por se haver demittido Joaquim Murtinho, poucos mezes antes de findar o quatrienio.

Pag. 144. — **Biographia do dr. J. J. Seabra.** — Em 28 de Maio de 1906, demittio-se do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores para se aprezentar candidato a senador federal por Alagôas. Effectivamente, foi eleito e diplomado, sem competidor, votando mesmo a maior parte dos eleitores a descoberto, mas não foi reconhecido por imposição de Ruy Barboza a Pinheiro Machado que dispunha já da maioria do Senado Federal. Aquelle eminente politico bahiano estava de relações cortadas com o ex-ministro do Conselheiro Rodrigues Alves, a quem

combatia tambem rudemente em todos os terrenos, e ameaçou até renunciar a sua cadeira se o seu adversario do momento entrasse no recinto da Camara Alta da Republica.

O dr. J. J. Seabra, diante do esbulho do seu diploma, teve então offerecimento de diversas outras elevadas posições fóra do Congresso Nacional, declinando entretanto de todas.

Pag. 149, linha 25. — Onde se lê — prevalecessem estas para entrar no curso juridico — leia-se — prevalecessem estas notas para entrar no curso juridico.

Pag. 149. — **Biographia de Rio Branco.** — A sua nomeação para a pasta do Exterior foi uma verdadeira sorpreza, não só para elle proprio, como para todo o mundo politico. Campos Salles empenhára-se para que fosse mantido o dr. Olyntho de Magalhães nesse alto cargo; e, diante da recusa de Rodrigues Alves, pedira-lhe que, ao menos, désse áquelle ex-plenipotenciario do Brazil em Berna uma das principaes legações da Europa. Diante, porém, do estado agudo a que chegára a questão do Acre e da anarchia em que se encontrava toda nossa politica externa, o prezidente eleito reconhecera que só mesmo um nome mundial como o de Rio-Branco, ligado a uma inegualavel competencia technica, seria capaz de, em tão delicado momento historico, satisfazer á opinião nacional.

Rodrigues Alves fez então passar por intermedio do Ministerio do Exterior, para Berlim, onde se achava acreditado o immortal brazileiro, um telegramma convidando-o para occupar a nossa chancelaria.

Muito relutou Rio-Branco em acceitar tão honroso convite. Ao primeiro despacho, que lhe chegou ás mãos, respondeu com evasivas, chegando mesmo a escrever uma extensa carta, modelo de patriotismo e singeleza d'alma ao seu grande amigo, o saudoso paulista, dr. Frederico Abranches, recusando aquella investidura.

Mesmo depois de haver accedido em seguir viagem para o Brazil, e já em Lisboa, pretendeu voltar atraz; e, quando já se achava no Rio de Janeiro o dr. Rodrigues Alves, na ante-vespera de assumir o poder, era procurado pelo Ministro do Exterior, o dr. Olyntho de Magalhães que lhe participava que, á ultima hora, o seu successo na pasta deliberára ficar na Europa. Foi então que o prezidente eleito lhe passou um telegramma que, no dizer do proprio Rio-Branco, fôra nos seus termos laconicos e positivos uma verdadeira ordem de superior para subalterno, determinando-lhe que se recolhesse ao paiz a serviço publico.

Pag. 159, linha 11. — **Biographia de Julio de Noronha.** — Os seus relatorios, como Ministro da Marinha, são dos annos 1903, 1904, 1905 e 1906, e não, 1893, 1894, 1895 e 1896, como está neste livro.

Pàg. 161. — **Prezidencia Affonso Penna.** — A sua candidatura á Prezidencia da Republica estava posta em equação desde que, replicando a Campos Salles, que preferia o dr. Sabino Barrozo áquelle outro politico mineiro para preencher a vaga aberta na vice-prezidencia da Republica com a morte prematura de Silviano Brandão, o Conselheiro Rodrigues Alves declarára que o facto de ser o dr. Affonso Penna escolhido para seu substituto constitucional no quatrienio de 1902 a 1906 não impediria que fosse depois o seu successor no Palacio do Cattete.

Surgindo, porem, a candidatura do dr. Bernardino de Campos na approximação do de 1.º de Março de 1906, amparada por fórtes elementos em S. Paulo, Pernambuco, Maranhão e muitos outros Estados, era natural que o prezidente em exercicio, que encontrára naquelle chefe paulista um amigo desinteressado e fiel ao ser lembrado o seu nome em 1901 para receber a herança administrativa do dr. Campos Salles, não occultasse a sua alegria e acquiescencia ao vêr indicado para a suprema magistratura da Republica um dos arautos mais prestigiosos da propaganda.

Esse interesse, porem, do dr. Rodrigues Alves pela victoria da candidatura Bernardino de Campos não ia até ao ponto de se collocar á testa do movimento eleitoral e jogar com a sua força de chefe do Estado para impôr á nação as suas preferencias. Se assim o entendesse agir, outro não seria o triumphador das urnas.

Conhecendo, pois, de perto o respeito e o decoro com que sempre sabe honrar o dr. Rodrigues Alves os cargos de que é investido, Pinheiro Machado, Affonso Penna, Ruy Barboza e Nilo Peçanha combinaram unir-se contra o que suppuzeram ser a *candidatura official*, organizando o chamado *Blóco Republicano*. Tres nomes appareceram logo para candidatos á prezidencia da Republica — Campos Salles, Affonso Penna e Ruy Barboza. Considerado este ultimo desde logo inviavel e repellido Campos Salles, que era apoiado fortemente por Pinheiro Machado, pela propria situação dominante em S. Paulo, além da má vontade despertada em outros Estados, ficou só de pé Affonso Penna, como capaz de conciliar todos os grupos divergentes do blóco e attrahir mesmo a adhesão das forças politicas que se achavam compromettidas a sustentar a candidatura Bernardino de Campos. Quanto á vice-prezidencia, ficou ao criterio de Ruy Barboza suggerir um nome, que seria acceito, se obtivesse a approvação de Affonso Penna. Ruy Barboza lembrou Nilo Peçanha.

Houve, todavia, um momento em que os candidatos do blóco se afiguraram em sério perigo. Foi quando appareceu no *Jornal do Commercio* uma noticia editorial, attribuida ao dr. Seabra, então ministro do nterior, declarando que os partidarios de Bernardino de Campos contavam com o apoio franco e decidido do prezidente da Republica. Nessa tarde, na Camara dos Deputados, quasi todos os chefes de bancada procuraram o *leader* do governo, declarando-lhe que estavam dispostos a sustentar a *candidatura official.*

Rodrigues Alves, porém, não se quiz aproveitar da situação para impôr a sua vontade aos reprezentantes da nação; e mandou rectificar a noticia do jornal carioca, affirmando a sua mais completa neutralidade no proximo pleito prezidencial.

Essa declaração fez com que os candidatos do *blóco* conseguissem triumphar em toda a linha. Apenas, Roza e Silva discordou da aprezentação de Nilo Peçanha á vice-prezidencia da Republica, por continuar a pensar que, quando um dos candidatos fosse do Sul, o outro deveria sahir do Nórte.

Pag. 171, linha 9. — **Biographia de Alexandrino de Alencar.** — Onde se lê — abandonava para seguir combatente, — leia-se: — abandonava o curso afim de seguir como combatente para a campanha do Paraguay.

Pag. 179. — **Ministerio da Agricultura.** — Esta pasta, creada por decreto legislativo sanccionado um mez depois da posse de Affonso Penna na prezidencia da Republica, não foi todavia preenchida senão apoz a morte desse estadista mineiro, devido ao seguinte facto:

Affonso Penna, tendo convidado, ao passar por Natal na sua excursão aos Estados do Norte, o dr. Tavares de Lyra, então governador do Rio Grande do Norte, para ministro do Interior, fez identica distincção em S. Luiz a Benedicto Leite, que prezidia tambem os destinos do Maranhão, dizendo-lhe que lhe reservára a pasta da Agricultura, proxima a ser instituida por lei do Congresso Nacional.

Assumindo assim a prezidencia da Republica, não occultou essas suas intenções aos *leaders* de politica federal, quando lhes annunciou a organização do seu ministerio.

Aconteceu, porém, que certo politico, embora amigo de Benedicto Leite desde os bancos academicos, ambicionava esse cargo e não trepidou em intrigal-o com Pinheiro Machado, dizendo-lhe que aquelle politico maranhense lhe affirmára na confidencia que, se viesse a tomar parte no governo Penna, haveria de dar combate sem treguas ao *pinheirismo.* Ao mesmo tempo, insinuando a David Campista a sua pretenção, accrescentára que, se viesse a ter por collega o mesmo

Benedicto Leite, poderia contar, como certo, junto ao chefe do Estado com um competidor perigoso e um espirito retrogrado e inteiramente infenso ás suas ideias financeiras.

Diante de tão estranhas revelações, encontraram-se solidarios Pinheiro Machado e David Campista, embora cada um agindo por sua vez, no mesmo pensamento em face de Affonso Penna.

O senador gaúcho, para inutilizar a nomeação do chefe maranhense que, ausente, mal advinhára a conspiração de que estava sendo victima, concebêra um plano engenhoso. Procurára o prezidente e disséra-lhe que Campos Salles estava muito sentido, porquanto, desistindo nobremente da sua candidatura em favor da delle, Affonso Penna, sempre esperára que o consultassem na organisação do governo, convidando para ministro algum dos seus amigos de S. Paulo. E lembrou o nome de Rodolpho Miranda.

O estadista mineiro pareceu impressionar-se profundamente com as palavras de Pinheiro Machado. Prometteu-lhe mesmo não preencher por emquanto a pasta, adiando a satisfacção do compromisso que tomára com Benedicto Leite. Mas, o que o general ignorava, era que, antes delle, Campista já deixára o espirito do seu grande amigo muito mal prevenido contra o saudoso governador do Maranhão, homem leal, honrado e digno, e, por isso mesmo, alvo de tão ignobil machinação do seu traiçoeiro collega.

Deixou assim de ser preenchida por longos mezes a pasta da Agricultura, exactamente aquelle departamento a que Affonso Penna ligava os mais bellos dos seus planos, infelizmente não realizados, de governo. E o resultado foi que a morte o colheu antes que Benedicto Leite viesse a descobrir, como aliás descobrio depois, o ardil de que fôra victima inconsciente. E, só ao assumir o dr. Nilo Peçanha a prezidencia, foi posto em execução o decreto legislativo, obra do deputado maranhense Christino Cruz, sendo então nomeado o dr. Candido Rodrigues primeiro ministro da Agricultura.

Pag. 185. — **Prezidencia Hermes da Fonseca.** — A sua eleição para prezidente da Republica surgio de uma conspiração militar, tramada em torno da funda divergencia dos *leaders* da politica nacional em face da *candidatura official* do dr. David Campista, então ministro da Fazenda, á successão do dr. Affonso Penna na Prezidencia da Republica. Os senadores Ruy Barboza e Pinheiro Machado e, com elles, o vice-prezidente da Republica, dr. Nilo Peçanha, e o chefe mineiro, senador Francisco Salles, proclamaram desde logo que prevalecia o *mesmo principio republicano* que os congregára em opposição á candidatura Bernardino de Campos, quando sustentada pelo dr. Rodrigues Alves, no momento exercendo a suprema magistratura do paiz. O prezidente da

Republica não podia nem devia influir na escolha do seu successor. E estranhavam que, nesse momento, Affonso Penna pensasse de modo contrario quando, com elles, fôra solidario ao ser sustentado o seu nome ao periodo prezidencial que estava exercendo.

Na verdade, a morte de João Pinheiro, prezidente de Minas, aggravára a crise politica que se acabára de abrir. Elle era um candidato quasi natural á successão de Affonso Penna. Em torno do seu nome, a politica mineira de certo não se scindiria.

A Campista, faltavam assim os predicados principaes que constituiriam a força eleitoral daquelle saudoso homem de Estado.

Affonso Penna, entretanto, não se deixou amedrontar pelo reapparecimento do *Blóco,* sob cuja égide fôra elevado ao Palacio do Cattete; e, espirito voluntarioso e ardego, declarou positivamente que nada o faria recuar na defeza da candidatura do seu ministro da Fazenda.

Começavam assim as combinações entre os chefes do *Blóco,* de um lado, e, de outro, entre os próceres da candidatura Campista, chefiados por Carlos Peixoto, então Prezidente da Camara dos Deputados, quando, de subito, se principiou a murmurar que, nos quarteis, abertamente se tramava um movimento em pról da candidatura do Marechal Hermes que, ministro da Guerra, como o seu collega da Fazenda, não era menos digno de receber os suffragios da nação para prezidir o quatrienio de 1910 a 1914.

Accrescentava-se mesmo que um grupo de politicos, tendo á testa o dr. Lauro Müller, que, além de senador, era tambem militar, fôra o grande inspirador dessa forte propaganda no seio das classes armadas.

Esse facto alarmou profundamente os espiritos; e a situação aggravou-se sombriamente quando, interpellado inopinadamente pelo prezidente da Republica no fim de um despacho collectivo do ministerio, o Marechal Hermes, em phrases asperas, estranhou a interpellação do chefe do Estado e atirou sobre a meza a sua espada, pedindo demissão da pasta da Guerra.

A esse tempo, já os chefes do *Blóco* se tinham afundado em violentas divergencias. Ruy Barboza, depois de haver tentado com Glycerio e outros convencer Rio-Branco de que deveria ser um terceiro candidato no ministerio, o que não conseguiram do immortal chanceler, que os ameaçou até de embarcar immediatamente para a Europa, abandonando a sua pasta, declarava-se fórmalmente contra o que cognominou desde logo — a *candidatura militar.* Pinheiro Machado e Francisco Salles ainda tentaram evitar a tempestade politica que se approximava, arrastando graves perturbações á vida da Republica. Mas o terror da espada acabou por atemorisar de todo os politicos que, afinal, acceitaram o nome do Marechal Hermes como uma bandeira de combate á *candidatura official.*

A morte, entretanto, sorpreendia nesse instante Affonso Penna quando, com o general Mendes de Moraes na pasta da Guerra, e o almirante Alexandrino de Alencar na da Marinha, preparava-se para resistir ao impeto ameaçador dos partidarios do candidato militar.

Assumindo por esse motivo a prezidencia da Republica, Nilo Peçanha deu braço fórte aos seus amigos do *Blóco Republicano.*

Debalde, organizou-se a *opposição civilista* que acabou por escolher a Ruy Barboza para se medir nas urnas com o ex-ministro da guerra. A luta eleitoral foi renhida e memoravel. Mas, a 15 de Novembro de 1910, era afinal empossado o Marechal Hermes da Fonseca na prezidencia da Republica.

Pag. 195. — **Creação do cargo de Sub-Secretario do Ministerio das Relações Exteriores.** — A carta confidencial, que ora, pela primeira vez, damos á estampa, firmada pelo immortal Barão do Rio-Branco, explica sufficientemente o seu pensamento, instituindo esse novo cargo naquelle departamento do Estado:

«**Gabinete do Ministro das Relações Exteriores** — *Confidencial.*

Excmo. amigo dr. Dunshee de Abranches

Como lhe fiz vêr na véspera de sua partida para o Maranhão, estou no firme proposito de ausentar-me até principios de Maio proximo do paiz. A reforma, que tanto estudamos, da Secretaria, acha-se elaborada, carecendo apenas de retoques, assim como tenho organisado o quadro do funccionalismo. Como terá ensejo de verificar, aproveitei algumas de suas observações. Só aguardo o seu regresso, que será breve, creio, para fazer as nomeações. O seu filho Clovis entra como auxiliar, uma vez que só em fins deste anno sahirá da Academia. Poderá, entretanto, ficar como seu official de gabinete na Sub-Secretaria. Acredito que o Excmo. Snr. Dr. Luiz Domingues, governador do seu Estado, não se opporá a que acceite aquelle cargo, em que mais effectivamente poderá auxiliar-me.

A sua nomeação deverá ser feita nas vésperas de minha partida; e, como perderá o seu mandato de deputado, se quizer, poderei escrever ao seu Governador pedindo para que não preencha a vaga ou que a faça guardar por gente amiga. O que não posso, é dispensar os seus serviços. Com a sua interinidade no Ministerio, nada se alterará, a politica será tida dentro e fóra do paiz como sendo a minha mesma. Nesta casa, todos o conhecem, sabem o que é e como pensa e age. Parto assim tranquillo.

Os motivos, que allega na sua confidencial do dia da partida, não procedem. Estou certo de que, ao consultarmos o Excmo. Sr. Dr.

Rodrigues Alves, S. Ex. opinará para que preste mais este serviço ao nosso caro Brazil.

Preciso na Europa, e muito principalmente, em Berlim, de muita calma de espirito.

Como bem sabe, o cargo de Sub-Secretario foi creado por mim com o intuito de fazer uma rotação dos nossos ministros nos paizes estrangeiros, de modo que, de seis em seis mezes, possa cada um ter uma estadia bem remunerada no Brazil e apprender a amar de novo a Patria. Não é sem razão que os antigos já diziam que *longe da vista, longe do coração.* Grandes ausencias no estrangeiro arrefecem o amôr ao sólo da Patria e tornam os espiritos indifferentes ás nossas cousas e ás nossas necessidades. Eu tive na Europa amargos exemplos a registrar nesse sentido. Mas a sua carreira politica, creio, não soffrerá com uma interrupção de alguns mezes; o seu Estado não o dispensará no parlamento como figura principal nas commissões, especialmente na de Diplomacia e Tratados, na qual é insubstituivel.

Espero assim que apresse o seu regresso, avisando-me o dia certo da chegada. Creia-me, etc., etc.

Rio Branco.»

Infelizmente, quando o destinatario desta carta aportava á Bahia, de volta da sua vizita a S. Luiz do Maranhão, recebia naquella cidade a noticia do fallecimento do immortal chanceler, occorrida no Palacio Itamaraty em 10 de Fevereiro de 1912.

Pag. 207. — **Prezidencia Wencesláo Braz.** — A sua candidatura foi a unica que poude conciliar os grupos em luta renhida e tormentosa em torno da succesão do marechal Hermes na prezidencia da Republica.

Este, ao assumir o poder, não tivéra a ventura de ver apaziguadas como que por encanto, as paixões facciosas, como acontecêra com os seus antecessores.

O *partido civilista,* encabeçado pelo dr. Ruy Barboza, recrudescêra, ao contrario, na sua campanha demolidora. A nação começou a ser agitada por todos os meios e por todos os processos. Movimentos revolucionarios se fizeram sentir, aqui e alli, por todos os Estados da União. E, para essa anarchia, que foi tudo avassalando, muito concorreram as lutas intestinas que não tardaram a dividir e a subdividir tambem os que se proclamavam mesmo os mais ardentes e devotados defensores da situação inaugurada.

A principio, o proprio marechal Hermes, que aliás fôra um excellente ministro da Guerra do governo Affonso Penna, pertencendo-lhe a gloria de ter intentado uma séria organização das nossas forças de

terra, foi o culpado, pela sua inexperiencia dos homens e das cousas, de graves crizes politicas, que muito concorreram desde logo para enfraquecer na opinião o seu governo. Ora cedendo á influencia de um grupo intimamente ligado á sua familia, ora acompanhando um outro que, formado tambem de amigos, obedecia ás inspirações mais directas de Pinheiro Machado, o resultado foi que, do choque de interesses tão contrarios e inconciliaveis, surgiram tristes successos, que acabaram por lançar a desordem nos Estados e no seio do Congresso Nacional.

A tão temida *prezidencia militar*, em vez de um governo de força, acabou sendo a mais fraca, a mais timida e a mais desorientada das administrações republicanas.

Debalde, por inspiração mesmo do prezidente, organizou-se o *Partido Republicano Conservador* para sustental-o e defendel-o, partido ao qual imaginou dar a inteira responsabilidade da direcção politica do paiz.

Isso, porém, não evitou que se subvertesse diversas vezes a ordem constitucional, se multiplicassem as intervenções nos Estados e se fizessem deposições de governadores, com graves perturbacões para a vida social e economica da Republica.

Afinal, approximando-se a época das eleições prezidenciaes, para o quatrienio de 1914 a 1918, aggravou-se a situação do governo com a crize aberta no seio do Partido Conservador e no proprio ministerio com a demissão do dr. Francisco Salles, ministro da Fazenda e reprezentante de poderosas forças eleitoraes de Minas.

Com a morte de Quintino Bocayuva, succedera-o na chefia daquelle partido o general Pinheiro Machado; e o marechal Hermes pensou em fazer deste eminente republicano o futuro prezidente da Republica.

Não tardava, porém, que, diante da *colligação* formada contra o governo do marechal pelas grandes bancadas do Congresso Nacional, uma vez que, ás reprezentações de S. Paulo e outras alliadas ao *civilismo,* se tinham vindo juntar as antigas forças hermistas de Minas, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, o proprio senador rio-grandense fosse o primeiro a affastar da arena a sua candidatura, procurando patrioticamente uma outra que evitasse lançar o paiz em agitações perigosas. Foi assim escolhido como candidato de conciliação o dr. Wencesláo Braz que, no seu governo, teve logo de enfrentar na politica interna com successos dolorosos e gravissimos, como o assassinato de Pinheiro Machado, e, na externa, com a terrivel pressão do conflicto europeo, em face do qual não pcude manter a politica tradicional da nossa diplomacia, guardando até o fim da contenda a neutralidade do Brazil. Declarou assim em mensagem ao Congresso Nacional que

acceitava o estado de guerra com o Imperio Allemão, accompanhando os Estados Unidos da America do Nórte.

Pag. 201, linha 28. — Leia-se 1897 em vez de 1907.

Pag. 217. — **Biographia de José Bezerra.** — Demittio-se do Ministerio da Agricultura em 28 de Novembro de 1917 afim de se desincompatibilizar para a eleição senatorial por Pernambuco. Foi substituido pelo dr. Antonio Pereira Lima, prezidente da Associação Commercial do Rio de Janeiro.

Pag. 221. — **Congresso Constituinte.** — Prezidio a meza provisoria do Senado, de 4 a 21 de Novembro de 1890, o dr. Joaquim Felicio dos Santos, senador por Minas, e a da Camara dos Deputados o dr. Antonio Gonçalves Chaves, deputado ainda por Minas.

De 21 de Novembro de 1890 a 26 de Fevereiro de 1891, dirigio os trabalhos da assembléa a seguinte meza:

Prezidente — Prudente José de Moraes Barros, senador por S. Paulo; vice-prezidente — Antonio Eusebio Gonçalves de Almeida, deputado pela Bahia; 1.º secretario — João da Matta Machado, deputado por Minas; 2.º secretario — José Paes de Carvalho, senador pelo Pará; 3.º secretario — João Soares Neiva, senador pela Parahyba; 4.º secretario — Eduardo Mendes Gonçalves, deputado pelo Paraná.

Pag. 231, linha 10 — leia-se *Institutas* — e não como se acha escripto.

Pag. 237, linha 5. — Lê-se: exercendo o mandato por *dois annos,* quando devia ser por *seis annos.*

Pag. 290. — Tasso Fragoso foi promovido a general de brigada em Janeiro de 1918.

Pag. 291, linha 8. — Em vez de — *Nascido* — leia-se: Natural do municipio de Corrente, Piauhy.

Pag. 293, linha 11. — Em vez de 2.ª legislatura, deve ser: 1.ª legislatura.

Pag. 308. — A biographia de João Juvencio Ferreira de Aguiar, deputado á Constituinte, sahiu repetida na 3.ª legislatura, de que tambem fez parte, por descuido de revisão.

Pag. 320, linha 27. — O nome completo de Ivo do Prado é Ivo do Prado Monte Pires da Franca.

Pag. 321, linha 32 — 1906 e não 1903.

Pag. 322. — **Biographia de Augusto de Freitas.** — Falleceu no Rio de Janeiro em 8 de Janeiro de 1918.

Pag. 327. — **Biographia de Marcolino Moura.** — No começo do 2.º paragrapho, houve um salto de composição. O primeiro periodo deve ser assim redigido: «Como os drs. Cezar Zama e Arthur Rios, foi um dos patriotas illustres que imitaram o exemplo honroso daquelles medicos bahianos que partiram para a campanha do Paraguay afim de prestar serviços clinicos.»

Com effeito, Marcolino Moura cursava o 4.º anno da Faculdade de Direito, no Recife, quando se offereceu ao governo imperial afim de marchar, como voluntario, para a guerra. Acceito o offerecimento, seguio para os sertões bahianos, donde era filho; organizou um batalhão de voluntarios e partio, como seu commandante, para os campos de batalha, tendo por ajudante o seu parente, tambem estudante de direito, Octaviano Xavier Cotrim que, mais tarde, foi dezembargador da Relação da Bahia.

Pag. 335. — Muniz Freire (José de Mello Carvalho). Falleceu no Rio de Janeiro em 3 de Abril de 1918.

Pag. 339, linha 8. — Cavalleiro, e não cavalheiro.

Pag. 352, linha 24. — Foi provido, e não promovido.

Pag. 352, linha 16 — 1917, e não 1920.
355?

Pag. 357, linha 4. — Em vez de — Onde cursou tambem humanidades — leia-se: Onde cursou todas as humanidades.

Pag. 358, linha 18. — Está — fixando gabinetes de leitura — quando devia estar — fundou gabinetes de leitura.

Pag. 360, linha 10. — Devido á sua lealdade politica, e não — em consequencia da sua lealdade politica.

Pag. 360 — Domingos Correia de Moraes falleceu em S. Paulo em 15 de Dezembro de 1917.

Pag. 373, linha 21 — do qual se tornou, e não — do qual tem sido um dos mais leaes sustentadores.

Pag. 376, linha 4. — Recolhendo carinhosamente os factos principaes, e não, os traços principaes.

Pag. 390. — Alvaro Botelho falleceu em Minas, na sua cidade natal, em 16 de Dezembro de 1917.

Pag. 404, linha 10. — Onde se lê — Que, em 1888, reunio-se, etc. leia-se — que, em 1888, se reunio.

Pag. 408, linha 9 — 1899, e não, 1889.

Pag. 415. — Na *Nota*, em vez de — 4.º e 5.º quatrienios, deveria estar — 4.º 6.º e 7.º quatrienios.

Pag. 416, penultima linha — 1903, e não 1893.

Pag. 431. — Observações. — Em vez de — Na sessão de 18 de Janeiro, leia-se — 18 de Julho.

Pag. 446, linhas 5 e 33 — *dissidencia* — e não como sahio publicado.

Pag. 449. — **Biographia de João Alves de Castro.** — Foi tambem deputado á 3.ª legislatura (1897 a 1899).

Pag. 453, linha 4. — Cametá, e não, Cemetá.

Pag. 458, linha 32. — Bezerril Fontenelle, e não, Fontenelle Bezerril.

Pag. 494, 1.ª linha. — José Lopes da Silva Trovão, e não, José Lopes Trovão.

Pag. 494, linha 19. — Tinha o titulo *de* Conselho, e não, *do* Conselho.

Pag. 508. — Por lapso de revisão, a biographia de José Viveiros sahio repetida na 3.ª Legislatura em que foi tambem deputado.

Pag. 509, linha 18. — *Pamphleto,* e não como sahio.

Pag. 511. — Retirar do começo da 1.ª linha o numero de ordem porquanto o dr. Raymundo Arthur não foi o 4.º deputado eleito pelo Piauhy, mas sim o dr. Gabriel Ferreira. Substituio, porém, o dr. Alvaro Mendes, que renunciou o mandato.

Pag. 514. — Thomaz Cavalcanti tambem foi deputado á 8.ª legislatura.

Pag. 524. — Cunha Lima foi ainda deputado á 9.ª legislatura.

Pag. 526, linha 22. — Em lugar de — fez nessa *idade* o curso de direito, leia-se — fez nessa *cidade.*

Pag. 535. — **Biographia de Medeiros e Albuquerque.** — Tendo combatido fortemente a candidatura do marechal Hermes á prezidencia da Republica e tomado parte, por esse motivo, em renhidas e apaixonadas campanhas de imprensa, foi forçado a emigrar para a Europa, diante de repetidas tentativas contra a sua existencia. Declarou mesmo em artigo de despedida que «não voltaria á patria emquanto estivesse sob o dominio da espada».

Encontrava-se assim em Paris quando irrompeu a conflagração européa. Partidario exaltado da entrada do Brazil na guerra, iniciou mesmo de além-mar uma propaganda tenaz sob esse ideal, propaganda que acabou vindo completar no Rio de Janeiro.

Pag. 551. — O nome do deputado pelo Espirito-Santo, ahi biographado, é Galdino Teixeira Lins de Barros *Loreto,* e não, *Barreto.*

Pag. 561. — *Segundo* districto, e, não, como está.

Pag. 567. — Landulpho Machado Magalhães foi eleito ainda deputado federal á 4.a legislatura pelo 8.o districto de Minas e á 7.a e á 8.a pelo 3.o districto.

Pag. 583, linhas 5 e 6. — Em vez de deputado federal na 1.a e 2.a legislaturas em 1893 e 1897, leia-se deputado federal na 2.a e 3.a legislaturas (1894 e 1899).

Pag. 599. — Marçal Pereira Escobar voltou á Camara em 1913 e não em 1914, sendo eleito deputado federal em 23 de Março daquelle anno e reconhecido em 30 de Junho seguinte.

Pag. 618. -- Na biographia de Bueno Brandão, é preciso accrescentar que foi eleito ainda deputado federal em 1917 para preencher a vaga aberta pela morte do dr. Pedro Luiz.

Pag. 645, 1.a linha. — Toxicologia, e não como sahio no livro.

Pag. 647, linha 10. — Pedro Vergne de Abreu.

Pag. 655, linha 9. — Guaratiba e não Guaretiba.

Pag. 683. — Na biographia de Francisco Leopoldo Rodrigues Jardim, houve engano nas duas ultimas linhas quando se diz que, em 1915, fôra eleito ainda senador por Goyaz. O eleito nesse anno foi Eugenio Rodrigues Jardim, cuja biographia se acha no 2.º volume, pag. 452, (9.ª legislatura).

Pag. 688. — Marçal Pereira Escobar, e não Manoel Pereira Escobar.

Pag. 690. — 1912, e não 1812.

Segundo Volume

Pag. 7. — **Biographia de Ferreira Chaves.** — O nome completo deste illustre homem de Estado é *Joaquim* Ferreira Chaves, e não — *Francisco*.

Pag. 22, linha 9 — 1899 e não 1907.

Pag. 23. — Entre os nomes do 4.º e do 5.º deputado pelo Pará deveria estar a epigraphe *Segundo districto,* pois ainda na 4.ª legislatura vigorava a lei eleitoral que dividira o Estado em dois circulos.

Pag. 40, linha 28. — 8.ª legislatura e não 7.ª.

Pag. 52. — Logo abaixo da epigraphe — *Rio de Janeiro* — ha entre parenthesis (vinte e dois deputados) — quando deveria estar — (dezesete deputados). Faltou ainda o sub-titulo — *Primeiro districto.*

Pag. 54, linha 26. — Joaquim Murtinho, e não Joaquim Moutinho.

Pag. 66. — Por descuido de revisão, sahio repetida a biographia de Necesio José Tavares, biographia que se encontra no 1.º volume, pag. 444.

Pag. 101. — Joaquim Paulo Vieira Malta falleceu em 15 de Outubro de 1913.

Pag. 114. — **Biographia de Dunshee de Abranches.** — Tendo, em 26 de Setembro de 1914, proferido na Camara dos Deputados, um discurso em que, batendo-se pela neutralidade do Brazil perante o conflicto europeo, demonstrou a injustiça e a inconveniencia dos ataques injuriosos, feitos então ao Imperio Allemão, cuja admiravel organização economica, social e politica analysou como sendo a mais perfeita e adiantada no mundo civilisado, foi alvo de fórte campanha dos partidarios da Entente dentro e fóra do parlamento; e, no dia immediato, renunciava por esse motivo a prezidencia da Commissão de Diplomacia, na qual, longos annos seguidos, reprezentára o pensamento politico do Barão do Rio-Branco. Declarou então que preferia permanecer dentro da politica tradiccional da diplomacia brazileira a transigir com a nova orientação da chancelaria nacional, deixando a sua Patria ser arrastada aos azares e á ruina da guerra. Desenvolveu dahi por diante a sua acção parlamentar no sentido de não alterar o Brazil a sua politica pacifista no continente, politica que fóra sempre a garantia suprema da concordia e da confraternisação dos povos da America do Sul. Bateu-se contra a intervenção das potencias belligerantes na vida interna do paiz, aprezentando um longo projecto contra a *Black-list* ingleza. Votou contra o rompimento de relações do Brazil com a Allemanha, justificando por escripto a sua attitude; e, declarada a guerra, manteve-se firme nos seus principios e convicções, e justificou a sua attitude pela neutralidade em um livro sob o titulo — *A Illusão Brazileira.*

Na Camara dos Deputados, pertenceu ainda ás Commissões Especiaes de reformas da Contabilidade Publica, da Marinha Mercante e do Estatuto dos Funccionarios Publicos. Eleito ainda para a Commissão de Instrucção Publica, não acceitou o cargo.

Pag. 134. — João da Costa Pinto Dantas foi ainda deputado á 6.ª legislatura.

Pag. 140. — O nome por extenso de Bulhões Marcial é — João de Bulhões Mattos Marcial.

Pag. 142. — Sob as epigraphes — Rio de Janeiro (dezesete deputados), faltou como na legislatura anterior o sub-titulo — *Primeiro districto.*

Pag. 149. — Em seguida ás epigraphes — Minas Geraes (trinta e sete deputados), escapou o sub-titulo — Primeiro districto.

Pag. 164, linha 19 — 1903, e não 1908.

Pag. 189, linha 11 — 1906, e não — 1916.

Pag. 203. — Juvenal Lamartine de Faria, e não — Juvenal Lamartine de Albuquerque.

Pag. 205. — Na enumeração dos deputados, entre o 6.º e o 7.º, faltou o titulo — *Segundo districto.*

Pag. 226, linha 7 — 1906, e não 1916.

Pag. 262, linha 10 — 1891, e não 1901.

Pag. 285, linha 9 — 1890, e não 1898.

Pag. 288, linha 11. — Atheneu Cearense, e não como sahio publicado.

Pag. 302, ultima linha — 8.ª legislatura, em vez de 7.ª.

Pag. 308. — Na biographia de Pereira Braga, accrescentar: — Foi nomeado em Janeiro de 1918 prefeito do Acre, no Alto Amazonas.

Pag. 309. — Monteiro Lopes falleceu em 1910 e não em 1916.

Pag. 336. — José Gonçalves de Almeida falleceu em 7 de Maio de 1913.

Pag. 368. — João Maximiniano de Figueiredo falleceu no Rio de Janeiro em 13 de Março de 1918.

Pag. 386, linha 18. — *Da qual* — e não — da qual que.

Pag. 403, linha 10. — Onde se lê — sendo auctor de varias construcções — deve lêr-se — sendo auctor dos projectos de varios edificios na capital de Minas, como os do Correio Federal e do Conselho Deliberativo.

Pag. 439, linha 11 — 30 de Janeiro, e não, 3 de Janeiro.

Pag. 488. — Flavio Amaro Correia da Silveira, e não, como está, Flavio Amaro da Costa Silveira.

Pag. 491, linha 24. — Onde está — aprezentando projectos que attendia, leia-se: aprezentando projectos em que attendia etc.

Pag. 512. — Arthur Palmeira Ripper, e não como sahio.

NOTA FINAL

Vice-Prezidentes do Senado

1891 a 1917. — Braz Carneiro Nogueira da Gama (meza provisoria da 1.ª sessão da 1.ª legislatura).

---

18 de Junho de 1891 a Maio de 1894. — Prudente José de Moraes e Barros.

Maio de 1894 a Maio de 1895. — Ubaldino do Amaral Fontoura.

1895. — João Pedro Belfort Vieira.

1896 a 1901. — Manoel de Queiroz Mattoso Ribeiro.

---

5 de Maio de 1902 a 21 de Novembro de 1905. — José Gomes Pinheiro Machado.

---

21 de Novembro de 1905 a 22 de Outubro de 1906. — Joaquim Duarte Murtinho.

---

23 de Outubro de 1906 a 26 de Junho de 1909. — Ruy Barboza.

---

26 de Junho de 1909 a 22 de Julho de 1912. — Quintino Bocayuva.

---

23 de Julho de 1912 a 8 de Setembro de 1915. — José Gomes Pinheiro Machado.

---

16 de Setembro de 1915 a 31 de Dezembro de 1917. — Antonio Francisco de Azeredo.

Prezidentes da Camara dos Deputados

1.a LEGISLATURA

1891 a 1893

João da Matta Machado — (18 de Junho a 30 de Outubro de 1891, quando renunciou).

Bernardino de Campos — (31 de Outubro de 1891 a 18 de Agosto de 1892, quando renunciou).

João Lopes Ferreira Filho — (18 de Agosto de 1892 até ao fim da legislatura).

2.a LEGISLATURA

1894 a 1896

Francisco de Assis Roza e Silva — (17 de Maio de 1894 a 31 de Dezembro de 1895).

Arthur Cezar Rios — (19 de Maio de 1896 ao fim da legislatura).

3.a LEGISLATURA

1897 a 1899

Arthur Cezar Rios. — (Maio de 1897 a 1898).
Carlos Vaz de Mello — (9 de Maio de 1899 até ao fim da sessão).

4.a LEGISLATURA

1900 a 1902

Carlos Vaz de Mello. — (Maio de 1900 a 1902).

5.a LEGISLATURA

1903 a 1905

Francisco de Paula Guimarães. — (Maio de 1903 até ao fim da legislatura.

6.a LEGISLATURA

1906 a 1908

Francisco de Paula Guimarães. — (Maio de 1906 a Maio de 1907).
Carlos de Mello Peixoto Filho — (9 de Maio de 1907 até ao fim da legislatura).

7.a LEGISLATURA

1909 a 1911

Carlos de Mello Peixoto Filho. — (Eleito em 5 de Maio renunciou em 17 do mesmo mez).
Sabino Alves Barrozo Junior. — (Eleito em 26 de Maio de 1909 até ao fim da legislatura).

8.a LEGISLATURA

1912 a 1914

Sabino Alves Barrozo Junior. — (Maio de 1912 a 15 de Novembro de 1914).
Astolpho Dutra Nicacio. — (Novembro de 1914 a 31 de Dezembro seguinte).

9.ª LEGISLATURA

1915 a 1917

Astolpho Dutra Nicacio. — (Maio de 1915 a Julho de 1917).

Sabino Alves Barrozo Junior. — (Julho de 1917 a 31 de Dezembro do mesmo anno).

INDICE ALPHABETICO E ANALYTICO

INDICE ALPHABETICO E ANALYTICO

A

B

D

E

F

G

H

I

J

M

N

T

INDICE GERAL

Primeiro Volume

PRIMEIRA PARTE

Governos da Republica

Governos Constitucionaes

SEGUNDA PARTE

Congressos da Republica

Segundo Volume

APPENDICE

Notas, falhas e alterações

BIBLIOGRAPHIA

Obras politicas e historicas de Dunshee de Abranches:

— **Memorias de um historico** — dois volumes — Rio de Janeiro — 1896.
— **Manifesto politico** ao eleitorado do 2.º districto do Maranhão — Rio de Janeiro — 1896.
— **A crise social** — Rio de Janeiro — 1898.
— **A crise da Republica** — Rio de Janeiro — 1898.
— **Chronicas politicas** — Rio de Janeiro — 1897 a 1900.
— **O Anno Negro da Republica** — Rio de Janeiro — 1899.
— **Politica e finanças** — Rio de Janeiro — 1900 a 1902.
— **Crepusculo de seculo** — Rio de Janeiro — 1901.
— **O Livro Negro** — (historia da scisão do partido republicano federal) — Rio de Janeiro — 1902.
— **O Livro Verde** — (historia do partido do Dr. Prudente de Moraes) — Rio de Janeiro — 1902.
— **O Livro Branco** — (da Concentracção Republicana á eleição do Dr. Rodrigues Alves) — Rio de Janeiro — 1903.
— **O Evangelho da Republica** — Rio de Janeiro — 1903.
— **Da Europa** — cartas abertas — Rio de Janeiro — 1906.
— **Actas e actos do Governo Provisorio** — Rio de Janeiro — 1907.
— **O 10 de Abril** — Rio de Janeiro — 1908.
— **A Revolta da Armada e a Revolução Rio-Grandense** — dois volumes Rio de Janeiro — 1914.
— **A administração da Republica e a obra financeira do Dr. Rodrigues Alves** — Rio de Janeiro — 1915.
— **Governos e Congressos da Republica** — dois volumes — Rio de Janeiro — 1917.

No prelo:

— **A Prezidencia Rodrigues Alves (1902 a 1906).**

A seguir:

— **Governos e Congressos de S. Paulo.**
— **O golpe de Estado** (actas e actos do Governo Lucena).
— **Cochrane e Garcia de Abranches.**

Sobre a guerra européa:

— **A conflagração européa e suas causas** — discurso na Camara dos Deputados — Rio de Janeiro — 1914 — décima edição.
— **Em torno de um discurso** — entrevista com o Commercio de S. Paulo — quarta edição — 1914.
— **A Inglaterra e a soberania do Brazil** — 1915.
— **O Crime do Congo** — traducção brazileira do celebre livro de Conan Doyle — 1915.
— **O A. B. C. e a politica americana** — 1915.
— **A expansão economica e o commercio exterior do Brazil** — 1915.
— **A Black-list e o projecto Dunshee** — segunda edição — 1916.
— **Ainda a Black-list** — 1916.
— **A Allemanha e a Paz** — 1917.
— **Contra a guerra** — 1917.
— **A Illusão Brazileira** — sexta edição — 1917.

As demais producções litterarias, diplomaticas e scientificas de Dunshee de Abranches acham-se enumeradas em uma publicação especial, brochura em 8.º com 70 paginas sob o titulo — **Dunshee de Abranches e suas obras — catalogo historico e explicativo.**
